EURELINO COELHO

# UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL

Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos
dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História, sob a orientação da Professora Doutora Virgínia Fontes.

Niterói, fevereiro de 2005.

EURELINO COELHO

# UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL

Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos
dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História, sob a orientação da Professora Doutora Virgínia Fontes.

Niterói, fevereiro de 2005.

EURELINO COELHO

# UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL

Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos
dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)

Tese de Doutorado em História submetida à Banca Examinadora
em 15 de fevereiro de 2004.

Componentes da Banca:

Profª. Dr.ª Virgínia Maria Gomes de Matos Fontes (orientadora)

Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho

Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Prof.ª Dr.ª Sônia Regina de Mendonça

*Quem tem consciência para ter coragem*
*Quem tem a força de saber que existe*
*E no centro da própria engrenagem*
*Inventa a contra-mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado*
*Quem já perdido nunca desespera*
*E envolto em tempestade, decepado*
*Entre os dentes segura a primavera.*

*João Apolinário e João Ricardo.*

*Para Vítor Meyer,*
*jardineiro de primaveras*
*que ainda brotam, mesmo agora, que ele já não semeia.*
*Para Ana Clara,*
*minha primavera desde aquele primeiro de maio.*

# AGRADECIMENTOS

Todo trabalho é coletivo, embora de diferentes maneiras. Isso vale para a "Tebas de sete portas" tanto quanto para uma tese de oito capítulos. Não renego, por certo, a autoria deste trabalho (mesmo Foucault, que questionou seriamente a condição de autor, assinava seus textos), mas eu, que o escrevi, sinto nele outras marcas além das minhas. Ouço dizer que o trabalho de escrever tese é solitário. Devo confessar: jamais me senti sozinho ao longo dos anos em que me ocupei desta pesquisa.

O projeto de pesquisa e versões preliminares de capítulos foram lidos e comentados por muitos amigos: Rogério Fátima, Vítor Meyer, André Uzêda, Emilia Silva, Cristina Pina, Gildásio Júnior, Elizete Silva, Elói Barreto, Igor Gomes, Valério Arcary, Clóvis Ramayana, Olga Matos, Válter Guimarães. Todos esses são velhos amigos, mas há também os novos. Para minha imensa satisfação, minha orientadora, Virgínia, cultiva o hábito, cada vez mais raro na universidade, de trabalhar em grupo. Ela e nós, seus orientandos, formamos um coletivo de estudo: o GTO (grupo de trabalho e orientação). Minha dívida com este coletivo é enorme. Cinco, dois oito capítulos, e mais o plano de tese foram submetidos à leitura crítica e rigorosa e, ao mesmo tempo, generosa e solidária dos meus colegas de orientação. Além das contribuições ao texto, eles me ajudaram também de outro modo. Eu li e discuti os textos desses amigos, e debati com eles a obra de autores pelos quais nutríamos interesse comum. Crescemos juntos, estimulados pela atmosfera de genuíno desafio intelectual naquelas reuniões que terminavam somente quando o segurança do campus nos avisava que éramos os últimos por ali àquela hora. E tomamos chopes, e comemos moquecas e feijoadas. Eu não saberia dizer quantos erros foram corrigidos, quantas lacunas foram preenchidas, quantas novas idéias foram incorporadas e quantas outras foram descartadas depois das conversas com estes amigos, os novos e os velhos. E ninguém saberia mensurar o incentivo que recebi de todos eles, tantas vezes. Espero que o resultado não os desaponte.

Virgínia mereceria uma página de agradecimentos só para ela. Uma forma de sintetizar as suas contribuições para o trabalho talvez seja dizer que suas intervenções tornaram mais claros para mim mesmo os meus próprios pensamentos, com seus defeitos e suas virtudes. Virgínia conseguiu que eu fizesse muito melhor aquilo mesmo que eu me

propunha a fazer. Leitora rigorosa, livrou o texto da maioria das imprecisões, incompletudes, incorreções, apropriações conceituais excessivamente literais (ela me mostrou que sou às vezes muito "duro" com os conceitos). Virgínia fez mais que isso: tornou-se uma amiga, daquelas raras, que a gente sabe que é para a vida toda. Pensando bem, nenhuma página de agradecimentos pode alcançar esta dimensão.

Na UFF, fui aluno de Marcelo Badaró e de Sônia Mendonça. Estou seguro de que ambos saberão encontrar suas marcas no texto que eu lhes apresento, desta vez para julgamento. Do muito que devo a ambos, queria destacar somente o seguinte: com Badaró aprendi muito sobre o meu próprio objeto de estudo – sobre *o que* eu queria fazer – e sobre o "estado da arte" neste ramo da história. Com Sônia aprendi muito sobre pesquisa em história – sobre *como* fazer – e sobre o meu papel como historiador. A ambos, e mais ao professor Carlos Nelson Coutinho, eu agradeço também pelas preciosas observações na banca de qualificação.

As amizades de Gil Vicente, que é responsável direto por tudo o que ocorreu nos últimos quatro anos (foi ele quem me apresentou a Virgínia e insistiu para que eu viesse para a UFF), e de Maya fizeram da minha estadia na cidade grande um período muito agradável, contrariando minhas expectativas. Elke, Gaia e Peninha também são responsáveis por eu me sentir em casa estando longe de casa. Bem, a verdade é que eu não estava assim tão longe de casa. Paulo Sérgio, meu irmão, e Bia, minha cunhada, estavam por perto, logo ali na Tijuca. Com eles eu estava em família. Bia ainda me ajudou com o Gráfico 1, manejando um programa de computador inteiramente estranho para mim. Em São Paulo eu tive o apoio de meus primos, Cao Alves, Luanda e Tânia,e dos amigos João, Dulcinéia, Chico e Rose.

Minha companheira, Antonia, e nossa filha, Ana Clara colaboraram com a tese de um modo muito especial: preenchendo de amor a vida de quem a escreveu. Antonia, de quebra, ainda leu e comentou vários trechos. Nossa casa, ora na Bahia, ora em São Paulo, foi o lugar onde eu trabalhei. Isso só foi possível porque elas e Leu se esforçaram muito para me dar o tempo e a tranqüilidade que eu necessitava.

A pesquisa documental foi facilitada pelas contribuições de Flávio de Castro, que cedeu uma valiosa documentação sobre o PRC, Robério Santos, que transcreveu para mim um documento imprescindível em Campinas, e Maurício, do centro de

documentação da Fundação Perseu Abramo, que me atendeu com paciência infinita. Carla Silva e Gilberto Calil (que também são do GTO) me emprestaram livros e periódicos que eu não conseguiria encontrar em nenhum dos arquivos e bibliotecas por onde andei. A Aldo Fornazieri, que me concedeu uma longa entrevista, eu devo várias informações preciosas. Em todos os arquivos em que pesquisei, fui sempre bem recebido: Centro Sérgio Buarque de Hollanda, da fundação Perseu Abramo, Arquivo Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), da UFRJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Edgard Leuenroth, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Também me beneficiei do acesso às bibliotecas da UFF, UEFS, UNICAMP, USP, UFRJ, IUPERJ e DIEESE.

O Departamento de Ciências Humanas da UEFS, e a Área de Metodologia do Trabalho Científico, à qual estou ligado, aprovaram minha licença remunerada pelo período em que me dediquei ao doutorado. Da CAPES eu recebi uma bolsa de estudos concedida através do programa PICD. Estes apoios viabilizaram os recursos sem os quais esta pesquisa não teria sido feita.

# SUMÁRIO

**Índice de Quadros, Tabelas e Gráficos** 10
**Lista de Siglas e Abreviaturas** 11
**Resumo** 12
**Abstract** 13
**Introdução** 15

**I PARTE – INTELECTUAIS ORGÂNICOS E VANGUARDA COMUNISTA** 33

**Capítulo 1 – Articulação: Independência de Classe e o Princípio da Contra-hegemonia** 34
1.1 A Luta de Classes e a Gênese de uma Nova Formação Política 35
1.2 Está Surgindo um Novo Partido, dos Trabalhadores e sem Patrões 48
1.3 O Discurso do *Petismo Autêntico*: Articulação como Núcleo Dirigente 69

**Capítulo 2 – PRC: A Verdadeira Vanguarda da Classe Operária** 92
2.1 A Formação da Verdadeira Vanguarda 93
2.2 Os Melhores Filhos do Povo 121
2.3 A Vanguarda e as Massas 138

**Capítulo 3 – O Espectro de Marx Ronda a Esquerda** 153
3.1 Por uma Concepção Dialética do Marxismo 154
3.2 A Gênese Conflitual do Socialismo Científico 158
3.3 A Crítica Marxista da Economia Política Burguesa 169
3.4 Socialismo Científico e Filosofia da Práxis: por uma Interpretação Gramsciana do Marxismo 181
3.5 A Esquerda e o Espectro de Marx 187

**II PARTE – NEM CLASSE, NEM REVOLUÇÃO** 198

**Capítulo 4 – A Crise da Contra-hegemonia** 199
4.1 A Crise do "Socialismo Real" e a Crise Real do Socialismo 200
4.2 Nova Tática, Nova Estratégia 217
4.3 A Supremacia do Petismo Autêntico 242

**Capítulo 5 – De Revolucionários Comunistas a Democratas Radicais** 258
5.1 Lênin é Russo, Gramsci é Ocidental: O Fim do PRC 259
5.2 A Nova Esquerda 278
5.3 Democracia Radical e Campo Majoritário do PT 305

**Capítulo 6 – A Crise do Marxismo Segundo os Ex-marxistas e o Projeto de uma Esquerda Nova** 317
6.1 Considerações sobre Intelectuais, Classe e Projeto Político 319
6.2 O Pós-modernismo como Crítica da Modernidade 341
6.3 Mais longe do Marxismo, mais Perto do Liberalismo. 357
6.4 Homologias Pós-modernas 365
6.5 Um Novo Projeto Político para uma Outra Visão de Mundo 382

**III PARTE – O TRANSFORMISMO: CONTEXTO E PROCESSO** 388

**Capítulo 7 – Dimensões da Luta de Classes na Crise do Capitalismo Tardio** 389
7.1 Sobre o Capitalismo Tardio e sua Crise 391
7.2 Múltiplas Dimensões da Crise do Capitalismo Tardio: Primeira Fase (1968-1980) 404
7.3 Múltiplas Dimensões da Crise do Capitalismo Tardio: Segunda fase (1980- ?) 417
7.4 Subsídios para a História Recente da Luta de Classes no Brasil 430
7.5 Síntese Parcial: Crise do Marxismo e Dinâmica da Luta de Classes na Crise do Capitalismo Tardio 449

**Capítulo 8 – Transformismo: A Crise do Marxismo como Deslocamento da Esquerda na Luta de Classes** 456
8.1 Sobre o Conceito de Transformismo 458
8.2 A Burocratização dos Intelectuais de Esquerda 466
8.3 Restauração Intelectual e Moral 481
8.4 A Esquerda Transformista e a Nova Hegemonia Burguesa 505

**Considerações Finais** 513
**Fontes** 520
**Bibliografia** 535

# ÍNDICE DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

## QUADROS

**Quadro 1:** Evolução organizativa das tendências pesquisadas (1983-1998) 31
**Quadro 2:** Resultados do PT nas eleições estaduais e nacionais (1982-1998**)**
**Quadro 3:** Resultados do PT nas eleições municipais (1982-1996)

## TABELAS

**Tabela 1:** Médias das taxas anuais de crescimento do PIB real *per capita* em países selecionados (%)
**Tabela 2:** Taxa de desemprego em países selecionados (% da PEA)
**Tabela 3:** Produção, trabalho e rendas na indústria petroquímica/BA (1992-1998)

## GRÁFICOS

**Gráfico 1:** Evolução do PIB real e *per capita* (Brasil 1979-1998; 1979=100)
**Gráfico 2:** Número de greves por setor (1979-1997)
**Gráfico 3:** Taxa de desemprego total na Grande São Paulo, em meses selecionados (1985-1998)
**Gráfico 4:** Evolução do rendimento médio real dos assalariados na Grande São Paulo, por ocupação principal, nos setores (1985-1998; 1985=100)
**Gráfico 5:** Emprego e produção anual na indústria automobilística (1980-1996)
**Gráfico 6:** Distribuição de cargos de primeiro escalão, Prefeitura de São Paulo, gestão Luíza Erundina
**Gráfico 7:** Militantes de base e dirigentes do PT, por faixas de rendimento, em salários mínimos

# LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| **AEL** | Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP |
| **AFC** | Acervo Flávio de Castro (particular) |
| **AMORJ** | Arquivo Memória Operária do Rio de Janeiro, UFRJ |
| **APERJ** | Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro |
| **ARENA** | Aliança Renovadora Nacional |
| **ARTSIND** | Articulação Sindical |
| **CC** | Comitê Central |
| **CEDEM** | Centro de Documentação e Memória, UNESP |
| **CEDHOC** | Centro de Documentação Histórica, UEFS |
| **CSBH** | Centro de Memória Sérgio Buarque de Hollanda, Fundação Perseu Abramo |
| **DGIE** | Divisão Geral de Investigações Especiais, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro |
| **DN** | Diretório Nacional |
| **DOPS** | Departamento de Ordem Política e Social |
| **DPP** | Fundo Duarte Pacheco Pereira, Arquivo Edgard Leuenroth |
| **DR** | Democracia Radical |
| **DS** | Democracia Socialista, também ORM-DS (Organização Marxista Revolucionária- Democracia Socialista) |
| **ENPT** | Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores |
| **GC** | Fundo Gerinaldo Costa, Centro de Documentação Histórica da UEFS |
| **JD** | Fundo José Dirceu, Arquivo Edgard Leuenroth |
| **MCR** | Movimento Comunista Revolucionário |
| **MDB** | Movimento Democrático Brasileiro |
| **MEP** | Movimento de Emancipação do Proletariado |
| **OCDP** | Organização Comunista Democracia Proletária |
| **OCML PO** | Organização Comunista Marxista-Leninista – Política Operária |
| **OSI** | Organização Socialista Internacionalista |
| **PCB** | Partido Comunista Brasileiro |
| **PCBR** | Partido Comunista Brasileiro Revolucionário |
| **PCdoB** | Partido Comunista do Brasil |
| **PDT** | Partido Democrático Trabalhista |
| **POC** | Partido OperárioComunista |
| **POLOP** | Política Operária |
| **PT** | Partido dos Trabalhadores |
| **PTB** | Partido Trabalhista Brasileiro |

# RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a história das duas organizações políticas cujas trajetórias convergiram, na década de 90, para a formação do bloco político conhecido atualmente como *campo majoritário* do Partido dos Trabalhadores: a *Articulação* e o coletivo que, organizado inicialmente como *Partido Comunista Revolucionário* (PRC), passou a denominar-se *Nova Esquerda* em 1989 e, após 1992, *Democracia Radical* (DR). A história dessas organizações, no período pesquisado (1979-1998), é marcada por uma profunda reviravolta teórica e programática que afetou todas as dimensões do seu projeto político. Nesta mudança, foram abandonadas as referências marxistas anteriormente vigentes e, em seu lugar, passaram a figurar elementos pós-modernos e liberais. O abandono dos referenciais marxistas é aqui denominado *crise do marxismo*, e é um fenômeno contemporâneo de amplitude mundial. O objetivo central deste trabalho é contribuir para a explicação deste fenômeno histórico, a crise do marxismo, a partir da investigação de sua manifestação particular nos projetos políticos da parcela mais influente da esquerda brasileira contemporânea. A pesquisa abordou as organizações como *intelectuais*, em perspectiva gramsciana, por suas funções como elaboradoras e reformadoras de projetos políticos, e investigou a relação entre a trajetória destes intelectuais e a dinâmica da luta de classes no período. A hipótese central é que o abandono do marxismo foi a expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais que se deslocaram no terreno da luta de classes. Um caso histórico de *transformismo*.

# ABSTRACT

This work presents the results of a research on the history of two Brazilian political organizations that have formed, in the 90's, the political block known as Workers Party's *Majority Field*: *Articulação* and the group that, formerly organized as *Communist Revolutionary Party* (PRC), changed its name to *New Left* in 1989 and, after 1992, to *Radical Democracy*. During the analyzed period (1979-1998), the history of both organizations was stressed by a huge theoretical and programmatic turn point that affected all dimensions of their political projects. By these changes Marxists theoretical references, that were effective until then, were abandoned and replaced by post-modernists and liberal issues. Abandon of Marxism is here called *crisis of Marxism*, and it is conceived as a contemporary and worldwide phenomenon. This work's main objective is to contribute to the explanation of this historical phenomenon, the crisis of Marxism, through the investigation of its particular manifestation in the political projects of the Brazilian Left's most powerful trends. This research conceived those organizations as *intellectuals*, after Gramsci theories, for they act as makers and reformers of political projects, and it investigated the relationship between those intellectual's trajectory and the dynamic of class struggle in the same period. The main assumption is that crisis of Marxism were the expression of changes in the *Weltanschauung* of intellectuals that displaced themselves on class struggle's field. It is a historical case of *transformism*.

*Imagine um naufrágio em que um certo número de pessoas se refugiam em uma chalupa para salvar-se, sem saber onde, quando e depois de que peripécias se salvarão. Antes do naufrágio, como é natural, nenhum dos futuros náufragos pensava em se tornar... náufrago e por isso nem sequer pensava que seria impelido a cometer os atos que os náufragos, em certas condições, podem cometer, como por exemplo o ato de tornarem-se ... antropófagos. Cada um deles, se interrogado sobre o que faria na alternativa de morrer ou se tornar canibal, responderia, com a máxima boa fé, que dada a alternativa, escolheria certamente a morte. Ocorre o naufrágio, o refúgio na chalupa, etc. Depois de alguns dias, com a falta de alimentos, a idéia do canibalismo se apresenta sob uma luz diversa, até que em um determinado momento, um certo número de pessoas daquele grupo torna-se realmente canibal. Mas trata-se, efetivamente, das mesmas pessoas? Entre os dois momentos, aquele no qual a alternativa se apresentava como uma pura hipótese teórica e aquele no qual a alternativa se apresentava com toda a força da necessidade imediata, ocorreu um processo de transformação "molecular"... e não se pode dizer, a não ser do ponto de vista do estado civil e da lei... que se trate das mesmas pessoas.*

Gramsci. *Carta a Tatiana Schucht*, 6 de março de 1933.

# INTRODUÇÃO

O leitor tem nas mãos o resultado de uma pesquisa sobre a história contemporânea de um setor da esquerda brasileira. Suas protagonistas principais são as duas organizações cujas trajetórias convergiram, na década de 90, para a formação do bloco político conhecido atualmente como *campo majoritário* do Partido dos Trabalhadores: a *Articulação* e o coletivo que, organizado inicialmente como *Partido Comunista Revolucionário* (PRC), passou a denominar-se *Nova Esquerda* em 1989 e, após 1992, *Democracia Radical* (DR).

A história dessas organizações é marcada por uma profunda reviravolta teórica e programática, uma mudança radical e em todas as dimensões no conteúdo do seu projeto político: conceitos, perspectivas de análise, propostas de atuação, formas de organização, práticas, sujeitos sociais a quem se dirige. Certamente é mais adequado dizer que um novo projeto político tomou o lugar do anterior, que foi abandonado pela esquerda. Tentarei demonstrar nas páginas seguintes que, nesta mudança de projeto, o que foi abandonado foi o marxismo.

Por isso, o que o leitor tem nas mãos é, também, um estudo sobre a mais recente crise do marxismo. O que está em questão é uma das manifestações localizadas e específicas de um processo que tem, de fato, amplitude internacional. Outras organizações políticas, no Brasil e em vários países de todos os continentes, renegaram o marxismo mais ou menos na mesma época. Além de políticos, o marxismo foi rejeitado também por filósofos, sociólogos, economistas, historiadores. É provável que em todos estes campos, nas últimas décadas do século passado, tenham surgido mais ex-marxistas do que novos marxistas. É neste sentido – e não no de uma suposta "crise do paradigma marxista" – que eu considero pertinente falar em crise do marxismo. O objetivo central deste trabalho é contribuir para a explicação deste fenômeno histórico, a crise do marxismo, a partir da investigação de sua manifestação particular nos projetos políticos da parcela mais influente da esquerda brasileira contemporânea.

Aos leitores, cuja atenção e paciência eu desejo conquistar, eu devo explicações preliminares. Por que discutir a crise do marxismo? E por que fazê-lo nesta perspectiva, privilegiando uma manifestação específica e localizada? Será

viável esta opção teórico-metodológica? Se eu conseguir responder a isso, terei apresentado as pretensões gerais deste trabalho. Comecemos pela primeira questão.

O que está sendo chamado aqui de crise do marxismo pode ser constatado sem dificuldades através de uma observação superficial das cenas política e intelectual internacionais nos trinta últimos anos do século XX. Um grande número de intelectuais e militantes de esquerda que se identificavam como marxistas, agindo em grupo ou individualmente, passaram a recusar o marxismo e, não raro, tornaram-se críticos contumazes das idéias e projetos que defendiam até um passado recentíssimo. Façamos uma pequena lista de casos bem conhecidos, com o propósito de visualizar a extensão do fenômeno: Ernesto Laclau, autor de conhecidas análises marxistas sobre ideologia e populismo, tornou-se um dos mais competentes arautos do pós-marxismo radical-democrata. Agnes Heller, filósofa marxista estreitamente vinculada a Lukács, deslocou-se para a "condição política pós-moderna", em suas próprias palavras. Pierre Fougeyrollas, filósofo ligado à IV Internacional, também aderiu ao pós-modernismo. Julia Kristeva, uma conhecida intelectual maoísta, assumiu o repertório de objeções místicas contra a razão. O Partido Comunista Italiano, que chegou a contar com mais de dois milhões de filiados sob um programa socialista, abandonou o projeto político marxista para tornar-se *Partido Democrático da Esquerda* (PDS, na sigla em Italiano).

Cada um dos casos mencionados exigiria uma análise própria, porque muitos foram os caminhos que levaram para longe do marxismo. Aparentemente, a única coisa que todos eles têm em comum é o que eles deixam para trás: sua identificação com o marxismo. Esta série de casos distintos demonstra, no entanto, algumas coisas. Primeiro, que a crise não afetou somente alguma vertente específica do marxismo, mas, virtualmente, todas: Laclau tinha influência althusseriana, Heller era lukacsiana, Fougeyrollas era trotskista, Kristeva era maoísta e o PCI era o mais importante partido eurocomunista do mundo. A lista de casos poderia prosseguir facilmente para incorporar outras vertentes (gramscianos, foquistas, stalinistas, etc.) Segundo, que é um fenômeno presente não só nos países latinos da Europa, como acreditava Perry Anderson em 1982,[1] mas disseminado por onde quer que existissem organizações políticas ou grupos intelectuais marxistas. Terceiro, mostra que é um fenômeno duradouro: a reviravolta de Kristeva ocorreu ainda nos anos 70, a de Laclau nos 80 e

[1] ANDERSON, Perry. *In the Tracks of Historical Materialism*. London, Verso, 1983.

as de Heller, Fougeyrollas e do PCI na década de 90. O fio mais perceptível ligando todos estes casos é a unânime recusa do marxismo. Este fio, no entanto, sugere que a crise do marxismo nos anos 70, identificada por Anderson, a experiência pós-marxista da década seguinte, estudada por Ellen Meiksins Wood[2] e a grande debandada de marxistas dos anos 90 talvez não sejam processos independentes.

Tão logo se constate a amplitude da crise pode-se reconhecer a sua relevância, qualquer que seja o ângulo de observação ou o sentido atribuído pelo observador. Vivificado pela ação dos marxistas e, através dela, transportado para todos os continentes, o *espectro do marxismo* marcou a fundo sua presença no século XX. A história da sua crise mais recente é, portanto, parte da história recente das sociedades nas quais os ex-marxistas atuavam como intelectuais e militantes. O que tinha sido alguma forma de *presença*, tornava-se agora uma pronunciada *ausência*. Posições antes ocupadas por sujeitos identificados com o marxismo (partidos políticos, sindicatos, editorias, movimentos culturais e sociais) tornaram-se lugares de elaboração e difusão de outros projetos e idéias, muitas vezes ocupados pelas mesmas pessoas. A ruptura destes militantes e intelectuais com o marxismo implicou diretamente em abandonar ou, no mínimo, relegar a um plano secundário os grandes temas aportados pelo marxismo nos circuitos culturais e políticos (como classes e luta de classes, exploração e mais-valia, fetichismo da mercadoria, revolução). As questões pertinentes a este *corpus* temático não desapareceram da vida cultural e política, mas tornaram-se bem mais rarefeitas à medida que eram abandonadas por muitos daqueles que tinham sido, até então, os responsáveis pela sua formulação. Em todos os lugares onde isto ocorreu (e foram muitos, por todo o mundo), a mudança na orientação dos (ex-) marxistas repercutiu intensamente no âmbito de atuação daqueles sujeitos, alterando significativamente a cena política e cultural contemporânea.

Se a importância histórica de um fenômeno justifica a escolha temática do historiador, creio que a primeira questão está respondida. Passemos à segunda questão, sobre a justificativa da abordagem que eu tentei realizar. Existe um pressuposto comum aos mais conhecidos e influentes textos dedicados à crise do marxismo: o de que esta crise seria a expressão da perda de capacidade explicativa do marxismo, a manifestação de uma crise paradigmática. A partir deste pressuposto, as abordagens realizam não uma análise da crise do marxismo como um fenômeno

[2] WOOD, Ellen Meiksins. *The Retreat from Class*. London, Verso, 1998.

histórico – isto é, como processo que transformou marxistas em ex-marxistas – , mas uma *crítica teórica e/ou filosófica* do marxismo ou de algumas das suas categorias centrais. Consideremos algumas dessas críticas.

Lucio Colletti rompeu com o marxismo em fins dos anos 70 e publicou, em 1979, uma coletânea de artigos que documentam o processo de ruptura. Escrevendo como ex-marxista, Colletti não supõe que o marxismo tenha perdido a validade que algum dia pudesse ter tido. Mesmo no passado, as análises marxistas já estariam, no fundamental, erradas: "Com muita freqüência o marxismo foi só uma ideologia, isto é, uma 'falsa consciência', inclusive quando pareceu que estivesse à altura do tempo e da evolução real."[3] Não se trata, então, propriamente de uma crise de paradigma, mas da descoberta recente da falsidade que seria própria do marxismo desde sua origem. Para Colletti, o marxismo se equivoca nos seus três níveis fundamentais: no plano epistemológico que, ao manter-se aferrado a dialética, sacrificaria a sua cientificidade ("não se faz ciência com a dialética"[4]); no plano da teoria política, vazia de conteúdo na medida em que as instituições próprias da política não são levadas a sério pelo marxismo, que pensa somente na extinção daquelas instituições; no plano da teoria econômica, no qual as teorias do valor e do fetichismo, "melancolias filosóficas" herdadas do "finalismo dialético hegeliano", cancelariam suas pretensões de validade científica. A crise do marxismo explodiu quando não foi mais possível "ignorar os campos de concentração quando todos sabíamos que existiam; ou fingir que não víamos as gretas profundas da teoria, enquanto acrobaticamente construíamos passarelas para passar por cima delas".[5]

O marxismo teria sido um grande engano intelectual e político do qual ele, Colletti, afinal, se libertara. As fragilidades desta tese são auto-evidentes. Não é possível considerar seriamente a hipótese de um "sono dogmático" simultaneamente tão duradouro e tão convincente a ponto de iludir tantos intelectuais e militantes em tantos lugares.[6] Mesmo a teoria da "falsa consciência" não supõe um equívoco desta magnitude: a "falsa consciência", na acepção lukacsiana, não é falsa no sentido lógico habitual, de exclusão da verdade, mas sim no sentido de ser unilateral, fragmentária e a-histórica. O que Colletti considera como "pontos controversos" do marxismo

[3] COLLETTI, Lucio. *Ultrapassando o Marxismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983, p. 110.
[4] Idem, ibidem, p. 100.
[5] Id., ibid., p. 102.
[6] No entanto, ainda em 1999 era publicado, por um brasileiro, um alentado (mais de 300 páginas) elogio à trajetória de Colletti rumo ao anti-marxismo: TAMBOSI, Orlando. *O Declínio do Marxismo e a Herança Hegeliana*. Florianópolis, UFSC, 1999.

mereceriam, por sua vez, um exame mais demorado, que não tem lugar nesta introdução. Mais importante é chamar a atenção para um feito muito mais eficiente de Colletti do que os argumentos que ele ergueu contra o marxismo: ao desertar do marxismo, ele, que fora considerado o "bispo supremo do marxismo teórico na Itália"[7] faz a crise acontecer, independente da validade dos seus argumentos. Uma vez que não pode haver marxismo sem marxistas (a não ser, talvez, nas bibliotecas), a deserção dos marxistas engendra a crise do marxismo. Quanto mais numerosos e ilustres os desertores, tanto mais grave a crise. Uma das hipóteses secundárias deste trabalho é a de que a crise do marxismo, como processo que instaura a si mesmo, é um fenômeno de características performáticas.

Outros autores assentam suas críticas teóricas sobre aspectos bem mais relevantes. O marxismo estaria, segundo eles, sendo superado pela própria evolução histórica das sociedades capitalistas, cujas características recentemente desenvolvidas já não poderiam ser nem explicadas através do arcabouço conceitual marxista nem enfrentadas com os recursos da estratégia política marxista. A mais importante transformação sofrida pelo capitalismo teria sido a que determinou o fim da centralidade do trabalho no conjunto da vida social. André Gorz produziu uma das mais bem sucedidas vulgarizações desta hipótese no seu "Adeus ao Proletariado", de fins da década de 70. Sua tese é enunciada com extrema simplicidade: "O marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário. Rompeu-se, ao longo dos últimos vinte anos, o fio entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento das contradições de classe".[8] Segundo Gorz, o proletariado industrial jamais levou a sério a "missão histórica" a ele adjudicada por "São Marx" porque a "apropriação coletiva" dos meios e processos de produção proposta pelo marxismo seria rigorosamente impossível:

> "A *onipotência* coletiva de uma classe produtora do mundo e da história é totalmente incapaz de se tornar sujeito consciente de si em seus membros. A classe que, coletivamente, desenvolve e põe em ação a totalidade das forças produtivas, é incapaz de se apropriar dessa totalidade: de submetê-la a suas próprias finalidades e de percebê-la como a totalidade de seus próprios meios".[9]

---

[7] Seu entrevistador na revista *Mondoperaio*, G. Mughini, assim se refere a ele. Cf. Id., ibid. p. 113.
[8] GORZ, André. *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987, p. 25.
[9] Idem, ibidem, p. 40, itálico no original.

A esta hipótese, na verdade um endosso à tese da incorporação positiva da classe operária ao capitalismo já formulada antes por Marcuse e outros,[10] Gorz acrescenta uma outra, mais original. O trabalho heterônomo, isto é, a forma do trabalho existente na sociedade capitalista como trabalho alienado, estaria em marcha para a extinção, devido ao progresso da automação: a "abolição do trabalho é um processo em curso, e parece acelerar-se."[11] O que estaria se desenhando é a "sociedade do desemprego": "de um lado, uma massa crescente de desempregados permanentes; de outro, uma aristocracia de trabalhadores protegidos; entre os dois, um proletariado de trabalhadores precários".[12] As políticas e as teorias baseadas na classe trabalhadora estariam, por isso, condenadas à impotência.

Claus Offe empresta à temática um pouco mais de rigor. Para ele o trabalho não está em extinção, mas em mutação e diferenciação, ao menos nas sociedades capitalistas desenvolvidas. Decorreria da intensa diferenciação a dificuldade para fundar uma identidade coletiva a partir de práticas de trabalho muito díspares: "os processos multidimensionais de diferenciação (...) tornam menos significativo o fato de ser um 'empregado' e não mais um ponto de partida para associações e identidades coletivas de fundo cultural, organizacional e político".[13] O trabalho no setor de serviços seria o caso extremo de conflito entre a racionalidade "substantiva" que ele protagoniza, baseada em normas, e a racionalidade "instrumental", própria do trabalho produtivo. Mesmo a "ética do trabalho" estaria em declínio, acompanhando a "degradação do trabalho e a extinção das especializações profissionais"[14] e a redução da duração e da importância do tempo de trabalho na biografia dos trabalhadores. Estas mutações teriam incidência direta sobre o marxismo:

> "As suposições de que a fábrica não é o centro de relações de dominação nem o lugar dos mais importantes conflitos sociais, de que os parâmetros 'meta-sociais' (por exemplo, o econômico) do desenvolvimento social foram substituídos por uma 'autoprogramação da sociedade' e de que, pelo menos para as sociedades ocidentais, tornou-se altamente ilusório equiparar o desenvolvimento das forças produtivas à emancipação humana (...) penetraram tão profundamente em nosso pensamento que a 'ortodoxia' marxista não tem mais muita respeitabilidade científico-social."[15]

---

[10] Cf. MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
[11] Id., ibid., p. 11.
[12] Id., ibid., p. 12.
[13] OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 176.
[14] Idem, ibidem, p. 184.
[15] Id., ibid., p. 195.

Gorz e Offe têm o mérito de apontar as armas das suas críticas para um aspecto realmente vital para o marxismo, que é o nexo com o movimento operário. Os projetos políticos marxistas, orientados para a revolução socialista, só possuem condições de viabilidade se estiverem em estreita conexão com as lutas dos trabalhadores. O que sucede à classe trabalhadora afeta, pois, de alguma maneira, o marxismo, de modo que não pareceria muito promissora qualquer pesquisa da crise do marxismo que não levasse em conta o que se passa com a luta de classes. Posto isso, é preciso evidenciar os grandes limites das abordagens mencionadas. A idéia de "extinção do trabalho" ou mesmo de "crise da sociedade do trabalho", presente também, com sentido um tanto diferente, em autores como Robert Kurz,[16] é exagerada, como demonstrou Ricardo Antunes.[17] As transformações no mundo do trabalho são reais, decerto, e dizem respeito às condições em que é travada a luta de classes. As análises de Gorz e de Offe, porém, não ajudam muito a compreendê-las.

O que mais surpreende nessas análises é o reducionismo, a relação linear e imediata estabelecida entre as mudanças na base técnica ou nas formas do trabalho e fenômenos como a "identidade coletiva", a "ética do trabalho" ou mesmo a "respeitabilidade" do marxismo. Tomemos o caso da identidade. Os estudos do historiador E. P. Thompson sobre a formação da classe operária inglesa tornaram-se mundialmente conhecidos exatamente por chamar a atenção para o caráter *mediado* das construções culturais com as quais os trabalhadores elaboraram a sua identidade de classe. Desde então tornou-se muito mais difícil sustentar as tentativas de *derivações automáticas* da consciência de classe a partir do *fato sociológico*, no sentido durkheimiano, da exploração do trabalho. Gorz e Offe desprezam as mediações: a diferenciação nas práticas de trabalho corresponderia à mitigação da identidade operária. O quanto este automatismo se afasta da realidade concreta fica evidente ao observarmos o que se passa com os trabalhadores do setor de serviços, aos quais Offe imputa uma "racionalidade substantiva" incompatível com a dos trabalhadores do setor produtivo. Sempre que aqueles trabalhadores se viram compelidos a lutar, por salários ou contra a cassação de direitos previdenciários, por exemplo, seus métodos e formas de organização em nada os diferenciaram dos trabalhadores de macacão. As greves de funcionários públicos na França, em meados

[16] KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
[17] ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo, Cortez – Campinas, Edunicamp, 1995 e *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

dos anos 90, ou a trajetória de organização sindical de professores, no Brasil, para tomar dois exemplos dentre inúmeros outros possíveis, são situações que contrariam a tese de Offe. O mesmo poderia ser dito sobre a "ética" do trabalho, ou sobre as políticas centradas na classe. A afirmação de que as mudanças no mundo do trabalho afetam a identidade de classe, embora verdadeira, é um enunciado puramente genérico até que seja estabelecido *como* se dá esta influência. E este *como* é o lugar da mediação.

O reducionismo exibe mais claramente seus limites cognitivos quando consideramos a operação lógica que ele possibilita, e que é empregada para definir a crise do marxismo. Aceitas as premissas de que (1) ocorreu uma mudança radical no mundo do trabalho e de que (2) esta mudança extinguiu os referentes da teoria marxista, conclui-se (3) pela cessação da validade teórica do marxismo. Como outros de sua espécie, este silogismo desabará se suas premissas não resistirem à crítica. Ora, as premissas deste raciocínio não estão, de modo algum, demonstradas. O sentido da mudança em curso no capitalismo escapa a ambos os autores. Ela nem é radical, porque não modifica o conteúdo da subsunção do trabalho no capital, nem, por isso mesmo, elimina os referentes do marxismo. Os argumentos que eu preparei para defender esta posição estão sistematizados no capítulo 7. Se eu tiver razão, esta silogística da crise do marxismo falha completamente.

É preciso registrar, também, a torção imposta por Gorz e Offe aos conceitos de Marx. O caso de Gorz é bem mais visível, porque ele constrói sua críticas sobre uma reconstituição evidentemente falsa dos conceitos marxianos. Confusões elementares, como entre os conceitos de preço e valor de troca,[18] mas que podem produzir sérias distorções, como na tentativa de definir o trabalho "heterônomo": "Trabalhar por um salário é, portanto, trabalhar para poder comprar à sociedade em seu conjunto o tempo que se lhe forneceu". O salário "dá direito a uma quantidade de trabalho social equivalente à que se fornece".[19] Esta definição corresponde, com exatidão lógica, ao *contrário* da concepção de Marx sobre o trabalho assalariado. Mas é somente olvidando a exploração contida no assalariamento que Gorz pode considerar abolida a contradição de classes no capitalismo moderno. Offe faz imputações igualmente espúrias, embora mais sutis, como se pode ver no fragmento das "suposições" reproduzido acima. Fábrica como o centro da dominação, o

[18] Cf. GORZ,André. *Adeus ao Proletariado*. Op. cit., p. 34.
[19] Idem, ibidem, p. 10.

"econômico" concebido como "meta-social" ou a correlação linear entre desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana são idéias que simplesmente não se pode encontrar na obra de Marx. Se já era difícil sustentar que o marxismo entrou em crise devido à descoberta da impotência teórica dos seus conceitos, muito mais difícil é explicar a crise através da imputação de fracasso cognitivo de conceitos que não são marxistas.

A perspectiva da "crise de paradigma" admite muitas outras variantes. Tudo o que é preciso fazer é estabelecer as premissas adequadas, e o silogismo chega ao resultado esperado. François Lyotard forneceu premissas alternativas, que permitem enquadrar o marxismo na sua conhecida tese sobre a crise das metanarrativas.[20] No capítulo 6 deste trabalho o leitor vai encontrar uma exposição mais detalhada dos argumentos de Lyotard. Aqui é suficiente apresentá-lo como autor de uma das versões alternativas do silogismo: as metanarrativas entraram em descrédito; o marxismo está inteiramente comprometido com as metanarrativas emancipatória e especulativa; logo, o marxismo entrou em crise. O que provocou o ocaso do marxismo teria sido, desta perspectiva, a condição pós-moderna.

Apesar de a maioria dos críticos do marxismo não contribuírem para a sua inteligibilidade, a crise do marxismo é um fenômeno histórico real. As insuficiências apontadas nas abordagens orientadas pela noção de "crise de paradigma" sugerem, portanto, que se busque outro caminho de investigação. Foi o que procurei fazer neste trabalho. Ao invés de assumir *a priori* a existência de uma crise do paradigma marxista, esta pesquisa voltou sua atenção para os marxistas em crise. Militantes e intelectuais que abandonaram o marxismo nos anos 90 constituem o objeto da investigação cujos resultados são agora oferecidos ao leitor. Trata-se de um estudo do engendramento histórico da crise do marxismo, isto é, um estudo do processo através do qual marxistas se tornaram ex-marxistas.

Há muitos ex-marxistas no mundo, e mesmo no Brasil, de sorte que um pesquisador, mesmo contando com apoio de muitos amigos e algumas instituições, não pode lidar senão com um reduzido número deles. A escolha recaiu sobre as duas organizações de esquerda já mencionadas, que assumiram posições de destaque na vida política brasileira nos anos recentes. Não é o caso de tomá-las como situações exemplares ou típicas. Elas são parte de um fenômeno mundial, são momentos

[20] LYOTARD, Jean-François. *O Pós-moderno*, 4ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1993.

particulares de um movimento mais geral. O verdadeiro cenário da história do marxismo foi, desde Marx, internacional. A gênese do marxismo e seu desenvolvimento histórico estão em estreita conexão com a própria *história mundial*, que é a história do capitalismo. Assim também ocorre com as suas crises, inclusive esta mais recente. (Será necessário lembrar que não foi esta a primeira crise do marxismo? Michael Löwy já advertiu para o fato de que a morte definitiva do marxismo foi anunciada muitas vezes, desde o século XIX.[21]) A investigação da crise do marxismo nos projetos políticos daquelas organizações de esquerda brasileiras nos coloca, então, em contato com a *história mundial*. É, talvez, algo parecido com o que Roberto Schwarz descobriu ao estudar a história de certas idéias peculiares no Brasil colonizado e escravista: "Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo de colonização em seu conjunto, que é internacional".[22] Estes são afloramentos do problema metodológico da *totalidade*, ao qual retornarei em breve.

Assumir que a crise do marxismo deve ser entendida, antes de tudo, como crise dos marxistas implica numa exigência de rigor no tratamento da história destes marxistas/ex-marxistas. O trabalho de pesquisa documental tinha de ser extenso e minucioso o bastante para que o abandono do marxismo pudesse ser concebido como o que era de fato, um momento da história daquelas organizações. Este trabalho foi facilitado pela relativa abundância de fontes, uma pequena *vantagem comparativa* para os pesquisadores de história contemporânea. A maior parte da documentação foi obtida no Centro de Memória Sérgio Buarque de Hollanda, da Fundação Perseu Abramo, e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Fundo *Polícias Políticas*). Flávio de Castro, ex-militante do PRC, cedeu seu rico acervo pessoal, que foi a base da pesquisa sobre aquela organização. Nos arquivos Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Projeto Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Centro de Documentação Histórica (CEDHOC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), obtive o restante da documentação. O *corpus* documental foi constituído de cerca de mil peças cujos títulos foram listados ao final deste trabalho, perfazendo mais de sete mil páginas, excluídos desta conta os artigos

[21] Cf. LÖWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. 4ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
[22] SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 5ª ed. São Paulo, Duas Cidades – 34, 2000.

publicados em periódicos de circulação nacional e os livros. Quase toda a documentação foi copiada, e será doada ao CEDHOC da UEFS, juntamente com o banco de dados desenvolvido para facilitar a consulta.

De modo nenhum seria possível considerar este trabalho como uma pesquisa histórica definitiva sobre as duas organizações. Qualquer leitor atento descobrirá, no próprio texto, inúmeros aspectos ainda carentes de maiores informações ou passíveis de reinterpretação. Se estas lacunas servirem de acicate para que outros alcancem resultados mais completos, o trabalho já terá sido de alguma valia. Espero, todavia que o trabalho seja útil também aos que procuram informação histórica sobre as correntes que formaram o campo majoritário do PT. A maioria dos estudos históricos sobre este partido toma como fonte, quase exclusivamente, os textos das resoluções dos Encontros e Congressos. Ora, aqueles documentos expressam, a cada momento, o *resultado* do processo político que constitui o PT. A trama de relações políticas que resulta ora em consenso, mais ou menos amplo, ora em imposição da vontade da fração majoritária, não é diretamente perceptível nos textos aprovados nas plenárias dos encontros ou nas instâncias dirigentes. O estudo da dinâmica das relações internas no PT e das relações dos militantes e do PT com a realidade exterior ao partido exige a ampliação e a diversificação das fontes, tal como tentei fazer aqui. O leitor julgará se o esforço foi bem sucedido.

As duas agremiações pesquisadas aqui são organizações de caráter partidário. A referência teórica central para a concepção de partido que o leitor vai encontrar desde aqui foi construída a partir dos escritos de Gramsci. Partidos são organismos que atuam na "elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como 'experimentadores' históricos de tais concepções".[23] Elaborar e difundir concepções de mundo, para Gramsci, são tarefas próprias dos intelectuais. E, com efeito, por suas funções, partidos políticos são intelectuais:

> "**Que todos os membros de um partido devam ser considerados como intelectuais** é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, **nada é mais exato**. Será preciso fazer uma distinção de graus: um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: **importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual**".[24]

[23] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*,vol. 1. Rio de Janeiro,Civilização Brasileira, 1999, p. 105.
[24] Idem, *Cadernos do Cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 25, grifos meus.

Elaborar a "política" adequada a uma certa concepção de mundo significa, na verdade, elaborar um projeto político. É como construtoras e reformadoras de projetos políticos, portanto, como intelectuais, que as duas organizações de esquerda são consideradas no escopo deste trabalho. A crise do marxismo se manifesta, aqui, como uma reviravolta teórica e programática empreendida pelas organizações em seus projetos políticos. O aspecto essencial da mudança é o rompimento com os elementos marxistas até então vigentes e a elaboração de um projeto novo no qual tais elementos foram substituídos por referências pós-modernas e liberais. Foi para entender historicamente esta ruptura que a pesquisa se ocupou da história das duas organizações.

A história de um partido, porém, não é apenas a "narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através das quais se forma o seu programa e sua concepção do mundo e da vida".[25] A "moldura do quadro" tem que ser mais abrangente, se o objetivo não é apenas o de escrever uma crônica histórica, mas o de interpretar a história do partido. A "história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social". Mas, uma vez que os grupos ou classes sociais não existem fora do "quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, freqüentemente, também com interferências internacionais)", pode-se dizer que "escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico".[26] Esta indicação metodológica de Gramsci trás de volta a questão da *totalidade*.

Para a perspectiva assumida neste trabalho, o problema teórico-metodológico da totalidade é incontornável. Por um lado, como indicou Gramsci, a história de um partido (duas organizações partidárias, no caso) exige que se tome em linha de conta a história do "conjunto social e estatal", a própria teia de relações sociais e políticas nas quais o partido existe realmente. Por outro lado, a crise do marxismo, que é o que nos interessa mais diretamente na história das organizações, é, como vimos, um fenômeno internacional. Lidar com um evento particular, ou mesmo com uma série particular de eventos, sem perder de vista a sua relação com a totalidade em

[25] Idem, *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 87
[26] Idem, ibidem, p. 87.

movimento da qual ele é um momento determinado: este é o problema a ser enfrentado.

Dou por evidente que a questão da totalidade não pode significar o desafio de abranger no pensamento a soma total de todas as séries de eventos particulares. Este desafio não pode ser nem mesmo formulado seriamente, posto que ele implica um inventário infinito. O problema da totalidade só pode ser formulado de outro modo, como problema da *determinação da totalidade histórica*.

De partida, duas ameaças, como Cila e Caribdis, põem-se diante do historiador que considera a exigência teórico-metodológica de trabalhar com a categoria de totalidade: o objetivismo mecanicista, de um lado, e o indeterminismo subjetivista, de outro. O primeiro perigo é o de reduzir a interpretação histórica das trajetórias dos sujeitos a meros epifenômenos, completamente determinados por forças exteriores. A explicação histórica consistiria, neste caso, em estabelecer as leis objetivas gerais que comandam a história e encontrar os lugares e funções que elas predeterminaram para os agentes. O segundo perigo, no extremo oposto, é o de negar a existência de determinações históricas gerais e conceber a pesquisa histórica como descrição das subjetividades dos agentes. Neste caso a categoria totalidade precisaria ser excluída do trabalho de produção de conhecimento sobre a história.

Nem Cila, nem Caribdis. Nas trilhas do materialismo histórico é central a

> "conexão entre estrutura e processo, entre o que é dado (divisão social do trabalho, num certo momento) e o construído (formas de ação política) (...). A história não é apenas uma lógica (embora a contenha); também não pode ser reduzida à vontade consciente dos indivíduos (mas não pode dela prescindir)."[27]

O emprego dialético do conceito de luta de classes permite construir uma interpretação histórica atenta às determinações recíprocas entre a objetividade das forças sociais e a subjetividade dos agentes. O conjunto das relações sociais são, para Marx, a própria essência da humanidade, isto é, sua determinação mais profunda. Esta totalidade de relações, entretanto, que responde pela vertiginosa diversificação no tempo e no espaço da vida dos seres humanos, não é aleatória ou indeterminada. Em cada situação histórica a humanidade teve e tem que se defrontar com possibilidades sempre restritas pela necessidade incontornável de assegurar a sua própria sobrevivência material: "A primeira condição de toda a história humana é,

[27] FONTES, Virgínia. O Manifesto Comunista e o Pensamento Histórico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro, Contrapondo – São Paulo, Perseu Abramo, 1998, p. 166.

naturalmente, a existência de seres humanos vivos"[28]. Uma vez que essa existência necessita de suportes materiais, a produção desses meios materiais da subsistência é uma exigência permanente, da qual depende a própria existência da totalidade da vida social: "Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material"[29]. Ao contrário de interpretações economicistas, Marx e Engels consideram o ato de produzir, desde o início, como um ato social. Eis porque o modo de produção, como conceito, **não** deve ser considerado

> "sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, **ele representa, já, um modo determinado de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são**. (...) O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção".[30]

Com o conceito de luta de classes é possível articular dialeticamente a totalidade das relações sociais, que dependem da produção material da existência da humanidade, com a prática concreta dos agentes históricos que reproduzem desigualmente, em suas próprias esferas de atividades específicas, aquele conjunto de relações. O processo histórico de formação das classes sociais liga-se à própria história da produção da humanidade real. As classes e a luta de classes são formas de existência social inerentes aos modos de produção baseados na apropriação desigual e exploração do trabalho excedente. É evidente que nem todas as relações sociais podem ser definidas como relação de classe, nem são todas diretamente redutíveis a estas, no sentido de oposição imediata ou mecânica entre dominantes e dominados. No entanto, todos os espaços sociais em que se travam as diversas relações humanas são atravessados, também, por relações de classe. Pode-se afirmar, então, que as relações de classe, uma vez que respondem diretamente pela própria possibilidade material da existência social, são relações sociais fundamentais. Cada ato humano, embora responda à sua própria causalidade, só se viabiliza historicamente a partir da *totalidade de relações sociais* na qual se inscreve, totalidade que depende, por sua vez, para poder existir, das relações de classe. As classes e a luta de classes podem, efetivamente, ser abolidas, mas isso depende de uma profunda transformação no modo de produzir a existência social. O fato de que muitos historiadores e cientistas

---

[28] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. S. Paulo, Martins Fontes, 1989, p. 12.
[29] Idem, ibidem, p. 13.
[30] Id., ibid., p. 13, grifos meus.

sociais fechem os olhos para as lutas de classe do presente ou do passado não tem, infelizmente, o poder de dissolver a própria realidade.

A conhecida afirmação do *Manifesto do Partido Comunista* de que "A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes"[31] tem o mérito adicional de indicar o caráter histórico desta determinação. As formas históricas efetivas das lutas de classes não são meros prolongamentos lógicos da divisão social do trabalho. Os conflitos decorrentes da divisão social são inescapáveis, mas o sentido que cada agente histórico atribui a eles não é automático. Entre a condição objetiva de classe, que institui lugares sociais conflitantes para os sujeitos históricos, e as formas culturais e políticas de lidar com a realidade desta condição (ou mesmo de ignorá-la) há um espaço de mediações cruciais. Sobre esta condição incidem as atividades de organização e direção intelectual e moral, das quais os partidos são instrumentos privilegiados. A própria dinâmica da luta de classes pode ser alterada por estas mediações, resultando em oscilações na correlação entre as forças em conflito.

Os parâmetros teórico-metodológicos deste trabalho estão agora apresentados, em suas linhas gerais. A procura da relação dialética entre os eventos particulares e a totalidade foi a orientação geral da abordagem. Se os seus defeitos não forem demasiado superiores aos seus méritos, este estudo da história das duas organizações terá sido, também, o estudo da história recente do Brasil "a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico". A crise do marxismo no projeto político das organizações brasileiras aparecerá, eu espero, como um aspecto nacional de um problema de história mundial. O elemento de mediação entre o particular e o geral, que de fato é o eixo da interpretação histórica tentada aqui, é a dinâmica da luta de classes no período pesquisado. O desdobramento desta abordagem em análises concretas não tem porque ser antecipado nesta Introdução. É disso que tratam as páginas seguintes.

Compreender o que se passou com as organizações de esquerda que romperam com o marxismo exigiu, assim, uma investigação histórica em perspectiva materialista e dialética. Um estudo marxista sobre a crise do marxismo, é o que o leitor vai encontrar nas próximas páginas. Ao invés de crise de paradigma, análise concreta de sujeitos concretos, suas práticas e conflitos, seus projetos. A pesquisa

[31] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold J., *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 93.

voltou-se para os construtores de projetos políticos, os intelectuais de esquerda organizados como correntes políticas, interrogando sua *práxis* e suas relações com a dinâmica da luta de classes. Sua descoberta mais importante foi a de que o abandono do marxismo, perpetrado no curso da reviravolta nos projetos políticos das organizações, foi a expressão de uma mudança de concepção de mundo de intelectuais que se deslocaram no terreno da luta de classes. Um caso histórico de transformismo.

Algo deve ser observado ainda sobre a orientação geral deste trabalho. Há uma enorme profusão de argumentos erigidos contra o marxismo pelas organizações de esquerda que pesquisei. Em muitos momentos, travaremos um debate também nesse terreno, mas não é esse o escopo central desta tese. Este combate teórico e político é relevante, mas relembro que, aqui, o fio condutor é o processo histórico no qual ocorre a crise do marxismo.

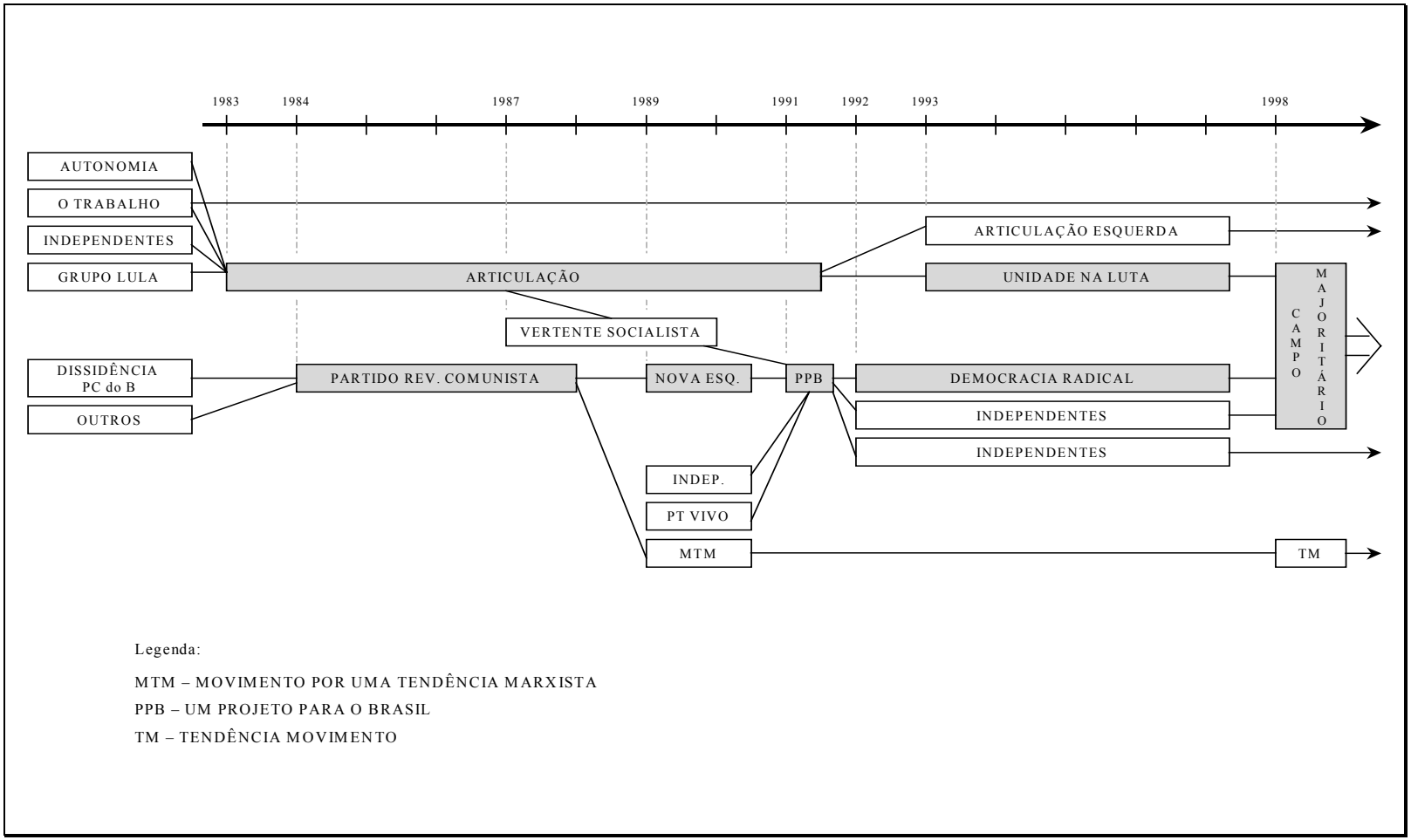
A exposição está dividida em três partes. A primeira acompanha e analisa a trajetória das duas organizações e de seus projetos políticos desde suas origens, por volta de 1979, até o final da década de 80. O capítulo 1 segue as pegadas da Articulação ao longo do processo pelo qual ela se constituiu na corrente hegemônica de um grande movimento contra-hegemônico que culminou em 1989. No capítulo 2 é analisada a experiência do PRC, uma tentativa de construção do partido de vanguarda da revolução socialista no Brasil. Ao longo de todo este primeiro período (que se encerra em 1987, para o PRC, e em 1989, para a Articulação), os projetos políticos de ambas as organizações, conquanto guardassem entre si grandes diferenças, eram estruturados com base em elementos marxistas. O capítulo 3 apresenta meus argumentos em defesa desta caracterização, a partir da proposição de uma concepção geral do marxismo e do estabelecimento das diferentes formas de apropriação do marxismo realizadas pelos dois agrupamentos.

A segunda parte do texto trata do período que se abre com o início da guinada teórica e programática. As mudanças do projeto político da Articulação e o que elas implicaram em termos da alteração nas relações entre as diferentes correntes do PT são examinadas no capítulo 4. Ao abandono da perspectiva contra-hegemônica do projeto político correspondeu, no plano interno, a substituição da política de hegemonia pela de supremacia. O processo do PRC, apresentado e discutido no capítulo 5, foi mais agudo: exigiu a liquidação da própria organização, em 1989, e a sucessão de experiências organizativas, enquanto o projeto político passava por

seguidas reformulações. A crítica direta ao marxismo, que não parou de evoluir entre a dissolução do PRC e a organização da Democracia Radical, foi o eixo da reformulação programática desta corrente. O capítulo 6 analisa as características do novo projeto político que emerge da reviravolta das duas organizações. Um projeto político, entretanto, não é apenas um conjunto de enunciados. Ele é o produto do trabalho de agentes históricos específicos, os intelectuais de esquerda, e expressa uma posição frente ao mundo, uma visão de mundo. Argumentarei para demonstrar que o novo projeto da esquerda, que se caracteriza por haver abandonado as referências marxistas do passado e por incorporar, prioritariamente, elementos do pós-modernismo e do liberalismo, é a expressão da passagem para uma outra *Weltanschauung*.

A terceira e última parte do texto sistematiza os argumentos a partir dos quais eu proponho interpretar esta passagem como uma experiência de transformismo. No capítulo 7 eu discuto a criação das condições favoráveis ao transformismo através da análise de algumas dimensões da luta de classes no mais recente período do capitalismo e da configuração de uma derrota histórica das classes subalternas. No capítulo 8 eu apresento as duas formas concretas pelas quais se processou o transformismo das correntes de esquerda pesquisadas, e o papel do transformismo na consolidação da nova hegemonia burguesa no Brasil pós-ditadura militar.

## Quadro 1: –Evolução Organizativa das Tendências Pesquisadas (1983-1998)




Legenda:

MTM – MOVIMENTO POR UMA TENDÊNCIA MARXISTA

PPB – UM PROJETO PARA O BRASIL

TM – TENDÊNCIA MOVIMENTO

# I PARTE

# INTELECTUAIS ORGÂNICOS

# E VANGUARDA COMUNISTA

## CAPÍTULO 1

# ARTICULAÇÃO: INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E O PRINCÍPIO DA CONTRA-HEGEMONIA

> *Trabalhador brasileiro/escute, preste atenção/pois votar é coisa séria/exige reflexão/não desperdice seu voto/chega de eleger patrão.*
> *O patrão mais o dinheiro/tem a lei a seu favor/ tem o apoio da imprensa/ e o que mais preciso for/mas dessa vez não terá/ voto de trabalhador.*
> *Enquanto o povo trabalha/ a burguesia enriquece/ nos bancos do estrangeiro/ a dívida do Brasil cresce/ o povo que não tem culpa/ calado tudo padece.*
> *Correm soltos mordomia/ desmandos e corrupção/ sai ministro, entra ministro/ não muda a situação/ por trás de cada ministro/ há o dedo do patrão.*
> *A nação está cansada/ chega de tapeação/ o povo já não suporta/ conviver com a opressão/ queremos democracia/ sem tutela de patrão.*
> *Um partido que é do povo/ sem pelego, sem patrão/ sem luxo, sem mordomia,/ sem furto, sem corrupção/ onde não se compra voto/ e nem se vende ilusão.*
> *Existem outros partidos/ todos da "oposição"/ e por trás de cada um/ está oculto um patrão/ cuidado trabalhador:/ escute, preste atenção.*[1]

Pode parecer estranho incluir a tendência Articulação entre os grupos a serem estudados a propósito da crise do marxismo no projeto político da esquerda. Afinal, como veremos, a corrente majoritária foi a principal responsável por haverem sido rejeitadas várias propostas de incluir nos documentos programáticos do Partido dos Trabalhadores afirmações explícitas da filiação do partido ao marxismo. No debate interno com outras tendências, a Articulação foi várias vezes acusada de anti-marxista. Tentaremos, mais à frente, esclarecer esta questão, que é, na verdade, sobre a natureza da relação da Articulação com o marxismo. Nossa hipótese é de que os termos desta relação se alteraram profundamente ao longo do período e de que é pertinente falar de crise do marxismo neste caso. Mas os meios para lidar com esta

[1] *A Hora e a Vez do Trabalhador*. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 305-D, fl 839 e ss. Estes versos são fragmentos de um cordel divulgado por militantes do Partido dos Trabalhadores do Piauí e reproduzido pelo núcleo do PT de Duque de Caxias (RJ). O exemplar do APERJ foi recolhido pela polícia política em novembro de 1981 num ato público na baixada fluminense.

questão precisam ainda ser expostos, é à análise histórica que recorreremos para obtê-los.

Este capítulo examina a trajetória da tendência desde suas origens, no processo de fundação do PT, até a campanha eleitoral de 1989. Ao longo deste primeiro período o projeto político da Articulação se constituiu sob a influência de tradições políticas e teóricas bem distintas, o que não impediu que se montasse uma base programática mínima. A tarefa, aqui, consiste em precisar as características da formulação programática e da prática política desenvolvidas pela Articulação no processo de sua consolidação como núcleo dirigente do Partido dos Trabalhadores. A primeira parte do capítulo trata do contexto em que se organiza o embrião do que seria a Articulação. Em seguida são abordados o processo de constituição da tendência e sua trajetória como grupo hegemônico do bloco político contra-hegemônico das classes subalternas no Brasil dos anos 80.

## 1.1 A LUTA DE CLASSES E A GÊNESE DE UMA NOVA FORMAÇÃO POLÍTICA

O grupo que se organizou formalmente em 1983 e que ficou conhecido inicialmente como *Articulação dos 113* constituiu-se de militantes cujas trajetórias se cruzaram no espaço político aberto no final dos anos 70 pelas mobilizações dos trabalhadores. É para essas mobilizações que temos que olhar primeiro se queremos compreender o processo que, em 1979, originou a nova formação política que foi o Partido dos Trabalhadores e seu grupo majoritário, a Articulação.

O ciclo de greves deflagrado com as greves metalúrgicas de São Bernardo em 1978 e 1979 é um dos mais importantes acontecimentos da história do Brasil contemporâneo. Estudiosos do mundo do trabalho são praticamente unânimes em reconhecer aqueles eventos como um marco para a história do movimento operário brasileiro, e não faltam razões para esta conclusão. A ditadura militar havia reprimido violentamente as greves de Contagem e Osasco, em 1968, após o que seguiram-se anos descritos por Leôncio Martins Rodrigues como de "calmaria".[2] O termo, reconheçamos, não é o mais adequado para nomear um período em que as lideranças sindicais ligadas ao PCB e ao PTB haviam sido perseguidas e cassadas e durante o

[2] As tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais. In: BOITO JR., Armando (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 13.

qual os operários não cessaram de desenvolver formas de luta e resistência no chão da fábrica.[3] As grandes greves do final da década, afinal, "não surgiram do ar". Parte do sucesso das mobilizações se deve ao "trabalho 'miúdo' no interior das fábricas no período de resistência".[4] Marcelo Badaró mostrou que existem importantes conexões entre as experiências dos trabalhadores nas lutas anteriores ao golpe e na resistência à ditadura e a eclosão do chamado *novo sindicalismo*.[5] É sempre necessário lembrar que a estrutura sindical não foi destruída pela ditadura. Sindicatos e federações continuaram a existir, embora sua esfera de atuação tenha se restringido muito com a determinação dos índices de reajuste salarial diretamente pelo governo federal (Lei n° 4.725 de 1965 e alguns decretos-lei posteriores), bloqueando as possibilidades de negociação direta com os patrões.[6] De qualquer modo, Leôncio Rodrigues está fazendo referência a um dado relevante: o movimento operário, se não era, como ele afirma, um completo ausente do "jogo político brasileiro", estava longe de conseguir exprimir na cena pública toda a intensidade dos conflitos existentes nos lugares concretos da relação capital-trabalho. As greves, instrumento privilegiado de luta dos trabalhadores, essas estiveram, de fato, ausentes por uma década inteira.

Aqui já se começa a perceber a dimensão adquirida pelo ressurgimento das greves a partir de 78: foi o reencontro do movimento sindical com a prática da reivindicação salarial, com a forma mais importante de luta contra a exploração do trabalho. Era, nas palavras de Ricardo Antunes, o "reaparecimento pujante e coletivo de uma classe após anos de opressão e resistência".[7] O mero fato de haver greves, o seu simples ser, era um acontecimento político relevante num contexto em que o poder ditatorial trabalhava para interditar todas as expressões de conflito social. Ora, precisamente esta interdição – cuja forma jurídica era a legislação anti-greve - era frontalmente desafiada pelos trabalhadores mobilizados. E a rebeldia dos trabalhadores não arranhou somente a proibição de greves. Na medida em que

---

[3] A respeito das múltiplas formas de luta operária nos anos 60 e 70, que incluíam diversas técnicas de sabotagem, inclusive danificação de máquinas, furtos e outras, e também tentativas de greves, ver FREDERICO, Celso. *A Vanguarda Operária*. São Paulo, Símbolo, 1979 e, do mesmo autor, *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1979.

[4] RODRIGUES, Iram Jácome. As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical. In: BOITO JR, Armando (org.) *O Sindicalismo Brasileiro* ... op. cit, p. 149.

[5] BADARÓ, Marcelo. *Novos e Velhos Sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

[6] Um estudo meticuloso sobre a configuração da estrutura sindical brasileira encontra-se em BOITO JR., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, Edunicamp – São Paulo, HUCITEC, 1991.

[7] *A Rebeldia do Trabalho*. 2ª. ed., Campinas, Edunicamp, 1992, p. 31. Numa perspectiva muito próxima à de Antunes há um outro estudo sobre o significado das greves metalúrgicas em José Chasin: As Máquinas Param: Germina a Democracia. *Revista Ensaio*, 7, São Paulo, Escrita, abril de 1982.

lutavam contra o arrocho, os grevistas questionavam simultaneamente a política salarial e a própria política econômica dos governos militares. Que este desafio não tenha sido subestimado pela ditadura fica evidenciado pelas medidas repressivas tomadas contra os grevistas – intervenção em sindicatos, prisão de lideranças, apreensão de material de propaganda, censura, interdição de espaços para reuniões e assembléias. No caso das greves dos metalúrgicos do ABC fica evidente que a repressão endureceu a cada nova investida dos trabalhadores, chegando ao ápice na greve de 1980, quando houve vários confrontos de rua entre grevistas e a polícia e quando quase toda a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo e Diadema, que liderava a mobilização, estava na cadeia.[8]

Entretanto, a despeito de todo o aparato repressivo acionado contra os trabalhadores, desta vez a repressão não conseguiu derrotar e imobilizar o movimento como em 1968. Em parte isso se deve ao fato de que as greves de 1978 não ficaram restritas aos metalúrgicos do ABC, e menos ainda as dos anos seguintes. As mobilizações metalúrgicas foram as que alcançaram maior visibilidade na imprensa e as que mereceram mais atenção por parte dos analistas. O fato de acontecerem no pólo mais dinâmico da economia brasileira, no coração da acumulação capitalista, justifica plenamente o destaque que alcançaram. Mas, também em razão da sua grande visibilidade, as greves metalúrgicas funcionaram como estopim, abrindo caminho para mobilizações de vários outros segmentos. Algumas outras categorias de trabalhadores fizeram greves já em 1978, e muitas mais nos anos posteriores.

De acordo com Eduardo Noronha, em 1979 foram realizadas 246 greves, sendo que 18% delas foram de metalúrgicos. Do total de quase 21 milhões de jornadas de trabalho perdidas, 31% foram causadas por greves de metalúrgicos. O restante das greves (82%) e das jornadas perdidas (69%) foram obra da mobilização

[8] Há abundancia de relatos e estudos sobre as greves metalúrgicas de 1978-1980. Dentre as mais citadas podemos mencionar A Greve na Voz dos Trabalhadores. In: *História Imediata* 2, São Paulo, Alfa Ômega, 1979; Quarenta e Um Dias de Resistência e Luta. Uma análise da greve feita por quem dela participou. *Cadernos do Trabalhador I*, São Bernardo, ABCD Sociedade Cultural e URPLAN – PUC, São Paulo, 1980; BARGAS, O. e RAINHO, Luis Flávio. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977/1979)*. S. Bernardo, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de S. Bernardo, 1983; IANNI, Otávio. *O ABC da Classe Operária*. São Paulo, Hucitec, 1980; MARONI, Amnéris. *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1982; MOURA, E. S. de e MENDONÇA, O. *O ABC da Greve*. Documento de São Bernardo, 1980. Alguns autores de textos produzidos "no calor da hora" seriam protagonistas importantes nos desdobramentos políticos das greves. É o caso de CORREA, Hercules. *O ABC de 1980*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980; e de GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário. *Desvios*, n° 1, ano 1, novembro de 1982.

de outras categorias de trabalhadores (principalmente operários da construção civil, motoristas e cobradores, médicos e professores).[9] Portanto, se houve um severo desacato à legislação antigreve da ditadura, se houve um questionamento agudo da política salarial e, por conseqüência, da própria política econômica, estes atos rebeldes foram cometidos por vários setores da classe trabalhadora. Podemos falar que a "explosão de greves" daqueles anos expressou o esforço, afinal bem sucedido, dos trabalhadores para sair dos espaços mais restritos determinados pela ditadura e limitados basicamente à resistência. Isso mudava a configuração da luta de classes no país. Este ponto é da maior importância para compreender em que a caracterização que fazemos do momento histórico de surgimento do PT difere de vários estudos precedentes.

Algumas das mais conhecidas análises da história do Partido dos Trabalhadores definem o contexto histórico de sua fundação a partir de um determinado sentido atribuído à categoria de *transição*. O termo designa um fenômeno político importante na história recente do país, a saber, a lenta e titubeante passagem de um modo de dominação política (a ditadura militar instalada com o golpe de abril de 1964) para outro (a democracia burguesa, concretizada com a derrota em eleições presidenciais indiretas do candidato apoiado pelo último general presidente em 1985 e formalizada com a Constituição promulgada em 1988). Mas quando foi empregado como categoria central de interpretação de um período histórico, o termo aportou alguns problemas que nem sempre foram enfrentados pelos analistas. O maior deles é o de apontar para uma circunscrição da complexidade histórica aos parâmetros das formas políticas. Estou sugerindo, em contraponto, que a própria transição, como fenômeno histórico, não se determina por si mesma e, portanto, não é auto-explicativa. Isto não significa negar que houve uma transição política ou supor que ela não tenha produzido efeitos da maior importância em múltiplas dimensões da vida social brasileira. A gênese do PT, por seu turno, é um processo histórico cuja compreensão exige conceber o momento histórico a partir de determinações mais ricas que as permitidas pela categoria *transição*, ao menos no sentido em que foi predominantemente empregada pelos estudiosos.

---

[9] NORONHA, Eduardo. A Explosão das Greves na Década de 80. In: BOITO JR, Armando (org). *O Sindicalismo*... op. cit. Este autor apresenta dados que provam a expansão horizontal (incluindo novas categorias) e vertical (aumento do número de grevistas e de jornadas perdidas) das greves no período.

Margareth Keck, em obra resultante de extensa pesquisa sobre o PT, inicia o seu livro com dois capítulos dedicados ao debate sobre a "transição brasileira para a democracia". A transição "começou em 1973, com a decisão do presidente militar, general Ernesto Geisel, de dar início à liberalização gradual do regime, e terminou em 1989, com a realização da primeira eleição presidencial direta, depois de três décadas".[10] Já aqui se pode perceber que Keck não se pergunta o que poderia levar os círculos superiores do governo militar (ou mesmo a pessoa do general Geisel, como ela parece preferir) a "decidir" iniciar a "liberalização do regime". Ora, esta é uma pergunta essencial, se não queremos que a história política se reduza às questões de foro íntimo dos mandatários. Sem enfrentar este problema, a autora termina por discutir a transição num marco analítico reducionista (com quais "atores", em quais bases institucionais, com que projetos em disputa e com qual solução vencedora). Mas a opção de Keck não é isolada, ao contrário. Ela segue a pista da maioria dos trabalhos dedicados à temática da transição.

A perspectiva predominante nos estudos mais conhecidos sobre a transição é a de autonomizar a esfera da política, privilegiando a análise dos "atores" frente às situações em que se pode configurar uma "estrutura de escolha". Influenciada em maior ou menor grau pela teoria da escolha racional (*rational choice*), esta linha de investigação opera uma espécie de suspensão da política, uma redução que consiste em cancelar, ou no mínimo secundarizar, as conexões entre o mundo da política e o seu suposto exterior.[11] Estas abordagens obtiveram resultados relevantes ao revelar aspectos específicos da movimentação de certos sujeitos políticos naquele momento histórico, mas seus limites são evidentes. Tomar as elites, ou os "atores relevantes", como sujeitos completos da política é uma opção analítica que desconsidera a pertinência da política a um universo de relações dentro do qual ela mesma é uma parte determinada. A principal questão, dentre várias outras, que escapa à capacidade explicativa da *rational choice* é precisamente a da emergência de poderosos

[10] KECK, Margareth. *PT: A Lógica da Diferença*. São Paulo, Ática, 1991, p. 11. Há algumas outras passagens do texto em que ela volta a referir-se à transição como resultante da decisão do presidente Geisel.

[11] Cf. MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil.* Porto Alegre, Mercado Aberto – Rio de Janeiro, FGV, 2001; STEPAN, Alfred. Introdução. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1988; PRZEWORSKI, Adam. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia? In: MOISÈS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.) *Dilemas da Consolidação Democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; REIS, Fábio Wanderlei. Consolidação Democrática e Construção do Estado. In: REIS, Fábi Wanderlei e O´DONNEL, Guillermo (orgs.) *A Democracia no Brasil – Dilemas e Perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.

movimentos de massas nos últimos anos da década de 70. Na medida em que estes "novos personagens", para usar a feliz expressão de Eder Sader, não são secundários, mas causadores de uma interferência de grande amplitude na transição, a lacuna na teoria se torna excessivamente grave.

Caminhos alternativos para pensar a transição teriam que considerar mais seriamente as lutas sociais como dimensão fundamental da história, como forças que plasmam o próprio terreno histórico onde se movem os "atores" políticos, se quisermos preservar a nomenclatura.[12] A transição, como nome de um fenômeno histórico, ganha em complexidade de determinações: não é mais, apenas, a resultante das interações dos "atores políticos racionais" sobre um tabuleiro institucionalmente demarcado, nem dos conflitos produzidos pela luta pela demarcação institucional de outras regras para a disputa política, mas a resultante de uma determinação múltipla de agentes históricos em ação, por dentro e por fora dos espaços políticos tradicionais, postos em movimento por seus conflitos. Por esta perspectiva, as lutas operárias do final dos anos 70 deixam de ser apenas mais um dado do contexto histórico e assumem, na análise, a posição de centralidade correspondente ao seu papel histórico real.

Quando dezenas ou até uma centena de milhar de trabalhadores ocupam estádios e praças, como ocorreu em 1979 e 1980, desafiando abertamente as interdições impostas pela ditadura, há um questionamento direto sobre a efetiva capacidade dirigente dos mandatários. Diante da reincidência e da expansão das greves, o modo de dominação ditatorial provou sua ineficiência para salvaguardar adequadamente os interesses dominantes. Há indícios claros de que muitos dentre os empresários que se beneficiaram das políticas de arrocho salarial implementadas e garantidas diretamente pelo governo, diante da intensidade dos conflitos e da persistência dos trabalhadores estavam dispostos a mudar sua posição: trocariam de bom grado os respaldos legais e repressivos fornecidos pela ditadura por espaços de busca de solução negociada. E isso não por estarem comprometidos com os valores universais da democracia, mas por calcularem custo e benefício:

---

[12] Iniciativas neste sentido, em perspectivas muito diferentes, foram as de FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986; SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. 2ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 1988; CARDOSO, Fernando Henrique. A Construção da Democracia. São Paulo, Siciliano, 1993; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo, Brasiliense, 1978.

> "Na greve de 80 deu tudo certo, a única coisa que não estava na nossa previsão era que o governo proibisse as empresas de negociar. Os empresários enviaram uma carta para o governo dizendo que 10 dias de máquinas paradas significam muito mais do que o aumento que pedíamos. E o governo respondeu dizendo para não darem o aumento porque o Banco Central e o Banco do Brasil bancariam o prejuízo".[13]

Marco Aurélio Garcia confirma a existência de empresários "mais modernos, na sua grande maioria ligados a setores de ponta da indústria metal-mecânica, que começam a defender publicamente algumas modificações da política econômica e também um tipo de relacionamento distinto com o campo sindical".[14] A questão de "transitar" para outra modalidade de dominação tornou-se crucial e muito mais urgente do que até então, o que explica a atuação destacada de políticos do regime na montagem de estratégias de transição. No noticiário político dos primeiros anos da década de 80 aparecem como os principais heróis da transição democrática os políticos do PMDB e os dissidentes do PDS que foram, de fato, os "operadores políticos" da mudança institucional. Mais uma vez a visão ilusória pode se dissipar diante da indagação do historiador: que problemas tentavam resolver os "atores" com o seus projetos específicos de democracia? Por que a democratização se tornou uma necessidade para sujeitos que estiveram comprometidos com a ditadura desde a primeira hora e até o instante imediatamente anterior? Não custa lembrar o papel de personagens como Aureliano Chaves, Antonio Carlos Magalhães e José Sarney, para citar somente três dos políticos de destaque da ARENA que levaram água ao moinho da oposição parlamentar em meados dos 80. Formular estas questões já é suficiente para demonstrar que a história da transição é muito mais do que a história das escolhas e das interações entre os "atores políticos relevantes". Os problemas que exigiram dos políticos a lenta desmontagem da ditadura através de uma transição eram oriundos da agudização dos conflitos e das contradições sociais. Lá, no caldeirão das lutas, é que se estava forjando a história.

Há um interessante debate, a meu ver ainda não esgotado, sobre as explicações para a explosão da mobilização operária no final dos 70. Vários autores que haviam teorizado sobre a inação do operariado brasileiro durante a ditadura viram seus argumentos ruírem a partir de 78. As tentativas de explicação elaboradas a partir

---

[13] LULA: Retrato de Corpo Inteiro. Depoimento dado a R. Antunes, A. Rago, M. D. Prades e P. D. Barsotti. Revista Ensaio, n° 9, São Paulo, Escrita, janeiro de 1982. Apud ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia*... op. cit, p. 91..

[14] In: HARNECKER, Marta. *O Sonho Era Possível*. Havana, MEPLA – São Paulo, Casa América Livre, 1994, p. 29.

daí avançaram pontos importantes, mas persistem muitas divergências. Uma das mais significativas, sobretudo porque se reproduz no interior do próprio movimento dos trabalhadores, é a que se expressa no confronto entre posições como a de Ricardo Antunes, para quem o significado das greves é o de luta contra a superexploração do trabalho e a de José Álvaro Moisés, que entende que aquele era um movimento por direitos civis, políticos e sociais, uma luta por cidadania.[15]

As interpretações que omitem ou secundarizam a determinação de classe das lutas naquele período desviam-se do essencial. Nas lutas sociais daquele contexto atuam claramente dois contendores principais: setores da classe trabalhadora e representantes do capital. O caráter de classe das lutas é mais evidente no caso das greves, que foram momentos de enfrentamento direto entre patrões e empregados. Mas havia outros movimentos "explodindo" na mesma conjuntura. Assim como as greves não vieram do ar, também estes movimentos têm suas raízes plantadas ao longo dos anos 70, freqüentemente associados a organizações da Igreja Católica.[16] Mas qual o sentido das lutas contra a carestia, pela posse da terra ou por transporte ou moradia dignos? São todos confrontos travados por sujeitos contra formas de carência material que resultam do fato de que se apropriam somente de uma parcela desproporcionalmente pequena da riqueza social. Esta situação, por sua vez, é determinada pela condição de classe: não sendo proprietários dos meios de produção, somente podem adquirir os meios de sobrevivência com aquilo que obtém mediante a venda da sua própria força de trabalho. As condições em que esta venda tem de ser realizada (que podem variar muito) e mais os mecanismos de exploração do trabalho podem determinar uma forte deterioração do preço desta mercadoria, o que se expressa como restrição do poder de adquirir meios de vida, ou seja, carência material. Se é assim, a luta contra a alta de preços dos alimentos ou pelo direito de morar são formas de luta contra situações de carência que decorrem do próprio modo capitalista de produção e que afligem aqueles que, possuindo ou não vínculos formais de emprego, vivem do seu próprio trabalho. A protagonista dessas outras lutas

---

[15] ANTUNES, R. *A Rebeldia*... op. cit; MOISÉS, J. A. *Lições de Liberdade e Opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Um comentário sobre a mudança de enfoque nas abordagens do movimento operário encontra-se em BADARÓ, Marcelo. *Novos e Velhos Sindicalismos*... op. cit.

[16] Sobre as formas organizativas populares ligadas a à Igreja Católica ver KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (orgs.) *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*. Porto Alegre, L&PM, 1986. MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC*. São Paulo, Hucitec – S/ao Caetano do Sul, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994. Eder Sader discute a presença da "matriz discursiva" das comunidades de base nos movimentos sociais que emergem na década de 70 em São Paulo: *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. Op. cit.

específicas, também marcantes no período das grandes greves, foi, sim, a classe trabalhadora, ao contrário do que pensa a maioria dos estudos recentes sobre os movimentos sociais, que desconsidera a centralidade da condição de classe e privilegia, em suas análises, as dimensões dos conflitos que podem ser interpretadas como lutas por direitos e por cidadania.[17]

Mesmo quando, nos conflitos, os protagonistas não se referem a si mesmos como classe trabalhadora (e sim como moradores de favela ou usuários de trens suburbanos, por exemplo) a objetividade da sua condição de classe é inescapável. Sem a desigualdade histórica de classes tais conflitos pela apropriação da riqueza social nem sequer ocorreriam. Está claro, porém, que nem todos os movimentos sociais possuem o mesmo caráter de classe. O movimento pela Anistia e o movimento estudantil, para citar dois protagonistas importantes das lutas do período, são exemplos de casos mais matizados, que não se prendem do mesmo modo à determinação de classe. Mesmo assim, é preciso reconhecer que as lutas pela reorganização da UNE (com a reunião que resultou na invasão da PUC/SP em 1978 e o congresso de Salvador no ano seguinte) ocorreram, não por mera coincidência, no mesmo contexto de mobilizações dos trabalhadores. No caso da Anistia é importante notar todas as tentativas de aproximação com o movimento dos trabalhadores, culminando com formas de solidariedade ativa durante as greves do ABC. Um dos mais destacados militantes do movimento tornou-se advogado dos sindicalistas presos em 1979: era Luis Eduardo Greenhalg. Vários outros militantes que se tornaram quadros importantes do PT e da Articulação (como Perseu Abramo) estiveram ligados ao movimento pela Anistia. De qualquer modo, mesmo que os protestos sejam quase sempre direcionados contra aspectos da realidade que é dominada pelas formas da sociabilidade capitalista, a abordagem dos problemas pode se dar, no caso de certos movimentos, em perspectiva excessivamente particularista e fora dos marcos

[17] Alguns exemplos encontram-se em ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte, UFMG, 2000. FONTES, Breno A. S. M. (org.) *Movimentos Sociais: produção e reprodução de sentido*. Recife, UFPE, 1999. GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. 2ª. ed., S. Paulo, Loyola, 2000. ROSSIAUD, Jean e SCHERER-WARREN, Ilse. *A Democratização Inacabável*. Petrópolis, Vozes, 2000. SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?* S. Paulo, Brasiliense, 1987. SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª. ed. S. Paulo, Loyola, 1996. Por outro lado, a historiografia marxista inglesa, particularmente as obras de E. P. Thompson e os trabalhos de Eric Hobsbawm sobre o "mundo do trabalho" tem ajudado vários pesquisadores a perceber as múltiplas dimensões da vida social como constitutivas da experiência de classe. É desta perspectiva que, por exemplo, Marcelo Badaró fala em "trabalhar e viver" na cidade como aspectos da experiência de classe. (*Novos e Velhos Sindicalismos*, op. cit.).

históricos das lutas da classe trabalhadora. Mas este não foi o caso da maioria dos movimentos populares emergentes a partir da metade dos anos 70 no Brasil.[18]

É verdade que, em certos casos, o destinatário do protesto não era um capitalista em sua empresa, e sim o Estado. Este é, aliás, um dos principais argumentos levantados pelos analistas que negam a determinação classista dos conflitos: o objetivo final dos movimentos seria a democratização do Estado e a mudança na natureza de suas relações com a sociedade civil. A suposição implícita nas análises sobre as virtualidades da cultura política democrática engendrada pelos movimentos sociais é a de que o caráter de classe do Estado deixa de ter importância, tanto na teoria como na prática política. O conceito gramsciano de Estado ampliado seria a base para pensar o Estado para além das determinações de classe, vistas como demasiado estreitas. A prioridade é que o Estado legitime e institucionalize os conflitos e, com isso, redefina sua relação com a sociedade. Estes são objetivos que se poderia alcançar com mudanças na cultura política e com a democratização do Estado, sem a necessidade de transformar a base dos conflitos sociais.[19] A "utopia democrática" consistiria na construção

> "entre Estado e sociedade, de arenas públicas que dêem visibilidade aos conflitos e ressonância às demandas sociais, permitindo, no cruzamento das razões e valores que conferem validade aos interesses envolvidos, a construção de parâmetros públicos que reinventam a política no reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação de políticas que afetam a vida de todos".[20]

---

[18] A literatura é muito extensa sobre este tema. Ver, por exemplo: SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. Op. cit; MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. A Revolta dos Suburbanos ou "Patrão, o Trem Atrasou". In: MOISÉS, José Alvaro et. al. *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. 2ª ed., Rio de Janeiro, CEDEC – Paz e Terra, 1978; LARANJEIRA, Sônia M. G. Classes e Movimentos Sociais na América Latina: Questões para debate. In: LARANJEIRA, Sônia M. G (org.) *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, HUCITEC, 1990. Esta é uma questão controversa entre os estudiosos. Dentre os autores que estudaram os movimentos sociais do período e chegaram a conclusões semelhantes sobre o seu caráter de classe, alguns, em obras posteriores, mudaram seus critérios de sua análise. Tive oportunidade de examinar esta mudança de referenciais teóricos em COELHO, Eurelino. *As Novas Faces do Socialismo Burguês*. Comunicação apresentada no III Colóquio Marx-Engels, UNICAMP, 2003.

[19] '*É a própria noção de estado separado da sociedade que está em cheque aqui, na medida em que o debate público dos interesses da sociedade impede que se conceba, por exemplo, a economia como uma esfera sem sujeito, ou cujo sujeito é totalmente determinado pela lógica capitalista*". BAIERLE, Sérgio Gregório. A Explosão da Experiência. Emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos.* Op. cit., p. 213.

[20] PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Conflito e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*, op. cit., p. 116.

Evidentemente não há como realizar aqui a extensa crítica que considero necessário fazer sobre essas idéias, inclusive sobre o emprego abusivo da noção de Estado ampliado. Limito-me a indicar linhas gerais de contestação, suficientes para prosseguir com meu argumento. É preciso reconhecer que, em sua relação com o Estado, os conflitos sociais podem assumir formas mais complexas, mais mediadas, sem deixar de ser, no entanto, expressão da luta de classes. A questão chave aqui diz respeito ao caráter do Estado. Segundo penso, a mera existência do Estado, em qualquer contexto histórico conhecido, indica a presença de algum tipo de dominação de classe. As importantes experiências de ampliação da participação em vários governos de esquerda no século XX, bem como as políticas públicas de distribuição de renda implicaram em alterações significativas da configuração do Estado e das lutas, mas não modificaram sua natureza de classe. Mesmo quando funcionou como arena de conflitos e ainda nos momentos em que apresentou soluções pontuais que foram ao encontro das aspirações das classes subalternas, ou seja, mesmo quando se ampliou, o Estado cumpriu, antes de tudo, seu papel de garantir a ordem que não era outra senão a ordem de dominação do capital.[21]

Compreendidos como experiências diversificadas de luta de setores da classe trabalhadora, os conflitos sociais deste período não apenas apressaram a política, encurtando os prazos da transição, mas deram a ela um conteúdo novo. As greves e a emergência dos movimentos sociais trouxeram "novos personagens" para a cena pública e, com eles, novas demandas, novos valores, novas práticas. O adjetivo "novos" tem um sentido preciso: após anos de estreitamento dos espaços de ação pública, os movimentos da classe trabalhadora ressurgem nos conflitos em céu aberto e renovam a política do país com a sua simples presença. Abre-se um novo momento na história política quando forças sociais poderosas procuram meios para se expressar. Se os conflitos sociais intensificados abalaram os fundamentos da ditadura, alguns dos seus mais importantes protagonistas não encontraram formas adequadas de expressão política no partido legal de oposição. A discussão sobre um novo partido de esquerda começou a se impor como necessária para estes personagens. A reconfiguração da luta de classes criou a necessidade de engendrar uma nova formação política.

---

[21] Para uma discussão do Estado como uma das "personificações do capital" ver MÉSZAROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo – Campinas, Edunicamp, 2002, especialmente o capítulo II (*A Ordem da Reprodução Sócio-Metabólica do Capital*).

Era evidente que as forças populares que emergiram nos conflitos daqueles anos se apresentariam no espaço da política como oposição ao regime militar. Isso decorria da própria experiência concreta das lutas contra a política de arrocho salarial, contra as carências de serviços públicos, contra a falta de liberdade de organização e de expressão. Em todos estes conflitos o governo não apenas formava no campo do adversário, mas era o responsável principal pela mobilização do aparato de repressão. Entretanto, o campo oposicionista ao qual se dirigiam os "novos personagens" não estava, obviamente, vazio.

No partido legal de oposição, o MDB, estavam vários militantes de esquerda cujas organizações estavam proscritas pelo regime. A presença destes militantes no MDB era justificada teoricamente pela estratégia de frente ampla das oposições, formulada e defendida principalmente pelo PCB. Tal estratégia foi descartada por boa parte dos sujeitos emersos das lutas sociais, que não consideraram o MDB como um conduto apropriado para as demandas e práticas sociais que necessitavam de expressão política. Esta decisão era também resultado da própria experiência daqueles sujeitos. Eis algo que demanda certa explicação.

As greves e a intensificação das lutas sociais não apenas trouxeram novos sujeitos para a cena pública: de fato, como momentos de rica *experiência*, estes eventos forjaram novos sujeitos coletivos, isto é, provocaram a reelaboração de laços de identidade de classe. Se a história da classe trabalhadora é, como ensinou Thompson, a própria história do seu fazer-se através da experiência, aquele contexto abriu enormes espaços para as experiências de classe. De modo semelhante ao campesinato francês do século XIX analisado por Marx,[22] também os trabalhadores brasileiros são e não são uma classe – o que é um modo de dizer que a classe está, em cada momento histórico, tensionada por fatores que pressionam pela sua construção e, simultaneamente, por outros que, sendo também decorrentes da condição de classe, dificultam sua emergência como sujeito coletivo ativo. Na medida em que estão submetidos à exploração do trabalho pelo capital e compartilham coletivamente as

[22]"*Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe*". *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 115-6. Uma arrojada interpretação "anti-sociologizante" da teoria das classes em Marx é formulada por BENSAÏD, Daniel. *Marx, o Intempestivo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

dimensões da vida social decorrentes desta determinação, são uma classe. Mas na medida em que, sob certas circunstâncias, permanecem atomizados, sem estabelecer vínculos de unificação das suas lutas e sem constituírem um sujeito coletivo, nesta medida não são uma classe. Aquele foi um contexto em que, na classe trabalhadora, iniciou-se um movimento de unificação e organização política nacional, isto é, uma trajetória na qual ela tornava-se classe, neste segundo critério de Marx.

As grandes lutas sociais desencadearam processos que permitiram a formação de sujeitos através de dois dos seus efeitos principais: a demarcação do campo de posições do adversário (e a visualização de quais sujeitos ocupavam aquelas posições) e, simultaneamente, o estabelecer de vínculos de solidariedade e cumplicidade. Uma das dimensões cruciais da experiência é o processo de construção de sentido por parte dos sujeitos. Ora, o sentido maior atribuído pelos movimentos à sua própria prática era o de que aquelas eram *lutas da classe trabalhadora*. O novo sujeito, que emergia da experiência das lutas, reconhecia a si mesmo como classe trabalhadora e sublinhava esta identidade ao apresentar-se na cena pública. A percepção dos conflitos em que estavam inseridos era orientada por este princípio demarcatório: adversários e aliados eram distribuídos ao longo da linha que demarca a luta de trabalhadores contra patrões, ou contra o governo dos patrões. O quanto esta convicção, que se exprime de modo claro no próprio vocabulário e nas formulações políticas desses agentes, foi crucial no processo de fundação do PT e da Articulação, veremos com mais detalhes logo à frente. Aqui o que nos interessa é indicar que esta demarcação, formulada a partir da experiência concreta dos sujeitos em suas lutas, não só não corresponde mas é, até certo ponto, incongruente com a demarcação central postulada pelos defensores da tese da frente de oposições, que era estabelecer a polaridade entre os que se colocavam a favor ou contra o regime, independentemente da condição de classe.

O MDB – e ainda menos o seu sucessor, o PMDB - não poderia ser a expressão política daquela classe trabalhadora emergente principalmente porque ela exigia expressar-se de modo independente. Tampouco o PCB, por razões muito próximas, estava em posição de colocar-se como direção do movimento e orientá-lo segundo a "linha justa", a da aliança oposicionista. Uma importante fração da classe trabalhadora, porém, estava em movimento. Se ela, em sua atividade, não poderia ignorar os limites históricos, inclusive os limites expressos nas formas da política, também é verdade que as formas da política teriam que ser refeitas diante das

novidades trazidas pela luta de classes. Uma nova formação política estava para ser engendrada, e ela traria consigo um grupo dirigente. Eles são os personagens desse nosso capítulo.

## 1.2. "ESTÁ SURGINDO UM NOVO PARTIDO, DOS TRABALHADORES E SEM PATRÕES"[23]

O *ABCD Jornal* acompanhava de perto, desde 1975, a movimentação dos metalúrgicos da região de São Bernardo e Santo André. Seus editores haviam militado na oposição sindical dos bancários nos anos 60 e eram ligados à Ala Vermelha, dissidência do PC do B. Além do *ABCD Jornal* e da *ABCD Associação Cultural*, militantes da Ala Vermelha atuaram nos anos 70 publicando vários outros jornais e organizando centros e eventos culturais, sobretudo no estado de São Paulo.[24] O *ABCD Jornal* dedicava atenção especial às iniciativas do grupo de sindicalistas que dirigia o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Os atritos destes últimos com os dirigentes "pelegos" da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, chefiada por Ari Campista, eram minuciosamente informados aos leitores. Nas páginas do jornal apareciam, com freqüência, entrevistas com dirigentes e informes da diretoria do sindicato. Durante as grandes greves de 1978 e 1979 o periódico apoiou intensamente os metalúrgicos, abrindo suas páginas para divulgar as avaliações e propostas dos sindicalistas (num momento em que a imprensa sindical fora censurada) e não poupando críticas aos patrões e ao governo. Nessa época sua tiragem chegou a ultrapassar cem mil exemplares, e era distribuído pelos próprios grevistas. Com toda probabilidade, portanto, os editores do *ABCD Jornal* eram mais do que simples observadores no ato de fundação do núcleo municipal do PT de São Bernardo em 1/12/1979, o que explica a familiaridade com que o jornalista descreveu a cena:

> "Não vai ter champanha para todo mundo", disse Luís Inácio da Silva, o Lula, estourando um garrafão de 5 litros da legítima Sidra Pullmann, fabricada em Jundiaí e comprada num supermercado do lado com dinheiro arrecadado numa vaquinha feita ali na hora.[25]

---

[23] Título de panfleto convocando para um encontro do movimento pró-PT no Rio de Janeiro em 30/09/1979. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287, fl 203.

[24] Em São Paulo a Ala Vermelha participou do PT desde a fundação. Ver o depoimento de Alípio Freire em HARNECKER, Marta. *O Sonho Era Possível*... op. cit, p. 141-3.

[25] *Na sede de São Bernardo começa o grande trabalho de organização*. *ABCD Jornal*, n° 49, 4 a 11/12/79, p. 3.

O Partido dos Trabalhadores começava a se concretizar em vários lugares do Brasil. Era a resposta organizativa construída por trabalhadores que emergiram para a política na vaga de mobilizações do final dos anos 70. Mas a passagem das greves e agitações sociais para a concretização da nova formação política não foi, de modo algum, mecânica. Havia vários projetos de partido em discussão e o fato de que o resultado histórico tenha sido, afinal, o PT tal como ele se configurou foi a conseqüência dos embates que se travaram entre as forças que se envolveram, não estava dado *a priori*. E nem poderia ser de outro modo, tal a diversidade de sujeitos que emergiam das lutas e formulavam o problema da organização política e dos horizontes de luta, a partir do qual foi criada a perspectiva do novo partido. No entanto, parte importante dos estudos sobre a origem do PT termina por reproduzir um tipo de "mito fundacional", uma narrativa linear sobre um advento, com seus heróis. A formulação mais "pura" deste mito talvez seja a de Lula, numa entrevista que ficou famosa entre os estudiosos do PT:

> "Realmente eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política. (...) [descobrimos] que não basta passar por cima da legislação de exceção e fazer greve. Que não bastava quebrar a lei do arrocho, porque só isso iria solucionar o problema dos trabalhadores. Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores: PT".[26]

Estão aí os principais elementos do discurso mítico: o "tempo anterior" ("eu era apolítico"), a crise (as greves), a ação dos heróis (os que se colocam como sujeitos da descoberta fundamental da necessidade da política) e os efeitos da ação dos heróis sobre o mundo (a proposta do PT). Encontraremos este "roteiro" na base das narrativas, muito mais sofisticadas e elaboradas, de vários autores que se debruçaram sobre a história do PT. Rachel Meneguello, por exemplo, narra a fundação do PT numa seção do seu livro intitulada "Do sindicato ao Partido" e o protagonista dessa trajetória é o "novo sindicalismo" e seus dirigentes, Lula em especial: "Neste processo de articulação, o novo sindicalismo constituiu-se em um recipiente capaz de englobar boa parte das forças ainda não introduzidas na arena política".[27] Ela reconhece, logo a seguir, que outros sujeitos políticos se incorporam ao projeto, mas como coadjuvantes. Marta Harnecker, em seu interessante livro de depoimentos de

[26] *ABCD Jornal*, dezembro de 1979.
[27] MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de Um Partido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

militantes sobre a história do PT, centraliza na pessoa de Lula as iniciativas decisivas para a criação do PT e também considera que as demais forças que vieram a compor o PT são "os que chegaram" atendendo à convocatória.[28]

Um mito não é necessariamente um discurso falso, no sentido de uma falsificação de fatos ou eventos. No caso do discurso de Lula, não há *falsidade,* neste sentido preciso. O que ele diz corresponde, de modo bastante fiel, ao modo como ele próprio concebeu a idéia de propor a construção de um novo partido. Mas este discurso, verdadeiro em seus próprios termos, quando tomado como explicação para a gênese histórica de uma formação política em cuja construção estiveram empenhados outros sujeitos, com outros projetos, corre um sério risco: o de substituir a história real das tensões que constituíram o PT pela versão do protagonista vencedor. A história do PT, rica de tensões e possibilidades cruzadas, é deslocada por um discurso heróico e unilateral. Neste sentido, o mito é um instrumento valioso na disputa pela memória do partido e pela legitimidade que esta memória pode conferir. Com efeito, este discurso sobre a fundação do PT cumpriu um papel importante nas disputas internas do próprio partido ao atribuir a um grupo, especificamente, a legitimidade decorrente do ato de fundação. Não por acaso, o grupo de sindicalistas ligados a Lula constitui o núcleo inicial da tendência majoritária que, posteriormente, seria denominada Articulação. O "mito fundador" seria, ao longo da existência do PT, muitas vezes transformado em argumento desta tendência para caracterizar teses adversárias como não *autenticamente petistas*.

Se fosse apenas uma questão de anterioridade cronológica, seria fácil provar que a primeira manifestação pública por um novo partido operário não foi a de Lula em julho de 1978 no congresso de petroleiros na Bahia. Assim como há falas de Lula mencionando o novo partido, há também de outros sujeitos. O Movimento *Convergência Socialista na Luta por um Partido Operário Socialista*, lançado em janeiro de 78 pela organização trotskista que mais tarde seria a *Convergência Socialista*, formulava a proposta de fundar um partido operário legal e heterogêneo, incorporando setores revolucionários e reformistas.[29] O periódico *O Trabalho*, publicado pela *Organização Socialista Internacionalista* (OSI),[30] estampou na capa

[28] HARNECKER, Marta. *O Sonho Era*... op. cit.
[29] Edgard Carone atribui a precedência na convocatória para o novo partido à *Convergência Socialista*. Cf. CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil* (1964-1984). São Paulo, DIFEL, 1984.
[30] Grupo ligado à 4ª Internacional, atuava no movimento estudantil através da organização *Liberdade e Luta* (*Libelu*). Ingressou no PT após a fundação. Depois de uma tentativa frustrada de "entrismo" na

do seu primeiro número, que circulou no 1° de maio de 1978, a luta por um partido operário. Nas greves metalúrgicas de São Paulo e Osasco, em 78, havia faixas com os dizeres "Por um partido operário".[31] Mas esta procura pela antecedência é, neste caso, uma pista falsa. A história da construção do PT não se elucida pela prova documental da anterioridade deste ou daquele proponente.

Se olharmos para o conjunto de sujeitos que tinham emergido com as mobilizações, e não só para os metalúrgicos de São Bernardo, perceberemos elementos com os quais se pode construir uma narrativa diferente. O mais importante não é que fosse Lula ou outro sujeito qualquer a vocalizar pela primeira vez a necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora. O que é realmente decisivo é que esta necessidade se impunha, naquele contexto histórico, a vários sujeitos. Lula e os sindicalistas perceberam a necessidade de construir um novo partido ao mesmo tempo em que vários outros sujeitos em várias regiões do país chegavam à mesma conclusão. A literatura é praticamente unânime em apontar os grupos que confluíram para a formação do PT:[32] militantes do chamado "novo sindicalismo", principalmente os grupos denominados "autênticos" (dentre os quais os diretores do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, do qual fazia parte Lula) e algumas oposições sindicais; militantes de organizações clandestinas de esquerda que questionavam a política de aliança de classes dos partidos comunistas;[33] militantes dos movimentos populares, muitos dos quais, sobretudo nos movimentos de bairro e rural, organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica; intelectuais de esquerda (organizados em grupos, como o *Autonomia* em São Paulo, ou não); parlamentares do MDB e depois do PMDB.

---

Articulação, em meados dos anos 80, sofreu defecções importantes de militantes que incorporaram-se à corrente majoritária.

[31] Segundo Paulo Skromov eram manifestações de militantes ligados ao grupo dele, que tinha relações, posteriormente rompidas, com a O.S.I. Este dado e os demais neste parágrafo foram obtidos com os depoimentos de Skromov, Valério Arcary e Markus Sokol: In: HARNECKER, Marta. *O Sonho*... op. cit.

[32] Embora não haja unanimidade na forma de classificar e apresentar estes grupos. Além das obras já citadas de Meneguello, Keck, e Harnecker, ver OZAÍ, Antonio. *Partido de Massa e Partido de Quadros: a social democracia e o PT*. São Paulo, CPV, 1996; OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1988; GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Pra Que PT*. São Paulo, Cortez, 1989; POSADAS, J. *Brasil: do Golpe de 64 à Formação do PT*. São Paulo, Ciência, Cultura e Política, 1990. AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A Estrela Partida ao Meio*. São Paulo, Entrelinhas, 1995. PETIT, Pere. *A Esperança Equilibrista. A trajetória do PT no Pará*. São Paulo, Boitempo, 1996. PONT, Raul. *Da Crítica do Populismo à Construção do PT*. Porto Alegre, Seriema, 1985.

[33] Alguns desses grupos ingressaram no PT preservando sua própria estrutura organizativa, como a *Convergência Socialista*. Mas ocorreu também a filiação de militantes que vinham de trajetórias em organizações de esquerda e que ingressaram no novo partido de modo individual.

Basta enumerar os grupos (considerando ainda que eles se espalham pelo país e são subdivididos em um número muito maior de coletivos e organizações de base regional ou local) para visualizar a complexidade de que foi formado o PT. Por isso a história do PT é a história dos embates entre estes diferentes setores da classe trabalhadora: qual projeto de partido seria, afinal, viabilizado? Nem todos os que participaram das discussões sobre o novo partido optaram por ingressar no PT: defendiam projetos que, à medida em que corria o processo, se tornaram incompatíveis com a versão que ia se tornando hegemônica. Outros, como a corrente *Organização Socialista Internacionalista* (OSI) decidiram ficar de fora da fundação do PT e, alguns meses depois, mudaram sua posição. O processo de disputa pelo projeto de partido era, simultaneamente, o processo de disputa pela hegemonia no interior da nova organização. O núcleo inicial do que mais tarde seria a Articulação só se tornou a tendência hegemônica porque se saiu vencedor nesses embates. Sua arma mais poderosa nos confrontos foi sempre o número de militantes, mas não foi a única. Havia o peso da figura de Lula, identificado como o grande líder das greves metalúrgicas. E também, como parte das disputas para se tornar hegemônico, este grupo incorporou, muitas vezes, aspectos parciais dos projetos concorrentes. Esta perspectiva inicia uma interpretação histórica bastante diferente das narrativas baseadas no "mito fundador".

O embrião do que viria a ser a Articulação, o grupo de sindicalistas liderados por Lula, se constituiu a partir de laços que foram sendo estabelecidos desde meados da década de 70. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo foi um dos espaços privilegiados na construção das relações. A lenta formação de um grupo dirigente com perfil de "sindicalistas autênticos" (ou seja, diferenciados dos "pelegos") é um processo já visível durante a presidência de Paulo Vidal no sindicato (que antecedeu a primeira gestão de Lula iniciada em 1975). A pauta de intervenção deste grupo no movimento sindical foi elaborada com a importante participação de técnicos do DIEESE, com quem realizaram várias reuniões e cursos em meados dos anos 70.[34] Mas não era só em São Bernardo que a articulação ia se dando. Em depoimentos de alguns dos militantes que compunham o grupo são indicados alguns outros marcos

[34] Sobre o importante e pouco estudado papel do DIEESE na emergência do chamado "novo sindicalismo" ver CHAIA, Miguel. *Intelectuais e Sindicalistas: a experiência do DIEESE 1955-1990*. Ibitinga, Humanidades, 1992. Assessores do DIEESE atuaram nos Congressos Metalúrgicos, organizaram cursos de formação com dirigentes (dentre os quais Lula, Djalma Bom e José Cicote, fundadores do PT) além de apresentarem estudos sobre as perdas salariais.

desta aproximação.[35] Já em 1977 Lula era convidado por Olívio Dutra, do sindicato dos bancários de Porto Alegre, para ir ao Rio Grande do Sul com o propósito de discutir a luta pela reposição salarial, que mobilizou vários dos chamados "sindicalistas combativos" em diversos lugares do país. A campanha teve origem com a divulgação na imprensa da falsificação, pelo governo, dos índices de inflação de 1973. Sindicalistas exigiram a reposição das perdas decorrentes dos reajustes a menor que foram realizados nos anos subseqüentes e a reivindicação ganhou força depois que o ministro do Planejamento reconheceu a adulteração dos números.[36]

O Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), realizado no Rio de Janeiro em julho de 1978, já foi devidamente apontado por pesquisadores como o momento de consolidação do grupo de sindicalistas "autênticos".[37] Nos meses que se seguiram ao congresso foram construídos vários espaços de atuação conjunta dos sindicalistas, sobretudo a participação nas greves. Estes foram espaços privilegiados de contato entre os militantes sindicais que começavam a discutir a criação de um novo partido. Em novembro de 1978 Lula, Jacó Bittar (do sindicato dos petroleiros de Campinas) e Paulo Skromov (do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de couro e plástico de São Paulo) foram convidados, na qualidade de lideranças do sindicalismo combativo, para a posse da diretoria do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais. No seu discurso, o presidente recém-empossado, Wagner Benevides, aludiu à necessidade de construção de um partido de trabalhadores. A imprensa de Belo Horizonte deu destaque à proposta e, segundo Wagner Benevides, este fato acelerou a articulação, em Minas Gerais, dos militantes que discutiam o novo partido. Ainda em fins de 78 doze presidentes de sindicatos reuniram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo para discutir especificamente a criação do novo partido. Dentre os presentes, ficaram a favor da proposta: Jacó Bittar, Paulo Skromov, Henos Amorina, metalúrgico de Osasco, José Cicote, de Santo André e Lula, o proponente, de São Bernardo. A maioria foi contra, sinalizando para uma cisão no grupo dos "autênticos" que seria intensificada nos anos seguintes.

---

[35] Ver os depoimentos recolhidos por HARNECKER, Marta. *O Sonho Era*... op. cit. São eles a fonte da maioria das informações que aparecem nos parágrafos seguintes.

[36] Ricardo Antunes (*A Rebeldia*... op. cit.) e José Alvaro Moisés (*Lições de Liberdade*... op. cit.) contam o episódio com detalhes.

[37] Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais. Op. cit. e GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *CUT Por Dentro e Por Fora*. Petrópolis, Vozes, 1990.

A questão da criação do novo partido de trabalhadores teve um grande peso nas divergências entre os "autênticos", sobretudo devido à reação dos sindicalistas ligados aos partidos comunistas, mas não foi a única questão. Havia desacordos também na pauta estritamente sindical, particularmente na questão de reconhecer a legitimidade das oposições sindicais e na radicalidade da crítica à estrutura sindical corporativa. Na esfera do movimento sindical as divergências se desdobrariam na fundação da CUT, em 1983, contestada pelos grupos de sindicalistas que terminariam por organizar, em 1986, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). [38]

Em janeiro de 1979 ocorreu o IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em Lins. Apesar de não serem maioria, o grupo de sindicalistas metalúrgicos ligados a Lula conseguiu aprovar uma tese segundo a qual entrava

> "na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação. Fazer isso é lançar-se na **luta pela independência política dos trabalhadores, que se expressa na construção de seu partido**. O MDB, hoje o único partido legal da oposição no Brasil, **pela sua composição heterogênea**, não pode cumprir este papel. Combinam-se, portanto, a necessidade da **construção de independência política dos trabalhadores** com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E **é levando estas discussões para a base que devemos nos lançar no trabalho** da construção desse partido".[39]

A tese antecipa alguns elementos que serão constitutivos do PT: a qualificação dos agentes políticos segundo critérios de classe (que justifica o afastamento do MDB), a afirmação da necessidade da independência política da classe trabalhadora e o propósito de construir pelas bases a discussão pelo novo partido. Mas este é um documento interessante também sob outro aspecto: ele registra um momento de aproximação e expressa, de certo modo, as bases do acordo político entre aquele grupo de sindicalistas e um coletivo da esquerda clandestina. A tese foi apresentada no congresso por José Cicote, representando o sindicato de Santo André. Mas o texto havia sido elaborado pela assessoria do deputado federal Benedito Marcílio, do MDB, que era o presidente do sindicato. Ora, os assessores de Marcílio que redigiram a tese

---

[38] Cf. RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta – FAPESP, 1997; e RODRIGUES, Leôncio Martins. As Tendências Políticas... op. cit.

[39] Tese de Santo André – Lins. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 47, grifos meus. A aprovação desta emenda da minoria só teria sido possível porque as lideranças "pelegas", que controlavam a maioria dos delegados, viram na tese a perspectiva de avançar na organização de um partido trabalhista, o que já era objeto de alguma negociação com autoridades do governo do Estado. Mas os delegados mais ligados ao PCB, talvez por terem notícia das articulações pró-PT, votaram contra. Cf. os depoimentos de Paulo Skromov e José Cicote in HARNECKER, Marta. *O Sonho*... op. cit., pp. 64-5.

eram militantes da *Convergência Socialista*. As bases deste acordo que unificou a atuação da *Convergência* com o grupo de metalúrgicos possibilitaram uma definição política inicial para a concepção de partido.

As relações iniciais do grupo de sindicalistas com a *Convergência* não apenas estabeleceu bases para um acordo político, mas também gerou conflitos que seriam, igualmente, a marca das relações internas no PT. Em fevereiro, após o congresso de Lins, os metalúrgicos que se articularam para propor o novo partido deliberaram pela redação de uma *Carta de Princípios*. A versão aprovada foi impressa para ser distribuída no 1° de Maio em várias cidades, mas os sindicalistas decidiram recolhê-la. A razão alegada era a identificação, na forma de expediente, da editora *Versus*, que imprimira o material, como uma editora da *Convergência* que assumiria, assim, a paternidade pelo texto e pela proposta de partido.[40] O episódio acentuou a demarcação de diferenças no interior do bloco pró-PT. Mesmo antes da sua fundação, como se vê, o PT se constituía por um acordo de base que não eliminava as fronteiras e divergências entre suas facções.

Poucos dias depois do congresso de Lins, segundo Paulo Skromov, Olívio Dutra "telefonou para São Bernardo dizendo que estavam organizando uma reunião para que fôssemos discutir a proposta de um PT".[41] Era uma reunião com sindicalistas de várias categorias do Rio Grande do Sul. Ao longo de todo o ano de 79 foram muitas outras reuniões, em várias cidades: Belo Horizonte (em julho, com a presença de Mário Pedrosa), Rio de Janeiro (em Madureira, dia 30/09 e outro em 11/11), Porto Alegre (em outubro), Contagem (outubro), Duque de Caxias (novembro), Salvador (novembro), Carapina (ES, dezembro), Fortaleza (dezembro).[42] Várias outras reuniões foram ocasionadas pela onda de greves daquele ano. Os sindicalistas "autênticos" eram chamados com freqüência para participar de assembléias e outras atividades de mobilização.

O prosseguimento das articulações pró-PT pôs em contato inicial os diferentes segmentos organizados da classe trabalhadora e proporcionou as relações políticas que, ao se constituírem, definiam os traços identitários do conjunto heterogêneo que

---

[40] Conforme o depoimento de Paulo Skromov em HARNECKER, Marta. *O Sonho*... op. cit. Em conversa minha com um militante daquela época da *Convergência Socialista*, ele confirmou esta versão do episódio. Além disso houve críticas de Lula ao que ele considerou ser uma precipitação em dar caráter público a uma proposta ainda não suficientemente amadurecida.

[41] In: HARNECKER, Marta. *O Sonho*… op. cit, p. 65.

[42] O serviço reservado da Polícia Federal fez o levantamento. *Encaminhamento n° 0307/80*. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287, fl. 217 e ss.

se formava. A dialética da construção da identidade conjuga os processos contraditórios de reconhecimento (nós) e a diferenciação (eles). Em meados de 79 foi demarcada uma importante fronteira entre os defensores de projetos políticos que se compatibilizariam no PT e outros segmentos da oposição ao regime militar. Diante da iminente reforma partidária,[43] setores do MDB estavam em discussão quanto à viabilidade de organizar uma nova sigla de oposição. Em 1978, em São Paulo, candidaturas como a de Fernando Henrique Cardoso ao senado e a de Eduardo Suplicy à Assembléia Legislativa haviam proporcionado a aproximação de sindicalistas "autênticos", inclusive Lula, com intelectuais de esquerda e com políticos do grupo dos "autênticos" do MDB. Mais que isso, a intensa rede de apoios que se montou durante as greves metalúrgicas de 78 e 79 tinha deixado um saldo de relações políticas entre estes sujeitos e outros mais.[44] Sobre esta base é que políticos como Almino Afonso, Fernando Henrique Cardoso e Aírton Soares convidaram os militantes do movimento pró-PT (os "sindicalistas") e intelectuais (Francisco Weffort, Vinícius Caldeira Brandt, José Álvaro Moisés, Plínio de Arruda Sampaio, Paul Singer e outros) para algumas rodadas de discussões sobre o novo partido de oposição.[45] Uma dessas reuniões chegou a reunir centenas de pessoas, entre sindicalistas, intelectuais e políticos do MDB, no Pampas Hotel, em São Bernardo, em agosto.

Não houve consenso. O grupo dos sindicalistas defendeu uma concepção de partido que não estava nos planos do grupo emedebista: um partido da classe trabalhadora, independente. Almino Afonso era o mais evidente defensor da proposta

---

[43] Em 1979 a reforma partidária foi concebida por setores governamentais como um meio de enfraquecer a oposição (pelo fracionamento do MDB) e assegurar ao governo maior controle sobre o processo de abertura política. A 20 de dezembro de 1979 o Congresso aprovou a Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n° 6.767) que extinguia os partidos de então (ARENA e MDB) e estipulava os critérios para criação e legalização dos novos partidos. A reforma era esperada pela oposição e, poucos meses depois, os novos partidos estavam criados: o Partido Democrático e Social (PDS), que reunia a maioria dos políticos da ARENA, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que se propunha a ser o continuador do MDB, eram os de maior representação parlamentar. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

[44] O movimento contra a carestia, o movimento pela Anistia, sindicato de jornalistas (houve greve dos jornalistas no período), de artistas, parlamentares, são muitos os que se envolvem em atividades de apoio aos grevistas. Vários deles se tornarão petistas de primeira hora.

[45] Em setembro de 1978 a revista *Contraponto* publicou depoimentos de várias personalidades e organizações da oposição sobre a perspectiva de fim do bipartidarismo e de construção de novos partidos da oposição. Entre os depoentes estavam Almino Affonso, Alberto Goldman, Leonel Brizola, Fernando Henrique Cardoso, Ivete Vargas, José Álvaro Moisés, a *Convergência Socialista*, João Machado e a *Tendência Socialista do MDB/RS* (embrião da corrente petista *Democracia Socialista*). *Contraponto*, (3), 3, Rio de Janeiro, set 1978.

de um partido nos moldes do Partido Socialista Francês, que acabou se inviabilizando pela decisão da maioria dos autênticos, inclusive Fernando Henrique, de permanecer no MDB.[46] Lula, o nome mais conhecido do grupo pró-PT, foi o porta-voz da posição dos "sindicalistas" em entrevistas à imprensa: "Dirigente sindical defende um partido dos trabalhadores" era a manchete no Jornal do Brasil.[47] Os mesmos princípios que possibilitavam o acordo com grupos como a *Convergência Socialista* impediam a composição do grupo de Lula com Almino Afonso e os outros autênticos do MDB.

Em outubro, numa reunião com mais de 300 militantes de vários Estados, o Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores confirma esses princípios e dá alguns passos organizativos mais consistentes: aprova uma Declaração Política e uma Plataforma Política e indica uma Comissão Nacional Provisória. De acordo com estes documentos o PT "luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de por fim à exploração e à opressão".[48] Desta vez o documento havia sido redigido pela coordenação do Movimento Pró-PT e a intervenção de Lula tinha sido decisiva para retirar a expressão "socialismo" que constava na proposta do texto. A Comissão Nacional foi composta basicamente por sindicalistas, mas de seis estados diferentes. Dois eram de sindicatos de trabalhadores rurais, quatro metalúrgicos (três de São Paulo, inclusive Lula), dois petroleiros, dois professores, dois bancários, um gráfico, um jornalista, um da indústria de couros, um parlamentar. Pelo menos quatro destes se tornariam, alguns anos depois, lideranças da corrente Articulação: Luis Dulci, do sindicato dos professores de Belo Horizonte, Olívio Dutra, Jacó Bittar e Lula.

Naquele momento a proposta de criação do PT já era suficientemente definida para traçar a linha divisória entre os que se colocavam dentro do projeto ou fora dele. Coletivos de esquerda ligados a jornais como o *Em Tempo* e o *ABCD Jornal* divulgaram os documentos recém-aprovados em seus periódicos e fizeram intensa propaganda pró- PT. Alguns intelectuais decidiram-se por incorporar-se ao partido: Francisco Weffort, que se tornaria um dos mais destacados dirigentes do círculo mais próximo a Lula, Vinícius Caldeira Brandt, José Álvaro Moisés. Ex-militantes de

---

[46] Cf. KECK, Margareth. *PT: A Lógica da Diferença*. Op. cit. e GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Pra Que PT*. Op. cit.
[47] Jornal do Brasil, 19/08/1979.
[48] *Declaração Política*. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES.*Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 56.

organizações mais antigas de esquerda, algumas das quais viviam severas crises, também se incorporam: da ALN, da AP, do PCB, da POLOP[49] e de outros grupos. Tanto neste grupo quanto no dos intelectuais havia pessoas que regressavam ao país ou à vida pública recentemente, com o andamento do processo de Anistia. Parlamentares da esquerda do MDB também ingressaram, mas em número menor do que era a expectativa dos líderes do Movimento Pró-PT e muitos não na primeira hora. Os militantes do movimento popular, organizado principalmente através da ação pastoral da Igreja (as CEBs foram a experiência mais difundida) e os movimentos de trabalhadores rurais ingressaram paulatinamente, com mais intensidade nos anos 80. Estava em pleno funcionamento o "magneto" que atraiu para a nova organização política parte significativa dos sujeitos que protagonizavam as intensas lutas sociais do período.[50] O poder de atração deste magneto não é nenhuma força misteriosa, ao menos para quem compreende o papel da luta de classes na política e na história.

Todos estes conjuntos de sujeitos trouxeram para o interior do PT militantes que tiveram que construir seu espaço na rede interna de relações políticas que constituía o partido. Ao aportarem no PT, estes militantes traziam consigo sua própria concepção de como o PT deveria ser, e tinham de disputar politicamente contra concepções divergentes. Militantes oriundos de todos os grupos se aproximaram do grupo de sindicalistas liderados por Lula. Este núcleo original, logo denominado "grupo do Lula", tornou-se um pólo de aglutinação para muitos que ingressavam no PT como "independentes", que no vocabulário petista identificava os que não estavam ligados a uma das correntes que entravam de modo organizado. Um dos elementos comuns à maioria destes grupos era a crítica aos partidos comunistas (e, por extensão, às organizações políticas marxistas), vistos como organizações que

[49] A *Ação Libertadora Nacional* (ALN) é uma dissidência do PCB organizada em 1968 cuja liderança mais expressiva era Carlos Marighela. O programa da ALN visava a derrubada da ditadura militar e a formação de um "governo revolucionário do povo". Desbaratada nos anos 70 pela repressão, a ALN permanecia com pequenos coletivos locais em funcionamento quando da fundação do PT. A *Ação Popular* (AP) é formada como uma tendência do movimento estudantil ainda antes da ditadura militar, congregando militantes das organizações pastorais católicas JUC (Juventude Universitária Católica) e JEC (Juventude Estudantil Católica). A AP se definia desde o princípio como não-confessional, revolucionária e socialista. Durante a ditadura militar, incorporou o maoísmo como doutrina oficial. Após uma divisão nos anos 70, a AP ingressou no PC do B. A *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária* (ORM-POLOP) foi fundada em 1961 e caracterizou-se pela crítica à estratégia pecebista para a revolução brasileira. Dividiu-se após 1967, e vários dos seus militantes organizaram, com dissidentes do PCB, o *Partido Operário Comunista* (POC). Cf. BADARÓ, Marcelo. Em Busca da Revolução Socialista: a trajetória da POLOP. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, vol V. Campinas, Edunicamp, 2002; SILVA, Antonio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Proposta, [s.d.].

[50] A expressão foi empregada por Paul Singer em debate na USP em 10/06/2003, num evento comemorativo da entrega do título de Cidadão Paulistano ao sociólogo Francisco de Oliveira.

faziam política pelas cúpulas, excluindo as bases das decisões mais importantes. Esta linha de crítica permitiu a confluência de tendências tão diversas quanto a cultura política oriunda das comunidades de base da Igreja Católica e a orientação teórica do grupo de intelectuais paulistas que divulgou, em setembro de 1980, as *11 Teses sobre Autonomia*. Para estes setores, o PT deveria romper com a "concepção vanguardista e messiânica do partido" que caracterizaria o leninismo e fundar seu projeto socialista e revolucionário na autonomia dos movimentos sociais.[51]

Este campo foi desde o início majoritário no PT nacional mas, como vimos, a construção da hegemonia implicava em relações políticas complexas e, não raro, tensas com outros grupos. Por seu turno, entre os coletivos que ingressaram no partido de modo organizado, e que logo passaram a ser denominadas de "correntes de esquerda",[52] encontravam-se também numerosos sindicalistas e militantes do movimento social, o que estabelecia conexões entre a dinâmica das relações entre as correntes dentro do PT e nas instâncias dos movimentos. A proposta de uma intervenção unificada dos petistas no movimento sindical ou na UNE, por exemplo, revelou-se quase sempre irrealizável. Além disso, em alguns municípios e até em estados como Pará e Bahia, as correntes "de esquerda" ficaram em maioria nos primeiros anos do PT. Foi este quadro de disputa interna que levaria à organização formal da Articulação em 1983.

A força principal do grupo que estava se constituindo como hegemônico, dissemos atrás, sempre foi o número. Não é difícil entender por que. Em São Paulo e na região do ABC, bases principais de atuação do "grupo do Lula", concentrava-se a maior parte dos filiados do PT, e numa proporção que era, em números relativos, muito mais elevada nos primeiros anos. Foi nessa região que o PT conseguiu, desde muito cedo, atrair para o partido não somente as lideranças dos movimentos, mas parte das massas mobilizadas. Não há dados disponíveis sobre o número de filiados por região nos primeiros anos do PT, mas pesquisas feitas com dados da sondagem de intenção de voto do IBOPE e com números oficiais da eleição de 1982 permitem algumas aproximações. Em São Paulo o PT obteve 9,9% dos votos naquele pleito (1.144.648 votos), enquanto em todos os demais estados, com exceção de Acre e Rio

[51] 11 Teses Sobre Autonomia. *Cadernos da Autonomia*, 1, São Paulo, set 1980, p. 5. Autonomia é definida como "o movimento de negação da dominação". Idem, ibidem, p. 12.

[52] A denominação, comum entre os petistas, é alusiva tanto à condição original de organizações clandestinas de esquerda de grupos anteriores ao PT como *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR) ou *Convergência Socialista*, quanto ao debate no interior do partido, que atribuía à maioria das correntes uma posição à esquerda da Articulação.

de Janeiro, o partido não chegou a alcançar 2%.[53] É preciso considerar que, sendo São Paulo o Estado com o maior eleitorado, a comparação com outros Estados em números absolutos seria ainda mais reveladora do quanto o PT era maior em São Paulo do que nos demais estados. E com efeito, do total de votos dados ao PT para governador em todo o Brasil, 72% concentrava-se em São Paulo.[54] Foi em São Paulo que o PT elegeu seis dos oito deputados federais e nove dos treze deputados estaduais eleitos em 1982. Segundo Meneguello, foi na região do ABC, onde o partido elegeu seu único prefeito, que o voto para o PT alcançou os maiores números proporcionais. De acordo com o Benedito Tadeu César, 51% dos eleitores do PT em São Paulo em 1982 eram trabalhadores do setor industrial.[55]

A densidade eleitoral do PT em São Paulo é um indicador, embora impreciso, da desproporção entre a extensão e o nível de organização da base militante do partido neste estado se comparado com os demais. Benedito César afirma que em 1982 o voto no PT foi uma decisão tomada pelo o eleitor que "conscientemente escolheu o PT como opção política no momento de sua primeira disputa eleitoral e frente a todas as dificuldades políticas que então se antepunham a sua consolidação como partido institucional".[56] O eleitor petista de 1982 seria o "eleitor típico" e os resultados eleitorais expressariam, assim, a força e a organização da base militante do partido. Meneguello confirma esta suposição. Aplicando testes estatísticos sobre as variáveis do perfil do eleitor petista no Estado de São Paulo ela conclui que a correlação entre o percentual de votos no PT e a existência de diretório do partido no município é ainda mais forte que a correlação entre o voto no PT e a existência de uma grande população de assalariados industriais.[57] Em outras palavras, o PT obteve mais votos nas regiões industrializadas porque era lá que ele estava mais organizado, e não porque o operariado industrial tendesse a votar espontaneamente no partido.

Se Meneguello e César tiverem razão, como eu suponho, podemos interpretar os resultados eleitorais do PT em 1982 como confirmação de que em São Paulo, e

---

[53] CESAR, Benedito Tadeu. *Verso, Reverso, Transverso. O PT e a Democracia no Brasil*. Tese de Doutorado. Unicamp, 1995, p. 135. De acordo com Raquel Meneguello, que cita o TRE de São Paulo como fonte, naquele ano no Acre e no Rio de Janeiro o PT obteve 5,3% e 2,8% dos votos válidos, respectivamente. *PT: A Formação de um Partido*. Op. cit., p. 124.
[54] MENEGUELLO, Raquel. *PT A Formação*... op. cit., p. 128.
[55] CÉSAR, Benedito Tadeu. *Verso, Reverso, Transverso*... op. cit., p. 159.
[56] Idem, ibidem, p. 134.
[57] A correlação entre o voto petista e a existência de diretório no município resultou na *"...associação mais significativa de toda a nossa investigação: esta variável colabora com 55% (r2) da explicação da votação petista no Estado de São Paulo*." MENEGUELLO, Raquel. *PT: A Formação*... op. cit., p. 155.

particularmente no ABC, o PT era composto por uma base de massas muito mais numerosa do que no restante do país. No núcleo desta base, certamente, encontravam-se milhares de militantes que estiveram mobilizados sob a direção de Lula nas grandes greves metalúrgicas de 1978-1980 e era nesta base, precisamente, que o "grupo de Lula" obtinha a maioria. Aqui é preciso considerar o peso simbólico da figura de Lula. A legitimidade do líder das maiores greves operárias em muitos anos, reforçada pela intensa visibilidade que ele obteve nos meios de comunicação, era um poderoso fator de aglutinação do seu grupo no interior do PT. E ele não estava só: Olívio Dutra, Jacó Bittar e outros "heróis" do mito de fundação eram lideranças do mesmo campo.

Um dos momentos emblemáticos do papel de Lula na constituição do grupo hegemônico do PT ocorreu em setembro de 1981, na 1ª Convenção Nacional do PT, em Brasília.[58] O discurso feito por Lula como primeiro presidente do PT terminou sendo acolhido pelo partido como um dos seus textos constituintes. O texto começa por apresentar o PT como "um partido que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil"[59] e por reafirmar a relação do partido com o movimento sindical sem confundir-se com ele. Proclama a necessidade de criação da CUT, apoio à luta pela reforma agrária, à luta dos negros, mulheres e índios. Condena a Lei de Segurança Nacional e propõe o desmantelamento do aparelho repressivo.

Na parte final o documento trata de temas mais delicados. Primeiro, sobre os grupos organizados de esquerda que estão ingressando no PT, o texto diz que é preocupante se "um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa".[60] Reconhece o "direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas", mas esclarece que "não aceitaremos jamais que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido".[61] A relação com as demais tendências seria um fator central na aglutinação do núcleo

[58] As Convenções Nacionais, previstas na legislação, eram realizadas após os Encontros Nacionais, instância deliberativa máxima do PT. Todas as discussões e resoluções políticas e deliberações relevantes, como a eleição de dirigentes, eram realizados nos Encontros e homologados formalmente pelas Convenções. A prática se reproduzia nos estados e nos municípios. A 1ª Convenção Nacional, palco do célebre discurso de Lula, limitou-se a referendar os documentos constituintes do PT anteriormente aprovados (Manifesto, Programa e Estatuto) e homologar o 1° Diretório Nacional, eleito em agosto no I Encontro Nacional do PT.

[59] Discurso de Lula na 1ª Conferência do Partido dos Trabalhadores. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 107.

[60] Idem, ibidem, p. 112.

[61] Id., ibid., p. 112.

dirigente, como veremos mais à frente. Vale registrar, porém, que o texto fala em nome do PT contra as tendências, como se as tendências não fossem, de pleno direito, petistas.

O outro tema candente é o do socialismo. O discurso polemiza com as correntes de inspiração leninista: "é falso dizer que os trabalhadores, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária".[62] Os trabalhadores, maiores explorados da sociedade atual, querem "com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é essa senão uma sociedade socialista?"[63]

O texto recusa os modelos de socialismo "burocrático" e também rejeita

> "buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. (...) O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. (...) O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores".[64]

Já pelo seu conteúdo se percebe que este texto é um marco do processo de construção da hegemonia no interior do PT. Estão ali dispostos os elementos de demarcação do grupo dirigente com as "tendências de esquerda" mas estão também as formulações que garantem a aglutinação de todos em torno de um eixo político básico, que se explicita na concepção de socialismo como fim da exploração e como obra dos próprios trabalhadores. O próprio modo como foi elaborado o texto é revelador das estratégias do "grupo do Lula" para assegurar a hegemonia. Aquele foi um discurso em cuja redação trabalharam Francisco Weffort e Frei Betto,[65] isto é, sua composição é obra coletiva, implicando no trabalho propriamente político de construção dos consensos que o texto expressa. Trata-se, portanto, de um documento nascido do esforço consciente para construir uma formulação política que possibilitasse, simultaneamente, a unidade interna do campo dirigente e as bases da

---

[62] Id., ibid., p. 114.
[63] Id., ibid., p. 114.
[64] Id., ibid. p. 114.
[65] É o que afirma Paulo Vannuchi, um dos fundadores do PT e membro da Articulação. E ele acrescenta que no texto aparecia "*claramente uma tensão entre a preocupação do Betto em introduzir a afirmação de socialismo (...) e a de Weffort em não fazer uma defesa do socialismo em termos que poderiam estreitar*". In: HARNECKER, Marta. *O Sonho Era*… op. cit., p. 98.

unidade geral do partido. O fato de ser Lula a pessoa responsável pela enunciação pública da formulação (na verdade ele é apontado como autor do discurso) era crucial para aqueles objetivos. Ele aparecia assim como líder maior de todo o PT, aquele capaz de enunciar os termos da própria constituição geral do partido e, ao mesmo tempo, como o porta-voz do grupo que dirigia o partido e cuja estratégia na disputa interna consistia em não se apresentar como uma tendência igual às outras, e sim como os *autênticos petistas*.

O processo de elaboração do discurso de Lula mostra que a consolidação do grupo dirigente vinha de par com a consolidação da referência central e fundante do discurso hegemônico: a independência política da classe trabalhadora. Esta era a postulação que funcionara ao longo de 1979 como "magneto" que atraiu sujeitos e repeliu outros. Quando da fundação do PT, em fevereiro de 1980, este princípio embasou o primeiro documento constituinte do partido, aprovado por aclamação por cerca de mil e duzentos militantes de dezoito estados:

> "As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação **querem falar por si próprias**. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. (...) O Partido dos Trabalhadores nasce da **vontade de independência política dos trabalhadores**, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. (...) **Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista.** Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores."[66]

Em maio, numa reunião à qual compareceram 242 delegados representando 23 estados, foi aprovado o Programa:

> "Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político – o Partido dos Trabalhadores (PT) – para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas."[67]

A dialética do reconhecimento/diferenciação corria sobre os trilhos da experiência da classe, e o núcleo dirigente do PT foi um dos vetores daquela experiência.Os conteúdos básicos do princípio da independência de classe se faziam presentes não só nos textos constituintes do partido, mas se repetiam nos discursos

---

[66] *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 65-6, grifos meus.
[67] *Programa do Partido dos Trabalhadores*. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 68.

das lideranças nacionais e se reproduziam capilarmente nas intervenções políticas da militância no próprio nível de base. Trata-se do marco programático fundamental, do princípio organizador de um efetivo discurso hegemônico, no sentido de que produzia um elemento de unificação em torno de um consenso politicamente construído.

Mencionei anteriormente os componentes centrais do discurso petista de independência de classe, já anunciados desde a *Tese de Santo André-Lins*. Nele estão implicados: a) uma visão geral da política e dos agentes políticos pautada por critérios de classe; b) a afirmação da necessária independência política da classe trabalhadora frente aos partidos e ao Estado burgueses; c) a valorização da ativação das bases sociais como fonte da vitalidade da ação política. Se o leitor retornar agora até a primeira página deste capítulo para observar os versos transcritos ali como epígrafe, encontrará esses mesmos elementos programáticos presentes naquele texto que servia ao trabalho de base do partido no Piauí, originalmente, em 1981. Não é um caso isolado: a prática política dos petistas, sejam as lideranças nacionais, os quadros intermediários ou os militantes de base, era articulada sobre este consenso básico.

Claro que o eixo aglutinador não significava o apagamento das diferenças entre os sujeitos que construíam o PT. Ao contrário, era o que permitia a convivência entre sujeitos diferentes, mas politicamente articulados com base num projeto minimamente estruturado. As diferenças entre os sujeitos, com freqüência, apareciam na forma de interpretações díspares dos termos do consenso. O setor agrário do PT de Minas Gerais produziu, em 1981, uma cartilha em quadrinhos. Narra-se ali uma parábola em que os personagens são formigas e tamanduás. Os formigueiros eram sempre atacados e destruídos por tamanduás, até que as formigas começam a se organizar, primeiro por formigueiros e depois todas as formigas unidas contra os tamanduás. Um dos quadrinhos estampa formiguinhas segurando uma faixa: "Partidos das Formigas (Tamanduá não entra)".[68] É uma versão para o mote "Um partido sem patrões", que está fortemente presente nas intervenções políticas do PT nos primeiros anos.

Este slogan não era consensual. Em julho de 1980 o jornal *Convergência Socialista*, da tendência homônima, saudava a decisão da convenção municipal de Porto Alegre por haver aprovado aquela palavra de ordem, e criticava o 1° Encontro Nacional que "resolveu injustificadamente abandonar a luta por um governo dos

[68] APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 305-D, fl 505.

trabalhadores e por um PT sem patrões."[69] O "grupo do Lula" foi o responsável por rejeitar a palavra de ordem, que se tornaria o pomo de muitas discórdias nos primeiros anos do PT. Mas não era só a *Convergência* e o setor agrário de Minas Gerais que defendiam o slogan: na campanha eleitoral de 82, no Rio de Janeiro, o panfleto conjunto de campanha de Lélia Gonzales, Benedita da Silva e Cunca apresentava o PT como "um partido criado pela base, que não tem patrão nem ladrão".[70] Embora a posição majoritária na esfera dirigente nacional fosse favorável ao abandono da expressão, ela continuava a aparecer na atividade política cotidiana do partido.[71] A razão é simples: a frase "partido sem patrões" e a proposta política que ela expressa eram perfeitamente compatíveis com o princípio da independência de classe. Não excluíam, porém, a possibilidade de apropriações divergentes do mesmo princípio.[72]

A afirmação da necessidade de organização política independente é uma constante nas intervenções dos petistas, desde 1979. Ela é parte do marco programático e identitário do partido e se expressa em inúmeras situações em que os petistas apresentam seus objetivos políticos. Entrevistado por *O Globo* ao votar na eleição para o Diretório Municipal de São Bernardo, em junho de 1981, Lula declarou: "A luta do PT hoje, amanhã e sempre, será a de organizar a classe trabalhadora no plano político".[73] Nos anos iniciais, uma das preocupações era a de incorporar novos filiados, medida necessária para cumprir as exigências legais e para viabilizar o partido na prática. O destinatário da convocatória para filiar-se ao PT é sempre a classe trabalhadora. Eram os trabalhadores que, organizados em seu próprio partido, poderiam comandar as transformações e por isso a eles se dirigiam os construtores do novo partido.

---

[69] *Convergência Socialista*, n° 16, julho de 1980.
[70] *Cidadania Igual para Todos*. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287/2, fl 203.
[71] No lançamento do PT em Caxias (RJ), em 26/07/80, uma atividade que teve um público estimado de 4 mil pessoas, a polícia recolheu um panfleto com o título "Letra do PT": "*Partidos tem muito aí/Mas eu já não confio não/ Só mesmo nesse novo partido/ onde não entra o patrão"*(sic). APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287, fl. 228.
[72] Como a defendida por Eurico Natal, Lourenço de Almeida e outros signatários da "Sugestão para a Discussão Política sobre o Partido dos Trabalhadores", documento que circulou na Baixada Fluminense em reunião do núcleo pró-PT em novembro de 1979 e que também rejeita o mote "partido sem patrões": "*A preocupação classista no Brasil se afirmará, no plano político, não por uma pregação doutrinária, mas pela capacidade de expressar politicamente, hoje, os interesses e anseios mais sentidos das massas mobilizadas e organizadas para animá-las a lutar por elas*". APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287, fl 40 (anexo).
[73] O Globo, 22/06/81.

"Por que filiar-se ao PT?", perguntava em caixa alta o *Boletim do PT* de Nova Friburgo, em abril de 1981. As respostas aparecem distribuídas em duas colunas encimadas pelas disjuntivas "O PT não é" e "O PT é". De acordo com o documento, o PT não é "um partido formado por banqueiros, testas de ferro de multinacionais, grandes empresários e grandes fazendeiros" nem "um partido fechado, autoritário, onde o povo só entra para ser massa de manobra, para ser manipulado". O PT é "um partido democrático, aberto, onde o trabalhador tem vez e voz, onde as decisões são tiradas em reuniões democráticas (...) um partido dos trabalhadores da cidade e do campo, assim como dos que concordam e aceitam seu programa político". Embaixo da página, em destaque: "Trabalhador, participe da construção do seu partido".[74]

Os três elementos do princípio da independência de classe encontram-se neste texto: a qualificação classista dos sujeitos políticos, o privilégio da democracia interna e a afirmação da independência de classe. O trabalhador é aquele a quem o discurso interpela, o partido é dele, mas aqui encontramos uma modulação diferente da fórmula "Partido sem patrão": o partido está aberto *também* para os que aceitam seu programa. Não existe um PT verdadeiro que se coloca de um lado ou de outro desta polêmica em torno do slogan "Partido sem patrão". Esta tensão é uma das manifestações do conjunto de relações políticas que constitui o próprio PT e, durante os primeiros anos, o próprio grupo hegemônico é atravessado por ela.

Em 1982, ao aproximarem-se as eleições, o "grupo do Lula", com maioria absoluta na direção do partido, torna a afirmar o postulado da independência de classe. A Executiva Nacional aprova um documento sobre o processo eleitoral que subordina decididamente a tática eleitoral aos objetivos estratégicos do PT:

> "Somos a ferramenta política da classe trabalhadora para se alcançar um futuro sem exploradores e sem explorados. Portanto, nada mais importante e definitivo do que prosseguirmos decididamente em nossa tarefa fundamental: organizar politicamente a classe trabalhadora brasileira para que ela venha a decidir, o quanto antes, os rumos deste país. As origens e o conteúdo das propostas do PT não admitem que esta tarefa fundamental seja desvirtuada pelo atual processo de eleições".[75]

---

[74] *Boletim do PT* (Nova Friburgo), abril de 81. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287, fl. 348. Uma comparação interessante com outro documento da mesma época: "*É assim, meu companheiro/ Nós convidamos você/ seus vizinhos, seus amigos/ para entrar no PT/ fazendo a luta do povo/ cada vez mais crescer./Por um partido da gente/ por um partido sem patrão/ por um Brasil diferente/ um Brasil sem opressão/ Por uma vida decente/ sem nenhuma exploração*". Panfleto distribuído no Dia Nacional de Luta (1/10/81) em Nova Iguaçú. *O que É o Partido dos Trabalhadores*. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 305-G,fl. 623.

[75] *Divulgação do documento do Lula*. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 305-G, fl 84.

O texto da Executiva foi reproduzido no Rio de Janeiro no começo de 1982 por um grupo de militantes identificado como "Movimento dos Independentes". O preâmbulo do documento esclarece o alinhamento do grupo do Rio com o núcleo dirigente nacional e ilustra bem a busca de legitimidade com a associação de suas posições às de Lula. O documento é encerrado com as palavras de ordem: "*Independentes do PT: o futuro lhes pertence*". A opção decidida pelos trabalhadores dava o tom do apelo eleitoral do PT naquelas eleições. No Rio de Janeiro os candidatos a governador e senador lançaram um panfleto de campanha com o título "Trabalho, Terra, Liberdade": "O PT que é composto por gente igualzinha a você, pela primeira vez em todo o Brasil operários, camponeses, favelados, professores, médicos e outros estarão votando em seus legítimos representantes".[76] Novamente não se trata de um caso isolado. Panfletos de campanha de vários candidatos em todo o país traziam um "Recado do Lula": "Quem bate cartão não vota em patrão", acompanhado pelo fac-símile da assinatura do presidente nacional do PT.[77]

A qualificação dos agentes políticos segundo as relações de classe também é muito mais que uma frase nos documentos de fundação. Em Belo Horizonte o Movimento Pró-PT havia preparado um caderno intitulado "PT A Nossa Vez/ A Nossa Voz", também em quadrinhos, com perguntas e respostas: "E quais são os objetivos do PT? (...) Lutar contra o governo dos patrões que é uma ditadura para a classe trabalhadora". O texto vem acompanhando o desenho de trabalhadores puxando uma corda que quebra uma imagem emoldurada de um militar de patente, deixando ver que, por detrás desta figura, há a imagem de um burguês.[78] É o mesmo princípio que está na base da afirmação, repetida muitas vezes por Lula na campanha de 82, de que todos os partidos de oposição eram "farinha do mesmo saco", isto é, eram partidos de patrões, não podiam merecer da classe trabalhadora a confiança de que defenderiam os interesses dela.[79] O mesmo raciocínio é desenvolvido milhares de quilômetros ao norte, pelo PT de Fortaleza, na mesma época: "Para nós do PT não

[76] APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 305-F, fl. 577, (sic). O título do panfleto é o tema geral da campanha de 1982, conforme deliberação da direção nacional.
[77] Panfleto de campanha dos candidatos Eudes, Heyder e Elinar, no Rio de Janeiro, com o modelo de cédula eleitoral, numa face, e texto no verso. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287/2, fl. 299.
[78] APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287, fl 165 ss.
[79] Por exemplo em Niterói, num comício em 1/10/82, segundo o relato do informante da polícia, Lula teria dito que "o PT, fruto da luta dos trabalhadores, já assusta os empresários. Classificou os outros partidos de 'farinha do mesmo saco', pois estão mancomunados com os patrões". APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 305-O, fl 104..

basta que alguém se declare de oposição. O banqueiro, o latifundiário, o industrial, o grande comerciante, independente do partido a que pertençam, exploram o trabalhador".[80] Em Florianópolis, o Movimento Pró-PT também usava, já em 1979, o recurso dos quadrinhos para expressar a mesma idéia básica. Personagens conversam num bar. Um: "(...) os representantes desses partidos são industriais, comerciantes, banqueiros ou fazendeiros. Então imagina só os interesses de quem eles vão defender?" E outro:

> "Não podemos ficar esperando que os patrões façam as coisas pela gente. Interesse do trabalhador é interesse do trabalhador e interesse do patrão é interesse do patrão. E o interesse de acabar com a exploração é só dos trabalhadores. Contra a exploração do patrão só podemos contar com a nossa união".[81]

Organizados em torno do princípio da independência de classe, o PT e seu núcleo dirigente construíram seu espaço no espectro político brasileiro. Mas, ao contrário do que afirma Margaret Keck,[82] o caminho do PT, sob este aspecto, muito se assemelha ao dos partidos social-democratas europeus do começo do século: as lutas sociais criaram a necessidade histórica da organização política e, simultaneamente, criaram as possibilidades de superação desta necessidade. Além do novo partido, a retomada das greves e de outras formas de luta dos trabalhadores criaria também condições para a organização da Central Única dos Trabalhadores, fundada em agosto de 1983. Na construção da CUT estiveram envolvidos vários grupos de sindicalistas, a maioria com atuação também no PT. No interior da CUT as relações políticas entre os grupos e tendências obedecerão a uma lógica parecida com a que se construía no PT: um setor majoritário, estreitamente ligado ao núcleo

---

[80] Nota do PT divulgadas pelo Jornal O Povo. Fortaleza, 31/01/82. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 305-G, fl. 245-Z.

[81] *Movimento Pró-PT*. APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287, fl. 140 e ss.

[82] *PT: A Lógica da Diferença*. Op. cit. A autora define o PT como uma "anomalia", tanto por seu caráter inusitado na história política brasileira quanto por sua distinção das experiências social-democratas européias, onde os partidos nasceram vinculados a classes operárias fabris com longa trajetória anterior de organização sindical e onde, portanto, haveria um "lugar social" previamente construído que seria ocupado pela organização política. Keck se propõe a entender o espaço do PT na cena política brasileira como construído pela própria interação dos petistas com os demais "atores" políticos num contexto limitado de opções ("estrutura da escolha"). O conceito empiricista e estreito de classe operária, que ela compartilha com boa parte dos politólogos (neste ponto suas referências principais são Dahl e Przeworski), é parte do que a impede de perceber o conteúdo de classe das lutas sociais do período no Brasil e sua conexão estreita com a criação do PT. Sem dar o devido peso à dimensão das lutas sociais, a autora circunscreve sua análise a um terreno abstrato: o da esfera política autônoma.

dirigente do PT e que seria posteriormente denominada Ar*ticulação Sindical*, e várias correntes menores.[83]

Quando Lula estourou o garrafão de sidra em dezembro de 1989, na inauguração do núcleo de São Bernardo, realizava um gesto de celebração que se repetiu muitas vezes naqueles anos, em muitas cidades do Brasil. A classe trabalhadora tinha mesmo o que comemorar. Estava nascendo um novo partido que respondia à necessidade de organização política posta na ordem do dia pela luta de classes. Seu destino não estava escrito nas estrelas: estava em disputa.

## 1.3 O DISCURSO DO "PETISMO AUTÊNTICO": ARTICULAÇÃO COMO NÚCLEO DIRIGENTE

A disputa interna, que foi uma constante na história do PT, exigiu que todos os grupos desenvolvessem estratégias de atuação. Nos primeiros anos, até 1983, o grupo que dirigia o PT nacional não estava formalmente organizado numa corrente. O partido era, contudo, efetivamente dirigido pelo bloco que resultava da agregação de militantes ao núcleo inicial de sindicalistas liderado por Lula. A maioria numérica assegurava ao grupo os cargos de direção do partido. Já mencionei a diversidade de origens e de trajetórias desses militantes que se aproximavam do "grupo do Lula", mas é preciso insistir que, também quanto às concepções políticas e visões de partido, aquele era um coletivo altamente heterogêneo. A organização formal da tendência, em junho de 1983, criaria a forma política apropriada para travar as disputas internas, mas não conseguiria prover a Articulação do mesmo grau de unidade programática que a maioria das suas concorrentes.

A intervenção política dos grupos de esquerda tensionava o embrião do que viria a ser a Articulação desde o período do Movimento Pró-PT, como vimos acima. Isso continuou ao longo das duas décadas que esta pesquisa analisou, sendo que nem todos os conflitos encontraram soluções negociadas. Em alguns casos o embate produzia como saldo somente a marcação das posições, o que elevava o nível de tensão nas relações internas. Em casos extremos, o conflito evoluiu até o ponto da ruptura do consenso de base da unidade partidária, com a expulsão de tendências

[83] A trajetória da CUT foi estudada, mas a dinâmica das relações políticas internas ainda é um aspecto ainda mal conhecido.Ver RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. Op. cit. RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *CUT Por Dentro e Por Fora*... op. cit.

internas,[84] Foi através desses confrontos que os militantes da Articulação construíram a própria identidade da tendência no interior do PT.

Em março de 1980 o Núcleo de São Bernardo publicou no *ABCD Jornal* um documento que é um registro importante do processo histórico de demarcação que estava em curso. O texto evolui por uma linha argumentativa extremamente ambígua, à primeira vista. Defende o caráter de massas do PT, mas entende que esta definição exclui considerá-lo como um partido classista:

> "Não podemos afirmar hoje o PT como partido de classe como querem algumas correntes que estão no partido, pois isso terá como conseqüência impedir que ele realize o que é sua grande potencialidade – trazer as massas para a ação política".[85]

O retorno das massas à ação política é um objetivo a alcançar depois que, durante a ditadura militar, a vida política fora "monopolizada pelos políticos da burguesia, pelos patrões, pelos tecnocratas e outros agentes do estado Burguês". A oscilação da argumentação ficará mais visível se observarmos mais dois fragmentos:

> "É a consciência dos trabalhadores em se pensar como trabalhadores, como classe – consciência que adquirem na ação política para a qual o PT quer mobilizá-los – que tornará o PT um partido classista e não a vontade de meia dúzia de radicais de palavra".[86]

> "O PT está aberto à participação de todo trabalhador e voltado para a ação e mobilização das massas em seus locais de trabalho, de moradia, etc. (...) Os militantes do PT tem que ter claro que é necessário que os trabalhadores façam a atividade política como um direito próprio, uma atividade natural de quem tem necessidades e interesses a defender e está disposto a lutar por eles"[87]

Temos então, segundo o texto: o PT está aberto para os trabalhadores, que têm necessidades e interesses a defender contra o monopólio dos agentes do Estado burguês – mas, paradoxalmente, isso não define o caráter de classe do partido. Esta definição ficaria adiada para quando o trabalhador tivesse consciência de que é trabalhador. Mas quem, não tendo alguma consciência de que é trabalhador, pode defender interesses e necessidades de trabalhador contra seus adversários?

---

[84] As expulsões da *Causa Operária* e da *Convergência Socialista* serão abordadas no capítulo 4.
[85] Matar a cobra e mostrar o pau. *ABCD Jornal*, 11 a 17 de março de 1980. É muito provável que coletivos de petistas "independentes" tenham reproduzido este texto em outras cidades. Em Florianópolis, em março do mesmo ano, a polícia recolheu panfletos de petistas e um deles reproduzia na íntegra o documento de São Bernardo. O panfleto apreendido encontra-se no APERJ, Fundo POLÍCIAS POLÍTICAS; Coleção DOPS/DGIE; maço 287, fl. 170.
[86] Idem, ibidem (sic).
[87] Id. ibid.

O que parece ser uma evidente incoerência tem, no entanto, razão de ser. A pista para decifrar é a expressão "meia dúzia de radicais de palavra". Muito mais do que uma elaboração programática sobre o caráter do PT, este foi um texto para demarcar diferenças com as tendências que "defendem o partido classista e o governo dos trabalhadores" e que "querem transformá-lo numa organização fechada, tal como uma organização de vanguarda. Querem também determinar antecipadamente todas as posições e objetivos do partido e, portanto, reduzí-lo a mais um grupo de vanguarda".[88] A polêmica partido de vanguarda (ou de "quadros", que no vocabulário interno do partido tem a mesma significação) versus partido de massas reapareceria muitas vezes na história das relações entre a Articulação e as correntes da "esquerda petista".

Para o "grupo do Lula", no entanto, as disputas com as demais tendências nem sempre eram vistas como embates entre visões políticas diferentes no PT, mas como a defesa do PT autêntico contra a interferência de forças políticas estranhas. Em Minas Gerais o agrupamento "PT de Massas" era um núcleo embrionário do que viria a ser a Articulação local. Em 1981 este coletivo produziu, para circulação interna, um texto intitulado "As falsas tendências e o PT de massa" no qual se propõe a discutir os problemas surgidos com "a intervenção de grupos organizados 'de fora' com intenções de hegemonizar e dirigir o PT segundo suas concepções". O texto critica as tendências a partir do monopólio que supõe ter sobre o que seria a proposta original do PT: "Estava claro, desde o início, que as concepções partidárias desses grupos e organizações de esquerda não coincidiam com a proposta original do PT".[89] Seriam grupos prisioneiros de uma concepção de partido de vanguarda que "teve como conseqüência, no caso brasileiro, a existência de uma esquerda organizada quase sempre periférica e marginal às grandes massas trabalhadoras".[90] Uma vez que o PT, nascido das lutas de massas à revelia das esquerdas "clássicas", "atropelou" essas organizações, não lhes teria restado alternativa a não ser incorporar-se ao novo partido, mas mantendo a pretensão de hegemonizá-lo.

---

[88] Id. ibid.
[89] *As Falsas Tendências e o PT de Massa*. Texto do coletivo PT de Massas, Minas Gerais, janeiro de 1981. In: VIANA, Giney Amorim. *A Revolta dos Bagrinhos*. Belo Horizonte, Segrac, 1991, p. 101. A data em que foi escrita a versão do documento a que tive acesso está imprecisa: embora Gilney Viana, que publicou o texto, mencione janeiro de 1981 como data em que o documento circulou pela primeira vez, o próprio texto faz referência aos resultados do I ENPT, de agosto, o que indica, provavelmente, uma revisão posterior, ainda em 1981.
[90] Idem, ibidem, p. 103.

O texto lista as "concepções errôneas sobre o PT",[91] identificando as tendências que as defendem: considerá-lo uma frente política de tendências ou uma frente de massas, quando trata-se de um *partido de massas*. Justifica a posição adotada no I Encontro Nacional (agosto de 1981), que recusara a palavra de ordem "Por um governo dos trabalhadores" defendida por outras tendências petistas como a *Convergência* e o *Movimento pela Emancipação do Proletariado* (MEP). A recusa teria sido correta porque esta palavra de ordem "está tentando englobar com ela a perspectiva maior de se acabar com o capitalismo, o que não está hoje no horizonte dos trabalhadores e do povo brasileiro".[92] Por fim, sustenta que "simplesmente não existe e nem deve existir a relação do PT com grupos de esquerda que persistem organizados, apesar dos seus militantes estarem filiados e atuantes dentro do PT".[93]

O documento é precioso pelo seu caráter antecipatório da pauta das intervenções da Articulação em suas reiteradas divergências com as demais tendências partidárias: 1) uma visão da história do PT marcada pelo mito fundador; 2) a legitimação da posição do núcleo dirigente através da reprodução do mito; 3) a desqualificação das demais tendências, mesmo aquelas que participaram desde o Movimento pró-PT, consideradas como não genuinamente petistas; 4) a condenação da concepção vanguardista da política (que nem sempre se distinguia da condenação pura e simples das vanguardas) e a defesa de uma concepção de "partido de massas". A este conjunto de noções, que seriam empregadas repetidas vezes nos anos seguintes, eu denomino "discurso do petismo autêntico". Se o princípio hegemônico do PT era a independência de classe, o petismo autêntico foi a base da estabilização da relação política entre os diferentes sujeitos que compuseram a Articulação. Há ainda um quinto elemento que se tornaria constante nas formulações do grupo dirigente e que já se apresentava no texto do coletivo "PT de Massas": o episódio da recusa da palavra de ordem "Governo dos Trabalhadores" (assim como do "Partido sem Patrão") começava a definir as posições relativas das tendências no interior do partido frente ao problema da estratégia socialista. Nestes debates, que foram muitos, a Articulação defendeu sempre posições mais moderadas. Para a maioria das correntes "à esquerda", a Articulação era a direita do PT.

---

[91] Id. ibid, p. 105.
[92] Id. ibid, p. 114.
[93] Id. ibid, p. 118.

Através do princípio do petismo autêntico, os militantes do grupo que estava para se denominar Articulação costuraram sua identidade ("nós") em contraposição às correntes adversárias ("eles"). O petismo autêntico não se opunha ao princípio da independência de classe, mas também não se confundia com ele. Os militantes da Articulação se apresentavam em 1983, no manifesto que foi a base da organização formal da tendência, como os que, diante da crise do partido, reafirmavam

> "a vigorosa vontade de milhares de militantes que, apoiados no reconhecimento da necessidade histórica do PT, querem fazer do Partido um dos instrumentos dos trabalhadores construírem uma sociedade socialista, onde não haja exploração nem explorados".[94]

O fragmento acima, na medida mesma em que reafirma o princípio da independência de classe, não diferencia a Articulação de nenhuma outra corrente do PT. Mas a próxima frase do documento, sim:

> "Defendemos assim, o PT como um **partido de massas**, de lutas e democrático. Combatemos, por isso, as posições que, por um lado, tentam diluí-lo numa frente oposicionista liberal, como o PMDB, de ação predominantemente parlamentar-institucional; ou que se deixam seduzir por uma proposta 'socialista' sem trabalhadores, como o PDT. Também combatemos aquele que, incapazes de traduzir o nosso papel em termos de uma efetiva política de organização e acumulação de forças, **se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional**, que se auto-nomeia representante da classe trabalhadora. Por outras palavras, somos contra (...) aqueles que, também não se submetendo à democracia interna do PT, subordinam-se a comandos paralelos e priorizam a divulgação das suas posições políticas, em detrimento daquelas do próprio partido"[95]

Para os signatários do manifesto, a Articulação daria expressão organizada aos *petistas autênticos*, aqueles que recusavam tanto a "diluição" do PT entre os demais partidos de oposição dentro da ordem quanto os projetos "vanguardistas" dos grupos de esquerda. O documento começa com uma alusão à crise: "Estamos convencidos que o PT vive, hoje, um momento muito difícil, mas não aquela crise que os seus inimigos apregoam". O principal fator desencadeador da crise teria sido o resultado eleitoral do PT em 82, considerado frustrante pela Articulação. Isso é expressamente admitido na tese que esta tendência apresentaria ao 3° ENPT, em 1984. Alguns setores do partido, principalmente os grupos mais ligados a alguns dos parlamentares provenientes do MDB, com os resultados eleitorais de 1982 julgados ruins,

[94] Documento dos 113. In: VIANA, Giney Amorim. *A Revolta dos Bagrinhos*. Belo Horizonte, Segrac, 1991, p. 121.
[95] Idem, ibidem, p. 121, grifos meus.

reforçaram suas propostas de aliança com os demais partidos de oposição à ditadura. Até mesmo a proposta de liquidação chegou a ser aventada.

O *Documento dos 113*, elaborado pouco antes do Encontro Estadual de São Paulo, em agosto de 1983, marca o momento em que o coletivo dirigente passa a ser denominado *Articulação dos 113* ou apenas *Articulação*. Marca, também, a passagem para um patamar superior de organização da tendência. Já naquele ano, nos encontros estaduais, o *Documento dos 113* se tornou a referência principal para a composição de várias chapas que concorriam às direções estaduais. Em vários estados estas chapas foram vitoriosas. Os editores do jornal *O Trabalho*, que acompanhavam com grande interesse a organização da *Articulação dos 113*, informaram a vitória de chapas "identificadas com o Manifesto dos 113" nos estados de São Paulo, Ceará, Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo "entre outros".[96]

No Encontro Estadual de São Paulo, com a intervenção do coletivo cuja tese intitulava-se *Articulação*, foi dado um passo crucial para a sedimentação organizativa da corrente. A chapa Articulação incluía os nomes de Djalma Bom, José Cicote, Luiz Gushiken e Devanir Ribeiro, do grupo de "sindicalistas", mas também, Alípio Freire, José Dirceu, José Álvaro Moisés, Marco Aurélio Garcia e outros, num total de 65. Na votação para a direção estadual, a chapa da Articulação (com o apoio da corrente que editava *O Trabalho*) obteve 73% dos votos.[97] A tese apresentada por eles analisava as conjunturas nacional e do Estado de São Paulo baseando-se em critérios de classe. Sobre a crise econômica, ela poria "à mostra a natureza de classe do atual modelo econômico e social e dos mecanismos de sua manutenção".[98] A problemática da transição política ensejava a criação de "uma alternativa ao projeto de transição do regime e à proposta de pacto das elites". Esta alternativa não apenas reuniria os setores sociais descontentes com o regime ou com os governos de oposição: "queremos dar a todos os explorados e dominados um rumo que permita engajá-los na construção de uma nova sociedade".[99] Outra questão priorizada no texto era a organizativa. A Articulação entendia que "o trabalho de organização e o trabalho

[96] Encontros Estaduais de 83 com Vitória da Articulação 113. *O Trabalho*, n° 234, São Paulo, abril de 1984, p. 11. A tendência trotskista que editava *O Trabalho* (OSI) havia decidido, em 1983, incorporar-se à *Articulação 113*. Todas as tentativas de aproximação foram, porém, recusadas pelos dirigentes da Articulação. Em caráter individual, vários militantes decidiram desligar-se da OSI e terminaram por se incorporar à Articulação, dentre eles Antonio Pallocci, Clara Ant e Luís Favre.
[97] *Em Tempo*, 178, São Paulo, 22/09/83 a 5/10/83.
[98] *Articulação*. Tese ao Encontro Estadual do PT de São Paulo, p. 9. CSBH, Fundo DN, caixa CADERNOS/PT/OUTRAS TENDÊNCIAS.
[99] Idem, ibidem, p. 19.

político devem basicamente ser feitos voluntariamente pelos militantes; tarefas profissionalizadas e semi-profissionalizadas, de funcionários e assessores, devem ter caráter complementar".[100]

Nos eventos partidários de 1984 a Articulação já se apresentou organizada como corrente nacional. Para o 3° Encontro Nacional, em abril, a tese da tendência foi discutida previamente por militantes de 14 estados. Jacó Bittar, Luiz Eduardo Greenhalg, Francisco Weffort e Lula eram as pessoas a serem contatadas pelos que desejassem aderir às propostas.[101] A tese nacional ("Teses para a atuação do PT") foi amplamente baseada no texto de São Paulo, chegando a repetir frases inteiras. Ao contrário do documento paulista, porém, não fala na crise do partido, mas na sua superação, atribuída principalmente à deflagração da campanha de massas pelas eleições presidenciais diretas. Antes da análise de conjuntura o texto apresenta as "teses organizativas", discutindo o fortalecimento dos núcleos, estratégias para assegurar finanças, formação política e a atuação dos parlamentares. Esta última era uma questão nova, porque tratava-se de estabelecer as formas da relação com os primeiros parlamentares eleitos pelo PT. O parlamentar do PT é definido como "um filiado como qualquer outro e, como tal, tem os mesmos direitos e deveres".[102] O parlamento é apresentado como um espaço importante de atuação política, mas não estratégico. Ele deveria ser usado pelo PT como

> "um espaço político para combater projetos e medidas anti-populares, (...) para fiscalizar o uso de recursos públicos e o andamento da administração pública, para denunciar todas as medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora; para apresentar e fazer aprovar medidas legislativas em benefício dos trabalhadores; para divulgar as propostas, as diretrizes, o programa e as idéias do PT. Nessa linha, o PT deve, ao mesmo tempo, esclarecer os trabalhadores sobre as limitações do Parlamento (...)"[103]

---

[100] Id., ibid., p. 33-4.

[101] *Teses para a atuação do PT*. CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 3° ENPT, maço TESES. Uma carta anexa, tendo como destinatário "Prezado Companheiro" e datada de 21/03, assinada por Luiz Eduardo Greenhalg e Jacó Bittar apresenta o texto e informa o nome de dezenas de militantes que teriam aderido às propostas nele contidas.

[102] *Teses para a atuação do PT,* p. 5. CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 3° ENPT, maço TESES E PRONUNCIAMENTOS. O documento de São Paulo vai ainda mais longe ao esclarecer que o parlamentar "*exerce sua função numa instituição em que os conflitos de interesses de classe também se expressam pelo comportamento político, partidário ou individual, dos parlamentares de outros partidos*". *Articulação*. Tese ao Encontro Estadual do PT de São Paulo, p. 45. CSBH, Fundo DN, caixa CADERNOS/PT/OUTRAS TENDÊNCIAS.

[103] *Teses para a atuação do PT,* p. 5. CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 3° ENPT, maço TESES E PRONUNCIAMENTOS.

A conjuntura internacional é analisada sob a perspectiva da defesa de uma "política internacional em favor dos interesses dos povos que lutam por sua libertação", para o que seria necessário alinhar-se com os "dominados" contra a política dos "dominantes".[104] No plano nacional, a crise econômica daria caráter político às lutas econômicas dos trabalhadores (as saídas possíveis passam pelo "fim do regime atual e pela conquista da democracia"),[105] mas não haveria sinais de que a crise precipitava a agonia do capitalismo no Brasil. Aliás, segundo a Articulação,

> "o capitalismo não morrerá por causa de suas crises econômicas, enquanto ele for capaz de jogar o peso da crise sobre os trabalhadores e o povo. O capitalismo só morrerá, se for combatido pela luta política dos trabalhadores no rumo de uma sociedade sem explorados e sem exploradores."[106]

Poucas páginas depois o texto volta a tratar do socialismo. Distinguindo entre os conceitos de poder (que "diz respeito ao conjunto das relações de dominação política e social existentes no País") e governo, a Articulação recusa

> "as concepções que asseguram que basta tomar o poder do Estado para transformar a sociedade. Para nós, o poder não apenas se toma, mas e principalmente, se constrói. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade (...) e desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular. A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular. A longo prazo essa participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. A nossa luta é pela construção do socialismo."[107]

Outro tema conjuntural priorizado pela tese foi o da campanha pelas eleições diretas: "A luta por eleições livres e diretas significa para nós, apenas o começo do futuro democrático e socialista que desejamos para o Brasil".[108] A campanha ganhou as ruas e foi um momento de reaproximação entre o PT e os demais partidos oposicionistas após as tensões das eleições de 1982, em que o partido foi, reiteradas vezes, acusado de dividir as oposições e fazer o jogo do regime. A Articulação entendia que "a reivindicação de eleições diretas para a presidência da república não é bandeira exclusiva do PT", o que justificava a participação no comitê suprapartidário

[104] Idem, ibidem, p. 7.
[105] Id., ibid., p. 8.
[106] Id., ibid., p. 8.
[107] Id., ibid., p. 11.
[108] Id., ibid., p. 9.

que coordenava a campanha. Mas as diferenças com os demais partidos de oposição eram permanentemente salientadas:

> "Ao lutar por eleições livres e diretas como passo para o fim do regime militar, o PT participa de campanhas em conjunto com outros partidos e movimentos populares. Sem nos diluirmos, nem perdermos nossa independência, trabalhamos dentro de um programa mínimo comum, levamos nossas propostas partidárias às bases dessas forças e ao conjunto da população. (...) É desse modo também que nos comportamos diante dos partidos da oposição burguesa: levamos em conta as suas contradições internas, tentando desmascarar e isolar os setores reacionários e conciliadores, ao mesmo tempo que buscamos atrair para lutas comuns as bases que atuam no movimento popular (...)"[109]

Para a Articulação, a luta deveria visar eleições diretas livres de casuísmos, com ampla liberdade de organização e propaganda para todas as tendências políticas e com extensão do direito de voto aos analfabetos e soldados. Isso abria zonas de conflito com a maioria das demais forças de oposição que, bem posicionadas no parlamento, concebiam a transição muito mais como transferência institucional do poder para um civil do que como processo real de expansão da participação popular decisória. Face à postura dos grupos oposicionistas parlamentares, a Articulação propunha

> "romper os limites que a oposição tenta impor à campanha. Daí que a luta por diretas, para transpor as bandeiras do campo puramente institucional, deve combinar-se e desdobrar-se num plano que preveja grandes jornadas de lutas de massas contra o regime, tais como a proposta apresentada pela CUT (...) de uma Greve Geral."[110]

Enquanto a campanha enchia praças em várias cidades do Brasil as diferenças entre os projetos de transição da Articulação (e do PT) e dos setores majoritários da oposição não impediam a ação conjunta.[111] Mas a tese da Articulação já antecipava a decisão de boicotar o Colégio Eleitoral, caso a proposta de emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas fosse derrotada no Congresso.[112] No dia 25 de abril de 1984, com tropas do Comando Militar do Planalto (chefiado pelo General Nilton Cruz) cercando prédios públicos e os acessos a Brasília, o Congresso votou a Emenda Dante de Oliveira: foram 298 votos favoráveis, 22 a menos que os dois terços

---

[109] Id., ibid., p. 10.
[110] Id., ibid., p. 10.
[111] A campanha pelas eleições diretas está relatada em KOTSCHO, Ricardo. *Explode um Novo Brasil: diário de campanha das diretas.* São Paulo, Brasiliense, 1984.
[112] "*O PT deve conclamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio e a não participarem do processo de eleições indiretas*." *Teses para a atuação do PT*, loc. cit., p. 9.

necessários para a aprovação.[113] Rompeu-se ali a unidade das oposições. Os setores majoritários da oposição, visando as eleições indiretas que foram marcadas para janeiro, passaram a apoiar a candidatura de Tancredo Neves, que envolvia um acordo com políticos dissidentes do PDS (a Frente Liberal). O Colégio Eleitoral não era incompatível com o objetivo central do seu projeto de transição, que era derrotar o candidato do regime e eleger um civil. Senador na época e um dos líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso resumiu assim sua posição: "O Brasil está dividido em dois campos. Os mudancistas e os contra as mudanças. Os mudancistas têm que continuar lutando. E a luta agora é no Colégio Eleitoral."[114]

Para o PT, liderado pela Articulação, o Colégio Eleitoral era inaceitável porque reduzia a transição a um pacto entre os setores da classe dominante: "A história brasileira é pródiga em pactos semelhantes: setores das classes dominantes aliando-se para excluir o povo das decisões políticas."[115] A promessa de não legitimar o Colégio Eleitoral foi cumprida. No dia 6 de maio de 1984 o Diretório Nacional divulgou para a imprensa uma nota esclarecendo que "o PT anuncia desde logo que não participará do colégio eleitoral", e conclamando os participantes do Comitê Suprapartidário a perseverar na campanha pelas diretas a despeito da decisão do Congresso.[116]

Nisso e em todos os aspectos destacados aqui, a tese de 1984 da Articulação, base do texto final de resolução do 3° Encontro Nacional, trazia formulações que efetivamente hegemonizaram o Partido dos Trabalhadores até o final da década. A decisão de boicotar as eleições indiretas e a clara demarcação com os partidos da oposição burguesa foram um largo passo no rumo da oposição à Nova República, mantida pelo PT mesmo quando o congelamento de preços do Plano Cruzado proporcionou grande apoio popular ao PMDB, no começo do governo Sarney (1985-1989).[117] Quando, por exemplo, nas eleições para governador em 1986 o Encontro

---

[113] Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
[114] Entrevista a Ronaldo Costa Couto, em março de 1999. In: COUTO, Ronaldo Costa. *Memória Viva do Regime Militar*. Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 63.
[115] Diretório Nacional do PT. Nota à Imprensa (06/05/84). CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 3° ENPT, maço TESES E PRONUNCIAMENTOS.
[116] Diretório Nacional do PT. Nota à Imprensa (06/05/84). CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 3° ENPT, maço TESES E PRONUNCIAMENTOS.
[117] Em 28 de fevereiro de 1986, através do Decreto-lei n° 2284, o governo federal estabeleceu o congelamento total de preços e salários, a desindexação geral da economia e instituiu uma nova moeda, o Cruzado, com valor de face de mil cruzeiros. A inflação, que superara os 225% no ano anterior, permaneceu abaixo de 1,5% mensal entre março e outubro, alcançando 2,5% em novembro. Os rendimentos dos trabalhadores foram favorecidos pela desaceleração inflacionária, e o Plano

Estadual da Bahia deliberou apoiar o candidato do PMDB, Waldir Pires, contra o candidato indicado pelo Ministro Antonio Carlos Magalhães (do PFL), o 4° ENPT acatou recurso da minoria baiana e anulou a decisão estadual. O argumento era que a deliberação feria a decisão do partido de fazer "oposição ao governo Sarney, à Nova República e à transição conservadora".[118] A Articulação era uma das tendências que interpuseram o recurso e seus votos foram decisivos para que fosse acatado no Encontro Nacional.

O princípio de independência de classe, que estava no cerne do argumento para fazer oposição à nova configuração da transição conservadora que era a Nova República, assegurava linhas de coerência entre as formulações políticas da Articulação como grupo dirigente do PT. Mas o terreno que a Articulação considerava prioritário para a intervenção política do PT, o das ações de massas, apresentou certas dificuldades para as manobras da esquerda em 1986. O movimento pelas diretas refluíra completamente e, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, a transição seguia o seu caminho "pelo alto". O processo político da transição corria de modo a assegurar a mudança das formas políticas com o mínimo de sobressaltos para a dominação de classe. Nas palavras de Florestan Fernandes, a Nova República "não combateu de frente a ditadura. Contornou-a e prolongou-a. Nasceu de seu ventre e foi batizada em sua pia batismal. O Colégio Eleitoral tinha de ser o seu berço e, também, o seu leito de morte". [119]. Ao contrário do ano anterior, em que as greves foram presença marcante da conjuntura e questionaram a capacidade dirigente do bloco conservador, em 1986 o Plano Cruzado, dentre os seus efeitos políticos, produzia uma certa desmobilização operária.[120]

Mesmo assim, durante o ano de 1986, a intervenção política da Articulação e de alguns de seus dirigentes extraía amplas conseqüências teóricas e programáticas do princípio da independência de classe. Este era o caso, especialmente, de um texto

---

Cruzado conquistou grande apoio popular (os "fiscais do Sarney" que denunciavam a remarcação de preços e exigiam o cumprimento da tabela). A partir de novembro de 1986, após graves problemas de desabastecimento, a inflação voltou a acelerar. Cf. REGO, J. M. (org.) *Inflação Inercial, Teorias Sobre a Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2003.

[118] *Resolução sobre a prática eleitoral do PT na Bahia*. CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 4° ENPT, maço RESOLUÇÕES. Na Bahia e em alguns outros Estados a Articulação não era, nos primeiros anos, majoritária no PT. Isso se alterou com a expansão do partido para o interior do Estado e a filiação de novos militantes, sobretudo dos movimentos sociais rurais.

[119] *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986, p. 20.

[120] Eduardo Noronha indica uma queda no número de jornadas de trabalho perdidas de 76,6 milhões em 1985 para 53,1 milhões em 1986. A Explosão das Greves na Década de 80. In: BOITO JR., Armando, (org) *O Sindicalismo Brasileiro*... op. cit.

assinado por Wladimir Pomar e, posteriormente, subscrito também por José Dirceu, que circulou no PT no início daquele ano. Os autores pretendiam combater "algumas das posturas ideológicas e políticas das correntes organizadas que atuam no PT", [121] contestando a "postura de que são a 'esquerda' do PT por causa de suas concepções sobre socialismo, sobre a luta contra a transição da Aliança Democrática e sobre a construção de um partido revolucionário".[122] Uma vez que a definição daquelas correntes como de "esquerda" estava ligada à orientação marxista ou marxista-leninista que elas assumiam explicitamente, a polêmica assumia, de certo modo, a forma de uma disputa sobre o monopólio do marxismo no PT:

> "Ao contrário do que afirmam os grupos organizados, o marxismo não é propriedade sua nem de ninguém. E, muito menos, não é obrigatório estar integrado a uma seita que se autoproclama marxista e leninista, comunista e revolucionária, para ser tudo isso na verdadeira acepção da palavra"[123].

No mesmo sentido, os autores criticavam as análises de conjuntura feitas pelos grupos de esquerda que, embora "proclamando-se exaustivamente marxistas e leninistas, não contém um mínimo de análise de classes, do movimento e das tendências das diversas classes sociais e do reflexo desses movimentos nos diversos terrenos da superestrutura".[124] No entanto, mesmo considerando que a autoproclamação não assegura o caráter marxista de uma orientação política, na disputa com as correntes de esquerda o "ser marxista na verdadeira acepção da palavra" era uma posição a que Dirceu e Pomar não renunciaram. Às vezes isso podia implicar, inclusive, em autoproclamar-se marxista, como fez José Dirceu em Teresina, em fevereiro do mesmo ano, numa palestra sobre o PT e as organizações de esquerda: "esse discurso (...)[que afirma] que não sabemos o que queremos, que precisamos de professores marxistas-leninistas para dizer o que devemos fazer, eu refuto, inclusive porque **sou marxista-leninista**".[125]

Mesmo Lula, habitualmente esquivo em questões que diziam respeito a definições ideológicas mais precisas, se referia em 1986 ao socialismo com o qual sonhava como um "sistema onde todos são iguais, mas iguais de verdade, e não

---

[121] POMAR, Wladimir e DIRCEU, José. *Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas no PT*. [s.l], [s.d], mimeo, p. 1. AMORJ, Fundo PT. O texto foi depois publicado no número 6 da revista *Práxis*, editada no Rio Grande do Sul por intelectuais ligados ao PRC, e novamente como apêndice no livro de Adelmo Genro Filho, *Contra o Socialismo Legalist*a. Porto Alegre, Tchê, 1987.
[122] Idem, ibidem, p. 5.
[123] Id., ibid., p. 26.
[124] Id., ibid., p. 17.
[125] DIRCEU, José. O PT e as Organizações de Esquerda. Transcrição da exposição feita por ocasião do Encontro do PT realizado em Teresina, fevereiro de 1986, grifo meu. AEL, fundo JD, pasta 301.

apenas perante a lei. Iguais também na remuneração, educação, saúde e na questão da propriedade".[126] Nele a "classe trabalhadora precisa ter o controle dos meios de produção para poder determinar não só o que produzir, mas determinar o nível de salário e as condições de trabalho".[127] E a social-democracia é descartada como "alternativa, como algumas pessoas tentam dizer, que será a terceira via. Não acho que possa existir a terceira via. Só pode existir social-democracia em função da exploração de outros povos".[128]

Para o 4° Encontro Nacional do PT (maio e junho de 1986), a Articulação apresentou uma tese bem mais extensa em que, pela primeira vez, fazia uma análise mais detida do significado histórico das lutas travadas pelo PT. Alguns argumentos centrais da tese foram extraídos precisamente do texto de Pomar e Dirceu, mencionado acima, que terminava por apresentar algumas concepções próprias sobre o desenvolvimento do capitalismo e a estratégia para a revolução no Brasil. E, com efeito, a tese procura estabelecer vínculos entre as ações políticas imediatas e conjunturais do partido e os objetivos estratégicos, definidos abertamente como sendo os de construir o socialismo. A tese da Articulação avalia todos os obstáculos decorrentes da conjuntura desfavorável e não só propõe avançar nas lutas, mas atribui a elas um significado político mais profundo. O documento aprovado para ser o plano de ação do partido para o período 86-88 indicava o caminho da construção do socialismo como orientação geral da prática partidária cotidiana, não apenas como a afirmação de objetivos de longo prazo.

Isso ficava claro desde as primeiras linhas do texto:

> "**Partindo de uma análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da conjuntura política atual**, essa plataforma visa estabelecer diretrizes capaz de **orientar a classe trabalhadora no enfrentamento de problemas imediatos** – inclusive o processo constituinte – e na luta por mudanças que consolidem e ampliem a democracia, garantam melhores condições de vida e abram perspectivas por **transformações mais profundas na direção de uma sociedade socialista, sem exploração nem opressão.**"[129]

Tal como anuncia, o texto dedica um capítulo à análise da formação das classes sociais no Brasil e outro sobre a "conscientização e organização das classes".

---

[126] SILVA, Luiz Inácio Lula da. Opiniões sobre o Socialismo. Entrevista a Ariston Lucena. So*cialismo e Democracia*, (3), 11, São Paulo, 1986, p. 17.
[127] Idem, ibidem, p. 19.
[128] Id., ibid., p. 20.
[129] *Uma Proposta democrática, de Massas e Socialista para o PT*, p. 1, grifos meus. AMORJ, Fundo PT.

O desenvolvimento do capitalismo e a formação da estrutura social mostrariam "uma inegável situação de luta de classes" que o texto configura assim: "(...) o capitalismo no Brasil se acha em pleno desenvolvimento, com uma burguesia e um Estado burguês modernos, organizados e aparelhados em luta contra uma classe trabalhadora em diferentes graus de organização".[130] O delineamento dos traços específicos do conflito de classes na etapa atual do capitalismo no Brasil é o ponto de partida para a discussão sobre a perspectiva de sua superação:

> "A **superação definitiva da exploração e da opressão** sobre o povo brasileiro **não se dará com simples reformas superficiais** e paliativas, mas sim com a **ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária**, que, por meio da **socialização dos principais meios de produção**, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um dos seus membros, ou seja, a construção do socialismo. E, embora ainda não esteja colocada, para o conjunto da classe trabalhadora, a consciência dessa necessidade, é possível afirmar que o **estágio do desenvolvimento do capitalismo, da formação das classes e do grau de luta entre as classes, no Brasil, já apresentam as condições necessárias para as lutas** que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e as conquistas populares e, ainda mais, criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis **na direção da construção de uma sociedade socialista**"[131]

A tese vai além, e chega até a discutir problemas específicos da transição ao socialismo:

> "No processo de construção socialista não se podem seguir mecanicamente os preceitos de substituição imediata, por meios administrativos ou executivos, da propriedade privada dos meios de produção e circulação pela propriedade social; nem substituir prontamente a economia mercantil por formas sociais de distribuição, circulação e consumo; nem implantar uma completa organização planificada da economia. **As leis econômicas em ação numa determinada sociedade não podem ser extintas ou modificadas por decretos**, mesmo quando estes decretos tenham um considerável respaldo político de massas, como demonstrou a experiência de construção dos países socialistas."[132]

A classe trabalhadora teria que realizar alianças com os demais setores explorados pelo capitalismo, mas "é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da

---

[130] Idem, ibidem, p. 5.
[131] Id., ibid., p. 5, grifos meus.
[132] Id., ibid., p. 7. Este é um dos trechos da tese que foram, integralmente, extraídos do já mencionado panfleto de Pomar e Dirceu.

classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista".[133] A democracia aparece como constitutiva do projeto socialista, e merecedora de preocupações antecipadas:

> "Há sempre o risco de um descompasso entre o avanço da **estrutura econômica** e o ritmo da democratização da **superestrutura**. Resistências maiores ou menores, da burguesia, podem conduzir a processos de centralização que retardem ou conturbem a consolidação da plena democracia".[134]

Daí a importância de desenvolver desde já formas de controle e poder populares – "o poder, para o socialismo, não apenas se toma, mas se toma, na luta concreta do dia-a-dia, desde já."[135] É a retomada da tese de que "o poder se constrói" do 3° ENPT, mas numa perspectiva muito mais aprofundada.

A análise de conjuntura reconhece que o pacote econômico do Governo Sarney "procura modificar o cenário da luta de classes permitindo uma retomada da iniciativa política da classe dominante".[136] Com o Plano Cruzado

> "uma parte das massas voltou a acreditar nas promessas da burguesia, colocando-se pois sob sua hegemonia. Isso, aliás é decorrência da própria luta do movimento operário sindical e popular, que ameaçava a burguesia de perder sua hegemonia sobre as grandes massas. Como é de praxe na luta entre o capital e o trabalho, a burguesia viu-se compelida a apresentar concessões a reivindicações concretas do movimento social e fazer com que este entre na defensiva.(...) Esse processo faz parte da educação de luta dos trabalhadores, em especial de seus setores mais avançados."[137]

Mas a tese faz a ressalva de que os trabalhadores não se comportam exatamente como esperado pela burguesia: greves em Criciúma, dos sapateiros de Franca, dos portuários e ferroviários do Rio, dos metalúrgicos de Niterói, de professores e funcionários do DF, de metalúrgicos de Porto Alegre e Canoas – greves contra o arrocho e o congelamento da miséria, mostraram que os trabalhadores recusavam os planos do governo. A Articulação chega mesmo a discutir a direção política dos movimentos grevistas, argumentando que formas diferentes de conduzir as lutas poderiam levar ao isolamento ou não das greves.[138]

---

[133] Id., ibid., p. 6.
[134] Id., ibid., p. 8.
[135] Id., ibid., p. 8-9.
[136] Id., ibid., p. 16.
[137] Id., ibid., p. 17.
[138] Assim, por exemplo, na greve dos sapateiros de Franca a atuação da CUT explicou "*o sentido do movimento contra o pacote, de recusa do arrocho salarial, mostrando praticamente que os trabalhadores não aceitam 'pagar o pato' em nome do congelamento de preços*", posição oposta à da CGT na greve dos metroviários de SP: "*depois de pressionadas pela base a entrar na luta, essas direções tentaram a todo momento falar que a greve não era contra o pacote, desviando seu rumo e tentando ocultar da população o real motivo da paralisação*". Id. ibid., p. 16-7.

Diante da convocação não de uma Assembléia Constituinte, mas de um Congresso Constituinte cujo perfil conservador a Articulação já previa, a tese denuncia a perversa metamorfose de uma bandeira democrática num "projeto de consolidação da hegemonia burguesa sobre e contra o movimento popular".[139] Mesmo assim considera equivocada a proposta de boicotar a Constituinte, dado que ela abriria a oportunidade para a classe trabalhadora

> "deslegitimar os projetos político-institucionais da 'Aliança Democrática', [assim] como de fazer avançar a luta por uma concepção alternativa de organização econômica e social e de democracia; ou seja uma concepção que exprima os interesses dos trabalhadores e a sua decisão de manter a sua independência de classe no processo de transição."[140]

Para a Articulação a hora do socialismo não chegava com a constituinte, mas ela proporcionaria espaço para o acúmulo de forças, para lutar pela democratização radical da sociedade, para inscrever direitos como o direito de greve, enfim, para propor "medidas que desde já ajudam a realizar a socialização da política". Ao mesmo tempo ela abriria espaço para o PT esclarecer "a natureza da crítica que fazemos ao capitalismo", ou seja, travar publicamente o "debate ideológico com a burguesia".[141]

A tese ao 4° ENPT deu uma formulação mais completa para o significado das lutas partidárias, confirmando o papel hegemônico da Articulação. Outro passo no sentido de consolidar a direção política do partido nas lutas sociais foi a aprovação, nesse mesmo Encontro, da "Linha Sindical do PT", antiga reivindicação dos dirigentes sindicais petistas, que tentava fixar diretrizes para a atuação dos petistas no movimento sindical.[142] Na verdade, o 4° Encontro ocorreu num momento em que as formulações e iniciativas da Articulação haviam produzido um elevado grau de consenso em torno das suas posições. Mesmo as correntes mais à esquerda no espectro partidário, como a *Convergência*, reconheciam a unidade política construída. Mencionando os resultados do encontro estadual de São Paulo naquele ano, em que o pré-candidato da *Convergência* para governador do estado fora preterido por Eduardo Suplicy, o jornal da *Convergência* comentava:

---

[139] Id., ibid., p. 17.
[140] Id., ibid., p. 18
[141] Id. ibid., p. 27.
[142] Ver *Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores*. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p.197-226.

> "A direção do partido, no discurso do companheiro Lula, demonstrou uma grande preocupação de garantir acima de tudo a unidade do partido para enfrentar os violentos ataques da burguesia. Da Convenção, por isso, todos os petistas de São Paulo saíram armados para cerrar fileiras em torno da candidatura Suplicy".[143]

O 5° Encontro, porém, realizado em dezembro de 1987, seria palco de disputas muito mais intensas. As eleições de 1988 eram vistas como uma oportunidade real para questionar e derrotar a transição conservadora, ainda mais se o Congresso Constituinte confirmasse a duração de quatro anos para o mandato do presidente Sarney, porque neste caso as eleições seriam também para Presidente da República. O governo Sarney sofria um acelerado desgaste político com o fracasso dos planos econômicos (Cruzado e Bresser) em conter a inflação e com o agravamento do arrocho salarial. Os debates preparatórios do Encontro já traziam o tema das eleições como prioritário e eram formulados dentro dos parâmetros do 4° ENPT, ou seja, procurando fazer ligações entre a disputa eleitoral que se avizinhava e o horizonte estratégico socialista, objetivo principal do Partido dos Trabalhadores. A Secretaria Geral do PT, cujo titular era um dirigente da Articulação,[144] apresentou em dezembro de 1987 um texto preliminar sobre as eleições, os "Princípios Gerais para um Documento Eleitoral Básico", no qual discutia o significado do pleito daquele ano:

> "As eleições de 88, principalmente incluindo a Presidência da República, significam a primeira grande chance, desde 1984, de uma ruptura do processo de transição conservadora da burguesia e a abertura de espaços para conquistas democráticas e populares com perspectivas de colocação, no cenário político, de propostas no rumo do socialismo. A conjuntura de 1987 revelou um certo equilíbrio na luta de classes, e as eleições de 88 podem significar uma inflexão na correlação de forças a favor da classe trabalhadora. Isso significa que em 88, para a classe trabalhadora, menos que as figuras pessoais de seus candidatos, importa mais formular e propor um projeto alternativo de governo, popular e democrático, com perspectivas socialistas."[145]

A primeira versão de programa de governo que circulou no partido, também apresentada como subsídio para as discussões do encontro de dezembro de 1987, seguia a mesma trilha política. Dentre as orientações gerais de governo existe a

---

[143] Confirmado Suplicy para Governador. *Convergência Socialista*, 81, 21/5 a 8/6/86, p. 5.
[144] No 4° ENPT o nome indicado pela Articulação para assumir a Secretaria Geral para o período seguinte foi o de Francisco Weffort, mas ele foi substituído por Olívio Dutra em março de 1987.
[145] *Eleições 88. Princípios Gerais para um Documento Eleitoral Básico*. Contribuição da Secretaria Geral Nacional para Debate. CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 5° ENPT, maço SUBSÍDIOS.

proposta de "Criar uma democracia nova". Sob este título reafirma-se o compromisso socialista do PT e seu vínculo com a democracia substantiva:

> "O PT é um partido comprometido com um projeto histórico de transformação da sociedade, seja no sentido da socialização da economia, seja no sentido de uma democracia socialista. A democracia – que nas sociedades baseadas na exploração do homem sobre o homem reduz-se a um ritual falsamente participativo dissimulador da opressão – precisa constituir-se em exercício efetivo de poder pelo povo e meio de construção da igualdade entre os homens."[146]

As divergências entre a Articulação e algumas correntes da esquerda partidária se acirraram no 5° ENPT quando do delineamento do *projeto democrático e popular*, que seria a base da elaboração do perfil da candidatura Lula, e com a discussão da "Resolução sobre as Tendências" que tentava ordenar, segundo a ótica da Articulação, a convivência entre as forças políticas constitutivas do PT. A resolução política aprovada pela maioria continua apontando a burguesia como a classe "inimiga principal das mudanças e dos trabalhadores", mas faz duas ressalvas: não estão no "campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais" e é preciso aproveitar "as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia" através de alianças táticas ou pontuais.[147] A possibilidade de acordos pontuais com setores da burguesia, ausente nas resoluções anteriormente apresentadas pela Articulação, era a senha para negociar alianças com partidos situados fora do campo "democrático e popular".

Com a pequena burguesia urbana e rural a aliança não seria meramente tática, devido à importância atribuída à pequena produção para o desenvolvimento das forças produtivas: "Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo".[148] A "frente democrática e popular" nasceria deste agrupamento de forças, sendo que o "proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado a dirigir o processo revolucionário".[149] Na mesma página o texto menciona as dificuldades que surgiriam no interior da aliança em razão da "disputa

---

[146] *Pelo Brasil que a Gente Quer*. CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 5° ENPT, maço SUBSÍDIOS.
[147] *Resoluções Políticas do 5° ENPT*. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p 314.
[148] Idem, ibidem, p. 315.
[149] Id. ibid., p. 325.

permanente entre os trabalhadores assalariados e os setores pequeno-burgueses. Por isso é fundamental que a classe trabalhadora forje sua unidade interna, para assim conseguir conquistar a hegemonia no conjunto da frente democrática e popular".

A frente seria a resposta dos trabalhadores à crise da transição conservadora, que não era uma crise revolucionária. O que estava em questão, para a Articulação, não se poderia exprimir com o lema "Por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo", como propunham algumas tendências. Seria, sim, a

> "possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade – tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo."[150]

O texto cuida de diferenciar este projeto da

> "alternativa nacional e democrática que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que nada tem a oferecer ao nosso povo."[151]

Além da aliança estratégica, a Articulação propunha uma política de alianças táticas com outras forças políticas na Constituinte, na luta sindical e popular, no parlamento e em eleições. O *projeto democrático e popular* e as resoluções sobre tendências e sobre a proporcionalidade tornaram-se objeto de intensa polêmica durante e após o Encontro. Algumas correntes de esquerda tinham formulações radicalmente contrárias à constituição de frentes populares, outras viram no documento uma reedição da teoria etapista da revolução, quase todas eram contrárias à possibilidade de alianças com partidos burgueses e todas criticavam as resoluções sobre proporcionalidade e sobre a regulamentação das tendências.[152] Em abril de 1988 a Articulação realizou um Seminário Nacional em que uma das questões principais era a existência de "uma guerra no partido, contra a linha do 5° [ENPT] e, naturalmente, contra a Articulação que a sustenta e aplica."[153]

---

[150] Id., ibid., p. 309.
[151] Id., ibid., p. 322.
[152] A reação das correntes da esquerda petista às resoluções do 5° ENPT podem ser estudadas através dos números de dezembro e janeiro dos periódicos mantidos por aquelas organizações: *O Trabalho*, *Causa Operária*, *Convergência Socialista* e *Fazendo o Amanhã*. O CEDEM, da UNESP, possui coleções dos três primeiros.
[153] *Resolução do Primeiro Seminário Nacional da Articulação*. In: VIANA, Gilney Amorim. *A Revolta dos Bagrinhos*… op. cit., p. 125.

As polêmicas sobre a regulamentação das tendências e sobre a proporcionalidade eram interligadas, e diziam respeito às disputas internas entre a Articulação e as demais correntes. A proposta de resolução apresentada pela Articulação e aprovada no Encontro restringia a ação política das tendências. Um de seus parágrafos afirmava, no espírito do *petismo autêntico*, que

> "o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais publicos e de periodicidade regular." [154]

Embora o Diretório Nacional fosse constituído por representantes das diversas tendências do partido, a Comissão Executiva, órgão executivo central, tinha todos os seus membros indicados pela tendência majoritária. Essa situação, que perdurava desde os primeiros encontros, começou a ser alterada justamente a partir do 5° ENPT, quando alguns militantes de outras correntes foram admitidos como suplentes da Executiva, mas a corrente majoritária não aceitava o princípio da proporcionalidade. Os elementos do *petismo autêntico* também estão na base da resolução apresentada pela Articulação sobre o tema, em 1987:

> "A resistência da maioria partidária a admitir até hoje a proporcionalidade na Comissão Executiva Nacional radica-se (...) [na] existência de verdadeiros projetos partidários dentro do PT. (...) Entendemos assim que, enquanto perdurar o fenômeno da existência de tendências com as características que marcam a maioria das tendências hoje presentes no PT (...) devemos reservar à maioria as funções da Comissão Executiva Nacional com seu papel de representação partidária, com sua tarefa de executar as políticas traçadas pelo Diretório Nacional, cabendo a ela a decisão da participação ou não das minorias na Executiva, excluída a hipótese da proporcionalidade."[155]

Ao contrário das resoluções dos Encontros anteriores, o documento final do 5° ENPT expressava muito mais as posições da maioria, que era a própria Articulação, do que um consenso politicamente construído. O grupo dirigente do PT havia conseguido formular um projeto político que apresentava definições mais completas dos elementos da sua estratégia para o socialismo, o *projeto democrático e popular*. Mas este gesto o afastava do terreno do consenso básico entre as tendências e

---

[154] Resolução sobre Tendências. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 357.
[155] Resolução sobre Proporcionalidade. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 358-9.

apontava para o conjunto do partido uma direção política que era inaceitável para alguns grupos. O papel hegemônico da Articulação começava a ser questionado de modo mais enfático do que até então e isso começava a determinar uma mudança importante na forma como a tendência exercia a direção política do partido. O 5° Encontro pode ser visto como o marco inicial da crise de direção no PT, processo que estudaremos melhor no capítulo 4.

Uma grande mobilização de massas – a campanha presidencial de Lula – amorteceu temporariamente os conflitos internos. Embora a candidatura fosse lançada com base no *projeto democrático e popular*, seu caráter de massas abria amplos espaços de intervenção pública para todas as diferentes concepções políticas constitutivas do PT. Ao contrário da expectativa inicial, o mandato de José Sarney na presidência foi fixado em cinco anos, o que jogava a disputa eleitoral pela presidência para 1989. As "Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo", apresentadas pelo Diretório Nacional ao 6° ENPT (junho de 1989) esclarecia que a candidatura Lula "está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade". Sem "colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder" mas sem cometer o "rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo" o Encontro decidia travar, na campanha eleitoral, um debate político-ideológico em que "deixaremos clara a nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão de partido único".[156]

O *projeto democrático popular* era afirmado como parte da luta pelo socialismo:

> "**O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País**. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil. Por estas condições, **o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo**. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática e nem resulta da 'retirada de cena' das minorias privilegiadas que, com base na força e negação da democracia, subjugaram historicamente os trabalhadores e o povo deste país. **A implementação de um programa democrático popular só pode ocorrer com a revolução socialista**"[157]

---

[156] *Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo*. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 400.
[157] Idem., ibidem, p. 401-2, grifos meus.

Que esta revolução é pensada como uma ação política das maiorias e não em seu nome é esclarecido logo abaixo: "Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos..." vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, mobilização e luta da maioria "e não da tomada do poder por meio de um golpe de mão, de um putsch de vanguarda".[158] Mais uma vez eram os trabalhadores os sujeitos a quem o PT se dirigia:

> "o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos da hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores."[159]

O magneto funcionava de novo a toda carga. Havia discordância de tendências do PT quanto a vários pontos das "Diretrizes" e do Plano de Ação de Governo (PAG), cujas bases foram aprovadas também pelo 6° Encontro. Mas a mobilização em torno da candidatura Lula fazia com que elas parecessem menores. A campanha cresceu, ganhou as ruas, unificou as forças de esquerda dentro e fora do PT,[160] atraiu intelectuais famosos, artistas conhecidos, como ocorrera nas greves de 78-80. A campanha, cuja possibilidade histórica se devia, em boa medida, mas não só, ao esforço organizativo e diretivo da Articulação ao longo da década, não era a mera expressão do *projeto democrático e popular*, nem sua dimensão e seu impacto se poderia explicar como decorrente da justeza da linha política adotada pelo núcleo dirigente nos dois últimos Encontros do PT. Algo muito maior estava ocorrendo. Lula, no discurso em que, já como candidato, encerrou o 6° ENPT, parecia compreender isso ao dizer que aquele momento significava que "a classe operária brasileira tomou consciência muito maior que a consciência de produzir: a consciência de mandar nesse país, que é o resultado da sua capacidade de produção."[161]

Uma porção poderosa da classe trabalhadora estava, mais uma vez, em movimento. Agora não mais, como dez anos antes, fragmentada em greves por categorias ou movimentos sociais específicos, mas unificada através de um projeto político que se expressava na candidatura Lula à presidência do país. Trabalhadores voltaram a encher as praças, aos milhares. Dessa vez, porém, não era para protestar

---

[158] Id. ibid., p. 402.
[159] Id., ibid., p. 402.
[160] Com exceção do PCB que, no primeiro turno, apresentou candidato próprio.
[161] *Discurso de Luis Inácio Lula da Silva no VI Encontro do PT*, p. 2. CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 6° ENPT, maço DISCURSOS.

ou para reivindicar direitos: tinham um projeto para o país, construído sobre a experiência coletiva de fazer política com independência de classe, a experiência de elaborar um projeto de contra-hegemonia. Com esse projeto, desafiavam seriamente a direção política da burguesia sobre a sociedade. No segundo semestre de 1989 os trabalhadores lutavam pela hegemonia. Fizeram ecoar pelo país inteiro o seu lema: *sem medo de ser feliz*.

## CAPÍTULO 2

# PRC: A "VERDADEIRA VANGUARDA DA CLASSE OPERÁRIA"

> *(...) a luta conseqüente pelo socialismo exige o caminho revolucionário, na perspectiva do comunismo e sob a orientação da teoria marxista-leninista, o que implica na necessidade de um partido de vanguarda da classe operária, necessariamente clandestino*.[1]

Diferente da *Articulação*, o Partido Revolucionário Comunista – PRC – não se organizou inicialmente como tendência interna do PT. Quando da realização, em 1984, do primeiro Congresso do PRC, que aprovou o programa e os estatutos da organização, vários dos seus membros eram militantes do PT, mas nem todos, e esta situação persistiria por algum tempo ainda. O congresso deu forma partidária definida a uma articulação entre grupos de militantes que se desenvolvia desde 1980. O núcleo deste processo de organização era formado por ex-militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e por alguns grupos políticos regionais (sem filiação partidária anterior, como no Rio Grande do Sul, ou egressos de organizações como a POLOP, em Pernambuco, ou MEP, em Minas Gerais)[2]. Para estes militantes, o que estava em causa era "**dar continuidade à luta dos comunistas brasileiros, iniciada em 1922, pela formação da verdadeira vanguarda da classe operária, capaz de dirigir o proletariado e as massas populares no caminho da revolução socialista e do comunismo**"[3]. Com este objetivo eles fundaram o PRC.

---

[1] *Resolução Política do II Congresso do PRC*. Outubro de 1985, p. 5. AFC.

[2] O *Movimento de Emancipação do Proletariado* (MEP) tem origem numa corrente (Fração Bolchevique) da *Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária* (OCML-PO), que, por sua vez, deriva de uma dissidência do POC (Partido Operário Comunista), organização composta por ex-militantes da POLOP e dissidentes do PCB após a divisão da POLOP, em 1967. O MEP se organizou no início da década de 70 e seus militantes participaram do PT desde os primeiros anos. Em 1985, fundiu-se com duas outras organizações para formar o *Movimento Comunista Revolucionário* (MCR), que seria o embrião da tendência *Força Socialista*, do PT. Cf. BADARÓ, Marcelo. Em Busca da Revolução Socialista: a trajetória da POLOP. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, vol V. Campinas, Edunicamp, 2002; SILVA, Antonio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Proposta, [s.d.].

[3] PRC. Estatutos. *Resoluções do I Congresso do Partido Revolucionário Comunista*, p. 27, grifo meu. AFC.

Este capítulo recupera, na medida do possível, a trajetória do PRC desde suas origens, na Dissidência do PC do B, até a convocação do seu último congresso, em princípios de 1987. Nossa pesquisa identificou as características do seu projeto político, fortemente marcado pelas constantes referências ao pensamento de Lênin, e acompanhou as modificações que sofreu ao longo do período. Trata-se de uma organização pequena, se comparada à *Articulação*, e que optou por dar caráter clandestino à sua estrutura organizativa.

Na primeira parte do capítulo analisaremos o período anterior à organização formal do PRC. A documentação de que dispomos permite acompanhar a evolução de algumas trajetórias e visualizar o processo de sua convergência para o projeto comum de construção de uma organização leninista, vista pelos militantes como a principal resposta às necessidades da luta de classes no Brasil dos anos 80. Na segunda parte a análise recai sobre o período que vai do I até o II Congresso do PRC (outubro de 1985) com ênfase sobre o programa do partido para a revolução brasileira e sobre as questões da tática para a Nova República. A última parte do capítulo discute o período posterior ao II Congresso, quando começam a aparecer, no debate interno, as primeiras formulações que sinalizavam para uma crise geral do partido.

## 2.1 A "FORMAÇÃO DA VERDADEIRA VANGUARDA".

Na segunda metade da década de 70 o debate político no interior do PC do B se acirrou. A principal questão dizia respeito à avaliação da derrota da Guerrilha do Araguaia, mas em torno dela se abriam várias outras questões importantes de natureza programática e organizativa. Em 1976, sob condições de clandestinidade que dificultavam enormemente a ampliação das discussões, as posições do Comitê Central (CC) do PC do B sobre o Araguaia se agrupavam em dois pólos: de um lado os que faziam uma avaliação essencialmente positiva da guerrilha, primeira experiência de aplicação da estratégia maoísta de guerra popular no Brasil, atribuindo seu fracasso a erros militares. João Amazonas foi o mais importante defensor desta tese, que apareceu como posição oficial do partido num editorial do jornal *A Classe Operária* de agosto de 1976 intitulado "Gloriosa Jornada de Luta". Outros membros do CC defendiam a posição contrária: a derrota fora, antes de tudo, política, e a guerrilha falhara na questão essencial de estabelecer "sólidos vínculos com as massas". A análise da derrota serviria, segundo Pedro Pomar, o principal formulador

da crítica, para evitar recair no "princípio 'esquerdista', blanquista, foquista, de que são os comunistas que devem pegar em armas em lugar das massas".[4]

A discussão no interior do CC foi abruptamente interrompida naquele ano. A carta de Pomar circulou apenas entre os membros do CC – na verdade a maioria dos militantes do partido só tomou conhecimento dela em abril de 1979, quando o jornal *Movimento* publicou uma cópia entregue por Wladimir Pomar. Em meados de dezembro de 1976, numa reunião do CC em São Paulo, o tema do Araguaia foi objeto de discussão entre os presentes, mas não foi aprovada nenhuma resolução a respeito. Ao final dessa reunião, quando os dirigentes já se dispersavam, forças do Departamento Operacional de Informações (DOI) do II Exército entraram em cena para executar o que ficou depois conhecido como o "massacre da Lapa". A intervenção da repressão, que resultou no assassinato de três membros do CC (inclusive Pedro Pomar) e na prisão de outros quatro, interrompeu as atividades do CC no Brasil por alguns anos.

Em 1979, após a reorganização do partido, a luta interna voltou a se acirrar. A VII Conferência do PC do B, realizada na Albânia em outubro de 1978 e janeiro de 1979, deliberou pela exclusão do CC dos quatro membros que foram presos em dezembro de 1976, sob a acusação de comportamento inadequado na prisão. Em suas defesas, apresentadas na forma de memoriais, três dos acusados (Haroldo Lima, Aldo Arantes e Wladimir Pomar) questionaram a legalidade da exclusão e a veracidade das acusações, mas Wladimir Pomar foi além: afirmava que o "ponto nodal das discrepâncias políticas existentes no partido encontra-se na avaliação crítica da resistência do Araguaia. (...) A queda de parte importante da direção truncou todo o processo autocrítico que vinha sendo levado a cabo".[5]

A questão do Araguaia era apenas a face exposta de uma diferenciação política que progredia também em outros terrenos. Alguns Comitês Regionais (CRs) do partido, principalmente o CR da Bahia e o CR de São Paulo (E-1),[6] contestavam a legitimidade de várias medidas do CC, entre elas a súbita guinada programática que, sem realizar qualquer debate nas bases do partido, passava a denunciar como prejudicial a influência de Mao Zedong, "transformando-o – quase que de um dia

[4] POMAR, Pedro. Carta ao CC do PC do B, julho de 1976. In: PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 7ª ed., São Paulo, Global, 1986, p. 239.
[5] POMAR, Wladimir. Em Defesa da Verdade. Apud POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. São Paulo, Busca Vida, 1987, p. 134-5.
[6] Em São Paulo, por razões de segurança, o PC do B possuía duas organizações (estruturas) paralelas – E-1 e E-2.

para o outro – em revisionista (...) anti-marxista-leninista".[7] A recomposição do CC, feita através de sucessivas exclusões e cooptações praticadas pelo próprio CC, era também objeto de agudo questionamento por parte de alguns setores que viam nesse procedimento uma medida ilegítima para assegurar a um grupo o comando do partido. Apareceram propostas para rediscutir as bases organizativas do partido, considerando que o princípio do centralismo democrático encontrava-se distorcido pela prática do CC de tomar a "relação de autoridade e confiança que deve existir entre o núcleo dirigente e o partido como uma relação de subordinação cega e incondicional", e propostas para a convocação de um congresso para permitir a todo o partido a discussão de problemas que envolviam "toda a estratégia e tática adotadas pelo partido" (o balanço do Araguaia) e "dizem respeito à própria base do pensamento teórico do partido pós-62" (o pensamento de Mao Zedong).[8] O último congresso de que puderam participar os militantes do PC do B ocorrera em 1960, antes da cisão com o PCB. Havia ainda a proposta de discutir a possibilidade de atuação dos comunistas no interior do PT.[9]

Em 1980, sem que o CC aprovasse a realização do congresso, a luta interna atingiu o clímax: vários militantes do PC do B, entre eles ex-dirigentes nacionais ou regionais como Wladimir Pomar, José Genoíno, Ozéas Duarte e Nelson Levy, ou foram expulsos, acusados de travarem uma luta antipartidária, ou se desligaram do partido. Fora do PC do B, parte destes militantes se manteve organizado como Dissidência, chegando a realizar conferências com participantes de vários estados, e deram prosseguimento ao debate que travavam no interior do seu antigo partido. A revista *Teoria e Política*, cujo primeiro número saiu exatamente em 1980, passou a ser o principal canal de expressão dos dissidentes, e a atuação política no interior do PT (também no PMDB, em menor escala) tornou-se realidade para a maioria deles. Estes dois campos de atuação pública – a revista e a atividade política legal – forneceram os documentos de que dispomos para a análise histórica do processo de construção da organização na fase anterior ao I Congresso do PRC.

*Teoria e Política* não era uma revista partidária, no sentido mais comum, de uma publicação vinculada a um determinado partido – de fato, a *Apresentação* do

[7] POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. Op. cit., p. 142.
[8] Documento do CR de São Paulo (E-1), apud POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. Op. cit., p. 145.
[9] Duarte Pacheco Pereira doou, recentemente, ao Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, documentos que serão preciosos para o estudo mais minucioso da luta interna no PC do B neste período. Escapa, infelizmente, às nossas atuais possibilidades, a análise desta documentação.

número 1 afirmava expressamente que aquela era "uma publicação sem vinculação partidária e aberta a colaborações".[10] Seu primeiro conselho editorial incluía pessoas com passagem pelo PC do B (como Adelmo Genro Filho, Nelson Levy, Ronald Rocha e Ozéas Duarte) e também intelectuais com outros vínculos políticos (Armando Boito, Caio Navarro de Toledo, César Benjamim, Daniel Aarão Reis Filho, Décio Saes, Lúcio Flávio de Almeida). Mas, embora sem filiação partidária, a revista tratava de deixar explícita sua inserção nas lutas sociais, e o papel que pretendia desempenhar nelas:

> "Assiste-se no Brasil atual ao ressurgimento vigoroso das lutas operárias e populares de massa. Essa situação, pelos elementos novos que comporta, exige o aprofundamento do trabalho teórico; só assim serão possíveis a análise das novas realidades e a definição de uma posição correta diante da conjuntura.
> "Consideramos que é no campo do marxismo que se deve realizar esse aprofundamento indispensável do trabalho teórico. Por isso, reunimo-nos para organizar a publicação *Teoria e Política*, cujo objetivo é contribuir para a afirmação e o desenvolvimento do marxismo."[11]

Os objetivos propostos pelos editores são reveladores de um certo projeto político, subjacente ao trabalho editorial. A procura de uma "posição correta diante da conjuntura" marcada pelas lutas operárias, procura que deveria ser feita através do "trabalho teórico", que, por sua vez, deveria ser realizado no "campo do marxismo", tudo isso significa que *Teoria e Política* atribuía a si mesma, em alguma medida, tarefas políticas de direção. A revista proporcionou um espaço de relação política entre pessoas e grupos de diferentes regiões do país numa época em que eles ainda não dispunham de outra estrutura organizativa consolidada. Alguns deles provinham da luta interna do PC do B, outros não. O que aproximava este coletivo era um projeto que, desde o primeiro número, possuía uma clara dimensão política, abordada, porém, no campo da teoria:

> "A teoria é também um campo de luta. A luta teórica, na perspectiva do materialismo dialético, exige a investigação criteriosa da realidade, o confronto aberto no plano das concepções e uma seleção de temas fundada nas necessidades práticas do movimento operário".[12]

A afirmação da "vitalidade do marxismo" e da "atualidade de suas concepções fundamentais", nesta mesma *Apresentação*, procura não ser uma proclamação meramente genérica. Os editores declaram estar em confronto com as

---

[10] CONSELHO EDITORIAL. Apresentação . *Teoria e Política*, 1, São Paulo, 1980, p. 8.
[11] Idem, ibidem, p. 7.
[12] Id. ibid., p. 8.

"diferentes variantes do revisionismo, manifestados sobretudo no reformismo, mas também no ultra-esquerdismo" que, em nome do marxismo, reproduzem "a ideologia burguesa ou pequeno-burguesa", e também com o "dogmatismo, incapaz de apreender a realidade em seu movimento dialético".[13] Novamente o que está em questão com estes "confrontos" não é apenas uma demarcação teórica, mas sim a face teórica de uma demarcação política e ideológica entre os editores da revista e outras organizações de esquerda no Brasil de 1980.

Empregando a "última arma do historiador", segundo Hobsbawm, isto é, a visão retrospectiva, podemos constatar que várias abordagens desenvolvidas em artigos de *Teoria e Política* desde os seus primeiros números reapareceriam, depois da fundação do partido em 1984, nos textos oficiais do PRC. É importante ressaltar o fato de que nem todos os editores ou os autores que publicaram na revista se tornaram militantes do PRC. Mas isso não elimina o caráter de "laboratório" que a revista efetivamente desempenhou, como espaço de elaboração e de aproximação de posições políticas que, poucos anos depois, apareceriam organizadas na forma-partido. Dentre os autores que mais escreveram na revista entre 1980 e 1984 (seis números da revista, sendo que os dois últimos saíram num só volume) figuram vários futuros dirigentes do PRC: Ozéas Duarte, com quatro participações (foi ele o autor que mais publicou neste período), Adelmo Genro Filho e Ronald Rocha, com três participações cada um. Para que se possa avaliar o peso desta participação, basta ter em conta que, dos 26 autores publicados nos seis primeiros números da revista, somente sete o foram mais de uma vez, e somente quatro mais de duas vezes.[14] Vários artigos publicados eram, na verdade, réplicas ou tréplicas a textos que saíram na própria revista. Isto e também os temas abordados pela maioria dos artigos de *Teoria e Política* confirmam este caráter de "incubadora" que a publicação, na prática, assumiu. Com efeito, vários assuntos que compunham a agenda mínima dos partidos de esquerda naqueles anos foram pautados pela revista. Um rápido exame de alguns artigos publicados entre 1980 e 1984 permite ver melhor como funcionou o "laboratório" dos *comunistas revolucionários*.

Um dos primeiros assuntos a aparecer em mais de um número da revista foi, não por acaso, o balanço histórico do PC do B. Já no primeiro número, de 1980,

[13] Id. ibid., p. 7-8.
[14] Francis Anclois, Charles Bréaud e Michel Nouret escreveram, a seis mãos, dois artigos que a revista traduziu e publicou, com críticas à teoria do capitalismo monopolista de Estado e sobre a teoria marxista das crises. Não foram computados nos números acima.

Nelson Levy, ex-dirigente do PC do B no Rio de Janeiro, publicou uma análise da trajetória daquela organização com o objetivo de "contribuir para o reexame da experiência de constituição de um partido proletário-revolucionário no Brasil", experiência que ele considera frustrada. Levy classifica como "absolutamente mitológicas (e mistificantes) as pretensões do PCB e de um setor do PC do B de encarnarem hoje a existência de um partido da classe operária" [15]. A perspectiva a partir da qual Levy se propõe a analisar a trajetória do PC do B é a de uma "nova experiência" de constituição de um partido operário revolucionário.

A crítica de Levy se dirige contra o etapismo, concepção comum aos dois PCs, que se expressaria na tese maoísta da precedência da questão nacional sobre a questão social o que, para ele, significava secundarizar a luta de classes em favor da unidade nacional (inclusive com a burguesia) contra o imperialismo americano. Comentando a resolução da VI Conferência do PC do B (1966) ele conclui que a "luta de classes, em meio à luta contra a ditadura militar, ficava assim absolutamente diluída na contradição principal entre a maioria da nação e o imperialismo".[16] Ao "confundir a conquista da liberdade política com a democracia liberal", o PC do B adotaria uma perspectiva estranha à do proletariado, pois "para as massas, essa conquista só é realmente possível através da destruição do Estado burguês"[17]. A aliança com a burguesia, com o pretexto de evitar o isolamento do proletariado, aprofundaria a causa do isolamento do proletariado revolucionário "que é mera decorrência da atual hegemonia liberal-burguesa junto às massas". Para evitar o isolamento o único caminho seria "disputar com a burguesia liberal a influência sobre as massas, acumular forças suficientes na forma de um poder independente, conquistar a hegemonia e, finalmente, neutralizar a ação da própria burguesia"[18].

A opção do PC do B pela luta armada, que explicaria a diferença com o PCB, não teria nem modificado a concepção da etapa nacional-democrática da revolução brasileira, nem alterado a posição de "ocultar a contradição capital/trabalho", já que a luta foi deslocada para longe dos centros urbanos, onde esta contradição se

---

[15] LEVY, Nelson. O PC do B, continuidade e ruptura. *Teoria e Política*, 1, São Paulo, 1980, p. 22. A referência a "um setor do PC do B" tem um sentido bem preciso: o autor considerava que o grupo que dirigia o partido não tinha legitimidade, devido aos métodos empregados para se manter na direção. Não representaria, portanto, todo o PC do B, mas apenas um setor.
[16] Id., ibid., p. 30.
[17] Id., ibid., p. 34.
[18] Id., ibid., p. 47.

manifestava[19]. O desvio "de notório cariz blanquista" que levou ao Araguaia não deveria ser interpretado como um equívoco simples: ele decorreria de uma profunda distorção na compreensão da relação partido/classe que, antes de atingir o PCB e o PC do B, "já havia contaminado o conjunto dos partidos da III Internacional". A distorção consistiria na

> "crença de que um núcleo determinado de militantes revolucionários passa a se apoderar da 'ciência revolucionária da classe operária' de tal forma que essa apropriação possa ser preservada independentemente de qualquer fusão com o movimento operário. A ponto de o núcleo, isto é, o partido, esteja onde estiver, opte pelo que optar, será sempre a representação autêntica do operariado"[20].

O que nos interessa aqui não é propriamente o conteúdo da análise da linha política do PC do B, mas sim os argumentos que Levy mobiliza para realizá-la. Se levarmos em consideração a perspectiva em que ele mesmo situa seu texto, a de contribuir para uma "nova experiência" de construção partidária, sua crítica ao PC do B poderia ser lida, pelo avesso, como o esboço de um partido novo. Tal partido hipotético precisaria, então: negar o etapismo e a aliança com a burguesia (mesmo em caráter tático, para derrotar a ditadura), orientar-se por um programa que priorize a luta de classes (capital/trabalho), constituir um pólo proletário independente e disputar a hegemonia com a burguesia liberal, conceber a relação partido/classe em bases distintas das deturpações feitas pela III Internacional.

Carlos Magalhães publicou, nos dois números subseqüentes de *Teoria e Política*, uma longa resposta a Nelson Levy dividida em dois artigos. Magalhães não se propõe a defender o PC do B, mas a apontar, no texto de Levy, o que ele julga ser "O erro da crítica a um erro". O erro daquele partido não decorreria de sua adscrição aos limites da ideologia nacional-burguesa, posto que o PC do B se constituiu, desde o início, como organização revolucionária com objetivos socialistas. O problema estava em que a luta contra o reformismo travada pelo partido tornou-se ineficaz porque "sua linha programática e tática não corresponde à realidade brasileira e, por isso, não é correta". O "blanquismo foquista" não seria, então, "fruto de erros secundários, mas da inadequação da concepção à realidade brasileira"[21].

Magalhães entendia que a afirmação da existência de uma etapa nacional-democrática na revolução brasileira, tese comum aos programas do PC do B e ao

[19] Id., ibid., p. 39.
[20] Id., ibid., p. 43.
[21] MAGALHÃES, Carlos. O Erro da Crítica a um Erro. *Teoria e Política*, 2, São Paulo, 1981, p. 123.

PCB, não poderia ser tomada como argumento para demonstrar o caráter não socialista daqueles partidos, como fez Levy. O problema não estaria em admitir as etapas (elas seriam realidades objetivas, segundo a teoria marxista-leninista), mas em aplicar à realidade brasileira, sem mediações, um esquema teórico produzido para dar conta da revolução em situações históricas muito diferentes. Neste sentido, a "revolução brasileira não pode ser caracterizada como democrático-burguesa ou nacional-democrática. Ou seja: não se pode identificar o Brasil com a Rússia tzarista ou a China pré-revolucionária."[22] A principal diferença é que, diferentemente dos dois exemplos históricos mencionados, no Brasil "não se pode falar em obstáculos econômicos ao desenvolvimento do capitalismo" e, por conseguinte, o

> "proletariado, no Brasil, não tem nenhuma etapa intermediária a vencer (no sentido leninista da palavra etapa), antes de ingressar na luta pelo socialismo. (...) A contradição entre o capital e o trabalho é, nas condições atuais, o dado principal da nossa realidade social"[23].

A luta contra o imperialismo e pelas liberdades democráticas, isto é, as tarefas nacionais e democráticas da revolução brasileira, conservariam sua atualidade, mas elas não poderiam ser confiadas a uma impossível aliança com qualquer setor da burguesia, como pensavam os PCs. No Brasil, onde a burguesia "vive sob o permanente medo do comunismo"[24] nenhuma fração desta classe, "nem mesmo a não monopolista, pode ser considerada aliada do proletariado na luta nacional e democrática"[25]. Diante disso, a palavra de ordem do PC do B em 1976 – "lutar por um governo das forças democráticas e de unidade popular" –, um governo com representantes da oposição liberal e do proletariado, seria "uma quimera"[26].

Nelson Levy e Carlos Magalhães divergem em vários pontos importantes nas análises que fazem da trajetória do PC do B, como a leitura dos fragmentos acima permite observar. No entanto, suas diferenças não impedem que, através dos seus artigos, seja possível identificar, embora ainda muito precariamente, o aparecimento de elementos constitutivos de um novo campo de formulações políticas marxistas, distinto dos partidos comunistas anteriores. Através da crítica à linha política do PC do B se insinuavam novas concepções sobre o desenvolvimento da luta de classes no Brasil, particularmente quanto ao papel da burguesia nacional, sobre os caminhos da

---

[22] MAGALHÃES, Carlos. As Tarefas Democráticas e Nacionais no Brasil e o Socialismo. *Teoria e Política*, 3, São Paulo, 1981, p. 31.
[23] Idem, ibidem, p. 31-2.
[24] Id., ibid., p. 23.
[25] Id., ibid., p. 31.
[26] Id., ibid., p. 33.

revolução brasileira e sobre as tarefas políticas dos marxistas diante da emergência do movimento de massas. Em ambos os autores encontramos menções ao PT como fenômeno político novo, que exigiria dos marxistas-leninistas o esforço de

> "compreender o PT, como agrupamento heterogêneo e contraditório, mas acima de tudo produto do maior movimento grevista da história do Brasil, o dos anos 1978-80 e, por isso mesmo, parte integrante do movimento operário e popular real, com o qual qualquer corrente que se pretenda proletária e marxista-leninista deve trabalhar, sem prejuízo da crítica às concepções erradas, em especial social democratas, que existem em seu seio".[27]

Tomei de empréstimo a Paul Singer, no capítulo anterior, a imagem do "magneto" para ilustrar a força atrativa do PT, em seus momentos iniciais, exercida sobre uma ampla parcela das classes subalternas e sobre os grupos que atuavam nas lutas sociais daquele período histórico. Esta última citação do artigo de Carlos Magalhães é um exemplo de como este "magneto" atuava sobre alguns marxistas, em especial alguns dentre aqueles que haviam rompido ou estavam em vias de romper sua vinculação com as organizações comunistas tradicionais. Mas a aproximação com o PT não era um caminho em linha reta. A construção do PT se dava, como vimos, *pari passu* com a luta pela hegemonia no interior do próprio PT. Se para muitos daqueles marxistas era impossível ignorar a importância adquirida pelo movimento das classes subalternas que se expressava na organização do PT, isso não apagava o fato de que, para a maioria deles, o grupo que se estava se constituindo como hegemônico no "partido de Lula" representava um obstáculo à definição de uma orientação marxista para o partido. Magalhães já se referia, acima, às "concepções erradas, em especial social-democratas" existentes no interior do PT. Outros autores seriam bem mais específicos em suas críticas.

No segundo número de *Teoria e Política*, Ozéas Duarte se propõe a fazer uma "crítica sistemática" das *11 Teses sobre a Autonomia*, documento elaborado por intelectuais que ingressavam no PT, mencionado no capítulo anterior. O texto é montado sobre elementos argumentativos que, já no momento em que foi publicado o artigo (1981) e com maior intensidade nos anos seguintes, faziam parte da disputa que as correntes "de esquerda" travavam no interior do PT contra as concepções defendidas pelos setores mais próximos ao "grupo do Lula". No caso de Ozéas

[27] Id., ibid., p. 29.

Duarte, a abordagem crítica das concepções "autonomistas" é feita a partir de uma perspectiva construída sobre a leitura de certos textos de Lênin.

Segundo Duarte, as idéias "autonomistas" traduziriam, "em versão atualizada, a velha tese de que a classe operária pode alcançar o socialismo por si só, no leito da sua luta espontânea. Conseqüentemente, rejeita-se a concepção leninista de partido como um todo".[28] A nova versão de anti-leninismo seria aparentada com "os velhos críticos liberais e espontaneístas de Lênin" e com eles teriam em comum o "rebaixamento e até mesmo a negação do papel do elemento consciente no processo de formação e desenvolvimento do partido"[29]. O argumento "autonomista", desenvolvido na *Tese I*, segundo o qual a crise dos modelos socialistas do século XX teria criado a necessidade de repensar as categorias e os métodos do socialismo, é sumariamente refutado por Duarte através de uma linha argumentativa que vale a pena acompanhar numa citação um pouco mais longa:

> "Esse raciocínio revela não só uma visão demasiado simplista do processo histórico, como se baseia numa ótica idealista da história. Se o resultado da experiência socialista e da prática dos partidos são negativos – dizem –, então que se negue o leninismo! Só muita ânsia de combater Lênin pode produzir tal lógica. (…) Eles raciocinam como se a história não fosse uma expressão da luta de classes, um processo objetivo, determinado por leis que independem da vontade e do pensamento dos homens, mas como a materialização das idéias. No caso, a maneira como Lênin concebeu o partido, não importando, portanto, a aguda luta de classes que vem determinando o curso da história universal desde a Revolução de Outubro"[30].

Aparece neste fragmento uma das questões mais recorrentes em toda a elaboração teórica do PRC: o caráter externo da relação entre a história e a existência histórica da humanidade – história concebida como "processo objetivo, determinado por leis que independem da vontade e do pensamento dos homens". Empregada aqui no combate ao "idealismo", esta mesma concepção seria, no futuro, identificada como a visão marxista da história e, como tal, condenada.

As objeções de Duarte às *11 Teses* prosseguia ainda por outros terrenos. A crítica dos "autonomistas" ao leninismo estaria baseada, segundo ele, numa "caricatura do partido leninista" e não nas concepções efetivamente formuladas por Lênin. O princípio do centralismo democrático seria o caso mais emblemático. Após

---

[28] DUARTE, Ozéas. A Questão do Partido – "autonomia", espontaneísmo e reformismo. *Teoria e Política*, 2, São Paulo, 1981, p. 10.
[29] Idem, ibidem, p. 11.
[30] Id., ibid., p. 12.

a morte de Lênin ele passou a ser entendido e praticado, na URSS e na Internacional Comunista "como a supremacia absoluta do CC sobre o conjunto do partido, processo que teve seu coroamento no culto à personalidade de Stálin. Tudo isso não passou, entretanto, de deformações desse princípio."[31] Não fazer a distinção entre o que é o princípio leninista e aquilo que foi a deturpação deste princípio, não distinguir "o marxismo-leninismo do antimarxismo-leninismo", levaria os autonomistas a pensar que o "leninismo é tudo isso, sendo os partidos revisionistas atuais (do soviético ao eurocomunista) e todos os partidos-seita de tipo dogmático conservador". Isto ocorreria não é apenas como "manifestação de má-fé ou de ignorância" dos autonomistas, mas como expressão da sua "conciliação ideológica", que estaria na raiz da incapacidade em "captar a essência desses partidos, não indo além de seu rótulo."[32]

Ozéas Duarte, em sua polêmica com os "autonomistas", procura respaldo na concepção leninista da relação classe-partido, tal como ele acredita que ela esteja formulada na obra *Que Fazer?* O erro dos "autonomistas" consistiria em supor que a consciência socialista, sendo a consciência de classe do proletariado, forma-se "como um reflexo natural da subjetividade deste ser coletivo, a classe, na sua existência imediata". Segundo Duarte, a base material do pensamento socialista não é este ser coletivo, mas sim o "modo de produção capitalista, enquanto totalidade, e não apenas um dos seus aspectos, tomado isoladamente."[33] A relação entre a classe operária e o pensamento socialista deveria ser vista como "uma relação dialética entre dois aspectos da realidade social e historicamente vivos e contraditórios entre si. O partido é o produto, a síntese dessa contradição". A autonegação do proletariado (que supera a imediaticidade da sua existência como classe em si) e a autonegação da teoria (que deixa de ser mera doutrina para se tornar ideologia revolucionária) seriam os movimentos de mudança qualitativa que estão na gênese do partido revolucionário. Em tais mudanças "a intelectualidade desempenha um papel apenas mediador entre um e outro aspecto da contradição".[34]

Referindo-se a trechos das *11 Teses* que mencionam a estratégia de constituição de uma nova hegemonia mediante a formação de embriões de poder disseminados na sociedade, Duarte conclui pela existência de uma conexão ligando a

[31] Id., ibid., p. 15.
[32] Id., ibid., p. 16.
[33] Id., ibid., p. 19.
[34] Id., ibid., p. 20.

"teoria da gestação espontânea do partido com uma estratégia política não-revolucionária. Evidencia-se que o 'autonomismo' pode ser caracterizado como uma corrente intelectual pequeno-burguesa de tipo reformista"[35]. A visão que os "autonomistas" possuiriam do PT – como "expressão viva, em formação" dessas concepções – seria equivocada, segundo Duarte. No PT ocorreria o encontro de algumas vertentes: o movimento espontâneo, formado a partir da politização de setores do movimento sindical; o reformismo pequeno-burguês de origem intelectual; a pequena burguesia democrática-radical; correntes que se colocam no campo do marxismo-leninismo. Duas alternativas estriam abertas para o PT: ou avançar como frente política de massas, com programa e organização política, ou afirmar-se como "uma síntese do reformismo burguês com o movimento espontâneo, como um partido reformista de tipo social-democrata". Para Ozéas Duarte, as chances de este partido "vir a constituir-se enquanto frente democrática operário-popular, com expressão de massas, dependerão de fatores objetivos novos, como a configuração de uma situação revolucionária"[36]. Caso a "irracionalidade teórica" e os "equívocos" dos "autonomistas" viessem a fortalecer a alternativa social-democrata as conseqüências seriam graves, porque neste caso, a corrente autonomista "estaria – independente da vontade dos seus adeptos – comprometida com um projeto burguês de domesticação da classe operária"[37].

Nos números 4 e 5/6 de *Teoria e Política*, no curso de uma extensa polêmica com Wladimir Pomar sobre a tática para a luta contra a ditadura militar, a bateria de argumentos de Duarte voltaria a ser abastecida no paiol de Lênin. A discussão tem grande interesse para nós, pelos temas que abordou e pelo tratamento dado a eles por este autor que seria, pouco depois, um dos mais destacados dirigentes do PRC. No artigo que ensejou a primeira réplica de Ozéas Duarte, Wladimir Pomar defendia a tese de que a luta pelas liberdades políticas (isto é, contra a ditadura militar) deveria ocupar o centro da tática naquele período. Sem que as massas experimentassem na prática os limites das liberdades políticas burguesas e enquanto alimentassem ilusões sobre as virtudes do parlamento ou das eleições, não seria possível que se movessem para a construção de instituições políticas socialistas. Se, no entanto, a experiência das liberdades democráticas era imprescindível para as massas, que aprendem através

[35] Id., ibid., p. 25.
[36] Id., ibid., p. 28 (nota 22 do artigo de Duarte).
[37] Id., ibid., p. 28.

das experiências e não da propaganda doutrinária, nem por isso seria necessária uma etapa liberal-burguesa na transição para o socialismo. A revolução brasileira teria caráter socialista, mas a democracia burguesa e o direito burguês, se não fossem conquistadas antes, num possível regime liberal-burguês nascido da derrota do movimento revolucionário, teriam de ser forçosamente instauradas pelo governo revolucionário (assim, Lênin previu a sobrevivência do direito burguês – direito entre desiguais – na fase inferior do comunismo enquanto, na Rússia, os bolcheviques no poder tiveram que convocar a Assembléia Constituinte). No plano da luta imediata contra a ditadura, porém, a aliança estratégica para a execução do programa mínimo – a frente operária, democrática e popular composta pela classe operária, camponeses e pequena burguesia urbana – seria insuficiente. Além desses setores, a "frente anti-ditatorial", de caráter transitório, deveria incluir a média burguesia e todos os setores burgueses liberais que entrassem em rota de colisão com o regime militar. Através de extensas citações de Lênin (*O Estado e a Revolução*) W. Pomar critica os setores de esquerda que propunham uma tática baseada no "democratismo operário". Segundo ele, o verdadeiro "democratismo operário" consistiria na extinção do Estado e de toda a democracia, algo que pertenceria ao plano da estratégia. Para os problemas práticos do presente, como as eleições de 1982 ou o posicionamento frente à palavra-de-ordem da constituinte, era preciso desenvolver respostas no plano da tática de luta pelas liberdades democráticas, para as quais o conceito de "democratismo operário" não poderia colaborar.[38]

A resposta de Ozéas Duarte foi publicada no mesmo número da revista, da qual ele era um dos editores. Recorrendo igualmente a Lênin, mas a outra obra (*Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*), ele reafirma a validade do conceito de "democratismo operário" para distinguir entre as táticas reformistas e revolucionárias diante das tarefas democráticas da revolução. W. Pomar teria assumido uma posição reformista ao propor uma tática que subordina os interesses do proletariado a uma "perspectiva burguesa, ao estabelecer, como objetivo tático a ser perseguido, uma 'etapa liberal', anterior à democracia operária e popular, na revolução, rebaixando assim a meta da classe operária na luta contra a ditadura a um

[38] POMAR, Wladimir. Questões de Tática na Luta Contra a Ditadura. *Teoria e Política*, 4, São Paulo, 1982, pp. 9-41.

nível que a dissolve naquela perspectiva".[39] A despeito de W. Pomar negar explicitamente a necessidade de uma "etapa liberal", Ozéas Duarte entende que ela seria uma decorrência inevitável da sua "leitura liberal" de Marx e Lênin, procedimento que permitiria a Pomar, "colocando um sinal de igualdade entre as expressões 'direito burguês' e 'democracia burguesa', concluir pela sobrevivência desta no socialismo".[40]

Esperar que a burguesia liberal se opusesse de fato à ditadura seria uma "fantasia reformista" de Pomar. Esta fração das classes dominantes almejaria apenas mudanças parciais na forma atual do Estado, e a "conquista de uma democracia burguesa não está presente nos seus horizontes".[41] A eliminação da ditadura teria, "como única via possível, a dos métodos 'plebeus' de luta, da ação de massas hegemonizada pelo democratismo proletário". Por isso a "classe operária deve ter como orientação atrair para a sua direção as demais classes e camadas populares, particularmente os camponeses, e isolar a burguesia liberal".[42] A condição histórica do Brasil seria a de um país "capitalista monopolista dependente", e a ditadura seria "a forma de um Estado burguês monopolista".[43] A média burguesia é "um *componente necessário* do capitalismo monopolista dependente e faz parte das classes dominantes". Não poderia, portanto, integrar uma frente revolucionária anti-ditatorial, como imaginava W. Pomar:

> "(...) como o processo revolucionário brasileiro tende a colocar num primeiro plano, frente a frente, de uma forma cada vez mais clara, o proletariado e a burguesia, pode-se prever que a média burguesia, na medida do aprofundamento da luta de classes, irá abandonando as suas veleidades reformistas e abraçando as bandeiras da contra-revolução. Foi o que se viu já em 1964 e, com maior razão, se verá no futuro."[44]

Segundo Duarte, a luta contra a ditadura não era um momento anterior, uma primeira etapa da luta pelo socialismo. Esta seria a posição dos reformistas, inclusive

---

[39] DUARTE, Ozéas. A Questão da Democracia e o Programa da Classe Operária: réplica a Wladimir Pomar. *Teoria e Política*, 4, São Paulo, 1982, p. 42.
[40] Idem, ibidem, p. 50.
[41] Id., ibid., p. 62.
[42] Id., ibid., p. 63.
[43] Id., ibid., p. 66. No artigo que deu continuidade à polêmica, publicado no número subseqüente de *Teoria e Política* que saiu somente em 1984, Ozéas Duarte revê esta caracterização da ditadura e passa a admitir a possibilidade de a burguesia impor uma transição "pelo alto" para uma forma "liberal-democrática" de Estado burguês monopolista. Mas isso não justificaria nenhuma alteração da tática proletária. Cf. DUARTE, Ozéas. Voltando à Questão...do Reformismo. *Teoria e Política*, 5/6, São Paulo, 1984, pp. 153-160.
[44] DUARTE, Ozéas. A Questão da Democracia e o Programa da Classe Operária. Op. cit., p. 66, itálico no original.

de W. Pomar. A tática para enfrentar a ditadura teria de ser, desde o presente, revolucionária. O "método plebeu" de derrubada da ditadura seria "inseparável do processo de destruição da máquina deste Estado [burguês monopolista] e da revolução socialista".[45] O governo a ser construído pelas forças revolucionárias que derrubassem a ditadura teria de ser a "democracia operária e popular", entendida como a "forma concreta da ditadura do proletariado nas condições brasileiras. E só com este tipo de democracia poder-se-á falar em vitória revolucionária sobre a ditadura e levar a cabo a aplicação do programa mínimo". No Brasil o programa mínimo anti-monopolista, anti-imperialista e anti-latifundiário já assumiria características dominantemente socialistas devido ao caráter monopolista da economia. A nacionalização e o controle operário dos monopólios, devido ao seu enorme peso na economia, já transformaria o Brasil numa sociedade socialista. Por isso, embora o bloco de forças sociais da frente revolucionária seja "um conjunto de classes (a classe operária, o semi-proletariado, os camponeses e a pequena burguesia urbana) original em uma revolução socialista", as tarefas que o movimento revolucionário terá de desempenhar (o programa mínimo) conferem-lhe o caráter socialista.[46]

As concepções de Ozéas Duarte sobre tática não eram isoladas, como descobriremos ao analisar, mais à frente, as resoluções posteriores do PRC sobre o tema. Ele mesmo voltaria ao assunto mais de uma vez. Dois anos depois do primeiro artigo contra Wladimir Pomar, num debate sobre tática da classe operária com Armando Boito, Décio Saes e Raimundo Santos publicado pela *Teoria e Política*, Ozéas Duarte manteria, com algumas modificações, as linhas gerais de sua concepção da revolução brasileira e as tarefas táticas que corresponderiam às necessidades da luta política conjuntural. Na verdade ele acrescentaria a tese de que o Brasil estaria presenciando o "processo de gestação de uma situação revolucionária". Num contexto mundial caracterizado pela "agudeza da luta de classes" e pelo "ingresso do capitalismo numa época aguda de sua crise geral", situações revolucionárias teriam sido criadas em vários paises.[47] O raciocínio de Duarte se organizava a partir da caracterização feita por Lênin das situações revolucionárias, no texto *A Falência da II Internacional*, de 1915. No Brasil a pauperização crescente das massas, as

[45] Idem, ibidem, p. 66.
[46] Id., ibid., p. 67.
[47] DUARTE, Ozéas. Crise e Tática da Classe Operária. *Teoria e Política*, 5/6, São Paulo, 1984, p. 14.

divergências entre as classes dominantes e as iniciativas independentes de movimento das massas seriam os elementos da crise. Ao contrário do artigo de 1982, ele agora entendia que a crise do capitalismo está levando a ditadura a tomar medidas que "ferem os interesses de setores ponderáveis do capital (...) [que] buscam um novo tipo de regime político, uma democracia burguesa restrita, uma 'democracia' do capital monopolista."[48] Mas a tática do proletariado ainda é pensada nos mesmos termos do artigo anterior, isto é, isolamento da burguesia liberal e "luta pela derrubada revolucionária da ditadura e por um novo poder".[49]

Há ainda um elemento a destacar nos textos de Ozéas Duarte deste período pré-PRC. A respeito do argumento de W. Pomar de que as massas necessitariam passar pela experiência prática com a democracia burguesa para adquirir uma consciência revolucionária, a resposta de Ozéas Duarte é particularmente interessante por articular questões da teoria da relação partido/classe com considerações que dizem respeito à sua leitura da concepção marxista da história. Para ele o erro de Pomar seria o de supor que a "incorporação das massas atrasadas à luta revolucionária" fosse "condicionada à obtenção por elas de uma consciência teórico-científica da realidade". Tal grau de consciência, no entanto, nas condições do capitalismo, "continuará ao alcance apenas de uma parcela reduzida das massas, aquela que, além de atraída para a luta, seja mais desenvolvida do ponto de vista intelectual". As multidões são impelidas à ação revolucionária por "outras instâncias e formas da subjetividade coletiva" como indignação contra o inimigo, desespero ou "até mesmo os interesses imediatos por coisas 'menores' como o pão, a terra, um emprego, etc." [50] O argumento de Pomar, baseado numa leitura "objetivista e empirista de Lênin", rebaixaria o papel da teoria e do partido a, tão somente, "enunciar a meta final que (...) o movimento cedo ou tarde alcançará" e "distinguir as experiências imediatas pelas quais ele terá, também necessariamente, de passar". Sob tal concepção, segundo Duarte, a

> "história fica reduzida, assim, a um processo cuja rota, ritmo e destino já estão previamente traçados e diante do que o homem (no caso, a classe operária) não tem escolha. Concepção (...) cujo teor, em poucas palavras, consiste num materialismo vulgar, sem dialética. Uma visão objetivista e fatalista da história.
> "Ora, se é verdade que a liberdade humana está condicionada pela realidade objetiva e, portanto, não é ilimitada – e quem não pensa assim

[48] Idem, ibidem, p. 15-6.
[49] Id., ibid., p. 23.
[50] DUARTE, Ozéas. A Questão da Democracia e o Programa da Classe Operária. Op. cit., p. 52.

> não é materialista – , isto não significa que não reste ao homem nenhuma margem de escolha. Não significa que a história se faça por si só, segundo leis comparáveis às leis naturais, não cabendo a ele (o homem) senão a alternativa de percorrer o seu destino."[51]

A valorização do "elemento consciente", encarnado na teoria e no partido de vanguarda, seria um dos princípios políticos em torno dos quais se faria a articulação entre os diferentes grupos que confluíram para o PRC. Para esta vanguarda, aparentemente, não valeriam as "leis que independem da vontade e do pensamento dos homens" que fariam da história um "processo objetivo". Esta incursão acima de Ozéas Duarte pelo campo da filosofia da história teve um precursor nas páginas de *Teoria e Política*: Dois anos antes do debate de Duarte com W. Pomar, Adelmo Genro Filho, que viria depois também a se tornar um importante dirigente nacional do PRC, inaugurou sua participação na revista com um artigo intitulado "Introdução à Crítica do Dogmatismo", publicado no primeiro número. Com a *crítica filosófica* desta categoria, o que Genro Filho faz é, na verdade, estabelecer bases teóricas mais sofisticadas para o privilégio do "elemento consciente" e, simultaneamente, elaborar os critérios de sua *crítica política* às principais correntes de esquerda do seu tempo. Ele parte da premissa de que a categoria "dogmatismo", em que pese a grande ambigüidade semântica que comporta, seria "imprescindível ao desenvolvimento crítico e auto-crítico do marxismo", sendo sua compreensão "fundamental para a compreensão dos problemas organizativos e políticos, nos quais se debate a vanguarda da classe operária em nossos dias".[52] Adelmo Genro Filho identifica duas grandes correntes dogmáticas no marxismo: o dogmatismo idealista e o dogmatismo naturalista. Entre estes dois gêneros de dogmatismo existiria uma identidade fundamental: ambos seriam modalidades de "deslocamento da práxis como eixo central da ontologia marxista". A redução dogmática da práxis poderia, no entanto, realizar-se de duas maneiras: "ou por sua redução a um epifenômeno das leis naturais ou, caso oposto, a um epifenômeno de uma essência humana pressuposta. Suas manifestações grosseiras são, respectivamente, o dogmatismo da ciência e o da religião."[53] Esta crítica filosófica do dogmatismo, tarefa com a qual Adelmo Genro Filho se propõe a contribuir, "não parte da anterioridade da matéria em relação à

---

[51] Id., ibid., p. 55.
[52] GENRO FILHO, Adelmo. Introdução à Crítica do Dogmatismo. *Teoria e Política*, 1, São Paulo, 1980, p. 84.
[53] Idem, ibidem, p. 86.

consciência, e sim da anterioridade desta em relação à imediaticidade do mundo sensível".[54]

Tanto o dogmatismo idealista quanto o naturalista se manifestariam em vertentes esquerdistas e de direita. Dogmatismos idealistas esquerdistas importantes seriam o anarquismo, o trotskismo e o foquismo guevarista, que "aparecem como voluntarismo, porque concebem a práxis por seu reflexo *na idéia dos indivíduos*". Suas expressões de "direita aprecem como reformismo porque concebem a práxis pelo seu desenvolvimento como generalidade no mundo das idéias". Seria este o caso da social-democracia e do eurocomunismo, que "concebem a vitória do socialismo como avanço do 'ideal democrático' tomado como valor universal".[55]

Por seu turno, o dogmatismo naturalista seria mais perigoso para o marxismo "na medida em que mais facilmente se confunde com ele. Esta concepção considera os homens como prisioneiros de leis que são meras extensões de leis naturais, pois são instituídas na produção estritamente material." O determinismo histórico seria a expressão sociológica mais exata deste dogmatismo, do qual decorreria um pensamento político pobre de mediações: "A tarefa revolucionária do proletariado é assimilada como imanência, resultando numa visão fideísta da classe operária, do Partido e do socialismo."[56] Feuerbach seria a "referência pré-marxista" desta corrente, que teria se manifestado na obra de Engels "como tendência às vezes clara, às vezes latente". A cristalização histórica do dogmatismo naturalista seria, porém, o stalinismo, que deu a ele uma configuração sistemática que se desdobraria em dois eixos: "por um lado, no seu ramo acadêmico representado pela filosofia oficial da União Soviética e pelo pensamento de Althusser. Por outro lado, seu ramo militante ligou-se ao maoísmo e, mais recentemente, às idéias de Enver Hoxha".[57]

A crítica de Genro Filho ao dogmatismo naturalista procura recuperar a centralidade da categoria *práxis* e repor a questão da liberdade na história. Para ele, o efeito da ontologia naturalista foi que a "práxis perdeu seu fundamento humano para

---

[54] Id., ibid., p. 87.
[55] Id., ibid., p. 87, itálico no original.
[56] Id., ibid., p. 88.
[57] Id., ibid., p. 89. Enver Hoxha era dirigente do Partido do Trabalho da Albânia, que havia se tornado a principal referência internacional do PC do B no final dos anos 70. No número seguinte de *Teoria e Política*, Caio Navarro de Toledo publicou um artigo contestando a existência de um *dogmatismo naturalista* na obra de Engels e reafirmando como **materialistas** algumas concepções que Genro Filho considerara como **naturalistas**. TOLEDO, Caio Navarro de. O Anti-engelsismo: um compromisso contra o materialismo. *Teoria e Política*, 2, São Paulo, 1981, pp. 91-116. A tréplica de Adelmo Genro Filho apareceu na edição seguinte: Sobre Engels e o Dogmatismo. *Teoria e Política*, 3, São Paulo, 1981, pp. 112-144.

dissolver-se nas forças naturais. A História Humana passa a ser um momento totalmente subordinado à História Natural". Sob essa perspectiva, a questão da liberdade

> "ficaria reduzida à 'consciência da necessidade', entendida geralmente como uma escolha aparente no interior da necessidade objetiva. Assim, o próprio conceito de *liberdade* perde sua dimensão real, sua legalidade concreta, na medida em que serve para negar a subjetividade, ao implicar em alternativas apenas virtuais."[58]

Ora, para Adelmo Genro Filho a liberdade não poderia ser pensada como "a escolha aparente no interior da necessidade objetiva, mas a escolha *real* no interior de uma necessidade cujo caráter objetivo é tão somente sua totalidade aparente". As escolhas humanas não seriam arbitrárias, como pensam os idealistas, mas tampouco seriam determinadas de modo absoluto, como supõe o materialismo vulgar. A liberdade significa "a opção *real* dos homens no interior de uma necessidade concreta, que sendo 'para o homem' – vale dizer, para um ser que é sujeito –, é também necessidade *subjetiva*".[59]

Este é o eixo geral da sua crítica ao stalinismo e às idéias de Stálin, que ele aborda a partir da obra *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*. Ao conceber o materialismo dialético como a "teoria geral do Partido marxista-leninista", Stálin teria realizado uma "inversão subjetivista do método que conduz ao oportunismo na política". Exatamente ao contrário, o partido marxista-leninista é que seria uma conseqüência do materialismo dialético como concepção de mundo, e o critério de verdade do marxismo não é dado por ele colocar-se a serviço do proletariado ou ao seu partido, mas pelo seu estatuto epistemológico. Por outro lado, tomar o materialismo dialético como uma "teoria geral" e não como uma filosofia da práxis teria a conseqüência de obrigar a filosofia a "dissolver-se nas ciências positivas, envergonhada do lamentável equívoco de sua existência milenar", o que não seria ocasional:

> "Se o desenvolvimento social é regido por leis idênticas às leis naturais, tais como as da biologia ou da química, a práxis fica resumida ao seu aspecto meramente positivo e utilitário, sendo missão da teoria 'descobrir' os rumos do processo histórico tão somente para apressá-lo. Não há, portanto, verdadeira criação na história humana. (...) Basta uma 'teoria geral' para que o Partido cumpra seu papel na conquista do socialismo, aliviando as dores de um parto inexorável."[60]

---

[58] Id., ibid., p. 90, itálico no original.
[59] Id., ibid., p. 90, itálico no original.
[60] Id., ibid., p. 91.

A concepção da história humana como prolongamento da história natural seria um retorno a Feuerbach e ao princípio da anterioridade da matéria, uma concepção materialista unilateral. A consciência, porém, embora posterior

> "não é o reflexo da matéria e sim da práxis. Por isso, de certa maneira, a consciência é superior à matéria, pois como parte integrante da práxis ela produz ativamente a realidade humana. (...) A nossa consciência, o nosso pensamento, não apenas podem parecer transcendentes, mas efetivamente transcendem a base material de sua existência, a saber, o cérebro e o mundo sensível."[61]

O recurso a elementos da ontologia do ser social, de Lukács e, particularmente, ao conceito de *práxis*, serviam de base para a afirmação da transcendência da consciência e para a rediscussão dos termos da relação dialética entre necessidade e liberdade. As dimensões políticas desta discussão não são difíceis de perceber. No terreno da política, estas questões eram esgrimidas como argumentos para a afirmação da precedência do "elemento consciente" sobre o "elemento espontâneo" na organização do movimento revolucionário do proletariado, isto é, como justificativa para a necessidade da vanguarda marxista-leninista como o elemento essencial da luta revolucionária. Com os escritos de Adelmo Genro Filho, o projeto político de construção de uma organização leninista de vanguarda adquiria uma fundamentação filosófica bastante elaborada. Posta em seu contexto, esta discussão dizia respeito à posição a tomar frente ao crescimento do movimento de massas no Brasil daqueles anos e frente ao principal resultado organizativo daquele crescimento, o Partido dos Trabalhadores. Embora este artigo, de 1980, não mencione o PT ou a situação da luta de classes no Brasil, a discussão em torno da necessidade da vanguarda revolucionária ganhava urgência à medida que o "magneto" petista atraía para si muitas parcelas organizadas do movimento de massas. Não por acaso, na polêmica posterior de Ozéas Duarte com o grupo *Autonomia*, mencionada acima, aparecem vários dos elementos desenvolvidos neste artigo de Genro Filho. O próprio Adelmo Genro Filho foi protagonista de uma outra polêmica, de caráter mais diretamente político, com a corrente petista *Democracia Socialista*, sobre o problema da organização revolucionária. Mas desta vez ficaria claro que as referências principais de suas formulações não eram Marx ou Lukács, mas, sobretudo, Lênin.

---

[61] Id., ibid., p. 93-4.

Em setembro de 1981 a ORM DS,[62] mais conhecida na época pelo nome do seu periódico, o *Em Tempo*, publicou um documento que expressava a sua concepção sobre o PT: "O PT e o Partido Revolucionário no Brasil". A crítica de Adelmo Genro Filho apareceu na forma de um artigo intitulado "Em tempo: um passo atrás e outro também", que foi, posteriormente, publicado de novo pela revista *Teoria e Política*.[63] Genro Filho manifesta sua "vigorosa discordância" quanto à decisão dos adeptos do *Em Tempo* de se lançarem "de corpo e alma na 'construção do PT', como se essa fosse a tarefa central da revolução brasileira (...) [e] que tenham se passado, na prática, de armas e bagagens para o marxismo legal". Ele se propõe a demonstrar que o "PT não é – nem poderá vir a ser – o partido revolucionário da classe operária no Brasil e, além disso, que os supostos teórico-filosóficos que alimentam a ilusão dessa metamorfose são alheios ao marxismo-leninismo".[64] Uma tal "ilusão" sobre o caráter do PT só poderia ser mantida *contra* a teoria leninista do partido, razão pela qual a tentativa da DS de "fazê-lo em nome do leninismo, eis o que deve ser repudiado por aqueles que se alinham aos interesses revolucionários da classe operária".[65]

O significado da obra e da prática política de Lênin, segundo Genro Filho, estaria em que elas "tiveram o mérito de elevar o marxismo a um patamar teórico e político superior, passando a denominar-se – justificadamente – 'marxismo-leninismo'".[66] A contribuição de Lênin não se resumiria a "acréscimos ao marxismo, aplicando suas teses gerais em novos ramos do saber ou em novas circunstâncias históricas". O mais correto seria empregar a categoria de *superação*, processo que

---

[62] A *Democracia Socialista*, ou DS, foi fundada em 1979 num congresso em que as principais forças organizadas eram um coletivo de Minas Gerais, composto de militantes do movimento estudantil e da oposição metalúrgica, e um grupo do Rio Grande do Sul, que atuara como *Tendência Socialista* do MDB. Vários dos seus militantes eram colaboradores do jornal *Em Tempo*, que terminou se tornando um órgão da tendência. Em 1981 a DS realizou um congresso de unificação com a *Organização Revolucionária dos Trabalhadores*, composta por grupos trotskistas oriundos da *Liga Operária* e da *Convergência Socialista*, e passou a denominar-se Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS). Participou da fundação do PT e atua, desde então, como tendência interna. Cf. OZAÍ, Antonio. *História das Tendências no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Proposta, [s.d.], e PONT, Raul. *Da Crítica do Populismo à Construção do PT*. Porto Alegre, Seriema, 1985.

[63] Não tive acesso à edição inicial do artigo de Genro Filho, mas é presumível que ele tenha circulado no primeiro semestre de 1983, porque em junho daquele ano o periódico (que era então quinzenal) *Em Tempo* publicou uma réplica, assinada por João Machado. Tanto o artigo original de Genro Filho quanto a réplica de João Machado, e mais um breve comentário conclusivo (tréplica) de Genro Filho, foram publicados em 1984 no número 5/6 de *Teoria e Política*, que não teve números publicados em 1983. É apenas a esta edição que eu me reporto.

[64] GENRO FILHO, Adelmo. Em Tempo: Um Passo Atrás e Outro Também. *Teoria e Política*, 5/6, São Paulo, 1984, p. 60.

[65] Idem, ibidem, p. 61.

[66] Id., ibid., p. 62.

"implica, necessariamente, na negação como um de seus momentos subordinados".[67] Por isso o "marxismo hoje é 'leninista' porque houve uma *superação dialética*, um acréscimo muito mais significativo que a soma de proposições e experiências político-organizativas". O ponto em que Lênin efetivamente superou dialeticamente Marx e Engels teria sido na formulação de "uma teoria superior, a teoria do partido de vanguarda". [68]

Atuando no período da "infância do movimento operário", Marx e Engels tinham como objetivos "combater o sectarismo estéril do movimento" e "divulgar amplamente sua nova teoria sobre a luta de classes e a história".[69] Genro Filho argumenta que esta "inserção histórica incidental" dos fundadores do marxismo no movimento operário não podia ser a base de uma "teorização sobre a organização revolucionária do proletariado". Foi Lênin quem enfrentou este problema histórico "num momento mais elevado e mais maduro da práxis política da classe operária e sua organização revolucionária", e sua solução elevou o marxismo como um todo a um patamar superior.[70] Por isso seria preciso considerar Lênin

> "ao lado de Marx e Engels como um dos três pilares fundamentais do marxismo, sobre os quais teremos de responder às indagações e necessidades da nossa época. Foi Lênin, historicamente, quem rompeu a casca do século XIX e plantou uma semente revolucionária que, embora não tenha florescido plenamente, ainda germina".[71]

Aqui apareceria toda a extensão do erro da DS, que via a atuação de vanguardas marxistas no interior de uma organização como o PT como o caminho de construção do partido revolucionário, e que procurava dar justificação teórica para este projeto com a experiência de Marx e Engels com o movimento operário do século XIX. Para Adelmo Genro Filho esta concepção, que explicaria a opção da DS em preferir a denominação "marxista-revolucionária" para designar a si mesma, deveria ser considerada como "pré-leninista no plano histórico e anti-leninista no plano político".[72]

O próprio Adelmo Genro Filho se encarregou de indicar a conexão entre os planos filosófico e político das suas concepções. Segundo ele, a contribuição de Lênin

---

[67] Id., ibid., p. 68.
[68] Id., ibid., p. 69, itálico no original.
[69] Id., ibid., p. 62.
[70] Id., ibid., p. 63.
[71] Id., ibid., p. 72.
[72] Id., ibid., p. 70.

não deveria ser vista como restrita ao terreno político, mas como contendo um "significado filosófico latente, potencial":

> "A teoria do partido de vanguarda e a teoria leninista em geral são, sem dúvida, a rejeição do determinismo econômico no plano político e do *naturalismo* ao nível filosófico. É a afirmação concreta da existência de sujeitos históricos (indivíduos e classes), do papel criador da consciência e da existência de possibilidades plurais na história. (...)
> "É através do partido que a ideologia do proletariado deixa de ser simplesmente a expressão de uma contradição, de um confronto de interesses no plano imediato, para tornar-se a mediação ético-política da classe com seu próprio futuro ".[73]

A polêmica de Genro Filho com a DS possui duplo interesse para nós. Por um lado, vista retrospectivamente, ela permite identificar vários elementos do conteúdo teórico e programático do projeto político que estava sendo gestado e cujo desaguadouro seria, pouco tempo depois, o PRC. Mas é preciso considerar também que a intervenção de Adelmo Genro Filho no debate político não era feita em caráter exclusivamente individual. No Rio Grande do Sul ele participava, desde a década anterior, de uma "organização política sem nome definido" que se estruturou a partir do movimento estudantil universitário principalmente em Porto Alegre e Santa Maria. Além de Adelmo, vários outros militantes deste coletivo ingressariam depois no PRC e desempenhariam papéis relevantes, entre eles Aldo Fornazieri, Marcos Rolim, Sérgio Weigert, Tau Golim e Tarso Genro (irmão mais velho de Adelmo).[74] Neste sentido, a polêmica de Adelmo Genro Filho com a DS deve também ser vista como indicativa da forma como este coletivo procurava se inserir no campo da esquerda, em geral, e entre as forças organizadas no PT, em particular.

Desde o período anterior ao I Congresso e durante toda a existência do PRC o grupo do Rio Grande do Sul, cuja forma organizativa inicial parece ter sido esta "organização política sem nome definido", desempenhou um papel de relevo. Composto por militantes com um perfil fortemente intelectualizado, o grupo se destacava, principalmente, pela qualidade, volume e diversificação de suas elaborações teóricas, característica que manteve ao longo de toda a década de 80. A articulação deste grupo com a Dissidência do PC do B já era efetiva desde 1980, como se vê pela participação de vários deles no conselho editorial de *Teoria e Política*. Em 1981, Ozéas Duarte escreveu a *Apresentação* de um pequeno livro de

[73] Id., ibid., p. 72-3, itálico no original.
[74] As informações relatadas foram obtidas em entrevistas concedidas ao autor por Aldo Fornazieri, em 12 e 21 de maio de 2004. A expressão entre aspas é uma citação textual.

Adelmo Genro Filho, Marcos Rolim e Sérgio Weigert dedicado a analisar criticamente as propostas do jornal oposicionista *A Hora do Povo*. Na crítica que faziam ao jornal, os autores empregavam argumentos que eram parte do repertório comum de vários dos que publicavam em *Teoria e Política*. Denunciam a "visão maniqueísta que dissolve a luta de classes, utilizando sempre o taticismo mais estreito, [e] não consegue desvencilhar-se da ideologia burguesa". Para os autores, a tese defendida pelo jornal de que

> "primeiro é necessário unir sem distinções todos os que se opõem ao regime, para só depois, 'no terreno tranqüilo da democracia', travar a luta ideológica no interior do campo popular, é apenas um disfarce para manter a classe operária no terreno ideológico da burguesia."[75]

Também para este coletivo a questão da formação da vanguarda leninista era uma questão prioritária. Vista desta perspectiva, a afirmação do leninismo ganha uma nova dimensão. Ao procurar identificar o seu projeto político com o leninismo, o coletivo passava a pleitear um lugar próprio no campo da esquerda, o lugar dos leninistas. Este era, no entanto, um lugar cobiçado por mais de uma organização (inclusive no interior do PT, como a DS ou a *Convergência Socialista*), o que emprestava à disputa o caráter de luta pelo monopólio da interpretação de Lênin. A sofisticação das análises e sua projeção para o terreno da filosofia seriam mais do que traços característicos do coletivo "sem nome" de Adelmo Genro Filho e, depois, do PRC: seriam suas principais armas na luta política, que para eles se afigurava como luta ideológica (isto é, luta pela afirmação da ideologia revolucionária do proletariado) e que se manifestava, principalmente, como luta pelo monopólio do leninismo.

Além do debate teórico e programático, que se desenvolveu principalmente nas páginas de *Teoria e Política*, o outro vetor de aproximação política dos grupos que fundariam o PRC foi, sem dúvida, a atuação política de José Genoíno, que muito cedo se revestiu de um mandato de deputado federal. Membro do diretório estadual do PT em São Paulo desde 1981[76] e eleito em 1982 para a câmara de deputados, Genoíno é descrito por Margaret Keck como um "líder conhecido na esquerda

[75] GENRO FILHO, Adelmo, ROLIM, Marcos e WEIGERT, Sérgio. *Hora do Povo: uma vertente para o fascismo*. São Paulo, Brasil Debates, 1981, p. 54.
[76] De acordo com MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*. Op. cit., anexo, p. 207 (Composição do Diretório Estadual Paulista – 1981).

organizada e [que] contava com uma extensa rede de apoio por todo o estado"[77]. Sem meios para reconstituir a trama daquela "extensa rede", não temos como conhecer em detalhes o papel efetivamente desempenhado pelo mandato de Genoíno na organização do PRC, mas é possível fazer uma estimativa razoável. Para as organizações de esquerda, um dos mais importantes papéis cumpridos pelos mandatos parlamentares é de caráter organizativo. É evidente que o trabalho político de planejamento, apoio e acompanhamento da atuação do parlamentar já supõe algum coletivo estruturado em conexão com o mandato, que, no caso de muitas organizações de esquerda, habitualmente é composto, ao menos em parte, em função de deliberações políticas tomadas em instâncias da própria organização. Além disso, o gabinete parlamentar dispõe de recursos que podem ser preciosos para garantir alguma estrutura material para a organização: facilidades para impressão de textos, meios de comunicação, recursos financeiros (como verbas de gabinete ou percentuais de salários do parlamentar e de seus assessores) e, o mais importante, a possibilidade de ter militantes profissionalizados, como assessores e funcionários do gabinete, disponíveis em tempo integral para o trabalho político.

Há boas razões para acreditar que o mandato de Genoíno tenha cumprido este papel. Ao longo dos anos 80, lideranças do PRC como Ozéas Duarte e Aldo Fornazieri atuaram em cargos ligados ao seu mandato. Este último mudou-se, em meados da década de 80, do Rio Grande do Sul para São Paulo para assumir parte do trabalho de assessoria do então deputado constituinte. Os documentos que divulgavam textos produzidos pelo gabinete de Genoíno (prestação de contas ou divulgação da sua atuação no parlamento, por exemplo) possuíam grafismos e caracteres idênticos aos documentos divulgados pelo CC do PRC no mesmo período, o que sugere terem sido elaborados e impressos pela mesma equipe. Embora todos estes elementos se refiram ao período posterior à fundação do PRC, sabe-se que Genoíno foi um dos fundadores do partido e sua principal figura pública desde a origem. É, pois, bastante provável que o seu mandato tenha participado ativamente no processo de organização pré-PRC. Esta suposição ganha força quando constatamos a proximidade entre o conteúdo de documentos dos primeiros anos da década, em que José Genoíno aparece como signatário, e os artigos de *Teoria e Política* analisados acima.

---

[77] KECK, Margaret. *PT: A Lógica da Diferença*. Op. cit., p. 177.

Em agosto de 1981, juntamente com dois outros egressos do PC do B, Genoíno fez circular entre petistas de vários estados um documento que discutia o sentido geral que deveria ter a participação do PT nas eleições parlamentares e para governador de 1982. A premissa geral do texto é a de que o PT, como principal "expressão política legal de todas as classes trabalhadoras" deveria apresentar uma "proposta de alternativa de poder, que pressupõe o fim do atual regime com todo o seu aparato de opressão (...), bem como todo o seu aparato de exploração baseado no domínio dos grandes capitalistas nacionais ou estrangeiros".[78] Advertindo contra a "ilusão" de que os problemas fundamentais dos trabalhadores poderiam ser resolvidos através de eleições, o texto defende que o PT apresente "uma proposta global que seja o elemento unificador do bloco operário e popular", e o elemento essencial desta proposta seria um "programa mínimo de governo".[79]

Os signatários do documento apresentam o "esboço de programa mínimo", no qual constavam propostas para garantir "amplas liberdades políticas e sindicais" (inclusive a "revogação da atual Constituição outorgada e elaboração de uma nova a partir da vitória popular"), medidas econômicas "em benefício dos trabalhadores" e "medidas econômicas para por fim aos monopólios e garantir a independência nacional". Neste último bloco eram propostas a "estatização das empresas pertencentes ao capital monopolista e estrangeiro", a "denúncia de todos os tratados lesivos aos interesses nacionais", a "nacionalização de todos os serviços básicos, da exploração dos recursos naturais de caráter estratégico e do comércio e operações com o exterior" e o "planejamento estatal da economia".[80] É fácil notar que este "programa mínimo de governo" pressupunha, de fato, uma alteração radical na correlação de forças do país, resultante da "derrubada revolucionária" da ditadura. Ou, nos termos do próprio texto: "Entendemos que um programa com este conteúdo só poderá ser aplicado por um poder inteiramente novo que seja a expressão da luta vitoriosa das grandes multidões operárias e populares".[81]

Encontramos elementos semelhantes em outro documento, de 1983. Já sabemos que foi em agosto daquele ano, no Encontro Estadual de São Paulo, que o grupo dirigente do PT paulista se apresentou, pela primeira vez, sob a denominação

---

[78] GENOÍNO, José, NOVAES, José e MARTINS, Roberto. *Por um Programa de Governo que Expresse o Compromisso do PT com uma nova Sociedade*. São Paulo, 8 de agosto de 1981, mimeo, p. 1. AMORJ, Fundo PT.
[79] Idem, ibidem, p. 3.
[80] Id., ibid., p. 5-6.
[81] Id., ibid., p. 8.

de *Articulação*. Aquele foi um passo importante na sedimentação da hegemonia da Articulação e redefiniu o terreno da luta política no interior do PT. Para aquele encontro, José Genoíno apresentou uma tese em que se pode perceber a existência de mais de uma linha de acentuada convergência com as idéias que circulavam, na mesma época, pela revista *Teoria e Política* (ver, especialmente, os trechos grifados nas citações abaixo). Por isso mesmo, a tese permite notar também as linhas de demarcação que eram traçadas entre o "petismo autêntico" da Articulação e as orientações defendidas por Genoíno. A tese era assinada por ele e também por Ivan Valente, que fazia parte, então, do MEP. O documento era, portanto, a expressão, naquele contexto, de alguns dos grupos petistas de esquerda que o "petismo autêntico" desqualificava como não-petistas.

A tese propõe que, na luta contra a ditadura, o PT atue no sentido de "estabelecer frente à frente com o povo uma **diferenciação clara entre o oposicionismo burguês e o oposicionismo popular**".[82] O que construiria esta diferenciação seria a identificação do PT com uma "plataforma política globalizadora, que aponte para uma mudança geral", fundindo as lutas econômicas e políticas e tendo como eixo o "combate pelo fim do regime **por meio de ações populares enérgicas.** (...) É inadmissível deixar as iniciativas por liberdades exclusivamente para alguns liberais e ir depois a reboque".[83] No caso da campanha por eleições diretas, por exemplo, o objetivo teria de ser que "**as grandes multidões**, partindo da simples vontade de votar para presidente, **avancem no sentido de eleger a si mesmas para modificar o país**", representando assim "um acúmulo importante de forças no rumo da **verdadeira emancipação política dos explorados e oprimidos**".[84]

Esta perspectiva modificaria completamente o sentido da luta por reformas. A tese critica os setores reformistas que acreditam que as transformações sociais seriam obtidas "pela **acumulação de reformas feitas sob este Estado**, sem necessariamente a tomada do poder, chegando a afirmar **que o poder político dos trabalhadores se constrói, enquanto tal, debaixo da dominação estatal da burguesia**". Ao contrário, a luta por reformas parciais precisaria ser encarada pelo PT como "um meio de

[82] GENOÍNO, José e VALENTE, Ivan. PT 83: Avançar na Luta. Plataforma para o Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores – São Paulo, agosto de 1983. In: CARONE, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, DIFEL, 1984, p. 255, grifos meus.
[83] Idem, ibidem, p. 250, grifos meus.
[84] Id., ibid., p. 256. grifos meus.

acumulação de forças pelos trabalhadores tendo em vista a obtenção do poder político, como o **fim do Estado reacionário e sua substituição por um novo Estado, como condição para o socialismo**."[85]

Os trechos acima delineiam a orientação programática da tese, mas não é somente neste terreno que se pode observar sua convergência com certas idéias divulgadas em *Teoria e Política* e sua diferenciação com a Articulação. A discussão sobre as questões organizativas do PT, que era outra preocupação do documento de Genoíno e Valente, também expressa o mesmo sentido. A tese identifica um "vazio de propostas políticas" no PT que teria de ser preenchido com um programa político efetivo, e não por um mero convite à organização política dos trabalhadores:

> "A idéia, tão difundida, de que a principal tarefa do partido seria organizar os trabalhadores expressa **uma concepção despolitizada da organização** e é desorganizadora, conforme a prática vem mostrando. O simples chamamento à organização cairá no vazio se não estiver a serviço de metas políticas claras e da luta por elas".[86]

A exigência de definições programáticas claras para o PT não se confundia com a proposta de estreitamento do partido. O documento afirmava o caráter "amplo" do PT, que precisaria "admitir em seu interior a coexistência entre diversas correntes filosóficas, religiosas, ideológicas e políticas, com base numa linha de ação comum". Nas instâncias de base, o PT, "um partido de massas", deveria estar aberto "a um grande número de trabalhadores e populares, e não apenas aos ativistas mais engajados". Mais tarde o PRC adotaria esta mesma caracterização do PT sob o conceito de "frente de massas". Quanto às disputas internas, a tese considera "inadmissível o sentido anticomunista ou antiesquerda de determinadas posições, marginalizadoras dos que delas discordam". O papel dos parlamentares do PT, atuando como "tribunos populares", seria condicionado pela premissa de que o parlamento, "mesmo nas sociedades capitalistas 'mais livres', é sempre uma instituição do Estado burguês" e, portanto, a "luta parlamentar deve estar voltada pra o desenvolvimento da luta extraparlamentar, que é a decisiva."[87]

A tese de Genoíno e Valente foi defendida por uma chapa que obteve 16% dos votos no encontro estadual de São Paulo, vencido pela Articulação com mais de 70%[88]. Embora em oposição à Articulação, a atuação partidária de José Genoíno

[85] Id., ibid., p. 250-1, grifos meus.
[86] Id., ibid., p. 258.
[87] Id., ibid., p. 259.
[88] *Em Tempo*, 178, São Paulo, 22/09/83 a 5/10/83.

também procurava se diferenciar de outras correntes da esquerda petista, especialmente, naquele contexto, da DS. No mesmo ano de 1983 tinha havido a polêmica entre Adelmo Genro Filho e a resolução da DS sobre o PT, defendida por João Machado nas páginas do jornal *Em Tempo*. Não temos como saber se e em que medida o coletivo de petistas liderado por Genoíno foi influenciado pelos textos de Genro Filho, mas o fato é que, no encontro de São Paulo, as duas correntes defenderiam teses e chapas distintas.

Parece certo afirmar que a atuação de Genoíno no interior do PT dava uma contribuição importante para o processo organizativo do PRC, seja por materializar as ações políticas mais afinadas com a linha política em discussão nas páginas de *Teoria e Política*, seja por prover meios materiais para a organização. Mas é preciso considerar também que, à medida que avançava a consolidação de suas posições no PT, abria-se um foco potencial de tensão com os setores que mantinham suas reservas com relação àquele partido, como Adelmo Genro Filho. Esta questão atravessaria ainda toda a primeira etapa de existência do PRC.

## 2.2 "OS MELHORES FILHOS DO POVO"

Em janeiro de 1984 realizou-se o I Congresso do Partido Revolucionário Comunista. As resoluções aprovadas foram publicadas posteriormente em uma pequena brochura de capa vermelha com a foice e o martelo estampados em amarelo. São três os textos que compõem as resoluções: o "Programa" do PRC, os "Estatutos" e um texto sobre "Conjuntura e tarefas políticas". No conjunto, estes textos exprimem o projeto político da organização, tal como formulado pelos próprios militantes. Sua análise vai permitir observar o ponto para onde confluíram as trajetórias que acompanhamos acima, e que envolviam desde o acerto de contas nos planos estratégico, tático e organizativo com o PC do B e o PCB até a formulação de um programa para a revolução que, no Brasil, teria de ser socialista, passando pela construção de um partido leninista de vanguarda e sua relação com o movimento de massas. Todas as principais questões cujo desenvolvimento nós observamos no período anterior, agora aparecem sintetizadas na forma de resoluções partidárias.

Já na apresentação da publicação, que vem assinada pelo "Comitê Central do PRC", encontramos uma interessante indicação de como o partido via a si mesmo:

> "Nascido no dia 21 de janeiro, data comemorativa do 60° aniversário da morte de Wladimir Ilitch Lênin, o Partido Revolucionário Comunista afirma seu vínculo histórico e ideológico com a obra revolucionária deste grande continuador dos fundadores do socialismo científico, Marx e Engels"[89].

O "Programa" aprovado pelo congresso do PRC revela, por seu conteúdo e pelo modo como está estruturado, a orientação teórica que informou sua elaboração. Seguindo o costume dos partidos da III Internacional, o programa geral se divide em programa máximo e programa mínimo. O programa máximo, que afirma o comunismo como meta final do PRC, é antecedido de uma análise do capitalismo mundial em sua etapa imperialista e da criação, no interior do próprio desenvolvimento capitalista, das condições objetivas para o socialismo. O programa mínimo, por sua vez, que trata da questão da etapa atual da revolução brasileira, é precedido de uma análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O projeto *revolucionário comunista* se afirma, portanto, a partir da análise das contradições do capitalismo, extraindo daí a compreensão de que "só a revolução proletária, comunista, pode tirar a humanidade do impasse em que foi lançada pelo imperialismo".[90]

Nas primeiras páginas, o "Programa" trata do desenvolvimento do capitalismo. No século XX o capitalismo teria passado a uma etapa superior, o imperialismo, que o "Programa" define através das características estabelecidas por Lênin: monopolização crescente, fusão dos capitais bancários e industriais, exportação de capital e partilha econômica do mundo pelos países mais poderosos. Na atual etapa, as crises do capitalismo assumiriam proporções muito mais graves que nos períodos anteriores, quando eram ainda "ciclos adversos, mas passageiros, de uma formação econômico-social jovem e florescente. [Agora] São, de fato, impasses profundos de uma sociedade que desenvolveu relações econômico-sociais parasitárias e entrou em declínio histórico".[91] A agudização das contradições do imperialismo, que coincide com o desenvolvimento das "premissas objetivas do socialismo", fazem "do estágio atual do capitalismo a era da revolução proletária". Mas a afirmação de que o "imperialismo é a ante-sala do socialismo (...) não significa que a revolução proletária mundial seja inevitavelmente vitoriosa". A revolução é um projeto

---

[89] CC do PRC. Apresentação. In: *Resoluções do 1° Congresso do Partido Revolucionário Comunista*, p. 5. AFC.
[90] Programa. In: *Resoluções do 1° Congresso do Partido Revolucionário Comunista,* loc. cit., p. 11.
[91] Id., ibid., p. 9.

consciente, uma "meta do movimento comunista como expressão consciente da luta de classe do proletariado".[92] O programa máximo é concebido como "fruto de uma crítica ao capitalismo em sua totalidade e de uma posição ideológica contra a burguesia, a propriedade privada e qualquer tipo de exploração".[93]

Para a execução do programa máximo, isto é, a construção da sociedade comunista, uma condição indispensável seria a "ditadura do proletariado – a conquista do poder político pela classe operária e a sua organização em classe dominante, sobre os escombros do Estado burguês – que permitirá o esmagamento da inevitável resistência dos exploradores". Exercida através do "controle direto da classe operária (...), da ação dirigente do partido comunista e do aparato especial do novo Estado", a ditadura do proletariado se materializaria como o "Estado típico da transição entre o capitalismo e o comunismo, que abarca todo um período histórico de agudas lutas de classes".[94] No cumprimento da "missão histórica de dirigentes da classe operária em sua revolução" os *revolucionários comunistas* advertem que "diante da violenta opressão de classe da sociedade capitalista, a revolução social do proletariado será necessariamente violenta". As várias formas possíveis que a luta armada poderá assumir entre as massas, porém, teriam de ser permanentemente analisadas pelo partido, "sistematizando-as e elevando-as ao plano da política".[95]

Uma vez que as referências a Lênin ocupam lugar central nas formulações do "Programa", a discussão do programa máximo criava a exigência de abordar a situação da URSS. O "Programa" afirma que, embora a revolução de outubro, na Rússia, tenha sido o "primeiro passo da humanidade em direção ao comunismo", realizando, pela primeira vez, a "crítica das armas" ao capitalismo, o fato é que a ditadura do proletariado, na URSS, teria sido liquidada pela contra-revolução. Mesmo sem conseguir eliminar todas as conquistas materiais da revolução, a contra-revolução, "capitaneada pelas camadas superiores da classe dominante burocrática, levou a sociedade russa para uma forma nova e específica de capitalismo, que faz dos tecnoburocratas funcionários do capital estatizado".[96] As linhas gerais desta interpretação, apoiadas nos conceitos de *forma nova de capitalismo* e *classe*

[92] Id., ibid., p. 10-1.
[93] Id., ibid., p. 14.
[94] Id., ibid., p. 13.
[95] Id., ibid., p. 15.
[96] Id., ibid., p. 14-5.

*dominante burocrática*, estavam inteiramente baseadas num artigo de Otto Alcides Ohweiller publicado em 1982 na revista *Teoria e Política*.[97]

No Brasil, segundo o PRC, o "capitalismo há muito já triunfou" e as "tarefas da revolução burguesa já foram realizadas em sua essência, tanto na base material da sociedade, pela dominância das relações de produção capitalistas, quanto na superestrutura, pelo aburguesamento do Estado". Na etapa atual, há "duas classes no centro dos acontecimentos políticos: o proletariado e a burguesia".[98] A condição de

> "amplo domínio do capital monopolista, inclusive no campo, (...) a inutilidade social e o parasitismo econômico da grande burguesia, a opressão sem precedentes do proletariado, que remete suas lutas econômicas isoladas e desorganizadas contra cada patrão individual para o nível da luta contra a classe dos capitalistas (...) tudo isto torna possível a revolução socialista no Brasil e faz da revolução brasileira parte integrante da revolução proletária mundial"[99].

Atingindo "os monopólios e o Estado burguês, a Revolução Brasileira golpeará a espinha dorsal do capitalismo no Brasil", ou seja, terá caráter socialista.

Reconhecendo que a ditadura militar é o "maior obstáculo atual ao movimento de emancipação da classe operária", o "Programa" declara seu apoio a "todas as manifestações contrárias à forma abertamente ditatorial do Estado burguês", mas lembra que "os comunistas intervém nas questões democráticas adotando sempre uma atitude revolucionária. (...) O objetivo imediato dos comunistas é a derrubada revolucionária da ditadura militar". O novo regime, surgido da derrubada da ditadura e que "levaria de roldão o Estado burguês", seria a "democracia operária e popular – forma específica e inicial da ditadura do proletariado nas condições do Brasil – [que] será capaz de aplicar inteiramente o Programa Mínimo Revolucionário, iniciando a construção do socialismo".[100]

Após estas considerações teóricas, o "Programa" apresenta uma extensa (ocupam cinco páginas do texto) lista de "tarefas" que deveriam ser realizadas pela "democracia operária e popular" e que seriam a realização efetiva do programa mínimo, dentre as quais o "armamento geral do proletariado e do campesinato", a "demolição do aparelho burocrático-militar e ideológico do Estado burguês", o "exercício do poder político pelo proletariado juntamente com as massas

---

[97] OHWEILLER, Otto Alcides. Acerca da Natureza da Formação Social na URSS. *Teoria e Política*, 4, São Paulo, 1982, pp. 93-128.
[98] Programa. In: *Resoluções do 1° Congresso do Partido Revolucionário Comunista,*loc. cit., p. 17.
[99] Idem, ibidem, p. 20.
[100] Id., ibid., p. 21.

revolucionárias", a expropriação da burguesia monopolista e a reforma agrária radical.[101]

O segundo texto aprovado pelo congresso é o que apresenta os "Estatutos" do PRC. No preâmbulo é afirmado o propósito geral do PRC de dar seguimento à "luta pela formação da verdadeira vanguarda da classe operária", fragmento já citado no início deste capítulo. A construção da "vanguarda leninista" é justificada como uma "necessidade política incontornável" para a revolução, pois o "movimento espontâneo da classe operária não é capaz de confrontar-se conscientemente com o Estado burguês, destruí-lo e erigir sobre seus escombros a ditadura do proletariado". O partido de vanguarda é

> "organizado de cima para baixo, adota normas conspirativas de funcionamento, baseia-se no centralismo democrático e é profundamente enraizado nas amplas massas operárias e populares e constituído por seus filhos mais capazes e combativos na luta de classes".[102]

Este partido seria um "agente insubstituível da própria teoria revolucionária", um "instrumento indispensável para que a classe operária possa transformar-se numa força consciente". Por isso, depois de Lênin e da revolução soviética, seria "impossível separar o marxismo do leninismo, pois suas contribuições políticas e teóricas – especialmente a concepção sobre o partido de vanguarda – tornaram-se parte integrante da teoria revolucionária do proletariado" A missão atribuída ao partido de vanguarda pela concepção leninista seria de importância máxima: "ao se inserir na luta de classes em curso, o partido transforma a si mesmo, elevando a classe operária ao nível de sujeito da sua própria história e representante do futuro da própria humanidade".[103]

A relação entre a teoria e a prática revolucionárias é pensada nos mesmos parâmetros das intervenções anteriores de Ozéas Duarte e Adelmo Genro Filho, isto é, com base numa certa leitura do *Que Fazer?* de Lênin. Para o PRC a teoria revolucionária, que é o socialismo marxista, foi elaborada "a partir de um patrimônio acumulado pela humanidade, condicionado pelas contradições concretas do modo de produção capitalista" e deve ser "inserido de fora para dentro do movimento operário espontâneo, integrando-se e dando conseqüência à ideologia embrionária que emana da situação objetiva do proletariado na sociedade capitalista". A teoria, porém, não

---

[101] Id. ibid. pp. 21-6.
[102] Estatutos. In: *Resoluções do 1° Congresso do Partido Revolucionário Comunista,*loc. cit., p. 27.
[103] Idem, ibidem, p. 28.

está acabada, e deve sofrer reelaborações a partir das questões postas pela prática. E o "partido tampouco implanta unilateralmente a consciência de classe, pois sua intervenção junto ao proletariado transforma em realidade uma possibilidade que já era latente".[104]

Na parte seguinte do preâmbulo, os *revolucionários comunistas* procuram se diferenciar de outras correntes do movimento operário. Denunciam a "*social-democracia* como concepção globalmente antioperária que trafica no interior do movimento operário a política burguesa".[105] O "*revisionismo contemporâneo*" seria condenável por sua visão burocrática, no caso soviético, e reformista, no caso dos partidos comunistas revisionistas. O *autonomismo* é combatido "enquanto expressão radical do movimento de crítica liberal ao stalinismo e de negação do leninismo (...) [que] não reconhece o papel dirigente, de vanguarda, a ser cumprido pelo partido, (...) [e] exclui o papel decisivo do elemento consciente".[106] O *trotskismo* é rechaçado por sua visão fracionista e seu voluntarismo.

A crítica principal ao *stalinismo*, porém, se desloca do terreno da política para o da filosofia. O stalinismo é combatido como uma "postura frente ao mundo que deve ser superada constantemente", caracterizada por uma "visão naturalista que pressupõe a vida regulada por leis de bronze, cuja lógica é anterior ao próprio homem". As concepções stalinistas "atribuem ao sujeito o único papel de 'apressador' de um destino cujos desígnios já estão escritos 'a priori' de qualquer intervenção consciente". No plano político, o dogmatismo stalinista esteriliza os debates, fazendo do ritualismo e do "espírito de seita" a prática habitual nos partidos.

A última parte do preâmbulo é dedicada à relação com os movimentos de massas e com o proletariado. Este tema se tornaria o verdadeiro calcanhar de Aquiles do PRC ao longo de toda a sua existência. Sua concepção da vanguarda como portadora exclusiva da consciência socialista implicava na atribuição de um caráter derivado às formas de consciência desenvolvidas pelos próprios trabalhadores em suas experiências de luta. Os comunistas "opõem-se e denunciam a manipulação das entidades", e procuram colocar-se na direção dos movimentos "credenciando-se como representantes das massas, obtendo a confiança dos representados". Isto não significava, porém, que o PRC se comprometesse com as deliberações tomadas pelas

[104] Id., ibid., p. 29.
[105] Id., ibid., p. 29.
[106] Id., ibid., p. 31.

instâncias dos movimentos que dirigissem. Com o intuito de proporcionar aos "representados" a aquisição, com a própria experiência, de um "nível de consciência superior", eles atribuíam a si a liberdade para "inflexionar" (*sic*) as "plataformas alcançadas pelos representados e expressas nas instâncias de deliberação das entidades rumo à radicalização de seus conteúdos e à superação de suas debilidades". Agindo assim, acreditavam poder impedir o rebaixamento da "atividade revolucionária ao nível de consciência das massas em função do suposto respeito a um caráter abstrato e imanente das entidades" e, com isso, evitariam cair num "desvio 'gremialista' na direção das entidades, de onde se retira como fruto apenas o fortalecimento da 'sociedade civil'".[107]

A composição do próprio PRC seria baseada numa "militância consciente, voluntária e combativa". O partido "não se considera o depositário de verdades absolutas e/ou eternas, (...) procura estimular a discussão interna e externamente – sem prejuízo da unidade de ação", e afirma não prescindir da colaboração de intelectuais sem partido, dos revolucionários em geral e da intervenção da classe operária como um todo "no que diz respeito à elaboração de sua linha política". O PRC luta

> "pela unificação dos revolucionários comunistas e **conclama os melhores filhos do povo, especialmente os destacamentos avançados da classe operária, a ingressarem em suas fileiras**, assumindo a tarefa histórica de fazer a revolução socialista no sentido da libertação integral da humanidade."[108]

Os "Estatutos" definem ainda o centralismo democrático como o princípio organizativo do PRC, recusando categoricamente a possibilidade de existência de frações. Os filiados eram incentivados a divulgar suas idéias amplamente no interior do partido e defendê-las nas instâncias de que fizesse parte, mas a "luta interna não é uma luta de frações, mas de indivíduos que se afastam e se aproximam na luta de idéias, em blocos circunstanciais".[109] O órgão dirigente supremo do PRC era o Congresso, que deveria reunir-se ordinariamente a cada três anos. No intervalo entre os Congressos, o Comitê Central era a instância diretiva máxima. Os "Estatutos" procuravam garantir a realização dos congressos ordinários, facultando a outros órgãos a sua convocação em caso de omissão do CC, e assegurava também a

[107] Id., ibid., p. 35.
[108] Id., ibid., p. 35, grifo meu.
[109] Id. ibid., p. 31.

possibilidade de convocação de congressos extraordinários, pelo CC ou, se ele se opuser ou omitir, por outros órgãos.

O terceiro e último documento aprovado pelo I Congresso era uma análise de conjuntura, cujo eixo era a afirmação de que a "luta de classes no Brasil ingressou num período novo, com episódios de rompimento da legalidade, de violação dos tecidos institucionais, com a ampliação sem precedentes das ações de massas e o seu ingresso na luta política". É preciso registrar que esta tese do PRC nascia da interpretação de fenômenos de impacto real na vida política do país. Em 1983 houve um certo recrudescimento do movimento grevista, inclusive com uma greve geral em julho, foi criada a CUT, ocorreram manifestações violentas por transporte coletivo (quebra-quebras) em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador e, no final do ano, a campanha pelas diretas mobilizava enormes multidões em todo o país com palavras de ordem contra a ditadura. Mesmo reconhecendo que a direção deste movimento ainda é "predominantemente da burguesia liberal e das correntes reformistas", o PRC entende que nele "Germina a semente da revolução".[110]

Para caracterizar a conjuntura como de "amadurecimento de uma situação revolucionária", o texto aponta a "impossibilidade da burguesia continuar exercendo sua dominação da maneira anterior", situação que "caracteriza uma crise de hegemonia".[111] A crise do "milagre" teria corroído as bases de sustentação da ditadura, dividindo a burguesia em projetos diferentes quanto à forma do Estado e quanto à melhor maneira de enfrentar as conturbações sociais. A eclosão da crise no Brasil teria acontecido num momento em que, no mundo, a "crise geral do capitalismo ingressou num momento agudo", pondo fim ao "desenvolvimento 'pacífico' da luta de classe que se seguiu à II Guerra Mundial e à Guerra da Coréia".[112] A saída burguesa para a crise, mesmo nos países capitalistas avançados, seria o "aprofundamento da miséria das massas", o que concorreria para "desestabilizar o pacto social-reformista ali predominante". A exacerbação da "natureza imperialista do capital financeiro" abriu focos de conflito anti-imperialista em várias partes do mundo, inclusive no Cone Sul, onde ao proletariado interessaria a

[110] Vinte Anos de Regime Militar: Basta de Opressão e Miséria. In: *Resoluções do 1° Congresso do Partido Revolucionário Comunista,*loc. cit, p. 49-50.
[111] Idem, ibidem, p. 51.
[112] Id., ibid., p. 53.

"derrubada revolucionária dos regimes militares, única maneira de golpear decisivamente as classes dominantes e abrir caminho para sua libertação integral". [113]

Presentes as condições objetivas, restava resolver o crucial problema das condições subjetivas da revolução. Por isso, diante da crise que paralisava e dividia a burguesia no Brasil, seria

> "inadiável a superação das debilidades subjetivas do movimento operário. Sem quebrar os obstáculos que liberais e reformistas antepõem às suas lutas, jamais as massas poderão enveredar por um caminho historicamente independente e passar à revolução socialista."[114]

Dentre as correntes do movimento operário que materializam esses "obstáculos", o PCB e o MR-8 seriam reformistas, representando a "central formuladora e articuladora da conciliação com o regime militar e do 'pacto social' no movimento popular". A atitude do PRC frente ao PC do B, que oscila entre "colar-se à burguesia ou acompanhar a radicalização das massas" e ao PT, um "partido de reformas, que se aferra ao economicismo e prega a ascensão das massas ao poder passo a passo, por dentro da ordem burguesa", dependeria "da atitude destes perante as propostas políticas do Partido e os interesses e anseios das massas". Embora seus militantes atuem no interior de partidos institucionais, os *revolucionários comunistas* "não se rebaixam à condição de participantes de grupos ou tendências, e muito menos se escondem no interior de outros partidos (...) diluindo-se".[115] O aprimoramento das condições subjetivas da revolução passaria pela disputa da direção das lutas com essas organizações, garantindo assim "um curso mais conseqüente ao movimento operário e às lutas populares".[116]

Ficava assim evidenciada a importância da fundação do PRC e o lugar que ele deveria ocupar na linha de frente do movimento de massas, contribuindo "para acelerar o processo de amadurecimento de uma situação revolucionária e, configurada essa situação, transformá-la em revolução vitoriosa":

> "A grande lacuna é a inexistência da vanguarda organizada do proletariado. Só um partido marxista-leninista forte e vinculado à classe operária poderá contrapor-se com eficácia ao oportunismo e descortinar para as massas o horizonte da revolução socialista."[117]

---

[113] Id., ibid., 53-4.
[114] Id., ibid., p. 62.
[115] Id,. ibid., p. 69.
[116] Id., ibid., p. 63-4.
[117] Id., ibid., p. 64.

Sobre este ponto havia amplo acordo entre todos os grupos que fundaram o PRC. Para justificar a necessidade do partido de vanguarda, os intelectuais que fundaram o PRC, como Ozéas Duarte e Adelmo Genro Filho, produziram os argumentos sofisticados que vimos acima em suas polêmicas contra W. Pomar e as resoluções da DS, respectivamente. O partido leninista, expressão organizada do "elemento consciente", ocupava o centro do projeto político dos *revolucionários comunistas*, e o PRC deveria ser um passo efetivo no rumo da sua construção.Tarso Genro também escreveu sobre o tema. O verdadeiro sujeito revolucionário seria aquele capaz de "captar", mediante uma atividade consciente, as possibilidades de transformação num momento em que elas ainda não existem concretamente, mas estão no "processo do seu devir. Quem as capta? O homem revolucionário. **Quem é o 'homem' revolucionário**, enquanto conjunto no interior do todo social, que pode interferir na realidade da luta de classe após a captação daquele 'devir'? **O Partido**".[118]

Sobre os demais assuntos deliberados, particularmente quanto à tática, havia divergências que nem sempre se resolveram nas discussões, de modo que as resoluções sobre tática expressavam a posição da maioria. Sabemos disso porque no debate preparatório para o II Congresso há menções sobre as divergências e críticas à posição que prevaleceu. Mas as diferenças internas, aparentemente, foram contidas pelo centralismo democrático, de modo que durante os meses que se seguiram ao I Congresso a intervenção do PRC foi orientada pelas resoluções táticas ali deliberadas. Para os encontros do PT daquele ano, por exemplo, José Genoíno reproduzia, na tese que divulgou (novamente em aliança com Ivan Valente), a proposta de distinguir entre o "oposicionismo burguês (...) conciliador no sentido de que visa uma superação negociada do regime militar de 64, sem ruptura ou traumas" e o "oposicionismo popular (...) que procura caminhos para uma derrubada do regime, pela via da ampliação e da radicalização das lutas de massas e da não-conciliação".[119] A vitória sobre a ditadura deveria fazer surgir um "novo poder de Estado, uma democracia operária e popular, um poder comprometido com medidas de transformação social

[118] GENRO, Tarso. A Filosofia em Ação: um Momento do Leninismo. *Práxis*, 1, Santa Maria, CEDESC, 1984, p. 10, grifos meus.
[119] *PT 84: Avançar na Luta*, p. 3-4. CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 3° ENPT, maço TESES E PRONUNCIAMENTOS.

profundas", dentre as quais a "expropriação e estatização dos monopólios", o "fim da dependência ao imperialismo" e uma "reforma agrária radical".[120]

Mas, a partir de 1985, essas orientações tiveram que mudar. O refluxo do movimento de massas que se seguiu à derrota da proposta de emenda constitucional que instituía eleições diretas para presidente inviabilizava, na prática, a tática da derrubada revolucionária da ditadura. O *oposicionismo burguês* combatido pelo PRC e expresso na *Aliança Democrática* que lançou o nome de Tancredo Neves para a disputa no Colégio Eleitoral, consolidou o controle "pelo alto" da transição e mudou as condições da luta política. A Nova República, por mais que fosse o "prolongamento" da ditadura, segundo Florestan Fernandes, trazia exigências novas, a começar pelo fato de que se revestia de uma certa legitimidade, contando até mesmo com o apoio do PCB e do PC do B.

Diante da alteração da conjuntura, o CC convocou, para outubro de 1985, o II Congresso (Extraordinário) do PRC. Em abril começou a circular o caderno de teses e, no mesmo mês, Ozéas Duarte, membro do CC e representante da maioria do I Congresso, publicou em *Teoria e Política* um artigo intitulado "Para uma tática revolucionária sob a Nova República". Em seu artigo, Duarte caracteriza o governo de Tancredo Neves como produto de um "pacto que – burguês no seu conteúdo geral – representa o conjunto do bloco monopolista, com destaque para o grande capital privado brasileiro e estrangeiro".[121] Que esta "democracia dos monopólios"[122] tenha se constituído significa que a transição corria "sob hegemonia das mesmas frações de classe que promoveram o golpe de 64 (...): o capital financeiro imperialista, os monopólios e o latifúndio".[123] Logo, significa que a tática da derrubada revolucionária havia fracassado. Algo impedira a "classe operária de, arrebatando a iniciativa política da burguesia, postar-se à frente do povo, 'centrar o ataque na ditadura militar na perspectiva da sua derrubada revolucionária' e alcançar uma vitória decisiva".[124] A "causa básica" para a derrota, segundo Duarte, deveria ser buscada na incapacidade da classe operária assumir o papel de "classe-vanguarda":

---

[120] Idem, ibidem, p. 5.
[121] DUARTE, Ozéas. Para uma Tática Revolucionária sob a Nova República. *Teoria e Política*, 7, São Paulo, 1995, p. 19.
[122] A expressão foi empregada pela primeira vez num encontro regional do PT em Santa Catarina e apareceu, em seguida, num artigo de Adelmo Genro Filho e Glauco G. Marques: Nova República: "Democracia dos Monopólios". *Práxis*, 2, Porto Alegre, 1985, pp. 43-52.
[123] DUARTE, Ozéas. Para uma Tática Revolucionária sob a Nova República. Op. cit, p. 10.
[124] Idem, ibidem, p. 24. O trecho entre aspas simples é uma citação das resoluções do I Congresso do PRC.

> "a classe operária brasileira, por *não assumir seus interesses históricos*, expressos em um partido operário-revolucionário, ficou impotente para afirmar um projeto político radicalmente alternativo ao projeto burguês, capacitando-se para constituir em torno de si um bloco operário e popular poderoso. Inversamente, submeteu-se à hegemonia política da burguesia liberal (...). Em vez de sujeito, objeto da história."[125]

Para Ozéas Duarte, a tática da derrubada revolucionária da ditadura, bem como a caracterização da gestação de uma situação revolucionária, não seriam equivocadas para o período anterior. Entre a emergência do movimento grevista a partir de 1978 e o auge da campanha das diretas, em 1994, "cabia a tese de que se esboçavam e desenvolviam alguns elementos de uma situação revolucionária". No entanto, com a Nova República, a "luta de classes adquire uma configuração distinta, caracterizada pelo **estancamento relativo** do processo de gestação de uma situação revolucionária".[126] A burguesia teria agrupado suas forças, criado uma "base significativa de expectativa popular favorável" e assumido a iniciativa política. Mas as perspectivas para debelar a crise econômica não seriam favoráveis, o que permitiria antever a incapacidade que o governo teria para atender às demandas populares. O aumento da exploração sobre os trabalhadores se descortinava como o efeito mais provável da política econômica, e a isto se seguiriam a retomada das greves e de outras formas de manifestação da insatisfação popular. Por isso o "estancamento" da gestação da situação revolucionária seria apenas "relativo". Não estaria descartada a possibilidade de reaparecer uma "situação objetiva favorável à mobilização das massas num sentido anticapitalista, antiimperialista, antilatifundiário e antigoverno".[127]

Esta era a conjuntura diante da qual era preciso formular uma tática revolucionária, cujo núcleo seria a "desestabilização da transição burguesa", opondo-se ao governo "do ponto de vista do combate ao Estado burguês, portanto, comprometida com a tarefa de forjar as condições necessárias a sua derrubada revolucionária e ao estabelecimento de um novo tipo de poder".[128] O novo poder seria a "democracia operária e popular, [que é] nas condições do Brasil a forma inicial e específica da ditadura do proletariado".[129] Que organização poderia aplicar esta tática? Tanto o PCB quanto o PC do B, embora construindo justificativas teóricas

[125] Id. ibid., p. 25, itálico no original.
[126] Id., ibid., p. 41, grifo meu.
[127] Id., ibid., p. 45.
[128] Id., ibid., p. 47.
[129] Id., ibid., p. 46.

distintas, estariam "unidos ideologicamente e no apoio à transição burguesa".[130] O PT, embora tenha se oposto à Aliança Democrática e constituído um "núcleo importante de resistência à avalanche do oposicionismo burguês-conservador", realizava uma "crítica limitada, impotente para sustentar um combate assentado na mobilização popular".[131] A recusa à candidatura de Tancredo pelo PT teria se dado com base na condenação formal e ética do colégio eleitoral, e não na análise de sua composição de classe. O PT teria assumido a "voz do liberalismo radical", criticando apenas o caráter indireto das eleições.

Este liberalismo radical do PT seria o resultado, por um lado, da "combinação de espírito combativo e limitação ideológica de sua base social e política", que não conseguiria ir além do discurso "antiautoritário e democrático do oposicionismo burguês-liberal". Por outro lado, seria resultante da "hegemonia social-democrata em seu corpo de idéias e sua direção, matizado por um certo pensamento acadêmico que, situando o Estado acima das classes e rechaçando o autoritarismo, visualiza nas instituições democrático-burguesas valor geral".[132] Ozéas Duarte identifica Francisco Weffort como o "ideólogo do PT" e estende sua crítica também às suas publicações. A crítica petista sobre a Nova República não teria incidido sobre seu caráter de classe porque o próprio "programa do PT tampouco é antimonopolista, nem radicalmente antiimperialista e antilatifundiário". O núcleo do programa do PT seria o "'socialismo' social-democrata que, no caso, por assentar-se numa base social radicalizada contra os patrões e o regime militar, assumiu uma feição política de 'esquerda'".[133] Residiria ai a "incapacidade do PT" para romper a camisa de força liberal e transferir "a iniciativa na luta política para as mãos dos explorados e oprimidos". E, portanto, a "questão do partido operário-revolucionário, de sua construção, um partido teórica e praticamente de vanguarda (...) transparece, clamando desesperadamente por solução."[134]

As linhas gerais deste artigo de Ozéas Duarte foram transpostas para a parte dedicada à tática da tese do CC do PRC ao II Congresso, que foi publicada no caderno de teses. Havia, porém, elementos novos. A "desestabilização da transição" assumia ali a forma de rechaçar a "legitimidade da presença do Sr. José Sarney na

[130] Id., ibid., p. 30.
[131] Id., ibid., p. 37.
[132] Id., ibid., p. 39.
[133] Id., ibid., p. 40.
[134] Id., ibid., p. 51.

presidência da República" e defender a "convocação imediata de eleições diretas e simultâneas em todos os níveis".[135] O CC também propunha que o partido não relegasse a um futuro remoto a preocupação com a questão militar da revolução brasileira, e que "tal preocupação deve estar presente, em um ângulo tático, nas lutas cotidianas".[136]

Sobre a organização do partido, a tese do CC é particularmente interessante , inclusive pelo que revela sobre a composição do PRC. A despeito de seu programa, o PRC não teria ainda se consolidado como "o partido de vanguarda da classe operária" devido a alguns fatores: "a pequena expressão numérica do partido, sua **incipiente inserção na classe operária**, inclusive nos centros propulsores da luta de classes, e a **composição social basicamente pequeno-burguesa** de seus efetivos".[137] Considerando a concentração da classe operária brasileira no "triângulo São Paulo-Rio-Minas, e, antes de tudo, em São Paulo", o CC conclui que "enquanto ele [o PRC] não plantar raízes na classe operária paulista, permanecerá fora do centro decisório dos rumos nacionais da luta de classes".[138] A tese do CC propunha a concentração dos esforços de construção partidária em São Paulo, inclusive deslocando para lá recursos e quadros. Outra tese apresentada ao II Congresso defendia a mesma proposta.[139] O folheto divulgado com as resoluções do congresso omite, em coerência com o princípio da clandestinidade, as deliberações sobre organização, de modo que não temos como saber ao certo se estas propostas foram ou não aprovadas. É provável que sim, porque data deste período o deslocamento de alguns militantes (como foi o caso já mencionado de Aldo Fornazieri) de outras regiões para São Paulo.

A tese do CC mantinha e até aprofundava as críticas ao PT presentes no artigo de Ozéas Duarte. Assim como o PC do B e o PCB, o PT "destaca-se como uma das expressões da política burguesa no movimento operário" que, por ter "fincado uma influência mais vasta justamente nos segmentos mais combativos do proletariado, se apresenta como um obstáculo à construção do partido de vanguarda da classe operária no Brasil". Os militantes de base do PT, que "se submetem à ideologia social-democrata sem assumirem explicitamente a colaboração de classe", seriam "passíveis

---

[135] Teses do Comitê Central sobre a Tática do Partido. In: *Teses do II Congresso (Extraordinário) do PRC*. Abril de 1985, mimeo, p. 10. AFC.
[136] Idem, ibidem, p. 14.
[137] Teses do Comitê Central sobre a Política de Organização e as Tarefas de Construção do Partido. In: *Teses do II Congresso*… loc. cit., p. 16, grifos meus.
[138] Idem, ibidem, p. 16.
[139] DINIZ, Adalberto de Almeida. Teses complementares às do Comitê Central sobre a Política de Organização e as Tarefas de Construção do Partido. In: *Teses do II Congresso*… loc. cit.

de serem ganhos para a ideologia do proletariado". Mas para isso teriam que romper com a adesão ao "PT como seu verdadeiro partido", compreendendo a "necessidade do partido de vanguarda, qualitativamente distinto do PT". Ajudá-los nesta ruptura seria a tarefa que o PRC denominaria "combate ao petismo".[140]

Uma tese alternativa, apresentada em nome de "1/3 dos membros do CC", divergia da tese oficial da direção em pelo menos dois pontos importantes: sobre a caracterização de uma situação revolucionária e sobre a posição frente ao PT. Não temos como saber quais eram os proponentes desta tese, já que ela era assinada por *Flávio Augusto*, um nome frio usado, presumivelmente, por um dos membros do CC. Mas é bastante provável que, dentre eles, figurassem pessoas do já mencionado grupo do Rio Grande do Sul que, desde o segundo semestre de 1984, haviam organizado o Centro de Estudos e Debates do Socialismo e da Cultura (CEDESC) e, através dele, editavam a revista *Práxis*. Algumas idéias presentes na tese de *Flavio Augusto* e, sobretudo, o estilo da escrita e a preocupação com o apuro dos conceitos e com a dimensão filosófica das questões em debate, sugerem a relação com este coletivo.

Sobre a questão da situação revolucionária, a crítica de *Flávio Augusto* retroage ao I Congresso para criticar suas resoluções: "O Programa do I Congresso faz concessões à tese de um 'colapso progressivo' do capitalismo", com o uso nebuloso do conceito de "crise geral". Confundindo o sentido histórico de "crise geral" com o de crise cíclica, o Congresso produziu uma tática apoiada na idéia de que "vivíamos um período de revoluções no mundo". Ora, mas as crises seriam "inerentes ao modo de produção capitalista e decorrem de suas leis fundamentais, sendo uma forma de existência do capitalismo e não a via de sua superação revolucionária". Por isso, o desfecho das crises vai sempre se dar no "plano da luta de classes, através do qual a revolução se coloca como uma possibilidade que o proletariado poderá, a depender do seu grau de consciência e organização, transformar em realidade".[141] Num parágrafo de grande clarividência, *Flávio Augusto* afirma que, frente à atual crise cíclica, a resposta burguesa envolveria a reorganização da divisão internacional do trabalho, incremento da concentração e monopolização do capital com investimentos maciços em micro-eletrônica, informática, telemática e

[140] Teses do Comitê Central sobre a Política de Organização e as Tarefas de Construção do Partido. In: *Teses do II Congresso*… loc. cit., p. 19.
[141] Pelo Otimismo da Vontade, pelo Pessimismo da Inteligência. In: *Teses do II Congresso*… loc. cit., p. 39.

robótica e medidas estatais de "austeridade" para descarregar o ônus da crise sobre os trabalhadores.

A crise poderia ter, pois, uma solução burguesa, admitia *Flavio Augusto*. Sendo assim, o "Partido e a classe operária precisam acumular forças, tendo presente que **a própria situação revolucionária e, acima de tudo, as possibilidades de vitória devem também ser construídas conscientemente**".[142] A caracterização de situação revolucionária feita por Lênin em *A Falência da II Internacional*, que era a base do argumento do texto do CC e de Ozéas Duarte, seria considerada por *Flavio Augusto* como insuficiente para responder às questões da revolução proletária sob o capitalismo monopolista. Nestas novas condições históricas, os movimentos democrático-revolucionários espontâneos das massas não podem mais ser considerados como "ações históricas independentes". No capitalismo monopolista, "só pode ser considerada historicamente independente a ação revolucionária de massas com caráter socialista (...) que incorpore certo grau de desenvolvimento das forças subjetivas da revolução". Portanto, no "capitalismo monopolista plenamente configurado, a **situação revolucionária deixou de ser produto apenas de mudanças objetivas independentes da vontade dos grupos, partidos ou classes**".[143] No Brasil, apesar da existência de

> "fatores objetivos e subjetivos favoráveis à luta revolucionária, **não existe nenhuma previsão possível**, com incidência na luta de classes, **que aponte para a instalação de uma situação revolucionária** (...). Por outro lado, conceitos como 'amadurecimento' ou 'gestação' nada esclarecem e acabam por induzir a um raciocínio naturalista"[144].

Construir subjetivamente uma situação revolucionária significava, na tese de *Flávio Augusto*, ir além da construção do partido de vanguarda e constituir uma "minoria de massa operário-popular situada nos centros chaves da luta de classes, com elevado nível de consciência e organização, política e sindical, dirigida por um Partido Marxista-Leninista". No terreno político-institucional, esta estratégia apontava para uma "frente política de massas operário-popular (...) com peso decisivo na vida política do país, poderosa no movimento de massas, com forte presença eleitoral e parlamentar, tendo meios de comunicação de massas alternativos, etc.".[145] Uma vez que os referenciais políticos das massas encontram-se "fundamentalmente

[142] Idem, ibidem, p. 40, grifo meu.
[143] Id., ibid., p. 41, grifo meu.
[144] Id. ibid., p. 43, grifos meus.
[145] Id., ibid., p. 42.

no terreno institucional partidário e parlamentar", a intervenção dos comunistas revolucionários nesses terrenos assumia importância capital. E esta consideração levava à reavaliação da relação com o Partido dos Trabalhadores.

Na questão do PT, a tese de *Flávio Augusto* não divergia da caracterização feita pelo CC: "Trata-se de uma organização política frentista hegemonizada por posições de sentido reformista, aprisionadas nos marcos da ideologia burguesa dominante". A tese afirmava ainda que "não há centralismo em uma organização política institucional e frentista como o PT". Sobre as conclusões das instâncias dirigentes do PT, o PRC as reconhece como "as posições oficiais deste partido, mas não as tem como obrigatórias para seus militantes". Mas formalizava uma proposta nova, que alterava a relação efetiva do PRC com o PT:

> "Os militantes do PRC **atuam na esfera partidária-institucional no PT, exclusivamente**. Isto por ser o PT o único partido não integrado à transição burguesa e à política de 'conciliação nacional', mantendo até o momento uma posição oposicionista, democrático-radical. E porque inexistem condições agora para a criação de outro partido legal mais avançado que tenha nacionalmente base de massa."[146]

Somente a tese de *Flavio Augusto* fazia esta proposição. A tese do CC não fazia qualquer proposta de atuação exclusiva no PT, e a tese de Adalberto Diniz propunha a criação de uma outra organização legal, o *Partido Operário e Popular*, hegemonizado pelo PRC e que adotaria como programa o programa mínimo aprovado no I Congresso. Nas resoluções do II Congresso pode-se constatar que foi vencedora a posição defendida por *Flavio Augusto*. O texto final das resoluções reproduz, quase na íntegra, a parte da tese *Flávio Augusto* que trata do PT e das "atitudes" do PRC frente à transição burguesa, ao movimento de massas, à luta democrática e a Constituinte, aos partidos institucionais. Quanto à luta pela legalização dos partidos comunistas, aprovou-se também a proposta daquela tese: o PRC defende o seu direito à legalidade, mas considera equivocado legalizar uma organização revolucionária, facilitando assim o trabalho da repressão. A clandestinidade foi reafirmada como "um conteúdo de princípio estratégico".[147]

Durante o congresso foi eleito um novo Comitê Central, cuja composição deve ter favorecido os signatários da tese *Flávio Augusto*. Parte das resoluções do II Congresso foram divulgadas num folheto cuja leitura indica que, nas duas questões

[146] Id., ibid., p. 49, grifo meu.
[147] Id., ibid., p. 50.

em que divergiu da tese do CC e do artigo de Ozéas Duarte, a tese de *Flávio Augusto* prevaleceu. A "alternativa operária e popular" e a idéia de que a desestabilização da Nova República seria o centro da tática figuram nas resoluções finais, mas a concepção sobre a revolução brasileira ganhava contornos novos. A revolução russa de 1917 já não poderia "ser tomada como um modelo aplicável às condições brasileiras, tanto no que diz respeito às suas táticas como à sua estratégia".[148] Do bolchevismo, o que seria imprescindível extrair "a fim de que, exatamente, continuemos sua tradição – é o acumulo teórico configurado na **abordagem** leninista da política". A questão da situação revolucionária era tratada na perspectiva de *Flávio Augusto*: "a situação revolucionária só surgirá se elementos significativos das massas operárias forem ganhos para uma posição de luta pelo socialismo, conferindo um sentido consciente e de classe às suas ações". Este objetivo seria perseguido através da "propaganda socialista sistemática junto às massas, particularmente junto à classe operária, com base no programa mínimo revolucionário, visando constituir uma base de massa com consciência socialista."[149] Seriam três os objetivos da tática do PRC para constituir-se como vanguarda comunista: "a) dar um combate proletário-revolucionário mais conseqüente à transição burguesa; b) unir e organizar as massas populares em torno de uma alternativa operária e popular; c) tornar-nos um partido reconhecido como força comunista implantada na classe operária nos principais centros da luta de classe no país".[150]

## 2.3 A VANGUARDA E AS MASSAS

Quase dois anos após a fundação do PRC, os debates em torno do II Congresso exprimiam os principais dilemas enfrentados pelo partido. A marcha da transição obrigava a uma revisão da tática, mas um outro problema, bem mais profundo, também começava a se manifestar. Naquilo que era o objetivo central da fundação do PRC, a constituição da "verdadeira vanguarda da classe operária", os *revolucionários comunistas* não se haviam se saído bem, até então, no duro teste da prática. O núcleo do problema era a relação orgânica com as classes subalternas, um ponto vital em que os avanços eram considerados, no mínimo, insuficientes. Todas as

[148] *Resolução Política do II Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. Outubro de 1985, p. 5. AFC.
[149] Idem, ibidem, p. 4, grifo meu.
[150] Id., ibid., p. 9.

teses ao congresso eram unânimes quanto ao reconhecimento da necessidade incontornável de promover o enraizamento social do partido nos setores estratégicos do movimento operário como condição para dar-lhe caráter de vanguarda revolucionária. A unanimidade sobre a importância desta tarefa indica que havia, igualmente, consenso quanto às debilidades do partido neste campo, algo que as teses do CC e de Adalberto Diniz reconheciam explicitamente.

A construção partidária "de cima para baixo" não produzia os resultados previstos. Nascido como uma organização composta por indivíduos majoritariamente provenientes da pequena burguesia, o PRC continuava, oficialmente, vendo a si mesmo como "possibilidade concreta de unificação dos comunistas, pela construção do partido de vanguarda da classe operária e para a realização da revolução socialista no Brasil".[151] Na tese de Adalberto Diniz esta idéia adquiria cores ainda mais nítidas: "o PRC é a vertente melhor dotada intelectualmente, melhor aderida aos princípios teóricos do marxismo-leninismo, com o melhor programa, com a melhor definição estatutária", o que faria dele a "vertente principal no processo de construção da vanguarda da classe operária". Das demais vertentes marxistas-leninistas existentes no Brasil, Diniz esperava que elas "nos reconheçam como a principal e se dissolvam no nosso interior".[152] Mesmo reconhecendo em si todas essas qualidades, porém, o PRC tinha de enfrentar o fato de que não conseguira atrair para si os esperados contingentes dos "melhores filhos do povo" (além dos que já compunham o partido na fundação) e, ainda mais grave, não era reconhecido pelas massas como a sua vanguarda Este não era um problema pequeno para uma organização que pretendia atuar como dirigente do proletariado na revolução.

Os problemas de organização se expressavam também no campo da sustentação financeira do partido. Os instrumentos de arrecadação militante, aparentemente, não funcionaram bem nos primeiros meses de existência do PRC.[153] Era sobre os mandatos que recaía, desde a fundação, o peso maior da sustentação financeira. Esta é uma questão das mais importantes para qualquer organização revolucionária. A opção pela clandestinidade e o caráter conspirativo do partido não são compatíveis com uma estrutura de sustentação baseada principalmente nos

[151] Id., ibid., p. 8.
[152] DINIZ, Adalberto de Almeida. Teses complementares às do Comitê Central sobre a Política de Organização e as Tarefas de Construção do Partido. In: *Teses do II Congresso*… loc. cit, p. 29.
[153] De acordo com Aldo Fornazieri, as contribuições individuais e o resultado da venda de material, inclusive jornal, não cobriam as despesas. A principal fonte de receita eram os mandatos. FORNAZIERI, Aldo. Entrevista com o autor.

mandatos legais. A tese do CC advertia que "a não solução deste problema porá em risco todo o nosso projeto".[154] Alguns meses depois do congresso o problema ainda preocupava a nova direção do partido, que lançou uma "campanha de finanças centrada no lema 'ouro para o PRC'."[155]

Fica evidente que toda a situação organizativa repousava sobre uma grande contradição. A organização clandestina de um coletivo de intelectuais pequeno-burgueses reunidos em torno dos princípios do marxismo-leninismo deveria ter sido o início, começando "de cima", da construção do partido revolucionário. Mas, logo abaixo do topo, a construção fora bloqueada. O que resultava deste esforço de construção da vanguarda era, então, uma não-vanguarda, um grupo de intelectuais radicais, organizados como partido, mas com vínculos orgânicos muito frágeis com as classes subalternas. Onde havia laços mais fortes, como no caso dos trabalhadores da floresta no Acre (Chico Mendes era ligado ao PRC), era justamente com os setores considerados não-estratégicos da classe trabalhadora. Uma situação que não poderia se sustentar indefinidamente. Sabemos que o congresso do PRC percebeu, a seu modo, o problema e que tratou de procurar saídas. A solução que o congresso formulou se desdobrava em dois terrenos. No âmbito da organização, a tarefa prioritária era implantar o partido na classe operária e nos setores avançados do movimento popular, algo semelhante a uma reedição da antiga consigna comunista – "às massas". No plano da teoria, operou-se uma alteração na orientação anterior, que reproduzia a concepção leninista de combinar uma vanguarda clandestina com um movimento de massas espontâneo. Introduzia-se um elemento intermediário. Agora, além de um partido de vanguarda enraizado na classe, a revolução brasileira passava a depender também de um destacamento avançado de massas, cuja consciência socialista seria construída através da atividade de propaganda. Do resultado dessas iniciativas dependeria, em certa medida, a sobrevivência do PRC como projeto de construção da vanguarda operária. Isso veremos mais à frente.

É preciso considerar ainda outro aspecto das dificuldades de construção do PRC junto às classes subalternas. Se a presença do partido nos movimentos sociais era mesmo rarefeita, como se pode depreender do conteúdo dos debates, isto significa que a atuação política dos *revolucionários comunistas* dispunha, somente, de dois

[154] Teses do Comitê Central sobre a Política de Organização e as Tarefas de Construção do Partido. In: *Teses do II Congresso*… loc. cit., p. 23.
[155] COMISSÃO EXECUTIVA do CC. Apresentação. In: *O PRC e as Eleições de 86*. Fevereiro de 1986. AFC.

canais efetivos de alcance maior que os circuitos locais: a atividade editorial, sobretudo a circulação das revistas *Teoria e Política* e *Práxis*, e os mandatos institucionais, particularmente o de José Genoíno. No primeiro caso a esfera de influência era o público leitor das revistas, ou seja, basicamente uma parcela da intelectualidade de esquerda. A tiragem reduzida e o próprio conteúdo, propositalmente sofisticado, das publicações, determinavam os limites relativamente estreitos da sua circulação. No caso dos mandatos, o alcance social era bem maior, mas sofria, necessariamente, muitas mediações decorrentes do fato de que os mandatos legais só poderiam ser obtidos através de outra organização que não o PRC.

Após o II Congresso, as decisões de construir-se como referência junto a setores organizados do movimento de massas e de dar maior prioridade à atuação institucional tinham de ser postas em prática. O lançamento do jornal *Fazendo o Amanhã* visava justamente criar um instrumento de propaganda dirigido aos setores prioritários do movimento social. Desde março de 1985 o projeto do jornal havia sido anunciado publicamente, através de um "Manifesto Político para um Jornal Revolucionário". A capa deste manifesto era inteiramente preenchida por uma foto de operários trajando macacões, muitos com os braços cruzados e em atitude desafiadora, sugerindo uma greve. Lançado antes do congresso, mas quase na mesma época em que circulava o caderno de teses, o manifesto apresenta o *Fazendo o Amanhã* em sintonia com as orientações que seriam aprovadas em outubro, isto é, como um instrumento para construir uma base de massas para o PRC: "*Fazendo o Amanhã* espera somar-se ao cotidiano dos que lutam. Ao seu lado queremos contribuir para fazer o novo amanhã, **aglutinando neste processo os melhores filhos deste povo:** operários e camponeses, os explorados e oprimidos".[156] *Fazendo o Amanhã* deveria defender a "instalação em nosso país de um governo dirigido pela classe operária que represente efetivamente os interesses imediatos e históricos de todos os explorados", que "deverá dar início às transformações socialistas no Brasil". As "principais noções de Marx, Engels e Lênin" seriam proporcionadas aos ativistas através de "matérias e artigos específicos que coloquem a propaganda revolucionária na conjuntura da luta de classes".[157]

---

[156] *Fazendo o Amanhã. Manifesto Político para um Jornal Revolucionário*. AEL, fundo JD, f. 3300, grifo meu.
[157] Idem, ibidem.

Do conselho editorial participavam, em maioria, membros do grupo do Rio Grande do Sul: Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, Marcos Rolim, Otto Alcides Ohlweiller e Tarso Genro, e mais Ozéas Duarte e José Genoíno. O editor era Sérgio Weigert. O número 1, de fevereiro de 1986, trazia como destaque uma entrevista com José Genoíno, com a chamada na capa: "Entrevista com Genoíno – um projeto operário e popular". A "alternativa operária e popular" é apresentada por Genoíno como um projeto de construção de um "pólo alternativo ao projeto da burguesia" que deveria ter "um sentido revolucionário, uma profunda consciência socialista e se construir, principalmente nos setores fundamentais da classe operária, do campesinato pobre, da pequena burguesia radicalizada, dos assalariados em geral".[158]

A escolha de Genoíno para divulgar o projeto operário e popular unia as duas prioridades decididas pelo congresso: o jornal funcionava, assim, tanto como instrumento de propaganda quanto como meio de consolidar a imagem do parlamentar que era a referência maior da presença institucional do partido. No Sul, a revista *Práxis* também abria, desde o seu primeiro número, de outubro de 1984, espaço para o deputado, publicando a íntegra de discursos e documentos elaborados pelo gabinete do parlamentar.[159] A opção por valorizar a presença institucional, materializada nos mandatos, era mais do que apenas uma decorrência da nova tática do PRC. Era também a necessidade tomada como virtude. Se a inserção no movimento real das classes subalternas era precária, o mandato de José Genoíno, ao contrário, era extremamente bem sucedido nas tarefas a ele atribuídas pelo partido.O mandato era não apenas o mais eficiente vetor de difusão da política do partido, mas também a viga-mestra de sustentação da organização. A reeleição de Genoíno em 1986, para o mandato de deputado constituinte, era uma prioridade para o partido em São Paulo. Após as eleições, o CR de São Paulo divulgou um documento com uma extensa avaliação da campanha, cujos resultados não foram considerados, no conjunto, satisfatórios – "O Partido e de um modo geral a esquerda que atua no PT, saem enfraquecidos". Mesmo assim a reeleição de José Genoíno, apesar dos erros na direção da campanha que levaram a uma votação considerada baixa, era vista como

[158] O Novo Projeto – Entrevista com Genoíno. *Fazendo o Amanhã*, 1 (edição especial), fevereiro de 1986, p. 4. AEL, fundo JD, pasta 51-C.
[159] Por exemplo, o impressionante discurso de José Genoíno intitulado "11 de Setembro no Chile". *Práxis*, 1, Santa Maria, CEDESC, 1984, pp. 54-59; ou a Carta Aberta ao Povo da Nicarágua. *Práxis*, 2, Porto Alegre, 1985, pp. 61-9.

positiva por ter se dado "com uma campanha altamente politizada, com **um perfil claramente revolucionário e comunista**, com uma posição ampla politicamente mas inflexível no combate a Nova República".[160]

O problema é que, quanto mais se consolidava a importância dos mandatos para o PRC, particularmente o de Genoíno, mais urgente se tornava o equacionamento da relação com o PT. E não somente por causa dos mandatos. O PT era o maior canal, e, juntamente com a CUT, um dos únicos dotados de eficácia, de aproximação do PRC com os segmentos organizados do movimento social que ele considerava estratégicos. Sob a hegemonia da Articulação, como vimos, a ação política orientada pelo princípio da independência de classe conseguia resultados expressivos no terreno da organização política das classes subalternas. O PT tinha aquilo que o PRC mais precisava: 1) inserção nos setores mais politizados da classe trabalhadora; 2) abria possibilidades concretas de eleição dos seus candidatos. O "magneto" intensificava sua influência sobre os *revolucionários comunistas*.

Analisei no capítulo 1 o modo como a tendência majoritária, através do discurso do "petismo autêntico", travava a luta interna contra as correntes de esquerda. No caso do PRC os ataques da Articulação encontravam um alvo fácil, pois tratava-se de uma organização que se assumia, de fato, como um partido independente. A resolução do II congresso, que definia a militância dos membros do PRC exclusivamente no PT, não resolvia o problema. De fato agravou-o, pois o setor majoritário do PT subiu o tom de sua condenação à "dupla militância" e fez aprovar pelo Diretório Nacional, no começo de 1986, uma resolução em que era feita uma crítica explícita ao PRC por sua atuação como partido dentro do PT, que teria caráter parasitário, com o objetivo apenas de construir-se às custas do PT. Ao mesmo tempo começou a circular no PT, em versão mimeografada, o texto de Wladimir Pomar e José Dirceu "Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas no PT", mencionado no capítulo 1.

Neste texto os autores identificavam, através da citação de trechos de documentos e resoluções, e criticavam as concepções do PRC (e de outras organizações, como a DS e *O Trabalho*) sobre a revolução brasileira e sobre a tática frente à transição conservadora. Assim, por exemplo, a luta pela desestabilização da

[160] CR do PRC. *Resoluções sobre as Eleições de 86*. São Paulo, dezembro de 1986, mimeo, p. 6, grifo meu. AFC.

Nova República seria "extremamente irresponsável"[161] e, na questão do socialismo, a "DS e o PRC são incapazes de sair dos princípios ou definições gerais".[162] O problema principal era, porém, de natureza organizativa. O PRC, assim como as demais organizações, reuniria características "típicas das seitas": a) possuem uma "política própria, uma estrutura organizativa própria, direção e disciplina próprias"; b) "negam-se a aceitar a disciplina democrática do PT"; c) consideram o PT um "espaço privilegiado para aplicar suas próprias políticas e recrutar militantes para suas organizações"; d) consideram que "o resto do PT possui propostas ideológicas, políticas e organizativas atrasadas, reformistas, etc."; e) atribuem-se o "direito de atuar livremente dentro do PT e qualquer crítica a suas propostas ou prática é tomada como ataque aos comunistas revolucionários".[163] Mesmo atribuindo sentido positivo à "participação desses grupos organizados no partido", os autores do documento recusam-se a aceitar que o PT deva se tornar uma instituição frentista e, para que o PT seja construído como "verdadeiro partido", contavam em "ganhar os companheiros desses grupos para se integrarem definitivamente ao PT(...). Evidentemente, isso significa que chegará um momento de definições".[164]

A reação do PRC a estes movimentos da tendência majoritária não demorou. Diante da resolução do Diretório Nacional do PT, a Executiva Nacional do PRC divulgou, já em março, uma nota contestando os argumentos da resolução sobre a relação utilitarista e parasitária entre os partidos. A nota lembra a participação dos militantes do PRC na sustentação do PT justamente quando a "transição iludia a maioria dos trabalhadores e do povo e o PT achava-se momentaneamente isolado, com gente saindo de suas fileiras". Contesta também a tese de que a militância no PT seria antagônica à militância no PRC: "a participação em uma organização política de tipo leninista e em um partido de massas pluralista podem ser complementares, por envolverem esferas distintas da atividade política".[165] Em maio de 1986 o CC tratou novamente da questão e, desta feita, através de uma resolução política, isto é, um posicionamento oficial da instância dirigente do partido com caráter normativo para todos os filiados.

---

[161] POMAR, Wladimir e DIRCEU, José. *Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas no PT*. Loc. cit., p. 19.
[162] Idem, ibidem, p. 8.
[163] Id., ibid., p. 24.
[164] Id., ibid., p. 25.
[165] *Resposta da Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Revolucionário Comunista à Nota Aprovada pela Maioria do Diretório Nacional do PT*. Março de 1986. AEL, fundo JD, pasta 30-A.

Considerando que o processo político posterior ao II Congresso "evidenciou, claramente, insuficiências nas resoluções adotadas" sobre o PT, o Comitê Central voltava ao assunto. PT e CUT eram agora considerados como as "expressões maiores" do "campo de massas não integrado à transição, de oposição à esquerda, com representação política e sindical organizadas". No interior deste campo "verifica-se a presença de uma esquerda revolucionária que (...) tem evitado a própria marginalização política e criado condições para adquirir uma influência de massas significativa".[166] O PT é definido como um "partido de massas, com um forte componente frentista". Na medida em que suas normas internas e os vínculos que unem seus militantes possuem caráter partidário, o PT é um partido. Mas, por outro lado, a presença, no seu interior, de "diversas correntes político-ideológicas com personalidade própria, incluindo organizações de esquerda, imprime-lhe um forte traço de diversidade frentista". Esta característica frentista é saudada como "altamente positiva" por possibilitar "referenciar grandes contingentes de massa" e "unificar muitas correntes político-ideológicas num sentido antitransição conservadora".[167]

No interior do PT os militantes do PRC deveriam observar o princípio da unidade de ação e reconhecer a "necessidade de uma determinada disciplina organizativa, própria de um partido de massas". O PRC "não é uma fração, tendência ou partido dentro do PT" e sim uma "organização política revolucionária clandestina, com existência própria, autônoma, que define a atuação partidária-legal de seus militantes no PT como filiados individuais". O centralismo democrático do PRC e a participação no PT "segundo suas normas internas envolvem uma contradição que pode ser compatibilizada através da mediação política, tendo como base posições avançadas de oposição à transição burguesa". Os militantes do PRC lutam, no PT, "para que prevaleçam as posições que consideram mais justas", sem pretender que este partido "assuma as definições político-ideológicas próprias de uma organização revolucionária de tipo leninista". As posições hegemônicas no PT, que se unificam "em torno da idéia de uma 'partidarização' do PT de sentido excludente em relação às correntes de esquerda", não devem ser tomadas como uma hegemonia "cristalizada e

[166] Sobre as Relações do PRC com o PT. In: *Resoluções Políticas do PRC*. Maio de 1986, p. 7. AFC.
[167] Idem, ibidem, p. 7.

homogênea". Existiria a "possibilidade de uma disputa legítima envolvendo concepções políticas e a visão sobre o PT".[168]

Um editorial de *Fazendo o Amanhã*, de abril, somava-se à reação contra o que lhe parecia uma "caça às bruxas" no PT, referindo-se à nota da Direção Nacional e ao texto de Pomar e Dirceu.[169] No mesmo jornal, em maio, Ozéas Duarte defendeu a proposta tática de desestabilizar a Nova República e criticou a concepção de socialismo e da revolução brasileira presentes no texto de Pomar e Dirceu.[170] Coube, porém, a Adelmo Genro Filho apresentar uma resposta mais minuciosa ao texto de Dirceu e Pomar, o que ele fez através de um artigo divulgado também em maio. Além de criticar, uma a uma, as linhas gerais da argumentação de Pomar e Dirceu, Genro Filho procurava orientar seu artigo para uma polêmica em torno de questões mais amplas, referentes às concepções subjacentes ao texto criticado. Sua tese geral é que o "documento de Wladimir não é marxista, nem leninista e tampouco socialista de fato".[171] Propor a diluição das organizações leninistas no interior de um partido plural e aberto como o PT seria o mesmo que renunciar à perspectiva revolucionária. Após as experiências do século XX, como a de Salvador Allende, "não temos mais o direito de nos iludir (...) sobre a possibilidade de um socialismo que não seja revolucionário; sobre formas de luta cuja estratégia seja articulada exclusivamente no terreno das instituições".[172]

Os atritos na relação entre a Articulação e as demais tendências continuaram presentes, o que significava o reaparecimento freqüente da "questão das tendências" no debate travado no PT. Entre Genro Filho e W. Pomar, especificamente, a discussão prosseguiu ainda por certo tempo.[173] No Rio Grande do Sul o PT abriu um ciclo de discussão sobre a questão, e Marcos Rolim apresentou a posição do PRC, distinguindo entre o tipo de disciplina próprio de um partido de massas, aberto a diferentes orientações políticas e ideológicas reunidas em torno de um programa, e a

---

[168] Id., ibid., p. 8.
[169] Caçar Bruxas Constrói o PT? Editorial. *Fazendo o Amanhã*, abril de 1986, p. 2. AMORJ, fundo PT.
[170] DUARTE, Ozéas. Quem já não viu este filme? *Fazendo o Amanhã*, maio de 1996, p. 4. AMORJ, fundo PT.
[171] GENRO FILHO, Adelmo. Contra o Socialismo Legalista. In: GENRO FILHO, Adelmo. *Contra o Socialismo Legalista*. Porto Alegre, Tchê, 1987, p. 12. Em seu artigo, Genro Filho não se refere a José Dirceu, e sim somente a W. Pomar como autor do documento objeto da crítica. A razão é que as primeiras cópias daquele texto circularam somente com a assinatura deste último.
[172] Idem, ibidem, p. 11.
[173] Os artigos com a resposta de Wladimir Pomar ("Voltando ao Assunto das Tendências Organizadas") e a tréplica de Adelmo Genro Filho ("Voltando à Crítica do Socialismo Legalista") estão publicadas no livro deste último: *Contra o Socialismo Legalista*, op. cit.

disciplina leninista, que suporia uma homogeneidade ideológica entre os filiados.[174] De qualquer modo, a resolução do DN do PT não teve conseqüências no plano administrativo, ou seja, não foram tomadas medidas contra o PRC ou seus militantes.

Mas a relação dos *revolucionários comunistas* com o PT começou a mudar desde então. Para o PRC a inserção no PT se tornara mais que uma opção tática, uma necessidade. Em 1987, nos eventos do PT, o PRC procurou atuar em bloco com outras correntes de esquerda, particularmente a DS, com a qual se apresentou unificado em chapas que concorreram ao Diretório de São Paulo e ao Diretório Nacional em dezembro, no 5° Encontro Nacional. No movimento sindical, o PRC procurou consolidar sua posição no interior da tendência *CUT Pela Base*, que incluía outras correntes da esquerda petista, como a DS, em oposição à *Articulação Sindical*.

Para o 5° ENPT, as posições do PRC sobre as principais questões da pauta foram divulgadas, com bastante antecedência, através de um caderno de textos assinado por José Genoíno. Este texto foi a base da tese que o PRC defendeu no ENPT. Mesmo atuando sempre em bloco e unificados em torno das posições definidas pelas instâncias dirigentes do seu partido, os *revolucionários comunistas* não se organizavam como uma tendência no interior do PT e não se identificavam, ou às suas propostas, como do PRC. Ao longo de 1987 foram formuladas propostas para a criação de uma tendência petista ligada ao PRC, mas ainda em novembro o CC não considerava a questão como suficientemente amadurecida: "trata-se de abrir a discussão e iniciar as articulações, mas não de criar a corrente já, neste momento".[175] Por isso as propostas do PRC só podiam ser apresentadas como iniciativas individuais, através de militantes escolhidos para esta tarefa.

Melhor que qualquer outro, José Genoíno podia desempenhar este papel. O mandato petista de deputado constituinte dava-lhe uma projeção política inédita. Um documento apresentado por ele no início dos trabalhos do Congresso Constituinte fixava diretrizes gerais para as suas intervenções, e terminou por influenciar a própria orientação política geral da bancada petista.[176] Atuando com desenvoltura nas comissões e sub-comissões e manejando com habilidade o Regimento Interno, Genoíno se tornou uma peça central na execução das manobras e intervenções do PT e do bloco de esquerda nas atividades da Constituinte. Sua atuação como parlamentar

---

[174] ROLIM, Marcos. O Debate sobre as Tendências e as Tendências do Debate. *Práxis*, 5, Porto Alegre, 1987, pp. 21-34.
[175] *Sobre a Questão da Tendência no Partido de Massas*. CC do PRC, novembro de 1987. AFC.
[176] Cf. GENOÍNO, José. *Nossas Exigências na Constituinte*. São Paulo, Kairós, 1986.

garantia-lhe não apenas a condição de interlocutor privilegiado dos petistas na Constituinte, mas também ampla visibilidade, assegurada por sua presença constante nas páginas dos jornais. A escolha do seu nome para divulgar, como suas, as idéias do PRC era, então, quase óbvia.

No documento divulgado em nome de Genoíno encontramos, por um lado, a reprodução de algumas das linhas gerais das resoluções do PRC desde o seu II Congresso. Uma delas é a tese da "desestabilização" da transição, retomada com argumentos que foram construídos no debate com o referido texto de Dirceu e Pomar. Considerando a transição como "um momento da disputa histórica entre capitalismo e socialismo no Brasil", a tese afirma que "A questão da estabilização ou não desses regimes conservadores pós-transições envolve a margem de disputa global na sociedade, o isolamento ou não da perspectiva de independência de classe e da luta pela transformação social".[177] Também quanto ao PT, consoante a deliberação do II Congresso de construir um destacamento avançado de massas e de construir o PRC junto a esses setores, o documento propõe a "extensão da sua base partidária", considerando que um "partido com massa na base atende a um tipo de necessidade de organização político-partidária próprio das exigências particulares da luta pelo socialismo em um país como o Brasil".[178] A defesa do direito de tendências no PT era feita com base na resolução de 1986 do CC, mencionada acima, procurando garantir disciplina e unidade de ação ao PT sem impedir o funcionamento dos grupos organizados no seu interior.

Mas o texto continha também elementos surpreendentes, particularmente na parte dedicada à questão do socialismo. Bem ao contrário das definições programáticas precisas do I Congresso, agora temos o reconhecimento de que o "caminho específico da transformação socialista nos países de capitalismo monopolista **ainda está por ser estabelecido**".[179] Este seria o caso do Brasil, onde a luta pelo socialismo teria de se defrontar com um "campo contra-revolucionário materialmente poderoso, dotado de considerável força física, historicamente coeso em torno de seus interesses fundamentais e com ampla hegemonia sobre a sociedade". Aqui a luta pelo socialismo demandaria "todo um **processo de acúmulo de forças**,

---

[177] Alguns elementos gerais de luta pelo socialismo. In: GENOÍNO, José. *Contribuição ao Debate*. [s.l.], 1987, p. 16. CEDHOC, fundo GC.
[178] Um partido de massa com massa na base. In: GENOÍNO, José. *Contribuição ao Debate*, op. cit., p. 18.
[179] Os Grandes Dilemas do Socialismo. In: GENOÍNO, José. *Contribuição ao Debate*, op. cit., p. 12, grifo meu.

ao nível político, ideológico, organizativo, visando enfraquecer a hegemonia burguesa". Já vimos que idéias como "acúmulo de forças" ou "formação de embriões de poder" haviam sido rechaçadas como *reformistas* pelo PRC, seja diretamente em suas resoluções, seja nos artigos publicados por seus principais dirigentes. Pois agora o porta-voz do partido definia assim a estratégia da luta socialista:

> "Trata-se de construir, por meio da luta, **condições de disputa da hegemonia pelo proletariado**, incluindo a esfera cultural, com determinada base entre os trabalhadores. (...) um **sistema próprio de ação, de organização e de disputa ideológico-cultural em torno do qual se aglutine um campo de massa** capaz de, por sua vez, juntar a seu redor o conjunto dos trabalhadores e do povo, para efeito das grandes lutas e dos confrontos decisivos".[180]

Haviam passado poucos desde que os *revolucionários comunistas* reivindicavam para o partido clandestino de vanguarda a condição de portador do "elemento consciente" e, como tal, sujeito da história. O texto difundido por Genoíno alterava isto também, ao defender a filiação em massa de trabalhadores ao PT e ao atribuir a esta massa a condição de sujeito: "A transformação dessa grande massa de filiados em agentes conscientes e ativos da vida partidária diz respeito à própria **transformação dos trabalhadores brasileiros em sujeito histórico**".[181] A confiança na teoria marxista-leninista também parecia abalada. Para os autores do texto, o pensamento dos clássicos do marxismo,

> "em que pese manter todo o seu poder de crítica e de proposta ao nível dos seus princípios gerais, vê-se diante de descompassos, lacunas e desafios, sem respostas ainda para muitas indagações levantadas pelas experiências das revoluções e pelos problemas novos colocados pela modernidade"[182].

As mudanças, ainda tímidas e vacilantes, na orientação política geral eram, na verdade, expressão dos impasses vividos pelo PRC praticamente desde a sua fundação e que não pararam de se agravar. Em fevereiro de 1987, alguns meses antes da divulgação do documento de Genoíno, o CC do PRC difundiu pelo partido um documento, escrito pouco antes pela Comissão Executiva, em que as dimensões da crise podem ser melhor percebidas. A primeira afirmação do texto é a de que a "teoria do partido marxista-leninista é uma das questões pouco elaboradas na atualidade"[183].

---

[180] Idem, ibidem, p. 15, grifo meu.
[181] Um partido de massa com massa na base. In: GENOÍNO, José. *Contribuição ao Debate*, op. cit., p. 18.
[182] Os Grandes Dilemas do Socialismo. In: GENOÍNO, José. *Contribuição ao Debate*, op. cit., p. 10.
[183] Questões de Organização e Finanças. CC do PRC, fevereiro de 1987, p. 2. AFC.

Diante do desenvolvimento do capitalismo monopolista, e tendo sofrido as distorções do stalinismo, do reformismo e das teorias naturalistas e estruturalistas, há hoje uma "flagrante **defasagem da teoria da revolução e da teoria da organização marxista-leninista** em face à dominação burguesa moderna"[184]. No Brasil, o movimento de massas "alcançou um grau de desenvolvimento suficiente que pôs **questões e necessidades não respondidas do ponto de vista revolucionário marxista-leninista**". É a este movimento real que o partido precisaria responder, rompendo com "o comportamento idealista e abstrato para com a idéia da revolução".[185]

Para uma apreciação adequada do impacto destas avaliações, que provinham do núcleo dirigente central, basta ter em mente a importância atribuída pelo partido à teoria leninista da organização. O documento atingia, efetivamente, a essência das principais formulações programáticas, sobre a estratégia da luta socialista, e da própria concepção de organização do PRC. Mas também as elaborações sobre tática eram condenadas pelo documento:

> "Fomos incapazes até hoje de acertar globalmente na análise das tendências e desdobramentos da conjuntura. No geral, fomos sempre surpreendidos pelos acontecimentos. O conjunturalismo imediatista e o empirismo formaram o método das nossas decisões"[186].

Programa, organização e tática para a conjuntura: estavam postas, assim, em xeque, as próprias bases em que foi fundado o PRC, expressas nos três documentos aprovados pelo I Congresso exatamente três anos antes. Para os dirigentes os erros seriam, em sua maior parte, decorrentes da "nossa falta de conhecimento e de teoria. Mas a nossa falta de conhecimento e de teoria são conseqüências do nosso diletantismo, das nossas atitudes prosaicas e da nossa concepção mítica da revolução"[187]. O CC assumia sua responsabilidade, como órgão dirigente, pela esterilização da vida partidária: a "perplexidade erigiu-se em estatuto do próprio CC e o nosso partido está à altura de um CC perplexo" Por isso não seria estranho constatar que a "militância repetitiva, a mesmice e a coisificação da consciência revolucionária ao que está dado tornaram-se normas de comportamento no partido".[188]

A crise tinha também seu lado financeiro. "O final de 86 e o início de 87 marcam o auge do colapso financeiro do CC. Não há fundos disponíveis para o

[184] Idem, ibidem, p. 3, grifo meu.
[185] Id., ibid., p. 5, grifo meu.
[186] Id., ibid., p. 7.
[187] Id., ibid., p. 7-8.
[188] Id., ibid., p. 8.

cumprimento das tarefas mais elementares". Devido à crise, "Iniciativas políticas e medidas organizativas fundamentais vêm sendo deixadas de lado. Além disso, o CC acumula uma enorme dívida". O documento era taxativo: "não estamos perante problemas secundários e superficiais. Trata-se de uma crise profunda, da falência de uma concepção que vem norteando a prática das finanças partidárias".[189]

Dirigentes do PRC, em artigos publicados na mesma época, elaboraram caracterizações mais amplas e detalhadas da crise que, mais do que do PRC, seria da própria luta dos comunistas. Para Adelmo Genro Filho a "luta revolucionária pelo socialismo encontra-se, hoje, mergulhada numa crise profunda e de largo alcance histórico".[190] Tarso Genro faz uma observação semelhante sobre a teoria do partido revolucionário: "A teoria leninista do partido de vanguarda sofreu as mesmas dificuldades da filosofia marxista, em geral, em face das deformidades, limitações e dos verdadeiros retrocessos teóricos originários da liderança mundial do PCUS".[191] Como de hábito, os documentos do PRC e os textos assinados individualmente por seus dirigentes estavam em estreita sintonia.

Diante do reconhecimento de uma crise com tais proporções, o CC decidiu, em princípios de 1987, convocar o III Congresso do PRC. A teoria para a revolução brasileira e para a construção do partido revolucionário eram apresentadas como as questões centrais para a elaboração do partido. A luta pelo socialismo teria de se preparar para uma nova situação histórica, diferente da que foi estudada pelos marxistas clássicos porque, atualmente, "as idéias das classes dominantes se reproduzem enquanto idéia dominante através de formas e meios extremamente mais complexos".[192] Além da complexificação das formas da dominação burguesa, o CC acrescentava a observação de que a luta pela sociedade comunista já não empolga, como no início do século, "milhões de trabalhadores, de intelectuais e estudantes revolucionários". Hoje a luta pelo comunismo "desvinculou-se da capacidade de apaixonar e, sabemos, nada de grandioso estará à altura do ser sem paixão".[193]

Contudo, por mais intensa que fosse a crise do partido e por mais difíceis que fossem as condições reais para a luta pelo socialismo, os *revolucionários comunistas*

---

[189] Id. ibid., p. 10.
[190] GENRO FILHO, Adelmo. Teoria e Revolução. *Teoria e Política*, 8, 1987, p. 31.
[191] GENRO, Tarso. A Questão do Partido Leninista Hoje. *Teoria e Política*, 8, 1987, p. 99.
[192] *Na Luta pela Revolução e o Comunismo – Rumo ao 3° Congresso*. CC do PRC, janeiro de 1987. Esta frase encontra-se integralmente reproduzida no artigo de Tarso Genro citado na nota anterior.
[193] Idem, ibidem. A frase é retirada, provavelmente, dos Cadernos do Cárcere de Gramsci, que a atribui a Saint-Simon.

ainda procuravam saídas com caráter *revolucionário* e *comunista*. A dura autocrítica iniciada pelo CC reconhecia problemas reais do partido mas sem renunciar à perspectiva socialista e revolucionária. Tarso Genro falava, em seu artigo, na "tarefa leninista de atualizar a teoria leninista do partido",[194] enquanto Adelmo Genro Filho propunha, como saída para a crise, a "constituição de um campo marxista pensante e criativo, ou seja, uma intelectualidade comprometida com a práxis do movimento operário e das suas organizações revolucionárias".[195] O título geral da convocatória não deixava dúvidas quanto ao sentido geral das expectativas projetadas para o congresso: "Na Luta pela Revolução e o Comunismo – Rumo ao 3° Congresso". Na epígrafe da convocatória, um verso de Drummond: "São tão fortes as coisas! Mas eu não sou as coisas, e me revolto".

[194] GENRO, Tarso. A Questão do Partido Leninista Hoje. Op. cit., p. 99.
[195] GENRO FILHO, Adelmo. Teoria e Revolução. Op. cit., p. 41.

## CAPÍTULO 3

# O ESPECTRO DE MARX RONDA A ESQUERDA

Deve estar claro, a essa altura, que as organizações pesquisadas possuem importantes diferenças entre si, e no modo como se apropriam dos referenciais marxistas. O PRC se reivindica explicitamente como marxista-leninista, enquanto a Articulação se pretende leiga (sem doutrina oficial), não obstante formule seus projetos recorrendo intensa e freqüentemente a categorias marxistas. Em ambos os casos, portanto, estamos diante de projetos políticos fortemente influenciados pelo marxismo.

Neste capítulo o desafio não é estabelecer qual destes é o verdadeiro marxismo (supondo que esta tarefa seja possível), ou o quanto cada um deles se aproxima ou se afasta do marxismo "ortodoxo" ou "puro". Entretanto, dado que estamos interessados em interpretar a história da crise do marxismo nos projetos políticos destes grupos, é imperativo determinar as relações que estas organizações guardavam com o marxismo neste primeiro período, sem o que não se poderia compreender o que eles efetivamente abandonam no momento histórico subseqüente. Aqui é preciso fazer uma distinção entre as duas faces do mesmo problema: o que estas organizações elegeram como alvo da revisão programática dos anos 90, que se pode identificar apenas lendo os textos produzidos por elas, e o que se modifica em sua prática política concreta, que exige considerar outros aspectos históricos da trajetória dos sujeitos. A crise do marxismo não é apenas a recusa textual das principais referências a conceitos e idéias de Marx, mas também uma mudança na orientação prática dos sujeitos. Isso porque o marxismo não é apenas uma *teoria*, no sentido usual do termo, mas uma *teoria-prática*, uma *práxis*. A ruptura é, então, muito mais profunda. O que pode ser apanhado numa mera leitura é a manifestação da crise no plano conceitual que, em sua unilateralidade, não é a explicação de si mesma, é parcial. A crise nos projetos políticos vai além desta sua forma de aparecer, que é um sintoma. Ela é parte do processo mais complexo de transformação histórica do próprio agente formulador daquele projeto. Eis um dos argumentos centrais desta

tese, a ser desenvolvido no capítulo 8: a crise do marxismo é o nome, afinal não muito preciso, da crise dos intelectuais marxistas no contexto estudado.

A afirmação, feita acima, de que os projetos políticos da Articulação e do PRC possuem fortes influências marxistas, exige aprofundamento. Como se pode reconhecer estas influências, considerando-se, ademais, que não se trata de uma investigação no plano das idéias puras, mas no da práxis política? É evidente que esta questão nos leva a uma discussão sobre o próprio caráter do marxismo. A primeira parte do capítulo apresenta o esboço de uma concepção do marxismo como práxis, isto é, como conjunção entre teoria e prática revolucionárias. Não é uma operação simples, como talvez pudesse parecer à primeira vista, porque há algumas armadilhas pelo caminho. Ao final do capítulo tratamos de esclarecer as questões que justificaram o esforço da discussão teórica: qual o modo específico das relações entre as organizações pesquisadas e o marxismo? Como seus projetos políticos se apropriaram e se referenciaram no marxismo?

## 3.1 POR UMA CONCEPÇÃO DIALÉTICA DO MARXISMO

A mais sedutora tentação é a de definir algumas características que seriam "próprias" do marxismo e usá-las como indicadores. Assim um projeto político seria marxista sempre que se pudesse encontrar nele aqueles traços distintivos, aquelas marcas indicativas da sua "natureza" marxista. Neste registro, o marxismo aparece como uma matriz, um padrão que se reproduz de algum modo nos projetos políticos e cuja presença pode ser detectada mediante a procura de suas características observáveis, sendo que a ausência destas características ou a presença de suas negações lógicas seria interpretada como assegurando um caráter não-marxista ao projeto em questão. Este modo de proceder, que se aproxima das orientações metodológicas de Max Weber[1], não é nada estranho à pesquisa histórica e tem a vantagem de permitir a construção de um modelo analítico relativamente simples de operar e bastante profícuo em termos de resultados apresentáveis: teríamos uma grade dos elementos típicos e confrontar-lhe-íamos o material empírico disponibilizado pela investigação. Deve-se reconhecer, ademais, que a operação de "reconhecimento" de

[1] Cf. WEBER, M. A "Objetividade" do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: WEBER, *Sociologia*, 2ª ed., São Paulo, Ática, 1982. Um comentário crítico, ainda que breve, do emprego dos tipos ideais na pesquisa histórica pode ser lido em FONTES, Virgínia. História e Modelos. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo, *Domínios da História*. R. de Janeiro, Campus, 1997.

marcas distintivas nunca está completamente ausente de quase todas as investigações, inclusive desta. No entanto este modelo é uma tentação metodológica que, por algumas boas razões, queremos evitar.

Conceber o marxismo como um padrão que se repete pode satisfazer à observação empírica que, certamente, conseguirá encontrar o que procura, mas deixa de lado uma questão absolutamente relevante para o historiador: o que produz esta repetição do padrão e o que determina quais as características definidoras do padrão? Por que certos projetos políticos assumem "características" marxistas e outros não? Ou, para ficar no âmbito mais restrito da nossa pesquisa em especial, porque os conteúdos marxistas de certos projetos políticos são abandonados pelos seus produtores sociais? Ora, estas são questões fundamentais para o desenvolvimento de uma problemática propriamente histórica. Aqui o modelo de abordagem por "tipo" já não promete bons resultados pela simples razão de que o tipo é uma elaboração abstrata e lógico-racional e não um ente ou uma relação histórica. Como recurso de investigação, o tipo é um instrumento que permite a compreensão (no sentido weberiano de compreender a constelação de valores e de operações racionais que determinam a motivação dos agentes históricos) das ações históricas, mas ele mesmo não se coloca no terreno da história. Se temos uma definição típica de marxismo podemos classificar os projetos políticos de esquerda como marxistas ou não (ou podemos até criar gradações, subtipificar, etc.), mas não temos como, a partir desta definição, enfrentar a problemática do movimento histórico que faz passar da sua vigência à sua recusa pelos sujeitos sociais a que chamamos "esquerda". Ora, a questão central a que nos dedicamos nesse estudo requer precisamente que acolhamos plenamente esta problemática histórica, ao contrário de escamoteá-la. Requer, portanto, que ultrapassemos a metodologia dos tipos.

Por outro lado a construção do tipo preserva sempre um quantum de arbitrário da parte do pesquisador. Em nosso caso poderíamos optar por adotar, na íntegra ou com adaptações, alguma definição típica para "marxismo" disponível na vasta literatura[2] ou assumir os riscos maiores de tentar uma elaboração original. Evidentemente seria preciso apresentar justificativas teóricas para a escolha dos

[2] Esta foi, aliás, a minha própria opção nas etapas iniciais da pesquisa, quando adaptei uma definição do historiador Perry Anderson (*O Fim da História; de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992). Ver COELHO, Eurelino. *Socialismo Científico e Modernidade: uma crise combinada no pensamento da esquerda.* Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFPE. Recife, 1997. A descoberta da necessidade de tentar a superação desse marco conceitual deve-se, em boa medida, às observações críticas feitas por Virgínia Fontes sobre o meu projeto de pesquisa.

"indicadores de marxismo" o que nos colocaria no interior do debate sobre *o que é o marxismo*. O problema com este método não é que nele haja passos influenciados pela subjetividade do pesquisador, mesmo porque não existe um lugar epistemológico asséptico, uma posição de investigação ou observação neutra, uma pesquisa imunizada contra elementos da subjetividade do pesquisador. A dificuldade reside em que este debate sobre *o que o marxismo é* tende a circular no plano puramente teórico, ao modo de um embate entre formulações mais ou menos consistentes, mais ou menos completas, mais ou menos adequadas às necessidades específicas da pesquisa. O terreno deste debate assume a forma de um lugar de autonomia do teórico em cujo âmbito se dariam as escolhas (o arbitrário) dos pesquisadores.

Ora, um debate teórico, sobretudo nas ciências humanas, nunca ou muito raramente é apenas um debate teórico. O conflito entre idéias e conceitos é geralmente uma manifestação de conflitos mais amplos e mais complexos, presentes na totalidade social na qual se inscrevem aqueles sujeitos que se tornam os responsáveis por seu aparecimento como conflito teórico. Não se pense, a partir do exposto, que estamos falando de uma continuidade linear ou de uma correspondência imediata entre os conflitos sociais em geral e as discussões acadêmicas ou científicas. O que esta perspectiva nos faz é recusar o campo teórico como fechado ou autônomo, por mais que as querelas científicas retenham sua validade e sua especificidade, e por mais que os critérios de julgamento interno das discussões teóricas (consistência, completude, etc.) permaneçam perfeitamente úteis. A questão do arbitrário do pesquisador se desloca, então, do plano estreito dos valores subjetivos ou da conveniência teórica para o plano da práxis, para a trama de relações sociais na qual alguém emerge como pesquisador e faz suas escolhas, inclusive as teóricas.

A recusa da tentação metodológica dos tipos nos impulsiona, pois, para duas frentes de trabalho. De um lado, procurar uma configuração que apresente o marxismo como um construto cuja historicidade, ao invés de ser elidida, se faz conceitualmente presente. Talvez pudéssemos dizer que, menos que determinar a priori o que é o marxismo, estamos tentando pensar o seu "tornar-se", os processos históricos pelos quais ele se constitui (e, mais tarde, se destitui) como referência programática para parte da esquerda. Numa palavra, pensar o marxismo a partir da sua própria história. De outro lado, mas em fina sintonia com o acima postulado, explicitar o horizonte teórico-prático a partir do qual a investigação é engendrada: a noção de luta de classes. Não se trata de uma enunciação meramente teórica, mas de

uma tomada de posição que situa o próprio esforço de pesquisa num terreno claramente definido e que transgride a delimitação teoria-prática. Ao adotar a perspectiva da luta de classes a pesquisa não pode mais conceber a si mesma como acima ou externa ao objeto. A luta de classes não é meramente uma marca distinguível no objeto que eu estudo ou um recurso analítico racional, mas sim o traço determinante do amplo tecido de relações sociais dentro do qual o meu objeto existe, eu existo como pesquisador e existe a relação sujeito-objeto. O que se ganha com a noção de luta de classes é um lugar epistemológico novo, inteiramente distinto da neutralidade positivista em qualquer de suas variantes[3]. O leitor seguramente percebeu que as duas opções metodológicas assumidas aqui procuram seguir as pegadas do próprio marxismo.

O que vamos tentar erguer sobre estas premissas é uma configuração do marxismo que faça justiça à sua gênese, isto é, ao seu surgimento como resultante do trabalho intelectual de sistematização crítica de uma certa visão de mundo (*Weltanschauung*) de uma classe social, o proletariado. Afirmar esta *Weltanschauung* implicava, como é óbvio, confrontar-se com as visões de mundo de outras classes, especialmente da classe dominante. A obra de F. Engels e de K. Marx, sobretudo do segundo, não apenas deu coerência, sistematicidade, rigor, enfim, caráter científico à visão do mundo do ponto de vista da classe trabalhadora como, o que é ainda mais importante, tornou-se uma força historicamente viva ao ser ativamente incorporada por amplos setores do movimento operário enquanto referência de seus projetos políticos. Tentaremos demonstrar o papel central da política, concebida como tomada de posição na luta de classes, na estruturação do marxismo e mostrar que os "traços distintivos" do marxismo, suas características observáveis, foram se forjando precisamente *nos* (e não antes ou ao largo dos) embates políticos e teóricos travados por Marx e, posteriormente, pelos marxistas. Por este caminho nós talvez compreendamos porque certos elementos do marxismo se adensam e se reproduzem em variados contextos históricos a ponto de poderem ser tomados como "indicadores de marxismo". A melhor pista que temos para compor esta configuração do marxismo nos é dada por Gramsci com os conceitos de intelectual orgânico e de

[3] Para Löwy, Weber não discrepa da fascinação positivista pela busca do lugar epistemológico neutro. Ver LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen*. São Paulo, Busca Vida, 1987.

filosofia da práxis. Nas próximas páginas tentaremos apresentar argumentos em defesa da tese de que estes conceitos se aplicam bastante bem a Marx e ao marxismo.

## 3.2 A GÊNESE CONFLITUAL DO SOCIALISMO CIENTÍFICO

Não seremos nós os primeiros a tentar uma abordagem marxista do marxismo. Aliás é prudente esclarecer desde já que este capítulo não é o resultado de uma pesquisa histórica sobre o marxismo, ao menos não no sentido de uma investigação apoiada em fontes primárias e com pretensões à originalidade historiográfica – ainda que tal investigação seja uma das possibilidades para futuros estudos. Por outro lado, o que nos atrai para as questões ligadas à gênese do marxismo é algo distinto da preocupação de estabelecer o "momento" em que o jovem Marx finalmente concebeu, de modo sistemático, as linhas gerais daquilo que posteriormente foi designado como marxismo, ou de estabelecer com maior acurácia os caminhos percorridos (e as marcas deixadas por esses caminhos) na elaboração da "síntese marxiana". Esta não é, de modo algum, uma discussão ociosa ou mesmo esgotada para os estudiosos do marxismo, inclusive porque é um dos pontos de partida para o debate entre diferentes (e não raro concorrentes) interpretações do próprio marxismo[4] presentes e atuantes na cena teórica e política contemporânea. Nossa necessidade, no entanto, é outra e, para ela a contribuição da literatura acumulada sobre a problemática do "momento" ou dos "caminhos", se bem que indispensável, é parcial.

Estamos tentando compreender a inserção de Marx e Engels nas lutas sociais e nos embates teóricos do seu tempo e o tipo de interferência que tal inserção determina sobre a moldagem da visão de mundo daqueles intelectuais. Um dos embates mais emblemáticos, e também um dos primeiros, é travado contra outros projetos socialistas presentes no debate político do século XIX. Nossas premissas apontam

[4] Não apenas a discussão lançada por Althusser, Rancière e Macherey (ALTHUSSER, Louis, RANCIÈRE, Jacques e MACHEREY, Pierre. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro, Zahar,1979) a respeito do corte epistemológico jovem Marx/Marx da maturidade e toda a polêmica que se seguiu, mas também as leituras históricas diferenciadas de HOBSBAWM, Eric. Marx, Engels e o Socialismo Pré-Marxiano. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, vol 1. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Petrópolis, Vozes, 2002; BIANCHI, Alvaro. A Revolução Fora do Tempo – Marx e Engels em 1848. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Ontem e Hoje: Manifesto Comunista*. São Paulo, Xamã, 1999; e FAUSTO, Ruy. Gênese do Marxismo; o caminho de Marx para o comunismo. *Folha de S. Paulo. Caderno de Resenhas*, São Paulo, n° 85, p. 8, 11 mai. 2002. constituem uma pequena mostra da fertilidade do debate e de sua continuidade até os dias atuais. Os dois últimos autores criticam algumas teses do livro de Löwy: a formulação da teoria da revolução permanente não seria tão prematura (Bianchi) ou, no caso de Fausto, somente por ocasião da redação de *O Capital* é que se poderia encontrar o Marx definitivo.

para uma leitura diferente, por exemplo, da de Eric Hobsbawm. Este historiador faz uma análise de alguns pensadores socialistas "pré-marxianos" cujo método é, fundamentalmente, a resenha de suas obras mais influentes. Hobsbawm reconhece a importância destas idéias socialistas, inclusive a influência de algumas delas sobre setores importantes do movimento operário (como as de Proudhon sobre o movimento francês). Mas quanto à influência destes socialismos sobre o pensamento marxista ele considera que

> "... a partir da metade dos anos 40, não é mais possível afirmar que Marx tenha extraído algo da tradição do socialismo pré-marxiano. Depois da exaustiva análise polêmica de Proudhon, realizada em Miséria da Filosofia (1847), não se pode sequer dizer que a crítica do socialismo pré-marxiano tenha ocupado um papel digno de nota na formação do pensamento de Marx. (...) em seu conjunto, na metade dos anos 40, Marx e Engels já haviam aprendido do socialismo pré-marxiano tudo o que havia para aprender. As bases do 'socialismo científico', naquele tempo, já haviam sido postas." [5].

Colocar a questão em termos de "aprender do socialismo pré-marxiano" pode fechar a possibilidade de se perceber um outro tipo de influência sobre a formação do marxismo, exatamente a que queremos destacar. O processo formativo não se dá na forma de um "aprendizado", se por isso se entende a incorporação seletiva de algumas idéias ou noções que depois seriam aperfeiçoadas, e o abandono de outras. A polêmica com as idéias socialistas (e também com o pensamento econômico burguês e com a herança filosófica hegeliana) do seu tempo não tem um papel meramente lateral ou secundário na elaboração teórica e política de Marx. Tais embates não devem ser concebidos como um "mundo exterior" (outras posições teóricas ou políticas, outros valores, outros interesses) contra o qual a teoria marxista, já constituída, se defrontaria. Se pensarmos dialeticamente, teremos que conceber a síntese marxiana como um resultado qualitativamente superior somente porque e na medida em que incorpora e ultrapassa as posições opostas e, portanto, não tem para com elas uma relação de absoluta exterioridade. O marxismo forma-se, torna-se o que ele é no próprio embate com as posições antagônicas. São conflitos constitutivos, localizados no interior e não no exterior da elaboração teórico-política: o que denominamos hoje por marxismo é, no primeiro momento, o conjunto de respostas que os dois jovens intelectuais alemães elaboraram diante das questões que eles próprios formularam como tradução daquilo que compreendiam e assumiam como os

[5] HOBSBAWM, Eric. Marx, Engels e o Socialismo Pré-Marxiano. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, vol 1. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

desafios do seu tempo. Dentre estes desafios o confronto com o pensamento burguês e com os projetos socialistas alternativos não eram, definitivamente, de importância menor.

Ernest Mandel, num opúsculo dedicado a apontar o lugar do marxismo na história,[6] tenta uma abordagem diferente. Ele registra que, ao longo de vários séculos, as sociedades de classes produziram com freqüência algum tipo de contestação e protesto, não raro acompanhadas de projeções de sociedades futuras livres da desigualdade e da exploração. Neste sentido seria possível encontrar formas primitivas de pensamento socialista na Europa medieval, em Roma e na Grécia escravistas ou mesmo na China ou na Índia antigas. Claro que o uso do termo "socialismo" nesses casos é, até certo ponto, abusivo. Hobsbawm afirma que a palavra começou a circular no debate político da Europa no século XVIII mas só se generalizou mesmo na segunda metade do século XIX.[7] De qualquer modo, o socialismo de Marx e Engels, assim como o daqueles socialistas europeus dos séculos XVIII e XIX que passaram a ser conhecidos como "utópicos", estariam inscritos nessa longa tradição de contestação e protesto contra as sociedades de classes. Mandel, assim como Hobsbawm, não vai muito além de resenhar as idéias centrais dos chamados socialistas utópicos. Mas, diferentemente do historiador inglês, ele concebe a relação de Marx e Engels com os utópicos em termos dialéticos, como uma superação[8]. Do exame do pensamento dos "utópicos" Mandel extrai o que denomina de suas "graves contradições", as "fragilidades que os fundadores do socialismo científico tiveram que ultrapassar"[9].

Ora, ao indicar quais eram estas contradições e apresentar o modo como Marx e Engels lograram superá-las Mandel termina por compor uma configuração parcial do marxismo que faz justiça à dialética: o marxismo se plasma como esforço de superação do existente, como o novo que surge a partir do velho. Para este autor as contradições e debilidades dos utópicos a serem superadas pelo socialismo científico eram: a) o projeto de uma sociedade socialista contraposta à sociedade vigente de modo total, sem que fossem apontadas as forças sociais e as contradições da velha sociedade que atuariam (e porque) na transformação social; b) a superestimação da

[6] *The Place of Marxism in History*. New Jersey, Humanities Press, 1994. As citações a seguir foram traduzidas livremente por mim desta edição.
[7] Cf. HOBSBAWM, Eric. Marx, Engels e o Socialismo Pré-Marxiano... op. cit.
[8] O título do capítulo em que ele examina a questão é "*The Supersession of Utopian Socialism*".
[9] *The Place of Marxism*... op. cit., p. 42.

educação e da propaganda como armas para a construção da nova sociedade e a valorização excessiva das experiências isoladas (falanstérios, comunidades alternativas, cooperativas); c) o exagero do papel da razão na determinação da ação das massas (e a conseqüente hipostasia do papel dos iluminados educadores); d) o caráter autoritário dos regimes futuros nos quais os filósofos, cientistas ou educadores dirigiriam as massas.

Não é preciso esforço para perceber que a superação destas contradições corresponde a postulados centrais do marxismo. Negando as postulações anteriores, temos, pela ordem: a) a noção de socialismo como surgindo a partir das contradições do capitalismo, e do proletariado (uma classe social do capitalismo) como seu protagonista histórico; b) a ação política do proletariado como arma de transformação social e a perspectiva de revolução social, isto é, de uma mudança global da sociedade, e não por setores isolados; c) a identificação dos interesses comuns da classe como motivador das ações do proletariado; d) a noção de socialismo como auto-emancipação do proletariado. Assim o socialismo utópico não é pensado como uma realidade completamente estranha e exterior ao marxismo, mas sim como o objeto que deflagra o seu impulso inicial de negação e superação. A negação dialética daqueles elementos do socialismo utópico é o movimento que faz surgir elementos axiais do marxismo.

Mandel faz ainda mais ao sugerir que

> "para compreender o socialismo utópico, suas raízes, seus avanços e seus refluxos é preciso explicar sua natureza de classe. O socialismo utópico representou, essencialmente, a expressão ideológica de uma revolta contra a sociedade de classes, contra a desigualdade social, por classes sociais pré-proletárias que ainda não tinham força econômica material e coesão social suficientes para assegurar a vitória final de um regime sem propriedade privada."[10]

Os refluxos e contradições do socialismo utópico refletiriam "em última análise a imaturidade das condições materiais (econômicas e sociais) nas quais as classes oprimidas pré-proletárias travaram suas batalhas por uma sociedade sem classes"[11]. Na mesma perspectiva, o que explicaria a capacidade de superação e inovação do marxismo seriam as condições históricas do século XIX europeu, o cenário do seu aparecimento.

---

[10] Idem, ibidem, p. 43.
[11] Id., ibid., p. 44.

A abordagem dialética de Mandel se aproxima bastante do que procuramos. Aqui encontramos não apenas uma concepção de marxismo como sendo, "em última análise, um produto do aparecimento do modo capitalista de produção em certas regiões da Europa ocidental"[12] como também a convicção de que, para Marx e Engels

> "não apenas suas motivações científicas, mas também morais surgem precisamente dos encontros com situações sociais – pobreza dos trabalhadores, revoltas operárias, lutas políticas – que ocorriam bem em frente aos seus olhos e os influenciavam profundamente"[13].

O compromisso de Marx e Engels com o movimento operário foi decisivo para que eles pudessem realizar "sua mais importante contribuição para a história: a progressiva fusão do movimento real de emancipação dos trabalhadores com os principais avanços do socialismo científico"[14]. E além de listar o que considera as principais experiências de Marx e Engels com o movimento real dos trabalhadores, Mandel elenca os principais conflitos teóricos e políticos que, no seu entendimento, demarcam a trajetória do marxismo: as polêmicas com os jovens hegelianos (1844-45), com os modelos de socialismo de Proudhon e Weitling (1846-48) e no interior da Liga Comunista (até início dos anos 50), com os economistas pós-ricardianos (de meados dos 50 até sua morte), com Bakunin e seus seguidores na I Internacional (1865-1872) e com as várias tendências direitistas na social-democracia alemã (desde o programa de Gotha em 1875 até os embates de Engels posteriores à morte de Marx). E arremata: "A cronologia destes conflitos parece ser a cronologia das principais obras de Marx e Engels"[15]. Estamos a um passo de concluir que o conjunto e o conteúdo da obra se delineiam através dos conflitos.

Mas nem todas as respostas podemos obter de Mandel. Há alguns elementos que lhe escaparam ou que não foram suficientemente desenvolvidos em suas análises e que nos interessam mais de perto. Examinemos primeiro o próprio termo "socialismo científico", designação pela qual o projeto político marxista se tornou conhecido em seus primeiros tempos. Como é sabido os termos onomásticos "marxista" e "marxismo" demoraram algumas décadas para serem aceitos em geral

[12] Id., ibid., p. 1.
[13] Id., ibid., p. 64.
[14] Id., ibid., p. 64.
[15] Id., ibid., p. 67. Com exceção dos escritos políticos e jornalísticos de Marx e da *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* e a *Dialética da Natureza* de Engels.

com o sentido que possuem hoje.[16] Após a publicação do *Anti-Dühring* de Engels, em 1877-8, e, sobretudo devido à circulação muito maior da separata conhecida por *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (que apareceu em 1880 em francês e foi rapidamente editado em várias línguas) a expressão socialismo científico foi interpretada simultaneamente como uma metonímia para marxismo e como uma doutrina que se opunha e superava as doutrinas socialistas designadas genericamente como utópicas. Analisada mais atentamente esta oposição pode revelar aspectos importantes do projeto político marxista.

Em primeiro lugar o socialismo de Marx e Engels se opõe aos utópicos porque não concebe a si mesmo como a mera proposição de uma Icária (Cabet) ou de um falanstério (Fourier), ou seja, a descoberta "de um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo"[17]. O que se opõe a um sistema idealmente concebido a partir "de fora" é um movimento de superação nascido das próprias condições concretas da sociedade existente: "Para converter o socialismo em ciência era necessário, antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade"[18]. Se a sociedade capitalista contém em si mesma as forças necessárias à sua própria transformação, a tarefa do pensamento socialista passa a ser a de compreender estas forças e torná-las conscientes para a classe revolucionária. O socialismo deixa de ser a elaboração de um modelo alternativo (utópico) de sociedade e torna-se o esforço de compreensão das contradições e das possibilidades de transformação existentes na própria realidade social. Daí o seu caráter de ciência, de esforço humano de compreensão crítica e racional. Nas palavras de Engels:

> "As forças ativas da sociedade atuam, enquanto não as conhecemos e contamos com elas, exatamente como as forças da natureza: de modo cego, violento e destruidor. Mas, uma vez conhecidas, logo que se saiba compreender a sua ação, as suas tendências e os seus efeitos, está nas nossas mãos o sujeitá-las cada vez mais à nossa vontade e, por meio delas, alcançar os fins propostos."[19]

---

[16] Georges Haupt faz uma bela reconstituição histórica do uso destes termos, atentando inclusive para as flutuações de significado determinadas pelas lutas políticas na I e na II Internacional e no interior da social-democracia alemã. Cf. HAUPT, Georges. Marx e o Marxismo. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, vol 1. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Não conheço estudo semelhante sobre o termo "socialismo científico" mas seria muito interessante analisar a trajetória que culmina com a queda em desuso quase completo da expressão nos dias atuais.

[17] ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. 7ª. ed., São Paulo Global, 1985, p. 35.

[18] Idem, ibidem, p. 44.

[19] Id., ibid., p. 71.

É de um lugar determinado (de um "topos"), produzido historicamente pelo capitalismo, e não de uma "utopia" que nasce o socialismo marxista. Ele se orienta a partir da pesquisa científica do real e não da imaginação utópica ou nostálgico-romântica. O adjetivo "científico" não se refere a qualquer característica da sociedade futura, no sentido de uma sociedade cientificamente ordenada, mas ao tipo de conhecimento que, no contexto do capitalismo, investiga as condições concretas de transformação social e orienta a prática política revolucionária. De fato Marx e Engels sempre se recusaram peremptoriamente a fazer previsões ou esboços sobre o futuro socialista. As poucas páginas que escreveram sobre o assunto foram motivadas por debates no interior da social-democracia alemã. Lênin mostrou que a concepção de socialismo de Marx e Engels avançava sempre a partir dos passos concretos da luta de classes e do movimento operário e nunca prefigurando o futuro.[20] O ato revolucionário não pode ser substituído ou mesmo produzido artificialmente pela doutrina (voltaremos a este ponto). O papel do socialismo científico (do marxismo, portanto) é o de proporcionar ao proletariado meios para uma compreensão crítica do seu próprio mundo:

> "A realização deste ato, que redimirá o mundo[21], é a missão histórica do proletariado moderno. E o socialismo científico, expressão teórica do movimento proletário, destina-se a pesquisar as condições históricas e, com isso, a natureza mesma deste ato, infundindo assim à classe chamada a fazer essa revolução, à classe hoje oprimida, a consciência das condições e da natureza da sua própria ação."[22]

Em segundo lugar o marxismo se opõe ao socialismo utópico porque demonstra e se apóia na necessidade do socialismo. Aqui é preciso cuidado para não confundir duas teses distintas: a da necessidade e a da inevitabilidade do socialismo. Certamente é possível encontrar trechos de escritos de Marx e de Engels em que aparece a tese da marcha inexorável da humanidade para o socialismo[23]. Não nos é possível, neste trabalho, avaliar a importância que estes trechos isolados têm na definição do pensamento marxista sobre a história e o socialismo mas, de qualquer modo, não pretendemos discutir a segunda tese. A primeira, entretanto, é importante para compreender uma demarcação construída por Marx e Engels entre o seu socialismo e os utópicos. A noção de que o capitalismo cria a necessidade da sua

[20] Cf. LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Hucitec, 1983
[21] Engels se refere à revolução proletária.
[22] ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico*... op. cit., p. 79.
[23] Por exemplo no próprio *Anti-Dühring* e no prefácio de Engels à edição de 1883 do *Manifesto Comunista* ou na *Sagrada Família*, de 1844, escrita a quatro mãos.

própria superação - isto é, de que há contradições na sociedade capitalista que não podem ser resolvidas sem a superação das relações sociais capitalistas e que, em não sendo resolvidas, ameaçam a sociedade como um todo – é central para uma concepção de socialismo que não admite renunciar à sua historicidade, à sua natureza terrena. Engels resumiu em duas as principais contradições que apontam para a necessidade de superação do capitalismo: a contradição entre a socialização crescente da produção e a forma privada de apropriação do produto e a produção incessante de crises econômicas decorrentes da "anarquia" da produção sob o capitalismo[24].

Quer o socialismo venha a ser vitorioso ou não na luta pela transformação social não altera o fato de que o seu aparecimento sobre a terra não foi um acaso, mas uma necessidade histórica. Marx e Engels talvez subestimassem a possibilidade da derrota histórica do socialismo, mas tal possibilidade jamais foi descartada. Isto se pode ver no próprio Engels de 1877-8, no *Anti-Dühring*:

> "... as forças produtivas engendradas, tanto pelo moderno regime capitalista de produção, quanto pelo sistema de distribuição de riquezas, por ele criado, estão em flagrante contradição com esse regime de produção e de distribuição, numa contradição tão irredutível quem necessariamente, deverá se produzir uma transformação radical no regime de produção e de distribuição, arrastando para o abismo todas as diferenças de classe, **se é que a sociedade moderna não quer perecer**."[25]

Tomemos o *Manifesto* de 1848 que, na sua primeira parte, enuncia a tese de que a história das sociedades até hoje tem sido a história das lutas de classes. Esta última é apresentada como "uma guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou, cada vez, ou pela reconstituição revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das classes em conflito"[26] Destruição das classes ou perecimento da sociedade moderna são alternativas à vitória histórica do socialismo que não seria, portanto, inexorável. Rosa Luxemburgo parece ter sido a responsável por difundir a disjuntiva "socialismo ou barbárie" como palavra de ordem contra as leituras mecanicistas da II Internacional.[27]

Todas as formas de socialismo surgem dos conflitos das sociedades de classes, conforme vimos acima com Mandel. É assim que, já no *Manifesto do Partido*

---

[24] Do Socialismo Utópico... op. cit.
[25] ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976 p. 135, grifo meu.
[26] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold J., *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982 p. 94.
[27] Cf. LÖWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. 4ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

*Comunista*, Marx e Engels interpretam as várias manifestações da "Literatura Socialista e Comunista" (parte III do *Manifesto*). As formas de socialismo "reacionário" (feudal, pequeno-burguês e o "verdadeiro socialismo" alemão) são manifestações de classes sociais (aristocracia feudal ou a pequena burguesia empobrecida) e segmentos (um setor da intelligentsia alemã) que se opunham ao desenvolvimento do capitalismo moderno. Os socialistas burgueses, entre os quais eles incluem Proudhon, são a "parte da burguesia [que] deseja remediar os custos sociais para garantir a continuidade da sociedade burguesa"[28]. Por fim há os socialistas crítico-utópicos que "reconhecem os antagonismos de classe e a ação dos elementos destruidores na própria sociedade dominante" mas cujo projeto se encontra tolhido pelo desenvolvimento ainda insipiente dos antagonismos de classe o que os leva a ver no proletariado em formação "uma classe sem qualquer iniciativa histórica ou qualquer movimento político independente"[29].

Também o socialismo científico nasce dos conflitos sociais, mas num momento e num lugar da história em que a sociedade capitalista já se desenvolveu e amadureceu as relações antagônicas entre burgueses e proletários a ponto de permitir um novo patamar de conhecimento sobre a dinâmica social. Ele é, "pelo seu conteúdo, fruto do reflexo na inteligência, por um lado dos antagonismos de classe que imperam na moderna sociedade entre possuidores e despossuídos, capitalistas e operários assalariados e, por outro lado, da anarquia que reina na produção"[30]. Contra os socialistas utópicos que, do inventário de males da sociedade capitalista saltavam para o remédio socialista elaborado por suas mentes inventivas, Marx e Engels propõem a investigação científica das relações e contradições sociais já historicamente desenvolvidas no seu tempo e que, por suas próprias tensões no interior da sociedade capitalista, não cessam de pressionar objetivamente (ou seja, independentemente de que se tenha conquistado sua compreensão teórica) para a sua derrubada. O socialismo científico é a tomada de consciência desta necessidade histórica, tornada possível naquele contexto graças ao desenvolvimento do capitalismo e do conhecimento em campos como história, filosofia e economia política.

---

[28] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold J., *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982 p. 119.
[29] Idem ibidem, p. 120.
[30] ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico*... op. cit., p. 28.

Há um outro aspecto do conflito com os socialistas utópicos que desejamos sublinhar. O combate travado por Marx e Engels não deve ser pensado como um mero conflito de teses, uma disputa teórica pela "verdade" sobre o socialismo e a história. Os desdobramentos teóricos do debate são cruciais, na medida em que se processam sobre um dos terrenos de luta priorizados pelos dois autores – a ciência. Mas há uma outra dimensão do conflito a considerar, inclusive porque explica a sua própria emergência como conflito teórico relevante: a luta política. O que estava em questão era a necessidade de enfrentar politicamente as implicações do socialismo utópico sobre as lutas reais da classe operária e, por conseguinte, sobre a sua formação. Se observarmos as críticas do *Manifesto* à *Literatura Socialista* veremos isto mais claramente.

Os socialistas feudais e os pequeno-burgueses são atacados na medida em que colocam-se em posição abertamente reacionária: sua crítica ao capitalismo é sobretudo nostálgica e romântica e o socialismo que propõem é, de fato, um retorno para situações históricas (e para formas de exploração) ultrapassadas pelo capitalismo moderno. Já os "verdadeiros socialistas" são os intelectuais alemães que incorporaram a literatura socialista e comunista francesa de tal modo que "tal literatura perdeu sua importância prática, assumindo um aspecto puramente literário"[31]. De qual importância prática se fala fica esclarecido algumas linhas depois:

> "E, como nas mãos dos alemães ela [a literatura socialista francesa] deixou de ser a expressão da luta de uma classe com outra, eles se felicitaram por terem superado a 'estreiteza francesa' e por representarem, não verdadeiras necessidades, mas as necessidades da verdade; não os interesses do proletariado, mas os interesses da natureza humana, do homem em geral, que nada tem de real e existe apenas no céu brumoso da fantasia filosófica."[32].

Ainda mais aguda é a crítica ao "socialismo burguês" que, como vimos, promete "remediar os custos sociais para garantir a continuidade da sociedade burguesa" Os vários sistemas socialistas burgueses têm em comum a forma burguesa de "conceber o mundo em que [a burguesia] domina como o melhor dos mundos possíveis". Por isso quando "convidam o proletariado a empreender tal sistema e dirigir-se completamente a uma nova Jerusalém social, de fato o convida a

[31] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold J., *O Manifesto Comunista...* op. cit.,p. 116.
[32] Idem ibidem, p. 117.

permanecer na sociedade atual, eliminando, porém, seu ódio contra a burguesia"[33]. Alguns desses sistemas são criticados por "depreciar perante a classe trabalhadora todo movimento revolucionário" e propor, em seu lugar, uma mudança nas condições materiais de existência. Ora, dentre essas mudanças não figura, certamente a "abolição das relações burguesas de produção, que só pode ser realizada pela revolução, mas reformas administrativas (...) [que] não afetam as relações entre o capital e o trabalho"[34].

No mesmo diapasão e de modo ainda mais penetrante segue a crítica ao socialismo "crítico-utópico". Surgidos num momento em que a luta entre burgueses e proletários encontrava-se em seus primórdios, os socialistas utópicos reconhecem os antagonismos de classe e a condição miserável do proletariado decorrente da exploração. Não obstante, eles não vêem no proletariado a capacidade para a luta auto-emancipatória: "À atividade histórica substituem sua própria imaginação pessoal; às condições históricas da emancipação, condições fantásticas, e à organização espontânea e gradativa do proletariado em classes em organização pré-fabricada por eles"[35].

A crítica avança para outras conseqüências políticas das postulações dos socialistas utópicos:

> "O estado rudimentar da luta de classes e sua própria posição social levam os socialistas dessa categoria a considerar-se superiores a todos os antagonismos de classe. Querem melhorar a condição de todos os membros da sociedade, mesmo os mais favorecidos. Portanto, em geral, apelam indistintamente para todas as classes da sociedade e, preferencialmente, para a classe dominante"[36].

Além da diluição do caráter de classe da sua intervenção[37] os socialistas utópicos "rejeitam toda ação política e, principalmente, toda ação revolucionária; procuram atingir seus objetivos por meios pacíficos e tentam abrir caminho ao novo evangelho social por experiências em pequena escala (...) e pela força do exemplo"[38].

---

[33] Id. ibid., p. 119.
[34] Id. ibid., p. 119-20.
[35] Id. ibid., p. 121.
[36] Id. ibid., p. 121.
[37] No *Manifesto* os principais acusados de procurar "*consistentemente atenuar a luta de classes, conciliando os antagonismos*" não são dos fundadores do socialismo utópico, que ainda eram "*revolucionários em certos aspectos*" (p. 122), mas sim os seus discípulos.
[38] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold J., *O Manifesto Comunista...* op. cit., p. 121.

Olhemos agora para o conjunto: puxemos o fio que une todas as críticas erguidas no *Manifesto* contra os socialistas "pré-marxianos" sumarizadas acima. Ver-se-á que o centro da crítica é tudo o que, naqueles projetos socialistas, impede ou dificulta a organização política autônoma da classe trabalhadora (portanto, uma crítica que desborda para o mundo da prática). Ora, este é o precisamente o resultado a que se chega com a obliteração da luta de classes pelos "verdadeiros socialistas" (que retiram este componente da literatura socialista francesa) ou pelo socialismo burguês (que procura extirpar o ódio à burguesia). Do mesmo modo o apelo utópico a "todas as classes", movido pela falsa esperança de que mesmo os dominantes seriam sensibilizados pela racionalidade da proposta de transformação, tem como conseqüência a sedimentação de uma ilusão (a colaboração de classes) em lugar do desenvolvimento político independente do proletariado. O mesmo efeito prático tem a rejeição da ação política, e particularmente da ação revolucionária dos trabalhadores, tais como criticadas no *Manifesto*: não é uma mera discussão sobre o método da transformação social, mas sim um obstáculo que impede a constituição do proletariado como força política capaz de protagonizar a luta pelo socialismo e dirigir a sociedade futura. O confronto de Marx e Engels com o socialismo "pré-marxiano" tem, como vemos, além da dimensão teórica, o conteúdo de uma luta concreta pela organização política da classe trabalhadora. Veremos ao final que este é o argumento central para pensar nos dois autores do *Manifesto* como intelectuais orgânicos.

Esta já é uma das conclusões provisórias que se pode oferecer. A outra, apoiada na discussão sobre o termo "socialismo científico", é a de que o marxismo surge opondo aos demais projetos socialistas uma concepção calcada numa hipótese científica sobre a possibilidade histórica e a necessidade de superação do capitalismo. Antes de encaminharmos estas conclusões para um exame final, porém, é preciso passar uma vista d'olhos sobre um outro conflito formador do marxismo: o embate com os economistas burgueses.

## 3.3 A CRÍTICA MARXISTA DA ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA

Esta é uma parte da obra de Marx que mereceu a atenção de uma imensa gama de analistas e comentadores. E não por acaso: em *O Capital* Marx expõe (e o próprio modo de exposição é original e brilhante) os resultados de uma pesquisa monumental, realizada ao longo de mais de vinte anos por um pensador dotado de

uma erudição gigantesca e em plena maturidade intelectual. Sua obra magna, da qual ele só conseguiu publicar em vida o primeiro dos quatro livros planejados[39], tem alimentado, por quase cento e cinqüenta anos, incontáveis discussões que se interessam pelos seus mais variados aspectos (sejam interpretações sobre o conteúdo do texto, sobre a lógica de composição da obra, sobre seus fundamentos epistemológicos, suas implicações políticas, seus desdobramentos no campo da historiografia, da sociologia e outros mais). E deve-se ter em conta que se *O Capital*, cujo livro I apareceu em 1867, é o momento definitivo da sua elaboração, os estudos de Marx sobre economia e a leitura crítica dos economistas burgueses foram iniciados muito antes, em meados da década de 40[40]. Os vários textos que foram escritos antes de *O Capital*, nem todos publicados, compõem, no conjunto, excelente material para acompanharmos a trajetória da elaboração marxiana e permitiriam observar que, também aqui, a obra se forja no embate do martelo da crítica contra a bigorna dos oponentes teóricos e político-ideológicos. Também essa análise é extensa demais para o alcance deste trabalho e teremos de nos contentar com apenas algumas aproximações.

De nossa parte não vamos abrir um campo novo de discussões nem tampouco dar uma contribuição original para alguma questão já posta a respeito dos estudos de Marx sobre o capitalismo. O que faremos é chamar a atenção para alguns aspectos bem conhecidos dos textos ditos "econômicos" de Marx e extrair deles elementos para a nossa própria tentativa de compor uma configuração histórica do marxismo. Comecemos por destacar o emprego persistente do termo "crítica" nos títulos dos trabalhos de Marx sobre economia. Aliás, o termo aparece nos títulos não só da parte da sua obra dedicada às questões econômicas: Também a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e a *Crítica da Crítica Crítica* (*Kritik der kritischen Kritik*), que é o subtítulo da *Sagrada Família*.

Não apenas *O Capital* tem o subtítulo *Crítica da Economia Política*. O texto publicado em 1859 (do qual, a princípio, *O Capital* deveria ser a continuação)

---

[39] Engels realizou o trabalho minucioso de organizar os manuscritos e editou os livros II e III de *O Capital*. Kautsky editou o quarto livro com o título *Teorias da Mais Valia*. Curiosamente, não é esta a parte mais difundida dos escritos de Marx. Cf. MANDEL, Ernst. The Place of Marxism in History... op. cit e HOBSBAWM, Eric.A Fortuna das Edições de Marx e Engels. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, vol 1. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

[40] Textos como os *Manuscritos de Paris* de 1844 e a *Miséria da Filosofia*, de 1847 já desenvolvem problemáticas ligadas à crítica da economia política. Jacob Gorender data de 1844 a concentração das "energias intelectuais" de Marx no estudo dos economistas. Ver GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital* vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1985, (col Os Economistas).

chamava-se *Para a Crítica* (*Zur Kritik*, em Alemão) *da Economia Política*. Os manuscritos de 1857 e 1858, que permaneceram inéditos até 1939, chamavam-se *Esboços de Crítica* (*Grundrisse der Kritik*) *da Economia Política*. A explicação é quase auto-evidente: Marx concebia dialeticamente o seu próprio pensamento, isto é, apresentava-o não como o resultado de descobertas geniais *ex-nihilo*, mas a partir das relações de negação e superação do pensamento econômico do seu tempo. A crítica não é uma ferramenta auxiliar na elaboração marxista, mas um traço essencial dela: trata-se de um pensamento intrinsecamente crítico.

No caso da crítica da economia política burguesa, no entanto, a operação de crítica adquire uma característica análoga à que já havíamos registrado acima, a respeito da crítica aos socialistas "pré-marxianos". Marx não se limita a apontar os equívocos das interpretações então disponíveis dos fenômenos econômicos. Embora ele não se canse de repreender as tautologias e os erros lógicos de toda espécie ou de ridicularizar algumas teses absurdas – portanto, embora ele faça a disputa também no terreno propriamente teórico - o cerne da sua crítica reside em apontar os limites que a situação de classe e o grau de desenvolvimento histórico da luta de classes impunham aos pensadores burgueses em particular, e a qualquer pensamento em qualquer tempo.

Há inúmeros momentos da sua obra em que se pode ver em ação este tipo de crítica, mas talvez um dos mais emblemáticos seja a referência a Aristóteles no capítulo 1 de *O Capital*. Marx mostra como o Estagirita consegue perceber claramente que "a forma dinheiro da mercadoria é apenas a figura mais desenvolvida da forma simples de valor, isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra mercadoria qualquer".[41] No entanto o problema da comensurabilidade entre coisas de espécies distintas é um mistério que o filósofo grego não consegue resolver porque a ele falta um "conceito de valor", falta-lhe o conhecimento do que há de comum nas coisas diferentes e que permite, por exemplo, que "X" casa expresse o valor de "Y" almofada. Tal noção não estava ao alcance de Aristóteles, mas não porque a ele faltasse capacidade intelectual: a explicação reside na totalidade histórica da qual o pensador faz parte:

> "Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a

[41] MARX, Karl. *O Capital*. 2ª. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol.1 (Col. Os Economistas), p. 61.

> sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral dos produtos do trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante."[42]

Claro que Aristóteles não é um economista burguês, mas até por isso o exemplo é útil. A mesma abordagem histórica que informa a crítica de Marx à idéia de valor em Aristóteles se reproduz em todas as críticas que ele dirige contra os economistas, independente do grau muito variável (chegando, em alguns casos, a zero) de respeito e admiração intelectuais que ele tenha por seus antagonistas. É bem conhecida, por exemplo, a distinção feita por Marx entre a economia política, ciência que traduz a visão de mundo burguesa nas primeiras etapas do capitalismo e cujos limites históricos e contradições ele se propõe a superar, e a economia vulgar que "rumina constantemente de novo o material já há muito fornecido pela economia científica" e limita-se a "sistematizar, pedantizar e proclamar como verdades eternas as idéias banais e presunçosas que os agentes da produção burguesa formam do seu mundo, para eles o melhor possível"[43]. Ora, a principal distinção entre uma e outra repousa, mais uma vez, no complexo de relações que estas formas de pensamento estabelecem com a totalidade histórica e não simplesmente na qualidade dos argumentos tomada por si só.

> "À medida que é burguesa, ou seja, ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social a Economia Política só pode permanecer como ciência enquanto a luta de classes permanece latente ou só se manifestar em episódios isolados."[44]

A hora da economia vulgar chegou quando, na França e na Inglaterra,

> "a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. (...) Já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não."[45]

---

[42] Idem ibidem, p. 62.
[43] Id. ibid., p. 76, nota 31.
[44] MARX, Karl. Posfácio à 2ª. edição alemã de O Capital. In: MARX, Karl. *O Capital*. 2ª. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol. 1 (Col. Os Economistas), p. 16.
[45] Idem, ibidem, p. 17.

E o mesmo critério histórico é empregado não somente para a distinção entre economia clássica e vulgar mas, como dissemos, é uma constante da crítica marxista. Por isso podemos dizer que o cerne da crítica à economia clássica incide sobre o seu caráter burguês. É o que se pode ver em inúmeras referências ao longo do texto de *O Capital* que, de um modo ou de outro, insistem sempre sobre um mesmo ponto: "A Economia Política clássica aproxima-se da verdadeira relação das coisas, sem entretanto formulá-la conscientemente. Isso não lhe é possível enquanto ficar metida em sua pele burguesa"[46].

Evidentemente estes princípios críticos têm implicações sobre o modo como Marx compreende a sua própria atividade teórico-crítica. E com efeito: aplicando o seu argumento à situação da Alemanha Marx nota que ali o desenvolvimento da economia política é débil devido ao caráter retardatário do capitalismo naquele país, que só

> "atinge a maturidade depois que o seu caráter antagônico já tinha se revelado ruidosamente na França e na Inglaterra por meio de lutas históricas, enquanto que o proletariado alemão já possuía uma consciência teórica de classe muito mais decidida do que a burguesia alemã. Assim que uma ciência burguesa pareceu tornar-se possível aqui [na Alemanha], ela havia-se tornado, portanto, novamente impossível"[47].

Mas se a evolução tardia do capitalismo na Alemanha bloqueava a possibilidade de desenvolvimento da ciência econômica burguesa, por outro lado foi este ambiente histórico (particularmente a maturidade teórica do proletariado) que criou as condições para o aparecimento da crítica dessa ciência, que não poderia representar senão a classe antagônica. Eis como Marx apresenta a gênese histórica da sua crítica do pensamento burguês a partir da tomada de posição perante a luta de classes:

> "O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da economia burguesa, mas não a sua crítica. À medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes – o proletariado."[48]

Ao proceder assim ele recusa o terreno *naturalista* em que os economistas punham as questões: ele as enfrenta contra um pano de fundo histórico amplo,

---

[46] Estas são as últimas linhas do capítulo XVII do Livro I, sobre os salários, no qual Marx analisa a confusão feita pela economia política entre valor do trabalho e valor da força de trabalho. MARX, Karl. *O Capital*. 2ª. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol.2 (Col. Os Economistas), p 132.
[47] MARX, Karl. Posfácio à 2ª. edição alemã de O Capital. In: MARX, Karl. *O Capital* op. cit., p. 17.
[48] Idem ibidem, p. 18.

escudado por uma concepção dialética da história e por uma estratégia metodológica que, fundada na noção radical de luta de classes, quebra o modelo tradicional de relação sujeito-objeto. Isto é, quebra a noção de que sujeito e objeto são exteriores e autônomos e, com isso, funda uma epistemologia que é crítica igualmente dos subjetivismos e dos objetivismos de todo jaez. A partir da dialética a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento é concebida como uma relação constitutiva, interna, que tem como corolário não a isenção ou a neutralidade do pesquisador, mas a práxis. No caso de Marx, a práxis revolucionária: o conceber seu próprio pensamento científico como representante da classe chamada a fazer a revolução e o compromisso político-prático daí decorrente. A crítica da economia política não apenas refuta aspectos determinados do pensamento burguês, mas institui outros parâmetros para a própria atividade crítica, ampliando e complexificando o seu significado. Trata-se, de fato, de uma revolução epistemológica. Na *Introdução* de 1857[49] podemos acompanhar dois dos mais importantes efeitos desta redefinição do terreno do conflito que decorre da crítica marxista.

O primeiro é que Marx recusa decididamente a naturalização das relações sociais capitalistas, coisa que havia sido feita até mesmo pelos mais capazes economistas burgueses, e propõe, ao contrário, a sua radical historicização. As categorias da economia política burguesa são criticadas na medida em que, ainda quando exprimem um momento de consciência histórica sobre o capitalismo e seu desenvolvimento (seu momento verdadeiro), tomam como naturais ou eternas relações que não são mais do que formas históricas e transitórias de desenvolvimento das relações sociais. O que ele propõe, contra o pensamento burguês, é um compromisso metodológico com a historicidade das categorias.

Tomemos o caso da categoria trabalho, analisada de modo um pouco mais extenso na *Introdução* após breves menções às categorias valor de troca, posse e dinheiro. Pensado como "trabalho em geral", isto é, sem consideração pela sua forma concreta específica, o trabalho parece uma categoria simples. "Entretanto, concebido economicamente nessa simplicidade, o trabalho é uma categoria tão moderna como o são as relações que engendram essa abstração"[50]. Antes que Adam Smith pudesse lidar com a noção de trabalho puro e simples a história teve que fazer sua tarefa:

[49] Texto inacabado escrito como introdução para a obra que Marx não chegou a publicar (os *Grundrisse*).
[50] MARX, K. Introdução a *Para a Crítica da Economia Política*. In: MARX, K., S. Paulo, Nova Cultural, 1986, (col. Os Economistas), p. 16.

desde os bulionistas que situavam a riqueza exclusivamente nos metais preciosos, passando pelo sistema manufatureiro-comercial que via na atividade prática comercial ou manufatureira (e somente nelas) a fonte da riqueza e pelos fisiocratas, que situavam tal fonte numa atividade determinada, a agricultura, e compreendiam a riqueza como o produto em geral e não sob a forma dissimulada de dinheiro. A todos estes sistemas teóricos faltava o essencial para que pudessem alcançar o patamar a que chegou a economia clássica quanto à categoria trabalho: faltava que a totalidade histórica fizesse aparecer objetivamente a relação de trabalho em sua forma mais genérica. Isso só veio acontecer nas sociedades modernas, contemporâneas de Adam Smith e dos economistas clássicos. O texto do próprio Marx diz melhor do que qualquer resumo, o que justifica a citação um pouco longa:

> "A indiferença em relação ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais. (...) [Ela] corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito e, portanto, é-lhes indiferente. Nesse caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Esse estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa – nos Estados Unidos. Aí, pois, a abstração da categoria 'trabalho', 'trabalho em geral', trabalho *sans phrase* (sem rodeios), ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira. Assim, a abstração mais simples, que a Economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece no entanto nessa abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna."[51]

Quanto à historicidade das categorias Marx é intransigente:

> "... até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validez senão para essas condições e dentro dos limites destas"[52].

Ao estabelecer este princípio histórico de análise a crítica marxista dá um largo passo de superação da economia política burguesa. A crítica do pensamento econômico burguês faz emergir a interpretação histórica (anti-naturalista) e crítica do capitalismo e de suas relações sociais. A forma mercadoria e a lei do valor, o trabalho

[51] Idem ibidem, p. 17.
[52] Id., ibid., p. 17.

assalariado, a propriedade privada, o mercado capitalista – todas são formas históricas, válidas no seu próprio contexto[53], não universalizáveis nem eternas. Tomá-las como "configuração última e absoluta da produção social" é o erro capital dos economistas burgueses, erro que pode se manifestar de diferentes maneiras. Stuart Mill, por exemplo, é acusado por Marx de representar a produção "diferentemente da distribuição, como regida por leis naturais, eternas, independentes da História; e nessa oportunidade insinuam-se dissimuladamente relações *burguesas* como leis naturais, imutáveis, da sociedade *in abstrato.*")[54] Marx não esperou até os anos 50 para chegar a estas resultantes dos seus embates contra os teóricos burgueses. Já no *Manifesto* se pode ler:

> "A falsa concepção interesseira que vos leva a transformar em leis eternas da natureza e da razão as relações sociais oriundas da vossa forma atual de produção e de propriedade – relações históricas que surgem e desaparecem no curso da produção – a compartilhais com todas as classes dominantes que vos precederam. O que admitis claramente no caso da propriedade antiga, o que admitis claramente no caso da propriedade feudal, não podeis, é claro, admitir no caso de vossa forma burguesa de propriedade."[55]

O erro desses economistas, todavia, não pode ser reparado sem que eles renunciem à sua "pele burguesa". A possibilidade de identificação deste erro e de sua correção surge não a partir da evolução interna da ciência econômica, mas a partir de uma outra visão de mundo, proletária, que formula sob outro ponto de vista (histórico e crítico) as questões sobre a sociedade capitalista.O marxismo se afirma como negação dialética (teórica e política) da concepção naturalizada e fetichizada das relações sociais capitalistas – esta a noção que gostaríamos de reter.

O segundo efeito da mudança do terreno do conflito, na verdade um desdobramento do que discutimos acima, diz respeito à própria concepção de ser humano. A noção genérica de indivíduo é a base sobre a qual se ergue toda a economia política clássica e a crítica de Marx, como não podia deixar de ser, choca-se violentamente contra esta base. Smith e Ricardo, por exemplo, ao discorrerem sobre a produção econômica reproduzem em suas obras as "pobres ficções das robinsonadas

---

[53] Na *Introdução* Marx discute a possibilidade de que uma categoria mais abstrata (como "trabalho em geral") retenha sua validade para outros contextos históricos. A resposta é que sim, mas "*cum grano salis*", isto é, sem fazer pouco das necessárias distinções históricas e, sobretudo, somente com a condição de que a base para a compreensão das sociedades anteriores seja a autocrítica da sociedade presente. Cf. MARX, Karl. Introdução a *Para a Crítica da Economia Política*, op. cit.

[54] Id. ibid., p. 5-6, itálico no original.

[55] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold J., *O Manifesto...*op. cit., p. 109.

do século XVIII"[56] (1986, p. 3) que criaram a ilusão do caçador e do pescador individuais e isolados na origem da civilização. Mas as robinsonadas não são ficções quaisquer, mas de um tipo que somente se tornou possível no século XVIII:

> "Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apóiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam esse indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI – como um ideal, que teria existido no passado. Vêem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história porque o consideravam como um indivíduo conforme a natureza."

Marx ataca este "individualismo filosófico" por dois ângulos convergentes: por seus pressupostos e como hipótese histórica. Quanto aos pressupostos, as objeções de Marx são semelhantes a outras que já encontramos acima, de modo que não é necessário nos determos muito sobre elas. Para Marx as idéias, sejam elas científicas ou de ficção, devem ser consideradas sempre historicamente. Isso se aplica, evidentemente, à noção de indivíduo. Ora, os economistas não percebem que

> "Só no século XVIII, na 'sociedade burguesa', as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, desse ponto de vista gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento."[57]

A segunda linha de crítica atinge a ignorância histórica encoberta pelas robinsonadas: "Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence". O ponto de partida da economia política clássica para pensar a produção, que é o do indivíduo, é recusado liminarmente:

> "A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si"[58].

Em ambas as frentes da crítica o que se opõe aos "indivíduos conforme a natureza", aos indivíduos que a economia burguesa vê como naturais é a noção de indivíduo como "resultado histórico", de homem como ser social: "Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento

[56] MARX, Karl. Introdução a *Para a Crítica da Economia Política*, op. cit, p. 3-4.
[57] Idem, ibidem, p. 4.
[58] Id. ibid., p. 4, itálico no original.

social, da produção dos indivíduos sociais"[59]. Ou: "Finalmente a produção também não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção"[60]. A crítica da concepção individualista de homem é a parteira de uma outra concepção, materialista e dialética.

Tal concepção marxista de ser humano existe, portanto, como uma formulação resultante, como todas as demais examinadas até aqui, dos embates teóricos e políticos de Marx. O fato de que ela não apareceu de forma mais desenvolvida na obra marxiana a partir da década de 50 não retira sua legitimidade como uma concepção marxista[61] inclusive porque, como já vimos, as questões e respostas que compõem o pensamento de Marx foram elaboradas no curso de conflitos travados ao longo de várias décadas.

Em meados dos anos 40, polemizando com Ludwig Feuerbach e com a esquerda hegeliana, Marx traçou as linhas desta concepção materialista e dialética de ser humano. O texto em que se pode acompanhar mais extensamente este desenvolvimento é a sua obra em colaboração com Engels, *A Ideologia Alemã*, escrito entre 1845 e 1846 como um acerto de contas definitivo entre eles e os intelectuais hegelianos de esquerda, obra que nem chegou a receber uma redação final e permaneceu inédita até 1933. Enquanto preparava este texto Marx escreveu, como simples notas de leitura a serem retomadas e desenvolvidas posteriormente, as célebres *Teses sobre Feuerbach* que Engels publicou em 1888. Estudiosos do marxismo como Gorender e Löwy entendem que este período de esforço de crítica a Bruno Bauer, Max Stirner e sobretudo a Feuerbach foi o momento crucial da estruturação da nova *Weltanschauung*, do pensamento filosófico definitivo de Marx e Engels: o materialismo histórico.[62] Não é essa a questão que nos interessa e sim, mais

---

[59] Id. ibid., p. 4.
[60] Id. ibid. p. 5.
[61] Não temos como enfrentar aqui o debate sobre o "anti-humanismo teórico" que Althusser atribui a Marx (Cf. ALTHUSSER, L. *A Favor de Marx*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967, sobretudo a parte final – *Marxismo e Humanismo*) ou as teses de Balibar sobre o conceito de produção como o substituto, no Marx da maturidade, da problemática humanista da juventude (Cf. BALIBAR, E. *A Filosofia de Marx*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995). Mas sustentamos que há uma hipótese sobre o homem como ser social subjacente a toda a obra marxista, inclusive *O Capital*, e que tal hipótese foi desenvolvida, ainda que não extensamente nem em caráter definitivo, nos escritos dos anos 40.
[62] Cf. GORENDER, Jacob. Introdução – O Nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A* Ideologia *Alemã.* São Paulo, Martins Fontes, 1989 e LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Petrópolis, Vozes, 2002. Löwy arrisca uma demarcação temporal ainda mais precisa: para ele o texto em que já se pode identificar o "*projeto de uma nova Weltanschauung*", o "*primeiro texto 'marxista' de Marx, isto é, o primeiro escrito em que são esboçados os fundamentos*

uma vez, observar a crítica marxista em ação e analisar o seu produto. Para este fim as *Teses sobre Feuerbach*, dado o seu caráter sintético e diretamente polêmico, nos servem ainda melhor que a *Ideologia Alemã*.

Feuerbach é criticado por tomar a essência do homem como uma "abstração inerente ao indivíduo isolado".[63] O materialismo de Feuerbach leva-o a considerar o ser humano "unicamente como 'gênero', como universalidade interna, muda, ligando de modo natural a multidão dos indivíduos".[64] Este ponto de partida leva à incompreensão do significado da atividade humana: Feuerbach considera como autenticamente humana somente a "atividade teórica, ao passo que a práxis só é por ele apreendida e firmada em sua manifestação judaica sórdida".[65]

Feuerbach compartilha com Bruno Bauer (e com os hegelianos de esquerda) a idéia de que a atividade teórica seria a única autenticamente humana porque somente ela permitiria a crítica, o gesto de liberdade por excelência que, não obstante, estaria ao alcance apenas de uma fração muito restrita da sociedade: os intelectuais. O mundo da prática é o mundo da disputa dos interesses materiais, mesquinhos, egoístas, "judaico-sórdidos". Em oposição a este modo de pensar, Marx sustenta o caráter autenticamente humano (ativo) da "atividade humana sensível", isto é, da prática material, do trabalho humano que, além do mais, é uma atividade objetiva, co-formadora do mundo[66]. E repreende Feuerbach por ele não ser capaz de compreender a "importância da atividade revolucionária, da atividade 'prático-crítica'"[67].

Os equívocos da concepção de homem de Feuerbach têm conseqüências políticas graves. Na terceira tese Marx se opõe, simultaneamente, a dois postulados sobre o ser humano: o que sustenta serem os homens produto das circunstâncias (na linhagem do materialismo do século XVIII) e o que os concebe como produto da

---

*de seu pensamento filosófico 'definitivo', este pensamento que Gramsci, em seus Quaderni del Carcere, designa pela expressão feliz de filosofia da práxis*" são as *Teses sobre Feuerbach*, escritas provavelmente em março de 1845 (op. cit., p. 165).

[63] MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* São Paulo, Martins Fontes, 1989, p. 95.

[64] Idem ibidem, p. 95-6.

[65] Id., ibid., p. 93.

[66] Em *A Ideologia Alemã* Marx e Engels desenvolvem a hipótese histórico-materialista de explicação da separação entre trabalho manual e intelectual a partir do processo histórico de divisão do trabalho. Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* São Paulo, Martins Fontes, 1989.

[67] MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach... op. cit., p. 93. Para Löwy, que discute a gênese da teoria da revolução em Marx, esta é a questão central. Impactado pela revolta dos tecelões da Silésia (junho de 1844) e pelos contatos com o movimento operário, Marx estaria em condição de conceber a revolução como auto-emancipação do proletariado e a este último como sujeito da práxis revolucionária. Cf. LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*... op. cit.

educação (e toma a sua consciência como sendo a sua essência, ao modo do híbrido materialismo-idealismo dos hegelianos de esquerda). Essas doutrinas esquecem que

> "são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado. (...) A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou auto-mudança só pode ser considerada e compreendida racionalmente como práxis revolucionária."[68]

O ponto de partida de Marx é exatamente o oposto. O homem é concebido não em sua condição natural e nem como indivíduo isolado. Este indivíduo, que Feuerbach toma isoladamente, "pertence na realidade a uma forma social determinada"[69]. A essência humana, que Feuerbach procurava na abstração naturalista do indivíduo, "na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais"[70]. As relações sociais por sua vez, que geralmente precedem e sobrevivem a cada indivíduo singular, são objetivas (não-subjetivas), mas não são *inumanas*. São produzidas, objetivadas pela própria atividade prática da humanidade. Nada mais são do que as "circunstâncias históricas". Este é o ser humano real, radicalmente histórico, produto e produtor da história, cuja crítica prática precisa ser empreendida. Esta é a base de uma concepção de homem como devir, como movimento permanente de autoconstrução.

Pode-se notar agora que a crítica das robinsonadas, que aparece nos textos dos anos 50 e 60 como crítica do individualismo filosófico burguês, é o prolongamento da crítica da concepção naturalista de homem do materialismo "contemplativo". Em todo caso nem é necessário concordar com esta tese para admitir que, se o marxismo concebe a essência do ser humano como o "conjunto das relações sociais", segue-se daí que uma transformação nas relações sociais corresponde necessariamente a uma transformação do próprio ser humano, ainda que os ritmos das transformações sejam desiguais[71]. É o que autoriza a concluirmos que a superação histórica da sociedade burguesa, necessária e possível, não se fará sem que o mesmo processo transformador engendre uma nova cultura, uma nova sociabilidade, um novo homem. Não é possível

---

[68] MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach... op. cit., p. 94.
[69] Idem ibidem, p. 96.
[70] Id., ibid., p. 95.
[71] Um estudo interessante (e apenas parcialmente referenciado no marxismo) sobre a construção das subjetividades em sintonia com as transformações nas relações sociais é apresentado por Norbert Elias (*O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, e *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994).

renunciar a esta conclusão sem sacrificar a concepção histórico-materialista de homem, e um tal sacrifício aleijaria o marxismo.

## 3.4 SOCIALISMO CIENTÍFICO E FILOSOFIA DA PRÁXIS: POR UMA INTERPRETAÇÃO GRAMSCIANA DO MARXISMO

Até aqui procedemos à análise de alguns dos embates teóricos e políticos travados por Marx e Engels e tentamos demonstrar como, através desses embates, o marxismo é plasmado. Por este caminho, decerto, pode-se ir ainda muito mais longe. Seria possível, por exemplo, acompanhar com mais vagar e mais atenção a trajetória dos dois intelectuais e retirar daí uma massa muito maior de informação histórica, que poderia alimentar análises bem mais extensas e detalhadas. Por outro lado, as reflexões desenvolvidas aqui nem de longe pretendem ter esgotado as possibilidades de interpretação histórica ou resolvido as diferenças de leitura dos textos que comentamos. No entanto, o que obtivemos talvez seja suficiente para assegurar dois resultados. Primeiro o de apontar como seria a perspectiva de uma concepção histórico-materialista do próprio marxismo. Segundo, mesmo reconhecendo os limites da análise histórica feita aqui, a definição desta perspectiva nos permite compor a configuração do marxismo de que dependemos para as definições conceituais da nossa hipótese sobre a recusa deste pelos projetos políticos da esquerda. Estamos agora em condição de levar até o fim os nossos argumentos.

Na polêmica com os socialistas utópicos vimos que o marxismo se apresenta como *socialismo científico*, e discutimos os significados desta designação. Destacamos, particularmente, o caráter assumido pelo projeto político formulado por Marx e Engels naquilo em que ele divergia radicalmente das propostas socialistas suas contemporâneas: seu papel é o de dotar a classe trabalhadora dos meios para a compreensão crítica das determinações históricas que a constituem como classe e, com isso, permitir-lhe o direcionamento consciente das lutas que trava. O *socialismo científico* é, num primeiro momento, o conhecimento do real que possibilita esta compreensão e que se constitui historicamente a partir do próprio desenvolvimento dos antagonismos e das relações sociais e econômicas capitalistas.

As bases efetivas de formulação do socialismo de Marx e Engels são, então, as próprias condições históricas reais de existência da classe trabalhadora e de suas

lutas[72] e não a verdade teórica abstrata de um modelo de sociedade nova. Vimos como Engels define o papel do socialismo científico em termos de "pesquisar as condições históricas" da revolução proletária "infundindo assim à classe chamada a fazer essa revolução, à classe hoje oprimida, a consciência das condições e da natureza da sua própria ação"[73]. Esta definição já se colocava inteiramente no terreno da práxis revolucionária do proletariado, uma vez que é a sua própria ação (e as condições históricas dessa ação) que é preciso tornar consciente para a classe trabalhadora. Mas um outro pensador marxista, Antonio Gramsci, foi capaz de formular uma definição ainda mais arguta do marxismo ao pensar o problema do desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado em termos diferentes do "infundir a consciência" engelsiano.

Gramsci discute a dialética da "tomada de consciência" a partir da sua conhecida premissa de que "todos os homens são filósofos", isto é, de que há sempre uma visão de mundo qualquer presente onde quer que haja atividade humana. Logo, *"*não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de 'todos', mas de inovar e tornar 'crítica' uma atividade já existente"[74]. Estamos novamente no terreno da práxis, mas aqui ela adquire contornos mais precisos. De um lado o próprio processo de trabalho, concebido como atividade prática de transformação do mundo, contém em si mesmo um conhecimento prático do mundo. Mas este conhecimento prático freqüentemente se faz acompanhar de uma consciência teórica acrítica.

> "O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir"[75].

A superação dessa consciência contraditória corresponde, para Gramsci, ao desenvolvimento da autoconsciência crítica. Não é difícil notar que autoconsciência crítica do "homem ativo de massa", isto é, do proletariado, corresponde à "consciência da sua própria ação" de Engels. Mas Gramsci identifica o processo de

---

[72] Daí a importância de pesquisas como a de Michael Löwy que apontam, com bom suporte documental, a importância das lutas da classe trabalhadora nos anos 40 para a elaboração da "síntese marxiana" entre o pensamento socialista e o movimento operário. Cf. LÖWY, Michael. A Teoria da Revolução no Jovem Marx. Op. cit.

[73] *Do Socialismo Utópico*... op. cit, p. 79.

[74] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 101.

[75] Idem ibidem, p. 103.

desenvolvimento da autoconsciência com o embate entre distintas concepções de mundo:

> "A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente uma elaboração superior da própria concepção do real."[76]

Quando uma classe social tem uma consciência teórica "em contradição com o seu agir" é que ela se encontra em situação de "submissão e subordinação intelectual"[77] a uma outra classe social, cuja concepção de mundo adota. Desenvolver sua própria concepção crítica de mundo (autoconsciência crítica), que já existe de forma embrionária em sua atividade prática, só é possível através do embate com a concepção dominante a começar pelo campo da ética, isto é, dos significados e valores da própria atividade prática. A luta de 'hegemonias', logo, o conflito, é onde se forja a autoconsciência crítica do proletariado e se engendra o processo de superação da sua condição contraditória: "A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam."[78]

A essa forma de consciência que supera a contradição entre teoria e prática do "homem ativo de massa" Gramsci denomina *Filosofia da Práxis*. Para alcançar este objetivo, a filosofia da práxis conflita com a concepção de mundo dominante que se tornou "senso comum": "Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)".[79] Em seus escritos do cárcere, como se sabe, esta é a forma pela qual ele se refere mais comumente ao marxismo. As duas formas em que se pode ler esta expressão, em Português como em Italiano, variando o sentido do termo *da*, são igualmente pertinentes à concepção gramsciana. *Da práxis* pode significar uma filosofia que se ocupa da práxis, que a toma por seu objeto. Corresponde, portanto, à noção de "consciência da própria ação" ou autoconsciência crítica. Mas pode significar também uma filosofia advinda da práxis, engendrada pela própria práxis histórica do proletariado. Alude, neste caso, à

[76] Id., Ibid., p; 103.
[77] Id., ibid., p. 97.
[78] Id., ibid., p. 103.
[79] Id., ibid., p. 101.

gênese conflitual da forma de consciência. Ambos os sentidos, possíveis também na expressão italiana original, atendem à nossa procura por uma configuração do marxismo que preservasse sua historicidade e que se inscrevesse no horizonte da luta de classes.

Pensar o marxismo como filosofia da práxis traz conseqüências para o modo como vemos as figuras individuais de Marx e Engels e o papel da teoria na luta de classes. Uma vez que o marxismo é produto histórico do desenvolvimento da luta de classes e, dentro dele, do processo de autoconsciência da classe trabalhadora, a atividade intelectual e política dos autores do *Manifesto do Partido Comunista* pode agora ser referida a uma determinação histórica, a relação entre os intelectuais e a classe, que define a condição orgânica. Referindo-se às limitações das iniciativas de constituição das "universidades populares" na Itália, Gramsci apontou as características fundamentais do vínculo orgânico:

> "(...) a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse **a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática**, isto é, se os intelectuais tivessem sido **organicamente os intelectuais daquelas massas**, ou seja, se tivessem **elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua prática, constituindo assim um bloco cultural e social.**"[80]

Desta perspectiva pode-se conceber Marx e Engels como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. No capítulo 6 discutiremos o conceito gramsciano de intelectual orgânico em seu duplo registro: o de vinculação e pertencimento concreto à classe e o de organizador. Marx e Engels foram dois intelectuais atraídos para a classe operária e tornaram-se seus organizadores políticos e culturais. Vimos, páginas atrás, como eles criticam na literatura socialista precisamente, quando não a sua objeção, o seu desinteresse pela organização autônoma do proletariado como classe. Mas este não é um traço que aparece somente num trecho do *Manifesto*. Desde os primeiros contatos de Marx com o movimento operário, em 1844 em Paris (para Engels o encontro foi ainda mais cedo) eles estiveram sempre ocupados com as mais variadas tarefas voltadas para a organização da classe operária e envolvidos em múltiplas organizações com a mesma finalidade: o comitê de correspondência de Bruxelas, a Liga dos Comunistas, a Sociedade para a Educação dos Trabalhadores, a Associação Internacional dos Trabalhadores, o partido Operário Social-democrata

[80] Id., ibid., p. 100, grifos meus.

Alemão. E a própria obra teórica de Marx e Engels está conectada com o mesmo objetivo. Parte dela foi escrita por encomenda das organizações com as quais eles se relacionavam (como o *Manifesto*, para a Liga dos Comunistas, ou a *Guerra Civil em França*, para a I Internacional). Mas mesmo *O Capital*, como vimos, é apresentado como crítica da economia política burguesa e como representante da "classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes – o proletariado"[81] – ou seja, como um dispositivo na "luta de hegemonias". Ainda em 1878, justificando a publicação em livro da polêmica filosófica que é o seu *Anti-Dühring*, Engels apresenta-o como arma de combate ao "sectarismo existente no jovem partido" alemão, portanto, como arma política.[82]

Com o conceito de intelectual orgânico, Gramsci nos ajuda a detectar o sentido do conjunto da obra de Marx e Engels e, mais especificamente, de seu projeto de socialismo. É o esforço de construção da própria classe que explica os múltiplos combates políticos e intelectuais dos dois pensadores. No *Manifesto*, a definição da "posição dos comunistas em relação aos proletários em geral" permite identificar como os dois autores pensavam o seu próprio papel político em 1848:

> "Os únicos pontos que distinguem os comunistas dos outros partidos operários são os seguintes: 1) nas lutas nacionais dos proletários dos diversos países, destacam e fazem prevalecer **os interesses comuns a todo o proletariado, independente da nacionalidade**". 2) Nos vários estágios de desenvolvimento da luta da classe operária contra a burguesia, **representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em geral**. (...) O fim imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os outros partidos proletários: **constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado**"[83].

Representar os "interesses do movimento em geral" e destacar os "interesses comuns do proletariado, independente da nacionalidade" diante de quem? Antes de tudo, da própria classe, evidentemente. É de "constituir os proletários em classe" que se trata, combatendo sua fragmentação e dispersão políticas. O "movimento em geral" que os comunistas representam "sempre e em toda parte" é a luta de classes, e é por isso que sua referência é a classe como um todo, para cuja organização política independente eles se propõem a colaborar. Após o *Manifesto*, o debate marxista sobre organização desenvolveu-se vigorosamente, *pari passu* com o desenvolvimento da

[81] MARX, Karl. Posfácio à 2ª. edição alemã de O Capital. In: MARX, Karl. *O Capital* (vol. 1). 2ª. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985, (Col. Os Economistas), p. 18.
[82] ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 5.
[83] *Manifesto do Partido Comunista*. Op. cit., p. 105, grifos meus.

própria luta de classes, mas o compromisso com a unidade da classe seguiu no centro de qualquer projeto político marxista.

A luta política não é apenas um destino possível para algumas idéias de Marx, ou um dos campos de "aplicação" do marxismo: a política, isto é, a tomada de posição prática e teórica na luta de classes, foi o que definiu os eixos centrais de toda a obra marxiana, foi o que precipitou a síntese. Ela está na própria origem do marxismo como compromisso férreo entre teoria e prática, como precedência da práxis. Este esforço transparece não apenas quando os autores tratam diretamente da questão, como foi o caso no *Manifesto*. Também a teoria científica da história que permite falar em necessidade do socialismo e que se orienta pela noção geral de luta de classes se afirma contra concepções rivais, não historicizadas de socialismo, que travam o processo de organização política autônoma da classe trabalhadora. Do mesmo modo as críticas às concepções burguesas de economia e de homem fazem parte da "luta de hegemonias", do conflito histórico através do qual se foi plasmando a visão de mundo a que Marx e Engels deram uma primeira formulação sistemática.

Os lugares tradicionais do intelectual e da teoria são redefinidos pela Filosofia da Práxis. Eles não substituem a luta real da classe, nem a instituem: apenas a reconhecem e analisam, descortinam seus aspectos aos próprios atores, clarificam para os agentes a sua ação. A teoria não revoluciona o mundo, não resolve na prática os problemas que identifica em seu próprio terreno, teórico. Mas ela ilumina a prática e, deste modo, influi decisivamente sobre a prática da qual ela própria partira. É como dizer que a luta de classes, que é anterior a Marx e Engels e que é condição necessária para o desenvolvimento do marxismo, sofre modificações a partir da difusão dos projetos e organizações políticas marxistas.

Por seu turno, o marxismo não é imune às novas determinações históricas produzidas pelo desenrolar da luta de classes. Ao longo do século XX foram muitas as incorporações e modificações propostas a partir de variados contextos históricos. Ainda que introduzisse elementos de dissonância, esta efervescência teórica e política não chegou a ameaçar o marxismo enquanto o seu núcleo permaneceu estável: o compromisso orgânico de intelectuais (tradicionais e orgânicos) com a luta dos trabalhadores pelo socialismo e a percepção da necessidade de dar formulações coerentes, no plano da ética, da política e do conhecimento em geral, a essa luta.

## 3.5 A ESQUERDA E O ESPECTRO DE MARX

A análise desenvolvida até aqui teve o propósito de definir o marxismo como um conjunto de posições teóricas e práticas perante a luta de classes que têm sido assumidas por muitos e diferentes sujeitos desde meados do século XIX. A unidade entre essas posições foi sempre problemática, o que se manifesta na história dos recorrentes conflitos e cisões entre marxistas. O que permite tomar este conjunto heterogêneo de intervenções como um campo comum – um espectro de práxis sociais – é o fato de que todas elas reproduzem, embora em diferentes registros, a tomada de posição que fundou historicamente a Filosofia da Práxis e que se repõe a cada desdobramento da luta de classes. Os estudos de Marx sobre o mundo das relações sociais dominadas pela luta de classes tornam-se uma referência teórica central para projetos políticos (teórico-práticos) inscritos neste âmbito, mas o marxismo não se restringe a uma tradição literária ou teórica. A teoria em Marx (e a teoria de Marx para os marxistas) existe em relação dialética permanente com a prática.

Pensar o marxismo como uma práxis consciente das suas relações com o mundo da luta de classes permite identificar, como fizemos, as coordenadas gerais do marxismo como projeto político, tracejar esquematicamente os contornos do espectro. A tomada de posição frente à luta de classes teve, para Marx e para os marxismos posteriores, conseqüências importantes. Ela fundava uma concepção de socialismo como uma necessidade histórica criada pelo desenvolvimento do próprio capitalismo, isto é, supunha uma concepção de história como espaço de determinações que podem ser cientificamente pesquisadas e conhecidas e em cujo núcleo se encontra a luta de classes. Para que o desenvolvimento da luta de classes promova a superação efetiva do capitalismo, uma condição necessária é a organização política independente e a luta do proletariado visando a conquista do poder, objetivos permanentes de Marx e dos marxistas. Duas outras implicações assumidas pelo marxismo como projeto político são a desnaturalização das relações sociais burguesas e sua radical historicização, necessárias para afirmar a possibilidade de transformação, assim como a afirmação da historicidade do próprio homem, cuja natureza essencial são as próprias relações sociais historicamente construídas. Menos que atributos de um tipo ideal, estes são traços que se constituíram historicamente como definidores do marxismo exatamente por serem os pontos de superação dialética das "formas de modos de ser" contra as quais o marxismo se posiciona.

Podemos agora examinar a relação entre os projetos formulados no primeiro período pelas organizações de esquerda estudadas e o marxismo. O caso da Articulação é peculiar, porque é uma corrente que sempre evitou assumir-se como marxista. Todavia, como pudemos ver, seu projeto político era claramente orientado pelo princípio da independência de classe. Desde os primeiros momentos da formação do PT, quando a corrente era ainda apenas o "grupo do Lula", o propósito de organizar politicamente a classe trabalhadora foi a sua pedra de toque. Este princípio teve papel fundamental para a consolidação da hegemonia da Articulação sobre as demais correntes do PT e para a definição da direção política do partido. As dificuldades que aparecem a partir do 5° ENPT (1987) para assegurar a unidade partidária em torno das posições da maioria decorrem, principalmente, de que as teses da Articulação sobre o campo *democrático e popular* passaram a agregar elementos que foram interpretados por setores do partido como incompatíveis com a independência de classe. As referências de classe permaneciam, contudo, centrais ainda durante a campanha presidencial de 1989, ponto culminante do projeto contra-hegemônico do qual a Articulação era a força hegemônica.

A noção de independência de classe significava não apenas o esforço de organização política dos trabalhadores, que teve no próprio PT sua expressão mais acabada, mas também uma visão classista da política e dos conflitos políticos, e sobretudo a identificação da burguesia como classe antagônica. Vimos como esta foi uma dificuldade constante no relacionamento entre o PT, liderado pela Articulação, e as demais forças de oposição ao governo militar, e como a situação teve prosseguimento ao longo do governo Sarney. Em várias situações ao longo da década a Articulação posicionou-se claramente contra alianças com a burguesia ou com seus partidos. A luta de classes esteve permanentemente no fundamento das intervenções políticas da corrente que hegemonizava o PT, proporcionando a base das relações com os outros grupos petistas e com os demais partidos políticos do país.

Também nas ambíguas definições de socialismo da Articulação se encontrava a referência de classe. Isso é visível desde os primeiros documentos, que mencionam uma sociedade sem exploração nem exploradores e cuja construção é tarefa dos próprios trabalhadores. Em 1986, na tese para o 4° ENPT, vimos que a Articulação fazia a análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes no Brasil e extraía daí a conclusão de que existem condições para travar as lutas na direção da construção de uma sociedade socialista. Socialismo, aqui, é um projeto

cuja possibilidade é garantida pelas contradições reais do capitalismo e da luta de classes. Por seu turno, o projeto democrático e popular, formulado pela primeira vez em 1987, traçava uma orientação política que tinha o socialismo como meta e que se baseava em critérios de classe para a definição das alianças.

As maiores ambigüidades apareciam na discussão da estratégia da luta pelo socialismo, ou seja, a questão da revolução. Em 1984 a tese para o 3° ENPT não ia além da postulação de que o poder não apenas se toma, mas se constrói desde as bases da sociedade, num movimento de acúmulo de forças. No 4° Encontro a Articulação continua a defender a tese do acúmulo de forças, mas acrescenta a necessidade de uma "ruptura radical contra a ordem burguesa" que inclui a socialização dos principais meios de produção. Não fica claro em que, exatamente, consistiria a ruptura, mas ela é contraposta à idéia de que o acúmulo de reformas seria suficiente para realizar as transformações necessárias. Na tese para o 5° Encontro a estratégia de acúmulo de forças passa a significar a constituição do campo democrático e popular (que incluiria pequenos empresários) e inclui as disputas eleitorais, particularmente para a presidência, como um momento importante da luta pelo socialismo. A afirmação de que o socialismo deve ser conquistado pela "ação e pela vontade das maiorias", aprovada pelo 6° Encontro, não excluía o reconhecimento de que a "implementação de um programa democrático popular só pode ocorrer com a revolução socialista", presente no mesmo documento.

É da transformação das relações sociais que produzem as classes, inclusive as formas de propriedade, que se trata quando a Articulação fala em socialismo. Mesmo quando adverte, como em 1986, para a impossibilidade de extinguir por decreto as "leis econômicas em ação numa determinada sociedade" o que está em causa é exatamente a discussão de como transitar para formas superiores de sociabilidade. A sociedade socialista projetada deveria cancelar a necessidade da distinção entre governantes e governados, o que é o mesmo que dizer que o próprio Estado, como modo específico de organização da dominação política, poderia ser superado. O próprio fato de que a transformação dessas relações seja discutida indica que elas são concebidas como construtos históricos, ao alcance da ação humana transformadora.O tema da democracia, por sua vez, esteve presente nas formulações da Articulação desde o primeiro momento, mas não como mera "forma" de governo ou de organização do Estado, e sim como tensão permanente entre conteúdo e forma do poder popular.

Uma breve escansão teórica é necessária aqui. A questão das mutações na concepção de democracia da esquerda brasileira é complexa o suficiente para merecer, ela mesma, estudos à parte.[84] Virgínia Fontes assinalou que as "mudanças políticas ocorridas na década de 80 puseram a democracia no centro de toda a problemática política", e isto inclui, certamente, não apenas os intelectuais que ela investigou mas também as organizações de esquerda pesquisadas neste trabalho. Ela alertou, porém, para um aspecto decisivo: "A unanimidade que a democracia parece suscitar não nos deve fazer perder de vista que ela permanece como um desafio político no qual se afrontam projetos políticos opostos".[85] À concepção de democracia como poder popular, predominante, embora pouco elaborada, nas formulações da Articulação, se opunha a concepção liberal de democracia. Sobre esta última é preciso fazer algumas considerações, embora seja impossível descer ao nível de profundidade que o tema comporta.

Norberto Bobbio apresentou, na sua "definição mínima de democracia", a formulação mais sintética que eu conheço para a moderna concepção liberal da democracia: ela seria "um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível de interessados."[86] Pensada como procedimento, pura forma, a democracia "está sim aberta a todos os possíveis conteúdos", segundo Bobbio. Diante destes possíveis conteúdos a democracia seria neutra, desde que eles estejam comprometidos com o respeito às regras do jogo democrático. Para assegurar a formação das decisões que obrigam a todos, a democracia deve estar aparatada de normas para o processamento de conflitos Ora, a condição lógica para que este mecanismo processador de conflitos produza decisões que obriguem a todos é que todos se

---

[84] Tive a oportunidade de publicar algumas reflexões sobre como o tema da democracia foi abordado pelos setores mais influentes da esquerda brasileira nos anos 80: COELHO, Eurelino. A Conversão Democrática da Esquerda no Brasil; aspectos teóricos. *Caderno do CEAS*, Salvador, 176, pp. 59-80, 1998. Os textos de COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980; WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986 (a primeira edição é de 1984); e CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. 2ª ed., São Paulo, Moderna, 1981, que exerceram grande influência na época, permitem mapear os principais termos em que a discussão foi travada. Para desdobramentos do debate sobre democracia no interior do PT ver as posições ulteriores de COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. São Paulo, Cortez – Autores Associados, 1992, e dele e de outros em GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra – CEDEC, 1986.

[85] FONTES, Virgínia. *Démocratie et Révolution: Sciences Sociales et Pensée Politique au Brésil Contemporain (1973-1991)*. Thèse de Doctorat en Philosophie Politique. Paris X, Nanterre, 1992, p. 355.

[86] BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 12

reconheçam como iguais perante a democracia. Ao tomar como formalmente iguais aqueles que são objetivamente desiguais, esta concepção de democracia assume um dos postulados fundamentais do liberalismo e da visão burguesa de mundo.

Não foi Bobbio, mas C. B. Macpherson quem apontou os fundamentos mais profundos da democracia liberal. O "dever político" de acatar as decisões tomadas pelo poder constituído dependeria, segundo Macpherson, da existência de uma igualdade "sob algum aspecto mais fundamental" entre indivíduos evidentemente desiguais em muitos outros aspectos. Esta igualdade fundamental, suposição de base do liberalismo e condição efetiva para a democracia liberal, vincula-se estreitamente ao mercado:

> "Enquanto todos estiveram sujeitos à determinação de um mercado competitivo, e enquanto essa aparentemente igual subordinação dos indivíduos à determinação do mercado foi aceita como legítima, ou inevitável por virtualmente todos, havia uma base suficiente para o dever racional de todos os indivíduos frente a uma autoridade política, que podia manter e obrigar a cumprimentos as únicas relações humanas ordeiras possíveis, ou seja, as relações de mercado".[87]

Macpherson não se interroga sobre o estatuto da igualdade que o mercado estabelece entre os indivíduos. Mesmo assim, ele reconhece a existência de uma tensão sobre esta igualdade postulada quando o movimento operário põe em andamento o questionamento da própria economia de mercado. Para Macpherson, a democracia liberal não estaria mais assegurada desde que "uma classe operária industrial ganhava uma certa consciência de classe e se articulava politicamente. Os homens já não se viam mais como fundamentalmente iguais numa inevitável sujeição à determinação do mercado".[88]

Nos anos 80 a atuação da Articulação, até mais do que suas formulações políticas, representava um sólido contraponto ao projeto de democracia liberal formulado e defendido por outras forças que intervinham no processo de transição. Sob este nome, "democracia", defrontavam-se, realmente, projetos políticos muito diferentes. Tudo isso estava para mudar profundamente. Nos próximos capítulos veremos como a Articulação e o PRC se reconciliaram com a concepção liberal de democracia e, coerentemente, com o mercado.

---

[87] MACPHERSON, C. B. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 284.
[88] Idem, ibidem, p. 285.

Não é simples, portanto, a definição das relações entre o projeto político da Articulação nos anos 80 e o marxismo. A recusa aberta da Articulação em se reconhecer como marxista atendia, certamente, à necessidade de abrigar da melhor maneira possível um coletivo extremamente heterogêneo de militantes com diferentes níveis de experiência, que incluía católicos, ativistas do movimento sindical e popular e intelectuais. Mas a recusa indica claramente também o esforço de demarcação com as demais correntes de esquerda dentro e fora do PT, o que trazia água ao moinho do *petismo autêntico*: sendo distinta da esquerda "tradicional", que se autoproclamava marxista, a Articulação seria a verdadeira portadora da novidade histórica representada pelo PT.

E no entanto, não obstante as reiteradas afirmações de que não era uma corrente marxista, a Articulação se empenhou no longo (e inacabado) trabalho de construção de contra-hegemonia antagônica nos anos 80. As ambigüidades em suas definições estratégicas não impediram que ela atuasse como intelectual orgânico da classe trabalhadora, elaborando e sistematizando, na forma de um projeto político, elementos de uma visão de mundo que desafiava a direção intelectual e moral da burguesia. Os termos em que o projeto era formulado, como demonstramos pela análise documental, revelam que as referências ao marxismo eram muito mais abundantes do que a auto-imagem da Articulação faria supor. Já expliquei porque não considero estranho que as formulações políticas de um intelectual orgânico da classe subalterna se apropriem, mesmo que fragmentariamente, como é o caso aqui, das elaborações teóricas de Marx. Durante todo o tempo em que a Articulação se propôs à tarefa de organizar politicamente a classe trabalhadora para a luta política pelo socialismo, suas teses e formulações seriam atravessadas por amplas reverberações teóricas do marxismo. Isso era determinado menos pelas afinidades intelectuais de seus ideólogos e muito mais pela sua práxis, pelo modo como se posicionava perante a luta de classes.

Não é o caso, certamente, de aplicar sobre a Articulação a etiqueta "marxista". Mas é possível afirmar que sua relação de então com o marxismo, na esfera da práxis, era intensa o suficiente para designar como crise do marxismo as mudanças que vieram nos anos 90.

O caso do PRC é bem diferente. Seu caráter de organização marxista-leninista é explícita e enfaticamente reivindicado pelo próprio partido. Tomando como referência alguns textos de Lênin, o PRC se estruturou, organizativa e

programaticamente, com o objetivo de tornar-se o embrião da vanguarda revolucionária do proletariado. Através, principalmente, da atividade intelectual de seus dirigentes, o PRC marcou sua presença entre as correntes de esquerda no Brasil com intervenções eloqüentes nos campos político e teórico, carregadas de expressões e categorias retiradas de textos clássicos do marxismo.

A retórica marxista-leninista do PRC escondia, no entanto, uma apropriação enrijecida das categorias fundamentais do materialismo histórico. A luta de classes, por exemplo, é um conceito ao qual os intelectuais do PRC recorreram insistentemente, mas seu sentido nunca é contaminado pelas lutas sociais efetivas em cada conjuntura. O sentido do conceito é dado, sempre, pela sua determinação lógico-categorial, *a priori* do desenvolvimento histórico particular ao qual ele se reporta. As análises de conjuntura apoiadas neste uso do conceito não lograram, portanto, detectar as condições concretas, objetivas e subjetivas, em que se moviam e conflitavam os agentes históricos. Quando a ação dos trabalhadores não confirmava a prescrição teórica, o que ocorreu com freqüência, a reação dos intelectuais do PRC variou desde a lamentação pelo fato de a classe trabalhadora "não assumir seus interesses históricos expressos em um partido operário-revolucionário", como fez Ozéas Duarte em 1985, até o reconhecimento da impotência das próprias formulações, posição assumida pela autocrítica do Comitê Central em 1987.

Outro exemplo desta forma dogmática de apropriação conceitual é a própria teoria da organização, transplantada linearmente de certos trechos da obra de Lênin para dar conta de problemas organizativos substantivamente diferentes daqueles aos quais os textos originais se remetiam. O próprio Comitê Central, em sua autocrítica preliminar, terminou por reconhecer os limites deste procedimento analítico que, introduzido de modo unilateral os conceitos, supunha explicar algo que, a rigor, já estava previamente explicado no plano teórico. A procura por um marxismo mais histórico e dialético, que a autocrítica do CC insinua, foi, no entanto, abortada nos anos seguintes. Analisaremos este processo no capítulo 5.

Um dois eixos de elaboração política do PRC foi a crítica ao espontaneísmo, dirigida sobretudo contra o PT. Seu argumento era o de que, sem consolidar uma vanguarda assumidamente leninista, a própria luta pelo socialismo seria inconseqüente, na melhor das hipóteses, ou seria reformismo e oportunismo, na pior. A relação dos *revolucionários comunistas* com o PT foi, desde o início, contraditória. Uma vez que a maioria dos setores mais organizados e mobilizados da classe

trabalhadora encontrava-se na órbita de influência do PT, o PRC tinha de ser atraído pelo "magneto". No entanto, exatamente porque, em sua avaliação, o PT dava uma direção não-revolucionária à luta dos trabalhadores, o PRC procurava se manter como partido autônomo, clandestino, enquanto seus militantes atuavam por dentro da "frente de massas" que seria o PT. Esta contradição, nunca resolvida em toda a existência do PRC, levou a sucessivos conflitos e redefinições na relação com o PT.

Na verdade, as dificuldades na relação com o PT precisam ser vistas como parte de um problema mais geral, que dizia respeito a uma das características do marxismo-leninismo do PRC, a saber, a concepção dos papéis da vanguarda e da classe trabalhadora na luta pelo socialismo. No plano filosófico, a crítica ao espontaneísmo era desenvolvida como crítica ao "dogmatismo naturalista" e tinha como corolários a afirmação da precedência do elemento consciente no protagonismo histórico e da "transcendência da consciência frente à matéria". Aplicada sobre a relação entre a luta de classes e a teoria revolucionária, esta concepção produz uma hipóstase da teoria. A luta de classes consciente ficaria na dependência da consciência (teórica) da luta de classes, mas a consciência (teórica) da luta de classes seria transcendental, logo, nada deveria à luta de classes concreta exceto o fato de tomá-la por seu objeto, mas como algo estranho a si. O que era tratado por Marx como uma tensão permanente entre teoria e prática se resolvia, para os intelectuais do PRC, com um hiato.

A hipóstase da teoria era completada pela identificação da vanguarda como portadora da teoria e, logo, como protagonista histórica por excelência na luta pelo socialismo. Embora alguns intelectuais do PRC falem em práxis, esta palavra significa, em seus textos, fundamentalmente, ação consciente, e a consciência socialista seria uma prerrogativa da vanguarda. À superestimação das possibilidades políticas da consciência transcendental correspondia, na outra face, uma relativa secundarização do movimento social real das classes subalternas. As formas de consciência política desenvolvidas pelos trabalhadores no curso das suas lutas concretas eram julgadas *a priori* com base no que a própria vanguarda (e o PRC seria o "embrião da vanguarda") considerava como consciência revolucionária. O que era visto como "movimento autônomo" das massas seria destituído de qualquer conteúdo revolucionário "imanente". Esta questão merece um exame mais detido.

A recusa da imanência revolucionária do proletariado é um desdobramento da crítica ao "dogmatismo naturalista". Num primeiro momento, esta crítica é

empregada contra leituras fatalistas do da concepção marxista da história, subjacentes a teses como a da inevitabilidade do socialismo, por exemplo. Levada aos seus extremos, entretanto, ela pode significar a impossibilidade de conceber o processo objetivo pelo qual as contradições do capitalismo criam a necessidade histórica da sua superação. Considerar o proletariado como uma classe revolucionária não tem apenas o sentido metafórico de atribuir-lhe uma "missão", mas aponta, sobretudo, para as contradições objetivas dentro das quais a classe se constitui historicamente e que deixam entrever a possibilidade da superação do conjunto das relações sociais capitalistas. As lutas concretas dos trabalhadores contra o capital, mesmo quando puramente corporativas, reproduzem e atualizam estas contradições universais. As formas de consciência engendradas a partir das experiências concretas de luta possuem, mesmo que de modo disperso, incoerente e subordinado a uma outra visão de mundo, elementos do antagonismo real vivido pelos trabalhadores com o capital.

Na perspectiva dos intelectuais do PRC, porém, a necessidade histórica do socialismo seria muito mais uma necessidade subjetiva dos socialistas do que uma necessidade produzida objetivamente pela luta de classes. Claro que o partido não abria mão da participação das massas nas lutas revolucionárias. Foi sobre este ponto, nas origens do partido, que se estabeleceu um dos principais focos da crítica ao PC do B. A própria teoria da vanguarda incluía as massas como elementos indispensáveis para a revolução, e o PRC discutiu reiteradas vezes o problema da inserção insuficiente dos seus quadros nos movimentos de massas. De certa forma, a crise crônica do PRC era, no fundo, a expressão da sua dificuldade em implantar-se nos "setores estratégicos" do movimento operário. O que dificultava esta implantação era, em grande medida, a fratura comunicativa entre o "elemento consciente" e as massas trabalhadoras, ou entre os "intelectuais" e os "simplórios", nos termos de Gramsci. A tentativa dos revolucionários comunistas de "introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de 'todos'" revelou-se pouco eficiente, enquanto os esforços de outras organizações, orientados para "inovar e tornar crítica uma atividade já existente" davam melhores resultados.

Um episódio de 1985 ilustra esta incomunicabilidade parcial entre o PRC e as massas trabalhadoras. Militantes do PRC fizeram, naquele ano, campanha pelo candidato do PT ao governo estadual em São Paulo, e priorizaram as regiões operárias da metrópole. Aldo Fornazieri, pedindo votos na região do ABC, ficou estarrecido ao constatar que muitos operários estavam decididos a votar no candidato

Antonio Ermírio de Morais, conhecido proprietário de um dos maiores conglomerados industriais do Brasil. Em entrevista concedia quase vinte anos depois, ele atribuiu àquela decepção com a classe operária um papel crucial na evolução posterior da sua visão da política. O voto operário num candidato capitalista, numa situação em que várias outras opções estavam disponíveis, representou, para ele, a confirmação da impossibilidade de ancorar o projeto socialista na classe trabalhadora e da necessidade de conceber o socialismo como um projeto fundado na ética, na adesão consciente de indivíduos. Sua posição permaneceria, entretanto, amplamente minoritária no partido ainda por alguns anos.[89]

O desapontamento de Fornazieri mostra como a classe trabalhadora realmente existente permanecia um mistério indecifrável para o PRC. Todo o projeto de construção da vanguarda revolucionária dependia, porém, de que este enigma fosse deslindado. A própria razão de ser do partido seria dissipada caso não houvesse progresso neste aspecto decisivo: conquistar o reconhecimento do seu caráter de vanguarda por segmentos considerados estratégicos da classe trabalhadora. A decifração do enigma escorregava, porém, na desqualificação da subjetividade da classe, patente na desvalorização das formas de consciência formadas na experiência dos trabalhadores. O repertório teórico manejado pela vanguarda, embora sobrevalorizado pelo discurso que atribuía à vanguarda a condição de sujeito revolucionário, permaneceu como pensamento alheio à práxis da classe trabalhadora, de pouca ou nenhuma valia no processo de construção da "autoconsciência crítica". O próprio conhecimento, que os intelectuais do PRC julgavam ser seu mais precioso tesouro, era desconectado do mundo que ele, supostamente, deveria explicar.

O que se pode dizer do marxismo-leninismo do PRC, então, é que ele se apresentava como uma "filosofia de filósofos", e não uma "filosofia mundana" ou da práxis. Comparado às elaborações teóricas difusas e ambíguas da Articulação, o projeto revolucionário comunista era muito mais variado conceitualmente e muito mais preciso quanto à definição de objetivos e meios. Não obstante, sua influência no curso concreto da luta de classes nos anos 80 foi muito pequena, se comparada à influência da Articulação e mesmo de outras correntes de esquerda de porte semelhante (*Convergência Socialista* ou *Democracia Socialista*, por exemplo).

[89] FORNAZIERI, Aldo. Entrevista com o autor.

A trilha seguida pelos intelectuais do PRC a partir da sua apropriação da teoria leninista da organização levou-os, assim, aos umbrais da autonomização da teoria (e, conseqüentemente, dos teóricos, que eram eles próprios) com relação ao mundo da luta de classes. Cruzar estes umbrais seria um passo relativamente pequeno (embora de enorme importância) na década seguinte, quando aqueles intelectuais concluíram que o fracasso do seu objetivo de se construir e ser reconhecido pelos trabalhadores como sua vanguarda era definitivo.

Tomados em conjunto, os projetos políticos da Articulação e do PRC revelam um certo desencontro entre teoria e prática revolucionárias. As atividades de efetiva organização e direção política independente da classe trabalhadora foram hegemonizadas por uma organização cuja elaboração teórica era insuficiente, para os seus próprios fins. O grupo de intelectuais do PRC realizou um trabalho teórico mais amplo e mais ousado, mas esbarrou em alguns limites, a começar pela sua concepção do papel da classe trabalhadora e sua incapacidade para estabelecer com ela relações orgânicas. Se as ambigüidades da Articulação estavam associadas à própria heterogeneidade de sua composição, o semi-isolamento do PRC ligava-se à hipóstase da teoria e ao seu monopólio pela vanguarda.

Fosse como referência teórica explícita e exclusiva, na forma do marxismo-leninismo do PRC, ou como base teórica das principais formulações (embora não de todas) e da orientação prática geral da atividade dos intelectuais orgânicos, caso da Articulação, é possível afirmar que o marxismo se fazia presente nos projetos políticos das duas organizações. O espectro de Marx, manifestando-se de diferentes formas, rondou a esquerda enquanto a luta de classes ocupou o centro do seu projeto político e, sobretudo, enquanto o eixo da sua atuação voltava-se para a organização da classe. A situação seria inteiramente modificada nos anos seguintes. Na década de 90, estas duas organizações de esquerda se especializariam em esconjurar o espectro.

# II PARTE

# NEM CLASSE, NEM REVOLUÇÃO

## CAPÍTULO 4

# A CRISE DA CONTRA-HEGEMONIA

> *Na década de 90, o que é que nos restou? O PT vai o quê, lutar pelo comunismo? Lutar para zerar o déficit da Prefeitura de São Paulo? Poderíamos fazer ainda mais, inaugurar a primeira prefeitura lucrativa da história da humanidade. Faça da sua cidade um bom negócio, o lucro pode ser você. Por que não?*
>
> *Eugênio Bucci, 1991*

> *A democracia política é um fim em si. Um valor estratégico e permanente. Se esta tese é social-democrata, paciência: sejamos social-democratas.*
>
> *Marco Aurélio Garcia, 1990.*

Após a campanha presidencial de 1989 começaram a ficar visíveis, e cada vez mais, mudanças substantivas no projeto político da Articulação. Em agudo contraste com a década anterior, nos anos 90 a práxis da tendência majoritária do PT se afastaria progressivamente do princípio político que fora a base da unidade construída entre as diferentes forças políticas constitutivas do partido, a independência de classe. É esta mudança de rota que permite falar em crise do marxismo no caso da Articulação, ponto ao qual retornaremos no capítulo 6.

A profunda revisão programática nas teses e nos discursos de seus líderes mais conhecidos, a opção cada vez mais resoluta por priorizar os meios de viabilizar êxitos eleitorais em detrimento de quaisquer outros objetivos políticos, a manutenção dos postos estratégicos de comando partidário através de atos de supremacia numérica e do isolamento das posições divergentes: estes são diferentes aspectos do mesmo processo de mudança. Se os anos 80 foram o período de constituição da Articulação como grupo hegemônico do PT, na década seguinte o grupo atua já como tendência plenamente constituída e suficientemente experimentada nas disputas internas para encontrar outros meios de conquistar seus objetivos sempre que o consenso mínimo em torno deles fosse mais difícil ou exigisse concessões que lhes parecessem exageradas ou desnecessárias. Neste capítulo acompanharemos alguns momentos importantes deste processo que é, em suma, o da renúncia da Articulação a

prosseguir na tarefa a que se propusera no passado, de construir a organização política independente da classe trabalhadora.

## 4.1 A CRISE DO "SOCIALISMO REAL" E A CRISE REAL DO SOCIALISMO

O ano de 1989 ficou marcado pela derrubada do Muro de Berlim, em novembro. O acontecimento ganhou dimensão de espetáculo, reproduzido em imagens de televisão por todo o mundo, e desde então tem sido persistentemente empregado como metáfora para a crise geral dos regimes até então vigentes a leste do rio Elba. A superexposição das imagens das multidões confraternizando na Porta de Brandemburgo na noite de 9 de novembro terminou por ofuscar outros eventos igualmente importantes daquele ano: o violento conflito do Estado chinês com os estudantes na praça Tiananmen em junho; as eleições na Polônia, que levaram à formação, em setembro, de um governo de coalizão com o Partido Comunista Polonês e o Sindicato Solidariedade; a abertura das fronteiras da Hungria com a Áustria, que permitiu a migração de milhares de alemães do leste para a República Federal e teve implicações diretas para a queda do Muro; a posse do oposicionista Vaclav Havel na chefia do governo em Praga e a insurreição popular na Romênia contra o presidente Ceaucescu, em dezembro.

Estes acontecimentos não revelam, por si sós, a trama histórica que explica sua eclosão quase simultânea, mas, vistos em conjunto, podem ser tomados como sintomas de uma transformação histórica relevante. Num texto escrito em outubro de 1990, após mencionar os perigos de "dar um diagnóstico instantâneo" para fatos históricos, Hobsbawm se refere assim ao ano de 1989: "(...) há momentos quando acontecimentos concentrados em um curto espaço de tempo, não importa como os interpretemos, são obviamente históricos e imediatamente reconhecidos como tal".[1] Não foram apenas os historiadores que reconheceram instantaneamente a relevância dos acontecimentos, mas também, e, sobretudo, os meios culturais de massas. Se a espetacularização da crise dos regimes do Leste Europeu pouco ajuda para a compreensão do fato histórico, revela, entretanto, muito acerca dos agentes responsáveis pela circulação e legitimação dos clichês anexados ao espetáculo.

[1] HOBSBAWM, Eric. Adeus a Tudo Aquilo. In: BLACKBURN, Robin (org.) *Depois da Queda*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 93.

O processo histórico real não se confunde com e nem se restringe à sua versão espetacular, que pode ser, no entanto, um dos seus aspectos. A crise que explodiu violentamente em 1989 e que nos dois anos seguintes varreria todo o território sob influência direta de Moscou na Europa e na Ásia, culminando com a dissolução da própria União Soviética em 1991, tem raízes profundas. Profundas e já estudadas, desde há muito, por autores vinculados a distintas tradições teóricas, conforme se pode constatar pelas recuperações de Fernando Haddad e Luiz Fernandes.[2] Em 1936 a análise de Trotski sobre a URSS já indicava a vigência de contradições estruturais que somente se resolveriam com a derrota da burocracia pelo proletariado revolucionário (revolução política) ou com a restauração do capitalismo e transformação de parte da burocracia em burguesia.[3] O fato de que não tenha sido construído um consenso entre os estudiosos da história da URSS não pode justificar o silêncio a respeito de um debate que, além de envolver todas as tradições da esquerda no século XX, mereceu extensa dedicação na obra de pesquisadores como Isaac Deutscher e E. H. Carr. Ao menos o fenômeno mais recente da estagnação econômica da "era Brejhnev" não poderia passar desapercebido aos analistas, e certamente não depois que ela foi reconhecida expressamente como tal pelo próprio Secretário Geral do Partido Comunista, Mikhail Gorbatchev, em livro que foi publicado em dezenas de línguas e em todos os continentes em 1988.[4] Após a posse de Gorbatchev no cargo de Secretário Geral, em 1985, a discussão sobre os bloqueios da economia e da sociedade soviética foi travada publicamente em espaços oficiais e por técnicos e intelectuais do próprio Estado Soviético.[5]

É, pois, significativo que, no calor da hora, intelectuais de nomeada tenham proferido afirmações como a de que "não houve nenhuma teoria, nenhuma estratégia que previsse esses acontecimentos" ou, ainda mais impressionante, que estamos diante da "impossibilidade de se construir alguma teoria sobre os acontecimentos".[6] Tudo se passa como se os eventos de 1989-1991, não podendo ser objetos de

---

[2] HADADD, Fernando. *O Sistema Soviético*, S. Paulo, Scritta, 1992. FERNANDES, Luís. *O Enigma do Socialismo Real*, Rio de Janeiro, Mauad, 2000.
[3] Cf. TROTSKY, Leon. *The Revolution Betrayed*. Labour, Detroit, 1991.
[4] Cf. GORBATCHEV, Mikhail. *Perestroika. Novas Idéias para meu País e o Mundo*. São Paulo, Bestseller, 1988
[5] Um compêndio de textos deste debate no interior da URSS na segunda metade dos 80 foi realizado por POMERANZ, Lenina (org.). *Perestroika. Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo, EDUSP, 1990.
[6] OFFE, Claus. Clave Roja n. 4, Buenos Aires, outubro de 1994, *apud* COGGIOLA, Osvaldo. O Marxismo e o Fim do Stalinismo. In NÒVOA, Jorge, (org.) *História à Deriva*. Salvador, UFBA, 1993, p. 270.

tratamento científico, tivessem de ser confiados exclusivamente à espetacularização promovida pela grande imprensa internacional.

Aqui não pode ser o lugar para um balanço da historiografia sobre a *débâcle* da URSS e dos países satélites, mas não é possível evitar a menção da temática, ainda que não se vá além disso.[7] A razão é óbvia: a Articulação, como toda a esquerda, se viu confrontada com a necessidade urgente de tomar posição frente à seqüência vertiginosa daqueles eventos. E esta tomada de posição se dá precisamente na tensão a que acabei de aludir entre a força atrativa da espetacularização da "crise do socialismo real" e o esforço para decifrar os sintomas e compreender a dinâmica do processo histórico real. Ora, a Articulação participou, na década de 90, da legitimação de clichês sobre a crise do "socialismo real". O modo como ela processou esta discussão revela, por sua vez, o desenvolvimento de tendências que abririam uma crise real entre os socialistas do PT.

As primeiras reações aos acontecimentos no Leste europeu não indicavam mudanças importantes. Em maio/junho de 1990, quando da realização do 7° Encontro Nacional do PT, as posições da Articulação sobre a crise da URSS e dos países satélites pouco diferiam dos posicionamentos anteriores da tendência sobre o chamado socialismo real. A postura de eqüidistância crítica entre aqueles regimes e a social-democracia, que acompanhou a trajetória da Articulação (e do PT), asseguraria uma "condição privilegiada" para abordar a crise. Isto não significava, decerto, ignorar a profundidade da crise e seus desdobramentos para a luta do partido pelo socialismo: "Não tenhamos dúvidas: a fábula fala de nós."[8] Além de responder aos "ataques da burguesia, que não perderá uma oportunidade tão boa para tentar neutralizar o crescimento do PT e da consciência socialista no Brasil", o PT teria que enfrentar o "desafio maior" de "extrair da trágica experiência desses países lições que ajudem a precisar melhor o nosso projeto". O balanço do socialismo real deveria ser feito, porém, de uma perspectiva socialista:

> "Participamos deste debate reafirmando de saída nossa condição socialista (...) A crítica necessária ao 'socialismo real', a seus condicionantes históricos e a seus fundamentos teóricos já faz parte da

[7] Há muitas análises marxistas da evolução histórica da crise da economia soviética, com importantes diferenças entre elas. Ver, por exemplo MEYER, Victor. *Determinações Históricas da Crise da Economia Soviética*. Salvador, UFBA, 1995; CALLINICOS, Alex. *A Vingança da História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992. MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika*. 3ª ed., São Paulo, Busca Vida, 1989. FERNANDES, Luís. *URSS Ascensão e Queda*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1991.

[8] *Contribuição dos Delegados da Articulação ao 7° Encontro Nacional*, p. 1. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VII ENPT (1); maço s/ título.

> trajetória petista e terá prosseguimento, sem contemplação. Mas sem perder de vista que a etapa histórica em que vivemos continua sendo a era da exploração capitalista e da dominação burguesa".[9]

Partindo dessas premissas, a tese sugere todo um programa de estudo sobre a experiência do Leste europeu e apresenta um "esboço" em três tópicos, que seria o resumo do "que vimos acumulando em nossa reflexão partidária". O primeiro tópico tem o título "Democracia", e a crítica dos redatores da tese incide sobre o caráter autoritário do socialismo real: "estamos vivendo (...) o colapso de todo um modelo e de toda uma concepção profundamente autoritária, que marcou a caracterização do Estado, do partido político e da sociedade civil". A concepção de partido único, o cerceamento da liberdade de expressão, o sufocamento das "organizações do que poderia vir a ser uma sociedade civil socialista" e a "promíscua fusão Estado-partido" seriam elementos que "separam, como um fosso, esses modelos daquilo que propomos para o Brasil." O "socialismo se esvanece [sic] conforme é barrada a livre participação popular."[10]

O segundo tópico do "esboço" é sobre economia. O fracasso econômico do socialismo real demonstraria os limites da concepção econômica que "confundia socialismo com estatismo". Serviços elementares como "consertos domésticos, padarias, bares, táxis, etc.", que "poderiam fluir com agilidade, leveza e eficiência sob gestão particular tornaram-se entravados e geradores de forte descontentamento popular". Erros de planejamento, sobretudo na agricultura, e um modelo de industrialização incapaz de atender à demanda por bens de consumo somaram-se a um problema mais profundo: a gestão burocrática e autoritária da economia. Formou-se um "imenso campo de identidade entre dirigentes partidários e dirigentes da administração pública, adquirindo contornos típicos de uma camada ou casta privilegiada que, na verdade, ocupou o lugar antes reservado à burguesia". Em face desta caracterização, a Articulação considerava pertinente indagar "a respeito de se poder ou não caracterizar, com rigor,as relações econômicas implantadas nesses países, como relações socialistas de produção."[11]

O terceiro tópico era o "nível ideológico-cultural". Embora aqueles regimes proporcionassem a universalização da escolaridade e maior acesso aos bens culturais,

---

[9] Idem, ibidem, p. 2.
[10] Id., ibid., p. 3.
[11] Id., ibid., p. 4.

afirmou-se, ao mesmo tempo, um "espírito dogmático". A falta de liberdade para a produção cultural correspondeu à exaltação de uma "coletividade fria e abstrata". Por isso, "não pode ir à frente o projeto de construção simultânea de uma nova sociedade e de uma nova humanidade".[12] O próprio pensamento revolucionário e internacionalista, confinado ao dirigismo intelectual do Estado e do partido, não avançou.

No plano mundial, a queda dos regime do Leste coincidia com a "tentativa das forças conservadoras de direita de articularem um projeto estratégico para o capitalismo",[13] através do neoliberalismo. Nos países do Leste, a introdução das relações capitalistas agravará as desigualdades e os problemas dos trabalhadores. "Mais dia, menos dia, tudo o que leva a classe trabalhadora a lutar contra o capitalismo nos países da África, Ásia e América Latina começará a se fazer presente também ali."[14]

Além do "esboço" sobre a crise do socialismo real, a tese continha um texto sobre a estratégia socialista do PT. Com relação às elaborações anteriores sobre estratégia, particularmente o *projeto democrático e popular* aprovado no 5° ENPT, havia poucas modificações. "Socialismo, democracia e liberdade" seriam "valores políticos fundamentais e indissociáveis entre si", na formulação da Articulação. O projeto socialista visava a construção de uma sociedade sem classes:

> "O requisito básico para realizar a **superação das classes sociais**, tais como existem no capitalismo, com seu cortejo de profundas desigualdades e injustiças, continua sendo a **socialização dos meios de produção e a edificação de novos tipos de relações sociais**, avessas à exploração econômica, à repressão política e à opressão cultural."[15]

Seguindo as pegadas do *projeto democrático e popular*, a tese reafirmava que este programa de socialização não atingiria as pequenas e médias empresas. Os empresários destes setores eram considerados como aliados estratégicos na luta antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiária. A transição socialista era pensada como um período longo em que não haveria o "monopólio do poder" por nenhum "suposto partido único da classe trabalhadora". Durante este período poderiam "conviver e disputar a hegemonia e o poder diferentes partidos, representando interesses de classe diferentes dos da classe trabalhadora". O texto não esclarece se,

[12] Id., ibid., p. 3-4.
[13] Id., ibid., p. 5.
[14] Id., ibid., p. 6.
[15] Id., ibid., p. 7, grifos meus.

entre estes interesses de classe "diferentes", estariam os interesses burgueses. Acrescenta, porém, logo abaixo: "A burguesia perde suas riquezas e seu poder,e por isso fará tudo para impedir ou retardar o processo de socialização". A defesa do socialismo contra as investidas restauracionistas burguesas seriam coordenadas a partir de uma "legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos".[16]

O detalhamento da estratégia também era uma retomada da tese aprovada pelo 5° ENPT. A luta pelo socialismo teria o caráter de luta de massas, para cuja organização seria indispensável o partido de massas dos trabalhadores. O poder seria abordado na perspectiva da disputa de hegemonia, entendida como esforço para a obtenção do consenso da maioria através da guerra de posições. Para a Articulação, a "conquista do poder político não começa nem termina, e tampouco se reduz simplesmente à clássica representação simbólica da 'ocupação do palácio governamental.'" A tomada do poder não seria um "assalto", mas tampouco "acreditamos na idéia gradualista de que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos cada vez mais violentos". Luta de massas e lutas institucionais deveriam ser combinadas, embora a tese ressalte a "real possibilidade de vitórias eleitorais de importância nitidamente estratégica". Os governos petistas teriam de ser "instrumentos a favor do avanço do acúmulo de forças nos vários planos de luta dos trabalhadores".[17]

A ênfase na democracia como um valor permanente era sensivelmente mais pronunciada neste texto que no de 1987. Aludindo recorrentemente ao caráter autoritário do socialismo real, o texto da Articulação reivindicava, em várias passagens, o valor estratégico da democracia. O núcleo argumentativo central do livro de Francisco Weffort, *Por Que Democracia?*[18] era retomado pela tese, que considerava que a "democracia, concebida como ampla soma de direitos do cidadão no campo da participação e da representação política, não pode ser encarado como um valor burguês" e sim como conquista do movimento operário. A "luta pela democracia assumiu ao longo da história um conteúdo universal, ao sair das mãos da burguesia para ser empunhado pelos trabalhadores".[19]

---

[16] Id., ibid., p. 8.
[17] Id., ibid., p. 11-2.
[18] WEFFORT, Francisco. *Por Que Democracia?* 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.
[19] *Contribuição dos Delegados da Articulação ao 7° Encontro Nacional.* Loc. cit. p. 13.

O *petismo autêntico* não estava ausente do texto. Para a Articulação, o PT, no seu caminho para o socialismo, tem tido que lidar com dificuldades oriundas de três setores: das "forças reacionárias da sociedade", dos setores petistas que "não compreenderam – ou buscaram alterar – a vocação decididamente revolucionária do PT" e procuram transformá-lo numa agremiação "de cunho pequeno-burguês ou social-democrata, ou meramente reformista" e dos setores "aferrados a idéias ortodoxas" que exigem que o PT se proclame como um "partido revolucionário". Superando estes obstáculos, o PT se tornou a "força política mais revolucionária da nossa história" na medida em que ajudou na construção de "ferramentas de organização e luta do povo" e colaborou para firmar "ainda mais o senso de independência classista entre contingentes amplos de trabalhadores."[20]

Esta tese foi a base das resoluções do 7° Encontro e foi também a expressão de um momento em que as relações internas no PT permitiram estender por algum tempo a relativa distensão que a campanha presidencial produzira. A chapa da Articulação foi apoiada por 56% dos delegados ao Encontro, mas a corrente majoritária não estava interessada em simplesmente impor seu número e aprovar o que desejasse. Ela aceitou incorporar à sua tese, que fora aceita como tese guia, várias emendas propostas por correntes da esquerda petista, o que significava uma disposição política clara para a produção de consensos em torno das suas posições. Correntes como a DS, em editorial do seu jornal, consideraram o Encontro como o coroamento de um momento com "sentido positivo".[21]

As tendências que tinham divergências de fundo com o *projeto democrático e popular* desde o 5° Encontro, porém, mantiveram suas críticas e sua posição de não negociar acordos pontuais com a Articulação. O dissenso programático se expressava, no plano organizativo, no debate sobre a regulamentação das tendências. Em março, o Diretório Nacional determinara procedimentos para que as tendências do partido fossem oficialmente reconhecidas, com base nos critérios fixados pelo 5° ENPT.[22] Somente duas tendências não foram prontamente reconhecidas: a *Causa Operária*, considerada fora dos critérios, e a *Convergência Socialista*, a respeito da qual a decisão ficava "em suspenso" até que novas informações fossem obtidas por uma comissão do DN. Em julho o DN aprovou uma resolução em que "não reconhece a

[20] Id., ibid., p. 9.
[21] Editorial: VII Encontro: a consolidação da democracia. *Em Tempo*, junho de 1990, p. 2.
[22] A resolução do DN encontra-se em PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 360-364.

Causa Operária como tendência interna do PT", negava a inscrição de membros da *Causa* como candidatos do PT nas eleições de 1990 e estabelecia um prazo de três meses para que os "filiados do PT identificados com a Causa Operária façam a opção pelo PT". Decidiu-se, assim, a expulsão da *Causa*, uma organização que atuava no PT desde a fundação do partido. Votaram a favor da expulsão os membros do DN ligados à Articulação, *Vertente Socialista*, *Nova Esquerda* e *Democracia Socialista*. Votaram contra a expulsão a *Convergência Socialista*, *O Trabalho* e o *Movimento por uma Tendência Marxista* (MTM), a fração do PRC que rompeu com a *Nova Esquerda* no início de 1990.[23] A *Convergência* foi oficialmente reconhecida pelo DN, depois que a comissão apresentou seu parecer com esta indicação.

O debate sobre o socialismo, sobre a orientação programática e a organização do PT estava, no entanto, longe de se esgotar. O próprio 7° Encontro, por iniciativa da Articulação, decidira convocar para o ano seguinte o 8° Encontro ou I Congresso do PT,[24] inicialmente para tratar da reforma do Regimento Interno. Não era um tema meramente administrativo, mas sim a tentativa de definir parâmetros para o funcionamento interno do partido, isto é, regras para a disputa política dos rumos do PT. Além disso, com o desenvolvimento e crescente agudização da crise dos regimes do Leste europeu, o tema da "crise do socialismo real" continuava a ocupar o centro da agenda de debates de toda a esquerda.

Em novembro de 1990 a Comissão Executiva Nacional lançou a convocatória para o I Congresso do PT, cujo texto esclarece as motivações para o esforço de um grande "balanço crítico destes anos de existência partidária a fim de promover as necessárias correções no rumo da atuação política impostas pelas novas conjunturas que o país e o mundo enfrentam".[25] A nova conjuntura no país significava, para a Executiva, não só o governo Collor, mas também a constatação de que

> "a vitória do PT em numerosas Prefeituras, a ampliação das Bancadas Parlamentares petistas e as perspectivas de avanços na conquista de outros espaços institucionais, vêm colocando para o Partido novos e inéditos desafios, que só um empenho coletivo de reflexão teórica e ação prática poderá enfrentar".[26]

---

[23] Resolução sobre a Causa Operária. Anexo 7 das resoluções do DN. Circular CEN/2/90, de 18/07/90. *Causa Operária*, 110, 2ª quinzena de julho/1990. CEDEM.

[24] Até o final de 1990 a Executiva Nacional não havia ainda decidido entre a denominação de "Congresso" ou "Encontro" para o evento convocado pelo 7° ENPT. Nos documentos de fevereiro de 1991 a opção pelo primeiro já fora feita. O Encontro Nacional de 1993 viria a ser, então, o 8°.

[25] *Conclamatória: 8° Encontro Nacional – I Congresso do PT*. CSBH, Fundo DN, Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3), maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (1), p. 1.

[26] Id., ibid., p. 2.

As correções incluíam revisar "a maneira de organizar e construir o Partido, particularmente quanto ao aprimoramento da democracia interna e das relações entre as bases e as direções".[27] Este seria o primeiro objetivo do Congresso: "A reformulação da organização e funcionamento do Partido deverá ser um dos principais resultados do 8° Encontro Nacional (I Congresso)."[28] O reconhecimento da necessidade de constituir novas regras para as relações políticas internas é um importante indicador da alteração nos próprios fundamentos políticos dessas relações. As bases anteriores da unidade política entre as distintas correntes já não eram plenamente eficazes para garantir a coesão, e os dirigentes do PT procuravam enfrentar o problema através da discussão das regras de funcionamento partidário.

Dois outros grandes objetivos do I Congresso seriam o debate da "crise da luta pelo socialismo no mundo" e "com certeza o de maior complexidade já colocado para o Partido em toda a sua história – é o de elaborar e implementar um caminho de transformação social compatível com nosso projeto de socialismo".[29] Em fevereiro do ano seguinte, no ato de lançamento do I Congresso, Lula voltava a enfatizar a necessidade de rediscutir o socialismo:

> "[é preciso que enxerguemos que] não podemos continuar discutindo socialismo nos moldes em que discutíamos há alguns anos atrás. Que não podemos fingir que nada mudou no mundo, que tudo continua como dantes e que, portanto, nós estamos corretos. Que o nosso partido também não tem nenhum defeito, continua correto, continua sem cometer nenhum equívoco. Nós chegamos à conclusão que é preciso evoluir."[30]

E continuava:

> "Em 1989, quando disputávamos a campanha para Presidente da República, a direita nesse país, os representantes da burguesia, na verdade, quase nos encurralaram no debate sobre o socialismo. Cada pedaço do Muro de Berlim que era vendido aqui nas ruas de São Paulo, ou que algum visitante brasileiro na Europa trazia para dar de brinde a um companheiro, era uma martelada na nossa cabeça. Alguns sequer sabiam o que responder. Outros, caíram na perplexidade."[31]

Lula reafirma a "necessidade de continuar com a nossa utopia" e convida o partido a "tentar resgatar, não apenas para ele, mas também para fora do PT, o debate

---

[27] Idem, ibidem, p. 2.
[28] Id., ibid. p. 5.
[29] Id. ibid., p. 7.
[30] *Discurso de Lula no Ato de lançamento do I Congresso do PT*. CSBH, Fundo DN, Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (5), maço DISCURSO, p. 4.
[31] Idem, ibidem, p. 5.

sobre o socialismo. (...) porque nós continuamos a acreditar que o socialismo cometeu muitos erros, mas o capitalismo cometeu muito mais".[32] A fala de Lula antecipa alguns elementos da própria tese da Articulação ao I Congresso. A Articulação sempre procurou pensar a si mesma e ao PT como vinculados a um projeto de socialismo distinto das experiências stalinistas e social-democratas, e sua tese ao 7° ENPT já afirmara poucos meses antes esta mesma postulação, que reaparece com ênfase na tese ao I Congresso, publicada em agosto.[33] No entanto, é inegável que a *queda do muro*, expressão emblemática que pretende nomear o processo de *débâcle* a que nos referimos, permanecia como questão em aberto e como temática incontornável. Ainda que negando a filiação ao modelo que "desabou no Leste"[34] a Articulação reconhece que

> "O colapso dos regimes do Leste europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado 'campo socialista' não se constituiu apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917."[35]

Em 1991, a concepção de socialismo definida por Aluísio Mercadante como "luta pelo resgate dos valores, dos princípios, da ética (...) valores fundamentais que nos permitem nos confrontar com a sociedade capitalista" era ainda minoritária na Articulação.[36] A tese da tendência proclamava que os "ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de

---

[32] Id. ibid, p. 6.

[33] Uma das seções da tese é intitulada "Nem 'socialismo real' nem social-democracia". *Por um Brasil Democrático e Popular*. Tese da Articulação ao I Congresso do PT. CSBH, Fundo DN, Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS, pp. 11-3.

[34] "O Que Desabou no Leste" é o título de outra das seções da pré-tese e da tese da Articulação ao I Congresso do PT e ali aprovada como Resolução. A dinâmica especial dos debates antes e durante o I Congresso, que incluía a divulgação de pré-teses, réplicas e tréplicas antes das teses finais, será analisada melhor no capítulo 5.

[35] *Por um Brasil Democrático e Popular*. Tese da Articulação ao I Congresso do PT. CSBH, Fundo DN, Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS, p. 3. Quase sempre o termo *socialismo* e seus cognatos são empregados, nas referências aos regimes do Leste, entre aspas e/ou acompanhados de qualificativos como "dito real" ou "burocrático". As marcas textuais são resultado da indefinição, no interior da própria Articulação, sobre como definir aqueles regimes. No seminário nacional da corrente, realizado em junho, as posições de dirigentes como Leo Lince, Glauco Arbix e José Dirceu eram divergentes sobre ter havido ou não socialismo na URSS e seus satélites. *Seminário Nacional da Articulação*, junho de 1991 (transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2).

[36] In: *Seminário Nacional da Articulação*, junho de 1991. (transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2), p. 30.

inspiração",[37] e reafirma, em vários trechos, a luta pela superação histórica do capitalismo:

> "Toda uma década de intenso convívio com a tragédia social brasileira fortaleceu nossas convicções radicalmente democráticas e anticapitalistas. (...) Estamos convencidos de que a tarefa que se coloca hoje para a classe trabalhadora e todas as forças progressistas é a de impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático."[38]

Mas ao proceder ao exame das causas do colapso dos regimes do Leste Europeu a Articulação incorporou elementos teóricos que introduziam, sub-repticiamente, ambigüidades e inconsistências de tipo novo no anunciado projeto de socialismo democrático. A tese identifica, na origem do "modelo econômico, político e social" das várias experiências socialistas, as

> "mesmas fontes teóricas e práticas que ganharam destaque com a Revolução Russa de 1917 e com o modelo soviético de construção do socialismo. (...) [essas experiências] Terminaram por erigir seus pressupostos em dogmas intocáveis, à revelia da experiência histórica posterior (...) [dogmas que] aparecem hoje fortemente identificados com as tradições do movimento socialista e com a própria noção de socialismo."[39]

O texto não esclarece quais eram as "fontes" e quais eram os "pressupostos" que foram dogmatizados (o marxismo? a estratégia bolchevique? o stalinismo?) e há uma razão para a omissão. A crítica *aberta* ao marxismo ou mesmo a Lênin ainda era difícil de sustentar no interior da Articulação, e ainda mais no interior do PT. Pouco antes do I Congresso, num seminário interno da tendência, José Dirceu defendeu explicitamente o marxismo como "a principal fonte de estudo nosso. O PT não era e não deve ser marxista, porque isso é um despropósito. Mas não acho que a gente deva fazer qualquer proposta de combate ao marxismo e ao leninismo."[40] O argumento de Dirceu era apoiado na constatação de que a defenestração do marxismo era, naquele contexto, parte da ofensiva ideológica contra a esquerda. Por outro lado, a crítica *velada* dos "pressupostos" abria caminho para a aproximação da Articulação com os grupos que já estavam muito mais avançados na renúncia ao marxismo, como a

---

[37] *Por um Brasil Democrático e Popular*, loc. cit., p. 3.
[38] Idem, ibidem, p. 10.
[39] Id., ibid., p. 8.
[40] In: *Seminário Nacional da Articulação*, junho de 1991.(transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2), p. 27. No mesmo evento, Aluísio Mercadante sustentava que, na questão da democracia, "*temos que fazer um acerto de contas com o leninismo*". Idem, ibidem, p. 42.

Vertente Socialista e a Nova Esquerda. O I Congresso foi o ensaio geral da aliança que terminaria por constituir o campo majoritário, fração dominante do PT a partir da segunda metade da década.[41]

As ambigüidades da Articulação decorriam, portanto, menos de imprecisões teóricas (decerto existentes) e muito mais da própria posição da tendência na correlação de forças interna do PT. Vários dos seus dirigentes percebiam as inconsistências. No seminário de junho de 1991, preparatório para o I Congresso, um dos debatedores reconhece as dificuldades para a Articulação em firmar posição a respeito de temas como insurreição e ditadura do proletariado. Haveria, da parte da tendência, sempre

> "uma tentativa de encontrar um meio termo para conciliar – estou usando de propósito estas palavras para suscitar o debate – uma certa ortodoxia, vamos chamar assim, principista, no mau sentido, para conciliar isso com a heterodoxia, vamos chamar assim, que representou o PT em vários momentos. Então nós somos mestres, todos aqui somos mestres em encontrar fórmulas que acabam satisfazendo – a Causa Operária eu não arriscaria, porque aí é duro – mas, sabe? Acabam encontrando um melê, um meio campo meio esquisito."[42]

Aloísio Mercadante, no mesmo seminário, afirmava que a "inspiração leninista está presente o tempo inteiro na ambigüidade da atuação do partido. Eu acho que as concessões que nós fazemos para poder conviver com essa ambigüidade imobilizam, dificultam o crescimento e o avanço do partido".[43]

A condição de força hegemônica havia exigido da Articulação,ao longo da sua existência, a elaboração de formulações políticas que expressassem as linhas de consenso entre as diversas correntes do PT. Mercadante e Arbix revelam, em suas intervenções, que os termos daquele consenso passaram a ser indesejáveis para a Articulação (ou, pelo menos, para vários de seus dirigentes), mas qualquer nova formulação poderia implicar num rearranjo de forças e em ameaças à posição hegemônica da sua corrente. Um complicador adicional provinha do fato de que, no interior da própria Articulação, havia setores identificados com as formulações que

---

[41] Num texto de janeiro de 1992, avaliando o Congresso, Gilney Amorim Viana fala da constituição, no Congresso, do bloco "*petista radical*", uma nova maioria partidária que estaria "*convicta e alinhada com as conceituações fundamentais que formam a identidade político-ideológica do PT: socialismo democrático, estratégia de maioria e partido de massa*". Compunham este bloco os militantes "*que se referenciam na Articulação e no 'Projeto para o Brasil*"". VIANA, Gilney Amorim. O Congresso acabou, e agora PT? In: Avaliação do 1° Congresso. Articulação – Tendência Interna do PT. CSBH, Fundo DN; Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS.

[42] Glauco Arbix. In: *Seminário Nacional da Articulação*, junho de 1991. (transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2), p. 8.

[43] In: Idem, ibidem, p. 43.

Arbix e Mercadante desejariam abandonar e que eram alicerçadas, em última análise, no princípio da independência de classe. A tese ao I Congresso, exatamente por suas omissões e ambigüidades, era uma expressão desta situação.

Logo após mencionar genericamente os "pressupostos" erigidos em "dogmas intocáveis" a tese enumera e dá sentido de conjunto aos "dogmas", ampliando as ambigüidades, mas agora com conseqüências mais sérias:

> "O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo para o Brasil os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de **partido único**, dos **sindicatos como engrenagens do Estado**, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do **alijamento do povo do exercício do poder**, da **eliminação dos opositores** e do **predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos**, **tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do proletariado**."[44]

O termo *ditadura do proletariado* aparece de modo inteiramente impreciso e é exatamente essa imprecisão que é necessário compreender. A expressão é, como se sabe, de Marx e foi empregada por ele em diferentes contextos para designar sempre o mesmo objeto: o conteúdo social do Estado após a revolução socialista.[45] Todos os "dogmas" listados pela Articulação e grifados por mim são construções históricas posteriores e não há como sustentar que são "derivações" da obra ou do conceito de Marx. Assim, o partido único e os sindicatos como correia de transmissão do Estado tornaram-se doutrina oficial somente a partir do desenvolvimento histórico da luta pelo socialismo na União Soviética, e somente após a derrota das posições antagônicas no próprio partido bolchevique, também defensoras da ditadura do proletariado. O alijamento do povo dos centros decisórios, a eliminação física dos opositores e o poder exacerbado do partido sobre toda a sociedade poderiam ser compreendidos, ao contrário do que a tese sustenta, como a negação do conceito de ditadura do proletariado – pois é um curioso ditador este que estaria alijado do poder, sob a tirania de um partido estranho e ainda sofrendo perseguições políticas. A questão aqui, no entanto, não é a de provar que o uso do termo na tese da Articulação

---

[44] *Por um Brasil Democrático e Popular*. Op. cit., p. 8, grifos meus. Este parágrafo foi aprovado sem alterações na plenária do Congresso. Houve ainda a inclusão, através de acordo entre as tendências, de um trecho da tese **Projeto para o Brasil** que condenava explicitamente qualquer ditadura, inclusive a ditadura do proletariado. Trato do assunto no capítulo 5.

[45] O conceito aparece em diversos textos. Cf. MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha* e *A Guerra Civil na França*. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas, vol. 2. São Paulo, Alfa-Ômega [s.d.]; *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*. Ibidem, vol 1.

é inadequado ou equivocado. Trata-se de compreender este suposto equívoco e suas implicações sobre o *novo socialismo democrático*.

A recusa do conceito de ditadura do proletariado foi feita operando um deslocamento de sentido: ao invés de tomá-lo como indicador do *conteúdo social* do Estado na transição para o socialismo, a Articulação rejeita o que lhe parece ser uma *forma autoritária* de exercício do poder. Em contraposição à forma autoritária, o projeto de socialismo democrático

> "prevê, portanto, a existência de um Estado de direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas (...); onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder."[46]

Como forma, a ditadura do proletariado é, antes de tudo, uma ditadura. O seu oposto é o Estado de direito e as formas democráticas de organização da política. Ao reduzir o sentido do conceito à dimensão formal a Articulação faz mais do que simplesmente alterar, sem argumentos teóricos, o sentido marxiano original. Ela sai do terreno em que Marx punha a questão central da política, que era a de questionar a autonomia das formas e indagar sua relação com os conteúdos sociais nelas expressos. Na crítica ao conceito de ditadura do proletariado, a Articulação se move no interior da concepção liberal da política e da democracia como forma pura e abstrata. Trata-se, em 1991, de um giro ainda incompleto rumo ao liberalismo político. É possível encontrar, poucas páginas antes, outra concepção de democracia, menos harmonizável com a noção liberal na medida em que postula não ser a democracia

> "uma formalidade que pudesse ser separada do social. A democracia para nós, é a forma concreta através da qual a sociedade pode discutir e escolher abertamente, pelas maiorias, os meios e as formas de progresso material, da produção, da repartição e da circulação dos bens materiais e culturais por ela produzidos. Foi por não incorporarem esta concepção que os partidos comunistas no poder levaram as economias de seus paises a um beco sem saída."[47]

Se ainda é definida como *forma*, esta concepção de democracia, no entanto, inclui também a possibilidade de alterar o poder sobre a produção, o que é estranho ao

[46] *Por um Brasil Democrático e Popular*. Op. cit., p. 12.
[47] *Por um Brasil Democrático e Popular*. Op. cit., p. 9.

liberalismo. O giro incompleto rumo ao liberalismo é também, neste caso, um giro incompleto para longe do marxismo.[48]

Eis o sentido da imprecisão no uso do conceito de ditadura do proletariado. A Articulação encontrava-se nos umbrais de uma concepção de política diferente da que havia sido a sua até então. A adesão reiterada ao objetivo de superar o capitalismo e a reafirmação da centralidade da classe trabalhadora nessa tarefa estão presentes no texto como marcas do projeto político que fundou o PT. Por outro lado a crítica à ditadura do proletariado aporta novos elementos, cuja incompatibilidade teórica com o projeto anterior se manifesta com o aparecimento de ambigüidades e inconsistências no texto. A questão passa a ser, então, por que a Articulação cedia, mesmo que parcialmente, aos encantos da concepção liberal da política? Como se deve interpretar o fato de que, sem se preocupar em fazer a crítica teórica do conceito, os dirigentes da Articulação tenham concluído que "a defesa da ditadura do proletariado hoje é, diante de uma experiência de 70 anos, um suicídio político"?[49]

A resposta está nas mutações que se processavam na práxis política da tendência. A análise completa deste movimento depende da consideração de outros aspectos, o que faremos ao longo do capítulo. Mas um deles começa a ficar evidente já no I Congresso, e a observação de outro trecho da tese nos possibilita uma primeira aproximação. Trata-se da questão da disputa por hegemonia. No I Congresso a Articulação retoma a discussão da hegemonia como "parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil" e esclarece, poucas linhas abaixo, em que consiste esta transformação: nem "assalto ao Estado" nem

> "ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos. Reafirmamos, portanto, que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil necessita supõem uma revolução social".[50]

---

[48] Aluísio Mercadante realiza, no mesmo contexto, um giro ao liberalismo econômico e à reabilitação teórica do mercado no projeto político da esquerda. Ao criticar a incapacidade do planejamento central de responder com a mesma agilidade que o mercado às demandas da modernização tecnológica ele propõe "*recuperar a idéia de planejamento estratégico*", na qual o Estado opera ao produzir políticas públicas para o desenvolvimento e ao "*sinalizar para o setor privado o lugar do mercado e a forma de participação nesse projeto de desenvolvimento*". In: *Seminário Nacional da Articulação*, junho de 1991 (transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2), p. 33.

[49] ARBIX, Glauco. In: Idem, ibidem, p. 9.

[50] *Por um Brasil Democrático e Popular*. Op. cit., p. 13.

Até aqui não há mudança com relação ao texto da tendência no 5° ENPT, que formulou a tese do acúmulo de forças e do campo democrático e popular. A diferença essencial é quanto ao modo concreto de travar a disputa por hegemonia:

> "Até 1987, a disputa por hegemonia era colocada basicamente como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa necessariamente a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais".[51]

As disputas eleitorais ganham uma importância que até então não tinham no discurso da Articulação: "nosso centro tático é a luta pela hegemonia política, que a curto prazo se concentra na disputa pelo governo em 1994."[52] A breve análise de conjuntura incluída na tese, embora iniciada por uma alusão às mazelas do capitalismo brasileiro, detém-se na apreciação dos "projetos em disputa na sociedade". Tais projetos não são analisados por seus conteúdos de classe ou mesmo pelo programa que defendem, mas simplesmente identificados às pré-candidaturas à presidência em1994. Após listar os nomes dos prováveis candidatos, a Articulação recomenda ao PT "tirar todas as conseqüências deste quadro, pois é nele que se materializa a disputa por hegemonia na sociedade brasileira".[53]

Aloísio Mercadante, outra vez, é bem mais enfático na defesa da centralidade estratégica das eleições e das experiências de administração pública:

> "A construção, inclusive a mudança na correlação de forças numa sociedade como a nossa (...) passa por você acumular experiências de governo de vários níveis. Então temos que nos preparar para disputar a condição de ser governo. (...) A luta institucional é um espaço fundamental de luta política, de construção dessa sociedade. A luta pela transformação do Estado a partir da experiência de governo, de gestão, de quadros, de discussão de políticas públicas é um espaço fundamental de construção desse novo projeto. (...) [temos que] enfrentar a questão da democracia, de ser governo, disputar pra valer o processo de sucessão presidencial (...) Caso contrário, a gente diz que fez uma opção pela democracia, mas continua trabalhando com uma visão conspirativa menor de transformação da sociedade e que não faz história política."[54]

O que está na base desta guinada tática para as eleições é o mesmo processo que explica as nuances liberais da tese. A experiência dos mandatos, das gestões

---

[51] Idem, ibidem, p. 14.
[52] Id., ibid., p. 16.
[53] Id., ibid., p. 16.
[54] In: *Seminário Nacional da Articulação*, junho de 1991. (transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2), p. 41-2.

municipais e a possibilidade de eleger o presidente da República alteravam a relação concreta da Articulação com o Estado e suas instituições, e não é de estranhar que o discurso da tendência reflita esta experiência. Veremos, no capítulo 8, dados que permitem dimensionar a evolução dessa relação que, em 1991, estava sob influência do seu mais importante impulso. Por ora cabe acrescentar que, se o centro da tática são as eleições, a prática política coletiva deve tratar, antes de mais nada, de viabilizar sucessos eleitorais. Daí a necessidade de "mudanças em nossa forma de intervir e nos relacionarmos com a sociedade, e uma política de alianças que nos possibilite articular um campo de forças partidárias e, especialmente, de forças sociais".[55] No debate interno da Articulação é ainda mais perceptível a força e as implicações da guinada tática. Conclamando a corrente e o partido a livrarem-se "de uma série de cadáveres (...) que, ao andar, a gente arrasta", Glauco Arbix questiona a eficácia dos mandatos parlamentares petistas orientados principalmente para denúncias e a pouca importância que o partido dava a preparar-se para governar "porque essa é a nossa tradição, essa é a nossa herança. Qual herança? Nós temos que pegar a dinamite e enfiar no rabo do Estado e explodir. Então temos que pensar no institucional."[56]

Estas não são mudanças pequenas no projeto político de um grupo que, poucos anos antes, condenava duramente o eleitoralismo de outras correntes do PT. E vindas do grupo majoritário, provocam uma ampla redefinição das relações políticas entre as correntes internas. Começa a ganhar densidade na Articulação a visão dos grupos da esquerda do partido como empecilhos anacrônicos à consolidação do seu projeto político: "O problema é que esses defuntos estão vivos entre nós, eles aparecem, eles falam."[57] Outro dirigente da corrente, José Américo, no mesmo evento, menciona a dificuldade de "colocar para a frente" no interior do PT o programa democrático e popular que consubstanciava a centralidade da disputa do governo: "Ele é combatido à direita por uma visão de adaptação ao Estado (...) e ele é combatido à esquerda pelas concepções, digamos, clássicas da esquerda, da esquerda internacional, a tal Convergência, O Trabalho, etc."[58]

Vale à pena assinalar a coerência entre a guinada tática e a adoção de um "projeto alternativo" para o país centrado na "ampliação do mercado interno, na

---

[55] *Por um Brasil Democrático e Popular*. Op. cit., p. 18. O texto reproduz quase as mesmas palavras usadas por José Dirceu no debate interno da Articulação, em junho.
[56] In: *Seminário Nacional da Articulação*, junho de 1991. (transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2), p 67.
[57] ARBIX, Glauco. In: Idem, ibidem, p. 69-70.
[58] In: Idem, ibidem, p. 72.

democratização da renda, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas".[59] Este projeto deveria permitir a mobilização de um "enorme movimento social por reformas em nosso país".[60] A tese não se detém na relação entre a tática, que privilegia a eleição com um programa de reformas, e a proclamada estratégia do socialismo democrático, que requereria a revolução social. Sem enfrentar a questão de como se articulam o governo democrático popular e o objetivo socialista, as reiteradas recusas da social-democracia como modelo resultam vazias de conteúdo.[61] A Articulação continuará a repelir as acusações de "reformista" e "social-democrata" que lhe eram lançadas por grupos da esquerda do partido, mas mesmo entre os seus dirigentes havia quem se desse conta da debilidade real da posição da corrente a este respeito:

> "(...) ao PT não basta parecer adversário da social-democracia; é preciso não ser social-democrata. Nesse sentido, tão importante quanto o que foi decidido pelo congresso é aquilo que ele não discutiu: ao não equacionar sua tática para 1992, sua política sindical, sua ação governamental e seu programa de reformas estruturais, não apenas perdemos um bom momento para fazê-lo como ainda deixamos de pé todas as dúvidas que os próprios petistas têm acerca da estratégia de fato do Partido."[62]

As dúvidas eram, portanto, legítimas, segundo Valter Pomar. Contudo, ele estava convencido de que elas seriam dirimidas com o esforço de elaboração teórica da relação entre a tática e a estratégia. O que ocorreu, como veremos, foi bem diferente. As elaborações programáticas da Articulação que se seguiram ao I Congresso aprofundaram a tensão entre o socialismo proclamado e a ação política concreta. Os caminhos concretos trilhados pela Articulação agravaram a crise real do projeto socialista.

## 4.2 NOVA TÁTICA, NOVA ESTRATÉGIA

Após o Congresso um setor da Articulação propôs a sua dissolução, considerando que o bloco "petista radical", formado pela corrente majoritária e pelos

---

[59] *Por um Brasil Democrático e Popular*. Op. cit., p. 17.
[60] Idem, ibidem, p. 16.
[61] No seminário de junho José Dirceu chega a mencionar o problema da transição a respeito do Estado e das formas de propriedade, mas a discussão não foi incorporada à tese. *Seminário Nacional da Articulação*, junho de 1991 (transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2).
[62] POMAR, Valter. O Lobo, o Calcanhar de Aquiles e a Articulação. In: *Avaliação do 1° Congresso*. Articulação – Tendência Interna do PT. CSBH, Fundo DN; Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS, p. 14.

signatários da tese *Projeto para o Brasil*, compunha uma maioria estável e, no essencial, unificada para garantir os rumos do PT: "Este bloco. do petismo radical. firma o primado da experiência própria do PT e faz a crítica do patrimônio da luta socialista internacional na busca de novos parâmetros para a sua continuidade e renovação."[63] Na verdade a dinâmica das alianças no Congresso acrescentou argumentos à proposta de auto-dissolução da Articulação, que era anterior.

O *petismo autêntico*, marco político de constituição da Articulação como tendência que estudamos no capítulo 1, implicava, desde o princípio, na desqualificação das tendências adversárias como não autenticamente petistas. Continha, portanto, elementos mais ou menos claros de questionamento sobre a própria legitimidade da existência de tendências no PT. [64] Ora, mas o discurso contra as tendências enunciado a partir de uma tendência (a Articulação) descortina uma contradição evidente. A proposta de decretar a dissolução das tendências nunca esteve completamente ausente do debate na Articulação. As expectativas em torno do I Congresso como momento de corrigir os rumos do partido facilitou o afloramento de propostas como a de Tilden Santiago:

> "Urge proclamar, com um gesto simbólico, o fim do fracionamento do PT em correntes políticas (...). Esse gesto poderá ser a dissolução imediata de uma das correntes (de preferência a corrente majoritária, a Articulação) que só então terá forças para concitar as demais correntes a se dissolverem e a fortalecer o PT – enfraquecido após a regulamentação das tendências e a conversão da Articulação em mais uma corrente."[65]

Este texto foi publicado como contribuição ao debate preparatório, e seu autor propunha que a dissolução da Articulação se desse imediatamente, antes mesmo do I Congresso do PT. O raciocínio de Gilney Viana era muito semelhante, mas já incorporava, como vimos, elementos produzidos pelo Congresso, forçosamente

---

[63] VIANA, Gilney Amorim. O Congresso acabou, e agora PT? In: *Avaliação do 1° Congresso*. Articulação – Tendência Interna do PT. CSBH, Fundo DN; Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS, p. 7.

[64] Em 1986, num Encontro Regional do PT do Piauí, uma militante da Articulação "*usando da palavra lembrou que aquele Encontro era uma instância do Partido dos Trabalhadores, não da Convergência Socialista; acrescentando que a mesma era estranha à composição do PT e ainda que não havia esta sido autorizada pelo PT para elaborar nenhum documento. (...) Dessa forma, apresentou a preliminar de que não se apreciasse o documento por ele ser estranho àquele Encontro, proposta que foi votada e aprovada*." *Ata do IX Encontro Regional do Partido dos Tabalhadores – PT no Piauí. 17 e 18 de maio de 1986*. Livro de Atas, fl. 19. CSBH, Fundo DN, coleção ENCONTROS NACIONAIS, caixa 4° ENPT, maço DOCUMENTOS DOS DRS REF. AO CONGRESSO.

[65] SANTIAGO, Tilden. *Recado Aberto aos Companheiros Petistas*. CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (4); maço s/ título, p. 1. Na capa do documento, embaixo, aparece: "*Manchetes sonhadas por um jornalista petista: Plebiscito impede capa-preta e tendências de dominarem primeiro congresso do PT; Articulação se dissolve no PT e é seguida pelas demais tendências*".

ausentes do texto de Santiago. Quanto à dissolução, porém, o argumento é basicamente o mesmo:

> "Diante da crise vivida pelo PT e do momento de definições estratégicas – para as quais existia e existe suficiente grau de identidade dentro da Articulação – se justificou a sua continuidade até o Congresso, mesmo tendo sido discutida sua auto-dissolução em plenárias nacionais representativas. Agora, realizado o Congresso, qual o sentido de continuar existindo uma tendência que não se propõe a ser tendência, e que não concorda com este conceito e prática de tendência atualmente existente?"[66]

Gilney Amorim e Tilden Santiago foram derrotados no debate interno sobre a auto-dissolução. Prevaleceu a tese de que a existência da Articulação continuava necessária "como um fator de coesão e estabilidade partidária, contra as pressões esquerdistas, as tendências institucionalistas e as forças centrífugas que freqüentemente ameaçam o PT."[67] Ao contrário de Gilney Viana, Pomar via com reservas a emergência no PT de "uma 'heterodoxia' semi-liberal de que a *Nova Esquerda* e a *Vertente Socialista* são os mais novos intérpretes". No debate desses setores com a "'ortodoxia' esquerdista, defensora de um marxismo economicista e vulgar", a Articulação, ao centro, "tem se diferenciado exatamente por tomar posição a partir da experiência histórica e das necessidades do próprio PT". Mesmo reconhecendo que a "Articulação enfrenta crescentes dificuldades para ser maioria, formular políticas e coesionar o Partido", Pomar conclui que "até agora não surgiu nada em condições de nos substituir como força majoritária".[68]

Além da proposta de auto-dissolução, outros temas dividiam a Articulação no I Congresso e após ele. A aliança pontual com os signatários da tese *Projeto para o Brasil*, sobretudo nos temas referentes ao socialismo, resultou na incorporação de emendas à tese da Articulação e em sua aprovação na plenária como Resolução do Congresso.[69] Alguns militantes da Articulação chegaram a assinar a tese PPB, valendo-se do regulamento do Congresso que, no intuito de driblar a demarcação interna das tendências, facultava a cada petista o direito de assinar mais de uma tese. Mas a "relação preferencial" com a *Nova Esquerda* e a *Vertente Socialista* não era ponto pacífico entre os militantes da Articulação. Para alguns era recomendável não

---

[66] VIANA, Gilney Amorim. *O Congresso acabou, e agora PT?* Op. cit., p. 9.
[67] POMAR, Valter. O Lobo, o Calcanhar de Aquiles e a Articulação. In: *Avaliação do 1° Congresso*. Articulação – Tendência Interna do PT. CSBH, Fundo DN; Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS, p. 16.
[68] Idem, ibidem, p. 16.
[69] Analisarei a dinâmica da aliança PPB-Articulação no Congresso no capítulo seguinte.

> "minimizar o curso teórico e político seguido por parte deles, que se até agora nos aproximou, hoje já assume formas preocupantes: teoricismo diletante nas formas, excessivo pragmatismo na política, gradualismo e institucionalismo na estratégia, além de uma visão negativamente utópica do socialismo, muito próxima da tradição liberal. Caberá à Articulação (...) tentar evitar que sua inclinação à direita se acentue demasiadamente".[70]

Durante o Congresso a Articulação fez alianças pontuais também com a corrente *Democracia Socialista*, principalmente na votação da resolução sobre conjuntura nacional. Segundo a avaliação de Pedro Pomar, esta aliança foi importante para impedir que as principais tendências da esquerda partidária (*Convergência, Força Socialista, MTM* e a própria *DS*) se unificassem. O fato é que alguns membros da Articulação assinaram também a tese da *DS*, prefigurando uma polarização interna entre setores que se aproximavam mais ou da direita ou da esquerda do PT. Esta tensão permaneceria sem se resolver até o 8° ENPT, em junho de 1993, e é a causa principal da primeira e única derrota da Articulação na disputa pela direção do partido.

As diferenças entre os dois pólos se agravaram à medida que a conjuntura política do país abria novas questões. No início dos debates partidários a respeito do plebiscito sobre forma de governo, a se realizar em abril de 1993, lideranças da Articulação defenderam publicamente o parlamentarismo. O PT realizou em março um "plebiscito interno" entre os filiados para estabelecer a posição oficial do partido e o resultado foi mais de 70% de preferência pelo presidencialismo.[71] A discrepância entre o pensamento da maioria da base partidária e alguns chefes foi contornada, então, pela disciplina partidária. O PT participou da campanha pelo presidencialismo e nenhum dirigente mais conhecido da Articulação continuou a sustentar publicamente a proposta do parlamentarismo.

Houve outras crises no período, mais difíceis de contornar. Ainda no I Congresso a Articulação e os proponentes da tese PPB foram responsáveis por derrotar a proposta de adoção da palavra de ordem "fora Collor", apresentada pelos setores da esquerda do partido. Só depois que a imprensa divulgou a célebre entrevista em que o irmão do presidente o acusava de corrupção, em maio, e quando

---

[70] POMAR, Valter. *O Lobo, o Calcanhar de Aquiles*... op. cit., p. 18.

[71] Os números finais do plebiscito interno: 50.046 votos pelo presidencialismo, 17.213 pelo parlamentarismo e 1.299 brancos e nulos. *Circular 025/SORG/93, de 29/03/93*, da Secretaria Nacional de Organização para os Conselhos Deliberativos Municipais. CEDHOC, fundo GC.

já começavam a aparecer manifestações populares reivindicando a deposição de Fernando Collor é que a direção do PT encampou a palavra de ordem. O PT terminou por aderir ao movimento, mas não antes que as propostas de CPI e de *impeachment* fossem recusadas mais de uma vez, pelos votos da Articulação, no Diretório Nacional, até serem finalmente aprovadas.[72] Para muitos militantes, a vacilação da direção do grupo majoritário numa questão tão importante não era desculpável. Na CUT, a *Articulação Sindical* aprovou, na direção nacional, uma resolução que proibia fixar cartazes e faixas com o "Fora Collor" nas manifestações do 1° de Maio.[73]

A posse de Itamar Franco, vice-presidente que assumiu definitivamente o governo após a renúncia de Fernando Collor, trouxe complicações adicionais. Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo e um dos nomes mais conhecidos do PT em todo o Brasil, aceitou o convite para compor o ministério. No interior da Articulação havia algum espaço para o discurso em defesa da "governabilidade", que justificava a participação de petistas no governo Itamar em nome da responsabilidade dos que lutaram pelo *impeachment* de evitar que uma crise política incontrolável pusesse em risco as instituições democráticas. Esta posição era, como ficou claro depois, minoritária na Articulação, mas a decisão tomada por Erundina precipitou o acirramento da polarização no interior da tendência.[74] No período anterior ao Encontro, José Dirceu criticava a orientação "pragmática" que terminava por perder a "referência na luta social e tornar-se sócia do sistema político dominante (...) colocando o PT como responsável pela governabilidade de modo genérico".[75]

Neste texto, Dirceu pretendia propor as bases para uma "nova direção" no PT. A "nova direção" proposta por Dirceu nada tinha a ver com a substituição da Articulação nos postos de comando do partido. O que ele pretendia era "retomar o método de discussão e decisão que produziu as principais resoluções do PT e nos

---

[72]. Cf. Pré-Tese Conjuntura (Resumo). Movimento "Na Luta PT". In: *Caderno de Pré-teses ao 8° ENPT*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VIII ENPT(2); maço PROPOSTAS/SUBSÍDIOS.

[73] *Convergência Socialista*, 328, 18 a 24/04/92.

[74] Um documento distribuído internamente na Articulação dois meses após o 8° ENPT, avalia que um dos fatos que precipitaram a formação de um bloco maior de oposição à tendência majoritária foi "*não haver buscado uma resolução amplamente majoritária no debate sobre a posição a ser adotada em relação ao governo Itamar, dando a impressão que aposição de uma ínfima minoria, de apoio ao governo, era dissimuladamente a da maioria da Articulação*". *A Articulação e o 8° Encontro do PT: provocando a discussão*, p. 2. AMORJ, Fundo PT.

[75] DIRCEU, José. *Contribuição ao Debate Interno da Articulação*, p. 4. AMORJ, Fundo PT. Além dos "pragmáticos", Dirceu condena os "doutrinários", que negam o "papel institucional" e a "vocação para ser governo" do PT. *Pragmáticos* e *doutrinários* não corresponderiam, segundo ele, a correntes internas do PT, mas a posições encontradas dentro de várias tendências, inclusive a Articulação.

levou a vitórias políticas e sociais". Dirceu propunha recuperar a prática da "discussão e do debate democrático no interior do partido, criando uma massa crítica, uma opinião pública" que se expressaria na articulação de uma "proposta final, geralmente fruto de uma maioria, que expressa acordos e legitima a maioria, sendo a acatada pela minoria".[76] As profundas divergências de projeto político que se abriam no PT poderiam, a seu juízo, ser equacionadas através da aplicação do método democrático de construção das direções políticas. Por esta via ele propunha a renovação da direção partidária, visto que "há uma evidente desorganização a nível da executiva nacional que se expressa pela ausência de políticas permanentes ou pelas mudanças de tática a cada reunião do Diretório Nacional."[77]

Não há como saber se a aplicação de métodos mais democráticos de discussão e deliberação teria sido suficiente para restabelecer o grau de coesão política interna do PT aos níveis anteriores ao 5° Encontro Nacional. Parece claro, no entanto, que tal correção de "método" era, ela mesma, impossível naquele contexto. O processo de expulsão da *Convergência Socialista* demonstrou que o grau de incompatibilidade entre os projetos políticos evoluíra até o ponto de provocar rupturas. Formalmente, a expulsão da *Convergência* se deveu ao não acatamento, por parte de seus militantes, de resoluções partidárias, particularmente a regulamentação de tendências. Este era o teor da representação movida contra a CS pelo secretário-geral José Dirceu em pessoa logo nos primeiros meses após o I Congresso. A *Convergência* era acusada de manter estrutura e relações internacionais próprias e de não acatar as decisões do Congresso sobre a tática contra o governo Collor. Uma das transgressões cometidas pela CS era apresentar e defender publicamente a palavra de ordem "Fora Collor", apesar das deliberações em contrário. A representação de Dirceu foi aceita pela Executiva e submetida ao DN. Em 9 de maio, reunido em São Paulo, o Diretório Nacional cassou a condição de tendência da *Convergência Socialista* e estabeleceu um prazo de quinze dias para que ela revisse suas posições. Tendências da esquerda petista apresentaram recursos contra a decisão do DN e várias personalidades públicas (inclusive alguns da própria Articulação) se manifestaram contra a expulsão, mas foi tudo em vão. A

[76] Idem, ibidem, p. 2.
[77] Id., ibid., p. 1. É fácil perceber as referências ocultas às indefinições da cúpula partidária sobre o *impeachment* e o Governo Itamar.

manchete no Boletim Nacional de maio de 1992 era enfática: "A Convergência está fora do PT".[78]

A análise do conteúdo político do confronto revela, no entanto, dimensões mais profundas do processo. A *Convergência* se tornara um problema incontornável para a Articulação ao reproduzir palavras de ordem e intervenções políticas que faziam parte do repertório comum dos petistas nos anos 80. Já havia então conflito entre a Articulação (ou os coletivos que vieram a constituir-se como Articulação) e a *Convergência*, mas a vigência do princípio da independência de classe permitia obter consensos mínimos que davam legitimidade às propostas aprovadas por maioria. Nos anos 90 desapareceram as condições para tais consensos e isto se deve ao fato de que as posições defendidas pela Articulação se deslocaram para outro terreno político-ideológico que não o da independência de classe. Não por acaso, a tese da *Convergência Socialista* ao I Congresso do PT intitulava-se "Em defesa do PT das origens, por um Brasil Socialista". Não é só o episódio da expulsão da *Convergência* que confirma esta hipótese. Outro importante indicador é a bandeira de "volta às origens do PT" que é erguida, na mesma época, pelo *Movimento Na Luta PT*.[79]

De qualquer modo, a perspectiva de uma nova direção construída por um novo método de discussão não prosperou nem mesmo no interior da própria Articulação. A polarização interna da corrente terminou por se configurar em uma cisão aberta no 8° Encontro. Militantes que até então se apresentavam unificados pela defesa das mesmas tese e chapa, desta feita apareciam em grupos separados e concorrentes. No caderno de Pré-teses, que circulou antes do Encontro, algumas delas apareciam com um cabeçalho:

> "Nós, petistas vinculados à Articulação, estamos apresentando mais de uma pré-tese nesse 8° Encontro Nacional. Fazemos isso por haver entre nós algumas divergências políticas, que pretendemos debater francamente nas próximas semanas, buscando demarcá-las mais claramente. Ao mesmo tempo, teremos oportunidade de elucidar melhor nossas concordâncias. Ao final desse processo se abrirá a possibilidade de apresentarmos uma **tese comum** ao Encontro."[80]

---

[78] A representação movida por Dirceu é citada por OZAÍ, Antonio. *Os Partidos, Tendências e Organizações Marxistas no Brasil (1987-1994): Permanências e Descontinuidades*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC, [s.d.].

[79] *I Congresso*. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p.480.

[80] Eram as pré-teses "*Por um governo democrático e popular/O momento político e as tarefas do PT*" e "*Construir a Unidade na Luta*". *Caderno de Pré-teses ao 8° ENPT*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VIII ENPT(2); maço PROPOSTAS/SUBSÍDIOS, grifo no original. Na tese *Por um Governo Democrático e Popular* há pequenas diferenças de redação do

Não houve tese comum e sim várias teses dos "petistas vinculados à Articulação", e participação deles em duas chapas concorrentes ao Diretório Nacional. De um lado ficou o grupo maior da Articulação, cuja chapa trazia como primeiros nomes os de Olívio Dutra, José Dirceu, Luis Dulci e Aluísio Mercadante. A tese defendida por eles intitulava-se *Construir a Unidade na Luta*. Após o 8° Encontro o vocabulário dos petistas incorporou "Unidade na Luta" como uma espécie de sobrenome permanente para o grupo. De outro lado a fração menor que, no Encontro, se apresentava em aliança com a corrente *Democracia Socialista*. Sua tese tinha o título "Uma Opção de Esquerda" e os nomes da Articulação que ocupavam os primeiros lugares na lista da chapa eram Rui Falcão, Hamilton Pereira, Luci Choinaski e David Capistrano.[81] Tanto na votação para escolha da tese-guia quanto na eleição do Diretório Nacional "Uma Opção de Esquerda" venceu por maioria simples. Na composição da Executiva Nacional a chapa vencedora indicou sete nomes, contra cinco da *Unidade na Luta*, quatro da chapa *Na Luta PT* e dois da *Democracia Radical.*[82] Pela primeira vez a Executiva do PT era composta por representação proporcional de todas as chapas concorrentes. Ainda mais: pela primeira e única vez as correntes à esquerda da Articulação detiveram, juntas, a maioria absoluta no Diretório Nacional e dos cargos com direito a voto na Executiva.[83]

Embora a cisão da Articulação não fosse superficial, como ficou claro nos anos seguintes, não é fácil notar diferenças importantes entre as teses com as quais os dois grupos se defrontaram no Encontro Nacional. Na verdade há vários trechos com

---

cabeçalho mencionado acima. A única que me parece importante registrar é não colocar em negrito a expressão "tese comum".

[81] Nominata das chapas do 8° ENPT. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VIII ENPT(2); maço CHAPAS.

[82] "Na Luta PT" foi o nome da composição política que começou a se desenhar ainda no I Congresso com a apresentação de uma tese conjunta das tendências *Força Socialista* e *Movimento por uma Tendência Marxista* (tese 10). Para o 8° Encontro as duas tendências e mais a corrente *O Trabalho* apresentam conjuntamente uma pré-tese, intitulada "Alternativa Democrática e Popular". Já a tese "Democracia Radical" era apresentada por quase todas as mesmas forças reunidas, no I Congresso, em torno da tese *Um Projeto para o Brasil*, que analisaremos no capítulo seguinte.

[83] Somando-se os votos obtidos pelas chapas *Na Luta PT* e *Opção de Esquerda* chega-se a mais de 55% do total. 8° Encontro Nacional. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 543. Após o Encontro, a fração menor da Articulação organizou-se como tendência à parte, com o nome "Articulação de Esquerda". No entanto, alguns militantes que compuseram ou apoiaram a chapa *Opção de Esquerda* voltaram a atuar no interior da Articulação Unidade na Luta, como é o caso de Rui Falcão, que fora o cabeça de chapa em 1993. Sempre que me reportar a períodos posteriores ao 8° Encontro (junho de 1993) o nome Articulação se refere ao grupo maior, signatário da tese Unidade na Luta.

redação idêntica e outros com diferenças muito pequenas. Não é possível determinar qual documento teria servido de matriz, mas a existência de um texto comum que serviu de base para ambas as elaborações é inequívoca.[84] Em ambos os lados da discórdia está postulada a centralidade estratégica das eleições presidenciais de 1994 e do projeto democrático e popular. A expressão "Revolução Democrática", que terminaria sendo o lema da campanha de Lula em 1994, estava presente em ambas as teses e os dois lados concordavam em tentar uma aliança eleitoral com o PSDB, tido como um "campo em disputa". Ambas as teses admitiam a existência de problemas com a direção partidária de então, atribuindo-os ao desaparecimento da maioria política que constituiu a direção em 1990, e problemas nas relações internas do partido que precisariam ser solucionados com um novo método de direção e um novo contrato ético entre os petistas. Existem algumas diferenças entre as teses (por exemplo, maior detalhamento das linhas do programa de governo no texto da "Unidade na Luta", defesa do caráter dirigente do PT na tese "Por um Governo Democrático e Popular"), mas o conteúdo comum é bem mais significativo. Não foi por defenderem teses incompatíveis que os dois grupos da Articulação se separaram.[85]

A justificativa para a separação pode ser percebida melhor no preâmbulo da tese "Uma Opção de Esquerda", redigida após a aliança com a DS:

> "Neste 8° Encontro é chegada a hora de renovar a linha e o coletivo dirigente do PT. A sucessão de ambigüidades presente no comportamento do partido no último período aponta para uma preocupante perda do seu potencial de transformação social. Muitos dos atuais quadros dirigentes apoiaram a adoção de uma alternativa parlamentarista de corte conciliador, sendo desautorizados pelas bases. Não conduziram com suficiente nitidez a política de oposição ao governo Itamar, como é do desejo das bases. Lançaram-se em uma precipitada busca de alianças eleitorais que freqüentemente colocou o PT em situações humilhantes. Têm aceito, nas formulações preliminares do nosso programa de governo, uma predominância excessiva de posicionamentos acadêmicos, fortemente marcados pelos limites do cenário atual e pela racionalidade

[84] Ambas as teses reproduzem, ao pé da letra ou com pequenas mudanças, trechos de um documento divulgado em Belo Horizonte em março de 1993: *Contribuição do Coletivo de Minas Gerais para a Discussão Interna da Articulação*. AMORJ, Fundo PT. Talvez seja este o texto-base.

[85] Antes do Encontro, alguns setores da Articulação se empenharam em evitar a ruptura. Em Minas Gerais circulou em junho um documento, com várias assinaturas, que apontava a identidade entre as teses e concluía: "*Seria uma atitude irresponsável perante os rumos do partido e, principalmente, do país, impedir que sobre esta base política comum se constitua uma chapa com vocação majoritária e capaz de incidir decisivamente na próxima direção do PT*". *Unidade para Vencer e Governar o País*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VIII ENPT(2); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS, p. 2.

> econômica, subestimando o potencial transformador da política quando o povo nela intervém maciçamente."[86]

Do interior da própria Articulação emergiam críticas e posições políticas contrárias às novas orientações da ação política da corrente. Redigidas sobre as mesmas formulações estratégicas gerais, as duas teses agrupavam posições que divergiam crescentemente quanto aos encaminhamentos práticos da ação partidária. A "Opção de Esquerda" não se constituía a partir de uma nova visão estratégica, mas da reclamação dos desvios praticados pelo grupo dirigente: opção pelo parlamentarismo, hesitação na oposição ao governo de Itamar Franco, alianças eleitorais excessivamente amplas, programa de governo moldado pela "racionalidade econômica". Sua crítica visa àqueles que "tomam como defeitos nossas principais virtudes: a radicalidade, a combatividade, a diferença, o compromisso com o socialismo. Investem no eleitoralismo, no administrativismo".[87] A ruptura decorria da decisão de não endossar essas mudanças de rota.

Para os signatários da tese "Unidade na Luta" algumas mudanças eram necessárias. O crescimento do PT e a ampliação das suas bases sociais levaria a que "seus interlocutores não possam mais ser reduzidos ao universo do movimento popular organizado".[88] Mais importante ainda é a observação de que a "condição de real alternativa de governo obriga o partido a apresentar alternativas políticas de curto prazo, que levem em conta o conjunto dos atores sociais e políticos."[89] Esta é a questão central: a formulação política do partido precisaria mudar quando a possibilidade de governar se torna real. Este postulado, que viria a se tornar a pedra angular do novo projeto político da Articulação, tem conseqüências profundas que analisaremos mais à frente. Aqui é suficiente observar que ele demarca uma oposição entre os seus formuladores e aqueles que "parecem não perceber o papel político-institucional do PT, propondo uma simples volta ao passado, como se os desafios de um partido que disputa a direção do País fossem os mesmos de um movimento político em seu nascedouro."[90]

---

[86] *Uma Opção de Esquerda*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VIII ENPT(2); maço EMENDAS, p. 1.
[87] Idem, ibidem, p. 20.
[88] *Construir a Unidade na Luta*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VIII ENPT(3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS, p. 61.
[89] Idem, ibidem, p. 61.
[90] Idem, ibidem, p. 61.

O restante da tese da Articulação "Unidade na Luta", coerente com a primazia dada aos espaços institucionais de disputa política, apresenta as linhas gerais do "Projeto Estratégico Alternativo" cujo centro seria a conquista da presidência da república em 1994. Para tanto seria necessário construir uma "ampla coligação política e social que seja capaz de garantir não apenas a vitória eleitoral mas também a governabilidade e a continuação do programa transformador para além de um único mandato." O texto apresenta como primeiro desafio o de

> "formular e implementar um programa nacional de desenvolvimento capaz de derrotar a inflação, propiciar crescimento econômico com distribuição de renda, equilíbrio social e ambiental, eliminar a pobreza e democratizar o Estado e a sociedade".[91]

Conjugando os mecanismos de mercado e a intervenção do Estado o programa resultaria na "constituição de um vigoroso mercado de 150 milhões de brasileiros". Ao contrário do nacional-desenvolvimentismo, o programa democrático e popular distribuiria a riqueza produzida e aprofundaria a democracia. A democratização do Estado, através dos mecanismos de democracia representativa e direta, estabeleceria uma "articulação entre democracia e socialismo, pois ambos precisam ser entendidos como socialização da política".[92]

Pensado nesses termos, o socialismo é uma palavra completamente ambígua. A própria tese adverte para as dificuldades enfrentadas pelo projeto socialista decorrentes da

> "crise de paradigmas do pensamento socialista que, através de diversas variantes, se consolidou nos últimos cem anos e ensejou importantes revoluções, compondo um ciclo histórico que parece ter se fechado dramaticamente com a queda do muro de Berlim."[93]

A ligação entre o Projeto Estratégico Alternativo e a idéia, mesmo vaga, de socialismo ainda precisava, contudo, ser reafirmada. As mudanças em curso não alteravam o fato de que a Articulação via a si mesma como uma organização socialista. A afirmação do socialismo como objetivo estratégico se tornava mais necessária à medida que o acirramento do debate no interior do PT dava visibilidade às pechas de social-democrata e reformista impingidas à corrente.[94] Em setembro de

---

[91] Id., ibid., p. 63-4.
[92] Id., ibid., p. 64.
[93] Id., ibid., p. 63.
[94] Um dirigente paulista da Articulação divulgou um texto após o 8° Encontro em que aparece uma das linhas de defesa contra as pechas: "*A Articulação não pode aceitar os nichos ideológicos em que a*

1993, num documento preparatório para o seminário nacional da tendência, a coordenação da Articulação Unidade na Luta dedicou seis parágrafos aos "objetivos a longo prazo" do PT: a construção de uma sociedade socialista, de um "novo modo de vida, que implica em relações novas e diferentes de produção e, portanto, diferentes e novas relações sociais e políticas". A construção do socialismo passaria pela combinação entre "ações mobilizadoras populares, vitórias eleitorais, ações institucionais e governamentais, grandes campanhas cívicas, batalhas culturais e ideológicas e permanente e forte pressão popular", e pode envolver um certo grau de violência a depender das "reações dos que tiverem privilégios e formas de exploração cessados".[95] O mesmo documento apresenta o PT como "um partido que pretende constituir-se num instrumento de transformação socialista da sociedade brasileira".[96] O principal problema a ser equacionado, segundo o documento, seria o de conciliar a "*vocação* da grande transformação revolucionária (que está no coração e na mente de todos os petistas) com a miúda e desinteressante *tarefa* de administrar o caos capitalista".[97]

Em 1993 não era fácil perceber, mas o fato é que a solução do dilema estava em construção e não seria uma conciliação, mas a predominância absoluta da "tarefa", cada vez menos vista como "miúda" ou "desinteressante", sobre a "vocação", pouco importando se esta permaneceria ou não nos "corações e mentes". O 9° Encontro Nacional do PT, realizado em fins de abril e maio de 1994, tratou exclusivamente das eleições presidenciais. Além do Programa de Governo, o principal documento aprovado pelo Encontro era um texto sobre a conjuntura política e a campanha. A resolução, que não chegava a discutir o significado da candidatura Lula naquele contexto histórico, procurava instruir a militância sobre como se mover num cenário eleitoral em que a candidatura Lula era vista como provável vencedora. Além de discutir a viabilidade das demais candidaturas e as intervenções recomendadas em cada cenário possível, o texto dava orientações práticas sobre como atuar durante a campanha, como responder às provocações dos adversários, como organizar comitês eleitorais, etc. A versão inicial do texto foi redigida por uma

---

*querem confinar: 'centro', 'direita' ou 'social-democracia' do partido – até porque, olhando bem para a composição interna de outras correntes, dificilmente se poderia chegar à conclusão de que elas homogeneamente abrigam a 'esquerda' partidária*". *A Articulação e o Oitavo Encontro do PT (provocando o debate)*. S. Paulo, agosto de 1993, p. 6. AMORJ, Fundo PT.

[95] Articulação Unidade na Luta. *Textos subsidiários para discussão nos seminários regionais e no seminário nacional*. Setembro de 1993, p. 5. AMORJ, Fundo PT.

[96] Idem, ibidem, p. 6.

[97] Id., ibid., p. 3, grifos meus.

comissão com representantes de diferentes setores do partido[98] e o resultado final do Encontro foi julgado satisfatório pela Articulação:

> "O 9° Encontro Nacional do Partido, que acaba de se realizar em Brasília, pode ser considerado como tendo atingido seus objetivos com pleno êxito. (...) A tendência Articulação Unidade na Luta teve papel importante nesse êxito. (...) [a participação da tendência foi vitoriosa] não apenas pelo aumento numérico – que atingiu mais de 37% de delegados no 9° ENPT – mas também a circunstância de que a tendência liderou inúmeras votações em plenário".[99]

Contrariando as expectativas iniciais dos petistas, as eleições de 3 de outubro de 1994 resultaram na derrota da candidatura Lula e na eleição em primeiro turno de Fernando Henrique Cardoso. No dia seguinte às eleições o jornal Folha de São Paulo publicava um artigo que causaria grande comoção entre os petistas: "A Segunda Revolução Democrática", assinado por Francisco Weffort. O governo a ser constituído após as eleições era saudado por Weffort como portador de mudanças progressistas:

> "Se sua [de FHC] obra permite alguma previsão sobre a sua conduta futura, esta será a de um chefe de Estado empenhado na modernização e na democratização da sociedade brasileira. Ele desejará que o país continue crescendo mas que seja menos injusto –esse é o ponto. Significa dizer, desde logo, que quem quiser fazer oposição ao novo governo supondo que seu presidente é um conservador, estará tomando o caminho errado".[100]

Com um presidente comprometido com reformas e uma oposição (liderada pelo PT) também reformadora, seria possível estabelecer uma agenda que pusesse o país "caminhando no sentido da consolidação da democracia política e de uma sociedade menos desigual. Estaremos caminhando no sentido de uma economia mais desenvolvida e de uma sociedade menos injusta".[101] Esta seria a segunda revolução democrática do Brasil.

---

[98] *A Conjuntura Atual e Nossa Estratégia de Campanha*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ IX ENPT(4); maço SUBSÍDIOS. Os autores foram Rui Falcão, Marcus Sokol, Perseu Abramo e Paulo Vannuchi, os dois últimos ligados à Articulação Unidade na Luta. A versão final da resolução, incorporando emendas, pode ser lida em PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

[99] *Um Balanço do 9° EN*, p. 1. AMORJ, Fundo PT.

[100] WEFFORT, Francisco. A Segunda Revolução Democrática. *Folha de São Paulo*, 04/10/94, caderno especial, p. A 2. Observe-se que a expressão *Revolução Democrática* é a mesma empregada como lema da candidatura Lula.

[101] Idem, ibidem, p. 2.

Em poucas semanas os jornais já noticiavam a escolha de Weffort para o cargo de Ministro da Cultura do novo governo. Segundo suas próprias declarações posteriores à imprensa, Lula e Gilberto Carvalho (dirigentes do PT e da Articulação) já sabiam de suas opiniões sobre um eventual governo de Fernando Henrique Cardoso antes mesmo de a campanha chegar ao fim, e teriam apoiado sua decisão de aceitar o convite para ser ministro.[102] Não foi uma defecção qualquer. Weffort era ex-secretário geral do PT, figura pública de destaque do partido e um dos principais responsáveis pela elaboração política no interior da Articulação. Era muito incômodo o fato de que alguém que gozava da máxima confiança da corrente majoritária saísse do partido para o governo sustentando que havia mais semelhanças que diferenças entre o PSDB e o PT: "Tanto quanto escolher entre Caetano e Chico, escolher entre FHC e Lula é uma vontade de se torturar. Fico com os dois, admiro os dois, são líderes muito importantes para o Brasil."[103]

Dada a importância que a candidatura presidencial passava a ter em seu projeto, as semelhanças vistas por Weffort entre os candidatos Lula e FHC eram veementemente negadas pela Articulação. No entanto, além da presidência da república estavam em disputa os governos dos estados. O mesmo PSDB cujo candidato a presidente, considerado "o preferido do grande capital", tornara-se o principal adversário de Lula, podia ser um aliado em alguns estados. O caso da Bahia é exemplar. O PT havia lançado candidato próprio a governador, Zezéu Ribeiro, da Articulação, escolhido por aclamação no encontro Estadual. O PSDB na Bahia tinha dificuldades para apoiar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, porque o governador Antonio Carlos Magalhães, um dos articuladores da aliança nacional PSDB-PFL, assegurou o apoio preferencial de Fernando Henrique para o seu candidato, Paulo Souto. A possibilidade de aliança do PT com o PSDB na Bahia passou a existir, mas o PSDB baiano não abria mão do seu candidato a governador, Jutahy Magalhães. Por decisão da Articulação, que era majoritária no estado, a candidatura de Zezéu foi retirada e foi convocado um encontro extraordinário para aprovar a aliança e o apoio ao candidato do PSDB.[104]

---

[102] WEFFORT, Francisco. Entrevista a Elvis Bonassa. Folha de São Paulo, 21/12/94, p. 4.
[103] Folha de São Paulo, 24 de dezembro de 1994, p. 2.
[104] Eu participei deste encontro. Após a aprovação da aliança com o PSDB quase a metade dos delegados abandonou a sala, rasgando seus crachás e jogando sobre a mesa. Encontrei pessoas que choravam convulsivamente e que mencionavam as relações da família e do grupo político de Jutahy Magalhães com casos de violência e assassinatos no campo.

Certamente a derrota eleitoral precipitou o reconhecimento de que as coisas não andavam bem. No final do ano a Articulação organizou um seminário interno com o propósito de discutir "O Futuro do PT". A derrota de outubro era vista como o encerramento de um ciclo na história do PT. Mudanças no quadro nacional – "avanço do projeto neo-liberal expresso (...) na vitória da coligação conservadora que levou FHC à presidência" – e internacional – "fim da bi-polaridade, extinção do chamado 'bloco socialista', (...) desemprego estrutural (...), crises nos modelos de organização e formas de institucionalização das lutas populares" – obrigariam o PT a uma redefinição estratégica e tática:

> "Tal redefinição exigirá de nós uma profunda avaliação de nosso papel na política nacional, no contexto latino-americano, bem como uma revisão dos objetivos e metas estabelecidas ao longo destes anos. (...) precisamos ter humildade para reconhecer que chegamos, em vários aspectos, a um esgotamento de nossas formas de ação, de organização e inserção social. (...) Estamos sem parâmetros para desenvolver nosso projeto Socialista, cujo conteúdo é cada vez menos preciso e claro; temos uma estrutura organizativa que está muito aquém de nossa representatividade social."[105]

Mergulhado numa "crise profunda que (...) tem caráter político, organizativo e de valores" restaria ao PT, "de maneira inadiável realizar uma profunda revolução interna, organizativa e política".[106] Seguindo o pressuposto de que "A crise do PT é a crise da Articulação".[107] o documento descreve a crise através da trajetória de decadência da militância nos movimentos sindical e popular após 1989. A débâcle dos regimes do leste europeu era parte do problema:

> "O inimigo usou corretamente a estratégia de afirmar que não havia mais espaços para os projetos alternativos. E tem vencido esta batalha. Hoje para muitos setores da população a palavra socialismo é confundida com o antigo, conservador, ultrapassado, ditadura e 'coisa que não deu certo'".[108]

Os caminhos de saída da crise envolveriam dois aspectos principais, mutuamente implicados. Por um lado seria preciso abrir

> "um longo processo de debate sobre o nosso projeto estratégico. Não tem mais sentido a afirmação pura e simples do socialismo: é preciso **dar novo conteúdo ao nosso projeto, atualizando-os às novas relações sociais, políticas, econômicas e culturais;** construindo **novos referenciais e novos modelos de análise, capazes de dar conta da**

[105] CARVALHO, Gilberto et. al. Os Caminhos do PT e a Articulação. In: *O Futuro do PT: Seminário Nacional da Articulação Unidade na Luta*. [s.l.], mimeo, 1995, p. 4. Este texto, apresentado pela coordenação nacional da tendência, foi o documento-base das discussões no seminário.
[106] Idem, ibidem, p. 4-5.
[107] Id., ibid., p. 5.
[108] Id., ibid., p. 6.

> **complexidade que as relações econômicas e sociais hoje envolvem**; é preciso recriar novas formas de organização e relações sociais e econômicas. Sem esse empenho, nossa afirmação do socialismo tende a se esvaziar e ganha conteúdo meramente doutrinário."[109]

A viabilização desta "revolução interna" exigiria "construir uma corrente hegemônica dentro do PT"[110] cuja base seria a própria Articulação mas que teria que envolver alianças internas. Um importante militante da corrente, em texto apresentado no mesmo seminário, traça a linha da política de alianças internas a ser tentada pela Articulação. Considerando que o "sectarismo e o esquerdismo dentro do PT podem contribuir para imobilizar o partido e isolá-lo politicamente na sociedade" ele defendia a composição "com as alas mais responsáveis e isolando eventuais desvairados, quando necessário".[111] Assegurar a nova maioria seria o segundo elemento a se considerar para a saída da crise.

Tomados em conjunto, os dois objetivos fixados pela coordenação da Articulação permitem vislumbrar as mudanças que estavam em curso. A construção da hegemonia no interior do PT passaria agora por um acordo político cujas bases seriam estabelecidas pela redefinição do projeto estratégico, dos referenciais teóricos e dos modelos de análise. Vimos que desde o 5° Encontro, em 1987, abriam-se fissuras na unidade interna do PT à medida em que as posições majoritárias se afastavam do princípio da independência de classe ou formulavam interpretações menos consensuais deste princípio. Os deslocamentos do grupo majoritário redefiniam a dinâmica das relações internas do partido em cada conjuntura e a história dessas relações é marcada por crises, alianças, expulsões, cisões. Mas agora, em fins de 1994, a Articulação assumia, pela primeira vez de modo coletivo e explícito, a intenção de alterar o próprio conteúdo do projeto. A idéia de que seria preciso inaugurar uma nova era na história do PT tornava-se dominante entre os dirigentes da corrente que sempre se apresentou como guardiã do *petismo autêntico*. No debate interno da Articulação sobre a necessidade de mudanças, emergiam os argumentos que iam compondo o novo projeto político.

Para Luiz Gushiken, por exemplo, era urgente "repensar o programa partidário" evitando que a crítica ao capitalismo incorresse em

---

[109] Id., ibid., p. 6-7, grifos meus.
[110] Id., ibid., p. 8.
[111] OLIVEIRA, José Olívio. O PT, a Frente Popular e o Governo FHC. In: *O Futuro do PT: Seminário Nacional da Articulação Unidade na Luta*. [s.l.], mimeo, 1995, p. 27.

> "dualidades maniqueístas (capitalismo versus socialismo, privatização versus estatização, indivíduo versus sociedade, etc.). Essas dicotomias obscurecem a compreensão e solução dos problemas. A questão verdadeira é saber onde os limites devem ser traçados em cada caso concreto. Por exemplo, é óbvio que deve existir a propriedade privada, mas também é óbvio que ao Estado cabe exercer o controle e a regulamentação (...). O mercado deve existir, mas suas leis cegas e descontroladas não podem se impor às necessidades dos indivíduos e nações".[112]

A crítica ao capitalismo, que Gushiken reconhece como parte do "imaginário petista", não deveria, portanto, tornar-se um anticapitalismo, e sim um tipo de projeto de capitalismo democraticamente organizado.[113] Socialismo não deveria ser pensado como oposto a capitalismo, mas como uma "proposição valorativa" de grande importância na ética partidária. Após constatar que o Estado Nacional "esgotou-se", Gushiken indica a necessidade de buscar "uma nova institucionalidade na política, fundada em valores humanos. (...) O princípio básico, que está a amparar tais transformações, é o da unidade do gênero humano."[114]

O texto de Aloísio Mercadante apresentado no mesmo seminário era ainda mais enfático na apresentação das linhas do novo projeto. Seus argumentos partem da constatação de que a "terceira revolução industrial" estava mudando o mundo: "informática, automação, biotecnologia, engenharia genética, os novos materiais e as novas formas de gestão dos sistemas produtivos vão redesenhando as relações entre as nações e as relações sociais básicas no mundo da produção".[115] Os Estados-Nação estariam sendo atingidos pela "globalização dos fluxos financeiros e da produção", que seria uma "tendência inexorável desta nova base técnica que emerge neste final de século". Os trabalhadores, claro, não escapariam do furacão:

> "O mundo do trabalho é duramente atingido por estas inovações. A reestruturação produtiva destrói postos de trabalho, flexibiliza e degrada os contratos de trabalho e joga uma parcela importante da classe trabalhadora, com um novo perfil, na economia informal e em relações de trabalho parciais."[116]

---

[112] GUSHIKEN, Luiz. O PT, seus impasses e perspectivas. In: *O Futuro do PT: Seminário Nacional da Articulação Unidade na Luta*. [s.l.], mimeo, 1995, p. 42.
[113] A expressão *capitalismo organizado* foi empregada, inicialmente, por Hilferding para referir-se às experiências de planejamento econômico capitalista durante e após a primeira guerra mundial. Com o desenvolvimento do chamado *welfare state*, no segundo pós-guerra, as experiências de capitalismo organizado expandiram-se e passaram a incluir formas institucionais de decisão política e gestão compartilhada entre trabalhadores, empresários e governantes. Retornarei a esta questão no capítulo 7.
[114] Idem, ibidem p. 44.
[115] MERCADANTE, Aloísio. O PT e o Neoliberalismo: além da resistência. In: *O Futuro do PT: Seminário Nacional da Articulação Unidade na Luta*. [s.l.], mimeo, 1995, p. 14.
[116] Idem, ibidem, p. 14.

Um dos grandes problemas a superar seria a prisão do pensamento de esquerda ao modelo "cepalino" de desenvolvimento, cujos instrumentos de política econômica (reservas de mercado, incentivos fiscais e empreendimentos estatais) estariam exauridos.[117] Presa à defesa do *status quo* (especialmente das estatais e do Estado Nacional) e incapaz de apresentar um projeto alternativo, a esquerda estaria perdendo o debate ideológico para o neoliberalismo. O PT, cujos vínculos com a tradição da esquerda seriam mais frouxos que os dos partidos tradicionais, estaria desafiado a renunciar a esta herança, que se tornou um estorvo, e tornar-se uma

> "**oposição propositiva**, construtiva e alternativa ao caminho neoliberal (...) uma esquerda contemporânea, que tem **respostas concretas para problemas do nosso tempo**. (...) Teremos que, ao mesmo tempo apresentar alternativas concretas e imediatas ao projeto neoliberal e **reconstruir em todos os planos as utopias históricas da esquerda, particularmente o nosso superficial projeto de um socialismo democrático.**"[118]

O que Mercadante entende por respostas aos "problemas do nosso tempo" é algo muito próximo ao capitalismo organizado que se insinuava no texto de Gushiken, só que mais desenvolvido. Ele recomenda ao PT assumir "com absoluta prioridade as suas experiências de governo em nível municipal e estadual" e avançar no rumo de um projeto alternativo para o país cujo embrião estaria no programa de governo da campanha Lula Presidente: constituição de um amplo mercado de consumo de massas, medidas de radicalização da democracia (controle social do Estado e do mercado), planos para garantir o crescimento econômico com estabilidade, reforma do Estado. Seria imprescindível formular políticas do PT para as questões propostas pela agenda política do país: reformas previdenciária e tributária, necessárias para "viabilizar políticas sociais compensatórias", a defesa da experiência das câmaras setoriais como instrumentos de democratização da política econômica, a questão da reforma do Estado e das privatizações, reconhecendo que o Estado não tem condições plenas de investimento, a questão da geração de emprego e

---

[117] Mercadante afirma, inclusive, que o modelo desenvolvimentista da CEPAL tinha "contrapartida política na esquerda com as redefinições políticas do VII Congresso do COMINTERN de 1935" que iniciou a política de frente ampla. Idem, ibidem, p. 15.

[118] Id., ibid., p. 18, grifos meus. De acordo com Mercadante, a tradição de esquerda teria sido responsável por inspirar a direção do PT (na qual a Articulação era, então, minoria) na subestimação do valor político da estabilidade da moeda e do alcance do Plano Real.

das reformas estruturais. Estes seriam os eixos que deveriam estruturar o projeto político do PT, e não mais um projeto de outra sociedade:

> "O nosso partido avançou muito na elaboração de nosso programa de governo. Não temos mais, felizmente, um único modelo básico de esquerda. O socialismo não é uma utopia de amplas massas, ao contrário. Mas o capitalismo não é o fim da história e os princípios que nos orientaram ao longo de todo este período estão tão atuais quanto antes: a solidariedade, a fraternidade, o fim das formas de exploração e opressão. Mas deveremos ter um longo período convivendo com muitas utopias, sem um projeto centralizador e homogeneizador de expectativas."[119]

Como Gushiken, Mercadante não abraça sem críticas o capitalismo, mas faz desaparecer do horizonte das lutas cotidianas da esquerda a conexão com a luta anticapitalista. "Respostas aos problemas do nosso tempo" é uma expressão que, no texto de Mercadante, tem o sentido implícito de atribuir à luta pela superação histórica do capitalismo o caráter de extemporaneidade. Nesse sentido, lutar pelo socialismo seria algo sem qualquer relação com os "problemas do nosso tempo". Estes exigiriam da esquerda um programa de soluções viáveis, cuja melhor expressão seria um programa de governo. Mercadante estava pronto para assumir todas as conseqüências, até mesmo as mais polêmicas, de um projeto que priorizava as disputas eleitorais. Em 1994 a empreiteira Odebrecht, acusada poucos meses antes por parlamentares do PT de participar do esquema de fraudes no Orçamento da União, fez doações à campanha de José Dirceu para o governo de São Paulo, o que provocou reações duras de vários setores do PT, inclusive da Articulação[120]. Mercadante procurou dimensionar as críticas:

> "Receber recursos de empresas, com transparência, fornecendo bônus e declarando, nada tem de imoral ou anti-ético. (...) O que houve foi um erro político de receber da Odebrecht, uma empreiteira que acusamos na CPI do Orçamento de práticas ilícitas."[121]

O novo projeto político da Articulação começava a ganhar seus contornos definitivos. A crítica radical do capitalismo, que aponta para a necessidade histórica da sua superação, não teria lugar num projeto político que se compromete em administrar o capitalismo melhor que os capitalistas. Conquistar o apoio, financeiro e

---

[119] Id., ibid., p. 25, grifos meus.

[120] O jornal *Folha de São Paulo* divulgou os seguintes números: 72% dos recursos financeiros arrecadados pela campanha (810 mil de um total de 1,1 milhão de reais) foram doados por empreiteiras. A Odebrecht e uma subsidiária do mesmo grupo fizeram, juntas, a maior contribuição: 478 mil reais. A OAS, outra empresa acusada no esquema do orçamento federal, doou 215 mil. Construtoras Bancaram PT. *Folha de São Paulo*, 15 de outrubro de 1995, p. (1) 14.

[121] Relatório e Resumo das Discussões. *O Futuro do PT: Seminário Nacional da Articulação Unidade na Luta*. [s.l.], mimeo, 1995, p. 55.

político, de grupos empresariais era um procedimento inteiramente coerente com os objetivos políticos da Articulação e com os meios para alcançá-los, que exigiam arcar com os elevados custos de garantir competitividade nas disputas eleitorais. Mas a implementação do projeto da Articulação dependia ainda do retorno da corrente ao comando do PT, para o que era necessária a construção de uma nova maioria. Este era o seu principal objetivo no 10° Encontro Nacional do PT, que ocorreu em agosto de 1995 em Guarapari.

Aquele foi um Encontro muito tenso, com episódios de agressões e acusações que repercutiram na grande imprensa. Um desses episódios, talvez o mais emblemático, foi a acusação de desvios éticos na arrecadação de doações das empreiteiras para a campanha de José Dirceu ao Governo de São Paulo. A Articulação conseguiu que a sua tese fosse escolhida como tese-guia e seu candidato à presidência do PT, José Dirceu, venceu, por 215 votos contra 183 (18 votos em branco), a disputa contra Hamilton Pereira. Na votação final para a eleição do Diretório Nacional, entretanto, a Articulação obteve apenas 40,34% dos votos. A chapa "Socialismo e Democracia", composta pela aliança entre quatro correntes da esquerda partidária, inclusive a *Articulação de Esquerda* e a DS, obteve 46,21% dos votos.[122] O resultado da votação exprimia o equilíbrio na correlação de forças e mostrava claramente que a Articulação não teria maioria se não fizesse alianças.

Uma vez que a chapa "Socialismo e Democracia" era constituída sobre um consenso de crítica à Articulação,[123] só seria alcançada a maioria se fosse possível obter aliados nas duas chapas minoritárias, que indicaram juntas menos de 15% dos membros do Diretório. A aproximação com a Democracia Radical não parecia difícil, uma vez que já havia precedentes de alianças em encontros anteriores. Além disso, a proposta de uma "revolução interna" no PT, nos moldes esboçados pelo seminário da Articulação em dezembro de 94, vinha ao encontro das teses defendidas pela DR desde muito tempo antes. O que poderia ser mais problemático era a composição com

[122] PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 614. Eram duas votações distintas: a eleição do presidente do PT era realizada em votação uninominal específica, enquanto a composição do Diretório era decidida pela proporcionalidade entre os votos obtidos pelas chapas inscritas. Quanto às demais chapas concorrentes, a Democracia Radical obteve cerca de 7,5% e a chapa "Velhos sonhos, novos desafios" pouco menos que 6% dos votos dos delegados.

[123] As críticas à Articulação e a decisão política de tentar impedir seu retorno ao comando partidário são afirmadas textualmente nas teses das tendências que viriam a se unir na chapa "Socialismo e Liberdade". Cf. *10° Encontro Nacional do PT: Caderno de Teses*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ X ENPT(1); maço TESES.

os signatários da tese "Velhos sonhos, novos desafios", muitos dos quais haviam se desligado da Articulação em 1993 para apoiar a chapa "Opção de Esquerda", vencedora no 8° ENPT. Se a aliança com a DR poderia ser feita com base no impulso para mudar os rumos do PT, a aliança com o segundo grupo tinha de lidar com uma tese que trazia formulações mais espinhosas, como a crítica aos setores petistas cuja preocupação é "descobrir as formas de provar aos dominantes que o PT é um partido responsável"[124] ou àqueles para quem "as novas condições sociais, econômicas e políticas são a prova de que não há mais lugar para um projeto revolucionário, para um partido político e para uma cultura contra-hegemônicos".[125] Para garantir a aliança com estes setores, a Articulação teria que manter em seu discurso pelo menos algumas referências à origem classista e socialista do PT.

Pode-se perceber o significado do esforço de construção da nova maioria, e as dificuldades para obtê-la, analisando o processo de composição da Executiva Nacional. Os membros da Executiva eram, de acordo com o Estatuto, indicados pelo Diretório Nacional, cuja composição é diretamente proporcional à resultante aritmética do embate entre as chapas no Encontro. Após o 10° Encontro foram realizadas várias reuniões do Diretório recém-eleito sem que se chegasse a um acordo sobre a composição da Executiva. O impasse era, novamente, sobre a aplicação do princípio da proporcionalidade nos cargos da Executiva. A Articulação, apoiada pela DR e por vários membros da chapa "Velhos sonhos, novos desafios", não aceitou que cargos mais importantes, como a Secretaria Geral, fossem ocupados por membros da chapa "Socialismo e Democracia". Estes, por seu turno, se recusavam a indicar nomes somente para os cargos considerados como de menor importância. Persistindo o impasse, ao final de dois meses a Executiva terminou sendo composta somente com nomes da Articulação e das duas chapas minoritárias. As correntes da esquerda partidária, mesmo tendo obtido a maior votação entre todas as chapas no Encontro, não se fizeram representar na Executiva. Só em fevereiro de 1997 as correntes da esquerda do PT voltariam a ocupar alguns postos na Executiva, após um acordo que implicou em aumentar o número de cargos.

Com a oposição de esquerda isolada, a Articulação pôde considerar o 10° Encontro como uma grande vitória. A aliança com a DR fora consolidada,

[124] Novas realidades, velhos desafios: o projeto revolucionário do PT face à ofensiva neoliberal. In: *10° Encontro Nacional do PT: Caderno de Teses*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ X ENPT(1); maço TESES, p. 21.
[125] Idem, ibidem, p. 23.

assegurando a necessária maioria e superando a "crise de governabilidade" do PT, mencionada nas resoluções finais do encontro.[126] A nova maioria tinha sido, afinal, construída, e passaria a ser denominada de "campo majoritário". O projeto de mudar os rumos do PT, que fora formulado abertamente no seminário de dezembro, passava pelo seu primeiro obstáculo. A vitória podia ser comemorada, mesmo considerando que era ainda necessário fazer concessões a setores que não apoiariam o campo majoritário caso fossem completamente abandonadas certos emblemas de alto valor simbólico no interior do PT. O discurso de José Dirceu, tomando posse como novo presidente do partido, é um exemplo de como foi possível garantir os eixos da "revolução interna" mesmo fazendo concessões:

> "Nós somos herdeiros da tradição socialista não estatista, libertária, humanista. Nós somos herdeiros de uma tradição da cidadania, do controle do poder pelos trabalhadores. Esta é a tradição mais rica do movimento socialista internacional que os trabalhadores, a sangue, suor e lágrimas, construíram durante mais de 100 anos. O que seria da Europa sem a resistência dos trabalhadores contra o nazi-fascismo, o que seria do primeiro mundo sem a luta dos partidos comunistas e socialistas pelos direitos da classe trabalhadora. Se o capitalismo hoje pode apresentar uma face social e humana, essa face é a do operário, do camponês que conquistaram esses direitos em 100 anos de luta. E o nosso partido tem que ter a coragem, no mundo, não só no Brasil, de proclamar que é preciso reformar".[127]

São muitas, no discurso, as referências heróicas ao movimento dos trabalhadores e à tradição socialista dentro da qual o enunciador procura se instalar. Em seu discurso de posse, ao final de um Encontro cheio de atritos, o novo presidente lança mão dos principais emblemas da identificação do PT com a classe trabalhadora e suas lutas. Mas o desenvolvimento do discurso não deixa dúvidas quanto ao sentido que o enunciador deseja atribuir a tais signos do petismo. A premissa é que onde há uma "face social e humana" no capitalismo, isto se deve às lutas dos trabalhadores por direitos. A proclamação que o PT deve fazer – "é preciso reformar" – está contida na premissa. Quando a sustentação da necessidade de lutar por reformas vem logo após a menção à capacidade do movimento operário de dar ao capitalismo uma "face

---

[126] "*Para atingir os objetivos aprovados neste 10° Encontro, nosso partido precisa superar sua crise de governabilidade e constituir uma direção que seja representativa, que constitua expressão da base social e eleitoral do Partido, que tenha um caráter nacional, para além das tendências*". Construção Partidária. Resolução do 10° ENPT. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 634.

[127] DIRCEU, José. Discurso de Posse. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES, Secretaria de Comunicação. *Resoluções do 10° Encontro Nacional*. São Paulo, 1995, p. 12.

humana", temos uma formulação completa sobre o novo projeto político da Articulação.

Dirceu associa, no fragmento acima mencionado, como se fossem termos sinônimos, "cidadania" e "controle do poder pelos trabalhadores". No capítulo 6 examinarei algumas implicações teóricas desta associação espúria, que apareceu nos discursos da Articulação bem antes de José Dirceu ser eleito presidente do PT. Aqui pretendo somente chamar a atenção para o fato de que ela decorre da tentativa de conciliar duas ordens distintas de projetos políticos, uma centrada nas categorias de cidadania e direitos e outra fundada sobre noções como luta de classe e poder operário. As duas ordens são distintas, não necessariamente incompatíveis, mas o discurso de Dirceu aniquila a diferença entre os termos, e suas razões não são difíceis de compreender. A Articulação voltava ao comando do PT apoiada por uma aliança entre diferentes grupos políticos. Para alguns desses setores, a referência ao poder operário permanecia como uma exigência, enquanto outros grupos baseavam seus projetos nas categorias ligadas à noção de cidadania. Muitos signatários da tese "Velhos sonhos, novos desafios" e setores de base da própria Articulação encontravam-se entre os primeiros. A Democracia Radical e a maior parte dos dirigentes da Articulação, entre os segundos. O discurso da Articulação, ao expressar a aliança entre estes campos, procura combinar, nem sempre de modo coerente, elementos das duas ordens.

Não era uma combinação equilibrada. A "revolução interna" era para valer e as concessões, necessárias para formar a maioria, não alterariam a nova rota. A tese da Articulação aprovada no Encontro deixava claro: "Governar é preciso".[128] Toda a discussão política apresentada pela tese tinha como eixo o calendário eleitoral – eleições municipais em 1996 e para governador e presidente em 1998. A "construção de um projeto alternativo nacional", fixada como um dos desafios para o PT, era pensada como um movimento cuja culminância seria um governo nacional petista. José Dirceu explicitou bem este ponto.

> "O nosso partido, portanto, tem a obrigação, o dever, de convocar a sociedade, as oposições, os partidos de esquerda, a universidade, a intelectualidade, para desenvolver um **projeto de desenvolvimento nacional** para o país. Nós devemos ter a **convicção de que seremos capazes de governar o Brasil** e de que temos propostas para governar o

[128] Título de uma das seções da tese, mantida no texto final das resoluções. Cf. *10° Encontro Nacional do PT: Caderno de Teses*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ X ENPT(1); maço TESES.

> Brasil. **Esse é o sentido do PT.** Quando nós fundamos o PT, nós não fundamos o PT para fazer luta econômica e reivindicatória apenas. Nós não fundamos o PT apenas para eleger vereadores, deputados, senadores, prefeitos e governadores. **Nós fundamos o PT porque no fundo do Brasil, no fundo do coração do Brasil, surgiu uma voz que dizia que o trabalhador é cidadão, quer participar da política, quer governar, e que a sociedade brasileira precisa ser democrática.** E nós precisamos entender esse recado da história."[129]

Novamente as referências ao princípio da independência de classe aparecem no discurso, mas o sentido geral dos "desafios do PT" era o de governar o país com um projeto de desenvolvimento nacional e este projeto tinha pontos de contradição com aquele princípio original do PT. Uma das principais características da idéia de desenvolvimento nacional é que ele supunha uma aliança com a burguesia, algo que era enfaticamente rejeitado pela Articulação (e pessoalmente por José Dirceu)[130] nos anos 80. Agora, contra as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso, que caminhavam na direção de "sucatear a nossa indústria", o PT deveria

> "assumir a luta desses setores empresariais, já que a burguesia, o empresariado brasileiro não é capaz de defender a nação, não é capaz de defender a economia nacional, o PT tem de se colocar como o Partido que defende essa economia, essa nação".[131]

Dirceu acreditava que o empenho do PT na defesa dos interesses burgueses conquistaria o apoio de setores do empresariado para as "nossas propostas de reformas estruturais".[132] A burguesia, antes apontada como inimiga de classe, sócia do imperialismo e beneficiária do subdesenvolvimento, agora era vista como aliada estratégica para desenvolver o país. Os termos originais em que foi concebido o princípio da independência de classe ficavam, assim, abandonados.

A aproximação com a burguesia não era apresentada como uma opção tática, mas como parte necessária do projeto de governar o país com um programa de desenvolvimento, isto é, parte do que seria o sentido de existência do próprio PT, nas palavras de Dirceu. O fato de que esta guinada era contraditória com o passado do partido e mesmo da Articulação gerava dificuldades, mas o próprio passado podia ser objeto de revisão. Despedindo-se da presidência do PT no 10° Encontro, Lula leu um

---

[129] DIRCEU, José. Discurso de Posse. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES, Secretaria de Comunicação. *Resoluções do 10° Encontro Nacional*. São Paulo, 1995, p. 14. Grifos meus.
[130] Cf. DIRCEU, José. Debate: As Alianças e o Partido dos Trabalhadores. *Teoria & Debate*, 1, São Paulo, dez 1987, pp. 16-17.
[131] DIRCEU, José. Discurso de Posse. Loc. cit., p. 14.
[132] Idem, ibidem, p. 14.

discurso em que a história e os objetivos dos que fundaram o PT figuram de modo novo. Ele reafirma que o "PT nasceu para organizar e emancipar a classe trabalhadora e as vítimas da herança histórica de exclusão que marca este país", mas logo abaixo acrescenta:

> "Criamos o PT para que o povo brasileiro tenha um canal político, uma legenda que represente os interesses da maioria, uma bandeira em torno da qual se mobilizam as donas de casa e os sem-terra, os operários e desempregados, negros e mulheres, estudantes e intelectuais, produtores culturais e empresários interessados na modernização do Brasil, compatível com a redução das desigualdades sociais."[133]

Nesta nova versão do *mito fundador*, já na origem do PT teria existido a preocupação em representar os interesses da fração "moderna" da burguesia, interessada na redução das desigualdades.

No mesmo discurso Lula apresenta o que considera serem os três grandes desafios para o PT frente à "nova situação da humanidade". O primeiro seria a "questão ecológica, que é uma questão mundial. (...) Amar e salvaguardar a terra é o supremo valor, base para todos os demais valores". Mas a questão ecológica é pensada com referência ao "ser mais ameaçado da natureza", que seria o "pobre e o excluído, condenados a morrer prematuramente em conseqüência da fome e de suas doenças"[134]. O segundo desafio é "resgatar a categoria do bem comum, importante para os ideais éticos e políticos do PT. (...) O bem comum deve ocupar o centro da política. Pois política em seu sentido mais genuíno é a busca coletiva do bem comum". Lula explica o que entende por bem comum:

> "Para nós, hoje, o bem comum se estrutura ao redor da justiça social e dos direitos pessoais, sociais e ecológicos. Seu fruto é a paz. A paz resulta de uma sociedade ordenada segundo a justiça e os direitos. Os direitos constituem o conteúdo concreto da justiça e também seus instrumentos de luta."[135]

O terceiro desafio é "enriquecer os conceitos de democracia e de cidadania",[136] ampliando os espaços da democracia participativa e estabelecendo a solidariedade e a colaboração como mediações entre os cidadãos.

---

[133] Discurso de Lula no 10° ENPT. *10° Encontro Nacional do PT: Caderno de Teses*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ X ENPT(1); maço DISCURSO DE LULA, p. 8.
[134] Idem, ibidem, p. 17.
[135] Id., ibid., p. 18, grifos meus.
[136] Id., ibid., p. 18.

Lula não se preocupa em esclarecer o que seria o bem comum numa sociedade de classes, ou quais os obstáculos no caminho da construção de uma sociabilidade baseada na colaboração partindo das formas atuais de sociabilidade burguesas. Uma vez que ele parece contar com setores da burguesia para enfrentar esses desafios, o que se pode inferir é que o caminho traçado por ele não passaria pela luta de classes. A expressão "organizar e emancipar a classe trabalhadora", que mantém um claro vínculo discursivo com as origens do PT e da Articulação, passa a ter um sentido completamente novo num projeto político que desconsidera a luta de classes.

### 4.3 A SUPREMACIA DO *PETISMO AUTÊNTICO*

A Articulação tinha alcançado plenamente um dos seus objetivos no 10° ENPT, ao retomar o comando do partido. Do campo majoritário, cujo núcleo era a aliança com a DR, participavam setores que ofereciam alguma resistência ao projeto de "revolução interna", mas eles não representavam ameaça ao novo bloco dirigente.[137] Sendo francamente minoritários, pouco poderiam conseguir além das acima mencionadas concessões discursivas. A alternativa restante, de ruptura com o campo majoritário, significaria reunir-se ao campo da oposição de esquerda, ou seja, ir para o isolamento.

Para a Articulação, isolar a oposição de esquerda tornava-se uma medida necessária ao cumprimento do seu segundo objetivo, o de impor a mudança de rumo ao PT. A antiga garantia da unidade política de base entre a Articulação e as demais correntes do PT, que denominamos aqui de princípio da independência de classe, era parte do que deveria ser definitivamente sepultado no caminho da renovação programática. Em vão clamariam as tendências da esquerda partidária pelo retorno ao "PT das origens". O campo majoritário, Articulação à frente, estava determinado a implementar as profundas mudanças que julgavam necessárias para colocar o PT à altura dos seus novos desafios: "O Brasil que deu origem ao PT já não existe mais".[138] Com a destruição dos fundamentos da base política consensual, o controle da Articulação sobre o PT dependia de sua capacidade de impor seu projeto,

[137] Alguns setores que haviam rompido com a Articulação em 1993 uniram-se posteriormente ao campo majoritário, mas procuraram manter uma relativa independência. É o caso do pequeno grupo liderado pelo deputado federal Jacques Wagner, da Bahia.

[138] Frase de José Dirceu usada como epígrafe na tese da Articulação ao Encontro Estadual do PT – Bahia, em julho de 1997. *PT e a Nova Agenda da Bahia*. Salvador, mimeo, julho de 1997, p.1.

derrotando e silenciando os adversários. A política de hegemonia que permitira à Articulação dirigir o PT nos anos 80 cedia lugar, rapidamente, para práticas de supremacia.

A questão da composição da Executiva Nacional, que foi relatada acima, foi um dos primeiros atos de supremacia do campo majoritário, mas não foi o único. Em março de 1996 a Articulação foi responsável pelo fechamento definitivo do *Brasil Agora*, periódico partidário de circulação quinzenal. A principal razão alegada para o fechamento do jornal era financeira: o partido não poderia continuar a repassar os recursos que eram a base de sustentação do *Brasil Agora*. De acordo com o diretor do periódico, Bruno Maranhão, esta seria uma alegação parcialmente falsa. A participação dos recursos partidários no custeio caíra de 82% para 50% em quatro meses (entre abril e agosto de 1995) devido ao aumento progressivo do número de assinantes, e o fechamento do jornal, ao invés de reduzir custos, geraria ainda mais débitos na forma de indenizações trabalhistas e débitos com os assinantes. A verdadeira razão para fechar seria de natureza política.[139]

A Executiva nacional, totalmente controlada pela Articulação, interrompeu o repasse dos recursos em outubro de 1995. Naquele mês estava sendo editado o número 74 do periódico, que publicaria dois artigos sobre a crise na composição da Executiva. Um dos artigos era assinado pelo Secretário de Comunicação e Cultura do PT, Gilberto Carvalho, da Articulação, e havia sido publicado anteriormente pelo *Linha Direta*, boletim do Diretório Nacional. O outro era assinado por representantes da chapa "Socialismo e Democracia". Segundo os editores do *Brasil Agora* houve pressão da Executiva para que aqueles artigos não fossem publicados:

> "No último dia do fechamento da edição, Chico Macena, um integrante do círculo de relações do presidente do PT, José Dirceu, tentou constranger o jornal a suprimir o tema. O método foi o da ameaça. Em telefonema ao editor, Macena garantiu que havia 'levado a Zé Dirceu' a notícia dos artigos, e que ouvira, em resposta, a 'orientação' de não publicar. Macena fez questão de ser explícito: 'o Zé mandou avisar que se esta matéria sair vai haver crise política'. Só ele e o próprio presidente do PT poderão esclarecer, um dia, se a 'ordem' existiu de fato ou foi inventada."[140]

---

[139] Editorial: Não se Brinca com a Imprensa Popular. *Brasil Agora*, n°75, 9 a 22/05/96, p. 2. Este número do periódico, o último a circular, foi publicado em desobediência à resolução da Executiva porque seus editores entendiam que somente o Diretório Nacional teria poderes para fechar o jornal. Trazia na capa a imagem de uma tesoura e a manchete "Brasil Agora Ameaçado". Posteriormente o Diretório Nacional, também controlado pelo campo majoritário, confirmou a decisão da Executiva.

[140] Crônica de Uma Crise Anunciada. *Brasil Agora*, n° 75, 9 a 22/05/96, p. 10.

Desafiando a pressão da Articulação, o número 74 saiu com os dois artigos. O fato de que o repasse de recursos para o jornal se interrompeu logo após esta edição sustenta a tese de que havia razões políticas para a decisão, tomada oito meses depois, de fechá-lo em definitivo. O jornal relata, em sua última edição, uma reunião em 28 de março na qual Gilberto Carvalho teria comunicado aos editores "a decisão de submeter cada matéria a seu aval 'de companheiro'. Como o editor recusou submeter-se, veio a sentença: 'Nesse caso, a edição está suspensa'".[141] Num documento da própria Articulação, escrito tempos depois do fechamento, pode-se encontrar outras evidências de que o jornal representava um incômodo:

> "É difícil explicar, por exemplo, porque em algum momento o jornal do PT, **Brasil Agora**, ao invés de veicular as posições do partido e contribuir para o avanço das oposições no país, transformou-se em um vulgar instrumento de mesquinhos ajustes de contas internos, financiado, é óbvio, pela totalidade dos filiados."[142]

As "posições do partido", mesmo se a expressão se refere às posições do campo majoritário, nunca deixaram de ser veiculadas pelo *Brasil Agora*. O número 73, de setembro de 1995, por exemplo, traz uma entrevista de duas páginas com José Dirceu,[143] e mesmo a edição que provocou a reação da Articulação trazia a sua versão sobre a crise da composição da Executiva. O problema para a Articulação não era que suas posições não fossem divulgadas, porque eram, mas sim a divulgação das posições da oposição de esquerda. É a isso que se refere seu documento ao mencionar o "vulgar instrumento de mesquinhos ajustes de contas internos".

Um jornal aberto ao debate entre as correntes do PT estava fora dos planos do campo majoritário porque o encaminhamento do seu projeto político não passava mais pela construção de entendimentos com setores da esquerda do partido. O que era preciso assegurar era tão somente o acatamento das decisões da maioria e, especialmente, evitar as críticas ou questionamentos públicos vindos daqueles que, "inconformados com as políticas majoritária e democraticamente adotadas pelos Encontros e pela Direção Nacional, tentam **deslegitimá-las com pronunciamentos**

---

[141] Idem, ibidem, p. 11.
[142] Articulação Unidade na Luta.*Tese Política para o XI Encontro Nacional do PT* (segunda versão para discussão interna), abril de 1997. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ XI ENPT(1); maço SUBSÍDIOS, p. 2, negrito no original.
[143] Dirceu: É Hora de Ir para as Ruas. Entrevista com José Dirceu. *Brasil Agora*, n° 73, 9 a 23/09/1995, p. 12 e 13.

**de instâncias** sobre as quais têm controle".[144] O *Brasil Agora* era, efetivamente, uma instância aberta a pronunciamentos de contestação às políticas do campo majoritário e representava, por isso mesmo, um obstáculo a ser removido. Seu diretor, um ex-militante do PCBR e fundador do PT, percebeu o que estava acontecendo:

> "O *Brasil Agora* era o único instrumento que ainda não estava sob controle político do 'núcleo duro' que assumiu o controle do PT. E como a sua 'correção de rota' daria muito trabalho, o mais fácil era providenciar o seu fechamento."[145]

Uma vez que não havia acordo possível com a oposição de esquerda sobre qualquer aspecto da "revolução interna" planejada pela Articulação, o exercício da direção partidária não poderia se basear na construção de patamares básicos de consenso. A Articulação apresentou uma das versões preliminares da sua tese ao 11° Encontro com a advertência explícita de que, embora dirigindo sua palavra ao conjunto dos filiados e simpatizantes, falava "em especial àquelas correntes e sensibilidades partidárias que, com diferentes abordagens políticas, compartilham conosco um programa comum de ação e **asseguraram a governabilidade partidária** nesses quase dois últimos anos".[146] O debate político sobre os rumos do PT seria circunscrito aos setores comprometidos com a governabilidade partidária, expressão que era empregada para designar as medidas que visavam garantir a supremacia do campo majoritário. Do outro lado, fora do alcance do debate construtivo, se encontravam os que,

> "desorientados pela crise dos dogmas em que tanto acreditaram, não hesitam em baixar o nível do debate interno, lançando calúnias não só sobre a Comissão Executiva Nacional e o Diretório Nacional, como sobre a imensa maioria da militância do partido".[147]

Mas esta operação de isolamento não era simples. Para que fosse bem sucedida era imprescindível que a correlação entre as forças internas do PT não se alterasse. A maioria, obtida por pequena margem de votos no 10° ENPT, precisaria ser mantida a qualquer custo e, se possível, ampliada. Isso dependia da preservação da unidade no interior do campo majoritário e da própria Articulação, e esta era uma operação política mais complexa. Quando se tratava de solidificar a unidade do seu

---

[144] Articulação Unidade na Luta. *Tese Política para o XI Encontro Nacional do PT*. Loc. cit., p. 2, grifos meus.
[145] Editorial: Não se Brinca com a Imprensa Popular. *Brasil Agora*, n° 75, loc. cit., p. 2.
[146] Articulação Unidade na Luta.*Tese Política para o XI Encontro Nacional do PT*. Loc. cit., p. 2, grifos meus.
[147] Idem, ibidem, p. 1.

próprio campo no interior do PT, a principal arma da Articulação era quase sempre o discurso que denominei *petismo autêntico*. Vimos no capítulo 1 que este discurso, recorrente nas intervenções da tendência, era composto de alguns elementos observáveis: o recurso ao *mito fundador* como modo de legitimar a sua posição, a desqualificação das tendências adversárias como não autenticamente petistas e a crítica do vanguardismo, nem sempre distinta da condenação das vanguardas. O *petismo autêntico* nunca esteve ausente do discurso da Articulação, mas ganhava muito mais relevância nos contextos de acirramento das disputas internas do partido. E era este o caso ao aproximar-se o11° Encontro Nacional, marcado para agosto de 1997 no Rio de Janeiro. Era uma ocasião mais do que oportuna para afirmar a legitimidade única dos *autênticos petistas* e desqualificar os adversários.

Em abril a coordenação da Articulação apresentou um documento para discussão interna na corrente, preparatório para o Encontro. Os elementos do *petismo autêntico* não apenas estavam presentes, mas eram mesmo o eixo estruturador do texto. Logo após um preâmbulo abre-se a primeira seção do texto: "A Articulação Unidade na Luta e a história do PT". O documento recupera o contexto em que a Articulação se organizou como sendo o da "primeira grave crise vivida pelo Partido dos Trabalhadores",[148] decorrente dos "resultados medíocres nas eleições" de 1982 e da perda do "ímpeto inicial" dos movimentos sociais.

> "Não foram poucos os que anunciaram naquela ocasião que o Partido dos Trabalhadores vivia uma 'situação terminal'.
> "Foi nesse contexto que 113 petistas decidiram constituir, em 1983, **não uma nova corrente**, para competir com as muitas então existentes no PT, mas uma ARTICULAÇÃO de militantes capaz de formular propostas políticas para o partido e de dar respostas aos múltiplos desafios orgânicos que enfrentávamos. Esse movimento rapidamente ganhou dimensão nacional. **Desde então a história do Partido dos Trabalhadores se confunde com a história da Articulação.**"[149]

Ao contar a história do PT a Articulação atribui a si mesma o lugar dos que agiam marcados "pela vontade de criar o que em nossos primeiros anos chamávamos de 'PT-PT', o 'partido de uma só camiseta'".[150] Esta vontade, segundo a versão, tinha de defrontar-se com vontades opostas, que não davam prioridade ao PT.

> "Nosso movimento revelava a disposição de dar ao partido um caráter estratégico e não restringi-lo a uma frente de grupos ou a uma

[148] Id., ibid., p. 3.
[149] Id., ibid., p. 4, grifos meus, caixa alta no original.
[150] A camiseta é uma referência a um trecho do discurso de Lula na 1ª Conferência do PT, em 1981. Mencionei o discurso e este trecho em particular no capítulo 1.

> convergência de movimentos. Era importante impedir que o PT se transformasse em um trampolim para projetos pseudo-vanguardistas que a história se havia encarregado de enterrar."[151]

É importante lembrar que nos textos dos anos 80, ao mencionar a origem da Articulação, seus formuladores se referiam à necessidade de contrabalançar dois extremos opostos e igualmente nocivos ao PT: de um lado os grupos "vanguardistas de esquerda" e de outro os setores propensos a limitar a ação política ao espaço institucional/eleitoral. Aqui vemos que a preocupação em diferenciar-se do segundo grupo desapareceu do texto da Articulação. O PT *autêntico* seria ameaçado, agora, somente pelos "pseudo-vanguardistas.

Assim como em 1983, o partido estaria atravessando uma grave crise em 1997: "Talvez estejamos diante do maior desafio dos nossos 17 anos de existência". Sobre a Articulação recairia novamente a responsabilidade de encontrar "saídas para a situação de defensiva que enfrentamos", diante da força exibida pelo "compromisso conservador que levou Fernando Henrique à presidência, apoiado na mais ampla coalizão política da história republicana brasileira".[152] O lugar atribuído à Articulação no passado do PT ("a história do Partido dos Trabalhadores se confunde com a história da Articulação") corresponderia ao seu lugar no presente, o de dirigir o PT no enfrentamento do seu "maior desafio". As demais correntes, portadoras dos projetos "pseudo-vanguardistas" enterrados pela história e desorientadas "pela crise dos dogmas em que tanto acreditavam", seriam o principal obstáculo a vencer para colocar o PT à altura da suas tarefas. Num aparente paradoxo, o *petismo autêntico* era posto a serviço da reforma do PT.

Do ponto de vista programático, a pré-tese da Articulação ao 11° Encontro não trazia novidades, apenas aprofundava as diretrizes de dois anos antes, já fixadas no seminário "O Futuro do PT" e na intervenção da tendência no 10° ENPT. Os objetivos estratégicos do PT são apresentados ainda como os de produzir a saída para o impasse gerado pelo encerramento do ciclo histórico nacional-desenvolvimentista. A "Revolução Democrática" continua a ser o termo empregado para nomear o projeto estratégico, "capaz de oferecer uma alternativa concreta e progressista ao nacional-desenvolvimentismo ultrapassado e ao conservadorismo neoliberal hoje dominante no

[151] Articulação Unidade na Luta.*Tese Política para o XI Encontro Nacional do PT*. Loc. cit.,p. 4.
[152] Idem, ibidem, p. 4.

governo".[153] O projeto agora é apresentado em três níveis de temporalidade. No curto prazo "trata-se de deter a ofensiva anti-nacional e anti-popular do governo e das forças políticas que o sustentam". A resistência à "desconstrução nacional e a desestruturação econômica e social" deveria se combinar com a apresentação de alternativas concretas e com a constituição de alianças, medidas que "favorecerão a construção de um programa para as eleições de 1998".[154] No médio prazo

> "coloca-se a necessidade de formular um novo **Projeto Nacional de Desenvolvimento** e de construir um **Programa Democrático e Popular** que expresse a decisão e a possibilidade de articular uma alternativa ao nacional-desenvolvimentismo e ao neoliberalismo".[155]

A base deste projeto seria o Programa de Governo Lula-94 e ele se estruturaria sobre três eixos: social, nacional e democrático. A dimensão social do projeto parte da constatação do "dualismo que marca a sociedade brasileira" e propõe construir "uma nova economia que promova um processo sustentado de inclusão das dezenas de milhões de homens e mulheres hoje marginalizadas". A dimensão nacional aponta para a "forma soberana de nossa presença em um mundo globalizado pelos interesses do grande capital multinacional". O eixo democrático do programa responde por criar "formas de controle do Estado pela sociedade" (inclusive com a possibilidade de que o "mundo do trabalho" interfira na formulação de políticas públicas) e "espaços públicos não-estatais, que são o terreno para a constituição de novos direitos, para a construção de uma cidadania ativa capaz de tomar em suas mãos o destino do país".[156]

No "**longo prazo** coloca-se a questão do **socialismo**". Logo de saída o texto adverte que a expressão "longo prazo" não significa "relegar o socialismo para um futuro longínquo. Ao contrário, para o PT a questão do socialismo é de grande **atualidade** e está presente nas lutas de hoje como problema teórico e político".[157] A proclamação da atualidade da "questão do socialismo", no entanto, não se faz acompanhar de uma explicitação do conteúdo do projeto de socialismo e tampouco da estratégia de sua construção. As reflexões já realizadas sobre o tema nos 4°, 5° e 7° Encontros ou mesmo no 1° Congresso nem sequer são mencionadas. Em 1997 a Articulação não vai além de constatar que a "crise dos dois paradigmas socialistas

[153] Id., ibid., p. 7.
[154] Id., ibid., p. 7.
[155] Id., ibid., p. 8, negritos no original.
[156] Id., ibid., p. 8-9.
[157] Id., ibid., p. 10, negritos no original.

deste século – o socialdemocrata e o comunista – não significa que os problemas que essas duas ideologias propuseram resolver tenham desaparecido. Pelo contrário, eles estão mais vivos do que nunca". Se o capitalismo não consegue esconder "a barbárie que ele foi capaz de engendrar", a "perspectiva de uma sociedade além do capitalismo, livre e solidária" só poderia ser mantida por aqueles "que se libertem de dogmas e preconceitos".[158]

Pode-se identificar apenas dois elementos constitutivos do socialismo de que fala a Articulação, que são reedições de formulações anteriores. O primeiro é sua conexão interna com a noção de democracia:

> "O socialismo burocrático fracassou porque não soube, antes de mais nada, socializar a política. Por essa razão, o nexo entre socialismo e democracia não é, como alguns acreditam, uma relação secundária (...). Ela é fundamental e constitutiva do nosso projeto, de tal maneira que se pode afirmar não existir socialismo se não existir democracia."[159]

O segundo é o caráter "novo" do socialismo petista, livre dos dogmas do comunismo burocrático e das ilusões da social-democracia. O texto reconhece que para "reconstruir um projeto socialista é fundamental reconstruir a crítica do capitalismo", tarefas que a social-democracia teria abandonado ao optar "pelo reformismo keynesiano" e que a "esquerda de tradição comunista" não é capaz de realizar porque faz "há muitas décadas a crítica de um capitalismo que não mais existe".[160] O anúncio da necessidade de "*reconstruir* a crítica do capitalismo" não vai além de postular esta necessidade e de identificá-la com a crítica do neoliberalismo. Ele contém, entretanto, a indicação clara de que os termos anteriores em que a crítica do capitalismo foi formulada pela esquerda já não se sustentariam mais.

Dos três níveis de temporalidade do projeto de Revolução Democrática, os dois primeiros (curto e médio prazos) estão diretamente ancorados sobre a perspectiva de eleger o presidente da república em 1998 e o último é um enunciado destituído de conteúdo prático. Na versão final do texto apresentado pela Articulação e aprovado como tese-guia no Encontro Nacional, a centralidade atribuída à eleição presidencial é ainda mais evidente, bem como a subordinação da intervenção nas lutas sociais aos objetivos eleitorais:

> "Este ENPT será decisivo para o lançamento de amplo movimento político-cultural em defesa do Brasil e por uma alternativa de

[158] Id., ibid., p. 10-1.
[159] Id., ibid., p. 11.
[160] Id., ibid., p. 12.

> desenvolvimento sustentável com justiça social. O avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao projeto neoliberal e sustentação de alternativa de governo democrática e popular para o próximo período".[161]

De modo semelhante ao que era realizado por José Dirceu e Lula em seus discursos no Encontro de 1995, a tese de 1997 da Articulação não abandona as referências ao socialismo ou à classe trabalhadora, mas desloca profundamente os seus significados. Assim como na pré-tese, também a tese final apresentada no 11° Encontro trata do socialismo afirmando ser "uma questão presente nas lutas de hoje, como problema teórico e político". Mas este documento vai mais longe, permitindo vislumbrar o sentido agora atribuído ao socialismo:

> "A **estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento**, acompanhado da perspectiva de uma **revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária** recolocam os **valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo**, responsável pela desconstituição nacional e social do País."[162]

Fica claro, no fragmento, que a estratégia central é a do projeto nacional de desenvolvimento, dentro do qual o socialismo desempenha um papel subordinado. Ainda mais, o socialismo não figura mais como uma meta, um objetivo superior, e sim como estoque de "valores e princípios" contrapostos não ao capitalismo, mas ao "neoliberalismo responsável pela desconstituição nacional e social". A expressão "nova economia sustentável e solidária" é suficientemente ambígua para evitar a explicitação do compromisso do "projeto nacional de desenvolvimento" com a reprodução ampliada do capital e, conseqüentemente, com os capitalistas. E a tarefa de "reconstruir a crítica do capitalismo", que era anunciada na pré-tese, adquire uma feição melhor delineada: a crítica radical do capitalismo é deixada de lado e passa a existir a condenação do neoliberalismo por seus efeitos deletérios sobre a economia nacional. As conseqüências dessa alteração não devem ser subestimadas. Enquanto da crítica radical do capitalismo emergiram os projetos socialistas revolucionários que foram personificados pelas organizações de esquerda marxista, da crítica do neoliberalismo empreendida pela Articulação emerge um projeto de desenvolvimento organizado do capitalismo nacional.

---

[161] Resoluções Políticas do 11° ENPT. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 652.
[162] Idem, ibidem, p. 663, grifos meus.

Esvaziada de conteúdo, a discussão sobre o socialismo satisfazia, no entanto, a exigência de manter os vínculos com o discurso original do PT, isto é, ajudava a preservar a unidade interna do campo majoritário, condição para assegurar a maioria que estava para ser outra vez desafiada pela oposição de esquerda. No 11° Encontro o nome de José Dirceu foi novamente apresentado como candidato a presidente do PT, e uma "Carta Compromisso", assinada pelo "Campo Majoritário do PT", foi distribuída entre os delegados. A carta fazia um rápido balanço da gestão 95-97 sob a perspectiva de que o "saldo político da atual direção partidária, apesar dos desentendimentos a propósito da composição da Executiva Nacional, foi essencialmente positivo".[163] Para o próximo período, a candidatura José Dirceu se comprometia a "manter o PT como principal pólo de oposição ao projeto FHC" e a "construir na sociedade (...) com base num programa democrático popular e nas forças de esquerda, uma política nacional de alianças, aberta para segmentos descontentes com o bloco de poder dominante em contradição com a política oficial". No plano interno a candidatura se comprometia em "reconstruir o convívio fraterno, reatar os laços de companheirismo e recuperar a unidade de ação do Partido. Desejamos constituir uma direção nacional colegiada, capaz de dar conta dos inúmeros desafios que se colocam diante do nosso partido."[164]

Estas eram as bases em que o campo majoritário pretendia dirigir o PT. A participação de membros da oposição de esquerda na Executiva, questão que provocara grande desgaste no início da gestão anterior, poderia ser negociada (uma direção "colegiada"), mas as linhas gerais da direção política do partido estavam fora de discussão. José Dirceu foi reeleito com 52,6% dos votos dos delegados, contra 47,4% dados ao candidato das chapas de oposição, Milton Temer. A votação para a presidência permite uma visão de conjunto sobre a correlação de forças no interior do PT, com os números expressando aproximadamente o alcance do apoio obtido pelo campo majoritário na disputa polarizada com a oposição de esquerda. Por outro lado, a votação nas chapas permite observar melhor a segmentação dos petistas por grupos específicos. A chapa da Articulação para o Diretório Nacional obteve apenas 34,7% dos votos, contra os quase 38% obtidos pela chapa Luta Socialista, uma coalizão de correntes da esquerda petista. No entanto, com a soma dos votos da chapa

[163] *Fortalecer o Partido para Avançar*. Carta Compromisso: José Dirceu/Presidente. São Paulo, 15/08/1997, mimeo.
[164] Idem, ibidem.

Democracia Radical (quase 12%) e de parte dos votos da chapa Socialismo e Liberdade,[165] o campo majoritário manteve o controle sobre os principais postos de direção da Executiva.

Se compararmos os resultados do 11° ENPT com os do 10° veremos que o percentual de delegados que votaram no candidato a presidente da Articulação variou muito pouco (de 54% para 52,6%), o mesmo ocorrendo com a votação no candidato das correntes de esquerda (foi de 46% para Hamilton Pereira em 1995 e de 47,4% para Milton Temer em 1997). Na votação para Diretório Nacional, entretanto, houve uma mudança significativa. A chapa da Articulação obteve uma votação menor em 1997 (caiu de 40,3% para 34,7%), o que tinha um significado político muito claro: o controle sobre o partido passava a depender, ainda mais do que antes, da manutenção da aliança com a Democracia Radical, que aumentara sua votação de 7,5% para quase 12%, e com os grupos que, sem reingressar na Articulação, mantinham-se próximos ao campo majoritário. Este era o desenho da "governabilidade" partidária possível: o arranjo político que permitira à Articulação recuperar o comando do partido no 10° Encontro teria que ser preservado e aprofundado, tornando-se um esquema duradouro.

Às correntes de esquerda permanecia interditada a possibilidade de interferir na definição da orientação política do PT, embora sua presença em postos secundários da Executiva tenha sido assegurada. A dinâmica do 11° ENPT dificultava a apresentação de emendas à tese-guia, o que gerou como resultado um texto de resoluções escrito quase exclusivamente pela Articulação.[166] Dentre as resoluções aprovadas, a "Carta do Rio de Janeiro", que definia a posição do partido para as próximas eleições presidenciais, não deixava dúvida quanto à inflexibilidade da direção imposta pelo campo majoritário. O texto apresentado e defendido por José Dirceu afirma a "vontade política do PT de construir, na sociedade, uma política de alianças que, fundada num programa de caráter democrático-popular, possa agregar todos os segmentos sociais e políticos que se opõem ao projeto neoliberal e ao

---

[165] Os dados sobre as votações estão disponíveis em PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 650. A chapa Socialismo e Liberdade era composta por militantes em sua maioria egressos da Articulação e que atuavam em conjunto com o campo majoritário, mas sem se incorporar nele.

[166] As propostas de emendas à tese-guia eram tradicionalmente debatidas em grupos de discussão e depois submetidas a plenárias. Sem grupos de discussão, o 11° ENPT proporcionou apenas a apresentação e defesa das teses inscritas, seguindo-se a votação em caráter final. Cf. *Ata do 11° Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ XI ENPT(1); maço ATA.

governo FHC".[167] Para a maioria da oposição de esquerda, a ampliação do arco de alianças para incluir setores das classes dominantes que estivessem eventualmente descontentes com FHC era flagrantemente contraditória com os princípios do PT e inaceitável. Mas a "Carta" ia ainda mais longe ao determinar que toda a política do PT deveria estar subordinada à estratégia eleitoral:

> "Para ganhar e governar o Brasil é necessário que esta política nacional comande o complexo jogo de forças e pretensões locais ou regionais, sem o que a fragmentação e conseqüente enfraquecimento da Frente serão inevitáveis. Nenhum interesse regional deverá prevalecer diante do desafio de barrar a recondução de FHC e bater o neoliberalismo".[168]

Tendo aprovado esta resolução, o campo majoritário ia além de assegurar o comando partidário no plano nacional. A "Carta do Rio de Janeiro" era um instrumento que conferia um inusitado poder de interferir nas esferas estaduais e locais sempre que as resoluções dessas instâncias fossem julgadas problemáticas para a condução da política nacional de alianças. Para as tendências da esquerda do PT isso significava uma segunda derrota. Além de não poderem evitar a política de amplas alianças com setores das classes dominantes, mesmo nos estados em que estivessem em maioria poderiam ser forçadas a executar políticas que julgavam condenáveis. E com efeito, isso não demorou a acontecer.

Por seu conteúdo e pelo modo como foi aprovada, a "Carta do Rio de Janeiro" é um importante documento para a compreensão da mudança no caráter da direção política que a Articulação exercia sobre o PT. Embora quase 47% dos delegados ao 11° ENPT tivessem votado contra a "Carta", ela se converteu na norma a ser seguida por todos.[169] A supremacia do campo majoritário não fazia acordo ou concessões de natureza programática, nem operava a partir de uma plataforma política consensual. Sua eficácia dependia de dois fatores principais: que a unidade interna do campo majoritário não fosse rompida e que a hipótese de ruptura do próprio PT permanecesse afastada, isto é, que a oposição de esquerda não levasse suas divergências até o ponto da contestação da legitimidade das posições da direção escolhida, afinal, pela maioria. Este segundo fator de eficácia da supremacia da Articulação não pode ser examinado aqui com o necessário detalhamento porque isso

---

[167] Carta do Rio de Janeiro. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 651.
[168] Idem, ibidem, p. 651.
[169] A "Carta do Rio de Janeiro" obteve 277 votos contra 242 obtidos pela proposta de resolução "1998, o PT Não Foge à Luta", defendida por Milton Temer. PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 650.

exigiria um estudo sobre a trajetória das organizações da esquerda petista, que não nos propusemos a fazer. Mas não é ocioso avançar algumas conjecturas, que podem sugerir pistas para explicar os motivos que levavam essas organizações a aceitar sua derrota e o lugar a elas destinado pelo campo majoritário.

Em primeiro lugar os números dos dois últimos Encontros Nacionais indicavam que as forças da esquerda petista estiveram sempre muito perto de obter a maioria. Parecia razoável, portanto, apostar na reversão, num futuro próximo, da correlação de forças. Além disso, a contestação da legitimidade de uma direção eleita pela maioria era uma operação que envolvia um risco alto de evoluir para a ruptura partidária e este era um resultado que as correntes da esquerda petista tinham motivos para evitar. Após quase duas décadas de existência, o Partido dos Trabalhadores havia crescido a ponto de se tornar um dos maiores do país, um patrimônio ao qual as tendências não pretendiam renunciar. O apego dos militantes ao partido que ajudaram a construir e que se tornara referência central em suas próprias experiências de luta é só uma das forças de atração da estrutura partidária sobre os militantes e tendências. Outra, mais fácil de observar, é o interesse pelos cargos que se multiplicavam geometricamente na burocracia partidária e, sobretudo, nas assessorias e postos de confiança ligados aos mandatos parlamentares, prefeituras e governos estaduais. Mais à frente analisarei o processo de crescimento do PT e de suas conquistas eleitorais, e os efeitos que se projetam sobre a experiência de vida dos militantes e dirigentes do campo majoritário. A esquerda petista não participa em pé de igualdade da distribuição de cargos, mas está longe de ficar excluída dela. Romper com o PT geraria, portanto, grandes prejuízos materiais para organizações e militantes.

Descartada a hipótese de sair do partido, às tendências de esquerda restava a impotência frente à supremacia. Algumas iniciativas de desenvolver ações políticas em desacordo com a direção determinada pelo campo majoritário desencadearam respostas rápidas da cúpula partidária. O caso mais emblemático ocorreu no Rio de Janeiro, onde o Encontro Estadual, no início de 1998, deliberou pelo lançamento de candidatura própria para o governo estadual, contrariando as expectativas do campo majoritário. No plano nacional, os chefes petistas estavam trabalhando pela construção da aliança com o PDT ainda no primeiro turno, o que seria materializado com a montagem de uma chapa em que o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, seria o candidato à vice-presidência ao lado de Lula, candidato pela terceira vez a presidente. Uma das condições impostas pelo PDT para a formalização da

aliança era que no Rio de Janeiro o seu candidato a governador, Anthony Garotinho, fosse apoiado pelo PT. Como a resolução do Encontro Estadual do Rio de lançar uma candidatura petista ao governo criava dificuldades para a política nacional de alianças, a direção do PT interveio. Considerando que "a resolução adotada no Rio de Janeiro se choca com a política de alianças aprovada pelo XI Encontro Nacional do PT" e que "a prevalecer a posição particular do Rio, a Direção Nacional do Partido e seu candidato ficam desautorizados para prosseguir entendimentos com outras forças políticas visando a consolidação de uma ampla frente popular" o Diretório Nacional decidiu "revogar a decisão do Encontro do Partido dos Trabalhadores do estado do Rio de Janeiro que aprovou candidatura própria do PT" e "outorgar à Comissão Executiva Nacional e ao seu candidato à Presidência da República (...) a decisão sobre a composição definitiva da chapa naquele estado".[170]

Com um recurso apresentado ao Encontro Nacional Extraordinário de maio de 1998, em São Paulo, os setores descontentes com a intervenção da direção nacional tentaram reverter a situação, mas foram derrotados: a maioria dos delegados, seguindo a orientação das lideranças do campo majoritário, rejeitou o recurso e manteve a decisão do Diretório Nacional.[171] Os chefes do campo majoritário conduziram as negociações no estado do Rio que levaram à indicação de Benedita da Silva, da Articulação, como candidata a vice-governadora ao lado de Anthony Garotinho. Os duros protestos da oposição de esquerda em todo o Brasil e o grande tensionamento das relações internas no PT no Rio de Janeiro não produziram qualquer alteração na política da cúpula. Ademais de contar com o apoio da maioria dos delegados do Encontro que julgou o recurso, a direção tinha ainda a seu favor a "Carta do Rio de Janeiro", documento aprovado pela instância máxima do partido, que autorizava e legitimava todas as suas ações. A oposição de esquerda estava efetivamente imobilizada.

O Encontro Extraordinário de maio fora convocado para discutir a campanha eleitoral de 1998. A tese da Articulação, escolhida mais uma vez como tese-guia, não

---

[170] *Resolução do Diretório Nacional sobre candidatura no Rio de Janeiro*. São Paulo, 9/05/98. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ ENPT EXTRAORDINÁRIO (1); maço CORRESPONDÊNCIAS/CIRCULAR.

[171] No processo de discussão, usaram da palavra para propor a rejeição do recurso: José Genoíno, da tendência Democracia Radical, e Antonio Pallocci, José Eduardo Dutra, Telma de Souza e Marco Aurélio Garcia, todos da Articulação. Número igual de oradores, incluindo lideranças das principais correntes de esquerda, falaram a favor do acatamento do recurso. Cf. *Ata do Encontro Extraordinário*. São Paulo, 24 de maio de 1998. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ ENPT EXTRAORDINÁRIO (1); maço ATA.

continha nenhuma novidade programática (chegava mesmo a repetir vários trechos da tese apresentada no 11° ENPT). Não existe análise de conjuntura, mas apenas algumas observações sobre a viabilidade eleitoral das candidaturas presidenciais e sobre as perspectivas de alianças do PT no plano nacional e nos estados. As referências ao governo FHC aparecem sempre no sentido de descobrir possibilidades de explorar eleitoralmente suas debilidades. As lutas sociais são concebidas como elementos subordinados da estratégia que tem como centro a disputa eleitoral:

> "O PT, as entidades populares, os partidos de esquerda e setores da sociedade civil são a grande força de oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo. O avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao neoliberalismo, de sustentação de um futuro governo democrático-popular".[172]

Boa parte do texto é dedicada à discussão das "Diretrizes para o Programa de Governo". O leitor é advertido logo de que o "programa não se confunde com o Programa socialista do PT ou com os dos outros partidos da Frente. (...) Nosso Programa faz parte de uma estratégia de transformação global do país".[173] Embora a ata do Encontro não registre a aprovação de emendas para este trecho da tese, há uma diferença entre o texto do caderno de teses (tese "Articulação Unidade na Luta", eleita como tese-guia) e o texto da resolução que foi publicado no volume "Resoluções de Encontros e Congressos", editado pela Fundação Perseu Abramo. Ali há algumas linhas que não se encontram na tese:

> "As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, se chocam com o *capitalismo realmente existente no Brasil*. A implementação de um programa radical de reformas – por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de agregar forças sociais – contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no País".[174]

É possível que o fragmento acima tenha sido apresentado como "emenda aditiva" à tese-guia durante o Encontro. O texto era extraído, quase sem alterações, da tese da Nova Esquerda no 7° ENPT, em 1990.[175] De qualquer modo, é certo que a ausência de qualquer menção ao socialismo na tese da Articulação poderia criar

---

[172] *Articulação Unidade na Luta*. Tese ao Encontro Extraordinário. Caderno de Textos. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ ENPT EXTRAORDINÁRIO (1), p. 12.
[173] Idem, ibidem, p. 16.
[174] O Fim de um Ciclo. Resolução do Encontro Extraordinário do PT. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 675, itálico no original.
[175] *Para um Socialismo Humanístico e Democrático. Proposta da Nova Esquerda*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VII ENPT (1); maço s/ título, p. 19. As emendas aditivas foram aceitas pela comissão de sistematização e incorporadas ao texto final da resolução.

problemas no interior do campo majoritário. A solução adotada satisfazia a necessidade de manter alguma referência ao socialismo, se bem que diluída numa noção vaga de "refundação".

Dentre as diretrizes do programa de governo figuram a decisão de que sua elaboração seria em conjunto com os demais partidos da Frente e de que ele seria estruturado em três partes: diagnóstico, pressupostos e pontos programáticos. O conteúdo do programa seria definido pela comissão interpartidária, mas a tese já adiantava seu delineamento geral, quase idêntico ao programa Lula 94: "promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, impulsionar um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e soberano, orientado para um mercado de consumo de massas e serviços públicos essenciais".[176]

A dinâmica do Encontro permite estimar o quanto a política do campo majoritário mantinha as correntes da esquerda petista alijadas do processo decisório real sobre os rumos da candidatura Lula. Dentre as emendas apresentadas à tese-guia, algumas, segundo critérios da comissão de sistematização, foram submetidas à votação em plenário. Uma delas afirmava que "defender a reforma agrária é também defender a legitimidade das ocupações de terra, inclusive dentro do governo do PT". Outra propunha incluir no programa de governo a "suspensão do pagamento da dívida externa".[177] Ambas eram propostas que tinham sido aprovadas repetidas vezes em encontros anteriores do PT, e foram apresentadas e defendidas por representantes de tendências de esquerda. Lideranças do campo majoritário firmaram posição contra as emendas. Foram rejeitadas.

[176] *Articulação Unidade na Luta*. Tese ao Encontro Extraordinário. Caderno de Textos, loc. cit., p. 18.
[177] *Ata do Encontro Extraordinário*. São Paulo, 24 de maio de 1998. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ ENPT EXTRAORDINÁRIO (1); maço ATA, p. 3.

## CAPÍTULO 5

# DE REVOLUCIONÁRIOS COMUNISTAS A DEMOCRATAS RADICAIS

> *A idéia do comunismo como projeto utópico-concreto, que se materializa na revolução, é, hoje, abstração de um sujeito impotente.*
>
> *Tarso Genro, 1989*

> *... eu me subordino à ética, e não ao interesse de classe, nem a uma visão totalitária da sociedade humana que é o comunismo.*
>
> *José Genoíno, 1991*

Nenhuma outra organização de esquerda no Brasil experimentou uma mudança tão radical e em tão pouco tempo em suas orientações políticas como o PRC. A maioria dos intelectuais que, em 1984, se organizaram para construir o partido de vanguarda cuja missão era dirigir o proletariado na revolução socialista, assumiria, na década de 90, o papel de elaborar e difundir as mais duras e agudas críticas ao marxismo. Este capítulo tenta acompanhar aquela reviravolta teórica e programática seguindo as pegadas dos sujeitos que a praticaram. A tarefa não é simples, considerando o caráter clandestino da organização que implicava na adoção de nomes fictícios em todas as atividades internas, inclusive na assinatura de documentos. O outro objetivo do capítulo, talvez mais fácil, é indicar os elementos constituintes do novo projeto político que substituiu as referências ao marxismo.

Na primeira parte do capítulo retomaremos a trajetória do partido no final dos anos 80. Só em agosto de 1989 seria realizado o III Congresso do PRC, convocado, como vimos, desde janeiro de 1987. Entre a convocação e a realização do congresso, a crise do PRC se aprofundou a ponto de mudar de qualidade. A resposta para os impasses, aprovada pela grande maioria dos delegados ao congresso, foi a dissolução do partido.

Extinto o PRC, os militantes agora deveriam se organizar como tendência no interior do PT. Mas havia divergências importantes entre os ex-*revolucionários comunistas*, o que resultou na organização não de uma, mas de duas correntes. A maior delas, denominada *Nova Esquerda*, realizou importantes experiências de

elaboração programática sobre bases teóricas completamente distintas das que vigoravam na fase do PRC. Sua atuação no período do 7° ENPT e do I Congresso do PT, momentos em que se revelaram os contornos pós-modernos do seu novo projeto político, é o que discutiremos na segunda parte. Após o 8° ENPT (1993) o grupo, agora denominado *Democracia Radical*, se aproximou definitivamente da Articulação e passou a compor o chamado *campo majoritário* do PT. Este período é analisado na última parte.

## 5.1 LÊNIN É RUSSO, GRAMSCI É OCIDENTAL: O FIM DO PRC

Quando foi convocado o III Congresso, o próprio CC deixava claro que o PRC enfrentava uma crise séria, que afetava todas as dimensões da existência do partido. As formulações programáticas, tanto no plano da estratégia quanto no da tática, eram consideradas insuficientes, quando não completamente equivocadas. Na esfera organizativa, por sua vez, o PRC não conseguira o seu objetivo maior, que era o de tornar-se o embrião da construção do partido de vanguarda. Nas palavras do CR de São Paulo, era preciso "tomar consciência geral de que o **nosso projeto político-ideológico está em xeque**", e de que o quadro do partido refletia "uma profunda debilidade teórica, política e organizativa" Compreender em profundidade a crise e divisar as possibilidades de sua solução, estas eram as tarefas atribuídas ao congresso: "Despertar o partido, sacudi-lo de cima a baixo, encorajá-lo a adquirir uma vontade determinante de vencer suas limitações e a traduzir este esforço em resposta aos enormes desafios que se colocam para os caminhos da construção".[1]

Lidos na ordem cronológica de sua publicação, os textos que circularam no interior do partido no período posterior à convocatória revelam, com nitidez, o deslocamento progressivo das concepções sobre a crise do PRC e sobre as soluções possíveis. Este deslocamento, que era, na verdade, uma expressão do próprio movimento de mudança no projeto político do grupo, foi feito, nesta fase, com recursos teóricos extraídos de textos gramscianos. Foi exatamente nessa época que Gramsci começou a se tornar uma referência quase onipresente nas formulações políticas do partido. A partir de algum momento posterior à divulgação do primeiro caderno de teses para o congresso, em 1987, praticamente todos os documentos que

[1] *Reorganizar o Partido em São Paulo. Preparar-se para o III Congresso*. CR de São Paulo, fevereiro de 1987, mimeo, p. 1-2, grifo meu. AFC.

vinham do partido, e que podiam tratar de temas tão diferentes quanto a proposta de uma "linha sindical" para o PRC ou a posição do partido na campanha presidencial de 89, e tanto os textos oficiais do CC, restritos aos membros do partido, quanto os artigos individuais de intelectuais do partido publicados em periódicos de circulação mais ampla, todos eles passaram a empregar conceitos como hegemonia, revolução passiva, guerra de posição e guerra de movimento, sociedade civil e sociedade política, reforma intelectual e moral. A revista *Teoria e Política* publicou, em 1987, um texto de Gramsci sobre o partido comunista.[2] Ao final desta etapa, Gramsci havia substituído Lênin como o autor das concepções acolhidas como principal referencial teórico daqueles militantes.

Voltar-se para Gramsci foi um movimento com o qual os *revolucionários comunistas* pretenderam, no primeiro instante, responder ao crescente mal-estar que experimentavam com as formulações programáticas e teóricas que o PRC assumiu desde a sua fundação. Muitos dirigentes, e mesmo o próprio CC em algumas ocasiões, não hesitavam em referir-se a este mal-estar como crise do marxismo. Alguns anos depois, quando o que era um mal-estar se tornou uma aversão explícita ao marxismo, o próprio Gramsci terminaria por ser também renegado[3]. Em 1987, todavia, a "crise do marxismo" ainda era tomada no sentido mais fraco, como um desafio de *aggiornamento* proposto aos próprios marxistas. Este era o sentido, por exemplo, da apresentação feita pelo CC para o primeiro caderno com as "teses para discussão", que não tinham ainda o caráter de propostas de resolução. Nove dos dez textos que compunham a brochura foram escritos por grupos de trabalho instituídos pelo próprio Comitê Central e compostos por seus membros. Mesmo assim, o resultado foi considerado como "uma abordagem que traz as marcas evidentes das nossas limitações teóricas e políticas, em contraste com a vastidão e a complexidade dos temas eleitos". A deficiência nas elaborações era associada à constatação de "uma **dificuldade generalizada no terreno do marxismo** no que toca ao enfrentamento

[2] GRAMSCI, Antonio. O Partido Comunista. *Teoria e Política*, 8, 1987, pp. 119-129.
[3] Apresentei uma análise preliminar dos deslocamentos na interpretação e no uso de alguns conceitos de Gramsci em textos de dirigentes do PRC e da Articulação: COELHO, Eurelino. O Espelho da Práxis: uma esquerda em crise e suas leituras de Gramsci. In: XXII Simpósio Nacional de História, ANPUH – 2003, João Pessoa, PB. Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História, 2003, v.1, n° 1.

dos problemas (...) com os quais a luta pela revolução socialista e pelo comunismo se defronta na época atual".[4]

Os textos que o CC considerava limitados eram, ademais, bastante heterogêneos, abrigando concepções e abordagens distintas e até antagônicas, em alguns casos. O compromisso do PRC com a liberdade de discussão interna era agora reforçado pelo argumento de que, em face das dificuldades do marxismo, o "fechamento das alternativas de investigação poderia ser qualificado, nos dias de hoje, como um ato retrógrado". A diversidade se expressou na publicação dos textos "tal como apresentados".[5] Com o caderno de teses, que saiu em agosto, abria-se oficialmente a fase de debates preparatórios do congresso. A expectativa dos *revolucionários comunistas* era de que a ampla discussão pudesse produzir, como resultado final, uma nova unidade a partir da diversidade.

Nem todos os textos do caderno defendiam a necessidade de realizar mudanças importantes no partido. Uma das teses, dedicada ao tema da relação do partido com o movimento de massas, pouco se afastava das formulações anteriores do PRC. Seu ponto de partida era a reafirmação de que a "consciência espontânea da classe não evolui por si mesma em consciência política e ideológica de classe (...). A classe operária como realidade empírica e imediata está cominada e reproduz as concepções ideológicas burguesas". A luta pela consciência revolucionária não deveria ser confundida com a luta para "conscientizar operários inconscientes. Trata-se de lutar contra a ideologia burguesa que domina as consciências dos operários". O "elemento orgânico" que interfere no movimento operário de forma consciente, com uma teoria e uma ideologia revolucionária, "deve ser e só pode ser o partido revolucionário e comunista".[6]

Com base nestas concepções gerais, a tese afirmava que, no Brasil, a classe operária estaria desenvolvendo o estágio inicial de sua consciência, definindo sua identidade imediata como classe em-si: "A consciência atual da classe operária brasileira pode ser definida como pré-política".[7] A constituição do "campo PT-CUT" significaria um certo avanço, uma "consciência coletiva espontânea e embrionária, mas que não se tornou uma 'vontade como consciência atuante da necessidade

[4] CC do PRC. Apresentação. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*. Agosto de 1987, p. 7, grifo meu. AFC.
[5] Idem, ibidem, p. 7.
[6] O Partido e o Movimento de Massas. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit., p. 42.
[7] Idem, ibidem, p. 45.

histórica' e que ainda não se tornou socialista e revolucionária e nem se tornará se for abandonada ao seu destino".[8] Frente ao movimento de massas, cujo pólo mais avançado era o "campo PT-CUT", o papel do partido revolucionário seria o de "dirigente e portanto de busca de consenso na disputa de propostas e na busca de soluções". A função dirigente "pressupõe uma maior capacidade, um maior discernimento, uma maior qualificação", atributos que se espera do Partido. Além do mais, a "função de dirigir não exclui a função de também ditar caminhos, em situações especiais como os momentos de confusão política e ideológica, de vacilações e de atraso do movimento".[9]

A maior parte das teses, porém, combinava a reafirmação de elementos considerados insuperáveis do marxismo-leninismo com elaborações teóricas mais ousadas e inovadoras. Um dos temas que suscitou abordagens deste tipo foi o da revolução. A tese que tratava diretamente deste assunto procurava estabelecer o estatuto da revolução socialista como o de uma "necessidade histórica" em cuja base atuariam tanto o proletariado como o partido. Até aí, apenas uma repetição de concepções anteriores. Mas a exposição da determinação desta necessidade era feita com uma argumentação inusitada. O proletariado "surge na história como uma realidade empírica, como um ser social posto pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista". É o marxismo que, ao realizar o "estudo da realidade econômica e social do capitalismo, descobre a posição específica do proletariado no seu interior" e descobre também que "esta posição lhe coloca a possibilidade histórica da Revolução Social". Ora, seria somente devido a esta descoberta que o socialismo se tornava um

> "objetivo consciente, **finalidade de todos os indivíduos que optam** pela negação radical do capitalismo e pela sua transformação revolucionária em uma sociedade determinada: o socialismo. (...) **A Revolução Social, ao aparecer como finalidade histórica, torna-se uma necessidade histórica.**
> "Assim, o problema histórico da possibilidade, da finalidade e da necessidade da Revolução Social surge primeiro, na História, como problema teórico, como consciência histórica".[10]

Este raciocínio, profundamente teleológico, repõe em outros termos a hipóstase da teoria revolucionária, marca das formulações do PRC. A necessidade

[8] Id., ibid., p. 46. A expressão entre aspas simples é uma citação de Gramsci.
[9] Id., ibid., p. 47.
[10] O Partido e a Revolução. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit., p. 10, sublinhados no original, negritos meus.

histórica aparece como *derivada* da consciência histórica. Por outro lado, pensado como uma "finalidade de indivíduos que optam" o socialismo já é, de fato, um problema da ordem da escolha individual, conclusão a que a tese, no entanto, não chegava. Se a "necessidade histórica" da revolução seria fundada pela teoria marxista, a "exigência prática" para a realização da finalidade (a revolução socialista) seria apossar-se desta teoria. A questão essencial da revolução era circunscrita ao plano da subjetividade, e o partido era a forma histórica desta subjetividade revolucionária: "A revolução como princípio e finalidade é princípio e finalidade para um sujeito. O Partido é o sujeito histórico-político determinado de uma revolução determinada". O partido, organismo consciente porque de posse da teoria, funda a necessidade, ao estabelecer a finalidade e constitui-se, ele mesmo, em meio para a realização da finalidade: "**O Partido torna-se o princípio, o meio e o fim do problema histórico da revolução**".[11]

O Estado burguês continuava a ser considerado como "um organismo de poder de classe da burguesia, o centro organizador por excelência dos interesses da burguesia". Diante deste Estado, o partido deveria "lutar pela sua destruição", o que implicaria em "elaborar uma teoria da violência revolucionária organizada". No entanto, a teoria da revolução era suplementada com a noção de que o poder político e ideológico da dominação burguesa precisaria ser enfraquecido "desde já", num "movimento que se realizará por fora e também por dentro dos aparatos estatais configurando uma disputa pela hegemonia em toda a sociedade."[12]

Sobre a questão do partido, abordada por vários textos, também havia inovações. E apareciam algumas das divergências entre as teses. Um dos textos que tratava da questão do partido propunha-se a criticar o dogmatismo das concepções prevalecentes no interior do marxismo. O partido teria sido entendido, numa certa tradição vinculada à III Internacional, como o "depositário natural do marxismo, identificando este último a uma ciência determinada: a 'ciência proletária'." Assim "Partido e Verdade passaram a ser conceitos cuja intimidade estava dada por definição".[13] Recuperando os argumentos desenvolvidos por Adelmo Genro Filho num artigo de 1980,[14] a tese associava esta concepção de partido ao dogmatismo

[11] Idem, ibidem, p. 11, grifo meu.
[12] Id., ibid., p. 12, sublinhado no original.
[13] O Partido e o Dogmatismo. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit., p. 15.
[14] Cf. GENRO FILHO, Adelmo. Introdução à Crítica do Dogmatismo. *Teoria e Política*, 1, São Paulo, 1980. Analisei este artigo no capítulo 2.

naturalista cristalizado pelo stalinismo, que "sempre considerou a revolução como um fenômeno regido por leis naturais" e via o socialismo como "inevitável". Perdia-se, assim, o "significado da luta de classes como motor da História, uma História que *jamais possuiu sentido diverso daquele que os homens constroem socialmente*, constrangidos pelo presente e apaixonados pelo futuro". No outro extremo, o dogmatismo idealista levaria à "superestimação do elemento subjetivo em relação às condições históricas concretas", fundando a possibilidade da revolução na "iniciativa revolucionária do sujeito histórico, esteja ele identificado com indivíduos, o Partido ou as massas".[15] Nesta categoria estariam as concepções de Che Guevara, Regis Debray, Trotski e Rosa Luxemburgo. A crítica ao dogmatismo, segundo a máxima marxista de "duvidar de tudo", seria pré-condição para enfrentar a questão do partido revolucionário hoje.

Também discutindo a teoria do partido, uma outra tese começava com uma afirmação surpreendente, vinda de dirigentes do PRC: "Não se pode afirmar que exista uma teoria do Partido sistematizada na obre de Lênin". No máximo poder-se-ia admitir a "possibilidade de dedução de uma teoria de Partido que foi apenas insinuada pela problematização lenineana". Mesmo assim, o exame da obra de Lênin exigiria considerar as "unilateralidades e afirmações contraditórias" em que o líder bolchevique incorreu devido ao caráter predominantemente polêmico de seus escritos.[16] As modificações, ao longo da obra, das formulações de Marx e de Lênin sobre a questão da organização é recuperada pelo texto para apontar o que seria a origem das visões equivocadas sobre as "relações entre o papel do sujeito histórico, elemento consciente, e a espontaneidade do movimento operário". Para Marx, o "Partido Revolucionário identifica-se com o conjunto da classe operária", pois esta "tende necessariamente a negar-se enquanto classe-em-si e assumir-se enquanto classe-para-si. (...) Sinteticamente, pode-se afirmar que para Marx o sujeito da revolução é a classe operária". Esta concepção organizativa "implica em uma visão naturalista da revolução sob as condições do capitalismo".

Para Lênin, ao contrário, o desenvolvimento espontâneo do "ser revolucionário" da classe estava descartado. A "missão histórica de 'fazer a revolução' continua sendo atribuída à classe operária, mas só aparece concreta a

[15] O Partido e o Dogmatismo. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit. p. 16. O trecho grifado por mim será retomado, no futuro, com um sentido bastante modificado.
[16] O Partido Leninista. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit. p. 19, sublinhado no original.

partir da existência do seu 'Estado Maior', o Partido de Vanguarda". Então, "sinteticamente, pode-se afirmar que na concepção de Lênin o sujeito da revolução é o Partido".[17] A concepção organizativa de Lênin "possui o mérito inquestionável de iniciar uma ruptura com o naturalismo nas questões de organização". No entanto, a noção de "partido-sujeito" precisaria ser revista, porque ela prestou-se à "mistificação do Partido, ao desenvolvimento de práticas sectárias na relação partido-movimento, ao substituismo de Partido frente às massas, etc."[18]

A tese propõe uma solução para o problema do sujeito revolucionário: ele não seria a "nem a classe nem o partido, mas o Movimento Socialista Revolucionário, expressão histórica da fusão da teoria marxista com o movimento espontâneo da classe". Esta fusão, por sua vez, não poderia ser espontânea, mas necessitaria de "uma ação consciente de indivíduos e de organizações revolucionárias (Partidos-em-formação) que possibilitem o contato da teoria marxista com o movimento espontâneo".[19] A constituição deste sujeito seria a tarefa fundamental do partido revolucionário e comunista. Não existiria uma forma universal de organização do Movimento Socialista Revolucionário, mas a tendência seria a de que este movimento viesse a criar "organismos de frente única de caráter revolucionário, expressão da unidade revolucionária na diversidade operária".[20]

Uma das teses formulava o que lhe pareciam ser as grandes questões cujo enfrentamento exigiriam a atualização do leninismo. A primeira delas era a questão das novas condições da luta pela hegemonia, entendidas como o resultado objetivo da complexificação do aparato de dominação burguesa, hoje "mais profundo, mais variado e mais complexo do que aquele introduzido no início do século". Do ponto de vista leninista, o fundamental seria "compreender – para realizar a disputa ideológica com eficácia – que as mediações da hegemonia burguesa são extremamente mais complexas e estimulam nas massas valores ideologicamente permeáveis a todos os fetiches da sociedade burguesa moderna".[21] Outro desafio seria lidar com as questões que "possuem um potencial político que não se relaciona diretamente com os antagonismos de classe", mas que possuem também uma "carga de universalidade capaz de se colocar mais facilmente, inclusive através dos aparatos e meios de difusão

[17] Idem, ibidem, p. 27, sublinhados no original.
[18] Id., ibid., p. 28.
[19] Id., ibid., p. 28.
[20] Id., ibid., p. 30.
[21] Questões para o Leninismo Hoje. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit. p. 32.

da ideologia burguesa, para toda a sociedade": a questão feminista, os problemas do meio ambiente, drogas, da luta pelo direito à liberdade de orientação sexual, a luta contra o racismo.[22]

Dois textos procuravam fazer análises mais amplas sobre a sociedade brasileira. Um deles era uma extensa e bem articulada proposta de interpretação histórica da formação econômica e social brasileira através do conceito de *capitalismo monopolista de Estado*, que teria assumido, no Brasil, o caráter *dependente e associado*.[23] O outro era uma tentativa de interpretação, em perspectiva gramsciana, da dominação burguesa no Brasil. Segundo os autores desta tese, o Estado no Brasil "apresenta a complexidade própria dos países de capitalismo avançado. É o resultado da combinação de <u>força</u> e <u>hegemonia</u> (Gramsci)".[24] Mas o "aspecto mais relevante" da dominação burguesa aqui seria o "seu caráter antidemocrático (...) típico de uma sociedade capitalista monopolista dependente e de Estado". Seu elemento chave seria a coerção e não o consenso, gerando a "hipertrofia da sociedade política em relação à sociedade civil e a tutela desta por aquela", características distintas das democracias burguesas clássicas, como as européias. A tese tenta reconstituir os principais momentos da formação histórica da dominação burguesa no Brasil através do conceito de "revolução pelo alto",[25] que explicaria a persistência das restrições ao pleno desenvolvimento da sociedade civil. Em todos aqueles momentos, a classe operária teria se apresentado "despreparada para dirigir as demais classes populares, empreendendo um ataque frontal ao Estado burguês".[26]

Dentre os textos que faziam algum tipo de avaliação sobre a trajetória do PRC, em apenas um deles era nítida a tentativa de preservar elementos substantivos das formulações programáticas anteriores dos *revolucionários comunistas*. A resolução tática do II Congresso, expressa no lema "desestabilizar a Nova República", é, nesta tese, considerada correta e avançada, embora o congresso não tivesse preparado o partido para os desdobramentos práticos da resolução. Por isso seria descabido "abandonar o avanço que conseguimos no II Congresso. O que é necessário é completar o que ficou pelo meio, é prosseguir no avanço". As posições

---

[22] Idem, ibidem, p. 34.
[23] Alguns Elementos para o Estudo da Formação Social Brasileira. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit. p. 90-140.
[24] A Dominação Burguesa no Brasil. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit. p. 49, sublinhados no original.
[25] A tese cita expressamente textos de Carlos Nelson Coutinho e de Décio Saes.
[26] A Dominação Burguesa no Brasil. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit. p. 52.

que, no debate partidário, propunham como diretriz a "tática do acúmulo de forças", eram criticadas: "'Tática de acúmulo de forças' não diz absolutamente nada. (...) é unilateral, porque o acúmulo de forças é apenas um aspecto da luta, inseparável do combate ao inimigo". Além disso, se aquela proposta de tática parte da avaliação de que a correlação de forças é desfavorável ao campo revolucionário, "erra-se na avaliação da situação concreta e nas suas potencialidades. Subestima-se a crise".[27] A "crise" aqui mencionada é a longa estagnação econômica mundial aberta nos anos 70, que aprofundou as contradições do capitalismo.

Ao mencionar a crise do marxismo, a tese também procura salvar o que lhe parecia essencial. Reconhecendo a crise internacional do movimento comunista, a tese afirma que sua reconstrução "passa, antes de tudo, por um combate teórico", que exigiria "reconstruir o pensamento autenticamente comunista" e "superar a crise do marxismo-leninismo". Este combate se daria em dois *fronts*: "um é o resgate da essência do marxismo-leninismo como doutrina revolucionária e o desbaste de todo o restolho ideológico com que ele foi envolvido nestas últimas décadas". O outro seria a "sua revitalização e atualização".[28]

Após a publicação deste caderno de teses, em agosto de 1987, a expectativa dos dirigentes era que o debate ganhasse intensidade e qualidade. O que preservar e o que abandonar das velhas concepções, o que propor como alternativa? Esta era a tensão subjacente às posições que intervinham na discussão. Na atividade partidária de rotina, as diferentes concepções esboçadas no caderno de teses encontravam espaço para se manifestar. Tomemos, por exemplo, o "Anteprojeto de Linha Sindical", escrito em abril de 1988 pela Secretaria Sindical do PRC como subsídio para uma posterior resolução do CC sobre a atuação no movimento sindical. Chama a atenção no texto, como em algumas das teses analisadas acima, a tentativa de assimilação de conceitos gramscianos. O documento propunha a tarefa de construir um "movimento sindical proletário e revolucionário" a partir de uma orientação que deveria "ser concebida como parte integrante da estratégia da revolução no 'Ocidente' capitalista, consubstanciada na combinação da 'guerra de posição' com a 'guerra de movimento'". A construção deste movimento operário anti-burguês seria "um elemento destacado da luta pela hegemonia, que requer a criação de uma

[27] Revolucionar a Vida. Viver a Revolução. Revolucionar a Revolução. In: *Caderno de Teses. PRC, Terceiro Congresso*, loc. cit. p. 177.
[28] Idem, ibidem, p. 177.

sociedade civil alternativa à sociedade civil burguesa, da qual o sindicato burguês é um elemento destacado".[29]

Em contrapartida, as definições do II Congresso sobre tática também inspiravam resoluções do CC ainda em 1988. Diante do projeto de Constituição Federal aprovado em primeiro turno que refletia "essencialmente as posições do setor mais conservador da burguesia, representado no parlamento pelo Centrão", a orientação do CC era no sentido de negar-lhe legitimidade: "o combate à nova Constituição visa desmistificá-la e deslegitimá-la enquanto pretenso estatuto regulador do comportamento de todas as classes sociais". Seria preciso tornar "evidentes para o povo" o seu "caráter de classe e os interesses de classe e de frações de classe que ela atende, assim como os procedimentos antidemocráticos que possibilitaram a sua elaboração".[30] Deslegitimar a Constituição seria, deste modo, a ação política mais adequada à tática de desestabilizar a transição conservadora.

Alegando o "atraso da publicação das Teses e a subseqüente dificuldade de avançar no processo de elaboração teórica" o CC, em março de 1988, tomou a "decisão de adiar a realização do III Congresso para o próximo ano".[31] As propostas de resolução, que circularam em 1989, eram já muito diferentes das teses de 1987. Algumas dimensões das mudanças em curso já eram bem mais nítidas, mas o processo de reviravolta ainda não se completara, de modo que não era possível divisar ainda o seu sentido geral. É pouco provável que os militantes que empreendiam a virada programática e teórico-ideológica do PRC soubessem, naquele período, qual seria o ponto de chegada da sua trajetória. Alguns dos textos que eles produziam exprimiam o crescente antagonismo com a maioria das concepções anteriores, uma tentativa de autocrítica que procurava se valer de elementos do marxismo até então ausentes das suas formulações. Havia, por outro lado, a experimentação com vários elementos de novidade proporcionados pelo cenário intelectual. Nenhum destes movimentos, até então, apontava, expressamente, para uma ruptura global com o marxismo. Em certos casos, porém, esta ruptura se insinuava com mais clareza, como na editoria da revista *Teoria e Política*.

Aldo Fornazieri apareceu como editor-chefe da revista a partir do número 8, de 1987. Na *Apresentação* daquele número, o novo editor escreveu: "surgida como

---

[29] *Anteprojeto de Linha Sindical*. Secretaria Sindical do PRC, abril de 1988, mimeo, p. 5. AFC.
[30] *Aprofundar a Luta contra o Governo e pela Deslegitimação da Nova Constituição*. CC do PRC, junho de 1988. AFC.
[31] *Resolução sobre o Congresso*. CC do PRC, março de 1988, mimeo. AFC.

uma revista situada no campo do marxismo e voltada para o aprofundamento do trabalho teórico, **TEORIA E POLÍTICA não pretende abandonar a sua concepção original**". Após algum tempo sem ser publicada, a revista retornava "num momento em que, no Brasil e no mundo, se intensifica a discussão sobre a validade e a atualidade do marxismo". Para provar a atualidade e a validade do marxismo, o caminho não seria o das "proclamações", mas sim o "*próprio trabalho da teoria marxista*".[32] A teoria era proposta como "elemento fundante e constitutivo da transformação do real", e a prática política moderna seria a "forma de realização de um querer teórico". Este "querer teórico" seria a "própria condição para ser *sujeito* na modernidade". No entanto, para que

> "o sujeito se torne efetivo, é necessário que o querer teórico e o atuar político invertam a realidade coisificada que está aí diante de nós. É necessário erguer uma realidade produzida pelo *sujeito*, **um mundo concebido pelo saber, uma sociedade produzida pela consciência** fundada numa universalidade onde todos se reconheçam iguais, independentes e livres".[33]

Já estamos familiarizados com esta linguagem e também com esta hipóstase da teoria. Aqui elas estão ainda a serviço da defesa de um certo marxismo, afirmando sua atualidade através do vigor da própria teoria marxista, fundamento da constituição do sujeito capaz de realizar a inversão da realidade coisificada. No número seguinte da revista, publicado no primeiro semestre de 1988, o tema do editor era, novamente, a crise do marxismo, percebida agora como um problema muito mais próximo e urgente: "a realidade deve ser encarada de frente pelos próprios marxistas: **realmente, pode-se afirmar que o marxismo está em crise**".[34] Fornazieri sai, novamente, em defesa do legado de Marx contra os seus críticos "irracionalistas", muitos dos quais, ex-marxistas: "Estes ex-marxistas, que foram marxistas religiosos, hoje procuram outras religiões em todas as espécies de irracionalismos". Mas a crise, sendo real, não poderia ser ignorada. Defender o marxismo não poderia ser confundido com "uma atitude de fé religiosa diante dos escritos dos clássicos", mas "o próprio sistema marxista é o referencial do qual se pode e se deve partir para repensá-lo criticamente". Este repensar teria de ser feito em nome da razão, e envolveria um "reexame da relação de Marx e do marxismo com a filosofia de Hegel" (nada surpreendente para quem falava em erguer uma nova sociedade produzida pela

[32] FORNAZIERI, Aldo. Apresentação. *Teoria e Política*, 8, 1987, p. 7, itálico no original, negrito meu.
[33] Idem, ibidem, p. 8, itálico no original, negrito meu.
[34] FORNAZIERI, Aldo. Apresentação. *Teoria e Política*, 9, 1988, p. 7, grifo meu.

consciência). A revista *Teoria e Política*, "que pretende ser e se define como marxista, está aberta para repensar criticamente os pressupostos do marxismo". Só que, desta vez, a revisão já antevia a necessidade de descartar "algumas teses" de Marx: "Se algumas teses por ele elaboradas não encontram mais correspondência com a realidade isto não significa que todo o seu sistema deva ser recusado".[35]

Entre um número da revista e outro, a posição do editor se deslocou sensivelmente. No primeiro texto, contra os críticos que falavam a partir de posições externas ao marxismo, ele propunha a defesa da validade e atualidade do marxismo através do próprio trabalho teórico em perspectiva marxista. No segundo, ele passou a cobrar dos próprios marxistas o reconhecimento da crise e a necessidade de "repensar criticamente os pressupostos", abandonando teses que perderam a validade. O "sistema" filosófico de Marx ainda era visto como o "referencial" da revisão crítica, desde que reconhecesse seus débitos com o hegelianismo. Mas, em todo caso, a revista ainda se "definia como", e "pretendia ser" marxista. O número seguinte de *Teoria e Política* completaria o giro. Era o terceiro publicado sob a direção editorial de Aldo Fornazieri e saiu em outubro de 1988. Após constatar que "intelectuais e pessoas sérias (...) estão em estado de perplexidade ante este mundo", o editor posiciona a revista:

> "**Não podemos dize que *Teoria e Política* é uma revista com perfil definido**. Só podemos afirmar algumas coisas a esse respeito: como revista de pensamento socialista ela deve ser democrática, não-dogmática e plural. Esta lição, ao menos, devemos aprender do passado."[36]

Aqui a ruptura como marxismo está esboçada por completo. Em face da perplexidade geral, o que restaria ao pensamento socialista que "aprendeu a lição do passado" é o compromisso com a democracia, o não-dogmatismo e o pluralismo. "Não ter perfil definido" significa, simplesmente, não mais se "definir como" nem "pretender ser" marxista. Estamos ainda em 1988 e é presumível que Aldo Fornazieri tenha chegado a estas posições antes que a maioria dos seus companheiros de partido. Falando sobre o assunto, ele próprio afirma que deixou de "acreditar naquelas idéias" bem antes que a discussão envolvesse o conjunto do PRC.[37] A leitura da documentação oficial do partido confirma esta hipótese. As propostas de resolução que circularam em 1989 continuavam reafirmando elementos centrais de referência

[35] Idem, ibidem, p. 8-9.
[36] FORNAZIERI, Aldo. Apresentação. *Teoria e Política*, 10, 1988, p. 8, grifo meu
[37] Entrevista com o autor.

ao marxismo e também ao leninismo, inclusive a via revolucionária para o socialismo. Mas o deslocamento de Fornazieri, mesmo que antecipado em relação à maioria, não era um movimento individual ou isolado. A reviravolta programática e teórica era uma experiência coletiva e em franco desenvolvimento. Os textos apresentados ao congresso manifestavam isso.

Uma comissão criada pelo próprio CC redigiu o "Projeto de Resolução sobre Estratégia", divulgado em março de 1989. Sua primeira frase era emblemática: "O **comunismo se afigura para nós como um valor ético** que consubstancia a realização plena da humanidade". Citando Marx, o texto definia o comunismo como "a emancipação dos seres humanos do 'reino da necessidade' e o seu ingresso no 'reino da liberdade'." A "revolução socialista será o ponto inicial do longo processo histórico de construção desse ideal", envolvendo a "abolição da propriedade privada, a supressão da divisão do trabalho (...), a sedimentação de novos valores morais, a reprodução automática dessas novas relações sociais". Para que esta "finalidade" seja concretizada, o projeto socialista, obra da racionalidade humana, deveria se articular "com a **base social mais suscetível de assumi-lo, o proletariado**. Isto significará a própria negação desta classe na sua realidade empírica posta pelo capitalismo". Ligado por laços políticos e históricos ao proletariado, o Estado socialista não seria, porém, dominado pelo particularismo desta classe. O "fundamento ético" do novo Estado "**não consiste em realizar interesses de classe, mas em negá-los, promovendo o 'interesse' geral da humanidade**". Daqui "deduz-se a necessidade de que o Estado futuro, quanto ao regime político, se conforme como uma democracia socialista".[38]

Esta tensão entre a preservação de elementos marxistas clássicos, como as noções de revolução e de socialismo como etapas de transição ao comunismo, e formulações nascidas de outras perspectivas, como a proposta de um Estado defensor dos interesses humanos gerais existindo numa sociedade de classes, percorre todo o texto. Por entre as tensões, no entanto, começavam a sedimentar-se algumas posições já com certo grau de definição. Vale notar, quanto a isso, que a "democracia socialista" não é a substituta da "alternativa operária e popular" definida no II Congresso como a forma política da ditadura do proletariado, mas sim uma formação política fundada sobre o "interesse geral da humanidade" (na verdade, sobre valores

[38] *Projeto de Resolução sobre Estratégia*. Março de 1989, p. 1, grifo meu. AFC.

humano-universais, que se distinguem dos interesses imediatos, e por isso as aspas no texto) e contra os particularismos de classe. Nenhuma classe teria "interesse" em defender esta democracia, pois seus fundamentos são de ordem valorativa e não da ordem dos interesses. Sua sustentação frente aos conflitos gerados pelas tarefas que teria de realizar (nos termos do documento: "abolição da propriedade privada, a supressão da divisão do trabalho", etc.) dependeria exclusivamente de sua capacidade para manter aderidos a si os *indivíduos* que escolheram o socialismo. Não estou forçando a interpretação. Um dos propositores presumíveis deste projeto de resolução escrevia, em artigo de 1988:

> "Pressupor que haja uma democracia própria da classe representa cair no mesmo enfoque particularista do capitalismo. (...) Por isso mesmo, o socialismo não pode ser uma ditadura, a 'ditadura do proletariado'. O socialismo deve ser uma *democracia socialista*, onde as medidas sociais da objetividade da existência sejam igualmente válidas para todos e para cada um".[39]

O mesmo tipo de tensão aparecia, no projeto de resolução, na questão da violência revolucionária e do poder. A revolução socialista deveria ser concebida como "uma ruptura institucional precedida pela dualidade de poderes". Como tal, "pressupõe atos de força, mas não necessariamente atos de violência". A diferença entre elas é que a força seria a "capacidade política de induzir alguém a fazer o que não deseja ou a renunciar a algo que deseja", enquanto a violência "é a desconsideração pelos direitos humanos", nunca é revolucionária e só se justifica como "ato-defensivo-absoluto". O que se seguiria à "negação revolucionária do Poder burguês" seria a "formação de um Poder alternativo". Mas o "Poder não é um espaço que se ocupe, nem um bem que se exproprie. O Poder é uma relação social de força. **A concepção segundo a qual é possível a 'tomada do Poder' aproxima-se, teoricamente, mais do blanquismo que do comunismo**". Um poder alternativo se constrói com "idéias e instituições. Idéias capazes de orientar as ações e instituições capazes de organizá-las e reproduzi-las". Sua construção, "portanto, se inicia no capitalismo e é condição para o avanço da revolução até o socialismo e para o desenvolvimento deste". É para a construção deste poder alternativo que a ação revolucionária deveria se voltar "nos movimentos sociais e nos aparatos estatais". Os

[39] FORNAZIERI, Aldo. Considerações sobre a Sociedade Civil, o Estado e a Estratégia. *Teoria e Política*, 9, 1988, p. 41-2, itálico no original. Sobre a relação partido/classe, no mesmo artigo: "*Ao contrário do que afirma o pensamento marxista dogmático, o socialismo não nasce e não é patrimônio da classe operária. É a classe operária que tem o* **dever** *de tornar o socialismo um imperativo de conduta*". (Idem, ibidem, p. 34, grifado no original).

desafios a vencer seriam "estimular o engajamento de expressivos contingentes de massa na luta política e o de criar uma **nova esfera pública efetivamente democrática, onde os excluídos adquiram o estatuto da cidadania**".[40]

O "poder alternativo" seria destituído do caráter de classe? Não existe uma resposta direta para esta pergunta no próprio texto. Mas se considerarmos o conteúdo das "idéias" em torno das quais aquele poder se constituiria, deveriam predominar os "valores humano-universais" e os particularismos de classe deveriam ser realmente abandonados. Por outro lado, a admissão da possibilidade de uma "esfera pública efetivamente democrática" numa sociedade de classes *exclui a necessidade da extinção da dominação de classe como condição para a democracia efetiva*. A expressão "efetivamente democrática" diz respeito, portanto, à igualdade puramente formal entre os indivíduos. O sentido poderia ser outro caso a "democracia efetiva" fosse entendida como forma de poder do proletariado, mas esta concepção já estava antecipadamente descartada, como vimos. A questão da cidadania dos "excluídos", então, repousa sobre uma antinomia: ou a "nova esfera pública" os admite como cidadãos apesar de sua condição "excluída", que não seria, afinal, incompatível com a efetividade da democracia, ou a mera aquisição do "estatuto da cidadania" conferido pela "nova esfera pública" modificaria a condição de exclusão sem tocar nas relações de classe.

Na verdade, o próprio conceito de "excluídos" denunciava a dificuldade de estabelecer os termos da relação entre o projeto político socialista e uma base social de classe. Seguindo a tradição do PRC, o texto apresentava o socialismo como projeto concebido externamente à classe trabalhadora: "A revolução não constitui um projeto imanente à realidade social. **Nenhuma classe, grupo ou camada social é 'revolucionária' pela posição que ocupa no modo de produção**". Os operários industriais modernos teriam apenas "potencialidades (...) comparativamente maiores" do que outras classes de desenvolver uma ideologia revolucionária. Isso em função "da própria experiência coletiva no terreno da produção e da manutenção de determinados padrões de socialização (...) ainda capazes de evitar a degradação moral". Mas a "predisposição genérica pela mudança", manifestada por classes e grupos sociais, na medida em que não ultrapassam a condição de "interesse", não podem ser o fundamento da ideologia revolucionária. Este papel estaria reservado

[40] *Projeto de Resolução sobre Estratégia*. Loc. cit., p. 2, grifos meus.

somente às "opiniões, que se materializam na esfera da liberdade. Daí porque **não existe nenhum interesse histórico pelo socialismo** que possa ser contraposto, metafisicamente, aos interesses reais dos indivíduos e das classes".[41]

A construção do poder alternativo se expressaria, em termos teóricos, "como 'Estratégia de Hegemonia' (...) [que] implica numa linha de massas e um acúmulo de forças prolongado por parte das posições revolucionárias com a ocupação de 'posições' na sociedade civil e nos aparatos do Estado". A nova estratégia responderia à "maior complexidade dos mecanismos de legitimação da ordem social injusta", responsável "não apenas pela adesão a valores e noções, mas, também, pela impossibilidade de se vislumbrar uma alternativa global e viável ao sistema". A nova estratégia exigiria também "repensar a questão organizativa. O modelo dos partidos comunistas inspirado na tradição da III I.C. revelou-se incapaz de sustentar uma posição revolucionária nas condições da guerra de posição". Mas os aspectos puramente organizativos não bastariam para explicar esta incapacidade: "trata-se de perceber que a própria concepção de partido é resultante de uma determinada inflexão teórica mais geral sobre o Estado, a História, a luta de classes, a relação entre espontaneidade e consciência, entre política e ética, etc." Por isso é que a reflexão sobre estratégia deveria se pautar por um "ajuste de contas com o dogmatismo e uma tentativa de superação da crise do marxismo".[42]

No Brasil, a luta socialista se daria num contexto em que, "como de resto no capitalismo contemporâneo, a extração da mais-valia relativa predomina sobre a mais-valia absoluta".[43] Temos aqui um "Estado 'ocidental' maduro e não mais um Estado pré-capitalista ou intermediário entre o 'oriente' e o 'ocidente'." Aqui o "caráter passivo" da revolução burguesa teria deixado como herança a "exclusão política das camadas populares", uma "trágica combinação de reação política com hegemonia passiva". Esta situação, contudo, estava mudando. "Os anos recentes testemunham o desenvolvimento inicial de uma sociedade civil complexa e autônoma", sendo a CUT e, principalmente, o PT a sua melhor expressão.[44] Embora não haja classes que carreguem uma "posição socialista intrínseca", a estratégia de hegemonia no Brasil deveria "distinguir aquelas classes e camadas que (...) encontram-se exploradas, espoliadas, oprimidas", porque tais classes e camadas

[41] Idem, ibidem, p. 2-3, sublinhado no original, negritos meus.
[42] Id., ibid., p. 4.
[43] Id., ibid., p. 4.
[44] Id., ibid., p. 6.

"possuem interesses e aspirações materiais e/ou espirituais que se chocam com o capitalismo, sendo portanto suscetíveis a um projeto socialista".[45] O bloco social da revolução seria composto pelo proletariado, semi-proletariado, campesinato pobre e pequena burguesia urbana, excluindo suas camadas mais ricas. Os autores do texto se preocuparam inclusive em quantificar demograficamente as dimensões de cada componente da aliança. A estratégia se desdobraria em dois momentos: o primeiro, de "acúmulo estratégico prolongado de forças, de concentração crescente de hegemonia". O segundo de "disputa aberta contra o Estado visando a capacitação para a ruptura estratégica e a própria ruptura estratégica" O momento inicial, pensado como guerra de posição, se destacaria como o mais importante nas condições brasileiras: "a luta pela hegemonia deverá ser o traço característico, por um largo período, da luta por uma alternativa socialista".[46]

Da nova estratégia também decorria uma revisão da relação com o PT. Para a disputa pela hegemonia, que era tomada como luta contra a "hegemonia passiva", o instrumento necessário seria um partido de massas, socialista e plural. No Brasil, o PT seria o único partido "através do qual pode se estabelecer uma organicidade política efetivamente popular e fluir organicamente uma atividade política revolucionária". Logo, trabalhar pela construção do PT seria "um imperativo para qualquer corrente socialista séria e disposta a lutar por um novo Estado". No entanto, para que o PT cumprisse este papel seria imprescindível a

> "constituição de uma posição interna ao PT (uma tendência) que, pela natureza das suas posições, pela qualidade de sua intervenção e pelo seu peso político, seja capaz de assegurar essa tarefa. Portanto, **criar e desenvolver uma tendência de e no PT com esse caráter é uma tarefa revolucionária estratégica**, essencial para disputar a direção desse partido e, logo, a direção da sociedade".[47]

Não sabemos ao certo quantos e quais foram os textos efetivamente submetidos à discussão e deliberação no III Congresso. No mesmo caderno em que foi impressa a proposta de resolução sobre estratégia que acabamos de mencionar saiu também uma outra proposta, assinada por Antonio Tagliaferro, que se opunha expressamente à dissolução do PRC. Seu texto criticava o erro que tem "levado a muitos – certamente a maioria – dos que lutavam pela construção de um partido de vanguarda da classe operária a abdicar dessa luta e a enveredar pela constituição de

[45] Id., ibid., p. 7.
[46] Id., ibid., p. 8.
[47] Id., ibid., p. 9, grifo meu.

tendências comunistas (ou até apenas 'socialistas') no interior do PT".[48] A proposta de dissolução, portanto, já circulava no partido desde o começo do ano.[49] Ela encontra-se formalizada em um projeto de resolução sobre organização partidária assinado por *Mario*, que começou a circular em abril.

O texto de *Mário* antecipa, já na introdução, sua proposta central: "Pessoalmente, sempre estive comprometido com o nosso projeto original. Hoje, contudo, considero que caberá ao congresso desconstituí-lo, substituindo-o por outra concepção, com todas as implicações práticas decorrentes".[50] Procurando se inserir no "movimento geral de repensar o marxismo" e radicalizando "*in extremis*" o "rompimento com a matriz dogmática de tipo stalinista", o texto contesta a existência de um "modelo universal de organização de vanguarda": "As tentativas de concretização de um suposto modelo leninista a-histórico, por exemplo, **resultaram sempre em organizações-seitas, como foi o nosso caso**".[51] Da obra de Lênin, o que haveria de universal não seria um "modelo de partido, como pretenderam Stalin, a III Internacional e nós que os seguimos", mas sim

> "a distinção conceitual entre partido e classe, a necessidade de superação da espontaneidade e a combinação de um programa revolucionário com uma estrutura orgânica capaz de sustentar um combate extremo ao capitalismo. Afora isso, **tudo o mais era especificamente russo, e se revelou inadequado perante as realidades do "ocidente" capitalista**."[52]

A luta socialista contemporânea exigiria a "superação do Lênin russo e a realização de Gramsci", mas sem perder a perspectiva revolucionária: "Rechaçamos (...) as leituras reformistas de Gramsci e restabelecemos antidogmaticamente o traço essencial que une este pensador contemporâneo ao marxismo clássico de Lênin, Engels e Marx".[53] O texto de *Mário* dava seu endosso explícito à proposta de resolução sobre estratégia que mencionamos acima, em função da sua "notória inspiração gramsciana".[54] Para a combinação entre guerra de posição prolongada e

---

[48] *Revolucionar o Partido. Proposta de Resolução sobre Organização Partidária*. Março de 1987, p. 4. AFC.
[49] Um artigo de Tarso Genro na *Teoria e Política* de maio de 1989 já realizava uma avaliação da experiência do PRC cujo desdobramento previsível era a liquidação. GENRO, Tarso. A Questão do Partido. *Teoria e Política*, 11, 1989, pp. 71-86.
[50] *Um Passo "Atrás", um Salto à Frente. Projeto de Resolução sobre o Partido.* Abril de 1989, p. 2.
[51] Idem, ibidem, p. 2-3, grifo meu.
[52] Id., ibid., p. 3, grifo meu.
[53] Id., ibid., p. 4.
[54] Id. ibid., p. 2. Posteriormente *Mario* apresentou um novo projeto de resolução sobre estratégia que reproduzia quase na íntegra aquele texto da comissão do CC. As poucas diferenças dizem respeito a

ruptura estratégica não bastaria um partido de vanguarda. Seria preciso um "sistema organizativo", composto por dois tipos e duas concepções de partido: uma ou mais organizações de vanguarda e um partido de massas. Um papel-chave seria desempenhado por uma "tendência revolucionária interna ao partido de massas, sua ala esquerda", que faria a mediação entre a organização de vanguarda e as massas e disputaria a hegemonia deste partido.

De qualquer modo, este papel já não poderia ser assumido pelo PRC. A experiência do partido era avaliada em termos duros: "Rechaçamos o legalismo e o reformismo, mas não em favor de uma visão moderna, sustentada por um antidogmatismo verdadeiro, e adequada à nossa formação social"; "com base numa filosofia mecanicista, reiteramos o doutrinarismo e o burocratismo, portanto, uma organização do não-saber, da passividade e da inoperacionalidade na disputa política e da não-hegemonia"; "Assumimos a pureza do anacronismo". O texto propunha ao congresso "**realizar uma avaliação crítica da nossa trajetória desde 1984, encerrar, com base nela, a existência da organização então criada e fundar uma nova organização**".[55]

Não temos como saber com certeza se foi esta a proposta de resolução aprovada. Tudo indica que sim, porque vários trechos deste documento apareceriam, posteriormente, em teses apresentadas pela Nova Esquerda nos encontros do PT. Mas o fato é que, confirmando a avaliação pessimista de Antonio Tagliaferro, uma ampla maioria de delegados do III Congresso – cerca de 90%, segundo um pesquisador[56] – aprovou a dissolução do PRC e convocou para fevereiro de 1990 um encontro nacional para a organização de uma tendência petista. O texto de *Mario* propunha, também, que a nova organização a ser fundada fosse pautada tão somente por uma "linha estratégica", "normas estatutárias simples", "um nome despretensioso" e uma "direção nacional".[57] Estas viriam a ser, não por acaso, características da nova organização que surgiria da liquidação do PRC, a *Nova Esquerda*.

---

aspectos secundários. *Um Caminho para a Revolução no Brasil. Projeto de Resolução sobre Estratégia*. Tribuna de Debates, n° 5, maio de 1989. AFC.

[55] *Um Passo "Atrás", um Salto à Frente. Projeto de Resolução sobre o Partido.*Loc. cit. p. 11.

[56] Cf. OZAÍ, Antonio. *Os Partidos, Tendências e Organizações Marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, [s.d.] A mesma informação é dada pelo periódico oficial da Executiva Nacional do PT, que trazia também uma entrevista com Ozéas Duarte. *Boletim Nacional*, outubro de 1989, p. 3.

[57] *Um Passo "Atrás", um Salto à Frente. Projeto de Resolução sobre o Partido.*Loc. cit. p. 11.

## 5.2 A NOVA ESQUERDA

Para fundar a tendência petista que deveria substituir o PRC como forma organizativa convocou-se um encontro nacional para fevereiro de 1990. De fato, antes mesmo da realização, em agosto, do III Congresso do PRC, um setor do partido já lançava, para os "companheiros do PT" em todo o país, a convocatória para um encontro nacional com o objetivo de construir "uma nova tendência do PT". O documento, datado de 30 de julho e intitulado "Manifesto por uma Nova Esquerda", era assinado pela "Comissão Organizadora do 1° Encontro Nacional" e informava a "decisão de realizarmos nosso 1° ENCONTRO NACIONAL em fevereiro".[58] Este *Manifesto* era, aliás, muito mais que uma convocatória. Retomando elementos dos últimos debates do PRC, o *Manifesto* exprimia algumas linhas gerais do novo projeto político proposto para a tendência petista a ser fundada.

No entanto, compareceram ao encontro de 16 a 18 de fevereiro não apenas os militantes que estavam de acordo com as linhas gerais do "Manifesto por uma Nova Esquerda", mas também grupos que defendiam posições muito diferentes. O perfil da nova tendência a ser criada não era consensual, e a disputa política pela sua definição terminou por cindir os ex-*revolucionários comunistas* em duas organizações distintas. Na condição de membro de um daqueles grupos que não endossavam as teses do *Manifesto*, Rogério Corrêa afirma que, até o encontro, a "Nova Esquerda" era apenas "uma proposta, como outras. Por exemplo: nós, aqui em Minas, nos intitulávamos Corrente Revolucionária".[59] Esta não parecia ser a visão que os editores do *Boletim Nacional* do PT tiveram do processo, pois aquele periódico, em outubro, já se referia à tendência ainda a ser criada em fevereiro como "Nova Esquerda".[60] Seja como for, uma vez reunido o encontro, com 42 delegados de dezessete estados, ficou claro que a maioria (cerca de 75%) apoiava a tese da Nova Esquerda, intitulada "Para uma Estratégia Revolucionária".[61] Os que ficaram em minoria, inclusive Rogério Corrêa, Artur Scavone e Ronald Rocha, consideraram "impossível participar da 'Nova Esquerda' em fundação, sob pena de trabalharem contra suas próprias consciências e

[58] *Manifesto por uma Nova Esquerda*. AEL, fundo DPP, caixa 11.
[59] Por um Marxismo Antidogmático e Revolucionário. Entrevista com Rogério Corrêa. *Em Tempo*, 244, março/abril de 1990, p. 16.
[60] Surge a "Nova Esquerda". *Boletim Nacional*, outubro de 1989, p. 3
[61] GUIMARÃES, Juarez. A Procura de Novos Rumos. *Em Tempo*, 244, março/abril de 1990, p. 13.

convicções".[62] Estes militantes decidiram formar o *Movimento por uma Tendência Marxista* (MTM).

Na maioria, que assumiu definitivamente o nome de Nova Esquerda, ficaram os já nossos conhecidos José Genoíno, Tarso Genro, Ozéas Duarte, Aldo Fornazieri, Marcos Rolim e José Eduardo Utzig, entre outros. O grande ausente era Adelmo Genro Filho, que morrera em fevereiro de 1988. Mais do que a tese aprovada no encontro, de circulação restrita, o *Manifesto* era o documento que melhor expressava os passos da Nova Esquerda na construção do seu novo projeto político. Seu ponto de partida era a constatação de que a "luta pelo socialismo, hoje, encontra-se em um impasse de dimensões históricas que não pode mais ser ignorado".[63] Mas na abordagem desta questão, o enfoque recaía, na verdade, sobre o que seus signatários julgavam ser os impasses do marxismo.

Segundo eles, o marxismo seria, "em sua origem, um humanismo radical", que se proclamava herdeiro da paixão revolucionária que "tem oferecido à história exemplos dignificantes desta entrega decidida de homens e mulheres em busca de ideais emancipatórios". Mas a obra marxiana conteria "tensões não equacionadas teoricamente de onde derivam ambigüidades significativas". Seria este o caso da questão da "humanidade-sujeito", concebida pelos fundadores do marxismo ora como quem "faz a história", ora como um "ator seguindo, 'em última instância', o que lhe prescreve um roteiro estabelecido pelas contradições econômicas". Esta ambigüidade se projetaria sobre toda a obra marxiana e dos seus seguidores: "À luta de classes como 'motor da história' agrega-se, então, uma **dramaturgia da necessidade concebida como anterior à práxis concreta dos homens concretos**".[64] A uma classe se atribuiu uma "missão histórica", e "todo o seu movimento será como que um deslocamento espontâneo para tornar-se aquilo que já seria por definição: uma classe cuja razão de ser é a Revolução". O problema é que as disposições políticas do proletariado não teriam confirmado a teoria. Então, "frente à realidade tantas vezes demonstrável de uma classe operária resistente às proclamações revolucionárias, opôs-se, logicamente, a referência necessária de um representante autorizado de seus interesses: o partido do proletariado".

---

[62] Por um Marxismo Antidogmático e Revolucionário. Entrevista com Rogério Corrêa. Loc. cit., p. 16.
[63] *Manifesto por uma Nova Esquerda*. Loc. cit.
[64] Idem, ibidem, grifo meu.

A crítica do *Manifesto* ao que ele considerava como a concepção marxista da história não se detinha neste ponto. Incorporava, parcialmente, argumentos da crítica habermasiana à razão instrumental. O

> "marxismo clássico assume, inteiramente, no lado do determinismo econômico, uma noção de **progresso** centrado no critério do desenvolvimento das forças produtivas. Reduz, assim, o conceito de **Razão** à razão instrumental, ao domínio do Homem sobre a natureza e imagina a própria Revolução como o resultado da contradição aberta entre este desenvolvimento e as relações sociais de produção. Há, então, determinadas 'leis' que regulam a história como em um 'processo natural'. Mais do que isso: tais leis são apenas – como sustentou Engels – uma parte da 'dialética da natureza' e do necessário processo de complexificação e diferenciação da matéria. Do 1° átomo de carbono ao Comunismo haveria, por decorrência, uma racionalidade objetiva capaz de ser cada vez mais 'apropriada' pela ciência."[65]

Se a história fosse mesmo tal como figurada por estas concepções, segue o texto, seria "um mundo no qual a liberdade seria impossível", e seria "muito mais irracional do que se não tivesse nenhuma racionalidade". Os autores do *Manifesto* propõem pensar, ao contrário, uma história que incorpore a indeterminação e o acaso como manifestações objetivas. Após citar, textualmente, a conhecida alegoria de Walter Benjamin sobre o quadro Angelus Novus, de Paul Klee, eles afirmam que, "em verdade, não temos, nem teremos jamais, 'a certeza na frente e História na mão'". Compreender o homem seria "assumir sua tempestade que não surge de um dinamismo inscrito na história, mas se realiza nela como um resultado de suas relações intersubjetivas com base em normas sujeitas a revisão".

Os autores do *Manifesto* contavam com uma reação crítica da parte de "algumas correntes internas do PT que, no afã de mobilizarem os convertidos, se furtam ao debate que propomos preferindo o caminho tortuoso da estigmatização". Esta reação apenas confirmaria a esterilização do marxismo, sua incapacidade para lidar com o novo:

> "O marxismo, que construiu-se desmistificando dogmas, torna-se, na compreensão dos epígonos, **uma razão dogmática**; uma razão prostituída pela certeza, uma razão que já **não constrói nada além das blindagens conceituais que a protegem do mundo**. Triste destino este de um pensamento revolucionário **incapaz de revolucionar-se a si próprio**"[66].

[65] Id., ibid., negrito no original.
[66] Id., ibid., grifos meus.

Não só como conhecimento, mas também como ética o marxismo fracassara. Ao lado da "generosidade dos objetivos revolucionários que formaram heróis e mártires", a esquerda também formou gente pronta a "praticar atrocidades em nome do Socialismo". A relação entre a teoria marxista e as "atrocidades" não é estabelecida claramente pelo documento, mas as associações são cheias de significado: "O que fez com que o sonho bolchevique chegasse ao pesadelo dos processos de Moscou? O que diríamos se estivéssemos em Budapeste em 1956 ou em Praga em 1968?" Atribuir aqueles crimes à burocracia não explicaria a própria origem da burocracia, e ainda restaria perguntar: "E Kronstadt? Como situar o massacre dos marinheiros da fortaleza de Kronstadt, em 1921 (...) sob as orientações de lideranças da genialidade de Lênin e Trótsky"? O episódio de Kronstadt é associado ao massacre da Praça Tiananmen: "Os marinheiros morreram dando vivas à Revolução, os estudantes chineses tombaram cantando a Internacional. Afinal, que utopia é esta que já não reconhece seus refrões nem recua perante seu hino?"

A Nova Esquerda afirmava seu compromisso com um projeto de futuro: "Todo pensamento que não se orientar por uma perspectiva utópica estará condenado, de antemão, à esterilidade. O projeto de futuro permanece, portanto, mais que uma necessidade política, uma imposição racional". Mas a característica deste projeto é que ele "**não deriva de um simples 'cálculo científico', não expressa um movimento real já em andamento**, nem brota espontaneamente das lutas sociais." Ele nasceria como "negação do existente" a partir da "vontade política" e da "consciência antecipante", e seria como um "'sonho diurno' que extrai seus elementos da esperança".[67] Não seria um retorno aos projetos utópicos anteriores a Marx "porque vincula-se a um 'possível' percebido no ser e por ele construído".

O fundamento do projeto de futuro esboçado pela Nova Esquerda não podia ser, portanto, resultante de qualquer movimento histórico real em andamento ou de descoberta científica. Seu fundamento é da ordem da paixão, do desejo de transformação que nasce como resposta individual a um problema ético. Para se realizar, seria preciso que este projeto-desejo "se materialize como uma fonte de valores, para o aqui e o agora. (...) Nos colocamos, portanto, o desafio de construir um projeto cuja estrutura lance raízes sólidas em uma **eticidade revolucionária**".[68] E

[67] Id., ibid., grifo meu. A expressão entre aspas é uma citação de Ernst Bloch.
[68] Id., ibid., negrito no original.

a ética deveria ser concebida como autônoma, na esfera da liberdade e não da determinação, no âmbito dos valores universais e não dos particularismos de classe:

> "A idéia de uma concepção **ética derivada ou subordinada à luta de classes é, além de uma contradição em termos, desastrosa politicamente.** Em cada disputa concreta, o que está em jogo é a nossa visão de humanidade. E, **para nós, a humanidade não é um fato, é um valor.**"[69]

Divulgado amplamente, este documento provocou espanto. O contraste entre estas posições e as resoluções anteriores do PRC era extremo, mas parecia ainda mais escandaloso diante do desconhecimento geral sobre a evolução do debate interno na organização, blindado pela clandestinidade. Outra organização da esquerda petista, o MCR, também havia passado em 1989 por um processo de autocrítica, que resultou na sua transformação em *Força Socialista*. Mas a autocrítica da *Força Socialista* não incidiu sobre aspectos centrais do marxismo e, por isso mesmo, não chamou tanto a atenção quanto a do PRC/Nova Esquerda. A aparição súbita das novas posições e a fluência e o brilho retórico da rejeição de princípios fundamentais do marxismo feita por aqueles que até ontem se apresentavam como os campeões do marxismo-leninismo, introduziam uma dimensão performática na reviravolta da Nova Esquerda. Esta dimensão evoluiria muito nos anos seguintes.

Nos primeiros momentos de sua existência como tendência petista, porém, a Nova Esquerda ainda via a si mesma como uma posição à esquerda no espectro partidário. Vimos que era como "tendência revolucionária" e "ala esquerda" do PT que o projeto de resolução de *Mario* se referia à nova tendência a ser criada. A expectativa, então, era de que, em torno de questões como concepção de socialismo e de Estado, "as disputas tendem a ocorrer de maneira cada vez mais explícita", revelando "um nível agudo de diversidade, por exemplo, entre nós e a corrente majoritária". A disputa pela hegemonia no interior do PT era concebida como o "cenário interno" da guerra de posição, enquanto a luta travada pelo PT seria o "cenário externo". No plano interno, a disputa deveria desembocar em um dos dois desfechos possíveis para o PT: "ou a sua fixação mais segura como partido socialista revolucionário, partido-todo, ou a sua cristalização como partido reformista, partido-parte".[70] Esta perspectiva continuaria a orientar a intervenção da Nova Esquerda no

---

[69] Id., ibid., grifos meus.
[70] *Um Passo "Atrás", um Salto à Frente. Projeto de Resolução sobre o Partido.*Loc. cit. p. 5.

PT por certo tempo, mas ela mesma era tensionada pelas novas concepções estratégicas e teóricas.

Poucos meses depois do seu encontro de fundação, a Nova Esquerda participou do 7° ENPT (maio-junho de 1990) apresentando uma tese própria, intitulada "Por um Socialismo Humanístico e Democrático". A maioria dos parágrafos eram reproduções de trechos das duas propostas de resolução que foram encaminhadas em nome de *Mário* ao III Congresso do PRC. Mas havia alguns dados novos, que mereceram um cuidado especial. Entre o congresso, em agosto, e o encontro do PT no ano seguinte, os regimes políticos do Leste Europeu foram abalados, e alguns destruídos, na seqüência dos eventos que mencionei no capítulo anterior. Também tinha ocorrido a primeira eleição presidencial direta em 25 anos, na qual o candidato do PT disputou com chances reais de vencer. A Nova Esquerda começava assim a sua tese: "O ideal de luta pelo socialismo enfrenta uma crise sem precedentes em âmbito mundial. É a própria noção de 'Utopia' – tomada como objetivo transcendente – que é colocada em xeque". A crise dos países do leste Europeu e da URSS seria a "manifestação mais eloqüente dos impasses com que se depara o ideal de luta pelo socialismo", não só porque os "governos totalitários recentemente destituídos ou ainda subsistentes se autodefinem como socialistas" mas "principalmente porque, de fato, a matriz político-ideológica de todos eles se situa no leito histórico do movimento de luta pelo socialismo e o comunismo". Para o PT, que "já nasceu sob o signo da renovação", caberia avançar na crítica a "este 'socialismo real', sem o que será impossível qualquer avanço no processo revolucionário" e a afirmação de "uma nova concepção de socialismo, avessa tanto à social-democracia como ao burocratismo totalitário do 'socialismo real'."[71]

Em alguns temas, como na concepção de história, a tese rompia abertamente com o marxismo, aprofundando elaborações anteriores. O rompimento, freqüentemente, era realizado com base numa interpretação unilateral das postulações marxianas. A dialética entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção, por exemplo, era tomada como exterior à práxis, e portanto, à história:

---

[71] *Para um Socialismo Humanístico e Democrático. Proposta da Nova Esquerda*. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VII ENPT (1); maço s/ título, p. 1-2. Este documento é, na verdade, cópia da versão inicial da tese proposta pela coordenação nacional da Nova Esquerda. Não obtive a versão definitiva, apresentada no encontro, que teve ao menos uma alteração no título ("Por", em lugar de "Para"). Os trechos citados por Ozaí, que trabalhou com a versão final coincidem, tanto na redação quanto na numeração dos parágrafos, com esta versão. Cf. OZAÍ, Antonio. *Os Partidos, Tendências e Organizações Marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades*, op. cit.

> "A História é o campo onde surgem os significados e os objetivos humanos concretos e, como tal, está fundada na práxis humana, e não em alguma determinação exterior a esta, como por exemplo, o desenvolvimento da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção."[72]

Da constatação de que há múltiplas possibilidades na história conclui-se que a história não estaria determinada – e determinação é empregada com o sentido de antecipação do futuro e exclusão de alternativas. Embora ela, história, seja um processo que "implica em passado, presente e futuro" admitir a "possibilidade de uma 'ciência da História' ou uma 'Filosofia da História' é imaginar a legitimidade de proposições verdadeiras sobre o futuro". Isto constituiria o "um dos mitos mais caros ao dogmatismo racionalista, mito este profundamente arraigado na tradição marxista".[73] Vale notar que, nesta passagem, a própria concepção de conhecimento aparece associada à capacidade de predição, baseada, evidentemente, na descoberta de "leis imutáveis".

Sobre a concepção de socialismo, um dos temas do 7° ENPT, a Nova Esquerda apresentou uma novidade teórica de largo alcance: o apagamento da distinção conceitual entre o socialismo e o comunismo. Sua tese propunha que o PT assumisse o "objetivo de construção de uma nova sociedade, **fundada na liberdade e definida por ela**". Tal sociedade, pela qual lutariam os petistas, deveria oferecer "a cada um **plenas condições para o desenvolvimento de suas diferenças** e para a perseguição de seus desejos", recuperar o "ideal de emancipação humana frente aos constrangimentos materiais derivados da exploração" e terminar "efetivamente com todas as formas de opressão". Teria de ser uma

> "sociedade onde sejam asseguradas a cada um, na mesma medida, as condições para o exercício da liberdade política, (...) para a participação na tomada de todas as decisões que digam respeito à esfera pública, de forma que, em sua organização política global, **os humanos se reconheçam e se auto-determinem a partir de um consenso permanentemente renovado.** Por isso o PT reafirma a sua vocação pelos ideais mais elevados da civilização e assume conscientemente o desafio de lutar por **uma das mais difíceis possibilidades históricas: o socialismo**"[74].

Denominar "socialista" uma sociedade "fundada na liberdade e definida por ela", em que a cada um se assegura "plenas condições para o desenvolvimento de

[72] *Para um Socialismo Humanístico e Democrático. Proposta da Nova Esquerda*. Loc. cit. p. 4.
[73] Idem, ibidem, p. 4.
[74] Id., ibid., p. 2, grifos meus.

suas diferenças", significa atribuir-lhe sentidos que o marxismo só associa à idéia da sociedade comunista. No entanto, a idéia de sociedade comunista era descartada. Este deslocamento teórico tem uma importante conseqüência no plano estratégico, porque ele modifica, no essencial, a concepção de transição e inicia uma alteração radical também na concepção de Estado. A questão está ligada à visão de que o socialismo não é

> "concebido **nem como uma necessidade histórica objetiva, nem como uma sociedade transitória para algum fim escatológico, nem como realização dos interesses de uma classe**. Ele é um movimento racional que, com base na adesão de uma parte da sociedade à idéia de futuro que ele expressa, busca realizar um projeto de futuro para a humanidade."[75]

Se o socialismo corresponde a um projeto racional e ético, e não a uma necessidade histórica que se torna objetiva pela própria experiência concreta vivenciada nas condições de exploração, e se o fundamento do projeto são os valores universais ("liberdade", "humanidade" e "verdade")[76], a sociedade socialista só poderia ser entendida como a *realização da idéia* de socialismo, a própria *materialização dos valores universais*. A transição, pensada como um "longo processo de transformações históricas em escala mundial", não poderia ser hegemonizada por uma classe, movida por seus interesses ("particularismos"), mas pelos revolucionários, aqueles que "aderiram à idéia racional de futuro". Por isso, embora o "ato de fundação" do novo Estado continue a ser concebido como uma "ruptura institucional precedida pela dualidade de poderes",[77] e esteja mantida a "necessidade de se empreender um ataque frontal ao Estado burguês visando destruí-lo",[78] a "questão-chave" da construção do socialismo após a revolução seria a "exigência de uma unidade indissolúvel entre a socialização progressiva dos meios de produção expropriados à burguesia e a democracia socialista", esta última definida como "**modo de ser invariante do Estado** que expressará a hegemonia das posições revolucionárias"[79]. À luta de classes, cujo papel no processo revolucionário seria apenas secundário – a tese reproduz os trechos da proposta de *Resolução sobre Estratégia* redigida pela comissão do CC do PRC acerca da "predisposição genérica" dos trabalhadores às mudanças e dos limites do "interesse", mencionados acima –, não se atribui qualquer papel na construção do socialismo. A execução das tarefas

[75] Id., ibid., p. 4, grifo meu.
[76] Id., ibid., p. 3.
[77] Id. ibid., p. 6.
[78] Id., ibid., p. 15.
[79] Id. ibid., p. 4, grifo meu.

pós-revolucionárias caberia aos "revolucionários", orientados por "valores universais" e atuando como força hegemônica num Estado de tipo "democracia socialista".

O Estado, portanto, subsistiria, petrificado num "modo de ser invariante", a despeito de não ser mais um instrumento de dominação de classe. Trata-se de uma flagrante incompatibilidade com a concepção marxiana. A questão, que não era enfrentada pela tese, já tinha sido objeto da atenção de alguns intelectuais da organização. Adelmo Genro Filho questionara, em 1984, a hipótese da extinção do Estado numa sociedade comunista diante da necessidade de manter formas de "mediação institucionalizada" entre os sujeitos de uma sociedade complexa e plural.[80] Em 1989 Marcos Rolim faria uma crítica bem mais ampla. Para ele os "elementos basilares da **abordagem marxista clássica são incapazes de permitir o desenvolvimento de uma concepção correta a respeito do Estado capitalista moderno**" e se mantinham somente "às custas de verdadeiros malabarismos conceituais".[81]

O que Rolim considerava serem os "elementos basilares" insustentáveis da elaboração marxista eram: 1) a idéia de que o "Estado é, essencialmente, um aparelho de coerção"; 2) a de que o "Estado é 'classista'"; 3) que ele seria uma "realidade transitória subordinada à sociedade civil".[82] A primeira tese cairia diante do papel predominante da hegemonia na dominação burguesa contemporânea (e hegemonia é compreendida por Rolim como puro convencimento, sem a couraça coercitiva de que falava Gramsci). A segunda deveria ser relativizada, evitando a compreensão do Estado "como um instrumento dócil nas mãos da burguesia" e percebendo que "há um espaço real de luta de classes que se verifica em seu interior". E a transitoriedade do Estado, que abre a perspectiva da sua extinção, só faria sentido se ele fosse pensado como uma "realidade correspondente à existência das classes sociais" e não como uma "necessidade ontológica, que extrapola este conteúdo, vinculado à sua gênese".[83] Uma vez que estes equívocos teóricos fossem removidos, como ele propunha, não haveria mais como defender a "idéia de uma democracia 'de classe' –

---

[80] Cf. GENRO FILHO, Adelmo. O Estado e a Revolução. *Práxis*, 1, Santa Maria, CEDESC, 1984, pp. 14-24.
[81] ROLIM, Marcos. A Questão Democrática e os Conselhos. *Teoria e Política*, 11, 1989, p. 15, grifo meu. Parte deste artigo foi publicada antes num caderno de textos que circulou para discussão interna no PT do Rio Grande do Sul.
[82] Idem, ibidem, p. 14.
[83] Id., ibid., p. 16.

que se constituiria como uma ditadura sobre a minoria de exploradores" e que "tem se revelado, historicamente, largamente problemática". Esta é a base da sua recusa à noção de "ditadura do proletariado" que,

> "além de vincular-se a uma posição sobre o significado do Estado, pressupõe a existência de um sujeito imanente na história; ou seja: a concepção de que a classe operária possui uma 'missão histórica' ou 'interesses históricos' já existentes antes mesmo que ela os assuma historicamente. Esta **idéia mística** só pode ser sustentada com o recurso à comprovação da **existência de uma lógica histórica anterior à práxis**, o que nos conduzirá a Deus ou às 'Leis de Bronze' do desenvolvimento das forças produtivas."[84]

Embora o texto de Rolim anteceda em vários meses a divulgação da primeira versão da tese da Nova Esquerda para o 7° ENPT, esta não incorporava, em toda a sua extensão, a refutação do caráter de classe do Estado. É possível que tais idéias ainda encontrassem resistência entre os ex-*revolucionários comunistas*. O resultado, na tese, são ambigüidades e incongruências decorrentes da justaposição de elementos pertinentes a ordens conceituais distintas, reunidos sem as necessárias mediações. O que a tese expressava era, mais que tudo, o momento em que a Nova Esquerda ainda não completara todas as dimensões da sua ruptura com as referências antes prevalecentes. Alguns temas abordados na tese revelavam a persistência de elementos das formulações anteriores, como na consideração sobre as condições de luta socialista no Brasil. Após reproduzir a formulação da estratégia dos "dois momentos" (acúmulo prolongado de forças seguido de ruptura estratégica), o texto discute a importância do programa de governo democrático e popular do PT como elemento da disputa pela hegemonia política: "A nossa visão estratégica deve, portanto, incorporar, enquanto um elemento fundamental, a disposição de lutar para conquistar um governo pela via das eleições".[85] Para ser eficiente, o programa "precisará abarcar o conjunto das determinações que concretizam o caráter complexo da formação social brasileira". Através do programa, a superação de contradições como as existentes entre "o capital e o trabalho, entre o povo e o imperialismo, entre os camponeses e o latifúndio" seria posta na perspectiva da luta por "reformas radicais" que, no Brasil, teriam "um sentido irreconciliavelmente anticapitalista, sendo uma forma concreta de abordagem da revolução socialista".[86]

---

[84] Id. ibid., p. 17-8. grifo meu.
[85] *Para um Socialismo Humanístico e Democrático. Proposta da Nova Esquerda*. Loc. cit., p. 22.
[86] Idem, ibidem, p. 18.

Mesmo não sendo "diretamente socialista", o programa democrático-popular, "tomado em seu conjunto, incide radicalmente contra o capitalismo tal como está conformado no Brasil". Mas somente se forem observadas três condições: o PT assumir o "programa democrático-popular de forma conseqüente", o programa ser "abordado do ponto de vista e em função da luta anticapitalista" e que o "PT supere as ambigüidades em relação à luta pelos socialismo, em particular no que diz respeito ao problema do Estado". Repetindo o texto de *Mario*, a Nova Esquerda afirmava que o eixo de articulação do programa deveria ser a "proposição de uma democracia de massas" entendida como "alargamento da democracia burguesa e, condição para isto, enquanto acúmulo de forças no terreno da sociedade civil que se reflita sobre as instituições do Estado".[87] Mas esta proposição não poderia ser confundida com a concepção da "democracia como um suposto valor universal, nem se encarar democracia de um ponto de vista instrumental, mas de constituir valores democráticos universais que expressem o desenvolvimento da luta pelo socialismo na democracia burguesa".[88] Esta linha de crítica à noção de "democracia como valor universal", presente na tese, foi desenvolvida mais extensamente por Tarso Genro na sua intervenção num seminário coordenado por Francisco Weffort em abril, que contou com a presença de Carlos Nelson Coutinho e José Arthur Gianotti, entre outros.[89]

No 7° Encontro Nacional a Nova Esquerda aliou-se à *Vertente Socialista* (VS) para lançar a chapa *Socialismo e Liberdade*, de candidatos à direção nacional do PT, que obteve cerca de 17% dos votos. A tese da VS trazia uma extensa análise da crise do socialismo, com vários pontos de aproximação com as formulações da Nova Esquerda, combinando a afirmação do caráter revolucionário da luta pelo socialismo com a crítica de postulados centrais do marxismo. Propunha uma visão de socialismo "como projeto humano a realizar (...) e não como resultado da marcha da história" e como "obra exclusiva da revolução social, (...) [que] não poderá se efetivar fora de um processo revolucionário".[90] Anunciava a crise do "socialismo científico" como "crise dos pressupostos filosóficos de uma ideologia construída sobre uma visão

---

[87] Id., ibid., p. 19. A expressão "democracia de massas" foi uma alteração feita pelo projeto de resolução de *Mário* sobre o texto anterior, oriundo da comissão do CC. No texto original constava, no mesmo lugar, a noção de "exigência de radicalização da democracia".
[88] Id., ibid., p. 19.
[89] Cf. GENRO, Tarso. Comentário sobre Democracia e Socialismo. In: WEFFORT, Francisco (org.) *PT: Um Projeto para o Brasil. Política*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
[90] *Uma Nova Era da Luta pelo socialismo no Mundo. Tese da Vertente Socialista*, p. 4. Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VII ENPT (1); maço s/ título.

mecanicista da determinação da base econômica e reducionista da dialética e sobre uma visão determinista da história".[91]

Na origem da VS estava um grupo de dissidentes da Articulação em São Paulo, o *Poder Popular e Socialismo* (PPS – nome da chapa apresentada pelo grupo no Encontro Estadual do PT de São Paulo, em 1987), do qual fazia parte o deputado federal Eduardo Jorge. A partir de dezembro daquele ano, quando se apresentou no 5° ENPT com a tese *PT pela Base*, o grupo passou a articular militantes de outros estados mas sem constituir formalmente uma tendência. Em março de 1989 foi fundada a VS, que se apresentava como um "conjunto de militantes e dirigentes petistas" organizados para defender "sua concepção de construção democrática do PT como partido estratégico da revolução socialista no Brasil".[92] Augusto de Franco, um dos dirigentes da VS eleito para o Diretório Nacional na chapa com a Nova Esquerda em 1989, seria indicado para o posto de coordenador geral do I Congresso do PT.[93]

Entre o 7° ENPT e o I Congresso (de 27 de novembro a 1 de dezembro de 1991), a Nova Esquerda deu passos decisivos para completar a mudança do seu projeto político. O conceito de "ditadura do proletariado" foi anatematizado por um artigo de Ozéas Duarte na revista *Teoria e Política*. O autor refuta a tentativa de "salvar" o conceito atribuindo-lhe somente o seu "significado mais elementar (...) [que] diria respeito tão somente ao conteúdo de classe do Estado socialista, sendo, portanto, compatível com uma forma pluralista e democrática de Estado".[94] Os conceitos, segundo Duarte, "são o que são, não o que desejamos que sejam". No caso do conceito de "ditadura do proletariado", ele teria como implicações: o "corporativismo radical" que "resultou na concretização do particularismo proletário"; o partido único, detentor do conhecimento sobre "os interesses históricos do proletariado"; a negação sistemática da democracia e a estatização da sociedade, forma de realização histórica do conceito de "extinção do Estado". A falência dos Estados socialistas revelaria, assim, a falência dos conceitos que lhes davam

---

[91] Idem, ibidem, p. 7.
[92] *Manifesto de Constituição da Tendência Nacional Interna do Partido dos Trabalhadores "Vertente Socialista"*. Belo Horizonte, março de 1989, p. 7. CEDHOC, fundo GC.
[93] A aproximação da Nova Esquerda com Augusto de Franco e a VS se dava em outras frentes também. Em 1990 a revista Teoria e Política publicou, como artigo, o capítulo de um livro de Augusto de Franco então no prelo. FRANCO, Augusto de. A Teoria Gramsciana da Revolução. *Teoria e Política*, 13, 1990, pp. 47-62.
[94] DUARTE, Ozéas. Considerações sobre a Ditadura do Proletariado. *Teoria e Política*, 13, 1990, p. 125.

fundamento: "para além desse Estado concreto, a crise diz respeito também à concepção com base na qual ele foi construído".[95]

Ao longo de 1991 apareceram outras evidências de que a tendência chegara a um novo patamar de elaboração teórica e programática, superando as tensões anteriores que resultavam da manutenção de certas referências ao marxismo ao lado de formulações oriundas de quadros teóricos antitéticos. O caráter performático da reviravolta ficava, também, mais pronunciado. Em março, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma longa entrevista concedida por José Genoíno ao jornalista Mauro Lopes, editada no mesmo ano em formato brochura pela Brasiliense com o título "Repensando o Socialismo". Genoíno continuava a ser a principal figura pública da corrente, e ocupava o posto de líder do PT na câmara federal. Sua entrevista, alcançando um público muito mais amplo do que os leitores da imprensa partidária ou das revistas de teoria que liam os artigos de Fornazieri ou Rolim, era um gesto político de grande envergadura. Ali ficava claro que havia sido derrubada a maioria das pontes que ainda ligavam as concepções da Nova Esquerda ao seu passado. A renúncia ao marxismo agora era assumida abertamente e para o maior público possível.

Na resposta à primeira pergunta do entrevistador, Genoíno declarava não se definir mais como marxista: "Durante muito tempo também me filiei a uma visão única de compreensão filosófica do mundo, ao marxismo. Hoje, não me filio mais a uma única visão."[96] Aberto para "novas elaborações teóricas e filosóficas", considerando tão importantes as "contribuições de Gramsci como as de Hannah Arendt", Genoíno defende a concepção de socialismo como um "projeto calcado em valores: nos valores da democracia, nos valores dos direitos individuais, nos valores dos direitos sociais, nos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade".[97] A entrevista é conduzida de modo a obter a opinião do ex-guerrilheiro sobre uma série de temas a respeito dos quais ficaria evidenciado o "rompimento geral com a ortodoxia" que estaria "balançando a roseira petista".[98] Se o jornalista queria declarações que pudesse apresentar como "heterodoxas", Genoíno não o desapontou.

---

[95] Idem, ibidem, p. 133.
[96] GENOÍNO, José. *Repensando o Socialismo.* 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 24.
[97] Idem, ibidem, p. 27.
[98] LOPES, Mauro. Apresentação. In: GENOÍNO, José. *Repensando o Socialismo.* 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 9.

A noção de ditadura do proletariado é condenada com base nos argumentos desenvolvidos nos já mencionados artigos de Marcos Rolim e Ozéas Duarte. Nela estaria implicada uma "visão reducionista do Estado" como aparato de coerção e o obscurecimento da "dimensão de hegemonia", hoje mais importante. Além disso, atribuiria ao Estado socialista uma natureza "particularista, voltada para os interesses corporativos de uma classe que seria portadora de uma 'missão universal'". Onde "foi testada a tal ditadura do proletariado terminou sendo uma ditadura contra todas as classes, inclusive contra o proletariado".[99]

Sobre o conceito de luta de classes, a resposta de Genoíno é especialmente interessante. Ele afirma que aquele conceito conservaria sua validade "para o entendimento de uma realidade social marcada pelos choques de interesses". No entanto, não poderia ser tomado como fundamento para uma concepção de história, na qual "é o conflito entre as classes que faz cair o velho e emergir o novo há história". O erro mais grave seria supor que o "curso da história", inclusive o futuro, seria "determinado em última instância" pela "contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção". Ele explica sua posição: "Eu **rompi com a visão dogmática e determinista da história** e, em conseqüência, **rompi também com a idéia de que a mera contradição de interesses entre as classes terá como resultado uma revolução socialista**".[100]

O leitor médio da *Folha de São Paulo* deve ter interpretado o trecho que acabei de grifar como uma verdadeira e corajosa autocrítica. Esta parecia ser, pelo menos, a leitura do jornalista que o entrevistou: "Impossível, diante dessa generosa revisão, só a indiferença. Aliado ou adversário estão obrigados a lhe render homenagem – no mínimo pela coragem do rompimento e do recomeço".[101] Contudo, havendo realizado a análise da trajetória do PRC, estamos em condição de recusar esta interpretação. Genoíno e o PRC jamais endossaram a idéia de que a luta de classes produziria o socialismo como resultado espontâneo. Esta sempre foi uma das questões mais importantes na definição da orientação política e teórica do partido e a própria fundação do PRC se deveu à consideração do papel primordial do elemento consciente na luta pelo socialismo e na história. As principais elaborações teóricas do PRC e de seus intelectuais, **desde o primeiro instante,** se dirigiram **contra** as

[99] GENOÍNO, José. *Repensando o Socialismo.* Op. cit., p. 26.
[100] Idem, ibidem, p. 27, grifo meu.
[101] LOPES, Mauro. Apresentação. In: GENOÍNO, José. *Repensando o Socialismo.* Op. cit, p. 9

concepções consideradas "dogmáticas naturalistas" sobre a história e sobre a revolução. Não foi com estas concepções que Genoíno rompeu, pois sua organização nunca as defendeu, ao contrário. O que está em causa aqui, por enquanto, não é demonstrar porque a crítica de Genoíno ao conceito de luta de classes e ao marxismo não é consistente. Trata-se apenas de registrar que, em seu discurso para o jornalista, ele procurava situar-se, no passado, em um lugar no qual jamais esteve.

Como explicar esta distorção? Como entender, afinal, sua pseudo-autocrítica? A questão precisa ser examinada com alguns recursos teóricos que não foram estabelecidos até aqui. Voltaremos a ela no capítulo seguinte. Por ora vale assinalar que ela responde a uma estratégia de legitimação do discurso político calcada na performance do enunciador e não na consistência lógica ou na verificabilidade empírica dos argumentos. O decisivo não é a verdade da relação da frase com os eventos, mas o efeito político que provocava a fala de um ex-guerrilheiro, apresentado como líder da ala ortodoxa do PT, ao dizer: "Eu rompi!"

Outros temas abordados na entrevista revelavam mais facetas "heterodoxas" de Genoíno. Ele condena o planejamento econômico central – "já está demonstrado que o controle total da economia é impossível e também indesejável" – e propõe um "socialismo democrático" onde haja "espaço para um mercado socialista",[102] definido como um mercado submetido a um controle democrático. Citando Alec Nove, afirma que o "lucro pode ser admitido numa sociedade socialista democrática", também sob controle para garantir que a "economia tenha por objetivo não a acumulação privada de capitais, mas a satisfação crescente das necessidades e desejos humanos".[103] Embora a igualdade seja afirmada como um dos "valores fundamentais do socialismo", ela deve ser distinguida do "igualitarismo coletivista", uma

> "**perigosa utopia, porque se apóia em pressupostos falsos como, por exemplo, o do 'novo homem comunista'** desprovido de ambições e defeitos e voltado somente para atividades nobre e enriquecedoras do espírito. A pretensão do igualitarismo coletivista resulta em totalitarismo".[104]

O conceito de revolução não estaria mais circunscrito a "um momento explosivo, à idéia de tomada do poder político pela via insurrecional". Ao invés, deveria ser "entendido como um processo permanente de liberação que inclui

[102] GENOÍNO, José. *Repensando o Socialismo.* Op. cit, p. 32.
[103] Idem, ibidem, p. 37.
[104] Id., ibid., p. 38, grifo meu.

reformas e rupturas". Genoíno se define como "anticapitalista", mas exclui a perspectiva de extinção da burguesia como classe. O socialismo democrático não poderia extirpar os conflitos. No processo revolucionário, os adversários são situados

> "**no campo do conflito político e social, no campo de uma pluralidade que vai sempre existir. Por exemplo, eu vou disputar politicamente com os capitalistas**. (...) eu parto da idéia de que uma sociedade pode ser muito mais desenvolvida se o lucro não aniquilar o indivíduo. Eu acho que você pode regulamentar, limitar e redefinir o direito de propriedade. Esse ponto é uma expressão do conflito que continuará existindo"[105].

Esta reviravolta de Genoíno, que era apresentada pelo entrevistador como uma aventura pessoal, era a face exposta de um processo coletivo vivido pela Nova Esquerda. O ano de 1991, com a intensa discussão travada antes e durante o I Congresso do PT, foi propício para outras manifestações deste novo projeto político e do tipo de crítica ao marxismo que o inspirava. Em agosto realizou-se, em São Paulo, uma série de mesas-redondas promovidas pela coordenação do congresso com o tema geral "O PT e o Marxismo". Dela participaram representantes das diversas tendências petistas, além de outros intelectuais convidados. Marcos Rolim foi expositor na primeira mesa, intitulada "A Atualidade do Marxismo", e sua palestra apontava para um rompimento com o marxismo a um nível ainda mais profundo. A expressão "atualidade do marxismo" significaria, para ele, a "atualidade de seus impasses e dos dilemas teóricos que nos foram legados".[106]

Ele recusava a tentativa de separar a obra de Marx das suas apropriações posteriores. A busca de um "marxismo verdadeiro", distinto daquilo que foi "levado à prática nas experiências de construção do socialismo", seria um raciocínio neoplatônico, separando o "Ser" (o modelo conceitual de Marx) do seu "Devir" (processo real, "no mundo das sombras, marcado pelos erros e ilusões").[107] Na obra de Marx existiria uma polarização entre uma "concepção que põe em relevo a noção de *práxis*, que destaca o lado *ativo*" e outra "concepção que vê a história como um processo natural, regido por 'leis naturais', independentes da vontade humana". A primeira concepção apareceria nas *Teses sobre Feuerbach* e a segunda no *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política*. Mas, no conjunto da obra marxiana, esta polaridade tenderia claramente para a segunda concepção: "a reflexão marxiana

---

[105] Id., ibid., p. 40, grifo meu.
[106] ROLIM, Marcos. Reflexões Críticas sobre o Marxismo. In: FRANCO, Augusto de et. al. *O PT e o Marxismo*. Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1991, p. 27.
[107] Idem, ibidem, p. 28.

está centrada no paradigma sujeito-objeto; (...) em função disto, Marx é obrigado a reduzir o conceito de práxis e atribuir – em contraposição ao idealismo – verdadeira realidade ao objeto, subordinando-lhe o sujeito".[108]

A subordinação do sujeito ao objeto se expressaria, em outros momentos da obra, como subordinação da superestrutura à infraestrutura: "para Marx a 'superestrutura' não tem história: o que tem história e se desenvolve é a produção material". A tese da "determinação em última instância" seria, pois, irremediavelmente incompatível com uma concepção de história fundada na práxis:

> "se há uma determinação na história – no sentido forte da expressão, ontologicamente – então o ser humano não pode ser concebido na esfera da liberdade. Uma história pensada como práxis não pode ter nenhum sentido diverso daquele que construímos historicamente. A história é o lugar onde é possível criar sentido para a aquilo que, em si mesmo, nenhum sentido possui."[109]

Em Marx, ao contrário, o "fazer a história assume (...) o caráter de um processo com legalidade interna; mais do que isso, que possui leis passíveis de serem apropriadas pelo sujeito". Após citar um conhecido trecho de *A Sagrada Família*, Rolim extrai sua conclusão sobre a concepção marxista da história:

> "Mesmo o Ser do proletariado é concebido como anterior à sua práxis concreta. A luta de classe pode ser tomada como o motor da história cujo roteiro, entretanto, já está traçado em suas linhas fundamentais pela imanência de 'leis naturais' que subordinam as próprias classes e lhes fixam papéis".[110]

O materialismo histórico não conseguiria explicar a pólis ateniense e a cultura grega clássica como um "produto do escravismo", ou, diante das diferenças entre França e Inglaterra quanto à "situação da luta de classes", explicar "como, sobre uma mesma base técnica, face aos mesmos métodos de produção e exploração e em um mesmo ramo (...) convivem relações de produção (reais) radicalmente distintas".[111] Pensar a história através do conceito de práxis exigiria reconhecer o caráter criador do comportamento dos sujeitos. Citando Castoriadis, Rolim afirma que o "tempo é o surgimento daquilo que *advém*, não daquilo que *provém*. Dito de outra forma: a

---

[108] Id., ibid., p. 29, itálicos no original.
[109] Id., ibid., p. 30-1.
[110] Id., ibid., p. 31. O trecho de Marx e Engels é citado assim por Rolim, na mesma página: "*O que conta não é aquilo que este ou aquele proletário, ou mesmo todo o proletariado, se representem temporariamente como fim. O que conta é aquilo que o proletariado é e aquilo que será forçado historicamente a fazer em conformidade com este Ser*".
[111] Id., ibid., p. 32. Os exemplos utilizados por Rolim são de CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

práxis é inovação radical ou o tempo é nada, mera ilusão subjetiva ou monótona revelação do dado".[112] A práxis criadora se desdobraria em dois planos: o das relações intersubjetivas, mediadas pela linguagem, e o das relações entre sujeito e objeto, marcadas pela razão instrumental própria do processo de trabalho.

Rolim descarta a "utopia comunista" marxista, que ele caracteriza como a "expectativa de uma auto-regulação benigna e espontânea da sociedade do futuro", apoiada na suposição de que "a superação das classes sociais permitiria o encontro do homem com seu ser genérico". Esta "visão idílica" repousaria sobre dois equívocos: reduzir a sociabilidade humana à produção e supor a possibilidade da plena abundância futura. Tudo isso seria "absolutamente insustentável". A abundância seria, de fato, inconcebível, como provara Alec Nove, e a diferença entre "comunidade política e sociedade civil em temos marxianos não deve ser suprimida ainda que este projeto fosse possível".[113] Direito, Estado e Política seriam dimensões permanentes da vida social em qualquer possibilidade de futuro.

Por fim, Rolim descarta a possibilidade de que o marxismo seja preservado mesmo como método. Pensado como um "conjunto operante de categorias", o método não poderia ser separado do conteúdo a que se refere. E se a compreensão do presente exige outras "categorias e conceitos", dado que as categorias marxistas teriam se tornado impotentes, o que se tem é a exigência de "um novo conjunto operante", um novo método. Mesmo enquanto método, portanto, a atualidade do marxismo seria apenas a persistência dos seus impasses, a urgência da sua superação.

Pronunciado num evento organizado pelo PT como parte da discussão preparatória do I Congresso, o discurso de Marcos Rolim era bem mais que um exercício intelectual: ele sinalizava, para o conjunto do partido, as novas posições defendidas pela Nova Esquerda. Enquanto Rolim surpreendia seus ouvintes na mesa-redonda de agosto, um documento assinado pela sua tendência já circulava pelo partido com uma exposição mais completa do projeto político da Nova Esquerda. O planejamento do congresso previa a divulgação de pré-teses, réplicas e textos individuais antes das teses finais. A condição para apresentar pré-tese ou tese era, além de observar os limites de prazo e de número de linhas, reunir 150 assinaturas, sendo permitido a cada militante subscrever mais de um texto. Não apenas as tendências organizadas nacionalmente, mas também vários coletivos regionais

[112] Id., ibid., p. 32, itálicos no original.
[113] Id. ibid., p. 33-4.

apresentaram textos, que foram publicados pelas edições sucessivas do "Jornal do Congresso". A pré-tese da Nova Esquerda, como a maioria das pré-teses, foi publicada na edição de junho.

Seu conteúdo não ia muito além das idéias expostas na grande imprensa por Genoíno em março, mas elas agora assumiam um caráter diferente. Apresentadas como posição da tendência, elas demarcavam o novo campo de relações políticas da Nova Esquerda no interior do PT. Após a divulgação da tese, as demais forças políticas ocupariam, do ponto de vista da Nova Esquerda, posições em algum ponto da diagonal entre o córner dos aliados e o dos adversários. Os parâmetros para esta demarcação estavam bem expressos na pré-tese, que começava com uma afirmação bombástica: "Sobre o socialismo, trata-se, em primeiro lugar, de **desenvolver uma nova concepção, e não de reformar a velha**" A "velha" via o socialismo como transição para uma "sociedade supostamente perfeita", uma "sociedade absoluta" que, no final das contas, não seria "uma sociedade para homens reais, de carne e osso, (...), mas para um ser mítico, o 'homem novo' comunista, ser angelical". Esta busca da "sociedade absoluta" implicaria, forçosamente, no recurso a "meios absolutistas, no caso, a ditadura do proletariado". Ora, esta teria sido a concepção que "entrou em colapso no Leste Europeu e na União Soviética. Pretender recuperá-la, ainda que reformada, numa tentativa vã de compatibilizá-la com democracia e emancipação humana, seria um propósito reacionário e vão." [114]

Na questão da via de construção do socialismo a Nova Esquerda trazia uma importante modificação da sua tese ao ENPT do ano anterior. Ela propunha ao PT adotar "claramente a opção por uma estratégia democrática" de construção do socialismo, pela "via da **efetivação crescente das conquistas democráticas,** da **luta social** e da **disputa política**" O "programa global de reformas radicais" a ser implementado poderia gerar "momentos de ruptura", mas não na perspectiva da esquerda tradicional: "Não a idéia de ruptura tal como a concebe a ortodoxia marxista, isto é, como destruição do Estado".[115] O "problema básico da sociedade brasileira", a ser enfrentado segundo a nova concepção de socialismo, "consiste na promoção da cidadania; na elevação à vida civilizada da grande maioria da sociedade". No plano da economia, a nova concepção de socialismo deveria "excluir

[114] Desafios ao I Congresso do PT. Pré-tese da Nova Esquerda. *Jornal do Congresso*, 2, junho de 1991, p. 57, grifo meu.
[115] Idem, ibidem, p. 58, negritos no original.

tanto a propriedade capitalista quanto a generalização ou prevalência da propriedade estatal", e combinar "mercado e plano com base na diversidade das formas de propriedade".[116]

Através das intervenções públicas de seus dirigentes e da divulgação da sua pré-tese, a tendência conseguiu se aproximar de vários setores do partido: a maior parte dos militantes da *Vertente Socialista*, o coletivo paulista liderado pela deputada Irma Passoni, militantes da Articulação e independentes, dentre os quais intelectuais não ligados a quaisquer das principais correntes partidárias, como Carlos Nelson Coutinho. Este bloco político, do qual a Nova Esquerda e alguns dirigentes da VS eram os principais elementos articuladores, se expressou de modo unificado no congresso através da tese intitulada *Um Projeto para o Brasil* (PPB). No vértice oposto, correntes petistas como DS, MTM, *O Trabalho*, *Força Socialista* e a *Convergência Socialista* identificaram no PPB a manifestação das forças mais à direita no interior do PT. Segundo a *Força Socialista*, por exemplo, a Nova Esquerda e a VS propunham para o PT o caminho da social-democracia, fazendo a defesa explícita do "programa da II Internacional aprovado em Bad Goldsberg".[117] O espectro político e ideológico do congresso poderia ser representado, assim, com o PPB articulando as posições à direita, a ala esquerda dividida em várias tendências (somente *Força Socialista* e MTM apresentaram e defenderam uma tese final unificada) e no centro, sob intensa disputa, a Articulação. Coletivos menores e militantes independentes, distribuídos de um pólo a outro do espectro, completavam o quadro.

Para o PPB, assim como para as correntes da ala esquerda do partido, a aprovação de qualquer ponto das suas propostas dependia, ordinariamente, de um acordo com a Articulação. Esta era uma verdade aritmética adivinhada por todos antes mesmo que o congresso, afinal reunido, fornecesse os algarismos exatos. Considerando-se a votação para a escolha da tese-guia, o PPB obteve o apoio de pouco mais de 12% dos delegados (127), as correntes de esquerda somavam 37% e a Articulação teve 46%.[118] Para a esquerda do partido ainda havia a alternativa de marcar suas posições contra a Articulação, que aprovaria assim sua resolução mas

[116] Id., ibid., p. 57.
[117] A Centralidade da Estratégia. Réplica da Força Socialista. *Jornal do Congresso*, 4, setembro de 1991, p. 39. No mesmo número do jornal foram publicados textos da DS, *Convergência* e MTM contendo críticas semelhantes às posições da Nova Esquerda.
[118] I Congresso. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p.480.

não contaria com a legitimação de uma grande maioria. Esta parecia ser a opção da *Convergência Socialista*, que não participou dos acordos que resultaram na aprovação de emendas à tese-guia. As demais tendências, entretanto, optaram por negociar diretamente com a corrente majoritária. O texto final das resoluções do I Congresso expressa fielmente esta composição de forças. Sua base é a tese da Articulação, eleita como tese-guia no Congresso, à qual foram incorporadas emendas propostas pela ala esquerda e pelo PPB. A aproximação com a tendência majoritária, entretanto, foi precedida, no caso do PPB, de um momento de atrito que teve de ser superado.

Nas discussões que antecederam o Congresso, José Genoíno e Eduardo Jorge publicaram, mais uma vez na *Folha de São Paulo*, uma violenta crítica à tese da Articulação aprovada no Encontro Estadual de São Paulo. O cerne da polêmica era o conceito de ditadura do proletariado, abordado pela tese da Articulação nos termos da formulação transcrita e comentada no capítulo anterior, e a admissão, pela Articulação, de uma emenda proposta por "correntes ortodoxas do partido" que propunha o objetivo de lutar por uma sociedade "com instituições desalienadas, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados". Os dois deputados, que estavam entre os mais conhecidos signatários da tese *Um Projeto Para o Brasil*, propuseram uma emenda, que foi recusada, cujo conteúdo "criticava enfaticamente o conceito de ditadura do proletariado", considerando que

> "conceito de ditadura do proletariado esteve na base do que ocorreu nas sociedades do Leste europeu e União Soviética. Dizer que lá o 'estado operário' se degenerou e que de fato a ditadura do proletariado não teria se realizado não passa de um artifício para justificar a manutenção de um conceito que se revelou extremamente adequado à cristalização de um regime de natureza totalitária. Daí entendermos indispensável repelir esta noção, sem nenhuma ambigüidade."[119]

Recusar a emenda que reafirmava esta concepção e acatar a das "correntes ortodoxas" era o que deixava os autores "profundamente preocupados com o resultado do Encontro Estadual de São Paulo": "Às vezes, quando menos se espera, a cultura ortodoxa volta à luz com sua face integral, e eis que ressurgem elaborações conservadoras que (...) se chocam com valores e concepções inovadoras que estavam presentes na própria origem do PT".[120]

---

[119] GENOÍNO, José e JORGE, Eduardo. O Socialismo e os Desafios do PT. *Boletim Nacional*, 60, São Paulo, dez 1991, p. 12. Este artigo foi publicado pela *Folha de São Paulo* no dia 22 de novembro de 1991. O *Boletim Nacional*, periódico da direção nacional do PT, publicou o artigo de Genoíno e Jorge e a réplica da Articulação.

[120] Idem, ibidem, p. 12.

José Dirceu e Valter Pomar tentaram, sem sucesso, publicar uma réplica nada conciliatória no mesmo jornal que cedeu espaço a Genoíno e Eduardo Jorge. Seu texto negava que a formulação da Articulação contra a ditadura do proletariado fosse ambígua e reafirmava a concepção de socialismo expressa pela emenda aceita. Dirceu e Pomar censuram as distorções que Genoíno e Jorge teriam realizado nas citações da tese da Articulação, transformando-a numa caricatura. Por fim concluem que os autores do primeiro artigo,

> "que vêm rompendo tão velozmente com seu passado, ainda não mudaram sob esse aspecto: anos atrás, consideravam-se os melhores intérpretes dos dogmas revolucionários que hoje condenam; e hoje comportam-se como se fosse seu, e desde todo o sempre, o patrimônio da luta contra todas as ortodoxias".[121]

Mas a turbulência não durou. A coordenação do PPB trocou a crítica pública pela tentativa de acordos pontuais, e é possível que tenha tomado esta decisão depois que ficou evidente para ela que a "dinâmica imposta até este momento ao Congresso" deixava "claro, por antecipação, que a Tese-Guia a ser aprovada será a da Articulação".[122] Com esta avaliação, os coordenadores do PPB elaboraram propostas de emendas à tese da Articulação que foram reunidas num caderno distribuído aos delegados. Na *Apresentação* do caderno eles reconheciam o "fato de que ao lado de amplas concordâncias com o documento da Articulação coexistem profundas divergências".[123] A aproximação com a corrente majoritária era vista, todavia, como um movimento com objetivos mais largos do que a aprovação de parágrafos nas resoluções finais do Congresso. Outro texto divulgado pelos signatários do PPB tinha o propósito de sublinhar as "identidades em relação a questões fundamentais da pauta do I Congresso" da sua tese com a da Articulação. A razão para apontar as semelhanças era apresentada: "Move-nos a vontade de conformar, com base nas propostas já formuladas, **um campo político renovador majoritário** no I Congresso".[124]

"Movimento renovador" no interior do PT era o que os signatários do PPB se propunham a iniciar com a divulgação da sua tese, mais de três meses antes do

---

[121] DIRCEU, José e POMAR, Valter. É Preciso Saber Perder. *Boletim Nacional*, 60, São Paulo, dez 1991, p. 13.
[122] *Emendas ao Texto Integral da Articulação*. CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (8); maço EMENDAS.
[123] Idem, ibidem.
[124] *Idéias Essenciais para o I Congresso do PT*. CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (4); (sem maço), grifo meu.

congresso. Na apresentação do documento, faziam questão de esclarecer que a tese não pretendia ser "embrião de nenhum agrupamento futuro",[125] mas sim "propor um 'Projeto para o Brasil' e contribuir para a formação de um novo pensamento e de uma nova prática de esquerda". O ponto de partida da proposta de renovação era a constatação de que, no final do século, a humanidade cruzava as fronteiras de uma nova era histórica:

> "A derrocada do campo socialista, podo fim à Guerra Fria, e a internacionalização da economia, da política, da informação e da comunicação proporcionada pela revolução científico-tecnológica abrem **uma nova época histórica no mundo** (...) cuja natureza, ainda indefinida, motiva esperanças e temores."[126]

Sem a "lógica da confrontação", própria do período da bi-polaridade, abrir-se-ia a chance de um "mundo multipolarizado com melhores perspectivas para o avanço da democracia tanto em plano nacional quanto mundial". A política internacional da esquerda, "que o PT assume com máxima determinação", deveria se orientar para a viabilização desta possibilidade. Uma nova "ordem mundial democrática" permitiria que fossem "enfrentados seriamente problemas globais" como a "necessidade do avanço da democracia no plano interno de cada país", o "problema das dívidas externas", o "combate à miséria e à fome no 'Terceiro Mundo'", a "degradação do meio ambiente, o narcotráfico, o armamentismo". Sob esta "nova ordem poderão ser ensejados ainda o acesso de toda a humanidade às conquistas culturais e tecnológicas e uma integração não espoliativa entre as diversas economias nacionais e regionais".[127]

No Brasil, as "estruturas internacionais anti-humanas" estariam configuradas como um "capitalismo dependente, oligopolista, autoritário e marginalizador da grande maioria da sociedade". Aqui o "problema central ainda é a ausência de cidadania: a fome, o analfabetismo, a fragilidade das instituições democráticas, o atraso em todos os sentidos". Além da herança histórica, a situação contemporânea sofria um agravamento adicional: "**Este capitalismo** passa por uma grave crise econômica" O diagnóstico da crise econômica brasileira era, curiosamente, semelhante ao dos economistas liberais: sua causa seria a falência do Estado, antes

---

[125] aa.vv. Apresentação. *Um Projeto para o Brasil*. São Paulo, agosto de 1991, p. 1. A tese foi publicada em agosto, por iniciativa dos signatários, e depois foi novamente publicada em setembro, junto com as demais teses, no número 5 do *Jornal do Congresso*. A *Apresentação* acima citada, porém, só saiu na primeira edição.

[126] aa.vv. *Um Projeto Para o Brasil*. Loc. cit., p 2, grifo meu.

[127] Idem, ibidem, p.2.

promotor do desenvolvimento e agora "devedor inadimplente": "Com o Estado, entrou em colapso toda a economia, com efeitos deteriorizadores [sic] sobre o conjunto das relações sociais". O Brasil viveria, assim, uma "crise global – econômica, política, cultural e moral – em contínuo agravamento".[128]

Sobre a concepção de socialismo, a tese reproduzia, em sua maior parte, idéias já apresentadas anteriormente pela Nova Esquerda (e pela VS) ou por seus dirigentes. Um elemento novo, no entanto, era a tentativa de apresentar aquelas concepções como o aprofundamento mais coerente da trajetória do próprio PT, que "já nasceu voltado para a negação do capitalismo e para uma clara afirmação socialista". A tese se propunha a contribuir para a satisfação da exigência de "ir além e desenvolver a sua concepção de socialismo, tarefa, aliás, já iniciada pelo seu 7° Encontro Nacional". Esta abordagem permitia ao PPB não apenas definir o que seria o socialismo petista, mas também o que ele não poderia ser. Na concepção de socialismo do PT

> "**não há lugar para a idéia** de uma sociedade supostamente perfeita, sem problemas, sem diversidade de interesses e de visões sobre o futuro, sem conflitos, sem divisão do trabalho, sem religião, sem Estado, sociedade de abundância, de seres humanos completamente livres."[129]

Crítica da concepção "aplicada nos países do chamado socialismo real", a concepção petista implicaria na "negação de qualquer tipo de ditadura, que aliena a sociedade e **concentra seu governo nas mãos** de um indivíduo, de um grupo, de um partido, de uma camada burocrática ou **de uma classe**". "Projeto humano possível", o socialismo dependeria da "ação consciente no leito de um movimento de aprofundamento da democracia e empreendida por uma multiplicidade de sujeitos", capaz de obter o "assentimento da maioria". A tese, falando novamente em nome do PT, condena a "visão segundo a qual basta que a vanguarda tenha consciência dos objetivos socialistas contanto que os trabalhadores se movam objetivamente – ou seja, sem o saberem – em direção a estes objetivos". O partido deveria, inclusive, evitar "empregar o termo 'massas' para nomear os trabalhadores, os setores explorados e oprimidos ou a maioria da sociedade", por entender que o conceito é "uniformizador e desqualificante da pluralidade dos sujeitos sociais".[130]

---

[128] Id., ibid., p. 2-3, grifo meu.
[129] Id., ibid., p. 3, grifo meu.
[130] Id., ibid., p. 4-5, grifo meu.

A construção do socialismo "não poderá se concretizar sem uma revolução social", mas não na "concepção vulgar de revolução como 'tomada do poder' de Estado – idéia muitas vezes disfarçada na metáfora da 'destruição do Estado'". A proposta do PPB é que o PT rejeite "esta concepção de revolução, inspirada em padrões militares de confronto, por ser irrealizável nas condições da atualidade e, mesmo que fosse realizável, inócua para o resultado pretendido porque anti-democrática". A revolução "não se constitui essencialmente em um ato de ruptura, senão num processo de mudanças capaz de viabilizar, como já assinalou o 7° Encontro Nacional, 'a construção da nossa utopia concreta'".[131]

Tanto a "ideologia do livre mercado" quanto a "ideologia do estatismo, típica do socialismo real", deveriam ser negadas pela concepção de socialismo do PT. Só a "**combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente"** seria capaz de promover desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição, "**negando desta forma a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais**" O Estado deveria exercer uma "**ação reguladora** sobre a economia" através de empresas estatais e de "mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de legislação anti-monopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários". A "presença de capital estrangeiro ou de empresas internacionais será benéfica para a sociedade", num contexto de relações internacionais democratizadas e de controle "da sociedade organizada" sobre os segmentos privados da economia. Nada disso, contudo, deveria ser entendido como uma opção pela social-democracia, segundo os autores da tese. Mesmo sem mencionar a socialização dos meios de produção na efetivação do socialismo, o projeto reafirmava o caráter "profundamente anti-capitalista" do PT, que "**recusa a chamada alternativa social-democrata**": "O socialismo do PT é "pós-social-democrata na medida em que busca superar todas as formas de capitalismo".[132]

Uma das seções da tese era dedicada à proposição de "Idéias para uma Alternativa Nacional". Um "programa de reformas da sociedade brasileira", tarefa para o PT e outros sujeitos identificados com a transformação social, deveria "harmonizar-se com a perspectiva de futuro" esboçada nas primeiras partes do texto. Tarefa básica do "PT e das demais correntes transformadoras é a promoção de uma

[131] Id., ibid., p. 4.
[132] Id., ibid., p. 4, grifo meu.

**reforma intelectual e moral**", para "vencer a cultura da intolerância, do autoritarismo, dos preconceitos, do elitismo, do paternalismo e da desconfiança no associativismo". O "combate à marginalidade econômica, cultural e política da grande maioria da população" seria o núcleo do "programa transformador". Sua primeira exigência seria uma "profunda transformação do Estado", com a perspectiva "da fundação a mais longo prazo de um novo Estado". O PPB propunha, ainda, "mudanças profundas na esfera dos meios de comunicação de massa (...) afirmando o caráter público dos mesmos"; a "solução da questão agrária", requisito para a promoção da cidadania, tarefa que deverá "contar com a participação ativa dos trabalhadores rurais"; um "acordo" sobre a dívida externa, obtido através de "disputa política firme e uma negociação competente", visando "coibir e desestimular a transferência de capitais para o exterior e tornar possível a atração dos investimentos necessários à viabilização do programa democrático-popular".[133]

A luta por este programa de reformas envolveria uma aliança "com todas as demais forças democráticas e transformadoras presentes na sociedade brasileira neste limiar de uma nova era da luta pelo socialismo".[134] A tese não esclarecia quais eram as "demais forças", mas o critério central parecia ser o compromisso com a democracia, compreendida como um valor abstrato. Tanto assim que uma das emendas apresentadas pelo PPB durante o Congresso propunha a exclusão do PC do B do "arco de alianças com os quais o PT poderá coligar-se nas eleições municipais de 1992". O motivo era um artigo do secretário geral João Amazonas, publicado na *Folha de São Paulo*, em defesa da tentativa de golpe militar contra o governo Gorbatchev. A emenda, que não foi aceita, estabelecia uma posição de princípio a respeito de golpes militares em geral:

> "Para nós, golpe militar, não importa onde ocorra, é sempre manifestação reacionária a ser rechaçada e combatida. Não há como compatibilizá-lo, em medida alguma, com as pretensões de liberdade e emancipação que devem caracterizar as posições de esquerda".[135]

A última parte da tese tratava da organização partidária. Os signatários do PPB foram os principais difusores da concepção de "partido de interlocução", que provocou intensa polêmica no Congresso. Esta formulação aparecia como resultado da negação absoluta da concepção de partido de vanguarda que fundamentou a

[133] Id., ibid., p. 7.
[134] Id., ibid., p. 7.
[135] *Emendas ao Texto Integral da Articulação*. Loc. cit., p. 3.

experiência do PRC. Não apenas era negado o privilégio ontológico da classe, mas tampouco o privilégio epistemológico da teoria asseguraria o papel de vanguarda do partido. Ainda mais importante, o objetivo de organização política independente da classe trabalhadora desapareceria das preocupações organizativas do PT, segundo o PPB:

> "o PT **não se define como representante de supostos interesses históricos de nenhuma classe social**. Recusando a **idéia mística**, assumida pelas organizações de esquerda tradicionais, segundo a qual o **partido é um 'sujeito' portador de uma verdade histórica** que, como tal, tem a missão de realizar, ou seja, **portador de um destino** pelo fato de representar uma **pretensa substância imanente dos explorados**, o PT se declara uma instituição auto-definida pelos indivíduos que o compõem".[136]

O PT lutaria pela "recuperação do **estatuto da política como esfera da opinião, e não da verdade** e, por outro [lado], pela superação da idéia de partido político como mero defensor de interesses". Seria, então, "mais um sujeito entre outros, um novo sujeito democrático da transformação socialista" que "rejeita a visão tradicional do partido de intervenção que se baseia no pressuposto de que o principal papel do movimento social é o de servir de apoio para a luta política pelo poder". De acordo com esta compreensão, o "PT constitui-se como um partido de luta e de interlocução política com o movimento social". Para o plano interno do PT, o PPB propunha uma resolução restritiva sobre as tendências, permitidas apenas como "correntes de opinião". Não deveriam ser reconhecidos como tendências os grupos que "desenvolvam atuação autônoma do partido no movimento social, nem aqueles que mantém relações orgânicas com qualquer outro partido ou organização política, seja nacional ou internacional". Também não seria reconhecido aquele que apresentasse "características de fração, (...) ou seja, que mantenha atividades fechadas aos demais membros do partido, centralismo próprio e finanças obrigatórias para seus integrantes".[137]

Com o PPB, os militantes que vinham do PRC realizaram o que faltava da sua ruptura teórica e programática. No período coberto por esta pesquisa, não houve outro documento coletivo, após o PPB, em que a formulação do novo projeto político fosse abordada com semelhante amplitude. A noção de revolução, que sobrevivera às primeiras ondas da reviravolta, servia agora apenas como um outro nome para um

[136] aa.vv. *Um Projeto Para o Brasil*. Loc. cit., p. 7, grifos meus.
[137] Idem, ibidem, p. 7.

gradativo "processo de mudanças". O socialismo se mantinha como objetivo maior, mas entre ele e o capital e seus lucros já não haveria maiores contradições. O conceito de *luta de classes* não é mencionado no documento. Tudo em nome dos desafios da "nova época histórica", na qual a humanidade estaria ingressando.

## 5.3 DEMOCRACIA RADICAL E CAMPO MAJORITÁRIO DO PT

Até que ponto o PPB alcançou seu objetivo de iniciar um "movimento renovador" no I Congresso? Se tomarmos como critério de avaliação a influência sobre o texto da resolução final do congresso, a atuação do PPB não poderia ser considerada como bem sucedida. Das doze emendas que a coordenação do PPB considerava fundamentais ou muito importantes, apenas duas foram incorporadas na resolução, muito menos do que conseguiu a ala esquerda. Eram, no entanto, duas emendas estratégicas. A primeira sobre concepção de socialismo, apresentava o socialismo do PT como "**sinônimo de radicalização da democracia**" e recusava "**todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão a ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores**".[138] Um dos motivos da polêmica aberta por José Genoíno e Eduardo Jorge contra a tese da Articulação ficava, assim, removido. A outra emenda era o trecho do documento PPB, mencionado acima, sobre a compatibilização entre o "mercado orientado socialmente" e o "planejamento estatal" como definidora da concepção de socialismo.[139]

De qualquer modo, o número de emendas não pode ser o único critério para avaliar a influência do PPB. A construção do "campo renovador majoritário" não se completou, mas foi esboçada e deu, pelo menos, dois passos importantes. Primeiro, o núcleo do bloco político que se constituiu através do PPB não se desfez após o congresso, contrariando a proclamada ausência de intenção de que a tese fosse o "embrião de um agrupamento". A ampla repercussão na imprensa das posições assumidas pelas figuras públicas do PPB e o intenso trabalho interno de divulgação e debate da tese foram os elementos de uma ofensiva política que deu resultados. O

---

[138] *Emendas ao Texto Integral da Articulação*. Loc. cit., p.2, grifo meu. Na resolução final do congresso, a emenda aparece como os parágrafos 95 a 98. Cf. I Congresso. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p.499-500.

[139] É o parágrafo 104 da resolução final. Cf. I Congresso. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 501-2.

PPB pretendia ocupar o lugar do "novo" no debate interno do PT, e conseguiu. Segundo, a aproximação com a Articulação avançou bem mais do que se poderia supor pela observação do número de emendas aceitas. Em algumas votações, no plenário, os delegados da Articulação se dividiram entre as posições defendidas pelo PPB e pela ala esquerda. Este foi o caso da votação sobre a regulamentação de tendências, em que o PPB apoiou o texto original da Articulação, defendido por parte dos delegados da corrente majoritária, enquanto outra parte votou a favor da emenda substitutiva proposta pela ala esquerda, que foi vencedora.[140] Desde o período de preparação do congresso, a ampla divulgação da tese PPB, com atuação incisiva dos seus intelectuais, conseguiu certa influência sobre setores da Articulação, a ponto de preocupar seus dirigentes:

> "Nós, os generais, como diz Gushiken, andávamos muito tímidos nas discussões das grandes questões políticas, do Leste europeu, etc. (...) e este debate pela imprensa, dentro do PT, ele vinha sendo levantado por outras pessoas que não são da Articulação, mas que estão muito próximos, o Augusto [de Franco], o Genoíno... E num determinado momento empolgaram, inclusive nossa base".[141]

Vários militantes da Articulação haviam assinado a tese PPB e, após o congresso, o PPB foi considerado por um dirigente da tendência majoritária como parte de uma "nova maioria", o bloco do "petismo radical" que, junto com a Articulação, "firma o primado da experiência própria do PT e faz a crítica do patrimônio da luta socialista internacional na busca de novos parâmetros para sua continuidade e renovação".[142] Há indícios de que a direção nacional da Articulação tinha a expectativa de realizar uma aliança mais consistente com o PPB no congresso, o que acabou sendo frustrado. Avaliando o congresso, um dirigente nacional reconhecia que, "apesar do nosso empenho, a chamada 'relação preferencial' com o 'Projeto para o Brasil' não se concretizou da forma por nós imaginada".[143] Mesmo os setores da coordenação da tendência majoritária que viam com desconfiança a proximidade entre as posições do PPB e o pensamento liberal tinham razões para

---

[140] Direito de Tendência. *Boletim Nacional*, 60, São Paulo, dez 1991, p. 4.
[141] José Américo. In: *Seminário Nacional da Articulação*, junho de 1991. (transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2), p. 70.
[142] VIANA, Gilney Amorim. O Congresso acabou, e agora PT? In: *Avaliação do 1° Congresso*. Articulação – Tendência Interna do PT. CSBH, Fundo DN; Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS, p. 7.
[143] POMAR, Valter. O Lobo, o Calcanhar de Aquiles e a Articulação. In: *Avaliação do 1° Congresso*. Articulação – Tendência Interna do PT. CSBH, Fundo DN; Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS, p. 18.

considerar positiva a existência do grupo que "dá corpo e forma programática aos setores do partido que estão à direita da Articulação", essenciais para a "governabilidade do partido, inclusive porque reduzem as possibilidades de vitória da política conhecida como 'antártica'".[144]

Além disso, o fato de que a maior parte das emendas do PPB não tenha sido aceita não significa que, em linhas gerais, as divergências com a tese da Articulação fossem maiores que as concordâncias. Dava-se precisamente o contrário, de modo que a avaliação dos militantes do PPB sobre os resultados do congresso foi positiva. Segundo Aldo Fornazieri, a sensação dos militantes do PPB era de que, mesmo em minoria, haviam "ganho" o congresso. E de fato, a resolução aprovada incorporava os elementos principais da concepção de socialismo defendida pelo PPB: a condenação da ditadura do proletariado e a recusa da concepção "explosiva" de revolução, a afirmação da centralidade estratégica da democracia, a valorização das disputas institucionais, a crítica ao "estatismo", a idéia de combinação entre mercado e planejamento como característica do socialismo. A resolução sobre conjuntura nacional resultou de um acordo entre o PPB, a Articulação e a DS, e a palavra de ordem "Fora Collor", defendida por setores da esquerda do partido, foi derrotada no plenário. Paradoxal, segundo Fornazieri, foi a dificuldade para traduzir esta convergência programática geral num "campo majoritário moderado", o que abriu o caminho para a esquerda do partido conquistar a direção logo depois.[145]

O I Congresso do PT foi o último evento em que a Nova Esquerda atuou como tendência organizada. Depois dele, coerentes com a sua proposta de regulamentação de tendências, os militantes reduziram o seu aparato organizativo ao mínimo necessário para manter-se como uma "corrente de opinião", cuja referência não era mais a Nova Esquerda e sim o bloco político estruturado pelo PPB. O funcionamento desta nova tendência era baseado em plenárias de militantes, que deliberavam apenas sobre o posicionamento frente às questões da agenda do PT. As plenárias reuniam-se, habitualmente, antes dos eventos partidários, com o objetivo de estabelecer as bases da atuação coletiva. Ao contrário da Nova Esquerda, não havia mais qualquer centralismo, ou seja, as decisões tomadas pela maioria não eram necessariamente acatadas pela minoria. Os gabinetes dos parlamentares do grupo,

[144] Idem, ibidem, p, 18. "Antártica", abreviação de *anti-Articulação*, foi um termo cunhado nos embates internos do PT para nomear as amplas alianças de tendências da esquerda partidária contra a Articulação.
[145] Aldo Fornazieri, entrevista com o autor.

com destaque para o gabinete de José Genoíno, assumiram um papel ainda mais destacado na organização. Isso não só porque a sustentação financeira dependia, agora, quase exclusivamente, dos recursos dos gabinetes, mas porque a inexistência de uma estrutura orgânica autônoma fazia com que, na prática, a atuação política da corrente se confundisse com a atividade dos mandatos.

Um ano e meio depois do congresso, por ocasião do 8° ENPT, o bloco político constituído pelo PPB apareceria, com algumas defecções, sob o nome de Democracia Radical (DR). Construir um "campo majoritário renovador" ou "moderado" continuava sendo seu objetivo principal. A pré-tese apresentada pela tendência antes do Encontro destacava esta questão na primeira frase: "Evidencia-se hoje a necessidade de uma nova maioria no PT. Uma maioria que estabilize um novo centro dirigente, superando a crise de direção do partido". A orientação política geral da "nova maioria" deveria ser definida com base na trajetória do próprio PT. As resoluções estratégicas do 5° ENPT (que aprovou o projeto democrático-popular, como vimos no capítulo 1) teriam sido superadas pela realidade ("agravou-se a crise nacional, o mundo passou por grandes transformações, vivenciamos as nossas administrações municipais"). O 7° ENPT e o I Congresso "sintetizaram reflexões a respeito dessas realidades novas" e seriam o patamar sobre o qual seria preciso avançar na elaboração de "novas idéias, novas formulações". O caráter de *novidade* se afirma, cada vez mais, como critério de qualificação da política. Assim, a

> "nova maioria no PT só pode ser a maioria da radicalidade democrática, a maioria que quer defender, aprofundar e desenvolver as resoluções do VII Encontro e do I Congresso, e não dos que discordam dessas resoluções e querem revê-las para retroceder a formulações que não respondem mais aos desafios do momento histórico."[146]

A distinção entre as resoluções do 5° ENPT, consideradas superadas, e as do 7° ENPT e I Congresso era um modo de fazer a linha demarcatória do "campo renovador" atravessar a Articulação pelo meio. A DR apostava na composição com o setor "moderado" da tendência majoritária, o que significava ficar na dependência da resolução da crise interna da Articulação. A DR listava algumas "referências essenciais" que seriam comuns aos setores que poderiam compor o "campo majoritário de renovação democrática", dentre as quais: a "radicalização da

[146] Para Mudar o Brasil. Pré-tese da Democracia Radical. *Caderno de Pré-teses ao 8° ENPT*, p. 46. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ VIII ENPT(2); maço PROPOSTAS/SUBSÍDIOS.

democracia como via de realização do socialismo", a "necessidade estratégica das alianças", a "democratização do Estado e da política como condição para viabilizar mudanças sociais profundas que revertam a tendência para o *apartheid* social no país", a convicção sobre a "importância de que se funde um compromisso ético para o fazer político". A expectativa era de que seria possível "caminhar para a constituição desse campo como efetivo sujeito político até o VIII Encontro Nacional".[147]

Sobre a intervenção política do PT na conjuntura, a Democracia Radical atribuía máxima prioridade às eleições presidenciais de 1994: "O grande desafio colocado para o PT, e que cabe ao VIII Encontro equacionar, consiste em forjar uma alternativa de governo para 94 capaz de oferecer uma saída transformadora para a crise nacional". O cumprimento desta tarefa exigiria uma política de alianças no plano político-partidário e no plano social, para constituir uma "força política nacional capaz de ganhar em todos os níveis as eleições de 94, e governar, mudando os rumos gerais do país". Contra a maioria do partido, que considerava excessivamente arriscada a possibilidade de revisão constitucional diante da correlação de forças desfavorável no Congresso Nacional, a DR defendia que o PT aproveitasse a oportunidade da revisão constitucional em 1993 para propor "reformas políticas" que "preparem o caminho para as mudanças sociais do pós-94". Frente ao governo Itamar Franco, a linha do PT deveria ser a de "opor-se (...) apresentando alternativas".

Três outros temas abordados superficialmente pela tese eram: 1) a polêmica entre a prioridade do partido para a ação institucional ou para o movimento social, considerada uma falsa questão, porque todo movimento social constituiria alguma forma de institucionalidade. O decisivo seria assegurar que "partiremos das energias desencadeadas pelo movimento social para reformar as velhas instituições do Estado e, simultaneamente, criar novas instituições"; 2) a reafirmação da crítica ao "socialismo autocrático"; 3) a necessidade de "**refazer** a crítica à social-democracia", priorizando agora o fato de que ela "privatiza o fazer político nas mãos das instituições do Estado e dos partidos da velha ordem, em detrimento da participação política da sociedade", sendo "na verdade, uma 'estatal-democracia'".[148]

A esperança de conformar no 8° ENPT o "campo majoritário renovador" foi frustrada. Já vimos como a crise interna da Articulação, que resultou na cisão da

[147] Idem, ibidem, p. 46-7.
[148] Id., ibid., p. 48-9, grifo meu.

tendência majoritária, teve como conseqüência a vitória da ala esquerda do PT. A DR e a Articulação Unidade na Luta apresentaram teses e chapas diferentes no encontro, mas uma eventual união entre elas não teria alterado o resultado. Juntas elas somariam pouco menos de 41% dos delegados (11,6% da DR), número ainda inferior ao necessário para superar o bloco de esquerda. A situação seria inteiramente revertida dois anos depois, no 10° ENPT, quando a DR se tornaria essencial para garantir à Articulação o seu retorno ao comando do PT.

Antes, em 1994, a DR atuou no 9° Encontro com a apresentação de emendas ao projeto de programa de governo. O programa é elogiado, considerado como "expressão do que de melhor o nosso partido poderia ter produzido até aqui".[149] As emendas propostas, quando sugerem modificação de conteúdo, são representativas do pensamento político da DR, mas não constituem novidade. Onde o projeto afirmava que o "eixo do governo do PT e de seus aliados será a participação popular"[150] a DR propunha: "O eixo do governo do PT e de seus aliados terá dois pólos: a participação popular e a inventividade institucional".[151] No mesmo sentido ia a emenda sobre o trecho do projeto que apontava, como meios de "vencer os obstáculos da velha ordem institucional que tenderão a paralisar a ação governamental", o "fortalecimento e a radicalização da democracia" e a criação de condições para que o "governo consolide o apoio da sociedade a seu programa e construa uma ampla coalizão de forças sociais e políticas que lhe permita governar e avançar em direção de objetivos mais amplos".[152] O substitutivo da DR afirmava que, para vencer as resistências, "será necessário mais que o amplo apoio popular (...) Haverá necessidade de uma fina engenharia institucional que promova a máxima coordenação entre os três poderes, respeitando a independência e a autonomia de cada um deles".[153] Antes do trecho do programa que criticava a apologia do mercado, a DR propunha incluir: "Embora reconheçamos a importância do mercado como alocador de recursos e espaço para o exercício da liberdade dos consumidores e produtores, não o aceitamos como remédio universal para todos os males".[154]

---

[149] *Emendas ao Programa*. Democracia Radical, p. 1. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ IX ENPT(1); maço PARECERES E EMENDAS - CAPÍTULO 1 E INTRODUÇÃO.
[150] Uma Revolução Democrática no Brasil. Programa de Governo (projeto para discussão). *Cadernos de Teoria e Debate*, São Paulo, março de 1994, p. 10
[151] *Emendas ao Programa*. Democracia Radical. Loc. cit., p. 2.
[152] Uma Revolução Democrática no Brasil. Loc. cit., p. 24.
[153] *Emendas ao Programa*. Democracia Radical. Loc. cit., p. 3.
[154] Idem, ibidem, p. 4.

No 9° Encontro Nacional a luta interna no PT foi de baixa intensidade. No ano seguinte, entretanto, o 10° ENPT (agosto de 1995) seria realizado num clima bem diferente, como vimos. Para a DR o objetivo central era, novamente, viabilizar um "campo majoritário" capaz de dar ao partido uma direção moderada e renovadora. Na prática isto significava alcançar duas metas: derrotar a esquerda petista que dirigia o partido desde 1993 e, para isso, construir uma aliança, se possível duradoura, com a Articulação Unidade na Luta. O campo majoritário, "efetivo sujeito político" com que sonhava a DR, começou a nascer antes mesmo do Encontro, nas reuniões com as lideranças das duas tendências que selaram as bases do acordo. Após essas reuniões, que ocorreram em São Paulo, nos escritórios de Luís Gushiken e José Genoíno, os dirigentes da DR ainda duvidavam da solidez da aliança, temerosos de que a Articulação viesse a rompê-la caso surgisse a possibilidade de acordos com a ala esquerda.[155] Os temores se mostraram infundados. Embora apresentando teses e chapas distintas, Articulação e DR atuaram em bloco tanto no Encontro quanto depois dele, na polêmica sobre a composição da Executiva e nos outros episódios da luta interna. As tendências de esquerda, mesmo com mais de 46% dos delegados, foram derrotadas e isoladas. E o campo majoritário estava, finalmente, constituído.

É possível que os receios dos líderes da DR quanto à estabilidade do recém-criado "campo majoritário" tivessem origem nos atritos provocados, pouco antes, por posições assumidas publicamente pelos mais conhecidos dirigentes da tendência. O governo FHC, logo em seus primeiros meses, tinha apresentado um conjunto de propostas, designadas genericamente como "reformas", que tinham como característica comum a "racionalização" do perfil do gasto público.[156] O PT, através do Diretório Nacional, pronunciou-se em contrário às reformas propostas, reconhecendo seu caráter neoliberal. Os deputados José Genoíno e Eduardo Jorge, contrariando a orientação da bancada petista, participaram ativamente do processo de discussão das "reformas" no Congresso Nacional, e fizeram declarações favoráveis a certas propostas como a quebra do monopólio estatal em alguns setores, como telecomunicações, certos casos de privatização e reforma previdenciária. Sobre este ultimo ponto, Eduardo Jorge elaborou e apresentou uma proposta de emenda constitucional que, entre outras medidas, extinguia a aposentadoria por tempo de serviço e as aposentadorias especiais. Dirigentes nacionais do PT, inclusive da

[155] Aldo Fornazieri. Entrevista com o autor.
[156] Faço uma discussão sumária do significado das reformas neoliberais no capítulo 7.

Articulação Unidade na Luta, como Lula, fizeram críticas públicas aos dois deputados. A situação foi intensamente discutida nas instâncias superiores do partido, em abril e maio, e havia propostas de expulsão dos deputados. O conflito foi contornado mediante um acordo que implicava no reconhecimento da existência de "divergências em relação à tática atual do PT", na reiteração da oposição ao governo FHC pelos deputados, na afirmação da disposição da Democracia Radical de não "confrontar com o PT ou com o Diretório Nacional" [157] e no compromisso de que Eduardo Jorge retiraria a sua proposta de emenda caso o PT apresentasse uma outra.

Outro ponto de atrito foi provocado por Augusto de Franco, que fora coordenador do I Congresso e um dos principais formuladores do PPB e de outros documentos da Democracia Radical. Franco havia sido um dos eleitos pela DR para o Diretório Nacional do PT no 8° Encontro Nacional, e ocupava, na Executiva, o cargo de Secretário de Meio Ambiente. Desde o início do governo FHC, no entanto, ele passou a ocupar um posto no Conselho Nacional do Programa Comunidade Solidária, um projeto governamental assistencialista. A participação de Augusto de Franco no Comunidade Solidária era uma decisão coerente com as idéias sobre a "parceria Estado-sociedade" que ele já defendia desde o 9° ENPT. Estas parcerias constituiriam "uma nova unidade, onde o público estatal se relaciona com a publicidade da cidadania, em uma dimensão horizontal".[158] Para a maioria das correntes do PT, no entanto, a participação no Comunidade Solidária era inaceitável. O caso de Augusto de Franco não foi resolvido através de acordo. O 10° Encontro Nacional aprovou uma resolução que considerava "incompatíveis a colaboração com este programa estratégico para o Governo FHC e a condição de filiado".[159] E ele saiu do PT.

A tese que a DR apresentou no Encontro, intitulada "Renovar o PT afirmando alternativas", não escondia as "divergências em relação à tática". O tema da renovação se apoiava, desta vez, na avaliação do período em que a esquerda dirigiu o partido, que coincidia com a derrota nas eleições presidenciais: "O PT saiu das eleições de 1994 com graves debilidades expostas à luz do dia". "Incapacidade para fazer alianças com forças políticas próximas ao centro" e insensibilidade para lidar

[157] Íntegra da Nota da Comissão Executiva Nacional do PT. *Folha de São Paulo*, 15/05/1995, p. 5.
[158] FRANCO, Augusto de, et. al. Parceria Estado-Sociedade: Necessária interface entre as políticas de governo e a Ação Cidadã. Brasília, 22 de abril de 1994, mimeo, p. 5. CSBH, Fundo DN; Grupo ENCONTROS NACIONAIS; Caixa DOSSIÊ IX ENPT(1); maço PARECERES E EMENDAS - CAP. 1 E INTROD.
[159] Resolução sobre os Petistas e o Comunidade Solidária. 10° Encontro Nacional. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 646.

com as "novas temáticas" e para dialogar com os "novos grupos sociais criados pelos padrões de acumulação da 'sociedade informática'", por exemplo, seriam problemas "acoplados à falta de um projeto consistente para uma sociedade cujos pólos mais avançados evoluem rapidamente no sentido de uma integração total na terceira revolução industrial". Sem compreender as "alterações no conjunto da sociedade, inclusive na sua estrutura de classes", reduzir-se-iam as chances de "alavancarmos um novo ciclo de desenvolvimento com regras de natureza distributiva". Frente a tais novidades, o PT, ao "invés de se abrir para a sociedade (...) vem retrocedendo, ao se apegar a certas 'verdades' da esquerda tradicional e ceder à pressão do corporativismo".[160]

Diante das "mudanças no mundo", segundo a DR, a esquerda teria de "redefinir sua concepção mesma de socialismo", articulando os valores "oriundos da revolução iluminista – como o Estado de direito e a garantia dos direitos individuais" e também os valores "gestados pela emergência do proletariado clássico na cena pública dos séculos 19 e 20 – como a democracia direta, a partir de uma *esfera pública não estatal* de controle e a garantia de direitos sociais mínimos".[161]

O debate sobre a "modernização", que ganhou forte impulso após o governo Collor, precisaria ser travado pela esquerda. O termo empregado para nomear as mudanças "econômicas, políticas e culturais que vêm se operando em escala mundial" é "globalização". Tratar-se-ia de uma "dinâmica objetiva", que não deveria ser confundida com os artifícios ideológicos de "legitimação de projetos elitistas". A globalização tem em sua base o "extraordinário desenvolvimento da produtividade do trabalho proporcionado pelas novas tecnologias de produção e de gestão empresarial". Já o "neoliberalismo" seria uma "ideologia que concebe a globalização sobre a ótica particular dos setores de ponta do capitalismo". O processo de "globalização oferece potencialidades contraditórias, cuja efetivação dependerá das disputas políticas em torno dos seus rumos". Temas como o antiestatismo e a abertura externa da economia poderiam ser resgatados pela esquerda para transformá-los em "ampliação da democracia, por meio de instituições de autogoverno" ou em estímulo à "modernização tecnológica" e à "criação de um mercado interno de massas". Equivocado seria "deixarmos com a direita a bandeira da modernização do país". A

[160] Renovar o PT Afirmando Alternativas. Tese da Democracia Radical. *Caderno de Teses*, 10° Encontro Nacional do PT, Guarapari, agosto de 1995, p. 9-10.
[161] Idem, ibidem, p. 10, itálico no original.

"redução do custo Brasil", feita em "benefício dos trabalhadores e da incorporação social dos excluídos" e o estímulo à competição internacional para "obrigar o empresário (...) a colocar no mercado produtos de boa qualidade por preços acessíveis ao trabalhador" seriam exemplos de propostas de "uma outra ordem, inspirada numa outra concepção de modernidade que, incorporando a idéia da eficiência, se fundamente na proposta da ampla cidadania."[162]

A postura do PT frente ao governo FHC deveria se pautar pelo reconhecimento de que tratar-se-ia de um "projeto que mescla concepções neoliberais com tímidas concepções social-democratas". A prioridade do oposicionismo do PT deveria ser para a "direita, representada no governo pelo PFL. É este partido que aporta ao governo a marca do continuísmo". A DR discordava da "construção de uma frente de mera resistência às reformas". Em face das iniciativas de reformas constitucionais do governo, o correto seria que o PT "apresente as suas próprias formulações, destinadas ao confronto com as demais e à negociação com os outros partidos e com o próprio governo. É este o caminho." A tese fazia sugestões para alguns temas específicos das reformas propostas pelo governo: defender um sistema de aposentadoria básico universal, para pessoas com rendimentos entre 1 e 10 salários mínimos, e previdência complementar (pública ou privada) para as faixas superiores; parcerias e concessões para a captação de investimentos privados nos setores estratégicos da economia, canalizando os recursos estatais eventualmente disponíveis para a "área social"; metas e prazos claros para as privatizações dos setores não-estratégicos; redefinir o "estatuto da estabilidade" do emprego no serviço público para garantir a "reforma do Estado, visando reorientá-lo para o enfrentamento da questão social".[163]

A explicitação das divergências sobre tática não impediram a consolidação da aliança que conformou o campo majoritário. Dois anos depois, no 11° ENPT, a DR e a Articulação subscreveriam juntas alguns documentos, como a proposta de reelaboração dos Estatutos do PT e um texto com o balanço da gestão 95-97 do Diretório Nacional. Para as resoluções políticas, a DR apresentava uma tese própria, na qual seus objetivos eram definidos como "contribuir para que o atual bloco majoritário do PT, do qual a DR participa, se mantenha nesta condição e se fortaleça" e "oferecer contribuições para o debate que apresentem alguma coisa ao pensamento

[162] Id., ibid., p. 10.
[163] Id., ibid., p. 11.

e à solução dos problemas do partido e do país".[164] O texto procurava apontar as dificuldades do PT para lidar com uma realidade nacional e mundial que não era mais a da sua origem. A questão da inflação, por exemplo, teria sido abordada, ainda no programa de governo de 1994, como um problema cuja solução dependeria de reformas estruturais da economia, quando o Plano Real provara que era possível estabilizar a moeda sem reformas e sem a retomada do crescimento. O PT não percebeu a importância da estabilidade monetária num país em que "vencer a inflação transformou-se em problema nacional de primeira ordem, requisito prévio para qualquer projeto de retomada do crescimento e de resposta par a agenda social". A estabilidade da moeda deveria ser concebida como "um dos requisitos mais importantes para a modernização de país e promoção da cidadania", pois a inflação é, também, "uma inimiga da cidadania".[165]

O governo FHC representaria a "constituição de uma nova hegemonia". Seu projeto, baseado na "estabilização da economia, reengenharia do Estado, abertura da economia sem a contrapartida de uma política industrial e programa amplo de privatização", se vitorioso, significaria o "desfecho conservador" da transição democrática. A crítica ao governo deveria evidenciar a sua "adesão às premissas do neoliberalismo, com todas as conseqüências previsíveis", mas a oposição não pode se limitar a "simplesmente resistir". A resistência precisaria "inserir-se no ponto de vista de um projeto cujas premissas são objeto de discussão na esquerda de vários países". O "ponto crítico" deste projeto é o equacionamento da relação entre o mercado e o Estado. O "mercado afirmou-se como instituição útil e necessária na regulação da economia, e esta não é uma questão a respeito da qual o querer ou o não querer leve a algum lugar". O que resta é a "necessidade de, por meio da ação *indutora*, *regulamentadora* e *fiscalizadora* do Estado e da sociedade civil, estabelecer um contrapeso social aos aspectos negativos do mercado". No Brasil viveríamos a combinação do "pior dos dois mundos": a "tendência objetiva" do mercado na promoção das desigualdades somou-se à omissão do Estado no que se refere à "defesa dos trabalhadores, dos consumidores, das empresas não oligopolistas, dos cidadãos".[166]

---

[164] *Aprofundar a Democracia: Tarefa Histórica do PT*. Tese da Democracia Radical. São Paulo, agosto de 1997, p. 1.
[165] Idem, ibidem, p. 3.
[166] Id., ibid., p. 6, itálicos no original.

Eis porque a "*tarefa de formular o projeto alternativo petista é essencialmente a tarefa de formular, de modo mais profundo e sistemático, a nossa concepção de democracia*".[167] A questão democrática não seria apenas prioritária, mas a própria síntese do problema do país: "A rigor não há vários problemas, um econômico, outro social, outro político-institucional etc. Há apenas um, o da efetivação da democracia, que não existe na forma de fragmentos".[168]

Este documento foi o último, no período que pesquisamos, a ser submetido pela DR a votação nos Encontros do PT. Embora tenha apresentado tese no Encontro Extraordinário de 1998, ela foi retirada antes da votação, e a tendência apoiou a tese da Articulação. A principal novidade trazida pela tese da DR que acabamos de resumir não era uma proposta, mas um silêncio: num texto que discutia a "tarefa histórica do PT", a tendência não mencionava, em trecho algum, o socialismo.

Três anos antes Tarso Genro havia proposto a sua "moratória com a utopia", sua decisão de "lutar abertamente pelo 'rebaixamento' de um programa da esquerda para enfrentar a barbárie e o 'apartheid' social". Ele queria que sua proposta fosse entendida como a

> "formação de um novo bloco histórico. Ele deve comportar a unidade a partir da democracia e da reforma, e **não mais um bloco que pressuponha um 'programa de transição' para o socialismo**. Isto pelo simples e concreto fato que **os paradigmas universais, para um projeto socialista democrático, não existem nem na teoria nem na prática**, nem nos países desenvolvidos nem nos atrasados. (...) Se a esquerda não tiver a humildade de reconhecer, hoje, que não tem um projeto socialista capaz de seduzir e hegemonizar, pela democracia, uma ampla maioria capaz de sustentá-la no poder através de um consenso majoritário, demonstrará que está cega perante a situação mundial e a profunda crise teórica de nossa geração."[169]

Tarso Genro não se manteve organicamente ligado à Democracia Radical. Contudo, seu texto capta e expressa a dimensão mais importante do novo projeto político engendrado por seus ex-companheiros de PRC e Nova Esquerda. Não se tratava mais de reconstruir um projeto de socialismo democrático sobre as cinzas das velhas concepções "dogmáticas" e "autoritárias". Não era mais de socialismo que se tratava.

---

[167] Id., ibid., p. 6, itálicos no original.
[168] Id. ibid., p. 7.
[169] GENRO, Tarso. Uma Moratória com a Utopia. In: GENRO, Tarso. *Utopia Possível*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1994, p. 142-3. Este artigo, com o mesmo título, foi publicado na Folha de São Paulo em janeiro de 1994.

# CAPÍTULO 6

# A CRISE DO MARXISMO SEGUNDO OS EX-MARXISTAS E O PROJETO DE UMA "ESQUERDA NOVA".

A leitura dos dois capítulos precedentes, se conseguiu proporcionar a visualização do processo de mudanças operadas pelas tendências do campo majoritário do PT em seu projeto político, deve ter antecipado para o leitor a maioria dos elementos com os quais eu pretendo sustentar a tese de que ela realizou, de fato, uma ruptura com o marxismo, isto é, com as referências centrais com as quais ela, até então, balizara seus argumentos, sua lógica de funcionamento e seu programa de ação política. A observação do percurso realizado pela Articulação e pela Nova Esquerda/DR, feita nos capítulos 4 e 5, é completada aqui pela tentativa de produção de algumas sínteses. O objetivo geral é permitir a compreensão daquele processo como a manifestação de uma forma histórica particular da crise do marxismo, tal como a entendemos no escopo deste trabalho: um movimento de ruptura realizado por intelectuais de esquerda e visível, de forma mais imediata, no âmbito dos projetos políticos elaborados por eles.

Esta mudança nas formulações políticas é o aspecto mais evidente da crise do marxismo, que se pode observar simplesmente comparando alguns textos produzidos pelas duas organizações nos anos 80 com outros, da década seguinte – ou as trajetórias recuperadas pelos capítulos da I Parte com as dos capítulos 4 e 5. Mesmo neste nível mais imediato, porém, há muitas nuances a serem esclarecidas. O abandono das referências marxistas foi um processo complexo, uma reelaboração profunda de concepções sobre a política e a história que não se consegue apreender (ainda não se trata de explicar) numa mirada superficial. Desta experiência de reformulação do projeto político emerge não apenas um projeto substantivamente diferente, mas também uma *esquerda nova*, expressão que será empregada para nomear as duas organizações. *Nova*, aqui, significa apenas que ela se diferencia, em vários aspectos importantes, do seu próprio passado. Na verdade, veremos que há pouca coisa de historicamente novo no repertório teórico e programático dessa esquerda.

A afirmação, feita dois parágrafos acima, de que houve um rompimento com o marxismo exige, portanto, um trabalho de sistematização dos componentes desta ruptura que são a face manifesta da crise do marxismo nos projetos políticos das tendências do campo majoritário do PT. Neste capítulo, visando compor esta configuração mais sistemática, argumentarei para demonstrar, basicamente, duas coisas a respeito do significado geral daquele movimento das organizações de esquerda estudadas. Primeiro, que a recusa do marxismo, assim como a construção de um outro projeto político que toma o lugar do anterior, são dois momentos de um mesmo processo, realizado com o auxílio de argumentos que possuem parentesco com os postulados pós-modernos (e sua crítica à chamada "modernidade cultural") e com a concepção liberal da política. O novo projeto político da esquerda emergiu estruturado, teoricamente, pelo pós-modernismo e também pelo liberalismo. Segundo, pretendo defender a idéia de que esta reviravolta teórica e programática deslocou a esquerda para uma outra visão de mundo, antagônica à sua *Weltanschauung* anterior.

No centro da discussão está, portanto, o conceito de projeto político. Através da recuperação de reflexões feitas no campo do marxismo, com destaque para as de Antonio Gramsci, a exposição começa por estabelecer algumas marcações teóricas para o problema da relação entre classes, intelectuais e projetos políticos. A demonstração da hipótese de que os projetos políticos da *esquerda nova* incorporam elementos pós-modernos exigia, porém, uma definição quanto ao significado deste termo – o pós-modernismo. Este é o tema da segunda parte do capítulo. Realizaremos um sobrevôo de reconhecimento da crítica pós-moderna àquilo que, em seus próprios termos, se denomina "modernidade", visando a apropriação de alguns dos seus elementos essenciais colhidos em textos de "clássicos" pós-modernos. A observação destes elementos permite compor uma configuração do pós-modernismo simultaneamente fiel aos seus formuladores e útil à nossa investigação. Em seguida, recorrendo a esta configuração, procederemos a um exame do novo projeto político da esquerda, nascido da reviravolta, com o fito de estabelecer suas características fundamentais (liberais e pós-modernas). Na última seção discutiremos o significado geral do novo projeto em termos de visão de mundo.

## 6.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE INTELECTUAIS, CLASSE E PROJETO POLÍTICO

Tentaremos compreender, naquilo que nos parece fundamental, alguns aspectos da relação dos projetos políticos de esquerda com o movimento concreto dos trabalhadores que supostamente está na sua base. O primeiro passo nesta direção será um esforço de definição do que estamos chamando de *projeto político*, o que faremos considerando parte do debate teórico sobre a consciência de classe e a problemática dos intelectuais e das organizações revolucionárias. Comecemos pelo exame do conceito de *projeto político*.

Num sentido mais corrente, projeto político seria pensado como uma explicitação sistematizada das motivações e dos objetivos de um posicionamento ou uma intervenção política coletiva, isto é, uma intervenção nos processos de disputa de poder. A palavra *projeto* nos faz pensar em documentos como teses ou textos doutrinários de um partido, por exemplo. De fato, estas fórmulas específicas são modos particulares de expressão de algum projeto político, mas de modo nenhum esgotam a sua significação mais profunda para a pesquisa histórica. Se a análise se restringisse à superfície dos projetos, ou seja, se se ocupasse somente da descrição, classificação e exposição comparada dos conteúdos de documentos que formulam expressamente uma posição ou uma intervenção política, o estudo ficaria limitado ao nível do que aparece, os fatos. E mais: uma vez que, em nosso caso, os fatos são as formulações políticas das tendências do campo majoritário do PT, aceitá-las como horizonte dado e último da pesquisa significaria ainda que qualquer tentativa de explicar a partir daí a atitude dos sujeitos tomaria a estes pelo que pensam e dizem de si mesmos. Não foi este o caminho que trilhamos aqui.

Os fatos singulares, fenômenos aparentes cujas características podem ser descritas com relativa facilidade devido precisamente à sua aparência de fatos isolados, não são o ponto de chegada e sim o ponto de partida da investigação. Teses, resoluções e outros textos que documentam o novo projeto político dessa esquerda devem, sim, ser descritos e analisados no contexto do seu aparecimento, mas isso abre o caminho para que sejam historicizados, referidos à sua gênese. O projeto político não é tomado como uma *coisa*, no sentido de Durkheim, passível de uma dissecação supostamente imparcial. Ao contrário, ele é a expressão de um processo de luta vivenciado historicamente pelos sujeitos que estão na base da sua elaboração e sua

compreensão exige, portanto, que passemos além da sua *coisidade* para atingir a sua origem humana, histórico-concreta.

Para o historiador, um projeto político, uma vez tomado como objeto de estudo, permite investigar indícios de algum esforço de organização e sistematização, num contexto preciso, de elementos presentes em uma certa visão de mundo (*Weltanschauung*). As visões de mundo, exatamente porque refletem dialeticamente a existência histórica dos grupos sociais[1], contém sempre elementos de caráter político na forma de representações e concepções dos conflitos e das relações de poder que são constitutivos da relação do grupo com a totalidade social na qual ele se inscreve. Enquanto permanecem como representações difusas, porém, mesmo sendo já uma forma de conhecimento efetivo da realidade política do grupo, estes elementos não configuram um *projeto*, posto que lhe falta um componente essencial, o caráter intencional e sistemático. Torna-se projeto a partir do momento em que exprime uma perspectiva consciente de mediação entre teoria e prática, entre uma concepção de mundo e um plano de ação sobre ou com o mundo, que procura estruturar-se adequando meios a fins. O projeto político é construído na medida em que um grupo social avança no desenvolvimento da autoconsciência crítica ou superação da sua visão ingênua de mundo. Ele é parte deste avanço, na verdade, o seu elemento mediador:

> "... pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos. (...) Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra (...) Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído"[2]

Um primeiro aspecto a considerar aqui diz respeito à noção de visão de mundo "ocasional e desagregada" ou "crítica e coerente". Se, para Gramsci, "todos os homens são filósofos" é porque, em qualquer situação, dispomos de configurações mentais de mundo associadas ao nosso agir, e isso não como indivíduos isolados, mas como participantes de coletividades humanas ("grupos sociais") determinadas. A condição de ingenuidade ou senso comum é dada pela inexistência de uma "clara

[1] No vocabulário gramsciano, que é a referência teórica aqui, *grupo social* aparece geralmente como sinônimo de *classe social*.
[2] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 94.

visão teórica" dos homens acerca da sua ação que, como trabalho, é a transformadora prática da realidade. Em tais condições, ao homem-massa, "cuja concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada", pode ocorrer

> "que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica"[3].

Não se pode esperar uma ação política sistematizada e coerente (segundo um *projeto*) numa circunstância em que a própria compreensão de si e do mundo encontra-se fragmentada e desconexa, repleta de elementos que não guardam coerência entre si nem com a existência prática. Mas essa condição de visão ingênua ou incoerente de mundo não é definitiva:

> "O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, esta análise"[4].

O caminho da autoconsciência crítica, que se orienta para uma visão mais coerente e sistematizada de mundo, passa necessariamente pela política. Retomemos aqui um trecho que já foi citado, no capítulo 4:

> "A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real"[5].

É assim não só porque toda ação é política, segundo Gramsci, mas também porque conhecer criticamente a si mesmo implica em descobrir-se num terreno inescapável de conflitos, de "lutas de hegemonias". A elaboração de projetos políticos se dá neste âmbito, na medida mesma das solicitações do agir político que nasce desde o início do processo de enriquecimento e aprofundamento de uma visão de mundo.

É preciso registrar, contudo, que este não é um processo linear ou contínuo, ao contrário, é cheio de mediações e de diacronias como veremos mais à frente. O fato de que todo projeto supõe um trabalho consciente de elaboração não diz nada sobre o

---

[3] Idem, ibidem, p. 102.
[4] Id. ibid., p. 94.
[5] Id., ibid., p. 103.

conteúdo dessa consciência. Sobretudo não se deve imaginar que o aparecimento de projetos políticos suponha o desenvolvimento prévio de uma visão de mundo crítica e coerente. O contrário é que seria mais justo: uma concepção crítica de mundo só se torna possível a partir das experiências de ação e de concepção políticas desenvolvidas pelo grupo social. Embora o nível de organização e sistematização dos projetos políticos dependa do estado de desenvolvimento coerente da concepção de mundo, é a prática, neste caso a prática política, o elemento dinamizador do processo.

Outra consideração necessária é sobre "o que é realmente", ou seja, aquilo que se descobre a partir do desenvolvimento da autoconsciência crítica e que é a base real da elaboração dos projetos políticos. Para Gramsci, e em pleno acordo com a tradição marxista, o homem é essencialmente o conjunto das relações sociais, definição que ele julga a mais satisfatória porque inclui a noção de devir:

> "O homem 'devém', transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; (...) de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal"[6].

Esta última frase refere-se, obviamente, ao conceito de classe social, ainda que o termo não apareça. Ora, se "a natureza humana é o conjunto das relações sociais" e se estas últimas se exprimem dominantemente através das relações de classe, o que a crítica do senso comum deve produzir, porque é autoconsciência, é também consciência de classe.

Isso não significa, entretanto, que todo projeto político explicite conscientemente as relações entre o seu conteúdo e o lugar de sua gênese no terreno dos conflitos de classes. Embora o sujeito que elabora o projeto político esteja irremediavelmente *sujeito às* relações sociais de classe, por diferentes razões esta condição pode ser ocultada no seu discurso. Esta ocultação, quando ocorre, é, em si mesma, cheia de significados que muito interessam à pesquisa histórica. Retornaremos a este problema mais à frente, quando discutirmos as condições de elaboração dos projetos políticos. Passemos, por agora, a uma outra dimensão da questão.

Se aceitamos que a formulação de projetos políticos se dá como esforço de sistematização de elementos de uma visão de mundo, e se este processo ocorre sobre uma base concreta que são as relações sociais, então a discussão sobre a formação da

---

[6] Id. ibid., p. 245.

consciência de classe precisa ser, de algum modo, considerada no escopo deste capítulo. Primeiro porque o tema da consciência surge assim que admitimos que um projeto é um empreendimento consciente de mediação entre teoria e prática. Mas não só: na medida em que a autoconsciência crítica, resultante da crítica do senso comum, equivale à consciência de classe, esta última passa a ser relevante para qualificar um projeto político, isto é, permite verificar se e como o projeto se refere conscientemente às relações sociais que estão na sua base.

A problemática da consciência de classe foi discutida profundamente por vários autores marxistas, em diferentes momentos. Para o que nos importa mais diretamente, as grandes questões, bem como algumas das mais instigantes hipóteses, estavam postas já na polêmica travada no início do século XX entre Lênin e Rosa Luxemburgo sobre os problemas de organização da social-democracia. O próprio fato de o debate posterior referir-se invariavelmente a esta polêmica atesta a fecundidade dos argumentos mobilizados. Não por acaso foi a temática da organização, e não uma controvérsia filosófica sobre consciência, a detonadora do debate. É que a organização era o lugar por excelência em que os socialistas precisavam buscar dar operacionalidade ao seu projeto político. Se o projeto exprime a relação teoria-prática enquanto teoria (ele é a sua mediação teórica), a organização a exprime enquanto prática, isto é, enquanto forma operativa adequada ao emprego dos meios para a consecução das finalidades (mediação prática). Foi, portanto, no cerne da discussão sobre as tarefas práticas de organizar e realizar a revolução socialista e sobre os papéis a serem desempenhados pela massa do proletariado e pelo partido social-democrata que se retomou a questão, não completamente desenvolvida por Marx[7], da consciência de classe.

O *Que Fazer?* de Lênin, publicado em 1902, pode ser tomado como o momento inicial desta polêmica. A implementação do projeto político da social-democracia russa exigia, no início do século, definições práticas e operacionais dentre as quais estava a organização de um partido nacional unificado, tarefa considerada pelos militantes que publicavam os jornais *Iskra* e *Zaria* como a mais urgente de todas. As tarefas de organização são, por isso, o assunto principal do livro. Como em

[7] Toda a discussão sobre a consciência de classe está referenciada diretamente no pensamento de Marx mas, de fato, este autor não chegou a desenvolver uma teoria completa sobre a consciência. Lukács (*História e Consciência de Classe*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Elfos – Porto, Escorpião, 1989) e Henri Weber (*Marxismo e Consciência de Classe*. Lisboa, Moraes, 1977), estudiosos da questão, estão de acordo quanto a este ponto.

quase toda a sua obra, também neste escrito de Lênin não se encontra um tratado acadêmico, mas uma peça de argumentação teórica e política engajada nos conflitos políticos do seu tempo. O texto polemiza duramente com os "economistas", marxistas russos que defendiam em seu periódico, o *Rabotcheie Delo*, posições que Lênin associa ao "oportunismo" de Bernstein na social-democracia alemã. O autor acusa os "economistas" de sobrevalorizarem as lutas econômico-corporativas do proletariado, confiando excessivamente na espontaneidade do movimento de massas e minimizando a necessidade do partido revolucionário. Lênin não despreza o "elemento espontâneo", que se manifesta em greves e tumultos populares e é, para ele, a "forma embrionária do [elemento] consciente",[8] mas sustenta que as greves (referindo-se às greves que se alastraram por toda a Rússia na última década do século XIX)[9]

> "constituíam uma luta sindical, mas não ainda social-democrata: marcavam o despertar do antagonismo entre operários e patrões; porém os operários não tinham, e não podiam ter, consciência da oposição irredutível de seus interesses com toda a ordem política e social existente, isto é, a consciência social-democrata".[10]

Mesmo o movimento sindical, para Lênin, que já não é puramente espontâneo uma vez que implica em um certo nível de organização consciente para as lutas, ainda está subordinado à ordem burguesa porque representa conjuntos determinados de trabalhadores contra conjuntos determinados de patrões. A social-democracia, ao contrário, "representa a classe operária em suas relações não apenas com um determinado grupo de empregadores, mas com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada".[11] Uma consciência social-democrata, portanto, precisa ultrapassar o nível das lutas econômicas e sindicais por reformas: "A social-democracia revolucionária sempre compreendeu e compreende em sua atividade a luta pelas reformas. (...) subordina a luta pelas reformas, como a parte ao todo, à luta revolucionária pela liberdade e o socialismo".[12]

Não é difícil perceber que o que Lênin denomina consciência social-democrata corresponde à noção de desenvolvimento pleno da consciência de classe,

---

[8] LENIN, V. I. *Que Fazer*? São Paulo, Hucitec, 1988, p. 24.
[9] No verão de 1896 eclodiu uma greve de trabalhadores de São Petersburgo exigindo o pagamento dos dias parados durante os festejos da coroação do Czar Nicolau II. O movimento deu origem a uma grande onda de greves, protestos e conflitos de rua em várias cidades da Rússia.
[10] LENIN, V. I. *Que Fazer?* Op. cit., p. 24.
[11] Idem, ibidem, p. 45.
[12] Id., ibid., p. 50.

implicada no conceito marxista de classe para si. Lukács, vinte anos depois, emprestaria termos filosóficos mais refinados à concepção leninista de consciência de classe. As formas de consciência que não ultrapassam a compreensão das lutas parciais do proletariado são, para Lukács, consciência psicológica ou *falsa consciência*. O uso do adjetivo *falsa* não é a atribuição de um juízo de valor, no sentido de, digamos, moeda falsa. Tanto assim que ele chega a afirmar que, sendo a consciência possível num dado momento histórico, a falsa consciência, exatamente porque não poderia deixar de ser falsa, exprime um momento verdadeiro quando se considera a história do seu desenvolvimento. Raciocinando dialeticamente, Lukács argumenta que, fora da vigência da categoria de totalidade, ainda que se consiga elaborar compreensões satisfatórias de aspectos parciais (determinados) da realidade social, tais compreensões serão falsas porque não perceberão o sentido de cada aspecto no conjunto contraditório das relações do qual ele é apenas um elemento. Ele mostra como a visão fragmentária é exatamente uma das características do pensamento burguês, que não consegue (e nem poderia, sem romper com a sua condição de classe) se colocar epistemologicamente acima da visão de cada burguês em particular, e de como esta visão foi superada historicamente pelo marxismo que, assumindo o ponto de vista da classe operária, coloca-se na perspectiva da totalidade.[13]

A consciência da classe para si, então, é aquela que pode existir se e quando os membros do proletariado conseguirem perceber o conjunto das relações sociais que os constituem como classe, e quando esta compreensão lhes permitir atuar politicamente, e de forma consciente, pela superação deste conjunto de relações. Em Lukács fica explicitamente afirmado algo que já estava presente também no raciocínio de Lênin, a saber, que o socialismo científico, enquanto único método de conhecimento que emprega de modo conseqüente a categoria totalidade, é o elemento central da consciência de classe do proletariado. Lukács sabe que esta consciência não está dada, é uma possibilidade, garantida porque exigida objetivamente pela realidade, e um processo. Ele denomina *consciência adjudicada* (porque é, no presente, uma atribuição, uma possibilidade) àquilo que em Lênin era chamado simplesmente de consciência social-democrata.

---

[13] Cf. Lukács, G. *História e Consciência de Classe*. Op. cit., especialmente o ensaio intitulado *A Consciência de Classe*.

Lênin não se limita, porém, a definir o significado de consciência de classe. Ele também propõe uma explicação sobre como esta consciência pode tornar-se a consciência do proletariado, ou, em termos lukacsianos, como passar da possibilidade à realidade. Sempre polemizando com os "economistas", ele rejeita completamente a tese de que, através das experiências das lutas concretas, o proletariado desenvolveria espontaneamente a consciência social-democrata. Muito pelo contrário, a

> "história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc."[14]

Se não pode ser desenvolvida endogenamente pelo proletariado, a consciência social-democrata precisa ser trazida de fora. Esta é uma tese originalmente formulada por Karl Kautsky, a cuja autoridade Lênin recorre citando extensamente um artigo publicado na *Neue Zeit* em 1902 no qual o líder da social-democracia alemã sustenta que

> "o socialismo e a luta de classes surgem paralelamente e um não engendra o outro: surgem de premissas diferentes. (...) a consciência socialista é um elemento importado de fora (*von Aussenhineigetranes*) na luta de classe do proletariado, e não algo que surgiu espontaneamente (*urwüchsig*). Também o antigo programa de Heinfeld dizia, muito justamente, que a tarefa da social-democracia é introduzir no proletariado (literalmente: preencher o proletariado com) a consciência de sua situação e a *consciência* de sua missão. Não seria necessário fazê-lo se essa consciência emanasse naturalmente da luta de classe".[15]

É o partido social-democrata o instrumento adequado para o desenvolvimento desta consciência. Aqui se coloca o problema prático crucial para a social-democracia russa em 1902, segundo Lênin: construir um partido à altura das suas tarefas, um "exército permanente" de revolucionários profissionais que consiga "combater a espontaneidade, desviar o movimento operário dessa tendência espontânea e atraí-lo para a social-democracia revolucionária".[16] A dura polêmica com o "culto ao espontaneísmo" do *Rabotcheie Delo*[17] se explica assim pela postulação da necessidade de derrotar as posições que dificultam a construção de uma organização capaz de cravar a consciência de classe nas massas proletárias e de dirigir seus impulsos espontâneos para a luta revolucionária. Sem esta organização, que somente

[14] LENIN, V. I. *Que Fazer?* Op. cit., p. 24.
[15] Kautsky *apud* LENIN, V. I., ibidem, p. 31, itálico no original.
[16] Idem, ibidem, p. 32.
[17] Lênin chega a afirmar que o culto ao espontaneísmo assemelha os "economistas" aos *narodniki*, velhos adversários políticos do marxismo russo.

pode ser o partido, a luta de classes não tem como superar os limites estabelecidos objetivamente pela ordem burguesa e a ação política do proletariado não ascende ao nível revolucionário. O para-si da classe não deriva mecanicamente do seu em-si, para usar novamente o vocabulário de Lukács, mas exige a mediação do partido. Ao estabelecer a noção de partido como elemento consciente do movimento operário, Lênin estava lançando os fundamentos para a concepção de partido de vanguarda, que seria totalmente desenvolvida nos anos seguintes.

Rosa Luxemburgo ergue, na mesma época, importantes objeções à proposta leninista de organização e à concepção de consciência de classe nela contida. Suas diferenças com Lênin, no entanto, não a aproximam em nada dos "oportunistas". De fato, desde o final do século anterior e quase sem interrupção, Rosa Luxemburgo vinha movendo as mais poderosas armas da sua crítica contra as posições revisionistas de Eduard Bernstein, que ela classificava como a tentativa de levar a social-democracia a capitular diante da ordem capitalista.[18] É, portanto, sem recuar um milímetro da afirmação da via revolucionária nem do combate às correntes "oportunistas" que ela discute as teses de Lênin.

No início de 1904 Rosa escreve um artigo a pedido da redação do *Iskra*, então controlada pelos mencheviques. A intenção dos editores era arregimentar argumentos contrários à concepção de organização defendida pelo grupo de Lênin no II Congresso do partido russo.[19] Após o congresso Lênin havia publicado o seu *Um Passo à Frente, Dois Passos Atrás*[20] no qual analisa, desde o seu ponto de vista, as discussões travadas ali, reafirma sua concepção de organização e faz duras críticas aos mencheviques. O texto de Rosa, concebido num momento de crise aberta no partido russo, intitula-se *Questões de Organização da Social-Democracia Russa* e trava um diálogo crítico com este livro de Lênin.

Rosa reconhece a necessidade de construção de um partido social-democrata centralizado na Rússia, e também a tendência para o centralismo que seria inerente à social-democracia em geral, dada por sua própria missão que é a de representar não

---

[18] A polêmica com Bernstein está bem documentada no seu texto *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo, Global, 1986.

[19] No II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, ocorrido em 1903, Lênin defendeu uma proposta de estatuto que abriu uma nova etapa na discussão sobre o caráter da organização. A respeito desta questão deu-se a cisão entre as duas correntes da social-democracia russa (bolchevique e menchevique). Além de Lênin e Rosa, também, Trotsky, Plekhanov, Martov e Kautsky intervieram intensamente na discussão que se estendeu por alguns anos.

[20] Publicado como livro em Genebra em maio de 1904. É possível que Rosa tenha conhecido o texto antes desta data. In: LENIN, V.I. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, vol 1.

parcelas ou grupos, mas a "totalidade dos interesses do proletariado como classe". O problema com a posição de Lênin, contudo, é ter passado da centralização ao *ultracentralismo*:

> "O princípio vital deste centralismo consiste, por um lado, em salientar fortemente a separação entre os grupos organizados de revolucionários declarados, ativos, e o meio desorganizado – ainda que revolucionário e ativo – que os cerca. Por outro lado, consiste na rigorosa disciplina e na interferência direta, decisiva e determinante das autoridades centrais em todas as manifestações das organizações locais do partido. (...) Assim, o comitê central aparece como o verdadeiro núcleo ativo do partido, e todas as demais organizações apenas como seus instrumentos executivos".[21]

O modelo leninista parece-lhe uma "transposição mecânica dos princípios organizatórios do movimento blanquista de círculos de conspiradores para o movimento social-democrata das massas operárias".[22] Além de questionar os princípios desta concepção, que é o que nos interessa aqui, Rosa duvida da eficácia deste modelo para as condições específicas da Rússia, e isso tanto para o fortalecimento do movimento consciente de massas, necessário para a revolução socialista, quanto para combater o oportunismo no interior do movimento operário.

Discordando de Lênin, que caracterizaria os revolucionários social-democratas como "jacobinos ligados à organização dos operários com consciência de classe", Rosa afirma que a "social-democracia não está *ligada* à organização da classe operária, ela é o *próprio movimento* da classe operária". A diferença de concepções é substantiva: a social-democracia não é pensada como portadora de uma consciência formada de fora da luta de classes, como na teoria Kautsky-leninista, mas como fruto, ela mesma, da luta de classes. Segundo esta visão, a atividade social-democrata

> "nasce historicamente da luta de classes elementar. E move-se na contradição dialética de que só na própria luta é recrutado o exército do proletariado e de que, também, só na luta, as tarefas da luta se tornam claras. Organização, esclarecimento e luta não são aqui momentos separados, mecanicamente e temporalmente distintos, como num movimento blanquista, mas são apenas diferentes aspectos do mesmo processo".[23]

Rosa não contesta que o partido constitui-se no elemento consciente do movimento operário. Está, também, de acordo com a idéia de que a formação da consciência de classe é um movimento do *em-si* ao *para-si* do proletariado. Mas tal

---

[21] LUXEMBURGO, Rosa. Questões de Organização da Social-democracia Russa. In: LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Vozes, 1991, p. 40-1.
[22] Idem, ibidem, p. 43.
[23] Id., ibid., p. 43.

movimento é gerado pela própria dinâmica da luta de classes e o seu elemento dinamizador não está nos núcleos marxistas dirigentes e sim na ação espontânea das massas. Ela usa a própria história do movimento operário russo como argumento:

> "As mais importantes e fecundas mudanças táticas dos últimos dez anos não foram inventadas por determinados dirigentes do movimento e, muito menos, por organizações dirigentes, mas eram, sempre, o produto espontâneo do movimento desencadeado".[24]

Mas não apenas na Rússia. Também na Alemanha o processo se dá de modo semelhante. Rosa entende que, exatamente ao contrário do que pensava Lênin, o aprofundamento das formulações políticas da social-democracia, que ela denomina tática,

> "é o resultado de uma série ininterrupta de grandes atos criadores da luta de classes experimental, freqüentemente elementar. Também aqui o inconsciente precede o consciente, a lógica do processo histórico objetivo precede a lógica subjetiva dos seus portadores".[25]

A precedência da atividade sobre a consciência (em seus termos, "no princípio era a ação") é o ponto fulcral da sua contestação aos princípios do modelo organizativo leninista. Para Rosa Luxemburgo a forma de organização do partido deveria ser montada sobre a premissa de que, no processo revolucionário, o "único sujeito a que cabe o papel dirigente é o eu-massa (*das Massen-Ich*) da classe operária, que em todo lugar insiste em poder fazer os seus próprios erros e aprender por si mesmo a dialética histórica". Ela conclui o texto afirmando que mesmo os erros eventualmente cometidos pelo movimento revolucionário são, "do ponto de vista histórico, infinitamente mais fecundos e valiosos que a infalibilidade do melhor 'comitê central'". [26]

Não é nosso propósito aqui resolver a querela sobre a formação da consciência de classe nem, muito menos, sobre a organização do partido revolucionário. Esta breve revisão dos termos do debate marxista da primeira década do século passado tem a finalidade de fornecer elementos para pensarmos a nossa própria questão, que é a da elaboração dos projetos políticos no campo da esquerda e a dinâmica de suas relações com os movimentos concretos da classe trabalhadora. Vejamos os resultados de nossa coleta.

---

[24] Id., ibid., p. 46.
[25] Id., ibid., p. 47.
[26] Id., ibid., p. 59.

A partir de Lênin (e Lukács) é possível formular de modo adequado o problema da consciência de classe. A classe, que é sempre consciente de si, torna-se consciente *para-si* (em termos de Gramsci: torna sua consciência "unitária e coerente") na medida em que compreende sua própria situação de classe como momento de uma totalidade histórica, o capitalismo, e pode atuar politicamente (ou seja, estabelecer projetos e aplicá-los), em conformidade com esta compreensão, pela transformação radical da sociedade. Se esta condição, a referência à totalidade, não estiver presente, ou seja, se a compreensão estiver limitada a aspectos parciais da existência concreta da classe, trata-se então de uma consciência de classe ainda não desenvolvida, uma falsa consciência, no sentido de Lukács ("ocasional e desagregada", em termos gramscianos). Neste caso, a atuação política da classe permaneceria inscrita na ordem capitalista, e sua luta seria, no máximo, por reformas que não chegam a por em causa a sua superação radical. Veremos na última parte do texto como estes supostos teóricos podem ser de utilidade para nós.

Mais complicada é a questão do processo de formação da consciência de classe. Se concordássemos com Lênin (e Kautsky), que a teoria revolucionária não se construiu *ad intra* movimento operário, mas fora dele,[27] o partido que a tem por eixo não poderia ser concebido como um momento interno do próprio movimento operário. Aqui a posição de Rosa Luxemburgo permite uma perspectiva mais interessante (mas também mais desafiadora) para o historiador, ao reunir os elementos consciente e de massas e seu movimento – "organização, esclarecimento e luta", em suas próprias palavras – num mesmo processo histórico de desenvolvimento na luta de classes. Esta hipótese sugere uma pesquisa histórica atenta às relações entre as múltiplas dimensões do movimento operário: suas diferentes formas e níveis de consciência (presentes, num variegado espectro, tanto na base como nas esferas dirigentes), suas experiências organizativas, seus embates políticos.

Mas Rosa não explica como, exatamente, o movimento espontâneo das massas gera a consciência de classe. Pelo menos duas questões cruciais para o tratamento deste problema ficaram sem ser aprofundadas. Primeiro, ela não chegou a desenvolver uma teoria sobre a instância social específica de elaboração das formas de consciência. Segundo, ela não foi além de afirmar, ainda que muito resolutamente,

[27] Kautsky: "O portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses: foi do cérebro de certos indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo". *Apud* LENIN, V. I. *Que Fazer?* Op. cit., p. 31.

a precedência do momento prático, a ação, sobre o momento teórico, a consciência. Estas duas questões – a dos intelectuais e a da relação teoria-prática – foram enfrentadas por um outro marxista, já citado anteriormente, que chegou a resultados ainda mais interessantes: Antonio Gramsci.

Retomemos agora a discussão sobre projetos políticos do ponto em que a interrompemos. Vimos que um projeto político é um dos componentes de uma visão de mundo e que se caracteriza por ser elaborado de forma sistematizada e por indicar uma perspectiva de ação segundo um referencial teórico, ou seja, ele exprime uma mediação teoria/prática. Seguindo a pista deixada por Rosa Luxemburgo podemos supor que, enquanto processo, o projeto, assim como a organização, remete ao movimento concreto da luta de classes. Mas como produto, isto é, na sua forma afinal expressa, o projeto só pode existir porque foi elaborado concretamente por certos sujeitos. A sistematização dos elementos da visão de mundo e sua organização na forma de um projeto político é uma atividade, um trabalho realizado por determinados agentes. Gramsci denomina de *intelectuais* estes agentes que são "funcionários" das superestruturas, isto é, são responsáveis pela organização e sistematização de uma visão de mundo.

A conhecida distinção gramsciana entre os intelectuais *tradicionais* e *orgânicos* dá bases para uma compreensão que diverge em alguns pontos cruciais das teorias que estabelecem *a priori* que os intelectuais são uma categoria de sujeitos sociais.[28] Gramsci não nega que muitos intelectuais se reconheçam como uma categoria específica, "autônoma e independente", que eles sejam reconhecidos assim pela sociedade ou que tal presunção produza efeitos, tanto políticos quanto teóricos e ideológicos na obra desses intelectuais. Por exemplo, a própria filosofia idealista poderia "ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser 'independentes', autônomos, dotados de características próprias, etc."[29]. E de fato, os intelectuais *tradicionais*, detentores do monopólio de certos serviços culturais, tendo se constituído em períodos históricos anteriores, no presente (isto é, na situação histórica em questão) "apareciam (...) como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo

[28] Cf. MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
[29] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro, 2000, p. 17. Gramsci segue aqui a mesma linha das análises de Marx sobre os Hegelianos de Esquerda. Cf. MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas".[30] *Apareciam como*, precisamente, posto que não é essa a verdade da sua existência histórica, ainda que seja esta a representação que eles constroem de si a partir do seu "espírito de grupo". Seja o clero – que se desenvolveu como "categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária"[31] –, seja a nobreza togada, os cientistas, teóricos ou outros que surgiram associados à constituição do Estado absolutista, os grupos de intelectuais passam a existir, isto é, produzem-se historicamente sempre dentro dos contextos das lutas dos grupos sociais mais importantes – da luta de classes.

Se no caso dos intelectuais tradicionais o vínculo com a luta de classes fica mascarado pela aparência de autonomia, a situação dos intelectuais *orgânicos* é muito mais transparente. Estes são executores do mesmo tipo de função, mas seu vínculo com a classe é muito mais direto. A organização das superestruturas, que é a tarefa de quaisquer intelectuais, é processada sobre o "terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica". Este tipo de intelectual é criado "de modo orgânico" pela classe e seu trabalho lhe dá "homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político"[32]. Gramsci refere-se, neste trecho, diretamente aos técnicos de indústria, cientistas políticos, organizadores de uma nova cultura e um novo direito, todos intelectuais orgânicos que surgem com a ascensão histórica da burguesia. A função desses intelectuais não é puramente acessória, muito pelo contrário. Eles são indispensáveis no processo de desenvolvimento da consciência de classe:

> "Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'para si', sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica"[33].

Há, note-se, um duplo registro para o termo intelectual orgânico. Num primeiro sentido o conceito aponta para a relação viva entre os intelectuais e a classe, os primeiros criados na medida das necessidades de sistematização e organização da

[30] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Op. cit., p. 16.
[31] Idem, ibidem, p. 16.
[32] Id., ibid., p. 15.
[33] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 1. Op. cit., p. 104.

"superestrutura", necessidades que são geradas como parte do próprio desenvolvimento histórico da classe – portanto, necessidades internas ao processo de relação da classe com a totalidade. Entretanto, uma vez que tais necessidades passam a ser atendidas de algum modo, aparece o segundo sentido do conceito: orgânico é o intelectual que, ao atuar em sua própria esfera, *organiza a classe* porque elabora e sistematiza a superestrutura através da qual a classe vê o mundo, se reconhece, organiza sua ação política sem a qual a classe não "se torna independente". Convém examinar melhor este segundo registro.

No caso dos intelectuais orgânicos da burguesia, suas funções organizativas e dirigentes se desenvolvem no curso do mesmo processo histórico através do qual esta classe se torna classe dominante. Ora, numa sociedade em que as relações sociais são burguesas, a visão de mundo da classe dominante (burguesia) corresponde, em larga medida, à mera afirmação do existente,[34] o que não a preserva, bem entendido, de contradições e conflitos internos, decorrentes precisamente de que sua visão do "existente" significa, essencialmente, visão dos aspectos aparentes, parciais da realidade e nunca o ponto de vista da totalidade. É principalmente isso que é revelado pela famosa afirmação de Marx de que, em cada época, as idéias dominantes são as idéias da classe dominante. Discutimos no capítulo 3 como Marx desvelou o expediente ideológico que permitia à Economia Política apresentar como naturais as formas sociais e econômicas capitalistas. Ao fazê-lo denunciou a vigência da visão de mundo burguesa no até então insuspeitado terreno da ciência, mas demonstrou também que esta vigência se faz ocultar sob o manto da reificação. Compreendemos, dede então, que os intelectuais burgueses cumprem perfeitamente o seu papel sem qualquer necessidade de recorrer à explicitação da sua posição de classe. Pelo contrário, é necessário ocultá-la: para que a concepção burguesa de mundo seja hegemônica ela deve ser apresentada não como uma concepção burguesa que de fato é, mas como uma concepção geral ou interesse geral, acima e independente dos interesses de classe.

O mesmo não se dá no caso da classe subalterna. O desenvolvimento da autoconsciência crítica, para esta classe, é um processo que ocorre num terreno em que as idéias dominantes são as de outra classe, a dominante. A condição subalterna da classe é manifesta quando

[34] Cf. LUKÁKS, G. *História e Consciência de Classe*, op. cit.

> "um grupo social, que tem uma concepção de mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico – toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em 'épocas normais', ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada".[35]

É por isso que Gramsci fala em luta de hegemonias e em dupla consciência ou consciência contraditória, conforme vimos acima. Nessas condições, a consciência "coerente e unitária" de classe somente pode amadurecer conflitando com a visão de mundo burguesa que é dominante no senso comum, ou seja, ela corresponde à crítica do senso comum: "Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática".[36] Ora, a classe dominante retém e reproduz sua influência sobre o senso comum graças ao funcionamento dos "aparelhos de hegemonia" isto é, da "organização material voltada para manter, defender e desenvolver a 'frente' teórica ou ideológica".[37] A "disputa de hegemonias" assume então, na prática, o caráter de luta contra este "complexo de trincheiras" da classe dominante. Para Gramsci, os dominados só podem se contrapor a este aparato com base na construção da sua própria independência política e teórica. É a isto que ele se refere com o termo "espírito de cisão":

> "O que se pode contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O **espírito de cisão**, isto é, a **conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica,** espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isso requer um complexo trabalho ideológico, cuja **primeira condição é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana**"[38]

"Espírito de cisão" significa o princípio, simultaneamente teórico e político, da estruturação de uma visão de mundo ("consciência da própria personalidade histórica") e, conseqüentemente, de um projeto político antagônico à *Weltanschauung* dominante. É com base no "espírito de cisão" que se pode organizar o trabalho contra-hegemônico de "esvaziar" o campo inimigo do "seu elemento de massa

[35] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 1. Op. cit., p. 97.
[36] Idem, ibidem, p. 114.
[37] GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 2, op. cit., p. 78.
[38] Idem, ibidem, p. 79, grifos meus.

humana". Ele é, portanto, um componente necessário do trabalho dos intelectuais orgânicos da classe subalterna.

Por outro lado, para as classes subalternas, a elaboração dos intelectuais orgânicos é um processo que se dá "diretamente no campo político e filosófico", isto é, somente na medida em que estes "organizadores e dirigentes" estão efetivamente engajados na disputa de hegemonias e na sistematização e difusão da sua (da classe) visão de mundo.

> "Para alguns grupos sociais, **o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos**, que **se formam assim**, e não poderia deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, **diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva**"[39].

Por várias razões os intelectuais orgânicos, neste caso, não podem cumprir seu papel, isto é, organizar a classe, prescindindo de explicitar conscientemente a condição de classe. Esta mesma condição se põe, integralmente, para os projetos políticos formulados por eles. Eis uma das conclusões que queríamos sublinhar. Um dos momentos da crítica do senso comum informada pelo "espírito de cisão" tem de ser, forçosamente, a denúncia do dispositivo de ocultação da origem de classe do pensamento burguês. Mas esta denúncia só mantém sua força crítica desde que construída a partir do pressuposto contrário, ou seja, da explicitação consciente da própria origem de classe da crítica. Mais que isso: vimos que a consciência de classe ("crítica e coerente") significa a compreensão da totalidade das relações sociais das quais a classe faz parte. É, pois, uma condição para o desenvolvimento da consciência de classe operária – em termos gramscianos, para o desenvolvimento da "autoconsciência crítica" – que a própria condição de classe seja compreendida dialeticamente: em contradição com outras classes e em movimento permanente de superação. O "espírito de cisão" é um momento necessário deste desenvolvimento. A ocultação do caráter de classe nos projetos políticos é um sintoma de que tais projetos permanecem aprisionados no horizonte das relações burguesas, ainda que representem negações práticas reais de aspectos parciais dessas relações. Sintoma, portanto, de que o trabalho dos intelectuais, em tais casos, não produz a organização da classe na perspectiva da autoconsciência crítica, isto é, de que não se trata mais da atividade que é a própria essência da função dos intelectuais orgânicos das classes

[39] Id., ibid., p. 24, grifos meus.

subalternas. Foi precisamente isto o que ocorreu com o projeto político da Articulação e da Democracia Radical.

Contraditoriamente, pode ocorrer que esta ausência de organicidade dos projetos políticos, no segundo sentido que definimos para o conceito de orgânico, que é o de organizador da classe, conviva com uma organicidade efetiva no sentido do primeiro registro, de vivência das situações existenciais concretas da classe. Os muitos casos de lideranças sindicais que realizam a defesa dos interesses dos patrões no interior do movimento operário são um exemplo flagrante, mas de modo nenhum constituem exceção. Não é surpreendente esta contradição. Ela é a expressão da "consciência contraditória" a que Gramsci se refere e que é, em última análise, expressão da própria existência contraditória da classe operária no capitalismo: necessitar assegurar, freqüentemente mediante luta aguerrida, sua sobrevivência, o que só é possível através da reprodução das relações burguesas, que são, ao mesmo tempo, precisamente as relações que necessita destruir para libertar-se da dominação. Os projetos políticos elaborados por intelectuais que guardam vinculação com o movimento operário nascem no espaço instituído por esta contradição, embora possam lidar com ela de diferentes maneiras ou até ignorá-la. Do ponto de vista da pesquisa histórica, abre-se a possibilidade de observar se e como esta contradição aparece na formulação do projeto. Aqui, porém, já estamos começando a trabalhar com a segunda questão aberta por Rosa Luxemburgo e que pretendemos aprofundar via Gramsci: a relação teoria-prática.

A base sobre a qual, ou melhor, o horizonte dentro do qual os intelectuais elaboram os projetos políticos é a classe concreta que não é, então, pura, mas atravessada por contradições. Quando nos referimos a *movimento* operário, o que "se move" é este todo complexo e, por conseguinte, o seu movimento não pode ser retilíneo e uniforme. Este todo complexo, esta classe pensada em movimento, são realidades que o conceito de *práxis* ajuda a tratar. Ele procura dar conta do problema do sujeito a partir da superação do subjetivismo e do objetivismo. Práxis é o ponto basal de uma teoria do sujeito que o afirma como, simultaneamente, produto e produtor da história, determinado e determinador, sujeito (submetido) *à* história e sujeito *da* história. O processo de autoengendramento histórico do homem se exprime através desta unidade de contrários. Em última instância, é esta dialética que constitui o objeto da História.

A perspectiva analítica aberta pelo conceito de práxis, que coloca o homem histórico no núcleo do processo de produção histórica do próprio homem (ou seja, autoprodução), foi qualificada por alguns autores, inclusive Lukács, como monista.[40] Gramsci entende este monismo como

> "nem o materialista nem o idealista, mas identidade dos contrários no ato histórico concreto, isto é, **atividade humana (história-espírito) em concreto**, indissoluvelmente ligada a uma certa 'matéria' organizada (historicizada), à natureza transformada pelo homem. **Filosofia do ato (práxis, desenvolvimento), mas não do ato 'puro', e sim precisamente do ato 'impuro', real, no sentido mais profano e mundano da palavra**".[41]

Através do conceito de práxis se pode pensar articuladamente as dimensões prática e teórica do movimento operário: o mundo do trabalho, as formas de sociabilidade, a dimensão material da existência e as representações, visões de mundo, projetos políticos, formas de consciência. Em ambas as dimensões se pode detectar a tensão determinado/determinador, *sujeito a/sujeito de*. Relações intensas entre estes dois pólos modelam as configurações do movimento ao longo da sua história que é, não esqueçamos, a história de suas relações dentro da e com a totalidade. *Dois pólos*, duas *dimensões*, estas palavras podem levar a supor uma relação de exterioridade entre teoria e prática, mas não é absolutamente o caso. O que se procura com o conceito de práxis é justamente a unidade dialética desses momentos que, precisamente em suas relações recíprocas, são constitutivos do movimento operário:

> "Dado que não pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência, e vice-versa), toda contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contra-senso".[42]

A "autoconsciência crítica" de que fala Gramsci, e que assimilamos à noção de consciência de classe, corresponde à crítica do senso comum num outro sentido além do que já apontamos, de superação dos elementos dominantes da visão de mundo burguesa. Ao mesmo tempo ela é a sistematização crítica da consciência do homem de massa que está "implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade".[43] É, pois, consciência

[40] Cf. LUKÁKS, G. *História e Consciência de Classe*. Op. cit.
[41] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 1. Op. cit., p. 208, grifos meus.
[42] Idem, ibidem., p. 408.
[43] Id., ibid., p. 103.

elaborada a partir de referências à situação objetiva, ao mundo da prática. A crítica do senso comum é, sobretudo, crítica da práxis, "filosofia do ato impuro". Está, então, dialeticamente enredada no movimento histórico, vale dizer, na práxis que é a da própria classe, não é "trazida de fora". Ou talvez fosse mais apropriado reconhecer que as categorias "fora" e "dentro" assumem aqui um significado distinto do que têm no pensamento de Kautsky, o que abriria uma outra discussão.

Aparece agora toda a extensão do significado da expressão *Filosofia da Práxis*, que Gramsci usa para designar o marxismo. Exatamente como Lukács, Gramsci identifica o marxismo como o elemento axial da consciência de classe. Mas seu argumento, que não se opõe nem exclui o de Lukács, tem a ver com a noção de que a superação do senso comum não corresponde à substituição de uma visão de mundo ingênua por outra, exterior. O que ocorre é uma superação no sentido dialético (*Aufhebung*), que é a elaboração de uma nova visão de mundo a partir da crítica da práxis. De passagem, registre-se que um dos mais importantes ganhos trazidos pela concepção gramsciana do marxismo é a abertura de uma problemática "pedagógica" para a ação política, a discussão dos processos reais de construção da consciência de classe e o papel dos intelectuais. Ora, o marxismo seria o instrumento dessa crítica, seria filosofia da práxis.

O conceito de práxis facilita a formulação da nossa última hipótese conceitual. O esforço é o de pensar a questão da elaboração dos projetos políticos sem perder de vista a existência real da classe, com suas contradições e com as possibilidades nelas inscritas. Por toda a sua heterogeneidade constitutiva e pela relação conflituosa com a visão de mundo burguesa, a classe trabalhadora, através de seus intelectuais orgânicos, produziu historicamente projetos políticos que são expressões dessas condições. Os projetos políticos são momentos do movimento operário, como já vimos. Para além da sua existência como coisa dada, formulação expressa, documento, que é o material com o qual o historiador precisa trabalhar, o que existe, embora não apareça imediatamente, e precisa ser levada em conta pelo historiador, é a práxis do grupo social dentro do qual o projeto foi gestado.

Mas ao nos referirmos à práxis do movimento operário real é preciso notar que ela se constrói a partir da interação de duas ordens de condições dialeticamente relacionadas. De um lado as condições materiais, isto é, o plano material da existência e as relações sociais, que se defrontam aos sujeitos como "coisas", como se possuíssem uma materialidade pétrea, natural e insuperável. Assim, incluem-se nas

condições materiais a experiência das ações e lutas concretas que interferem e alteram esta materialidade. De outro lado as condições não materiais, os significados construídos, a reflexão e sistematização das experiências, o aprendizado, a consciência. Novamente é preciso cuidado com as expressões "de um lado" e "de outro lado". Estamos falando de momentos internos da práxis, não de pólos separados. Neste segundo grupo de condições, chamadas aqui de "não materiais" (mas que envolvem a materialidade necessária ao seu próprio engendramento prático), estão tanto a construção da subjetividade, singular e coletiva, quanto a função intelectual, que é, portanto, um momento constitutivo da própria práxis, porque constitutivo da sua consciência (que, por sua vez, não existe separada ou em outro lugar que não o lugar da experiência concreta).

Um projeto político não é, portanto, uma decorrência direta ou não mediada das condições concretas (isto é, materiais) da luta de classes, visto que sofre, em sua elaboração, a mediação dos intelectuais. Estes, por sua vez, não são um grupo social à parte ou acima das lutas de classes, como vimos. Os intelectuais são os construtores dos projetos políticos, e são alcançados pela pesquisa assim que a investigação histórica dos projetos tais como formulados e expressos passa, como não poderia deixar de ser, pelo questionamento sobre o seu processo de elaboração real (é o que os historiadores, seguindo a antiga tradição hermenêutica, chamam de crítica externa dos documentos). O que nossa reflexão autoriza a supor é que, do ponto de vista da elaboração do projeto, a questão decisiva a considerar é a da natureza das relações intelectual/classe, o nível de compromisso orgânico. E já vimos que a questão da organicidade precisa ser tratada no seu duplo registro, a saber, de vinculação efetiva e vivenciada com a classe e de organização da classe com base na "autoconsciência crítica".

Do ponto de vista da apresentação dos projetos perante a classe, e das estratégias de convencimento associadas a ele, a questão é bem diferente. É verdade que o processo de elaboração de projetos políticos orgânicos, por si só, produz alguma legitimidade que se traduz num nível de consenso ao menos para os setores da classe mais diretamente ligados àquela elaboração. Mas no terreno das lutas de hegemonias existem, efetivamente, vários outros mecanismos à disposição capazes de produzir consenso em torno de projetos políticos e visões de mundo diferentes que, não raro, ocultam sua condição de classe ao mesmo tempo em que circulam espetacularmente pelos meios de comunicação de massas. Portanto a construção

social da legitimidade de um projeto (aceitação de sua etiqueta como "de esquerda", por exemplo) nada assegura em termos de sua vinculação orgânica com os trabalhadores.

Devemos agora retornar ao nosso objeto de estudo, a fração da esquerda brasileira que se organiza através do que se tornou o "campo majoritário" do PT. Na medida em que estes grupos se apresentam como construtores e difusores de um projeto político, a abordagem histórica pode pautar-se pela problemática gramsciana dos intelectuais. Sobre alguns desses intelectuais pode-se dizer que foram criados "de modo orgânico" pela classe trabalhadora, emergindo da própria classe e assumindo tarefas de organização e direção das lutas que compuseram parte essencial da experiência de ser trabalhador no Brasil recente. O período que começa com as greves de 1978 e se estende até a campanha eleitoral de 1989 foi particularmente rico em experiências, proporcionando não apenas a formação de novas gerações de dirigentes e organizadores políticos, mas também a incorporação de militantes que vinham de experiências anteriores, dado que, obviamente, a história da classe trabalhadora e de suas lutas não começava ali. Outros desses intelectuais são provenientes dos setores médios intelectualizados, a *intelligentsia*, que foram atraídos pela força centrípeta do movimento dos trabalhadores naquele período. Tornaram-se, igualmente, dirigentes e organizadores políticos da classe: "um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo".[44] É possível afirmar que a base militante, os quadros intermediários e vários dirigentes da Articulação têm um perfil que se aproxima do primeiro grupo, enquanto o PRC/Nova Esquerda se enquadra melhor no segundo perfil, mas esta caracterização não pode ser tomada de forma absoluta.

Esta questão, que reputamos central, da organicidade dos intelectuais de esquerda, desdobra-se no duplo registro do sentido de "orgânico" acima mencionado. Neste capítulo, no entanto, trataremos somente do segundo registro. Quanto a este aspecto, ambos os grupos procuraram cumprir, no primeiro período (1979-1987/89) o papel de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora: foram os construtores de um projeto político que visava organizar e dirigir a classe para a luta política e que concebia a luta política como questionamento e desafio à dominação de classe. É

[44] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 2, op. cit., p. 24.

preciso reconhecer essa postura, independentemente de endossarmos suas formulações anteriores ou, ao contrário, de apontarmos para diversos de seus equívocos. Já tratamos disso nos capítulos da I Parte deste texto. A tarefa agora é compreender o que se passou com os vínculos orgânicos destes intelectuais com a classe trabalhadora no período seguinte (1990-1998). Tudo o que vimos nos capítulos 4 e 5 indica uma ruptura completa do elo orgânico entre a *esquerda nova* e a classe trabalhadora. O ponto de chegada da reviravolta teórica e programática realizadas pelas duas organizações está situado do outro lado da fronteira de classe, no interior da visão burguesa de mundo. O pós-modernismo é um dos elementos propulsores da crítica dessa esquerda ao marxismo e é parte importante do seu novo projeto político. É dele que tratamos a seguir.

## 6.2 - O PÓS-MODERNISMO COMO CRÍTICA DA "MODERNIDADE"

O objetivo aqui é preparar os elementos que vão revelar as homologias existentes entre os escritos dos autores clássicos do pós-modernismo e o novo projeto político das organizações estudadas, que inclui a recusa às referências marxistas como um de seus elementos centrais. Não se trata, portanto, de analisar o próprio pós-modernismo como um fenômeno cultural (isto será feito, ainda que em caráter preliminar, no capítulo 8), mas somente de apanhar os eixos gerais das reflexões feitas por autores pós-modernos sobre o que eles próprios definem como "crise da modernidade".[45] Uma vez que estas teses pós-modernas *clássicas* deram início a importantes polêmicas, algumas das objeções erguidas contra elas são mencionadas no texto, sem aprofundamento. Ao longo do capítulo não será observada nenhuma distinção particular entre os termos pós-modernismo, pós-moderno (que aparece ora como substantivo, ora como adjetivo) e pós-modernidade, pensada sempre como um conjunto de *determinadas atitudes culturais* e nunca como distinções de caráter temporal ou de época. Pós-moderno e seus cognatos significam, aqui, apenas aquilo que foi pensado ou proposto pelos intelectuais classificados como pós-modernistas. A hipótese, assumida por vários pós-modernos e até por autores marxistas, de que

[45] Ao longo desta seção e da próxima, recupero reflexões desenvolvidas numa etapa anterior desta pesquisa. Cf. COELHO, Eurelino. *Socialismo Científico e Modernidade: uma crise combinada no pensamento da esquerda.* Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFPE, Recife, 1997, mimeo.

estamos diante de uma nova época na história da humanidade (da qual o pós-modernismo seria a face cultural) será objeto de discussão no capítulo 7.

Muitas revisões de literatura sobre o pós-modernismo começam pela obra de Jean-François Lyotard, e com boas razões. A publicação original do seu ensaio sobre a "Condição Pós-Moderna" é de 1979, e desde então tem exercido grande influência sobre as discussões a respeito do pós-moderno. A questão central para este autor é a da fundamentação da legitimidade dos discursos, particularmente dos discursos científicos, no contexto de uma sociedade na qual os vínculos entre os indivíduos já não seriam modernos. Isto quer dizer que eles já não poderiam ser sociologicamente representados pelo funcionalismo ou pelo marxismo, os dois grandes modelos modernos de representação do vínculo social, mas apenas através de jogos de linguagem, que posicionam os indivíduos como remetentes, destinatários ou referentes. Os diferentes jogos de linguagem possuiriam suas próprias regras, que não poderiam ser "traduzidas" de um jogo para outro (o que é reconhecido como válido no âmbito, digamos, da ciência, pode não ter nenhuma validade ou não fazer qualquer sentido para a religião).

O procedimento tradicional de legitimação da ciência, segundo Lyotard, era a de uma remessa a jogos de linguagem externos à própria ciência. A natureza do discurso científico, denotativa, não admitiria no seu interior a estrutura do relato, que dispensaria a apresentação das provas. No entanto, paradoxalmente, é aos relatos que a ciência teria de recorrer para justificar a sua própria existência, a validade dos investimentos aplicados no desenvolvimento das pesquisas e das instituições acadêmicas:

> "O saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro saber sem recorrer ao outro saber, o relato, que é para ele o não saber, sem o que é obrigado a se pressupor a si mesmo e cai assim no que ele condena, a petição de princípio, o preconceito".[46]

Os dois tipos básicos de relatos de legitimação da ciência seriam, para Lyotard: uma narrativa política, desenvolvida a partir da Revolução Francesa, e outra filosófica, na qual Hegel é a referência central. A primeira é a narrativa da emancipação, "tem por sujeito a humanidade como herói da liberdade",[47] e nela a ciência se justifica na medida em que colabora para o contínuo progresso rumo à

[46] LYOTARD, Jean-François. *O Pós-moderno*, 4ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1993, p. 53.
[47] Idem, ibidem, p. 58.

libertação da escravidão e opressão. A segunda é de natureza especulativa, nasce da função reflexiva do saber filosófico que avoca para si a prerrogativa de

> "dizer o que é o Estado e o que é a sociedade. Mas não pode desempenhar este papel senão mudando de patamar, (...) deixando de ser o conhecimento positivo do seu referente (...) e vindo a ser também o saber destes saberes, isto é, especulativo. Sob o nome de Vida, de Espírito, é a si mesmo que nomeia."[48]

Em ambos os casos, a fonte de legitimação seria uma narrativa, um jogo de linguagem diferente e não traduzível para a linguagem científica. O que caracterizaria a condição pós-moderna é a perda de credibilidade dos grandes relatos legitimadores, tanto o especulativo quanto o de emancipação. Este é o ponto nodal da tese, mas o autor não se preocupa em explicar a gênese deste fenômeno.

Os jogos de linguagem proliferariam sem controle externo e sem que haja meios de estabelecer uma linguagem universal, ou meta-linguagem, que proporcionasse um ponto de vista superior. Cada jogo é irredutível, intraduzível:

> "Não se poderia assim julgar nem sobre a existência nem sobre o valor do narrativo a partir do científico, nem o inverso: os critérios pertinentes não são os mesmos para um e outro. Há, apenas, que se admirar com estas variedades de espécies discursivas, como se faz com as espécies vegetais e animais. Lamentar-se sobre a 'perda do sentido' na pós-modernidade seria deplorar que o saber não seja mais principalmente narrativo. É uma inconseqüência."[49]

A última parte da citação deixa claro que Lyotard sente-se confortável na condição pós-moderna. E com efeito: "A própria nostalgia do relato perdido desapareceu para a maioria das pessoas".[50] A performance, o desempenho em dar lances inovadores nos jogos de linguagem, medido por quantidade de informação movimentada, substituiria as narrativas mestras na função legitimadora. A busca de consensos perderia o sentido. Não caberia mais a pergunta "isso é verdadeiro?", mas apenas "isso serve?" ou "pode ser vendido?". É na proliferação dos jogos de linguagem, e portanto na produção de dissensos, paralogias, desempenhos, que se realizaria a legitimação pós-moderna.

No seu todo, a tese de Lyotard não resiste bem às críticas que lhe tem sido postas. Steven Connor aponta a fragilidade da tese de Lyotard na ausência de explicações sócio-históricas ou filosóficas para o advento do descrédito das

[48] Id., ibid., p. 62-3.
[49] Id., ibid., p. 49.
[50] Id., ibid., p. 74.

narrativas.[51] Poderíamos acrescentar que não há porque não admitir a possibilidade de "tradução" entre as diferentes linguagens, uma experiência, aliás, comum no mundo contemporâneo. Outra afirmação difícil de sustentar é a de que as supostas fontes de legitimação da ciência moderna - as "narrativas" especulativa e de emancipação - possuiriam estrutura semelhante às narrativas míticas (ele usa o exemplo dos relatos dos Cashinaua).

Não é este o lugar para proceder ao desmonte sistemático do argumento de Lyotard. No capítulo 8 apresentaremos um referencial crítico um pouco mais abrangente, mas por hora queremos apenas identificar elementos do pós-modernismo. Quanto a isso, o texto de Lyotard é muito rico.

O primeiro elemento constatável é o reconhecimento de que o pós-moderno abandona um dos valores mais caros ao Iluminismo, o da *emancipação*. Isto pode ser aceito sem o contrapeso da teoria dos jogos de linguagem, isto é, sem que o consideremos como uma "narrativa". Que a idéia de emancipação esteja imbricada na modernidade, qualquer leitor de Kant, Hegel, Marx, Rousseau, Freud, para citar ao acaso os autores que habitualmente são considerados como modernos, pode comprovar facilmente. Que ela não representa mais um valor para o pós-modernismo, Lyotard exemplifica com a sua própria posição, sem nostalgias. Não está sozinho nisso, como veremos.

Aprendemos que o pós-moderno significa proliferação de dissensos, explosão de paralogias. Vimos que, para o autor d*'O Pós-moderno*, esta proliferação é a contrapartida da impossibilidade da linguagem universal. Guardemos também esta recusa pós-moderna a este outro princípio, o *universal*.

Por fim, é importante reter a noção de que a *performance*, que Lyotard considera como a capacidade de gerar novos "jogos de linguagem", cumpre um papel central no pós-modernismo, nos termos do autor, o de legitimação. A problemática da legitimação, Lyotard não o ignora, não nasce com os pós-modernos. Acompanha a história do conhecimento desde, pelo menos, os pré-socráticos. Não existe motivos para não acolhê-la na formulação da questão da performance, que parece ser - assim afirma o autor - uma característica marcante do pós-moderno. Seja: *o pensamento pós-moderno emprega a performance como estratégia de legitimação*. Voltaremos também a esta hipótese.

---

[51] Cf. CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna*, 2ª ed., São Paulo, Loyola, 1993.

Jean Baudrillard é outro autor identificado com o pós-modernismo. Seu conceito mais citado é o de simulacro. Para ele, a sociedade contemporânea é super-produtora de signos que já não guardam nenhum tipo de vínculo com qualquer referente. A realidade teria desaparecido do horizonte da experiência cotidiana, soterrada por camadas intransponíveis de fac-símiles, simulacros. Quando a realidade se apresenta, seria sempre na forma de uma simulação de si mesma, que ele chama de hiper-simulação.

A teoria do simulacro é aplicada sobre o tema das "maiorias silenciosas": "Todo o confuso amontoado do social se move em torno desse referente esponjoso, dessa realidade ao mesmo tempo opaca e translúcida, desse nada: as massas".[52] Toda expectativa de que as massas reajam a qualquer estímulo, detenham e incorporem qualquer sentido, ou conduzam a "eletricidade do social ou do político" seria sistematicamente frustrada pelo seu persistente silêncio. As massas não poderiam ser alcançadas pelos conceitos, mas somente pelo espetáculo. Deus, por exemplo, a despeito de todos os esforços teológicos (racionalizantes) e catequético-pedagógicos, jamais esteve presente nas massas como uma idéia, mas apenas como prática religiosa, como espetáculo. Do mesmo modo, todos os grandes esquemas da razão

> "só descreveram sua trajetória, só seguiram o curso de sua história no diminuto topo da camada social detentora do sentido (e em particular do sentido social), mas no essencial somente penetraram nas massas ao preço de um desvio, de uma distorção radical."[53]

E, mais abaixo:

> "O que se lhes dá [às massas] são mensagens, elas querem apenas signos, elas idolatram o jogo de signos e de estereótipos, idolatram todos os conteúdos desde que eles se transformem numa seqüência espetacular. O que elas rejeitam é a 'dialética' do sentido."[54]

Baudrillard supõe ter descoberto a impotência da racionalidade, que circula somente onde existe espaço para a vigência do sentido, e que é absorvida, sem resposta alguma, pelo "buraco negro" (a expressão é de Baudrillard) que são as massas. O autor rejeita qualquer explicação baseada em teorias da alienação ou em confusão ou mistificação ideológica. Propõe abordar o fenômeno positivamente, reconhecendo a natureza que é própria, e não acidental, das massas. Isso implica também em assumir que o silêncio, arma absoluta das maiorias "que proíbe que se

---

[52] BAUDRILLARD, Jean. *À Sombra das Maiorias Silenciosas*. 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 9.
[53] Idem, ibidem, p. 13-4.
[54] Id., ibid., p. 15.

fale em seu nome"[55] volatiliza o social e interdita o político. As veleidades de transformação social pela política precisariam ser abandonadas ante o fato de que

> "...o sistema se perpetua sob os mesmos signos multiplicados mas que não representam mais nada e não têm o seu 'equivalente' numa 'realidade' ou numa substância social real: não há mais investidura política porque também não há mais referente social de definição clássica (um povo, uma classe, um proletariado, condições objetivas) para atribuir uma força a signos políticos eficazes. Simplesmente não há significado social para dar força a um significante político.
>
> "*O único referente que ainda funciona é o das maiorias silenciosas*".[56]

Nada haveria de mais anacrônico, diante do predomínio contemporâneo dos simulacros, que os partidos comunistas. Estes "Não crêem no horizonte sagrado das aparências – a revolução é o que quer por fim às aparências – mas somente no horizonte limitado da realidade".[57] O apego moralizante ao valor de uso e a cegueira para a superioridade do valor de troca[58] manifestam a impotência teórica e política dos marxistas. Baudrillard é peremptório: "É o fim definitivo da dialética. O fim da grande promessa marxista."[59]

Os próximos momentos da humanidade serão vividos, segundo este autor, no reverso da explosão que caracterizou o ocidente nos últimos séculos. As energias de expansão estão esgotadas, e é a implosão que vai comandar o processo humano:

> "A implosão é inelutável, e todos os esforços para salvar os princípios de realidade, de acumulação, de universalidade, os princípios de evolução que dependem dos sistemas em expansão são arcaicos, regressivos, nostálgicos".[60]

Em face da implosão inevitável, restariam apenas as alternativas de implosão violenta, catastrófica, ou lenta e progressiva. A segunda possibilidade é anunciada pelas "tentativas de controlar os impulsos anti-universais, anti-representativos, tribais, centrípetos, etc.: as comunidades, a ecologia, o crescimento zero, as drogas".[61]

Não estamos mais diante de uma teoria *sobre* o pós-moderno, como em Lyotard. Baudrillard põe em operação uma *teoria pós-moderna aplicada* a temas do mundo contemporâneo. O simulacro não é uma hipótese sobre as formas de

---

[55] Id., ibid., p. 22.
[56] Id., ibid., p. 21-2, itálico no original.
[57] BAUDRILLARD, Jean. *Partidos Comunistas: paraísos artificiais da política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985, p. 21.
[58] Baudrillard defende a primazia do valor de troca no seu *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, (Rio de Janeiro, Elfos - Lisboa, 70, 1995). Cf. sobretudo a sétima parte, "Para Alem do Valor de Uso".
[59] BAUDRILLARD, Jean. *Partidos Comunistas: paraísos artificiais da política*... op. cit., p. 22.
[60] BAUDRILLARD, Jean. *À Sombra das Maiorias Silenciosas*...op cit., p. 50.
[61] Idem, ibidem, p. 50-1.

legitimação do conhecimento, mas uma teoria sobre o social, ou sobre o seu fim. Talvez a crítica mais contundente ao seu argumento seja a que volta contra ele o seu próprio niilismo. O fim do social significaria, tanto quanto a falência do socialismo, e por razões análogas, a impossibilidade das ciências, como a sociologia, que supunham a existência real deste social – e Baudrillard reconhece isso explicitamente. No entanto, apesar de ser ele mesmo o descobridor desta impossibilidade, seus textos continuam a tentar descrever aspectos *reais* das massas – não apenas a sua neutralidade absoluta, mas a sua forma estatística de expressão.[62] Baudrillard segue fazendo aquilo que demonstrou não ser possível fazer.

Não que esta visível contradição seja incômoda para o autor de *Esquecer Foucault*. Não é ele, mas Derrida quem vai oferecer uma reflexão sobre esta situação desconfortável da crítica pós-moderna, como veremos a seguir. Ao operar, de certo modo, o que Lyotard chama de legitimação pela performance, Baudrillard ignora olimpicamente tanto esta objeção lógica quanto evidências que obrigariam a aceitar como verdadeiras teses em contradição com as suas. A acumulação, ou o que quer que seja o "princípio da acumulação", se compreendida como acumulação de capital, não cessou de se expandir (mesmo que em ritmos mais fracos que os das décadas do pós-guerra) e conserva suas forças explosivas. As massas, se é que permanecem silenciosas por longos períodos, rompem por vezes o silêncio e reverberam a energia, que Baudrillard supõe extinta, do social. Os grandes movimentos de massas que tiveram lugar em vários dos países da Europa Oriental durante a derrocada dos regimes stalinistas estão entre estas evidências. Houve aglutinação de massas em torno de reivindicações políticas ao longo dos anos 80 em quase todos os países que saíam de ditaduras militares, inclusive na Europa. Greves e manifestações gigantescas na França em 1995, centenas de milhares de estudantes concentrados na praça Tien an Men em Pequim, a guerrilha de Chiapas... a tese de Baudrillard não resiste ao confronto com os fatos supervenientes. Dificilmente se pode deixar de admitir que, ao menos nesses momentos, formas de ação política coletiva que Baudrillard declarou extintas foram postos em funcionamento.

Por outro lado, se a cultura do simulacro se reproduz deveras, também é verdade que o mundo contemporâneo se depara com irrupções brutais de realidade

[62]O autor pensa que a única forma de conseguir extrair alguma resposta das massas é através das sondagens e amostragens estatísticas. Cf. BAUDRILLARD, Jean. *À Sombra das Maiorias Silenciosas* op. cit.

não facilmente simuláveis: crises nas redes de proteção social dos países capitalistas centrais, desemprego tecnológico e estrutural, as hecatombes sociais nos países pobres que projetam conseqüências desestabilizadoras por todo o planeta (fluxos migratórios legais ou clandestinos, ameaça aos ecossistemas), são todos momentos em que o que se oferece ao observador, e principalmente ao observador participante, não é simulação, mas a contundência da realidade. A este respeito, não seria ocioso lembrar que a primeira Guerra do Golfo, considerada um ícone pós-moderno por sua estetização dos ataques aéreos ao Iraque e por produzir sensações semelhantes à de um video-game (e não dos horrores de uma guerra) nos telespectadores, não foi um simulacro para todos. Aqueles que estavam sob o fogo da U.S.A.F., os soldados, suas famílias, os jornalistas que cobriam o evento, enfim os que estavam no local ou emocionalmente envolvidos viveram, certamente, uma experiência que não foi simulação. O mesmo se poderia dizer dos efeitos da guerra sobre a economia e a geopolítica mundiais. Não há como aceitar, a não ser por uma petição de princípio e contra as evidências, que toda experiência com o real foi cancelada pelos simulacros.

Em Baudrillard encontramos, assim, uma versão forte de pós-modernismo aplicado. Nela estão bem visíveis alguns elementos que já havíamos observado em Lyotard: o desprezo pelo universal, o desaparecimento do horizonte da emancipação, o estilo de justificação por desempenho. Outro elemento, descobrimos a *impotência da racionalidade* ante as maiorias silenciosas, refratárias à circulação de qualquer sentido. Outros autores apresentarão suas próprias versões para este tema pós-moderno: a mitigação da racionalidade. Um deles é Jacques Derrida.

Alguns analistas, como Andreas Huyssen,[63] salientam as diferenças entre o pós-estruturalismo de Derrida e o pós-modernismo. Mais do que a discussão da condição histórica da pós-modernidade, Derrida trabalha flexionando temas e problemas do próprio modernismo, o que o qualificaria melhor como crítico do modernismo do que como autor pós-moderno. Mas Huyssen faz tal diferenciação porque está convencido de que há uma distinção epocal entre modernidade e pós-modernidade, caracterizado por uma mudança nas formas de percepção estética. Nós, que não consideraremos esta periodização, podemos, sem subestimar as especificidades do pós-estruturalismo, aceitar Derrida como pós-moderno exatamente pelo tipo de crítica à modernidade que ele realiza.

---

[63] HUYSSEN, Andreas. Mapeando o Pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de, (org.) *Pós-modernismo e Política*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

Um caminho para compreender as objeções de Derrida à racionalidade moderna pode ser tomar como guia a sua análise da evolução do conceito de estrutura no interior do estruturalismo. A noção filosófica ou antropológica de estrutura, até algum tempo atrás, teria sido sempre enfraquecida pela imagem de um "centro", um ponto de estabilidade que permitiria a coerência e a organização da própria estrutura. Enquanto esta última era o espaço da mobilidade, onde se dava o jogo e a permuta dos elementos, o "centro" seria uma presença paradoxal, "designava o invariante de uma presença"[64] que poderia se chamar eidos, arquê, ousia, telos, Deus, consciência, homem, etc. Desde que se descobriu que o centro era apenas uma ilusão, desejo de uma imobilidade tranqüilizadora, ter-se-ia restaurado a integridade estrutural da estrutura.

Com o "descentramento", o campo paradigmático universal seria invadido por uma personagem nova e irresistível: a linguagem. Percebeu-se, assim, segundo Derrida, que a estrutura se organiza como um sistema de diferenças, de modo análogo à ordem do signo estudada por Saussure. Não faria mais sentido a busca de uma chave interpretativa ou explicativa, pois não existiria uma estrutura ordenada para ser conhecida a partir de deduções operadas sobre o centro descoberto. Em contrapartida, ganharia força a "*afirmação* nietzscheana, a afirmação alegre do jogo do mundo e da inocência do devir, a **afirmação de um mundo de signos sem erro, sem verdade, sem origem, oferecido a uma interpretação ativa**".[65] Sem erro nem verdade, os signos não estariam mais baseados na estabilidade da relação significante/significado. Os significantes seriam dotados de uma ambigüidade radical, que permite que diferentes significados pleiteiem a legitimidade da significação sem que se possa justificar a decisão por alguma dentre as diferentes pretensões à validade. O que ainda podia permitir alguma estabilidade aos significantes era a remissão a um contexto. Derrida, no entanto, trabalha para "demonstrar porque é que um contexto nunca é absolutamente saturável, ou melhor, em que a sua determinação nunca é assegurada ou saturada".[66]

Ao declarar a impossibilidade de tomar os signos como remessa estável a um referente externo cuja identidade seria conhecida, o pós-estruturalismo de Derrida assume um *anti-essencialismo radical*, que o autor denomina "crítica da metafísica

---

[64] DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 231.
[65] Idem, ibidem, p. 249, itálico no original, negrito meu.
[66] DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Campinas, Papirus, 1991, p. 351.

da presença". Os signos são pura diferença, adiamento, protelação do significado.[67] Tornou-se célebre o uso feito por Derrida da semelhança fonética entre a palavra francesa *difference* e o neo-grafismo (para evitar o termo neologismo, que o autor sem dúvida repreenderia) *differance*, que seria adiamento, retardamento. Derrida chama de "logocentrismo" a ilusão que domina as teorias que tentam valer-se dos signos para chegar à presença do referente e que, por conseguinte, são prisioneiras da metafísica da presença. A crítica do logocentrismo também é feita através da crítica dos modelos de presença baseados no fonocentrismo, isto é, na impressão, causada pela voz, de imediaticidade da significação. O estudo da escrita, enquanto rastro essencial de diferença, descobriria a sua anterioridade frente à voz e debilitaria o imperialismo do fonocentrismo.[68]

Neste cenário, em que a ausência do centro estrutural transforma tudo em ordem do signo, sistema de diferenças, e onde não é mais possível evocar o contexto para reduzir ou controlar a equivocidade dos significantes, percebe-se claramente o apagamento da distinção entre semântica e retórica, da qual dependia a definição de critérios para a verificação da verdade das proposições. A idéia de conhecimento como intelecção do mundo real teria que ser, nesta perspectiva, abandonada. Ou então, o que daria no mesmo, o termo *real* teria de ser desassociado do mundo dos referentes e redefinido como um ente da ordem dos signos. Todavia, não se pense que o autor de *Espectros de Marx* propõe um salto no escuro para fora da filosofia ocidental. O método da desconstrução herdou da bricolagem estruturalista de Levi-Strauss a tentativa de permanecer "sempre fiel a esta dupla intenção: conservar como instrumento aquilo cujo valor de verdade ele critica".[69] Em outro texto, tratando do conceito de experiência em ciência, Derrida condena a crítica ingênua que pretende suspender a experiência para fazer surgir a experiência transcendental. Ele propõe, ao contrário, "rasura", o jogo com os elementos internos do conceito antes de alcançá-lo por desconstrução.[70] Em outras palavras, a desconstrução derridiana pensa a si mesma como não se acomodando no interior das fronteiras culturais da modernidade. Pratica violência contra essas fronteiras, mas sem que isto signifique projetar-se além dos seus limites. A ruptura deve permanecer sempre incompleta. Em alguns momentos,

---

[67] Cf. idem, ibidem, especialmente o capítulo "A Diferença".
[68] No seu livro *Da Gramatologia*, o autor fala de uma arqui-escrita, registro mínimo da diferença que é a natureza última dos signos, base para a crítica do fonocentrismo. Cf. *Da Gramatologia*. São Paulo, Edusp-Perspectiva, 1973.
[69] DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*... op. cit., p. 238.
[70] DERRIDA, Jacques. *Da Gramatologia.* Op. cit.

Derrida usa da expressão *parasitar* para definir o modo como a desconstrução precisa ter consciência de sua relação tensa com o legado do qual quer se afastar, mas do qual depende para continuar a ter existência enquanto reação.

Foram lançadas várias linhas de questionamentos contra as teorias de Derrida. Há imputações de *non-sequitur* sobre os argumentos da crítica da metafísica da presença. Esta, da constatação de que os signos podem proporcionar relações com objetos ausentes (como Deus, numa oração) deduziria equivocadamente a ausência sistemática de todo e qualquer referente, o que, ademais, seria uma afirmação metafísica. Criticou-se também o descuido no rigor da argumentação, e o predomínio de um estilo glamouroso e ultra-previsível, quanto às seguidas refutações do logocentrismo, em detrimento da análise rigorosa. Também há críticas quanto à generalização do modelo lingüístico para as demais esferas da cultura, uma característica de vários estruturalistas presente no pós-estruturalismo de Derrida.[71]

Poderíamos ainda ajuntar uma suspeita quanto a uma outra característica de um certo estruturalismo que sobrevive em Derrida, a saber, a decisão teórico-metodológica de não lidar com hipóteses de causa e efeito. Não é o caso de amarrar as ciências humanas às metodologias de estabelecimento de conexões causais, mas sim de notar que a exclusão contrária é igualmente esterilizante. O modelo derridiano, suspendendo a pesquisa causal, não pode ser explicativo, mas somente descritivo, e não está equipado para enfrentar a questão das mudanças históricas, a não ser em termos de proliferação de significados, que pode ser constatada e descrita, mas não explicada. O processo de mudanças em si mesmo, a tendência ou pressão para que aconteçam transformações históricas, não suscita a sua atenção.

Ernesto Laclau, que incorpora várias influências de Derrida, guarda algumas diferenças importantes para com os pós-modernos Lyotard e Baudrillard. Uma delas é que não se poderia, quando da publicação dos seus principais textos pós-modernos, acusá-lo facilmente de niilismo, pois suas teorias supõem uma prática política, cujas linhas básicas ele e Chantal Mouffe apresentaram em 1985 no seu livro sobre hegemonia e estratégia socialista.[72] O socialismo de Laclau e Mouffe, bem verdade, pretende dispensar a centralidade das classes sociais e se constrói através da

[71]José Guilherme Merquior apresenta uma lista das principais objeções feitas à desconstrução, acrescentando, naturalmente, também as suas próprias. Cf. MERQUIOR, José Guilherme. *De Praga a Paris*. São Paulo, Nova Fronteira, 1991.

[72] LACLAU, Ernesto and MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy; towards a radical democratic politics*. London, Verso, 1985.

elaboração ativa de redes de equivalência entre posições diferenciais (as identidades sociais são contingentes, e não se definem por referência a nenhuma base ou essência ontológica, mas apenas às diferenças entre elas) confrontadas a um antagonista comum. Tal elaboração é o jogo da hegemonia, a estratégia da democracia radical. Permanece, portanto, o engajamento político no horizonte teórico, que continuava inclusive a reivindicar para si a condição de socialista.[73]

Existem outras diferenças, geralmente derivadas do caminho percorrido por cada um deles para acertar contas com as origens marxistas, comuns a todos. A rota de Laclau atravessou uma larga faixa de terreno estruturalista e pós-estruturalista, que deixou suas marcas. Contudo, é possível encontrar pontos de grande proximidade com o pós-modernismo. Ele próprio reconhece que o "...tema da pós-modernidade (...) tem se deslocado para áreas cada vez mais amplas, até tornar-se o novo horizonte de nossa experiência cultural, filosófica e política".[74] A abordagem de Laclau sobre a modernidade sofre, também, influência de Derrida.

Laclau não concorda com a idéia de fim da modernidade:

> "A pós-modernidade não pode ser uma simples rejeição da modernidade; em vez disso ela envolve uma diferente modulação de seus temas e categorias, uma maior proliferação de jogos de linguagem"[75]

Não seria suficiente, portanto, imaginar o descrédito das meta-narrativas para explicar a novidade do pós-moderno. Não seria o conteúdo, mas basicamente o status ontológico das categorias angulares dos discursos modernos que seria erodido pela sensibilidade pós-moderna: "A pós-modernidade não implica uma *mudança* nos valores da modernidade e do Iluminismo, mas sim um particular enfraquecimento de seu caráter absolutista".[76] Dentre os valores enfraquecidos do Iluminismo, veremos que três já são nossos conhecidos.

Laclau retoma a evolução da teoria do signo no interior do estruturalismo para mostrar o aparecimento da categoria "discurso", central em seu próprio esquema teórico. Sob a influência da categoria discurso, as identidades não poderiam mais ser pensadas como inteiramente presentes a si mesmas, mas seriam, ao contrário, sempre

---

[73]Tive chance de analisar algumas das teses desenvolvidas neste livro num artigo, alguns anos atrás. Questionei ali parte dos fundamentos da proposta radical-democrática, e sugeri que talvez não seja adequado denominá-la de socialismo. Cf. COÊLHO, Eurelino. Um Socialismo Pós-marxista? Notas sobre uma proposta de Democracia Radical. *SITIENTIBUS*, 14, Feira de Santana, 1996, pp. 155-180

[74] LACLAU, Ernesto. A Política e os Limites da Modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de, (org.) *Pós-modernismo e Política*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1992, p. 127.

[75] Idem, ibidem, p. 129.

[76] Id., ibid., p. 132, itálico no original.

ameaçadas "por um incompreensível exterior que introduz opacidade e pragmatismo nas supostas imediação e transparência de suas categorias". Vale notar os ecos de Derrida: "Incompreensível exterior" é um outro modo de dizer "contexto não saturado", assim como "identidades não presentes a si mesmas" é uma fórmula para a recusa da "metafísica da presença".

A postulação da opacidade e da contingência radical das identidades combinada à desilusão quanto à cognoscibilidade do contexto acarreta um rebaixamento na credibilidade do conhecimento racional baseado na segurança do conteúdo dos conceitos. Nos termos de Laclau, abre-se "um **abismo intransponível entre o real (no sentido lacaniano) e os conceitos**, enfraquecendo as **pretensões absolutistas** dos últimos".[77] A questão não aparece do mesmo modo que em Baudrillard, mas não há dúvidas de que temos aqui uma nova versão da afirmação de *impotência da racionalidade*. Tratando dos "limites da lógica das fundações", Laclau é ainda mais direto: "O eclipse da fundação priva a razão de sua capacidade totalizante, e apenas (...) o caráter intramundano de toda explicação se mantém. A razão é necessária, mas também impossível". Este seria, precisamente, um dos fatores da desintegração da noção de real e, em seu rastro, o desaparecimento da questão da emancipação. [78] Embora o autor não cesse de advertir que não se trata de abandonar, mas de descobrir a vulnerabilidade dos conteúdos do Iluminismo, não fica claro como ele imagina manter de pé, no seu pós-marxismo ou marxismo pós-moderno, um conjunto de categorias cujos pressupostos foram corroídos. A estratégia é em tudo semelhante à de Derrida: violentar as fronteiras da "modernidade", mas não admitir tê-la ultrapassado.

Outro valor enfraquecido por Laclau e que nos interessa de perto é o de *emancipação*. Num texto publicado em 1994 ele fala da emancipação como "uma noção que é parte do nosso imaginário há séculos e a **cuja desintegração hoje assistimos**".[79] O artigo propõe a existência de seis dimensões para o conceito, e conclui pela impossibilidade de combinar logicamente estas dimensões, o que abre caminho não para a simples recusa da lógica da emancipação, mas ao jogo com os

[77] Id., ibid., p. 138, grifos meus.
[78] LACLAU, Ernesto. Da Emancipação à Liberdade. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de, (org.) *Utopias e Formações Sociais*. Recife, Massangana, 1994, p. 43. Por "caráter intramundano" o autor se refere ao cancelamento, praticado pelo discurso racionalista, de todo recurso a explicações religiosas ou mágicas.
[79] Idem, ibidem, p. 29, grifo meu.

seus elementos e ao descortinar de "novos discursos liberadores" não afetados pelas antinomias da noção clássica.

Laclau reúne ainda um terceiro elemento pós-moderno à sua descrição do decaimento da emancipação. Assim, na sua versão moderna, esta última "está estritamente vinculada ao destino do universal", porque a sua implementação histórica não seria compatível com qualquer agência particularista. Esta era a necessidade da "classe universal", no modelo marxista de emancipação. Ora, o mundo contemporâneo é precisamente o momento em que "o único lugar em que o universal poderia emergir – i.e., a totalidade social – aparentemente desapareceu".[80] Mais uma vez, isso não significa a exclusão do universal e o mergulho num mundo indiferenciado de particularismos. Isso porque cada momento particular faria reaparecer o universal como a negação necessária da sua própria finitude. Só que este universal ressurgido é mais fraco, permanece apenas um significante vazio, não tem nenhum conteúdo, não é saturado. É este vácuo que garantiria a provisoriedade e a incompletude, próprias da democracia tal como concebida por Laclau, que decorrem das limitações insuperáveis das identidades finitas que tentam assumir tarefas universais. Este é o modo como a liberdade e a democracia "suplementariam" a debilitada emancipação, enquanto abandonam a noção de revolução como fundação radical de uma ordem nova:

> "(...) como todos os agentes sociais têm que reconhecer sua finitude concreta, ninguém pode aspirar a ser a verdadeira consciência do mundo. Isto abre caminho para uma interação sem fim entre várias perspectivas e torna ainda mais distante a possibilidade de qualquer sonho totalitário."[81]

Em Ernesto Laclau encontramos um pós-modernismo mais tímido que os de Lyotard ou Baudrillard. A influência do pós-estruturalismo e o afastamento do niilismo político pelo elogio da democracia e pela aposta na prática política são dois fatores que predispunham Laclau a evitar a rejeição radical de toda a herança iluminista. Os temas pós-modernos das crises da racionalidade, da universalidade e da emancipação aparecem, então, na forma de "enfraquecimento do caráter absolutista" dos conteúdos do Iluminismo.

Nossa leitura dos pós-modernos tinha o propósito de capturar seus eixos teóricos mais importantes. Vejamos o que conseguimos. À luz do que foi visto acima,

---

[80] Id., ibid., p. 40.

[81] Id., ibid., p. 43. São evidentes as aproximações com a conhecida teoria de C. Lefort sobre a democracia. Cf. LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.

podemos admitir o pós-modernismo como um pensamento[82] que sustenta uma referência crítica ao legado da modernidade, particularmente do Iluminismo. Tal é a importância da crítica à modernidade na própria essência do pós-modernismo que ele termina por ter uma existência parasitária, nutrindo-se do enfraquecimento do seu hospedeiro, assim como a desconstrução derridiana. Embora haja outras concepções de crise da modernidade, o pós-moderno só existe enquanto referido à crise que ele mesmo anuncia e descreve. É neste sentido que o termo crise da modernidade é tomado neste trabalho como uma categoria pós-moderna. Os modos pelos quais os autores pós-modernos tratam de se afastar dessa herança, e a intensidade com que o fazem são bastante diferenciados, como se viu. Pode-se afirmar que há diversas modalidades de recusa dos postulados centrais do Iluminismo, assim como há mais de uma seleção de quais valores devem ser atacados.

Exitem outras formas, não especificamente pós-modernas, de tratar o tema da crise da modernidade, como as teses de Habermas sobre a crise da racionalidade instrumental. A hipótese controversa de que há uma crise na modernidade não precisa, porém, ser examinada neste trabalho, uma vez que nosso objetivo era conhecer as linhas gerais de um certo conceito de crise da modernidade, o pós-moderno, e verificar sua possível influência no pensamento de um setor importante da esquerda brasileira. Diferentemente de outras críticas da modernidade, que também exploram as suas aporias e descobrem os seus limites, o pós-modernismo elimina qualquer vestígio de nostalgia pela perda das referências ditas modernas. A consciência destes dilemas não é um privilégio pós-moderno, como demonstra Habermas de modo irretorquível,[83] mas a forma de lidar com eles é totalmente diferente. Para citar um exemplo bastante conhecido, Adorno e Horkheimer, no seu *A Dialética do Esclarecimento*, fazem uma descrição dramática das contradições em que se enredou a modernidade. O tom de seriedade das suas denúncias assume o caráter de pura nostalgia se as comparamos à prosa descomprometida com que Baudrillard festeja os funerais do político e do social. Não existe, entre os pós-modernos, nada parecido com a tentativa habermasiana de encontrar saídas para salvar a modernidade de si mesma. Na verdade, a questão de encontrar saídas ou de

[82]"Pensamento" talvez não seja um termo absolutamente correto para nomear um fenômeno cultural complexo, multifacético e que circula com facilidade em tantos espaços sociais. Mas como trataremos dele basicamente ao nível teórico, por sua presença ou ausência nas elaborações políticas da esquerda, é possível defini-lo assim, desde que saibamos tratar-se de um dos aspectos.

[83] Cf. HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa, D. Quixote, 1990.

salvar alguma coisa não pertence ao repertório do pós-modernismo. São considerados ecos do relato de emancipação (Lyotard), ou resistências anacrônicas ao fluxo para a implosão (Baudrillard). Trata-se, isto sim, de esquecer as operações de salvamento e jogar com os elementos em decomposição (Laclau).

Dentre as críticas à modernidade levadas a cabo pelo pós-modernismo, três se destacaram nas nossas análises. Estas três linhas de crítica permitirão reconhecer a presença da noção pós-moderna de crise da modernidade no projeto político que emergiu da reviravolta das tendências que pesquisamos. São eles: *crítica (ou simplesmente recusa) da racionalidade, do universal e da idéia de emancipação*. Já vimos que estes não são pontos de acordo completo entre os autores, mas apenas "quase" consensos, que se manifestam sob diferentes formulações nas obras de cada teórico pós-moderno.

São várias as formas em que aparecem as recusas à racionalidade: ela pode ser a declaração da sua impotência para alcançar as massas, ou pode ser a crítica do logocentrismo e da metafísica da presença, ou mesmo a descoberta da crise da imediação do signo que obriga a rebaixar a confiança na cognição que se apóia no significado do conceito. Em todas as variantes, trata-se sempre de acordar do sonho "imperialista" da razão – e não de desenvolver as potencialidades críticas desta mesma herança cultural. Ao mesmo tempo que o pós-modernismo denuncia as formas de racionalidade associadas às práticas de opressão e violência, renuncia à possibilidade de compreender o desenvolvimento histórico dessas associações através de investigações inspiradas por outras modalidades de conhecimento racional.

A recusa do universal é construída como rejeição às categorias que expressam sínteses estruturantes como totalidade, modo de produção, contexto, classe social. Para o pós-modernismo, todas estas noções não são apenas inúteis, desprovidas de função diante da afirmação da diferença como novo paradigma, da prática do dissenso, da radicalização da singularidade e do evento não deduzível de nenhuma estrutura ou sistema, da proliferação dos jogos de linguagem. Elas também deveriam ser evitadas pelo risco que portam: todo universal é totalitário (exceto, segundo Laclau, se ele for um significante vazio).

O terceiro elemento rejeitado é a idéia de emancipação, a esperança iluminista de que o progresso do esclarecimento proporcionaria a resolução dos principais problemas da humanidade. O sentimento pós-moderno é de que as utopias precisam ser rebaixadas ou eliminadas, porque progresso, ao invés de bem-estar, é responsável

por novas e devastadoras tragédias. O futuro não será alcançado por explosão, mas por implosão. Em política, a emancipação é um conceito em decomposição, deve ser substituída por práticas liberadoras dentro das *regras do jogo* da democracia formal.

Estas três linhas de contestação, postas em movimento por uma estratégia que procura se legitimar pela performance, definem o pós-modernismo no âmbito deste capítulo. Em face destas características básicas, podemos sintetizar o pós-modernismo como a *negação performática do programa de emancipação racional do gênero humano*. Não há necessidade de pretender que estes elementos dêem conta da definição exaustiva do pós-modernismo. O grau de complexidade da tarefa de elaborar um conceito mais abrangente, que resolvesse as muitas questões deixadas em aberto pela literatura, ultrapassa em muito as pretensões deste trabalho. Pretendemos, porém, ter demonstrado que as características evidenciadas são, além de operatórias, legítimas, no sentido de que foram extraídas, em suas variantes, dos diversos textos do pós-modernismo, e representativas, isto é, cada uma delas deixa suas marcas em mais de um texto. Pode-se, inclusive, antecipar que qualquer estudo exaustivo do pós-modernismo deveria levar em conta a necessidade de investigar estas características.

## 6.3 MAIS LONGE DO MARXISMO, MAIS PERTO DO LIBERALISMO.

Num texto recente, Carlos Nelson Coutinho se refere a uma mudança substantiva, processada nas duas últimas décadas do século, na abordagem do tema da democracia por segmentos da esquerda. Quando foi publicado, o seu conhecido ensaio "A Democracia como Valor Universal" procurava "acentuar com ênfase que, *sem democracia, não existe socialismo*", mas "em *nenhum momento* ele sugeria à esquerda que optasse entre democracia e socialismo ou que identificasse democracia com liberalismo". Hoje, lamenta o autor,

> "essa opção e essa identificação – inteiramente despropositadas – tornaram-se moeda corrente entre segmentos e personalidades nada insignificantes da esquerda brasileira, boa parte dos quais, de resto, situava-se em 1979 (...) no campo do chamado 'marxismo-leninismo'."[84]

O tema da democracia é um dos mais importantes, mas não é o único em que se pode observar a reviravolta teórica e programática da Articulação e da DR. Não é

[84] COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a Corrente*. São Paulo, Cortez, 2000.

difícil constatar, à luz do que se encontra na documentação analisada nos dois capítulos precedentes, como todas as referências ao marxismo foram abandonadas pelas duas organizações no seu processo de mudanças programáticas. O novo projeto político formulado por elas não está mais orientado para a identificação das contradições presentes nas relações sociais capitalistas ou para explorar as possibilidades, que elas abrem, de superação histórica do próprio capitalismo. São múltiplas as dimensões da ruptura, e em quase todas elas se pode observar uma característica comum aos vários discursos anti-marxistas desenvolvidos pelos ex-marxistas da esquerda: o que eles exibem como sendo a concepção da qual se afastam é um *espantalho*, uma caricatura que, na maioria das vezes, não corresponde nem mesmo às formas como eles mesmos se apropriavam do marxismo. A rigor é menos apropriado referir-se a este movimento como *crítica*, e muito mais como abandono ou, simplesmente, deserção. O *método do espantalho* mostrou-se, no entanto, eficiente. Vejamos alguns momentos fortes desta retirada.

A própria concepção de história como um espaço de determinações que podem ser investigadas foi descartada pelo novo pensamento de esquerda. As noções referidas às questões de necessidade e determinação foram removidas ou mitigadas pelas noções de indeterminação e contingência, sob a alegação de que a única lei que a história "realmente respeita é a de que sempre acontece o imprevisível e imponderável".[85] Não se trata apenas de negar a possibilidade de investigar, através da pesquisa científica, os processos de determinação contraditória dos eventos históricos, e de conceber a política como um espaço atravessado por aquelas contradições. Afirma-se mesmo a inexistência de qualquer determinação. Pensar o ser humano na esfera da liberdade excluiria a determinação em qualquer instância do movimento da história, que passa a ser vista como "o lugar onde é possível criar sentido para aquilo que, em si mesmo, nenhum sentido possui".[86] É evidente que este ser humano pensado "na esfera da liberdade" só pode ser o indivíduo idealizado como ser dotado da capacidade plena de fazer escolhas. Encontramos aqui, pois, o indivíduo concebido segundo a visão liberal.

Por seu turno, a dialética entre as forças produtivas e a relações sociais de produção não poderia mais ser tomada como elemento dinâmico no movimento

[85] MERCADANTE, Aloísio. O Vento e a Vela. *Teoria & Debate*, 7, jul-set 1989, p. 18
[86] ROLIM, Marcos. Reflexões Críticas sobre o Marxismo. In: FRANCO, Augusto de et. al. *O PT e o Marxismo*. Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1991, p. 31.

histórico da humanidade. Ao contrário, interpretado em perspectiva economicista, o conceito de forças produtivas é derrogado juntamente com a idéia iluminista de progresso. E ainda se disseminou nessa esquerda a convicção de que, sob muitos aspectos, o progresso "não colocou a humanidade mais perto do 'socialismo' ou do 'comunismo', e sim mais longe".[87] A idéia de transição ao socialismo, quando ainda aparece, não poderia mais ligar-se à expectativa de uma crise deflagrada pela contradição entre as relações de produção e as forças produtivas, tanto mais porque o capitalismo dos dias de hoje teria provado ser capaz de desenvolver ambas simultaneamente.

Quanto ao agente subjetivo interpelado pelo novo projeto, a mudança de perspectiva é ainda mais drástica. Os trabalhadores teriam perdido a sua condição de classe revolucionária, seja por terem dificuldades de elaborar a sua própria identidade face às modificações na esfera produtiva, seja porque, lutando em defesa exclusiva de seus interesses de classe, não estariam à altura de conceber o projeto de uma sociedade nova, sem classes. A própria idéia de uma sociedade nova passou a se confundir, cada vez mais, com alguma forma de "capitalismo organizado" e o socialismo ou ficaria relegado a um longo prazo sem conexão visível com o presente ou simplesmente desapareceria do projeto. Em qualquer dos casos, as duas correntes parecem convencidas de que a condução de uma política de esquerda depende de atores com motivações distintas das dos interesses dos trabalhadores, que atuariam segundo uma lógica diferente da luta de classes e num espaço que poderia ser denominado, segundo uma das vertentes, a "nova esfera pública".

Uma vez abandonado o critério de classe como balizador da ação política, não há mais qualquer sujeito político cuja condição de classe represente algum tipo de prioridade, e a política de esquerda deveria ser pautada, então, pela resolução democrática dos conflitos, incluindo aí o abandono da perspectiva de eliminação do adversário. A *esquerda nova* está de tal modo convertida à visão liberal de democracia que lhe pareceu óbvio, como vimos, recusar a ditadura do proletariado com argumentos que dizem respeito somente às formas políticas e que silenciam quanto ao conteúdo de classe que se expressa nessas formas. Uma vez que a política passa a ser compreendida não mais como dominação de classe, mas como regramento do convívio entre sujeitos cujas diferenças servem para situá-los em posição de

[87] GENRO, Tarso. *Utopia Possível.* Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1994, p. 96.

equivalência, não faz mais sentido privilegiar a classe subalterna como destinatária do discurso político da esquerda. Na verdade, a obtenção de sucessos eleitorais, que ocupava agora o centro da estratégia da *esquerda nova*, passou a ser buscada mediante a diluição dos conteúdos de classe dos programas eleitorais, substituídos por pautas amplas, "para todos". Mesmo quando figura ainda nos discursos, a classe aparece desacompanhada da luta de classes. Nisto reside o traço mais importante da reviravolta teórica e programática: o objetivo de construir a "**conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica"** da classe trabalhadora foi cancelado do projeto político das tendências do campo majoritário.

Deve-se notar que o mercado foi reabilitado pelo novo projeto, enquanto o planejamento centralizado passou a ser acusado de ineficiência e de gerador de privilégios e dominação. Um dos argumentos para a rejeição do planejamento foi extraído da crítica ao ultrarracionalismo e à mentalidade cientificista que lhe seria subjacente. A melhor opção para gerir a alocação de recursos e comandar a economia em geral parece ser, para essa esquerda, o mercado socialmente regulado, mas não necessariamente pelo Estado, e sim preferencialmente por um setor público não-estatal. Alguns documentos pesquisados chegam a defender o mercado como uma alternativa democrática de controle econômico, por oposição ao autoritarismo do planejamento.[88] A permanência do mercado significa, de um lado, que o projeto de abolir a propriedade privada dos meios de produção não é mais um objetivo, e de outro que o controle da economia pelo produtores associados através do planejamento não figura mais entre as metas perseguidas.

Também pode-se observar como o ideal de igualdade, como expressão da luta pela extinção das classes, foi secundarizado. Na verdade a recusa aberta do igualitarismo, tal como vimos ser feita por José Genoíno,[89] não é muito freqüente nos setores de esquerda que pesquisamos. Mas o elogio da diferença, do particular, do que não é redutível a formas ditas tradicionais de identidade coletiva (classe social) são obstáculos à vigência da igualdade como valor fundamental, ou ao menos figuram deste modo nas formulações. Deposta a classe universal, a *esquerda nova* trata de

[88]Vale notar que a nova visão do mercado como instância intrinsecamente democrática não é exclusiva das organizações de esquerda que acompanhamos. Num debate promovido pelo CEBRAP sobre o socialismo, o cientista político Fábio Wanderlei Reis sustenta uma "concepção ampliada de mercado" e defende a superioridade da liberdade, encarnada nesta instituição, sobre a disciplina, representada pelos regramentos. Cf. REIS, Fábio Wanderlei. Adeus ao Socialismo? *Novos Estudos CEBRAP*, 30, jul 1991, pp. 7-42.

[89] GENOÍNO, José. *Repensando o Socialismo.* 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991.

advogar a parcialidade radical e intransponível de qualquer concepção sobre a humanidade. Ainda mais, a definição de democracia como forma de convivência regrada entre os diferentes e de resolução de conflitos (isto é, o endosso à concepção liberal de democracia) é o coroamento de um projeto político que requer não mais a igualdade real dos indivíduos, pensada agora como atentatória às liberdades individuais ou que é descartada para o plano do ilusório, mas sim a igualdade puramente formal do ponto de vista da investidura em direitos de cidadania.

Uma vez que se aceita a premissa de que o adversário político não pode ser eliminado, é preciso renunciar ao objetivo de eliminar a existência das classes sociais ou, ao menos, ao uso da política para tal finalidade. Destruir o inimigo de classe é o objetivo estratégico de qualquer proposta socialista marxista, mas, como lembra Gramsci, "por 'destruição de exército inimigo' (objetivo estratégico) não se entende a 'morte dos soldados, mas a dissolução de seus laços como massa orgânica'".[90] Este objetivo simplesmente desapareceu para a *esquerda nova*. Algo de semelhante decorre da submissão ao princípio da alternância no poder, nos moldes previstos pelas instituições atuais. Perfeitamente coerente com a lógica liberal que pretende que o governo equivale ao poder, este postulado oculta os fundamentos reais do poder na esfera da 'economia' ou da 'sociedade civil'. *Este* poder, entretanto, não é alcançado pela alternância de governos. Concebido desta forma, este princípio não é compatível com a perspectiva de derrotar a classe dominante e dar início à construção de outras relações sociais, ou seja, de empreender uma real mudança na estrutura do poder. Nestes termos, ele é a contrapartida lógica do abandono da perspectiva da revolução. Uma vez que os fundamentos sociais do poder de classe não são mais questionados, a alternância corresponde apenas uma outra forma de reconhecer como legítimos e democráticos os governos das forças comprometidas com a exploração.

Removidos estes elementos, nenhuma chance resta para a vigência de referências ao marxismo nos programas da Articulação e da DR. Esta é a verdadeira face da crise do marxismo que pesquisamos aqui: os seus fundamentos, quaisquer que fossem os modos particulares em que tinham sido aceitos até então, foram banidos do projeto de ambas as organizações, que passaram a investir na elaboração de outros marcos para seus projetos políticos. A noção hegelo-marxista de *consciência da*

[90] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3., op. cit., p. 88-9. A frase é uma citação feita por Gramsci retirada de um livro de um certo General de Cristoforis. Gramsci entende que "a fórmula é feliz, e também pode ser empregada na terminologia política".

*necessidade* desapareceu com o torpedeamento da própria idéia de necessidade, substituída por contingência, indeterminação, liberdade. A fração da esquerda que estudamos esticou a recusa à idéia da inevitabilidade do socialismo até o ponto em que nenhuma necessidade histórica pode ser reivindicada para o projeto socialista que, se e quando é ainda proposto, é apoiado em justificativas puramente éticas, de foro individual, e submetido às instituições já constituídos e permanentes, vistos agora como sinônimos de... democracia. No discurso da *esquerda nova* isso aparece, às vezes, na forma de um socialismo como possibilidade aberta à escolha livre dos cidadãos, contraposto à noção de necessidade de socialismo. Ou então o objetivo socialista é simplesmente cancelado, substituído pela afirmação pura e simples da democracia, ponto alcançado pela DR.

Também sucumbe a acepção de consciência, que é a outra perna do conceito de *consciência da necessidade*, ante as críticas ao cientificismo e à reivindicação da fundamentação da política na opinião. Já que a indeterminação é a principal constituinte da história, a ciência é impotente para explicá-la e, portanto, a proposta marxista de socialismo científico como investigação das condições históricas do ato revolucionário, que proporcionaria a consciência destas condições ao sujeito proletariado, seria inteiramente descabida. Para a *esquerda nova*, nem a ciência pode tanto, nem a consciência política haure sua inspiração de semelhantes pesquisas.

O rompimento com as referências ao marxismo é resumido aqui, como se viu, a partir da reconstituição de momentos argumentativos dispersos ao longo de uma extensa base documental produzida pela Articulação e pela Nova Esquerda/DR durante os anos 90 e analisada nos dois capítulos anteriores. Em alguns poucos documentos, no entanto, é possível visualizar a conjunção de quase todos esses elementos e a sua operação combinada no esforço declarado de negar um projeto político e propor um outro. Este é o caso específico de um trabalho elaborado por Augusto de Franco por ocasião dos debates preparatórios do I Congresso do PT, em 1991, ao qual ele deu o título de "O Novo Socialismo Utópico".

Escrito para a discussão sobre o caráter do socialismo a ser defendido pelo PT, o texto propõe explicitamente passar de volta do "Socialismo Científico ao Socialismo Utópico".[91] Tanto os pressupostos filosóficos quanto a ideologia e os padrões de comportamento atinentes à "doutrina do socialismo científico - principal

[91] FRANCO, Augusto de. *O Novo Socialismo Utópico*. São Paulo, Thomé das Letras, 1991, p. 7.

responsável pela vulgarização do marxismo" estariam, segundo ele, em crise. Recorrendo ao *método do espantalho*, Franco afirma que esses pressupostos estariam na base de modelos de comportamento político que estão falindo e de mitos nos quais ninguém mais acredita: mitos da marcha inexorável rumo ao socialismo, do socialismo científico como base teórica para uma política científica, da possibilidade do conhecimento e do decorrente controle das leis da história pela humanidade autoconsciente, da emancipação que promoveria o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.

> "Hoje um número cada vez menor de pessoas crê nestes mitos. De sorte que eles estão deixando de cumprir o papel axiológico-normativo, que desempenhavam na ideologia comunista tradicional, de impelir a ação transformadora".[92]

Um dos argumentos mais insistentemente defendidos por Franco é a retomada da política como esfera da opinião (*doxa*) e a exclusão de qualquer relação com o conhecimento científico "por perceber que esta é uma das formas anti-democráticas baseadas na crença da incapacidade dos governados de se autodirigirem".[93] Enquanto a ciência se ocupa de estudar o que se esconde além do aparecer dos objetos, em política

> "a realidade é tudo aquilo que se dá no eixo do aparecer, da manifestação. Na esfera teórica, o acesso ao ser pressupõe o abandono do plano em que ele aparece. Na esfera política, o ser não é separável de sua manifestação: ele só existe politicamente quando se manifesta, pois um ser não manifestado, solipsístico, por definição escapa ao âmbito da política" [94].

Embora não seja o caso de estender aqui o debate epistemológico, cumpre ao menos registrar que o autor faz uma apropriação estranha da dialética do ser-aparecer, cujo debate vai longe na história da filosofia. O contraponto dele está mal apoiado, porque Marx (com quem ele está discutindo, evidentemente) não pensa em abandonar o plano do aparecer, mas em tomá-lo como simultaneamente falso e verdadeiro, revelador e ocultador da essência. O que a dialética propõe é que o conhecimento não se detenha na aparência, e de modo algum que ela seja descartada. Sem a face

[92] Idem, ibidem, p. 10.
[93] Id., ibid., p. 51.
[94] Id., ibid., p. 53.

sensível, mensurável – aparente – dos seres não seria possível qualquer pesquisa científica.[95]

Esta forma de pensar a política exclui a validade do argumento científico enquanto estiver percorrendo o circuito da argumentação democrática, que visa a produção de consensos majoritários para a tomada de decisões e que está sujeito apenas às regras próprias da esfera política. Ela vem acompanhada da condenação aberta do "racionalismo cientificista do século XIX" e da defesa do "pós-racionalismo para o qual 'razão e mito são duas formas de estar e de orientar-se no mundo'"[96] que não precisam necessariamente se opor.

Outro ponto tratado com destaque no livro é o ataque ao que o autor denomina de "matriz Clausewitz-Lênin do pensamento estratégico". Este termo foi proposto pelo próprio Franco em trabalhos anteriores[97] para tentar dar conta do que lhe parece ser uma "matriz de transposição que permite (e induz) a utilização dos objetivos políticos na guerra (Clausewitz) e do paralelo militar na política (Lênin)"[98]. O problema central, segundo Franco, estaria em que, segundo a matriz Clausewitz-Lênin, a guerra seria uma seqüência inexorável da política – "a guerra é a continuação da política por outros meios" – o que permitiria pensar a máxima ao revés, isto é, dar à política o estatuto de guerra, ainda que por outros meios. O que resulta daí, entretanto, seria a prevalência do objetivo de eliminar o inimigo (seja de classe, do Estado pós-revolucionário, do partido), e o desestímulo à "arte da política como exercício da capacidade de resolver contradições sem eliminar necessariamente algum dos pólos da contradição".[99]

Estes e outros argumentos, dentre os quais a proposta de uma concepção judaico-profética de verdade, a sugestão de um eco-socialismo anti-produtivista, o reencontro com teses anarquistas como a do combate *ao* poder ao invés de *pelo* poder e a reivindicação de um partido sem pensamento oficial, tudo isso se soma para dar corpo ao "novo socialismo utópico" propugnado pelo autor:

---

[95] Cf. Karel Kosik, *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, e MARX, K. Introdução a *Para a Crítica da Economia Política* in MARX, K., S. Paulo, Nova Cultural, 1986, col. Os Economistas.

[96] Id., ibid., p. 23. As aspas simples são uma citação, no texto de Franco, de Ernst Cassirer apud GARCÍA-PELAYO, Manuel, Mito y Actitud mítica en el campo político. In: *Los Mitos Políticos*, Alianza Editorial, Madrid, 1981, p. 18.

[97] Cf. do mesmo autor o artigo O Paralelo Militar na Política, *Teoria e Política*, 15, São Paulo, dez 1990, pp. 71-105.

[98] FRANCO, Augusto de. *O Novo Socialismo Utópico*. Op. cit., p. 43.

[99] Idem, ibidem, p. 48.

> "Superando o chamado 'socialismo científico' caminha-se agora, a passos largos, no sentido de um novo socialismo utópico que refaça a visão do socialismo como projeto humano a realizar (sob determinadas condições objetivas e subjetivas) e não como resultado da marcha da história"[100].

O texto de Franco expressa bem o tipo de consenso produzido no pensamento de parte da esquerda sobre o passamento da concepção marxista de socialismo. Não por acaso as forças majoritárias do PT indicaram o nome de Augusto de Franco para presidir o I Congresso, espaço em que as grandes questões estratégicas deveriam ser postas em causa. Em seu livro encontramos reunidos a maioria dos elementos que nos permitem identificar a vigência do pós-modernismo no projeto político da esquerda que rompeu com o marxismo. É disso que trataremos a seguir.

## 6.4 – HOMOLOGIAS PÓS-MODERNAS

Um dos traços mais marcantes da enunciação da crise do marxismo é o seu caráter performativo. Quando um discurso realiza imediatamente aquilo que enuncia, como a fala de uma autoridade qualquer que, ao declarar aberto algum evento, abre efetivamente os trabalhos, trata-se de um discurso performativo. Ora, uma vez que os programas socialistas de extração marxista sempre estiveram incorporados nas organizações que protagonizavam o movimento socialista, quando estas mesmas organizações anunciam a crise do marxismo, simultaneamente instauram a crise de que falam. O anúncio da crise coincide com a sua existência, realiza-a sem necessidade de mediação. Por isso a força da tese da crise não depende necessariamente de que os argumentos nos quais ela vem apoiada sejam verificáveis ou consistentes, mas apenas da boa circulação da enunciação, ou seja da performance. No nosso caso, isso foi garantido pelas facilidades de reproduzir a tese nos canais de comunicação de massas, na forma de um espetáculo.

Vê-se facilmente que quando partidos de longa tradição nas fileiras do movimento comunista abandonam suas posições, abolem símbolos e adotam uma postura diferente frente aos desafios contemporâneos, quando intelectuais de vasta produção no campo teórico articulado ao socialismo científico anunciam o fim do marxismo, e quando tudo isso coincide com o período em que se consumou a *débâcle*

[100] Id., ibid., p. 11.

dos Estados e sociedades do chamado socialismo real, há um espetáculo em andamento. E foi como espetáculo que a idéia de crise foi posta em circulação, com colaboração ativa da *esquerda nova* e usando a mídia como *habitat*. É daí que vem a força de uma declaração como aquele "Eu rompi!" de Genoíno, mencionado no capítulo 5.

Centenas de vezes, ao longo do século XX, a crise do marxismo foi anunciada, mas nunca com tal repercussão. Parece óbvio que o impacto do desmanche dos regimes do Leste Europeu responde por grande parte da força destrutiva da crise, e um dos melhores indicadores disso é o fato de as experiências de mudanças de programas da esquerda terem ganho aceleração extraordinária exatamente a partir da série de eventos cujo melhor emblema ainda é a queda do Muro de Berlim. Todavia é conveniente observar algumas questões menos visíveis e ausentes da maioria das tentativas de associar a Queda do Muro à crise do marxismo.

Para que os acontecimentos que puseram fim aos regimes do Leste pudessem ser empregados como comprovação ou da falência do socialismo, como festejou Fukuyama, ou da necessidade de revisar o projeto socialista, como entendeu parte da esquerda, era preciso estabelecer um vínculo entre os pressupostos que deveriam ser revistos e os processos históricos que figuravam como justificativa para tal revisão. A consideração do "que desabou no Leste" feita pela *esquerda nova* realizou tal vinculação, mas de uma forma muito peculiar. Assim, por exemplo, a rejeição unânime ao conceito de ditadura do proletariado está apoiada, essencialmente, na constatação de que ele "esteve na base do que ocorreu nas sociedades do Leste europeu e União Soviética".[101] Faltou, porém, demonstrar *como* o conceito poderia ser responsabilizado por episódios como os processos de Moscou ou a Primavera de Praga, e isso não foi levado a sério. Tal demonstração, aliás, se tentada, seria complicadíssima, a começar pela difícil sustentação da suposição de que conceitos ou teorias podem estar "na base" de eventos históricos daquele porte. A única forma de implicar o conceito de ditadura do proletariado com os descaminhos da URSS ou dos países satélites é abolindo o significado original do conceito nas obras de Marx ou Lênin e atribuindo a ele um outro, feito sob medida. Foi exatamente o que fizeram os ex-marxistas.

[101] GENOÍNO, José e JORGE, Eduardo. O Socialismo e os Desafios do PT. *Boletim Nacional*, 60, São Paulo, dez 1991, p. 12.

Nas poucas vezes em que os ex-marxistas da esquerda tentaram responder a esta questão, como fez Ozéas Duarte,[102] o que emergiu foi a contestação da validade da concepção marxista de política como um todo, que está assentada nas noções de exploração e dominação, e a vigência de um outro quadro teórico, de caráter manifestamente liberal. O mais comum, porém, em todos os textos que analisamos, foi a despreocupação quanto à necessidade de enfrentar esta questão da demonstração da tese, afirmada por eles, da responsabilidade da teoria marxista ou do conceito de ditadura do proletariado pelo fracasso do Leste. Os textos dão como suficiente afirmar a ligação, e de fato não se sentem cobrados a apresentar provas do que dizem, sem por isso perderem nada de seu poder de convencimento. Isso significa que a força da tese não decorre de sua estrutura argumentativa interna, mas sua força performativa que lhe empresta a falsa aparência de fatos tomados como evidentes e auto-explicados.

Ora, se há alguma evidência nos fatos ligados à derrocada dos regimes stalinistas ela não é produzida pela experiência sensível imediata nem, muito menos, por sua análise meticulosa, mas por sua imagem intensamente presente nos meios de comunicação de massas. Então a afirmação de que a ditadura do proletariado "esteve na base do que ocorreu" é válida não por sua demonstrabilidade, que na maioria das vezes pode até estar ausente, mas por ser facilmente associável aos lugares-comuns construídos pelas mídias, àquilo que *todo mundo sabe*. Estamos diante de um discurso cuja certificação não é mais fundado no modelo analítico-demonstrativo, próprio da ciência, que caracterizou as formulações programáticas da esquerda ao longo de sua história.

O que dissemos sobre a rejeição do conceito de ditadura do proletariado vale para todos os elementos do "que desabou no Leste", e para todas as peças argumentativas que compõem a noção de crise do marxismo segundo os ex-marxistas. O caráter performativo da enunciação da crise permite um esquema de legitimação cada vez menos dependente da precisão conceitual ou da acuidade analítica, requisitos da prática científica, e mais preocupada com o desempenho nos circuitos de comunicação, sobretudo na mídia, medido por quantidades de informação veiculada. Isso não significa que tenha desaparecido todo e qualquer esforço de argumentação analítica nas formulações programáticas do campo majoritário, mas que um novo

[102] DUARTE, Ozéas. Nem Burguesia nem Estatismo. *Teoria & Debate*, 9, São Paulo, jan-mar 1990, pp. 46-48.

padrão de legitimação tem se tornado, aos poucos, dominante. Não por acaso a noção de opinião pública vem conquistando importância cada vez maior nos debates internos dos partidos, substituindo outros critérios de avaliação de programas ou de perfis de candidatos.

Um episódio à época do I Congresso do PT, ao qual já nos referimos brevemente, ilustra os distúrbios gerados pela introdução da legitimidade conferida pela performance na mídia num espaço em que as legitimações eram tradicionalmente obtidas segundo outros critérios. Os deputados José Genoíno e Eduardo Jorge publicaram na Folha de S. Paulo um artigo criticando duramente vários trechos da tese aprovada pela Articulação no Encontro Estadual de São Paulo.[103] Vários petistas redigiram réplicas, e tentaram de várias maneiras, todas em vão, que o mesmo jornal as publicasse.[104] As réplicas tinham em comum a condenação do uso de um veículo da grande imprensa, no caso a Folha de S. Paulo, para fazer ressoar as posições que foram perdedoras no fórum partidário. O que era questionado não era a livre expressão de posições políticas que figuravam no debate interno do PT, mas sim o fato de que somente uma dessas posições (outras teses foram também derrotadas pela Articulação) podia encontrar espaço na mídia e, ainda mais diretamente interessante para nós, o fato de que a circulação de seus textos nos grandes jornais e na mídia em geral era apresentado pelos militantes como cacife para a disputa no interior do partido. A visibilidade publicitária e espalhafatosa das idéias e dos seus proponentes, assegurada pela ocupação de espaços na mídia, estaria se convertendo em poder real na disputa interna.

Esse episódio não é isolado, mas é marcante para os debates internos do PT. Alguns anos depois, num artigo publicado na *Teoria e Debate*, David Capistrano Filho retoma fatos como os que ocorreram em torno do artigo de Genoíno e Jorge para fazer uma discussão mais ampla, sobre o que ele denomina a "americanização" da cultura política petista. Para ele, noções como visibilidade e opinião pública têm cumprido o papel de substituir a elaboração e a composição política consciente e responsável pelo jogo de cena determinado pelas pesquisas de opinião e pelo

[103] O texto, que foi reproduzido pela imprensa petista, é o já mencionado GENOÍNO, José e JORGE, Eduardo. O Socialismo e os Desafios do PT. Loc. cit.

[104] Dentre os muitos textos de contestação ao artigo publicado pela Folha de S. Paulo o *Boletim Nacional*, órgão da Executiva do Partido dos Trabalhadores, publicou dois, de modo a tentar representar as posições da Articulação (DIRCEU, José e POMAR, Valter. É Preciso Saber Perder. *Boletim Nacional*, 60, São Paulo, dez 1991, p. 13) e da esquerda do partido (SCAVONE, Artur e VALENTE, Ivan. Resposta aos Deputados José Genoíno e Eduardo Jorge. *Boletim Nacional*, 60, São Paulo, dez 1991, p. 14).

*marketing*, o que, em se tornando predominante, determinaria a rendição final da esquerda ao eleitoralismo e a despedida de qualquer perspectiva de ocupar a esfera política de modo crítico ou transformador.[105]

As críticas de Capistrano, um quadro ligado à Articulação, tinham endereço certo no interior do PT: a corrente liderada pelo deputado José Genoíno. Vários documentos da DR comprovam, como vimos, que este setor do PT, que freqüentemente aparece na imprensa qualificado como "esquerda moderna" ou até "lúcida", elegeu como alvo privilegiado de suas preocupações táticas a "imagem" e a "opinião pública". Em muitos textos é possível identificar a reivindicação de que a esquerda deve "levar em conta a existência da opinião pública e não apenas as parcelas organizadas da sociedade"[106] ou a preocupação com a imagem, ou seu desgaste, como na avaliação negativa que a DR fez das tentativas de bloqueio das reformas constitucionais.

Assumindo tais posições como conseqüência natural da opção estratégica pela democracia, a DR vai mais longe e contesta uma das idéias mais caras aos petistas, presente em vários documentos básicos do partido, segundo a qual o PT deveria ser um partido sem chefes, no qual as bases detivessem o poder decisório final sobre os destinos da agremiação. Ao propor uma reforma política e cultural no partido, a tese desta tendência ao Encontro Estadual de São Paulo, em 1997, retomava a idéia da visibilidade das personalidades partidárias como um critério de repartição de poder e combate o que denomina "alguns preconceitos nefastos. É preciso dizer que nenhum partido será forte e realizará obras políticas grandiosas e glorificantes se não tiver **líderes e chefes que o conduzam**".[107] No discurso desta corrente, a valorização das lideranças deve ser combinada com o fortalecimento da democracia interna que, no entanto, deve ser buscado através de formas alternativas de consulta às bases, diferentes das instâncias partidárias tradicionais de discussão e deliberação (encontros, plenárias, congressos). O objetivo estratégico é evidente: capacitar o partido a ocupar de modo cada vez mais eficaz os espaços de mídia, através de personalidades com visibilidade e idéias de fácil circulação o que, na outra ponta, significa adequar o partido para esta nova maneira de se portar, removendo os

[105] CAPISTRANO, David. Sobre a 'Diferença' e outros Prêts-à-porter. *Teoria & Debate*, 29, out-dez 1995, pp. 6-10.
[106] GENOÍNO, José. A Reforma da Esquerda. In: GENOÍNO, José. *PT, Reformas e Outros Temas*. São Paulo, junho de 1996, p. 9. Este artigo foi publicado no *Jornal da Tarde* em 14 de junho de 1995.
[107] DEMOCRACIA RADICAL *Fortalecer o PT na Construção de uma Alternativa Reformadora e Democrática.* Tese ao Encontro Estadual de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 10, grifo meu.

obstáculos internos a este projeto. O coletivo que, nos anos 80, reivindicava para a vanguarda a condição de sujeito central da revolução, nos anos 90 reivindica a valorização dos chefes em nome da democracia.

Contudo, embora a DR esteja de fato mais avançada na incorporação da performance como novo critério de justificação do planejamento e da ação política, ela não está sozinha nisso. É preciso lembrar que, a esse respeito, também a tendência majoritária, desde o X Encontro Nacional, passou a defender explicitamente a visibilidade pública dos dirigentes como critério para a ocupação de cargos na direção partidária. Não houve, ao que se saiba, nenhum momento de discussão específica sobre a categoria de *visibilidade* e sua aplicação nas disputas internas do partido. Trata-se, aparentemente, de algo que "todo mundo sabe". Aloísio Mercadante, ao tempo em que fazia várias restrições à esquerda tradicional, reclamava a "abertura" do PT às expectativas da opinião pública e propunha medidas para romper com a imagem de conservadorismo que seria decorrente da oposição às reformas propostas pelo governo federal.[108]

Partidos políticos costumam ter especial atenção voltada para a questão da imagem ou da circulação das opiniões. Até certo ponto, é algo que está implicado nas condições em que são travadas as disputas políticas no terreno eleitoral, que funcionam em larga medida na base do convencimento para a conquista de votos. Estratégias de convencimento, entendidas como modos de tentar exercer alguma influência na decisão final do eleitorado, têm feito parte, historicamente, das regras da luta eleitoral. O que dá dimensões especiais ao que estamos descrevendo é o fato de que não se trata mais apenas de tentar captar apoio eleitoral para um determinado projeto, mas de *orientar toda a política partidária*, inclusive a distribuição interna de poder, além da definição do próprio projeto, segundo critérios estabelecidos a partir das performances de lideranças ou de idéias estabelecidas pela intangível opinião pública. O "ser" do partido, pensado como relação orgânica com a classe, é subsumido no "parecer" do marketing; a imagem e a marca predominam sobre o produto.

Aqui temos, segundo nos parece, uma primeira homologia com a crítica pós-moderna da modernidade: a eleição da performance como critério central de legitimação e certificação, e a sua operacionalização nas práticas de rotina da

[108] MERCADANTE, Aloísio. PT e o Neo-liberalismo: além da resistência. In: ARTICULAÇÃO UNIDADE NA LUTA. *O Futuro do PT.* São Paulo, 1995.

*esquerda nova*. Se nos lembrarmos do conceito de performance que é defendido por Lyotard e operacionalizado por Baudrillard, veremos que há semelhanças importantes com o estilo performativo da recusa das referências ao marxismo e com a aceitação da performance como estilo de legitimação da elaboração política.

A observação da questão da performance abre caminho para o exame de outro laço de parentesco com a noção pós-moderna de crise da modernidade: a desconfiança na racionalidade. Mencionamos acima o fato de que o estilo analítico-demonstrativo de legitimação, que tem vínculos com a ciência e de longa data se faz presente nas formulações da esquerda, está cedendo lugar à performance. Esta observação empírica comporta alguns rebatimentos teóricos. Ao longo da devassa que fizemos nos textos da Articulação e da DR, foram vários os momentos em que notamos o desconforto com a racionalidade e com as esperanças de emancipação a ela vinculadas. A desconfiança é, porém, seletiva. Certos temas, como a história ou a política, seriam considerados fora do alcance de qualquer *explicação* racional de caráter globalizante. O alvo aqui foi, sobretudo, a razão histórica, dialética, atingida por um discurso anti-ciência. Em compensação, a própria prática política passou a ser, muito mais do que antes, informada pelo cálculo utilitário e pragmático. Para com esta forma de racionalidade contábil não houve nenhuma desconfiança, antes pelo contrário.

Um dos instantes cruciais deste mal-estar é a contestação da possibilidade de conhecer a história de fazer derivar deste conhecimento alguma orientação para a prática política. Dominada pelo imprevisível, indeterminada, a história não seria mais concebida segundo as categorias da necessidade, nem o ser humano poderia ser referido a qualquer sistema de determinação. A partir deste gesto modificam-se profundamente as visões de passado e futuro implicadas no pensamento dessa esquerda. Sem o recurso às categorias que permitem formular as questões da determinação e da necessidade históricas, o conhecimento do passado perde grande parte da possibilidade de explicar, torna-se essencialmente narrativo. Do mesmo modo, as expectativas de futuro passam ao largo de toda determinidade e abrem-se para as escolhas livres dos seres humanos. Diante disso, não é estranho que se pense que "A história tem nos mostrado que a única lei que ela realmente respeita é a de que sempre acontece o imprevisível e imponderável".

Com efeito, a concepção de história é um dos temas de incidência da crítica pós-moderna que assume "o aspecto de uma cruzada contra a razão *tout court*", como relata Zaidan Filho:

> "A 'Pós-modernidade' rejeita decididamente a predileção pelas grandes sínteses, pelo conhecimento das causas primeiras, **pela busca do sentido da História**. Desse modo, o processo histórico passa a ser o **domínio da indeterminação**, do sujeito constituinte, da criação absoluta."[109]

Pois o que encontramos nos textos que analisamos foi a mesma rejeição decidida, a mesma opacidade impenetrável dos sentidos da história ou a erradicação de qualquer sentido "diverso daquele que construímos historicamente. A história é o lugar onde é possível criar sentido para aquilo que, em si mesmo, nenhum sentido possui."[110] A frase sofre de um defeito lógico evidente: o que está sendo chamado de história, que não possuiria sentido "em si mesmo", seria a ação humana ou sua "práxis", termo que o mesmo autor emprega em seu artigo. Mas então o ato de produzir sentido – o "sentido que construímos historicamente" – teria que ser, ele mesmo, um ato destituído de sentido para ser histórico. A construção do sentido para a história, neste caso, ou repousa sobre uma aporia – produzir sentido através de um ato sem sentido – ou resvala para alguma forma de misticismo, de sentido como advento. Seria, nesta última hipótese, o domínio da criação absoluta, nos termos de Zaidan Filho.

Se nos lembrarmos da tese de Baudrillard sobre o fim do social, veremos como ela significa a suposição de impotência da racionalidade, que não pode operar onde não há espaço para a vigência do sentido. Não é exagerado dizer que algo parecido se passa com a interdição do acesso do conhecimento racional à história. Trata-se de indicar a existência de uma zona opaca, impenetrável para o conhecimento racional, isto é, com a qual não se poderia lidar com as ferramentas da razão. O que está sendo posto abaixo não é apenas uma leitura específica da teoria materialista, mas o próprio fundamento que permite elaborar hipóteses racionais sobre a história. O *estar no mundo* sem a mediação do conhecimento tem, no entanto, o sentido implícito de sujeitar-se ao mundo como ele é. Eis porque a mitigação da racionalidade está conectada ao abandono da perspectiva emancipatória.

---

[109] ZAIDAN FILHO, Michel. ZAIDAN FILHO, Michel. *A Crise da Razão Histórica*. Campinas, Papirus, 1989, p. 16, grifos meus.

[110] ROLIM, Marcos. Reflexões Críticas sobre o Marxismo. In: FRANCO, Augusto de et. al. *O PT e o Marxismo*. Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1991, p. 31.

Autores como Laclau e Mouffe propõem uma versão mais matizada de rebaixamento das "pretensões absolutistas" da racionalidade: defendem não a impossibilidade do sentido da história, mas a sua "indecidiblidade", a sua condição nunca saturada, nunca presente a si mesma. A produção de sentido, na história como no discurso, dependeria de processos de articulação de posições diferenciais, nenhuma delas assentada em identidades necessárias ou ontológicas, mas contingentes.[111]

Há outros momentos em que podemos notar modulações nas formas do desapego da *esquerda nova* à racionalidade: a rejeição ao planejamento econômico centralizado, a crítica à idéia de progresso, a reivindicação aberta do socialismo utópico por oposição ao científico. Ao tratar destes temas, os documentos produzidos pelas duas organizações fazem funcionar uma outra maneira de rebaixar a racionalidade, mais ambivalente e mais temerosa com a possibilidade de saltar completamente fora da razão. No caso do planejamento, é certo que ele permanece, modificado, como uma proposta a ser defendida pela esquerda, mas em consórcio com o mercado, aceito como uma instituição permanente. Nos argumentos com que a experiência de planejamento estatal foi criticada encontramos acusações ao cientificismo e ao ultrarracionalismo que teriam bloqueado os mecanismos democráticos de regulação econômica e alocação de recursos. Não se pode afirmar que a capacidade de planejar racionalmente a economia tenha sido completamente abandonada pela Articulação e pela DR, mas é evidente que ela sofreu um estreitamento dos seus limites. O pensamento dessas correntes estreitou as fronteiras operacionais da racionalidade, e joga com elas tentando combinar aquilo que escapa e não é redutível à previsão e ao controle racionais - o mercado - com o ato, também tido como necessário, de planejar. A racionalidade utilitária do mercado conservaria plenamente sua validade, enquanto o conhecimento racional, dialético da história, da política ou da economia seria considerado impossível.

Algo da mesma situação se repete parcialmente na crítica à idéia de que o progresso material se constitui num fator de desenvolvimento histórico. O novo projeto político da esquerda não rejeitou o progresso científico e tecnológico de modo absoluto, nem deixou de reconhecer a importância do desenvolvimento econômico para as sociedades contemporâneas. Reduziu, porém, o marxismo às teses segundo as

[111] Cf. LACLAU, Ernesto and MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy; towards a radical democratic politics*. Op. cit.

quais o progresso técnico seria o *condutor* da história e o principal fator de construção da liberdade, e recusou a ambas. Abandonando a crítica global ao capitalismo, a *esquerda nova* parou de problematizar as formas históricas de subordinação do trabalho. Também aqui o que se passa é um rebaixamento de expectativas, uma moderação da aposta nas virtualidades do empreendimento racional.

Ainda mais característico do enfraquecimento do apego à racionalidade é a opção por reduzir a política à esfera da opinião, desqualificando *a priori* qualquer esforço de compreensão globalizante e crítica da própria política. A política seria o lugar da ética, e esta seria incompatível com a ciência. A própria idéia de socialismo, quando ainda subsiste à reviravolta, passa a ter como único fundamento a ética, ao invés das contradições objetivas descobertas pelo desenvolvimento da "autoconsciência crítica". Na verdade, a política, tal como a vê o campo majoritário do PT, não seria, de modo algum, incompatível com as estatísticas, pesquisas de opinião, etc. O que não é mais admissível para eles é apenas a racionalidade que toma como seu objeto não somente as práticas segmentadas da pequena política, mas o sentido de conjunto da grande política. Só que a proposição de um fundamento exclusivamente ético para o socialismo diz respeito a uma concepção de ética como contingência, como escolha livre dos indivíduos, não historicizada, não associada a sujeitos ontológicos, não decomponível em sua gênese social objetiva – não relacionada à luta de classes. Advirta-se que aqueles intelectuais, tendo abandonado o marxismo, não avançaram na elaboração de uma reflexão sobre a interação social que permitisse uma forma de conceber a ética fora do domínio da criação absoluta.[112]

Mais acima vimos como as convicções científicas sobre a realidade histórica foram banidas dos projetos políticos dos grupos de esquerda cujas trajetórias acompanhamos. O mal-estar com a racionalidade pode agora ser considerado também em outras dimensões. A racionalidade utilitária e pragmática é mantida e reforçada pela prática política baseada em performances midiáticas e eleitorais. A possibilidade de uma intervenção consciente na história, visando sua transformação, é, no entanto, excluída. A história, como o mercado, teria de ser confiada a forças alheias à interferência racional, "mãos invisíveis" que não se pode nem se deve tentar controlar

[112] Em alguns textos de Tarso Genro, nos quais ele apresenta sua proposta de nova esfera pública, aparecem alguns elementos do que poderia vir a ser uma concepção não-marxista e não-niilista da interação social, e de ética como fundamento básico dos programas de esquerda (mas não mais do socialismo). Cf. GENRO, Tarso. *Utopia Possível.* Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1994 e A Regeneração da Solidariedade. *Teoria & Debate*, 33, São Paulo, jan 1997, pp. 46-53.

sob pena de gerar totalitarismos. Se é fato que a *esquerda nova* não prescinde do apoio que pode ser haurido de análises de conjuntura ou das estatísticas de opinião baseadas no conhecimento científico, isso não esconde a restrição do espectro de atuação da ciência às leituras instrumentais e de curto alcance. Ainda mais, é significativo que os teóricos sigam recorrendo aos esquemas científicos de apresentação das realidades conjunturais mesmo depois de terem afirmado a nulidade da pretensão de apreender as determinações da realidade histórica. Isso define um modo de operar a recusa da racionalidade no qual a ruptura fica sempre incompleta, um método que conserva "como instrumento aquilo cujo valor de verdade ele critica".[113]

O princípio da universalidade também sai arranhado da revisão programática da esquerda. Pode-se perceber isso já na questão das determinações da história, posto que a abrangência universal pretendida para tais determinações – a consciência de que os homens fazem a história sob condições que não escolhem – seria de todo inaceitável. Ainda mais, ao rejeitar a concepção marxista de história, os ex-marxistas procuram cassar a validade da maioria das categorias organizadoras daquela concepção. Com isso sai de cena, tangido pelas críticas insistentes ao "economicismo" e ao "reducionismo", o princípio do materialismo histórico, estruturante do o pensamento marxista: a tese segundo a qual o modo como os seres humanos se organizam para produzir e reproduzir a sua vida material determina, em última instância, os demais momentos da vida social. É visível a presença da universalidade neste enunciado, vez que ele se aplica a todas as sociedades humanas, de todos os tempos.

Sabemos que as duas correntes não aceitam mais esta tese, ou no mínimo não aceitam mais a sua universalidade. Pudemos observar o afloramento dessas contestações ao "economicismo" e ao "reducionismo" em vários temas que aparecem na documentação produzida pelas organizações pesquisadas: a avaliação da crise dos países do leste, a questão do mercado e do planejamento, a idéia de progresso, a centralidade da classe trabalhadora. O principal efeito deste rompimento é que o planejamento e as práticas políticas são realizados agora segundo uma lógica cujo princípio axial é precisamente o jogo com as particularidades, a dinâmica formal de

[113] DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. Op. cit., p. 238.

dissenso e consenso que seria, segundo elas, constitutiva da democracia, e não mais segundo uma avaliação da correlação de forças na perspectiva da luta de classes.

Ora, o mesmo gesto que elege o pluralismo e o particular para o centro do paradigma, destitui o universal. Nenhuma síntese capaz de explicar o próprio processo de fragmentação no qual se encontram parece, para elas, poder se sobrepor à irredutibilidade das identidades sociais que entram no jogo democrático, e isso o campo majoritário terminou de aprender com os teóricos dos chamados novos movimentos sociais. Se não é o caso de assistir à proliferação orgiástica dos jogos de linguagem sem comunicação ou trânsito entre si, como imaginou Lyotard, talvez não estejamos longe do jogo aleatório dos significantes, metaforizados em identidades sociais que, segundo esta perspectiva, não poderiam ser referidas a nenhuma base ontológica ou necessária, isto é, que são contingentes. Este modo de representar a dinâmica da política não aparece de forma explícita nos textos pesquisados, mas está suposto na sua conversão ao paradigma liberal.

Sobre a questão da universalidade há uma diferença importante nos percursos da Articulação e do PRC/Democracia Radical, embora eles convirjam para o mesmo ponto de chegada. As novas posições da Articulação realizam uma ruptura mais evidente com suas formulações anteriores, mais marcadamente referenciadas no protagonismo político e histórico da classe trabalhadora. É certo que o novo discurso desta tendência procura preservar, pelas razões expostas no capítulo 4, emblemas e referências aos trabalhadores, só que inteiramente desconectados de qualquer referência à luta de classes. Removida a concepção de luta de classes, a classe trabalhadora é tomada como apenas um agrupamento social como outro qualquer, que pode e deve construir e ocupar democraticamente seu espaço na esfera pública. As exigências e as possibilidades de universalização aportadas pela luta dos trabalhadores contra o capital são dissolvidas num projeto político que assume, reproduz e amplifica a parcialização dos conflitos e sua pulverização. Embora a intervenção política dos trabalhadores permaneça, parcialmente, como objeto da prática dos intelectuais da Articulação (que não apenas continuam a se referir aos trabalhadores, mas a atuar no movimento sindical e popular), sua qualidade muda completamente: o novo projeto deixa de ser orientado para a superação histórica do capitalismo, o que é perfeitamente coerente com a destituição do estatuto de universalidade da classe trabalhadora. Em seu lugar figuram agora a concepção

pragmática de classe como grupo de interesse e a universalidade "vazia" da democracia, de modo semelhante ao descrito por Ernesto Laclau.

O PRC partiu de uma concepção diferente sobre o papel da classe trabalhadora na luta pelo socialismo, estabelecida pela sua apropriação peculiar da teoria do partido de vanguarda. A priorização do "elemento consciente" aparecia, nos primeiros anos, estreitamente vinculada à consciência da necessidade de estabelecer laços mais sólidos com a classe trabalhadora, especialmente com seus setores mais dinâmicos – a permanente frustração por não conseguirem construir estes laços foi bem documentada nos textos já analisados. Somente a teoria, hipostasiada na leitura feita pelos comunistas revolucionários dos textos de Lênin sobre organização, conteria elementos universais que seriam, afinal, o próprio marxismo-leninismo. A própria teoria, no entanto, se reportava às lutas da classe como seu momento prático necessário. Ao romper com o marxismo-leninismo que antes defendiam, esta organização liberou o que ela própria considerava o "elemento consciente" (ou seja, ela mesma) de suas responsabilidades com a classe, abrindo caminho para um período de experiências discursivas que passou pela proclamação dos "valores universais", fundados sobre concepções abstratas como "humanidade" e "liberdade", e por aproximações com a teoria habermasiana da ação comunicativa. No fim, mesmo os "valores universais" e a ação comunicativa cederam lugar ao pragmatismo eleitoral, e a única universalidade que ainda fazia sentido era a das regras da democracia formal (de novo a universalidade vazia).

Uma vez removidas as determinações ontológicas das "personalidades históricas" dos atores políticos, não há como compreender as condições sociais em que se podem dar as relações de antagonismo ou aliança, ou os movimentos de cada sujeito na cena pública. Desta forma, restaria apenas localizar os movimentos aleatórios, fragmentários e indetermináveis. As composições e recomposições da pequena política se dariam em função das possibilidades de moldagem e encaixe nas quais as relações de classe não interfeririam. Decretou-se o fim da grande política. Desconsidera-se a materialidade das relações sociais e sua totalidade histórica, não mais aceitas como constitutivas dos próprios sujeitos ou de suas identidades. Identidades vazias de substância ontológica, movimentos aleatórios: tudo isso, contido no pensamento dito democrático da esquerda, embora, nem sempre de modo explícito, estabelece homologias entre o abandono das referências marxistas e a condenação pós-moderna da universalidade.

Nessa tarefa de negar tanto a universalidade da condição de classe quanto a existência da classe universal, os segmentos da esquerda que estudamos são praticamente unânimes entre si, e estão de acordo inclusive com outras tendências de peso no pensamento contemporâneo além das pós-modernas. Jorge Castañeda, num livro de grande repercussão internacional em que faz um balanço da esquerda latino americana nas últimas décadas, propõe como tarefa política para hoje a construção de uma coalizão que envolva indistintamente segmentos sociais em torno de um programa de reformas: "A base social da alternativa econômica e social da esquerda é uma mistura de todos os setores da sociedade, e constitui ao mesmo tempo a soma dos que tem interesse em modificar o *status quo*". O argumento central, naturalmente, é a destituição da classe trabalhadora do seu antigo posto. Este autor leva sua mudança de perspectivas até as últimas conseqüências, não apenas teóricas, mas políticas: "Só o socialismo, em virtude da idéia marxista de luta de classes, incluía uma base automática para a sua visão de transformação social. **E o socialismo deixou de existir**"[114].

Fernando Henrique Cardoso, em entrevista concedida em 1996 à revista *Esquerda 21*, após afirmar que ainda é de esquerda por ser "contra a desigualdade e contra a injustiça", trata de definir os contornos da nova estratégia da esquerda que ele diz integrar: "o sujeito histórico não é só a classe, nem a nação. Resgata-se o homem no sentido universal, e isso é novo." Dizer "homem universal", é claro, é o mesmo que dizer "uma mistura de todos os setores da sociedade". Para dirimir as dúvidas, o próprio Cardoso, numa referência velada ao marxismo, comenta que, na crítica tradicional de esquerda contra o universalismo abstrato "...reclamava-se o universal concreto, que é a classe. Agora demos a volta. Voltamos para o universal. Só que este universal concreto não é mais um segmento. Ele tem de ser pensado globalmente".[115]

Não deixa de ser curioso observar que, quando se trata de rejeitar as exigências de universalização postas em movimento pela classe trabalhadora, o consenso é ainda mais abrangente, incluindo outras posições além da *esquerda nova* e

---

[114] CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia Desarmada.* São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 394, grifo meu.

[115] CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista a José Genoíno, Roberto Freire e Domingos Leonelli. *Esquerda 21*. Salvador, (1),2, jan.fev. 1996, p. 37. Esta revista, que não passou do segundo número, foi uma iniciativa política de articular setores moderados do PT (principalmente a DR) e deputados do PPS, do PSDB, do PSB e do PTB com o objetivo de "*repensar o projeto de esquerda para o Brasil, na sua perspectiva democrática, em consonância com a construção dos novos paradigmas concernentes à era da revolução técnico-científica*". Carta do Editor. *Esquerda 21*, ibidem, p. 3.

dos pós-modernos. Em ambos os casos temos a impossibilidade de manter o universal como fundamento, a menos que ele seja tomado como um universal abstrato (o homem universal de Cardoso) ou apenas vazio, negação do particular.

Neste último caso, que parece ser mais comum no pensamento da *esquerda nova*, não seria mais a classe a encarnação da universalidade. Ao contrário, nenhuma posição particular possuiria tal condição, que seria uma característica exclusiva do próprio sistema formal de composição e conflito das particularidades, isto é, da democracia, vista sob certa perspectiva. O que é universal agora é apenas a interdição da aspiração a uma efetiva socialização – quer ela ocorra na política, no conhecimento, na economia e em suas formas de apropriação. Deriva daí uma única forma congelada de regramentos do convívio democrático, reduzidos à norma vazia. É fácil perceber como esta implicação da conversão ao paradigma liberal aproxima bastante as formulações da *esquerda nova* do tipo de crítica que Ernesto Laclau ergue contra o universal. Segundo esta variante, deve-se evitar cuidadosamente a identificação de um universal positivo, histórico, pelos os riscos de totalitarismo que ele conteria. Tudo isso deveria ser substituído por uma idéia de universal vazio, que se confundiria com as condições de possibilidade da própria democracia na medida em que assegurasse a perpetuação da provisoriedade e da incompletude.[116]

Não foi somente um certo programa de socialismo, de inspiração marxista, mas a própria idéia de emancipação que foi esvaziada no curso das mudanças programáticas. Em vários trechos da documentação que analisamos há indícios de um rebaixamento geral das expectativas de transformação que a *esquerda nova* propõe, ou mesmo que considera possível. As aspirações são reduzidas a horizontes bem mais modestos e a utopia resta apenas como fórmula retórica no projeto, mesmo quando ele se auto-intitula *utópico*. Muito explícitos a esse respeito são a advertência de José Genoíno sobre as ilusões acalentadas pela esquerda a propósito da auto-produção do "novo homem" socialista, segundo ele um pressuposto falso, ou o alerta da sua organização contra a idéia de uma sociedade "supostamente perfeita (...) sem conflitos, sem divisão do trabalho, sem religião, sem Estado, sociedade de abundância, de seres humanos completamente livres".[117] O que a princípio poderia parecer simplesmente uma dose de bom senso contra devaneios utópicos revela, visto

[116] Cf. LACLAU, Ernesto. A Política e os Limites da Modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de, (org.) *Pós-modernismo e Política*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
[117] Aa.Vv. *Um Projeto para o Brasil*. São Paulo, 1991, p. 3.

com mais cuidado, alguns segredos interessantes. Um deles é o *método do espantalho*, mencionado mais acima. A maioria das características listadas neste fragmento pelo PPB não só estão ausentes dos textos marxianos ou leninistas (isso quando não são negadas diretamente em vários desses textos, como as noções de sociedade sem conflito ou sem divisão do trabalho) mas, a rigor, jamais fizeram parte nem mesmo do discurso dos ex-marxistas quando ainda se apresentavam como marxistas. O mais importante neste tipo de raciocínio, porém, é o que ele significa em termos de rendição ao presente.

Já vimos como o mercado e a propriedade privada passaram a fazer parte dos planos das duas organizações para o futuro, como garantias contra o totalitarismo e a ineficiência econômica. Leve-se em conta também que os conflitos derivados das relações que se expressam no mercado e na propriedade, considerados em pé de igualdade com todos os demais conflitos que atravessam a sociedade, ao invés de superados deveriam ser administrados e, portanto, cuidadosamente mantidos segundo as regras de um jogo democrático petrificado em normas fixas e puramente formais. O árbitro deste jogo seria, evidentemente, o Estado eternizado. Ou seja, o projeto de futuro proposto pela *esquerda nova* se compromete com a produção incessante de desigualdades que é própria do capitalismo – e que nenhuma das organizações pesquisadas deixou de reconhecer –, mas procuraria submetê-las a regras, que o mercado sozinho não poderia prover, e ao controle dito democrático. A reflexão que evidencia a exploração e a dominação, e que implica em ter como ilegítimos os interesses dos exploradores e dominadores, tem de ser denunciada para ceder espaço para a equivalência dos conflitos. Ficariam, portanto, legitimadas quaisquer posições em disputa, desde que concordem em ser submetidas à arbitragem dos fóruns que se define como democráticos. Os que discordarem da norma – que pode se constituir em verdadeira prisão, como a questão da propriedade –, serão a priori desqualificados como... anti-democráticos.

O mesmo problema está presente na questão do Estado. Quando a *esquerda nova* propõe a eternização do Estado ela está desconsiderando inteiramente qualquer diferença entre, de um lado, os conflitos existentes numa sociedade que produz e reproduz relações de exploração e dominação e, de outro, os conflitos produzidos por diferenças entre seres humanos não submetidos a tais relações. Em perspectiva marxista, o Estado é concebido como uma instituição cuja função essencial é a organização sistemática da dominação de uma parte da sociedade sobre as demais

(ainda que não seja esta a sua função exclusiva). No século XX, esta concepção de Estado ganhou contribuições que permitiram compreender melhor a dinâmica entre os momentos coercitivo e de convencimento implicados no exercício da dominação de classe. Numa situação histórica em que a dominação de classe não estivesse presente, o Estado perderia toda a necessidade de existir e os demais conflitos entre os seres humanos poderiam encontrar meios de serem resolvidos sem o recurso ao dispositivo de opressão sistemática de classe. Aqui o distanciamento da *esquerda nova* em relação à teoria marxista não poderia ser maior, pois ao mesmo tempo em que propõe o Estado permanente, ela deixa de propor o fim das relações de opressão e dominação.

O novo projeto dessa esquerda, mesmo quando se auto-denomina ainda como socialista, é formulado supondo a pré-existência de uma escolha livre e democrática dos cidadãos, o que seria assegurado através das eleições legalmente instituídas. Conseqüência disso, é oferecido como um projeto entre outros, e as regras mercantis dominantes da disputa democrática exigem a admissão prévia da legitimidade dos projetos concorrentes, e a observância do princípio da alternância entre eles. Assim, seu projeto endossa e reconhece como legítima a opção por permanecer reproduzindo relações de dominação e opressão. Ora, mesmo em termos unicamente éticos, a própria idéia de socialismo é constituída exatamente a partir da denúncia da injustiça, da exploração, da desigualdade, etc. Pensado como apenas mais uma entre várias legitimidades em disputa, e em posição de equivalência com seus oponentes, o socialismo se desfaz inteiramente como projeto de emancipação.

Tudo isso significa o apagamento da referência central à noção de emancipação. É evidente que, se não é possível pautar a ação política segundo uma clivagem básica entre dominantes e dominados, exploradores e explorados, não pode haver sentido maior na luta pela *abolição* das relações de opressão e dominação. A noção de emancipação, como numa versão adaptada do vaticínio de Lyotard sobre a crise da meta-narrativa emancipatória, não parece mais capaz de inspirar ou legitimar o pensamento político dessa esquerda. E com efeito, não há como sustentar um programa político de libertação destinado a seres que já são concebidos como habitantes da esfera da liberdade, livres da esfera da determinação. Desde que a humanidade deixa de ser pensada a partir de suas determinações históricas e concretas, torna-se no mínimo irrelevante propor, como centro de um projeto político, a emancipação. É por isso que se parte da *esquerda nova* ainda oferece uma proposta

de socialismo cujo fundamento seria apenas ético, é que ela simplesmente desistiu, de fato, de qualquer socialismo e de qualquer atitude coerente para com a própria ética que proclama.

Seguimos a pista até o fim: a idéia de emancipação foi destronada nos programas das organizações que estudamos. A democracia liberal, que passa a ser o horizonte último da intervenção política da *esquerda nova*, não acomoda satisfatoriamente a oposição dominação-libertação. Há, nos documentos lidos, algo do que Ernesto Laclau definiu como a "desintegração" da emancipação e de sua "suplementação" pela liberdade e pela democracia.[118] O que pretendemos ter evidenciado, assim, é o quanto os textos dessa esquerda estão próximos do sentimento geral de mal-estar dos autores pós-modernistas para com o valor iluminista da emancipação, e o quanto isso fica evidente a partir da rejeição do plano racional e universal de emancipação que o marxismo propõe.

## 6.5 UM NOVO PROJETO POLÍTICO PARA UMA OUTRA VISÃO DE MUNDO.

Resta enfrentar uma última questão. Se os projetos políticos são, como vimos no início deste capítulo, expressões sistematizadas do conteúdo político de uma visão de mundo, é preciso indagar qual a *Weltanschauung* expressa pelo novo projeto político da esquerda. Dispomos, agora, de elementos para sustentar a tese de que as correntes do campo majoritário passaram a reproduzir, em sua política, elementos centrais da visão burguesa de mundo.

Certamente não é possível fazer aqui uma discussão mais ampla e detalhada sobre o complexo e fascinante tema da *Weltanschauung* burguesa, e nem mesmo sobre os seus componentes políticos, em sentido global. O que está ao nosso alcance é algo mais modesto, porém suficiente para definir o caráter geral do novo projeto político da esquerda como burguês. No terceiro capítulo, acompanhando o desenvolvimento da crítica marxiana à economia política burguesa, destacamos dois alvos principais daquela crítica: a concepção que toma as relações sociais capitalistas como naturais ou eternas, "configuração última e absoluta da produção social" e a concepção naturalista e/ou individualista de homem. Vimos que o marxismo se

[118] Cf. LACLAU, Ernesto. Da Emancipação à Liberdade. Op. cit.

constrói, em boa medida, precisamente *contra* tais concepções, elaborando a primeira sistematização de uma visão de mundo não apenas distinta, mas antagônica. Se concordarmos que estes dois elementos criticados por Marx são parte do núcleo da visão burguesa de mundo, a resposta a nossa última questão passa a depender de observarmos a vigência ou não destes princípios no projeto político das correntes do campo majoritário.

Sob este critério, o pós-modernismo, ao menos em suas versões políticas, não pode ser separado da visão burguesa de mundo. A negação performática do projeto de emancipação universal corresponde, na prática, à apologia do presente, uma nova forma de *consciência feliz*, reconciliada e pacificada com o mundo tal como ele está.[119] A prática política pós-moderna procura interceptar todas as forças contestatórias (que não deixaram de aflorar, ao contrário do que pensa Baudrillard) e desviá-las para a fragmentação e o isolamento. A ação política reduz-se à organização do dissenso consentido, e não mais busca a produção de consensos revolucionários (ou dissensos não-consentidos).

O pós-modernismo permite à intelectualidade de esquerda apresentar como novo aquilo que é apenas o mesmo, só que vestido com roupas feitas de retalhos velhos costurados aleatoriamente para parecer novo. Em outras palavras, um simulacro. (Uma tentadora digressão a ser evitada aqui poderia surgir da reflexão sobre o quanto há de autenticamente *moderno* na ansiedade pós-moderna por apresentar-se como *o novo*). Em política, a "condição pós-moderna" significa pouco mais que a velha concepção liberal de democracia apetrechada de "discursos", "desconstruções" e "diferenças". Dois de seus propagandistas mais entusiasmados, também ex-marxistas, apresentam-na como uma "condição política" que se "baseia na aceitação da pluralidade de culturas e discursos. (...) O colapso da grande narrativa é um convite direto à coabitação entre várias pequenas narrativas"[120]. É claro que esta "coabitação" só se tornou possível porque o "enfraquecimento, e de vez em quando desaparecimento, dos roteiros de classe" levou a substituir a "habitual compreensão do estado [sic] como uma mera 'agência de classe'" pela opção de "levar muito mais a sério o estado [sic] e acima de tudo todas as instituições democráticas"[121]. Como

[119] Cf. MARCUSE, Herbert. *O Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
[120] HELLER, Agnes, e FEHÉR, Ferenc. *A Condição Política Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, p. 16. Uma tentativa de distinção entre a visão pós-moderna da política e o liberalismo foi feita por MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa, Gradiva, 1996.
[121] Idem, ibidem, p. 19.

todo simulacro, este contém uma ironia, só que perversa. As "instituições democráticas" redescobertas pela esquerda pós-moderna e liberal sofrem com o esvaziamento que lhes é impingido pelas novas formas de expropriação capitalista no final do século. Trataremos melhor desta questão no capítulo seguinte.

A celebração pós-moderna da proliferação das "diferenças" e a proclamação da sua "irredutibilidade" a qualquer síntese ou identificação das suas determinações esconde, na verdade, um reducionismo inexorável. A única forma de lidar politicamente com o conjunto destas "diferenças" é tratando-as como se fossem "iguais", isto é, cancelando tudo o que as constitui como "diferentes" ("iguais perante a Lei"). Esta igualização formal, base da democracia burguesa, é um corolário da concepção pós-moderna de política, ou melhor, é a abordagem pós-moderna da clássica visão liberal da democracia. Seu fundamento último é o indivíduo, igual a qualquer outro indivíduo por sua própria condição natural de "ser humano" e, no entanto, em tudo aquilo que ultrapassa a sua condição "natural", diferente de todos os demais indivíduos reais no planeta. A democracia pós-moderna/liberal opera esta redução do que é diferente a uma igualdade puramente formal ao tomar como iguais seres que são, objetivamente, diferentes. O problema é que boa parte destas "diferenças" deriva de "desigualdades". A redução do diferente ao igual é uma operação que oculta as desigualdades, banindo-as do terreno da política institucional. A partir da concepção de democracia como modo pactuado de resolução dos conflitos entre as "diferenças" defrontadas em condição de suposta "igualdade", não há como enfrentar politicamente o problema da desigualdade, a não ser como filantropia. Este é o limite final da democracia burguesa, que o novo projeto da esquerda assimilou profundamente. Ao aceitar a desigualdade como uma condição permanente a *esquerda nova* deixou de se constituir num obstáculo para a democracia liberal, posição que ocupara antes, [122] e se tornou uma das peças do jogo.

A reconciliação com o mercado e a propriedade privada e o abandono do propósito de eliminação das classes sociais são as facetas mais evidentes dos elos de pertencimento dos projetos da *esquerda nova* ao campo burguês da luta de classes. Aquilo que representa o limite objetivo da própria ordem do capital, as condições de sua reprodução, é aceito e internalizado como limite inultrapassável pela *esquerda nova*, tornando-se o limite dos seus próprios projetos. Tendo abandonado a luta pela

[122] Cf. MACPHERSON, C.B. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

superação das relações sociais que instituem permanentemente a propriedade privada (e a expropriação), o mercado (e a realização da mais-valia) e as classes sociais (e a dominação), as tendências do campo majoritário renunciaram efetivamente à luta pela superação do capitalismo, aceitaram-no como "configuração última e absoluta da produção social" (Marx). Se o problema histórico da superação do capitalismo não tem mais qualquer incidência sobre as lutas políticas do presente, tudo o que resta é lutar para dar uma "face humana" (José Dirceu) ao mundo infinito do capital. A disputa estratégica passou a ser *qual capitalismo*, e não mais *capitalismo ou socialismo*. Mesmo quando o socialismo ainda é ostentado como objetivo final, como em certos textos da Articulação, não há como estabelecer conexões entre a prática política efetiva e esta suposta finalidade. Esta esquerda que jura lealdade às leis gerais do capitalismo (ainda quando, mesmo jurando, não reconhece a existência de quaisquer leis) não cessou, no entanto, de procurar apresentar-se como alternativa à ordem vigente. No capítulo 8 examinaremos melhor esta peculiaridade. Só que "ordem vigente" agora não deve mais ser entendida como *capitalismo*, mas apenas o "capitalismo realmente existente no Brasil", para usar uma expressão comum a ambas as organizações. Por isso, a alternativa proposta só pode ser compreendida como um outro capitalismo, diferente do "realmente existente".

A introjeção dos limites do capitalismo como limites do projeto político é visível também na transformação da concepção de história da *esquerda nova*. Vimos que a destituição das noções de síntese e determinação implica na impossibilidade de reconhecer a necessidade histórica, objetiva e subjetiva, de superação do capitalismo. Do ponto de vista lógico, isto é o mesmo que afirmar que o capitalismo, diferentemente de todas as demais construções humanas, pode ser eterno (isto é, "não necessariamente" será superado). Embora esta conclusão esteja apenas implícita nos documentos que examinamos, ela é coerente com a crítica pós-moderna às pretensões "totalitárias" da razão (na medida em que esta pesquisa as determinações) e da emancipação (que postula a transitoriedade das formas do presente). Admitir que a questão da superação histórica do capitalismo é "impensável", para efeitos práticos, significa reconciliar-se com o presente, aceitá-lo como horizonte final de possibilidades.

A mesma negação irracionalista de qualquer determinação projeta uma concepção burguesa de homem. Concebido na "esfera da liberdade", o ser humano deixa de ser o "conjunto das relações sociais" (Marx) e passa a ser, novamente, o

indivíduo. A possibilidade de pensar dialeticamente a constituição dos indivíduos como *individuação-socialização* foi desconsiderada pela *esquerda nova*. Essa esquerda vê as coletividades às quais se dirige como sendo formadas a partir de laços contingentes estabelecidos por certos indivíduos, sem qualquer conexão com relações sociais determinadas. A proclamada "ética" que fundamentaria a nova política de esquerda repousa, na verdade, sobre a "livre escolha" dos indivíduos. Seus "tipos ideais" poderiam ser a liberdade do consumidor diante das prateleiras dos supermercados, a liberdade do espectador diante da programação de tv por assinatura e a liberdade do eleitor na cabine de votação.

Por outro lado, só é possível conceber o homem contemporâneo na "esfera da liberdade" mediante o esquecimento de tudo o que constrange a liberdade dos seres humanos sob o capitalismo, isto é, ocultando os mecanismos de alienação. Mas a ocultação dos mecanismos da alienação já é um aspecto da própria alienação. A consciência da alienação ("autoconsciência crítica", nos termos de Gramsci) não tem, por si só, o poder de desalienar, mas significa que está em curso uma luta contra a alienação, que forjou sua própria consciência através do "espírito de cisão". Ao ocultar os mecanismos da alienação a *esquerda nova* contribui objetivamente para obstaculizar a luta consciente contra aqueles mecanismos e estimula a reprodução das relações de alienação. No caso dos intelectuais de esquerda, a ocultação não é o resultado de uma "inconsciência", mas da conversão a uma forma de consciência para a qual o problema da alienação não existe ou se coloca de modo inteiramente diferente.

O caráter burguês da visão de mundo subjacente ao projeto político da *esquerda nova* se manifesta, por fim, no modo mesmo como a questão das classes é abordada. Vimos que o novo projeto político não é mais concebido em função do sujeito – classe trabalhadora, ou de sua constituição como antagonista social e político da classe dominante. A referência à classe não se apagou totalmente, mas se desligou por completo da noção de luta de classes. Exatamente como todos os partidos da classe dominante, o campo majoritário não se apresenta como defensor de um projeto assumidamente burguês, mas "de todos", um projeto de país onde um outro capitalismo seria possível e desejável. Removido o "espírito de cisão", o trabalho político da esquerda (direção e organização de grupos humanos) não pode mais ser considerado como uma atividade de intelectuais orgânicos da classe subalterna. Do ponto de vista da "conquista progressiva da consciência da própria

personalidade histórica" (Gramsci) o resultado intentado por esta atividade não é mais a organização política da classe como sujeito político independente, e sim sua dispersão e desorganização. A atividade de direção e organização efetivada pelos intelectuais da *esquerda nova*, inclusive junto aos trabalhadores, não é suspensa, mas muda de caráter até ter o seu sentido invertido. Ela agora não mais representa a conquista, pela classe trabalhadora, de posições no "complexo de trincheiras e fortificações da classe dominante" mas, ao contrário, a consolidação da hegemonia burguesa no interior do movimento operário.

Por suas funções políticas, estes intelectuais de esquerda devem ser considerados agora como intelectuais orgânicos da classe dominante. Seu projeto de desenvolvimento do capitalismo com distribuição de renda e democracia formal segue as pegadas de planos anteriores de "um outro" capitalismo para o Brasil, cuja versão mais influente tinha sido o chamado nacional-desenvolvimentismo,[123] e os atualiza parcialmente. A *esquerda nova* que transferiu seu projeto político para os marcos da visão burguesa de mundo tornou-se, assim, a *esquerda do capital*. A dinâmica da luta de classes que criou as condições favoráveis para a "absorção" dos intelectuais de esquerda pela classe dominante e o processo concreto deste deslocamento serão objeto da última parte deste trabalho.

[123] Antes de passar, ele próprio, pela reviravolta, Guido Mantega produziu um estudo sobre o desenvolvimento do pensamento econômico brasileiro no qual o nacional-desenvolvimentismo é apresentado e criticado como uma ideologia: MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 5ª ed., Petrópolis,Vozes, 1990.

# III PARTE

# O TRANSFORMISMO:

# CONTEXTO E PROCESSO

## CAPÍTULO 7

# DIMENSÕES DA LUTA DE CLASSES NA CRISE DO CAPITALISMO TARDIO

Nas duas partes anteriores do texto procuramos configurar a crise do marxismo nos projetos políticos das organizações pesquisadas. Neste capítulo e no próximo nos ocuparemos de expor e sistematizar outros elementos que dão suporte às hipóteses gerais do trabalho. A análise da trajetória das organizações permitiu identificar o conteúdo e o sentido das mudanças e relacioná-las aos movimentos concretos dos grupos políticos nas conjunturas, seus conflitos, alianças. Mas o estudo estaria incompleto se não interrogasse a relação entre o que se passou com as tendências do campo majoritário do PT e a dinâmica geral da luta de classes no período. De fato, a luta de classes esteve pressuposta ao longo de toda a exposição até aqui, mas não foi tratada de modo mais específico. É o que será tentado nas seções a seguir.

Este capítulo apresenta uma proposta de periodização histórica que abra caminho para pensar os eventos particulares analisados como momentos de uma totalidade contraditória e em movimento. Trata-se, portanto, de uma questão das mais espinhosas para o historiador, que é a definição dos seus critérios de periodização. Neste terreno só foi possível alcançar resultados preliminares, apresentados aqui na forma de hipóteses. Não nos é possível, porém, recusar o desafio, se não queremos abandonar a busca de uma explicação histórica em perspectiva dialética e materialista. Não é o caso de apenas descrever o contexto pensado como "cenário" histórico, algo como um "pano de fundo" à frente do qual se desenrolou a história das mudanças nos projetos políticos da esquerda. Entre a história da esquerda e o "cenário histórico" a relação não é de exterioridade, mas de recíproca determinação. "Cenário", "atores" e "script" são dimensões de um mesmo movimento histórico complexo. Periodizar, portanto, significa restabelecer, no plano do pensamento, os nexos reais entre a temporalidade própria dos acontecimentos e a dinâmica histórica geral de que eles fazem parte. O conceito que nos permite entender a articulação ente estas duas ordens de temporalidade histórica é o de luta de classes.

A forma histórica das classes e da luta de classes tal como se apresenta em cada momento de cada sociedade não pode ser deduzida do conceito de modo de produção. O modo como a luta de classes se expressa no conjunto da vida social sofre importantes mediações em cada situação histórica concreta. Aqui vamos analisar algumas dessas mediações que têm especial relevância para a explicação da trajetória das organizações de esquerda que estudamos. Inicialmente, num nível mais elevado de abstração, tentaremos uma caracterização sintética do período que Ernest Mandel denomina *capitalismo tardio*. Em seguida analisaremos algumas dimensões da *crise do capitalismo tardio* – as "décadas de crise", na expressão de Hobsbawm – e das respostas à crise engendradas pela classe dominante à escala mundial e alguns de seus efeitos mais importantes. Até este ponto nossas análises situam-se no plano internacional da luta de classes, focando, por isso mesmo, seus aspectos mais gerais. Por fim reuniremos alguns elementos para uma configuração aproximativa do desenvolvimento da luta de classes no Brasil naquelas décadas.

O principal resultado do esforço de periodização foi a compreensão de que os eventos estudados estão inscritos num momento de *derrota histórica* das classes subalternas. A crise do marxismo, expresso na reviravolta teórica e programática da esquerda, não é uma mera *conseqüência* desta derrota, e sim parte dela. O que aparece na exposição como uma transição do geral ao particular reflete, assim, a tentativa de síntese de um processo em que estão presentes relações reais entre a dinâmica da luta de classes no capitalismo mundial *fin de siècle* e a crise do marxismo protagonizada por organizações e intelectuais específicos. A melhor prova de que é preciso buscar essas relações é a constatação de que o abandono do marxismo é um fenômeno que se repetiu, no mesmo período que estudamos, por quase todos os lugares do mundo onde havia atuação política ou intelectual de marxistas. As mudanças experimentadas pelas duas organizações estudadas aqui são parte de um processo de abrangência mundial. Se não é possível *deduzir* dos traços gerais do panorama da luta de classes a explicação para as mudanças nos projetos políticos do campo majoritário do PT, tampouco é sustentável qualquer explicação histórica marxista que faça pouco desta dialética do geral e do particular. A luta de classes, em última instância, é um fenômeno internacional, e é preciso enfrentar as exigências implicadas no conceito.

## 7.1 SOBRE O CAPITALISMO TARDIO E SUA CRISE

A expressão *crise do capitalismo tardio* pretende nomear o período histórico em que estão inscritos os fenômenos que estudamos. Empregar o termo *crise* para referir-se a uma época histórica do capitalismo pode suscitar alguma confusão. Robert Brenner lembra, com humor, que os "marxistas têm fama de prever com exatidão todas as crises econômicas internacionais, menos a última"[1]. O debate entre marxistas sobre a possibilidade de uma crise final do capitalismo (a teoria do colapso, ou *Zusamenbruchstheorie*) foi muito intenso desde os primeiros anos da Segunda Internacional e atravessou o século XX, embora perdesse muito do seu fôlego inicial no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Nas últimas décadas do século XX, no entanto, as crises econômicas capitalistas recrudesceram e propiciaram o retorno de variantes da teoria do colapso.

Segundo alguns analistas, o capitalismo do fim do século estaria exibindo sintomas de sua crise estrutural. István Mészaros, que produziu um estudo extenso e sofisticado sobre a questão, entende que este é o período histórico em que a ordem sociometabólica do capital estaria se defrontando com os seus limites absolutos. Diferentemente de momentos anteriores, em que havia e foram aproveitadas as possibilidades de deslocamento das contradições estruturais do capital, no período atual (a partir dos anos 70) o desenvolvimento da reprodução sociometabólica do capital teria alcançado "seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente."[2] Segundo este autor, os quatro principais pontos nodais que ativaram os limites absolutos do capital seriam: 1) a contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais; 2) a eliminação das condições naturais da reprodução sociometabólica; 3) a impossibilidade de atender à irreprimível demanda por igualdade substantiva, aportada pelo movimento de mulheres; 4) o desemprego crônico[3].

Em que pesem a seriedade e a consistência dos argumentos que Mészaros mobiliza em defesa de suas teses, sua concepção de crise da ordem do capital contém

---

[1] BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? *Outubro*, 3, São Paulo, 1999, p. 7.
[2] MÉSZAROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 216.
[3] Cf. capítulo 5, *A Ativação dos Limites Absolutos do Capital*, e os seis outros que compõem a II Parte - *Crise Estrutural do Sistema do Capital* - do mesmo livro.

algumas dificuldades. O estudo da mais recente crise geral do capitalismo não precisa ser necessariamente atrelado a qualquer tipo de teoria do colapso. Ainda que as conclusões de Mészaros quanto a terem sido alcançados os limites absolutos do capital sejam refutadas nos próximos anos – a questão continua em aberto –, permaneceria o fato de que as últimas décadas do século XX foram de extensa e profunda crise do capitalismo. Assim como todas as crises capitalistas, também esta expressou, de modo particularmente agudo, as contradições constitutivas e insuperáveis deste modo de produção[4] e é possível perceber isso sem qualquer referência à ativação dos "limites absolutos do capital". A preocupação aqui não é a de saber se e como esta crise em particular pode ser superada pelo capitalismo – uma discussão de grande relevância política, é bom que se diga – mas de compreender seus contornos gerais e suas conexões com a luta de classes no plano internacional. A piada de Brenner não se aplica, pois, ao nosso caso: *crise do capitalismo tardio* é o nome que damos a um período da história recente do capitalismo, e nele não está implícita a idéia de uma crise final.

Outra abordagem inapropriada do tema da crise seria estabelecer uma relação de causalidade linear entre a crise econômica e a vida social e política, a segunda vista como campo de efeitos da primeira. Nenhuma análise marxista pode ignorar a importância do processo de acumulação de capital, mas a concepção materialista da história não precisa ser entendida como "**reduzir**, seguindo a concepção do autor [i.é, de Marx], os acontecimentos políticos a efeitos de causas que, em última instância, eram econômicas"[5]. É certo que as jornadas revolucionárias de 1848 em vários paises da Europa pareciam confirmar a relação direta estabelecida por Engels, que afirmou que Marx, alguns anos depois de escrever *As Lutas de Classes na França*,

> "extraiu, com toda clareza, dos próprios fatos, o que até então não fizera senão deduzir, semi-aprioristicamente, de materiais insuficientes, isto é, que a crise do comércio mundial, ocorrida em 1847, fora a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e de março e que a prosperidade industrial, que voltara pouco a pouco, a partir de meados de 1848, e

[4] Os termos do debate entre os marxistas da época da Segunda Internacional sobre os temas combinados da acumulação de capital e das crises cíclicas foram bem analisados em 1968 por ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y Estructura de El Capital de Marx*. 6ª ed., Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1989. Mais recentemente, no Brasil, apareceu o consistente trabalho de Jorge GRESPAN (*O Negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1999), que discute a crise como momento interno do próprio capital.

[5] ENGELS, Friedrich. Introdução a "As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850". In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, [s.d.], p. 93, grifo meu.

> chegar ao seu apogeu em 1849-1850, foi a força vivificante na qual a reação européia hauriu renovado vigor"[6].

Entretanto, poucos anos depois, em 1857, sobreveio uma nova crise econômica de proporções internacionais, mas a onda revolucionária não se ergueu como em 1848. A relação causal e direta entre crises econômicas e acontecimentos políticos era desafiada:

> "Marx e Engels tinham depositado esperanças no seu reaparecimento nos anos imediatamente subseqüentes. Eles olharam seriamente para uma nova explosão global em seqüência à (e conseqüência da) grande depressão global econômica de 1857. Quando isso não aconteceu, eles não a esperaram mais em um futuro previsível e, certamente, não mais na forma de um outro 1848"[7].

Se não é possível fazer uma ligação causal mecânica entre as crises cíclicas do capitalismo e a marcha da luta política, tampouco seria correto afirmar a inexistência de qualquer relação entre estas duas ordens de fenômenos. Uma solução teórica interessante é proposta por Valério Arcary. Estudando os conceitos marxistas de época, situação e crise revolucionária, este autor sugere uma distinção nas escalas de temporalidade a que estariam referidos aqueles conceitos e, de outro lado, no modo como se expressa a determinação materialista em cada temporalidade. A noção de época revolucionária, tal como empregada por Marx no *Prefácio* de *Para a Crítica da Economia Política* (1859), designaria uma condição histórica de longo prazo, determinada objetivamente pelo desenvolvimento das contradições do modo de produção que criariam a necessidade histórica de sua superação. Mas

> "na medida em que nos afastamos da longa duração para a média duração e desta para o curto prazo, a primazia das determinações objetivas é cada vez mais relativizada pelo peso crescente dos fatores subjetivos, pela disposição de luta e nível de consciência das classes, seus humores, psicologia, capacidade ou tradição de organização. Até que, nos momentos de crise revolucionária, quando os deslocamentos nas relações de forças abrem a possibilidade da luta pelo poder, a incidência da ação dos sujeitos políticos (organizações, frações, partidos) poderia ser aquele último elo da cadeia de causalidades que definirá o sentido da vitória ou derrota."[8]

---

[6] Idem, ibidem, p. 95.
[7] HOBSBAWM, Eric. A Era do Capital. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 174.
[8] ARCARY, Valério. *As Esquinas Perigosas da História. Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. Tese de Doutorado em História, USP, São Paulo, 2000, mimeo, p. 63.

A possibilidade de que uma crise cíclica esteja relacionada à intensificação dos conflitos políticos estaria, então, mediada por fatores políticos, culturais, ideológicos. Arcary lembra que esta busca da articulação entre os movimentos da luta de classes e a dinâmica da acumulação de capital é uma peça chave do debate sobre a teoria das ondas longas do capitalismo. Acompanhando a interpretação de Ernest Mandel sobre o tema, ele aceita a hipótese de que o desenvolvimento histórico do capitalismo se divide em grandes períodos alternados ascendentes (em que as crises de superprodução eram breves e as fases subseqüentes de expansão mais duradouras) e descendentes (quando ocorria o inverso: crises cíclicas mais longas e profundas e retomadas breves e de curto alcance). As fases ascendentes, após cumprirem um período que historicamente ficou sempre próximo de 25 anos, tendiam a reverter seu sentido e tornavam-se descendentes. Mas algo crucial é que a interrupção de uma fase descendente e o lançamento de uma nova etapa de ascensão não seria automática. Historicamente, só pôde ser alcançada mediante intervenção de fatores "estranhos" à dinâmica endógena dos ciclos econômicos (por exemplo, a divisão geopolítica do mundo pelas potências imperialistas nos últimos anos do século XIX proporcionou a obtenção de matérias-primas muito mais baratas, reduzindo assim o valor relativo do capital constante e permitindo a recuperação das taxas de lucro que financiaram a aplicação generalizada dos avanços da chamada "segunda revolução tecnológica" e a onda longa ascendente que se seguiu).

Arcary não minimiza os questionamentos lançados contra a teoria das ondas longas, particularmente quanto ao paradoxo da sua impressionante regularidade (aproximadamente 50 anos separam o início de cada onda), uma vez que a admissão de fatores "exógenos", como as flutuações políticas da luta de classes – que alguns autores supõem serem externos aos elementos do ciclo de rotação do capital tal como estudado por Marx – deveria provocar a quebra da regularidade cronológica[9]. As dificuldades para sustentar a hipótese das ondas longas não obscurecem, no entanto, o

[9] A questão das ondas longas na história do capitalismo é das mais controvertidas entre marxistas e também entre economistas em geral. O nome do ex-ministro do governo Kerensky, Nikolai Kondratieff, ficou ligado à teoria das ondas longas (que ele inicialmente denominava ciclos, com as fases A – ascendente e B – descendente) depois da publicação de seus estudos nos anos 20, mas ele não foi o primeiro a apontar a existência dos longos períodos alternados de tendência ascendente ou de estagnação econômicas: Alexander Helphand (Parvus), J. Van Gelderen, Kautski e Trotski já haviam mencionado o problema anteriormente. Os marxistas que defendem a existência das ondas longas procuram relacioná-las à problemática do desenvolvimento histórico da acumulação de capital, ao estudo da lei da queda tendencial da taxa de lucros e suas contratendências. Cf. MANDEL, Ernest. *Long Waves of Capitalist Development*. London, Verso, 1995.

ganho teórico de incluir a luta de classes como parte das determinações do processo de acumulação de capital. Esta é uma das principais contribuições da teoria do capitalismo tardio (e sua crise), que examinaremos a seguir.

Em 1940, nos Estados Unidos, e em algum momento entre 1945 e 1948, nos demais países imperialistas, teve início uma fase de crescimento econômico duradouro (embora com interrupções) que pôs fim ao período de estagnação relativa que se estendia desde 1914. Esta época, que Ernest Mandel interpreta como uma onda longa de tendência expansiva, corresponde ao *capitalismo tardio*.[10] Para Mandel não se trata de uma nova fase do capitalismo, qualitativamente distinta e que tornaria anacrônicas as análises de Marx e de Lênin. Ao contrário, este período "constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista. Por implicação, as características da era do imperialismo enunciadas por Lênin permanecem, assim, plenamente válidas para o capitalismo tardio"[11].

Não obstante, o capitalismo tardio pode ser tomado como um sub-período do imperialismo, distinto na medida em que se pode apontar a vigência de um certo padrão nas formas específicas de reprodução ampliada do capital – e, portanto, da luta de classes. O período do capitalismo tardio estende-se até sua crise, aberta no final dos anos 60 e manifesta nas crises gerais de superprodução de 1974-75.[12] As principais características do modo de produção capitalista nas décadas que nos interessam, de crise do capitalismo tardio, devem ser compreendidas, em perspectiva histórica, como desdobramentos críticos dessa fase anterior. A principal razão para recuperarmos a análise marxista de Mandel sobre o capitalismo tardio é que ela dá pistas para a compreensão do nosso período em parâmetros históricos, isto é, como desenvolvimento não-linear das contradições do momento anterior. A leitura do seu livro de 1972 sobre o capitalismo do pós-guerra ajuda a perceber que houve, decerto,

---

[10] A expressão *capitalismo tardio* foi usada por outros autores e com outros sentidos. Trinta anos antes da obra de Mandel, Natalie Moszkowska, marxista de origem polonesa radicada na Suíça, publicou o seu *Zur Dinamic der Spätkapitalismus*. No Brasil há o conhecido livro de João Manuel Cardoso de Mello. O uso que fazemos do termo é restrito ao significado dado por Ernest Mandel.

[11] MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985 (Col. Os Economistas), p. 5. O próprio autor não considera satisfatória a expressão *capitalismo tardio* "*porque é de ordem cronológica, e não sintética*", mas decide-se por mantê-la aguardando que, "*talvez num futuro próximo a discussão nos forneça um melhor termo de síntese*".

[12] O livro de Mandel teve o mérito, reconhecido até mesmo por seus críticos, de predizer, em 1972, que a longa fase de crescimento econômico capitalista havia chegado ao fim e que os próximos anos seriam de crise e estagnação. Na época a maioria dos analistas pensava exatamente o contrário.

mudanças no cenário desde então, mas em escala e profundidade muito menores do que supõem certos discursos da "globalização".[13]

O que permitiu ao capitalismo elevar muito as taxas de investimento e gerar os índices de crescimento que valeram àquele período a inadequada designação de "trinta anos gloriosos" (Hobsbawm fala em "Era de Ouro"), isto é, o que assegurou a recomposição da taxa de lucro que declinara quase incessantemente no período anterior ("Era da Catástrofe", para Hobsbawm) foi um fator que não pode ser compreendido sem referências à luta de classes: o aumento da taxa de mais-valia. Mandel argumenta, apoiando-se em Marx, que a determinação da taxa de exploração do trabalho (taxa de mais-valia) depende da fixação do valor do trabalho necessário, o que por sua vez é dependente do valor dos meios de consumo empregados para a reprodução da força de trabalho. Ora, é evidente que a reprodução da força de trabalho pode ser mais ou menos precária, determinando um nível de vida mais ou menos degradado da classe trabalhadora. Conseqüentemente, a luta de classes, ao alterar o patamar de reprodução da força de trabalho, modifica o valor do trabalho necessário, o que não pode deixar de repercutir sobre as taxas de lucro e de mais-valia. Nos termos de Marx,

> "(...)o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da taxa máxima de lucro, cabe uma escala imensa de variantes. **A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho** (...). A questão se reduz ao problema da relação de força entre os combatentes."[14]

De passagem deve-se notar que, se a luta de classes atua no processo de determinação do elemento central da acumulação de capital, a produção de mais-valia, então ela não pode mais ser considerada como "externa" ao circuito "econômico" de valorização do valor. Ou, o que é o mesmo, a "economia" não é concebida como uma esfera à parte, uma infraestrutura detentora de uma legalidade exclusiva e que despejaria seus "efeitos" sobre a superestrutura. Mandel conclui que, uma vez "que a relação de forças dos combatentes determina a distribuição do valor

[13] As "metáforas" da globalização e algumas das tentativas de abordagem teórica foram comentadas por IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
[14] MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. In: *MARX, K*., S. Paulo, Nova Cultural, 1986, (col. Os Economistas), p. 182, grifo meu.

recém-criado entre capital e trabalho, ela determina, da mesma forma, a taxa de mais-valia"[15].

O "aumento rápido e maciço na taxa de mais-valia" que possibilitou a passagem para o período ascendente do pós-guerra foi possível somente porque a burguesia conseguiu impor um deslocamento a seu favor na luta de classes. Analisando dados referentes aos principais países imperialistas, Mandel demonstra que, nos anos seguintes à grande crise de 29, em todos eles ocorreu: 1) redução dos salários reais; 2) não recuperação do valor dos salários nas fases de crescimento subseqüentes às crises cíclicas (isto é, redução a longo prazo do valor da mercadoria força de trabalho); 3) deterioração adicional desse valor mediante manipulações, fraudes, etc; 4) expansão da intensidade média e, em termos tendenciais, da duração da jornada de trabalho. Obter estes resultados exigiu, no entanto, que na arena política fossem asseguradas algumas condições:

> "enfraquecer decisivamente, ou mesmo esmagar os sindicatos e todas as outras organizações da classe operária – inclusive sua organização política; (...) atomizar e intimidar o proletariado em tal medida que qualquer forma de defesa coletiva se torne impossível; (...) recriar a situação 'ideal', do ponto de vista do capital, da concorrência generalizada de operário contra operário."[16]

A Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, a vitória do fascismo na Alemanha e na Itália proporcionaram estas condições. A expansão da taxa de mais-valia mediante a erosão do valor da força de trabalho não tinha sido possível de assegurar "nas condições 'pacíficas' e 'normais' vigentes após a Primeira Guerra Mundial"[17] devido ao incremento da capacidade de luta do proletariado na esteira da Revolução Russa e dos levantes revolucionários que varreram a Europa em seguida. Nos anos 30 as condições de exploração do trabalho se modificaram favorecendo ao aumento da taxa de mais-valia e, por outro lado, os orçamentos militares, reintroduzindo grandes aportes de capital excedente (que não encontrava oportunidades de valorização na fase anterior) na produção de mais-valia, proporcionaram um novo impulso inicial na acumulação de capital. Asseguradas as pré-condições, as bases do crescimento cumulativo das economias dos Estados imperialistas entre 1940/45 e 1965 puderam ser estabelecidas e vieram então os anos de "serenidade" do capitalismo tardio,

---

[15] MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Op. cit., p. 105.
[16] Idem, ibidem, p. 111.
[17] Id., ibid., p. 120. Mandel apóia seus argumentos na análise cuidadosa de dados estatísticos referentes aos principais países da Europa, EUA e Japão.

> "durante os quais todos os fatores pareciam promover a expansão: taxa elevada de investimentos, crescimento rápido da produtividade do trabalho, taxa em ascensão de mais-valia, facilitada pela presença do exército industrial de reserva, e conseqüentemente crescimento mais vagaroso dos salários reais em comparação com a produtividade do trabalho, com arrefecimento simultâneo das tensões sociais"[18].

O aumento substantivo da produtividade do trabalho, que é um dos elementos constitutivos do capitalismo tardio, está estreitamente relacionado ao que Mandel denomina "terceira revolução tecnológica". Sua possibilidade técnica proveio da expansão da produção armamentista, que se manteria em níveis muito elevados ao longo de toda a chamada "guerra fria". Mas o progresso da automação e das demais inovações tecnológicas respondia principalmente à necessidade de produzir mais-valia relativa. A exigência de redução dos custos salariais, crucial para a manutenção das altas taxas de mais-valia, não poderia depender permanentemente da guerra ou do nazi-fascismo. "A compulsão sentida pelos 'muitos capitais' para reduzir os custos salariais tinha sua contrapartida, para o 'capital em geral', na tendência à reconstrução do exército industrial de reserva, através da liberação de força de trabalho desempregada"[19]. A fonte predominante de superlucros passou a ser a "renda tecnológica", obtida mediante a monopolização do progresso técnico, diferentemente de períodos anteriores em que os superlucros eram buscados predominantemente nos preços de monopólio ou, na primeira fase do imperialismo, no investimento em áreas do globo onde a composição orgânica do capital era mais baixa. No capitalismo tardio a "*busca sistemática e contínua de inovações tecnológicas e dos superlucros correspondentes* torna-se o padrão característico das empresas (...) e especialmente das grandes empresas de capital aberto[20]".

O incremento da produtividade do trabalho proporcionou elementos para a intensificação do aumento na composição orgânica do capital (deslocou trabalho vivo por trabalho morto) e para a redução do tempo de rotação do capital. A força de trabalho ligada ao processo de produção passou a ser gradativamente transferida para tarefas de preparação e supervisão e, onde a automação atingiu estágios mais avançados, sua função de *preservar* o valor tende a preponderar sobre a *criação* de

---

[18] Id., ibid., p. 125.
[19] Id., ibid., p. 135.
[20] Id., ibid., p. 157, itálico no original. Mandel destaca a função da busca de superlucros como componente essencial da reprodução ampliada de capital, na medida em que os investimentos tendem a alocar-se precisamente nos setores que apresentem taxas de retorno mais vantajosas, isto é, superiores ao lucro médio.

valor. Mandel discute o processo de automação e rejeita categoricamente a possibilidade da automação generalizar-se como forma de produção capitalista. Trata-se, isto sim, de uma importante contradição, exacerbada no capitalismo tardio, de um modo de produção que não pode deixar de eliminar progressivamente o trabalho vivo mas que, ao fazê-lo, reduz proporcionalmente a base real da produção de mais-valia.

Reconhecer que o capitalismo tardio é um período em que as forças produtivas passam por uma expansão, em termos absolutos, "mais rápida do que em qualquer outra época" não impede Mandel de caracterizá-lo como uma época de crise estrutural do modo de produção capitalista. A condição, prevista por Marx no *Prefácio* de 1859, de que uma época de revolução social sobrevém quando as forças produtivas materiais, a certa etapa do seu desenvolvimento, entram em contradição com as relações de produção existentes, estaria em plena vigência no capitalismo tardio. Para Mandel a tese de Marx

> "não implica absolutamente que, a partir de então, qualquer desenvolvimento adicional [das forças produtivas] se torne impossível sem a derrubada desse modo de produção; significa apenas que, desde essa época, as forças de produção ulteriormente desenvolvidas entrarão em contradição cada vez mais intensa com o modo de produção existente e favorecerão a sua derrubada"[21].

Com a redução do tempo de rotação do capital, provocada pela manutenção do desenvolvimento técnico, cresce a pressão, em cada empresa ou conglomerado, para desenvolver estratégias de mercado amparadas em planejamentos de longo prazo. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento crescem exponencialmente no período e aparecem métodos de organização mais refinados, alterando a velha hierarquia fabril. A expansão das forças produtivas tensiona as fronteiras dos Estados e a "*concentração internacional de capital começou a transformar-se em centralização internacional. No capitalismo tardio, a empresa multinacional tornou-se a forma organizativa determinante do grande capital*.[22]" Passa a não ser mais lucrativa a produção em escala nacional, seja devido aos limites dos mercados internos, seja em razão do enorme volume de capital necessário para a produção. Mandel indicou com precisão os contornos de um conflito que, anos depois, estaria na base das preocupações das chamadas "teorias da globalização". A capacidade real de planejamento e intervenção dos Estados (que era central nos arranjos políticos dos

[21] Id., ibid., p. 152.
[22] Id., ibid., p. 223, itálico no original.

países imperialistas durante o capitalismo tardio), encontra-se em contradição com a tendência à centralização internacional de capital:

> "A pressão para haver um capital internacional e um mercado monetário adequado às necessidades da crescente internacionalização do capital *deve* colidir com o planejamento econômico a nível nacional e assim – depois de uma fase de extraordinário crescimento econômico – intensificar a suscetibilidade da economia capitalista atual a crises"[23].

Alteraram-se, por sua vez, as formas da relação entre os países imperialistas e a periferia semi-colonial ou dependente. Os investimentos nos países periféricos deslocaram-se, em certas áreas, da pura produção de matérias-primas para a fabricação de bens de consumo. A produção direta de superlucros nas colônias, típica dos enclaves imperialistas, não desapareceu, mas passou a desempenhar um papel secundário nos fluxos internacionais de capital entre o centro e a periferia. Em seu lugar começou a predominar a troca desigual, que operava a transferência de valor em favor dos países imperialistas com base nas diferenças de produtividade de trabalho[24].

Opondo-se à tese de que o ocidente se encaminhava para algum tipo de sociedade "pós-industrial", Mandel demonstra que, ao contrário,

> "o capitalismo tardio constitui uma industrialização generalizada universal pela primeira vez na história. A mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social.[25]"

Um dos aspectos mais sérios da subordinação de todos os setores da vida social ao capital é a "reprivatização da esfera do lazer da classe operária", que representa uma quebra da tendência "típica da época da livre concorrência e do imperialismo clássico de uma expansão constante das esferas de ação coletiva e de solidariedade do proletariado[26]". Todo o setor de serviços, que Mandel considera como não produtivo (não produtor de mais-valia), passa a ser procurado por importantes massas de capital que não encontram oportunidades de retorno lucrativo na produção direta de mais-valia. Esses capitais tomam ali "o lugar do trabalho privado e da pequena empresa de maneira tão inexorável quanto na produção industrial de 100 ou 200 anos antes[27]". A

---

[23] Id., ibid., p. 241, itálico no original.
[24] Mandel aceita os contornos gerais da idéia da deterioração dos termos de troca, formulada pelos chamados "teóricos da dependência", mas faz ressalvas às análises de André Gunder Frank, Samir Amin e Christien Palloix.
[25] Id., ibid., p. 271.
[26] Id., ibid., p. 276.
[27] Id., ibid., p. 272.

expansão do setor de serviços, que assume proporções ainda maiores se comparada à expansão menos intensa do setor industrial, é explicada pela evolução da divisão social do trabalho. A multiplicação das funções intermediárias é uma exigência da socialização crescente do trabalho que acompanha a complexificação das cadeias produtivas e sua interdependência.

O capitalismo tardio foi um período em que as crises periódicas de superprodução, conquanto não deixassem de acontecer, não assumiram proporções catastróficas (como em 1929/32) e nem ocorreram simultaneamente em todos os países imperialistas. A explicação para este fenômeno está nas políticas anticíclicas desencadeadas pelos Estados imperialistas, especialmente a manutenção da inflação permanente institucionalizada através do gasto público e da expansão do crédito. Os limites das políticas anticíclicas eram, porém, bem determinados. O aumento da quantidade de dinheiro em períodos de recessão pode alavancar a venda de bens de consumo ou dos bens de produção ou armamentos demandados pelo Estado, mas o retorno dos investimentos produtivos nem por isso está garantido. Se a taxa de lucro cair a um nível excessivamente baixo, ou se os lucros esperados para os novos investimentos não forem suficientemente altos, nenhuma política de proteção à demanda pode evitar o desinvestimento e a recessão. Além disso, a criação inflacionária de crédito perde seu caráter de estímulo quando o endividamento de empresas, Estados e consumidores passa a restringir seu poder de compra. As receitas keynesianas de política econômica, que durante as décadas do capitalismo tardio provaram ser úteis ao objetivo de facilitar a reprodução do capital, tornaram-se rapidamente obsoletas tão logo aqueles limites foram alcançados.

Mandel demonstra com abundância de dados que os arranjos institucionais e as políticas de inspiração keynesiana nunca tiveram o poder de impedir o aparecimento das crises cíclicas nos países imperialistas. Ao lograrem reduzir sua extensão e seus efeitos, todavia, impediram que as crises desencadeassem a destruição de valor ou, pelo menos, minimizavam bastante tal destruição. Durante a guerra fria, e diante de sindicatos com forte poder de barganha, a contenção dos efeitos das crises tinha a vantagem política evidente de ajudar a amortecer as tensões sociais, mas a "fuga para adiante" viabilizada pelas políticas dominantes apenas aprofundava as contradições enquanto adiava o momento do acerto de contas. A exaustão dos mecanismos anticíclicos já era visível no princípio da década de 70: "a contradição entre uma capacidade produtiva prodigiosamente desenvolvida e

possibilidades limitadas de vendas e de valorização do capital no mercado mundial está começando a assumir formas cada vez mais explosivas".[28] A primeira crise geral de superprodução do pós-guerra e a fase crítica que a sucedeu confirmaram a análise de Mandel.

O Estado tornou-se, no capitalismo tardio, um instrumento crucial na viabilização da administração das crises cíclicas. Sem descurar das funções repressivas, inerentes à sua condição de máquina de dominação de classe, os Estados desenvolveram modalidades novas de integração das classes subalternas (principalmente através da ampliação da participação de partidos social-democratas e comunistas nos parlamentos e governos, mas também através das várias formas de "legislação social") e de provisão das condições gerais de produção. Administrar crises significava, principalmente, empregar quando necessário "todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas" e, do ponto de vista social, o

> "esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalistas por meio de um ataque sistemático à consciência de classe do proletariado. Assim, o **Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para 'integrar' o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, 'parceiro social' ou cidadão** (...) O Estado procura constantemente transformar qualquer rebelião em reformas que o sistema possa absorver, e procura solapar a solidariedade na fábrica e na economia."[29]

Parcelas consideráveis do valor socialmente produzido foram efetivamente redistribuídos em favor do orçamento público através dos mecanismos criados pela chamada legislação social. Contudo, a idéia de que se estava diante de um Estado de novo tipo, um "Estado social", é uma ilusão que repousa na "falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho". Para Mandel, as expectativas ilusórias sobre a possibilidade de "socialização através da redistribuição" seriam apenas os primeiros passos de um "reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro".[30]

A hipertrofia característica do Estado capitalista tardio é, assim, um "*corolário histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a*

---

[28] Id. ibid., p. 330.
[29] Id., ibid., p. 340-1, grifo meu.
[30] Id., ibid., p. 339.

*mais-valia de maneira regular*".[31] Por outro lado, a importância crescente do Estado nas tarefas de centralizar e redistribuir quotas maiores do excedente social aumenta a necessidade de os grupos de capitalistas exercerem influência sobre suas decisões. Mandel observa que o parlamento deixa progressivamente de ser o espaço privilegiado de composição dos interesses dos diferentes grupos capitalistas. Grupos de pressão (*lobbies*) atuando diretamente sobre os altos escalões governamentais processam a "reprivatização não oficial, por assim dizer, da articulação dos interesses de classe da burguesia".[32]

Na segunda metade dos anos 60, segundo Mandel, já apareciam os primeiros sinais de que a "onda longa expansionista" estava chegando ao fim. O fantasma da crise geral, que alguns analistas julgavam esconjurado para sempre pelo "capitalismo organizado"[33] do pós-guerra, voltou a ameaçar gravemente a reprodução ampliada do capital em escala internacional. O capitalismo tardio entrava em sua fase crítica. Observando o comportamento da classe dominante nos países imperialistas, Mandel detecta os traços principais das grandes mudanças que, no entanto, estavam apenas começando:

> "O principal objetivo da política econômica burguesa não é mais anular os antagonismos sociais, mas sim descarregar sobre os assalariados os custos do reforçamento de cada indústria capitalista nacional na luta concorrencial. O mito do pleno emprego permanente está se desvanecendo. Aquilo que a sedução e a integração política não conseguiram realizar efetiva-se agora pela reconstituição do exército industrial de reserva e pelo cancelamento das liberdades democráticas do movimento dos trabalhadores (entre outras, a repressão estatal à greve e ao direito de greve)"[34].

---

[31] Id., ibid., p. 341, itálico no original. A tese de Francisco de Oliveira sobre o "modo de produção social-democrata" parte de uma constatação semelhante (a de que a reprodução ampliada do capital depende agora do fundo público para se viabilizar), mas chega a conclusões bem diferentes. Ele enfatiza o que considera ser o caráter anticapitalista da mediação econômica estatal (o "anti-valor") e acentua o sentido democrático da institucionalização e publicização da luta de classes, transformada num conflito no qual as classes não são meros "*autômatos do capital*" e sim "*são* personæ *de sua própria história*". *Os Direitos do Antivalor*. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 60.

[32] MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*, op. cit., p. 344. O autor menciona, a título de ilustração, o dito popular: "*Os ministros entram e saem; a polícia e os secretários permanentes ficam*". Id., ibid., p. 343.

[33] Mandel cita um comentário de Paul Samuelson, ganhador do Nobel de Economia, a respeito da aquisição do controle definitivo sobre os ciclos econômicos. Mesmo autores marxistas, como Baran e Sweezy e alguns dos defensores do conceito de *capitalismo monopolista de Estado*, aproximam-se destas conclusões ao admitirem o fim da concorrência na era do capitalismo monopolista. Cf. SWEEZY,Paul e BARAN, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966; BOCCARA, Paul (org.). *Le Capitalisme Monopoliste d'État*. Paris, Ed. Sociales, 1969.

[34] Id., ibid., p. 332.

## 7.2 MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA CRISE DO CAPITALISMO TARDIO – PRIMEIRA FASE (1968-1980)

Entre 1974 e 1975, pela primeira vez desde a década de 40, uma grave recessão econômica atingiu simultaneamente todos os países imperialistas. O evento possui grande relevância em si mesmo, não somente pela extensão da crise mas também porque ela significava que as políticas anticíclicas haviam perdido sua eficácia. Tanto assim que, após uma curta e insuficiente retomada, outra recessão internacional ocorre entre 1980 e 1982. É, portanto, simultaneamente, uma crise conjuntural e um importante marco da crise de todo um período histórico, o capitalismo tardio. As altas taxas anuais de crescimento e investimento que se tornaram freqüentes no pós-guerra ficariam para trás, e a acumulação de capital passou a marchar em passos curtos, ou até retroceder. O capitalismo estava entrando numa fase que pode ser descrita como crise de longa duração, que se estenderia até além do período coberto por esta pesquisa.

A crise conjuntural aberta em 1974 deve ser interpretada como uma clássica crise cíclica de superprodução, isto é, como o desfecho de "uma fase típica de queda da taxa média de lucros".[35] A curva descendente das taxas de lucro ao longo dos anos que antecederam a recessão e os claros sinais de excesso de capacidade produtiva nos países imperialistas, segundo os dados apresentados por Mandel, são fortes argumentos em defesa desta interpretação. Ambos os fenômenos são anteriores ao sempre mencionado "choque do petróleo", que não pode ser considerado, portanto, como causador da crise. De fato a alta dos preços do petróleo influiu sobre a crise quando ela já estava em curso, e de duas maneiras: estimulou a inflação internacional (pelo aumento de custos e pela ampliação da oferta de dinheiro e crédito representada pelos chamados petrodólares) e empurrou ainda mais para baixo a taxa de lucro (ao elevar o valor de um dos componentes do capital constante). Mas a explicação para esta, assim como para as demais crises de superprodução vividas pelo capitalismo ao longo de toda a sua história, é outra: trata-se de uma situação na qual a massa de mais-valia existente não é suficiente para assegurar a taxa média de lucro ao capital social. Tais crises são inerentes ao próprio processo de acumulação de capital e, ainda

[35] MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital*. São Paulo, Ensaio – Campinas, Edunicamp, 1990, p. 23. O autor apresenta tabelas com séries históricas que registram a evolução decrescente das taxas médias de lucro nas economias de EUA, Japão, Grã-Bretanha e Suécia.

que sofram influências conjunturais específicas, não são determinadas pela interveniência acidental de fatores exógenos.

O que ocorreu em 1974 não foi um raio em céu azul. O comportamento ao longo do tempo da taxa de lucros é um bom indicador das flutuações cíclicas do processo de acumulação capitalista. Mesmo trabalhando com dados que não são diretamente compatíveis com as categorias econômicas marxistas, vários autores chegam a resultados muito próximos quando se trata de confirmar a estreita correlação entre as variáveis taxa de lucro, investimento e crescimento industrial.[36] Entender a razão pela qual a taxa de lucro declinou até ultrapassar o ponto crítico (isto é, o ponto além do qual parte da atividade econômica e dos investimentos cessam devido à expectativa de não obter o lucro médio) exige uma detida investigação de história econômica, que ultrapassa os objetivos deste trabalho. Contudo, é útil lembrar que esta é a história das contradições do capitalismo tardio.

Manter por vários anos, com breves interrupções, as taxas de lucro próximas dos patamares ótimos foi possível enquanto o aumento da composição orgânica do capital (fruto da aceleração da concentração monopolista de capital e expresso na tendência a deslocar trabalho vivo por trabalho morto) e os aumentos reais de salários eram compensados (ou até superados) pelos ganhos com a produtividade do trabalho (renda tecnológica). Ora, as rendas tecnológicas tenderam a decair com a progressiva difusão das inovações técnicas. Nessas condições, a manutenção da taxa de lucro passava a depender do aumento da taxa de mais-valia. Só que o movimento operário, por seu turno, com suas organizações fortalecidas pelo período de quase-pleno emprego, estava em condições de resistir ao aumento da taxa de exploração do trabalho.[37] Desenhava-se uma situação nova, completamente diferente da que prevaleceu durante os anos do capitalismo tardio: a recomposição das taxas de lucro, necessidade prioritária para o capital, só teria chance de ser alcançada se a resistência operária fosse quebrada.

---

[36] Comparem-se, a título de ilustração apenas indicativa, os trabalhos de autores com perspectivas teórico-metodológicas inteiramente distintas, mas coincidentes quanto ao referido aspecto: SCHUMPETER, Joseph Alois. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985; FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1986; SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976; BARAN, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1986.

[37] Dados coletados por Schui Huffschmidt e citados por Mandel mostram o crescimento quase ininterrupto do número de dias parados e de grevistas por ano em seis países entre 1951 e 1974: EUA, Japão, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, França e Itália. Cf. MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital*, op. cit., p. 223.

A deflagração da crise do capitalismo tardio pode ser interpretada, assim, como decorrente do acirramento do conflito das classes em torno da taxa de mais-valia. As grandes greves operárias da França (1968) e Itália (1969), radicalizadas e vitoriosas, são expressões deste acirramento, sintomas da crise do capitalismo tardio. Considerar, como faz Marco Aurélio Garcia, que os direitos conquistados pelos trabalhadores nessas greves foram "responsáveis pela queda das taxas de lucro que comprometeram a competitividade européia e marcaram o declínio da experiência dos '30 gloriosos' anos de expansão capitalista no continente" [38] é não apenas ignorar a própria história do capitalismo naquele período, particularmente o comportamento histórico das taxas de lucro, mas também fazer coro ao discurso conservador que culpabilizou os trabalhadores e seus sindicatos pela crise econômica.

Para seus defensores históricos, os partidos social-democratas e eurocomunistas, não foi imediata a percepção de que o repertório de políticas keynesianas não era mais capaz de assegurar, simultaneamente, a reprodução ampliada do capital e a baixa intensidade do conflito de classes. O capitalismo tardio foi o período em que, de acordo com a conhecida análise de Adam Przeworski, a social-democracia assimilou o keynesianismo e, só então, passou a contar com uma política econômica coerente com seu projeto político distributivo e reformista:

> "A revolução keynesiana (...) forneceu aos social-democratas um objetivo e, com isso, uma justificativa para seu papel no governo (...). De vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado tornou-se quase da noite para o dia uma instituição por meio da qual a sociedade podia regular as crises a fim de manter o pleno emprego".[39]

A idéia de um capitalismo organizado era a própria base dos programas social-democratas, e é compreensível que os partidos tenham relutado em abandoná-los. As principais iniciativas governamentais (durante os anos 70 a maioria dos governos dos países imperialistas era social-democrata) diante das crises de 1974/75 e 1980/82 ainda foram inspiradas nos manuais keynesianos de administração de crises: ampliação da oferta de crédito às custas de grande expansão da dívida pública. O problema é que nada disso funcionava mais. Os movimentos do capitalismo "haviam

---

[38] O autor continua, no parágrafo seguinte: "*A partir daí tornou-se imperioso para importantes setores da burguesia quebrar a resistência e a capacidade de mobilização adquirida em 1968 pelo movimento operário*". GARCIA, Marco Aurélio. Em Busca de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e Contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999, p. 13.

[39] PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 53.

se tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la."[40] Os números do desemprego (ver Tabela 2, à frente), as taxas medíocres de crescimento (Tabela 1) e as sucessivas recessões terminariam por convencer a social-democracia, em alguns anos, de que era preciso renegar não apenas Keynes, mas também o próprio projeto reformista-distributivo. A partir dos anos 80, onde ganharam eleições, os governos social-democratas se ocuparam em fazer privatizações, manter equilíbrios fiscais e reduzir o gasto com programas de bem-estar social.

**Tabela 1: Médias das taxas anuais de crescimento do PIB real *per capita* em países selecionados (%)**

| | 1960-68 | 1968-73 | 1973-79 | 1979-89 |
|---|---|---|---|---|
| Alemanha | 3,1 | 4,0 | 2,5 | 1,7 |
| EUA | 3,1 | 2,0 | 1,4 | 1,8 |
| França | 4,2 | 4,5 | 2,3 | 1,6 |
| Inglaterra | 2,4 | 3,0 | 1,5 | 2,1 |
| Itália | 5,0 | 3,9 | 3,2 | 2,3 |
| Japão | 9,1 | 7,1 | 2,5 | 3,5 |
| CEE | 3,8 | 4,2 | 2,1 | 1,9 |
| OCDE | 3,9 | 3,5 | 1,9 | 2,1 |

Fonte: OCDE. Apud MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995, p 96.

Medidas anticíclicas apoiadas na expansão da moeda e do crédito não podiam mais limitar a profundidade e a extensão das crises mas, por outro lado, criaram as bases para a expansão sem precedentes da especulação financeira nas décadas seguintes. Retornaremos a este ponto. O que é necessário reter, por enquanto, é que a crise do capitalismo tardio significa, no plano da acumulação de capital, a abertura de um período em que as crises cíclicas se tornaram mais intensas e longas e as retomadas, mais débeis e curtas. A acumulação capitalista não se interrompeu, evidentemente, mas não retornou aos patamares históricos anteriores. A própria persistência das crises cíclicas indica a desproporção entre o estoque de mais-valia e a expectativa de remuneração da massa de capitais pela taxa média de lucro. Do ponto de vista do capital, qualquer tentativa de resolução desta situação só poderia ser procurada através de um incremento brutal da massa de mais-valia ou de uma portentosa destruição de valor (ou de alguma combinação entre ambas). As duas opções têm, evidentemente, graves conseqüências políticas. No primeiro caso,

[40] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 398.

implica em acirrar a luta de classes. No segundo, em acirrar o conflito entre os próprios capitalistas. Veremos, mais abaixo, que a primeira opção se mostrou mais viável.

Além das perturbações no próprio processo de acumulação de capital, a abertura da crise do capitalismo tardio foi sacudida por grandes agitações políticas de alcance internacional. As duas ordens de fenômenos, aliás, imbricaram-se muitas vezes nas mobilizações de massa. O ano de 1968 ficou marcado pela revolta estudantil, mas a onda que "varreu os três mundos"[41] não foi erguida somente por estudantes. Na França, no mesmo ano, e na Itália em 1969 (o "outono quente") verificaram-se mobilizações operárias de grandes proporções e em muitos outros países os estudantes estiveram ao lado de outros grupos sociais. A onda de rebeldia se estendeu pelos quatro cantos do mundo, mais abrangente que qualquer outro movimento na história: Bélgica, Alemanha, Espanha, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Polônia, Brasil, Chile, Canadá, México, Estados Unidos, Japão, Egito, Senegal, e outros mais. Não há consenso sobre se a vaga de 1968 teve ou não caráter revolucionário. Mas não pode restar dúvida quanto ao fato de que as gigantescas mobilizações romperam com o quadro anterior, de relativa estabilidade – ao menos nos países imperialistas, já que na América Latina, Ásia e África, no período do pós-guerra, as revoluções não tinham "faltado ao encontro".

Hobsbawm considera 1968 como a "última arremetida da revolução mundial",[42] mas este é um julgamento apressado, qualquer que seja o seu sentido preciso. As classes subalternas passaram, em mais de uma ocasião, da mobilização para a insurreição e situações revolucionárias voltariam a se abrir em vários continentes desde os primeiros anos das "décadas de crise". Em plena Europa dois processos revolucionários agitaram os anos 70: Portugal e Polônia foram seus palcos. Ao contrário do caso português, a que foi atribuída desde o princípio a denominação de "Revolução dos Cravos", o processo na Polônia raramente recebe o mesmo tratamento. E, no entanto, a classe operária polonesa foi protagonista do mais persistente, e talvez mais importante movimento de oposição de massas num país submetido ao regime stalinista. Mais de uma vez a ação política dos trabalhadores poloneses e seus aliados colocaram em xeque as políticas e os próprios fundamentos do Estado, e isso num contexto em que esteve sempre presente a sombra ameaçadora

[41] Idem, ibidem, p. 431.
[42] Id., ibid., p. 433.

da invasão soviética, como se viu em Praga no verão de 1968. Entre as grandes greves de 1970/71, 1975 e 1980, que chegaram a derrubar dois governos,[43] prosperaram formas de organização alternativa que adquiriam peso crescente na correlação de forças. Alguns intelectuais, muitos deles marxistas e ex-membros do POUP (Partido Operário Unificado da Polônia), organizaram o Comitê de Defesa dos Operários (KOR, sigla com as iniciais em polonês). Além de articular redes de solidariedade aos grevistas, que produziam como saldo organizativo comitês locais e regionais de trabalhadores, o KOR se destacou pela formulação de uma tática de enfrentamento ao regime que tinha no princípio da autogestão socialista o seu carro-chefe.[44] Além do KOR e dos grupos a ele ligados (inclusive setores da esquerda católica e grupos reformistas do POUP), a outra organização com grande penetração e influência entre as massas era a Igreja Católica, liderada por um corpo episcopal conservador.

No começo de 1981, em meio a greves e após o recém criado Sindicato Solidariedade conquistar o direito a editar seus próprios periódicos, um editorial do *Pravda* atacava as forças que pretendiam "destruir através das greves o Estado socialista na Polônia e levar a oposição ao poder". O texto era claro quanto ao risco iminente de surgir uma situação de "anarquia e **duplo poder**".[45] O duplo poder é a situação revolucionária clássica, e o *Pravda* sabia do que estava falando. As medidas governamentais para conter os trabalhadores, que tinham sido ineficazes em 1970 e 1975, agora eram simplesmente impossíveis de implementar. O movimento dos trabalhadores não apenas paralisava a economia, mas também o governo. Nas palavras de um analista, "todo polonês tinha comprovado, em uma ou outra ocasião no decorrer de cinco meses, que no dia seguinte ao de um gesto de autoridade, o poder cedia à força do movimento. Para restaurar o 'princípio da autoridade' já não bastavam as palavras autoritárias".[46]

---

[43] Wladislaw Gomulka foi deposto em dezembro de 1970 no auge da greve e após comandar uma repressão extremamente violenta, e seu sucessor, Edward Gierek, foi deposto em setembro de 1980, também após a greve. Sucedeu-o Stanilaw Kania, que ficaria no poder até o golpe militar de 1981, que deu o posto ao general Wojciech Jaruzelski.

[44] Análises da situação polonesa elaboradas por alguns dos intelectuais do KOR (dentre os quais Alexander Michnik e Jacek Kurón) podem ser lidas na obra coletiva *La Pologne: une societé em dissidence*. Paris, Maspero, 1978.

[45] Pravda, 30 de janeiro de 1981. Apud CLAUDÍN, Fernando. *A Oposição no "Socialismo Real"*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, p. 277, grifo meu.

[46] CLAUDÍN, Fernando. *A Oposição no "Socialismo Real"*. Op. cit., p. 279.

A situação revolucionária na Polônia tinha sido criada num contexto em que os trabalhadores lutavam por mudanças democráticas e, principalmente, contra os efeitos da crise econômica. O governo Gierek contraíra vultuosos empréstimos, aproveitando a abundância de crédito no mercado internacional, e ao aproximar-se o final da década de 70 o endividamento da Polônia estava entre os maiores do mundo. O serviço da dívida externa, que consumia 15% do valor das exportações polonesas em 1972, abocanhava 173% em 1981.[47] As exportações caíram, devido à crise em todos os mercados capitalistas. Endividado, o Estado polonês não podia bancar os subsídios aos bens de consumo popular nem os aumentos salariais demandados pelos trabalhadores, apesar haver se comprometido a fazê-lo. Ao contrário da quase imunidade da URSS à crise de 1929, que espantou os analistas ocidentais, a Polônia via-se profundamente atingida pelas crises econômicas do crepúsculo do capitalismo tardio. O movimento do proletariado polonês se orientava, assim, para um duplo front: na luta pelo poder político, usurpado pela burocracia do partido-Estado e seus privilégios, apontava para a perspectiva da revolução política.[48] Na luta por melhores condições de vida, batia-se contra os efeitos da crise econômica mundial.

Após prolongar-se por vários meses entre 1980 e 1981, a situação de duplo poder foi finalmente resolvida pelo golpe militar que colocou à frente do governo o general Woiciech Jaruzelski. O golpe foi obra da cúpula do POUP, que contou com o apoio semi-declarado do episcopado católico. A ameaça da invasão dos tanques de Moscou (houve manobras de tropas do Pacto de Varsóvia nas fronteiras da Polônia por várias semanas em 1980 e 81) foi decisiva para soldar o heterogêneo bloco político pró-golpe: católicos, nacionalistas, a cúpula da burocracia do partido e do Estado e os setores do POUP ligados a eles. Os setores mais radicalizados do movimento operário, ligados ao KOR e a outros grupos de esquerda, foram progressivamente isolados e perderam a capacidade de influir na direção do movimento nos anos 80, majoritariamente conduzido pelo setor nacionalista e católico que deteve o comando do sindicato Solidariedade.

---

[47] Cf. MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital*. Op. cit., p. 133. Este autor identifica a crise polonesa como de "escassez", e não de "superprodução" como as crises cíclicas capitalistas, mas aponta a conexão estreita entre as crises na Polônia e no mercado mundial.

[48] Na greve de 1975, na cidade de Radom uma manifestação operária, com bandeiras vermelhas e cantando a Internacional, dirigiu-se à sede do comitê provincial do partido. Diante da negativa dos dirigentes a negociar com os grevistas, os manifestantes indignados invadiram o edifício e lá descobriram grandes quantidades de alimentos estocados. Nos dias seguintes, em centenas de muros de Radom, apareceram os dizeres: "Abaixo o POUP, partido venal". O episódio é narrado por CLAUDÌN, Fernando, op. cit.

Em Portugal a revolução seguiu por caminhos próprios, mas algumas semelhanças podem ser apontadas. A derrubada do governo Marcello Caetano, em 25 de abril de 1974, realizada por um movimento liderado por oficiais médios das Forças Armadas – o MFA, Movimento das Forças Armadas -, perdeu o caráter de mero golpe militar tão logo foi seguida pela irrupção das multidões nas ruas. O protagonismo político das massas mobilizadas e radicalizadas determinou a instabilidade crônica do poder em Portugal por vários meses, instituindo e destituindo seis governos provisórios até novembro de 1975. Enquanto durou a situação de duplo poder, que se expressava inclusive na quebra da hierarquia das Forças Armadas, o destino da revolução portuguesa esteve em aberto. Após março de 1975 a contra-revolução armada havia sido derrotada e a direção política do movimento de massas era disputada, principalmente, pelo Partido Comunista Português (PCP, cujo chefe mais conhecido era Álvaro Cunhal) e pelo Partido Socialista Português (PSP, liderado por Mario Soares e Salgado Zenha), mas o movimento concreto nem sempre respeitava os limites definidos pelos programas dessas organizações. Escrevendo trinta anos depois dos eventos de que participara, um militante chama a atenção para as várias possibilidades que se abriram quando as classes subalternas romperam a calma relativa habitual:

> "Havia um desconforto do Governo, MFA e PC com a ação direta que questionava a propriedade privada dos grandes monopólios, bancos e latifúndios do Alentejo, mas **o processo tinha uma dinâmica anticapitalista independente que ninguém conseguia controlar até o fim**. Afinal, como defender a propriedade dos cúmplices golpistas de Spínola?"[49]

Em novembro de 1975, agindo para conter uma rebelião de pára-quedistas, uma ala da oficialidade ligada ao "grupo dos nove" e, portanto, ao PSP, assumiu o poder dentro das Forças Armadas e restaurou a hierarquia militar. O MFA e o PCP, alegando a necessidade de evitar a guerra civil, aceitaram o fato consumado. O fim da dualidade de poderes interessava sobretudo ao PSP, que preconizava a urgente instauração da normalidade democrática e propunha como grande objetivo político nacional a integração de Portugal na Comunidade Européia.[50] As eleições de abril de

[49] ARCARY, Valério. *Trinta anos do 25 de abril de 1974. A revolução portuguesa na perspectiva da história*. São Paulo, 2004, mimeo, grifo meu. Antonio Spínola, general com serviços prestados à ditadura de Salazar, apesar de ter iniciado a crítica pública dos oficiais militares à manutenção da guerra colonial, tornou-se logo o principal líder da contra-revolução armada ("kornilovista"). Chegou a contar com o apoio oficial do governo norte-americano, presidido à época por R. Nixon.
[50] Cf. SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo, Alameda, 2004.

1976 deram maioria aos moderados e pavimentaram o caminho da consolidação da ordem liberal. A alternativa socialista, fosse qual fosse sua vertente (além do PC de Cunhal havia uma miríade de pequenas organizações, principalmente trotskistas, maoístas e anarquistas), foi finalmente derrotada com a desmobilização gradativa das classes subalternas.

Mas a derrota da revolução socialista em Portugal não apaga o fato de que a Revolução dos Cravos desencadeou poderosas energias sociais anticapitalistas que contribuíram para elevar a tensão e a incerteza política da época de crise do capitalismo tardio. Enquanto perdurou a instabilidade política, a hipótese de uma radicalização não podia ser afastada. Mais grave: havia o risco de que a revolução socialista em Portugal influenciasse o processo de transição na Espanha, e as conseqüências poderiam ser, de fato, grandiosas. O quanto eram vermelhos os cravos portugueses pode ser avaliado examinando-se um documento que expressa as bases em que se construiu o novo poder pós-revolucionário. A Constituição promulgada em abril de 1976, já no preâmbulo, menciona a "decisão do povo português" de "**abrir caminho para uma sociedade socialista**". Mais abaixo, o Artigo Primeiro sancionava: "Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e **empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes**".[51] Entretanto, a correlação de forças que se expressava nesses princípios foi modificada nos anos que se seguiram, de modo que os governos supervenientes, inclusive quando encabeçados pelo Partido Socialista, descumpriram sistematicamente os preceitos constitucionais. A transição gradual para o socialismo, pelo menos em Portugal, revelou-se uma tese falsa.

Fora da Europa, duas revoluções abriram fissuras no imperialismo: Nicarágua e Irã. Somados à derrota militar dos EUA no Vietnã, estes acontecimentos marcam as mais significativas (mas não as únicas) conquistas da luta antiimperialista travada nos países periféricos. Diferentes em quase tudo, as revoluções iraniana e sandinista, que foram praticamente simultâneas, convergiam na luta contra governos que eram ostensivamente apoiados pelos EUA. Em ambos os casos a revolução foi mais longe do que nas duas situações anteriormente citadas: o desfecho imediato da luta revolucionária não foi a restauração (como na Polônia) nem a desmobilização que

[51] Constituição de Portugal. In: BRASIL. *Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras*. Brasília, Senado Federal, Sub-secretaria de Edições Técnicas, 1987, p. 759, grifos meus. Outros artigos da Constituição falam em transição para o socialismo e até em fim da exploração do homem pelo homem.

permitiu a vitória do setor moderado (como em Portugal), mas sim a tomada do poder pela via insurrecional.

Na Nicarágua o governo de Anastasio Somoza Debayle dava continuidade a uma ditadura familiar que teve início nos anos 30 com seu pai, Anastasio Somoza García. O "somozato" concluiu o processo de expropriação das terras dos camponeses indígenas e era apoiado internamente pelas oligarquias agro-exportadoras e pelos setores empresariais associados. A crise mundial dos anos 70 atingiu em cheio a economia nicaragüense e favoreceu a dissidência de grupos de empresários e profissionais liberais, o que abriu fissuras no bloco de sustentação de Somoza. Mas a força que o derrubaria não era proveniente da oposição burguesa e sim do movimento popular. A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) era uma organização guerrilheira com amplo enraizamento no movimento camponês, nos meios sindicais, associações de bairro, comunidades eclesiais de base. Não era estruturada como partido, com base em uma definição programática delimitada (várias organizações de esquerda operavam no interior da FSLN e disputavam sua direção), mas como frente, aglutinada em torno de um objetivo, a derrubada do ditador, e um método, a insurreição popular. Em julho de 1979, com a entrada dos rebeldes em Manágua e a fuga de Somoza, a revolução era vitoriosa: o poder não estava apenas trocando de mãos, mas a própria estrutura do Estado oligárquico começava a ser destruída.

Assim como Cuba, vinte anos antes, a revolução da Nicarágua provava que o imperialismo não era invencível. Mas uma coisa é tomar o poder e outra, bem diferente, é a implementação de um projeto de transformação social. Dois focos de imensos problemas se impuseram logo e se estenderam por toda a primeira década após a vitória. O primeiro foi a contra-revolução armada, treinada e financiada pelo governo dos EUA com meios legais e também ilegais, como mais tarde ficou provado. Claro que a luta com os "contra" consumiu recursos que, escassos, deixavam de ser aplicados em outras necessidades sociais. O outro foco de problemas era a combinação entre as graves dificuldades econômicas de um país pobre e dependente e as tensões políticas resultantes das tentativas de gerenciar estas dificuldades. A opção dos sandinistas foi a de tentar evitar que a burguesia pendesse em massa para a contra-revolução e assegurar, ao mesmo tempo, as exportações, vitais para o país.[52] Não houve nacionalização das empresas estrangeiras e os

[52] Cf. VILAS, Carlos María. *Perfiles de la Revolución Sandinista; liberación nacional y transformaciones sociales en Centroamérica*. Buenos Aires, Legasa, 1984.

empresários continuaram a contar com subsídios estatais. As formas de democracia popular, em rápido desenvolvimento após a revolução, terminaram paralisadas ao chocar-se contra os interesses da classe dominante, que se reorganizava em torno da União Nacional de Oposição (UNO).[53] Apesar da melhoria em indicadores sociais (sobretudo de educação e saúde), a crise econômica tornou-se crônica na década de 80. A revolução estava bloqueada: o novo poder não tinha como garantir novos avanços na qualidade de vida das classes subalternas ou mesmo impedir que os efeitos da crise recaíssem sobre elas sem contrariar a burguesia. Chegava ao limite a política sandinista de "coexistência de classe sem colaboração de classe".[54] Em fevereiro de 1990, na primeira eleição democrática da Nicarágua, o candidato da FSLN, Daniel Ortega, foi derrotado por Violeta Barrios Chamorro, viúva de um opositor liberal de Somoza cujo assassinato em 1978 provocara comoção popular.

A revolução iraniana foi considerada por Hobsbawm "de longe, a maior de todas as revoluções da década de 1970, e que entrará na história como uma das grandes revoluções sociais do século XX".[55] O que impressionou Hobsbawm foi, certamente, a imagem das centenas de milhares de manifestantes (algumas manifestações contaram com mais de um milhão de pessoas) que se reuniram regularmente, durante vários meses, nas principais cidades do Irã. As multidões gigantescas se levantavam contra a monarquia, instituída na década de 50 por um golpe claramente organizado pela CIA e encabeçada pelo xá Rheza Pahlavi. Os anos do regime do xá haviam proporcionado rápido crescimento das cidades e da industrialização, financiada pelo petróleo, e queda acentuada na produção agrícola, resultado da desorganização da estrutura agrária tradicional. Um grande número de desempregados urbanos, um contingente importante de estudantes e intelectuais radicalizados e uma classe operária em crescimento e fortalecida no estratégico setor do petróleo eram elementos de instabilidade. Ao contrário do que ocorria em países da OPEP com populações pequenas, a renda do petróleo não era suficiente, no Irã, para anular os efeitos da crise econômica mundial.[56] Hobsbawm estima que o padrão

---

[53] A UNO era uma frente de 14 partidos, expressão da reorganização da burguesia e dos setores médios no contexto pós-revolucionário. No pleito de 1990 o governo dos EUA apoiou, com declarações e dólares, a candidata da UNO, Violeta Chamorro. Cf. CASTELLANOS, Nayar López. *La Ruptura del Frente Sandinista*. México, Plaza y Valdes, 1996.

[54] A expressão é dos documentos da FSLN. Apud VILAS, Carlos María. Op. cit., p. 341.

[55] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. Op. cit., p. 440.

[56] A "economia política do petróleo" foi bem analisada por MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital*. Op. Cit, e COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a História*. São Paulo, Xamã – Pulsar, 2002.

de vida da maioria da população tenha decaído nos anos 70, situação que se agravou com a escalada da inflação.

A direção do movimento de massas, contudo, era de natureza religiosa. A oposição ao xá era apresentada pelos clérigos fundamentalistas como uma reação à ocidentalização dos costumes incentivada por uma monarquia que ofendia o Islã. Os discursos do principal líder religioso, o exilado aiatolá Ruhollah Khomeini, circulavam clandestinamente através de fitas cassete, repletos de diatribes contra o "grande Satã" norte-americano, aliado do xá e símbolo da decadência moral, e pregando a necessidade de um governo islâmico autêntico.

Em janeiro de 1979, quando as passeatas gigantes já eram uma desestabilizadora rotina, uma greve dos operários da indústria petroleira paralisou a economia do país. O xá não conseguiu que o exército reprimisse o movimento, que assumia o caráter explícito de um desafio ao poder. Com a autoridade quebrada, o xá preferiu fugir do Irã antes de descobrir quais meios seriam empregados para a sua deposição. Era a vitória da revolução, festejada em todos os continentes pelos lutadores antiimperialistas. Pouco tempo transcorreria antes que se extinguisse o entusiasmo da esquerda internacional com a revolução iraniana. O poder dos aiatolás se voltou rapidamente contra as organizações do movimento operário e da esquerda, e contra as liberdades democráticas. Persistiu, no entanto, a orientação antiamericanista, um dos pilares do discurso revolucionário. Teerã não voltou a ser aliada do imperialismo americano.

Em várias outras zonas do globo as insurreições e levantes criaram focos de instabilidade no período inicial da crise do capitalismo tardio. Na África, num processo intimamente conectado à Revolução dos Cravos, a desagregação do império colonial português coincidia com o ascenso de organizações revolucionárias com influência socialista. Aquelas que, como o MPLA em Angola, conseguiram chegar ao poder, mereceram a atenção do imperialismo americano, que tratou de financiar e armar grupos (por vezes etnias inteiras) para tentar a sua derrubada. Além das ex-colônias portuguesas, outros países africanos viveram situações de crise política aguda: Etiópia, onde um imperador foi derrubado em 1974, Daomé, que mudou seu nome para República Popular do Benim, Madagascar, Congo, Rodésia, que trocou o nome para Zimbábue. No extremo sul do continente uma frente política com forte peso de organizações de esquerda, o Congresso Nacional Africano, conduziu até a vitória a luta de massas contra o regime de *apartheid*, pilar de sustentação de um

governo que contou, quase até o fim, com apoio norte-americano. Na América Latina o imperialismo teve que se movimentar para derrotar adversários que demonstraram real capacidade de chegar ao poder (e efetivamente chegaram, em alguns casos) em El Salvador, Panamá, Granada e Chile.

A observação do cenário político internacional nos doze anos posteriores a 1968 indica que as classes subalternas agiam com capacidade de iniciativa e com energia suficiente para alterar a correlação de forças em vários países. O poder do imperialismo não chegou a ser ameaçado globalmente, mas estremeceu e, em algumas pontas, como Vietnã, Nicarágua e Irã, rachou. Se a burguesia, em quase todos os países, parecia atônita diante da crise mundial, as classes subalternas, ao contrário, saíam para a luta aberta. No entanto, apesar das intensas lutas nacionais, não foi construída uma alternativa global dos trabalhadores para a crise do capitalismo tardio. Todas as revoluções dos anos 70, em prazos mais ou menos curtos, terminaram derrotadas ou desviaram-se de sua orientação anticapitalista inicial. Quando a vaga ascensional dos trabalhadores quebrou, no início dos anos 80, o refluxo trouxe consigo uma poderosa reação burguesa, também em escala internacional. O imprescindível estudo desta derrota estratégica das classes subalternas mal foi iniciado. Os aspectos a considerar são muitos, incluindo as relações do imperialismo com a contra-revolução mundial, o papel da URSS, as conseqüências das escolhas táticas e dos projetos estratégicos dos setores dirigentes do movimento, as questões organizativas. Não fizemos, obviamente, esta investigação e aqui não vamos além de sugerir uma das pistas que precisariam ser averiguadas.

Já foi mencionado que a crise do capitalismo tardio tornava-se, ao mesmo tempo, a crise da social-democracia na medida em que eram solapadas as bases para as políticas reformistas. Resta interrogar a outra grande corrente de esquerda do movimento operário, a dos partidos comunistas. István Mészaros entende que o projeto de socialismo construído sobre o legado da experiência soviética de 1917 tornou-se ineficaz ao pretender generalizar o modelo da revolução como "ruptura do elo mais fraco".[57] Talvez seja um veredicto severo demais para o legado de outubro, sobretudo porque não há apenas uma, mas várias e muito diferentes apropriações do legado. Os partidos comunistas eram a mais importante corrente de "herdeiros" da

[57] MÉSZAROS, István. *Para Além do Capital*. Op. cit. Cf. sobretudo os capítulos reunidos na Parte II – Legado histórico da crítica socialista 1: o desafio das mediações materiais e institucionais na esfera de influência da revolução russa.

revolução russa, mas não eram os únicos. É difícil discordar dele, porém, quanto ao fato de que, na perspectiva da defesa do socialismo num só país, o setor majoritário do movimento comunista assumiu um caráter apologético e acrítico. Mesmo assim, é preciso mais do que uma análise da matriz teórica dos programas para explicar as mudanças na relação dos comunistas com os movimentos concretos da classe operária. Nas grandes lutas dos trabalhadores no período que estudamos, os comunistas, não poucas vezes, estiveram na trincheira adversária (como na Polônia) ou se omitiram (como em 68, na França).

## 7.3 MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA CRISE DO CAPITALISMO TARDIO – SEGUNDA FASE (1980-?)

A década de 80 é o começo de uma nova etapa da crise do capitalismo tardio, na qual a burguesia sai do relativo imobilismo e passa à ofensiva. Em três grandes frentes o avanço burguês conquistou posições importantes, que determinaram uma nova alteração na correlação de forças. Consideradas no conjunto ou mesmo separadamente, estes três movimentos da classe dominante passaram a ter seus nomes associados ao que seria, segundo muitos, uma nova era do capitalismo, senão da própria história da humanidade: reestruturação produtiva (ou revolução tecnológica, ou revolução informacional, não faltam nomes e respectivas teorias), globalização, neoliberalismo. Aliás, convencer e conquistar o senso comum para a tese de que vivemos em uma nova era é um dos campos de construção permanente da hegemonia burguesa contemporânea. Dependendo do contexto, o nome da era nova pode variar significativamente, desde a "sociedade pós-industrial" de Daniel Bell até a "modernidade", de Fernando Collor, no Brasil, ou globalização.

Todas as variantes da tese de que a humanidade acabou de cruzar os umbrais de uma nova era caem por terra se abordadas em perspectiva histórica. Este é o sentido da questão formulada por Virgínia Fontes a respeito do capitalismo contemporâneo: "A expansão quantitativa e internacionalizada desses pressupostos [os pressupostos da subsunção real do trabalho no capital, tais como estudados por Marx], visível na atualidade, traria consigo modificações qualitativas?"[58] A autora demonstra que só seria possível responder afirmativamente se fechássemos os olhos

[58] FONTES, Virgínia. *Interrogações sobre o capitalismo na atualidade – trabalho e capital, economia e política*. Niterói, 2004, mimeo.

para os elementos que definem o capital como relação social de subordinação e expropriação dos trabalhadores. Quanto a isso, que é o essencial, as novas formas de expropriação capitalista, que alteraram o patamar histórico da luta de classes, não representam a transposição de uma época, como numa nova revolução neolítica, mas sim uma atualização histórica das relações que continuam a reproduzir a dominação de classe.

No extremo oposto, há autores que contestam a própria existência de uma ofensiva capitalista no período a que nos referimos. Apoiados em dados que comprovam a persistência da crise econômica de longa duração do capitalismo nas últimas décadas do século, argumentam para demonstrar a tese de que o capitalismo, em sua fase imperialista, bloqueou o desenvolvimento das forças produtivas e vive numa espécie de crise crônica permanente: "A crise econômica evidencia as limitações estruturais do capitalismo na sua atual etapa histórica.(...) Pode haver altos e baixos na produção, mas não há possibilidade de uma nova expansão histórica das forças produtivas capitalistas"[59]. Tais autores baseiam suas interpretações na leitura que fazem do *Programa de Transição*, redigido por Trotski em 1938 para a conferência de abertura da IV Internacional:

> "Os requisitos econômicos da revolução proletária atingiram já o mais elevado grau de maturidade que pode ser atingido sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos já não conduzem a um crescimento da riqueza material. (...) A própria burguesia não vê saída."[60]

Neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva seriam, então, apenas aspectos secundários, esforços inúteis da burguesia para conter os efeitos da crise insolúvel na fase de decadência histórica do capitalismo.

Essas análises são insuficientes, a despeito de seu ponto de partida ser inteiramente correto, a saber, destacar o vínculo dos movimentos da classe dominante com a crise mundial de longa duração. O problema é que elas passaram do que, no texto de Trotski, era uma constatação – "as forças produtivas deixaram de crescer" – para uma postulação de caráter definitivo sobre o futuro – "elas não têm possibilidade de voltar se expandir sob o capitalismo". Quando foi escrito, o *Programa de Transição* correspondia bastante bem ao cenário de catástrofe que se seguiu à crise de

---

[59] COGGIOLA, Osvaldo. A Atualidade da Revolução Proletária. In: KATZ, Claudio e COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou Crise do Capital?* São Paulo, Xamã, 1995, p. 263.
[60] TROTSKI, Leon. *Programa de Transição*. 2ª ed., Lisboa, Antídoto, 1978, p. 21.

1929/30. Depois da guerra, no entanto, as décadas de crescimento econômico fizeram alguns trotskistas, como Ernest Mandel, reconhecer que o capitalismo voltara a proporcionar o desenvolvimento das forças produtivas, embora ao preço de ampliar e aprofundar inexoravelmente suas contradições.[61] A nova época de crise mundial do capital é uma prova histórica a mais de que, enquanto existir, o capitalismo continuará a produzir crises, mas é excessivo extrair daí a conclusão de que, ao contrário do que ocorreu nos últimos dois séculos, elas não poderão mais ser superadas sem a destruição das relações sociais capitalistas. Além disso, a ofensiva conservadora merece ser seriamente considerada ao menos pela gravidade das conseqüências impostas às classes subalternas – e como negar que isso interfere agudamente na luta de classes? – em todos os continentes nas décadas de 80 e 90. Reconhecer que a burguesia passou à ofensiva nada obsta quanto ao fato de que, do ponto de vista da acumulação de capital, a crise mundial não foi, por enquanto, superada.

Ao mencionar três frentes de ofensiva da classe dominante não estou sugerindo nada que se pareça com uma ação orquestrada e executada segundo um plano estratégico urdido num quartel-general internacional da burguesia. A questão de como, na época de crise do capitalismo tardio, se compõem os interesses dos vários setores da classe dominante, por dentro e por fora das fronteiras nacionais – isto é, a questão das formas contemporâneas da hegemonia – é das mais interessantes e urgentes, mas não temos meios para lidar aqui com ela. Contudo, da impossibilidade de apontar a existência de uma *coordenação* para o tríplice movimento da classe dominante, não se deve concluir pela inexistência de articulação entre eles. A ofensiva burguesa, em qualquer dos seus ângulos, reflete a tentativa de produzir soluções para a crise do capitalismo tardio. O desafio, para os gestores do capital, era o de tentar reconstruir as condições gerais para o prosseguimento da reprodução ampliada, salvando-a dos golpes da longa crise mundial. A disputa em torno da taxa de mais-valia assumia caráter decisivo e urgente para o objetivo de reconduzir as taxas de lucro a patamares mais elevados e menos instáveis. Neste sentido, globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo poderiam ser considerados como os nomes de terrenos em que se dão os principais embates desta

[61] É preciso notar, contudo, que Mandel se refere ao capitalismo tardio como época de decadência histórica do capitalismo. Nos capítulos finais do seu livro, ao referir-se à crise econômica que estava por vir, ele fala em "Crise das relações de produção capitalistas". MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*, op. cit.

ofensiva geral. Diferentemente, porém, de alguns dos mais capazes estudiosos críticos do capitalismo atual, que mencionarei mais à frente, penso, ao menos para o período de que me ocupo, que não temos elementos para considerar como decididas as batalhas. O ano de 1998 chegou sem que o capitalismo tivesse superado sua mais recente crise de longa duração, apesar das importantes vitórias parciais em cada um dos terrenos da ofensiva.

No front da reestruturação produtiva as armas empregadas pelos capitalistas nada tinham de novas, embora impressionassem vários analistas que chegaram a falar em "fim do trabalho" (J. Rifkin). O perigo a evitar, ao considerar a questão, é o de cair num tipo de *fetichismo da tecnologia*, que consiste em tomar o "incremento das forças produtivas (...) enquanto motor *autônomo* do desenvolvimento histórico, subtraindo o espaço ocupado pelas determinações de caráter classista".[62] O surgimento de novas tecnologias produtivas e de novas práticas organizacionais tem sido uma constante na história do capitalismo (e na história humana), conhecendo, evidentemente, momentos de aceleração e desaceleração. Mesmo aceitando a tese de que as duas últimas décadas do século foram de aceleração da incorporação de tecnologias novas à produção, essa incorporação se deu nos mesmos marcos históricos anteriores, a saber, destinou-se a deslocar trabalho vivo por trabalho morto, garantindo-se a expropriação dos ganhos de produtividade e produzindo-se, ao mesmo tempo, a recomposição do exército de reserva. É, portanto, um expediente clássico de extração de mais-valia e, quanto a este ponto, nada há de *qualitativamente* novo na ordem do capital, não importa quão inusitados sejam os avanços da microeletrônica ou as técnicas gerenciais toyotistas. Na formulação de Virgínia Fontes:

> "Não é a tecnologia que explica as transformações contemporâneas, mas o aprofundamento e a generalização da extração da mais-valia relativa, ligadas às lutas de classe no terreno do próprio capitalismo – que rompem as limitações até então impostas à generalização dessa forma de ser social – que permitem compreender o alcance e a dimensão das novas tecnologias"[63].

---

[62]BRAGA, Ruy. *A Restauração do Capital. Um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo, Xamã, 1996, p. 111, itálico no original. O autor classifica como "economicista" este modo de conceber a relação entre a tecnologia e a história. O termo *fetichismo*, empregado acima, é de minha responsabilidade.

[63] FONTES, Virgínia. *Interrogações sobre*... op. cit.

Dito isso, os resultados da chamada reestruturação produtiva, uma vez situados no contexto das lutas de classes, não podem ser menosprezados. Nas regiões e nos ramos da economia em que ocorreram reestruturações – de fato elas são menos extensivas do que ordinariamente se supõe – elas provocaram mudanças substantivas na composição, na densidade, na organização e na atitude dos trabalhadores diante da exploração. Aqui há algo de novo: a recente aceleração da substituição de trabalho vivo por trabalho morto ocorreu não numa fase de expansão dos investimentos, como em outros momentos históricos, mas sim num período de crise prolongada, isto é, a mão-de-obra deslocada tinha poucas possibilidades de ser reempregada, ao menos em padrões similares aos do antigo emprego. Num período em que as recessões continuaram a predominar sobre as fases de retomada, as taxas de desemprego, que só por isso já tenderiam a se manter elevadas, foram incrementadas pelo chamado "desemprego tecnológico".

**Tabela 2: Taxa de desemprego em países selecionados (% da PEA*)**

| | 1973 | 1979 | 1983 | 1989 |
|---|---|---|---|---|
| Alemanha | 0,6 | 3,1 | 7,9 | 6,8 |
| Espanha | 1,0 | 8,6 | 18,2 | 17,1 |
| EUA | 4,9 | 5,8 | 9,6 | 5,3 |
| França | 2,7 | 6,0 | 8,4 | 9,4 |
| Inglaterra | 2,1 | 4,5 | 11,2 | 6,2 |
| Itália | 6,4 | 7,8 | 10,0 | 12,1 |
| Japão | 1,3 | 2,1 | 2,7 | 2,3 |
| CEE | 2,4 | 5,5 | 10,1 | 9,0 |
| OCDE | 3,2 | 5,2 | 8,6 | 6,4 |

Fonte: OCDE. Apud . MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. Op. cit., p. 83.

* População Economicamente Ativa

Os dados ajudam a ver como evoluiu o desemprego em todo o mundo e mostram que as curtas fases de retomada de crescimento não foram suficientes para reverter a tendência. Em números absolutos, os países da Comunidade Européia tinham mais de 13 milhões de desempregados em 1989, enquanto em 1973, antes da crise, os desempregados não passavam de 3,5 milhões.[64]

Além disso, o fechamento de empresas ou a transposição de plantas industriais para outros países, visando a redução dos gastos com mão-de-obra e

[64] Idem, ibidem, p. 83.

impostos, fenômenos que se tornaram relativamente freqüentes a partir dos anos 80, impulsionaram a redução (relativa e, em alguns casos, absoluta) do emprego industrial. Alguns setores em que o movimento operário era tradicionalmente forte, como os metalúrgicos e mineiros da Grã-Bretanha, sofreram reduções drásticas de efetivos.

Uma das mudanças mais importantes no mundo da produção foi a que alterou a própria forma institucional da relação capital-trabalho, o contrato. Estudando o caso da Inglaterra, Huw Beynon discute as mutações na prática do trabalho que levaram à ascensão do "trabalhador hifenizado":

> "Está claro que a antiquada força de trabalho característica dos anos 50 foi severamente atingida. A dos 90 é composta de diferentes tipos de empregados: trabalhadores em tempo parcial (*part-time-workers*), temporários (*temporary-workers*), em emprego casual (*casual-workers*) ou mesmo por conta própria (*self-employed-workers*)".[65]

Fica patente que esta "expropriação do contrato de trabalho"[66] tem o objetivo explícito de facilitar a imposição de rebaixamentos no valor da força de trabalho, que podem ser relativos ou mesmo absolutos, conforme a situação. Em consórcio com a recomposição do exército de reserva, a derrubada das proteções legais ao emprego e a proliferação das formas precárias de arregimentação da força de trabalho provocaram o rápido aumento da concorrência entre os trabalhadores. Mais que isso, levaram também ao aprofundamento da diferenciação interna da classe trabalhadora, distinguindo entre setores com emprego formal e outros precarizados, entre os vínculos empregatícios duradouros e temporários, entre aqueles que se ocupam em tempo integral e em tempo parcial.

Autores que se colocam em perspectiva oposta à das teorias do "fim do trabalho" reconhecem o impacto dessas transformações sobre a classe trabalhadora. Jean Lojkine, estudando o caso da França em 1986, identifica o desaparecimento tendencial das diferenças entre trabalho manual e intelectual, resultante da "revolução informacional", como o traço principal de uma "mutação" histórica na classe operária.[67] Ricardo Antunes, operando num quadro conceitual que tenta combinar a ontologia do ser social (cuja elaboração central foi feita por Lukács) com os conceitos

---

[65] BEYNON, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação. In: ANTUNES, Ricardo et. al. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2002, p. 18.
[66] A expressão é de Virgínia Fontes. *Interrogações sobre o capitalismo*... op. cit.
[67] LOJKINE, Jean. *A Classe Operária em Mutações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

da chamada "escola regulacionista francesa", dedicou vários trabalhos à discussão das alterações recentes na "forma de ser da classe trabalhadora", afetada pela crise do "modo de regulação fordista".[68] Ruy Braga, apoiado em conceitos de Gramsci, aborda o fenômeno como um movimento de "recomposição do trabalhador coletivo", desencadeado pela burguesia como parte da sua estratégia contemporânea de "revolução passiva".[69] O debate, que está longe de se encerrar, é travado também no interior do movimento operário, como veremos depois. Porque, evidentemente, as organizações tradicionais dos trabalhadores foram atingidas em cheio pelas mudanças.

Além da reestruturação produtiva, também o neoliberalismo golpeou, e não apenas no sentido figurado, o movimento operário. O termo é ambíguo, podendo designar ora uma ideologia, ou no mínimo um certo repertório de idéias sobre a economia e a política, ora uma política geral de governo ou, em versões mais sofisticadas, uma nova era do capitalismo, como fazem Duménil e Lévy: "Existe, sem dúvida, uma ideologia neoliberal. Mas o neoliberalismo define também uma realidade: o novo rumo do capitalismo, no mínimo, após o começo dos anos 80".[70] Estou empregando o termo neoliberalismo para nomear o novo conjunto de posições que a burguesia passou a defender, nas últimas duas décadas do século XX, nos múltiplos terrenos do Estado (sociedade civil e sociedade política). Trata-se de uma prática política referida a uma ideologia e orientada para um programa político bem definido, embora flexível para adaptar-se a diferentes contextos. O que há de novo no neoliberalismo não é o conteúdo das políticas que são preconizadas, mas sim: 1) a oportunidade, aberta pela impotência do keynesianismo diante da crise mundial, de torná-las hegemônicas – isto é, capazes de exprimir a unidade política da diversidade burguesa e de conquistar a adesão de grupos importantes das classes subalternas e dos principais partidos da social-democracia; 2) o fato de que a hegemonia passou, aparentemente, à fração financeira da burguesia.[71]

---

[68] Cf. ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999; e *Adeus ao Trabalho?* São Paulo, Cortez – Campinas, Edunicamp, 1995.

[69] BRAGA, Ruy. *A Restauração do Capital.* Op. cit. A nova revolução passiva desdobra-se, segundo a instigante análise de Braga, no esforço de passivização do Estado (neoliberalismo) e das forças produtivas (reestruturação produtiva).

[70] DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. O Imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista*, 18, São Paulo, 2004, p. 12.

[71] No desenvolvimento dessa hipótese seria preciso ter em conta as mudanças na composição da própria classe dominante, que implica na redefinição das suas frações. Cf. SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, François (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã, 1998, pp. 141-181.

A rendição da esquerda moderada ao neoliberalismo foi um fenômeno que começou a ser visível com governos como os de François Mitterrand, na França, Bettino Craxi, na Itália e Felipe Gonzáles, na Espanha, e atingiu o ápice com o projeto de renovação programática do Partido Trabalhista Inglês. Tais partidos, mesmo aqueles com sólidas bases operárias, só eram eleitoralmente viáveis na medida em que seus programas exprimissem os interesses hegemônicos dos capitalistas – ou seja, eles tinham que conquistar a hegemonia entre as forças políticas da classe dominante. Uma vez que a crise do capitalismo tardio não fora vencida, esses interesses começaram a se afastar das políticas do chamado Estado de bem-estar e se organizaram em torno do programa neoliberal. Manter-se como conduto político potencial da burguesia e como alternativa real de governo exigiu, daqueles partidos, a reviravolta programática e a adesão ao neoliberalismo.

A obra histórica das políticas neoliberais impressiona. Várias ondas de privatização transferiram a propriedade de gigantescas massas de riqueza para grupos capitalistas. Os custos da mão-de-obra foram rebaixados por iniciativas como a facilitação legal das demissões, a destituição de direitos conquistados e a criação de dificuldades para a ação sindical reivindicativa. Sempre que o movimento sindical oferecesse resistência, como na famosa greve dos mineiros da Grã-Bretanha em 1984-85, ela precisaria ser dobrada. O recurso a métodos repressivos "de modo não visto desde a década de 20"[72] notabilizou o governo conservador de Margareth Thatcher, que Perry Anderson considera o caso mais "puro" de neoliberalismo.[73] Além dos cassetetes, com os governos neoliberais os trabalhadores tiveram que enfrentar as novas leis que

> "buscaram 'desregulamentar' o mercado de trabalho, 'retirar os encargos das empresas', diminuir a proteção ao emprego e debilitar a organização dos sindicatos. (...) Proíbem-se greves de solidariedade, piquetes de apoio e ações não-oficiais, e os sindicatos foram indiretamente responsabilizados por infrações à lei por parte de seus associados"[74]

Se acrescentarmos ao cenário as altas taxas de desemprego, de trabalho informal e a precariedade e insegurança nos contratos de trabalho, já discutidos acima, teremos uma visão de conjunto dos fatores que explicam o "inverno do

[72] McILROY, John. O Inverno do Sindicalismo. In: ANTUNES, Ricardo et. al. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2002, p. 46.
[73] ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo. Rio de Janeiro,Paz e Terra, 1995.
[74] Idem, ibidem, p. 47.

sindicalismo" de que fala McIlroy. Redução da taxa de sindicalização, mesmo em países em que o movimento operário tinha longa tradição, e diminuição do número e da extensão das greves, são indicadores do impacto da ofensiva burguesa sobre a classe trabalhadora.

A restrição seletiva do gasto público, geralmente apresentada como "austeridade fiscal", tornou-se um fundamento da política econômica dos governos burgueses de qualquer partido e o combate à inflação esteve na base de todos os programas neoliberais. Trata-se, evidentemente, muito menos do poder de convencimento dos teóricos econômicos monetaristas e muito mais do fato de que o monetarismo passava a expressar uma necessidade concreta do capital no novo contexto. O que se manifesta como "crise fiscal" dos Estados é, na verdade, a disputa pela apropriação dos fundos públicos que, como vimos, haviam se tornado, ao longo do capitalismo tardio, indispensáveis à reprodução do capital. Diante das dificuldades adicionais de valorização aportadas pela crise mundial, o Estado, que era, afinal, burguês, providenciou o redirecionamento da despesa pública para assegurar as novas prioridades do capital.

A mais importante das novas prioridades era a elevação da remuneração do capital financeiro. Apesar das restrições orçamentárias, as dívidas públicas nos países da Comunidade Européia passaram de 32% do PIB no período 1961-73 para 58,8% entre 1987-1994 e alcançaram 70% do PIB em 1995.[75] O que fez a dívida explodir não foram novos gastos públicos em infra-estrutura ou serviços, mas a alta dos juros. A dívida pública ajudou a manter os juros em patamares muito elevados e consolidou a especulação financeira como o setor de mais alta rentabilidade média de toda a economia. É certo que, como argumenta Wallerstein, a bolha financeira não chega a ser uma novidade, pois a corrida para a especulação foi sempre uma opção buscada por capitais que não encontram oportunidades de valorização no processo produtivo, como soe ocorrer nas crises.[76] Mandel havia demonstrado, outrossim, que a expansão inflacionária da base monetária e do crédito já adquirira grandes proporções no capitalismo tardio. De qualquer modo, os governos neoliberais trataram de exacerbar a tendência e comprometer inteiramente os Estados com a valorização dos ativos

[75] PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. In: CHESNAIS, François (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã, 1998, p. 103.

[76] WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do Sitema-Mundo. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo, Xamã, 2003.

financeiros, seja através dos mecanismos da dívida, seja removendo dificuldades legais e criando incentivos fiscais para a circulação mundial das finanças.

Após duas décadas de políticas econômicas neoliberais não houve recuperação das taxas de crescimento ao nível das do capitalismo tardio – se bem que, segundo Lévy e Duménil, não era mesmo este o objetivo dos neoliberais e sim a "restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes".[77] Quanto a este aspecto, analisando dados sobre o aumento da fração da renda nacional detida pelos 1% mais ricos nos EUA, os autores concluem que ele foi bem sucedido.

O terceiro tripé da ofensiva burguesa foi o que melhor serviu ao propósito de transformar em senso comum a tese da "nova era": a chamada globalização. A expressão também é inadequada para exprimir o que há de relevante nos passos mais recentes do secular processo de internacionalização do capital. "Mundialização Financeira", como propõe François Chesnais, parece mais preciso, já que a novidade histórica consiste mesmo no crescimento exponencial do volume das transações financeiras e na facilidade com que elas se deslocam pelos vários mercados do mundo. Para esse autor o ano de 1979, com a posse de Thatcher no governo inglês e de Paul Volker na chefia do *Federal Reserve* dos EUA, marcaria o início de uma nova etapa histórica do capitalismo mundial que ele define como um "regime de acumulação com dominância financeira":

> "Agora tornou-se evidente que assistimos ao advento de uma situação em que é o movimento de autovalorização próprio dessa fração [financeira] do capital, bem como as políticas monetárias e financeiras elaboradas em seu favor, que comandam o movimento de conjunto da acumulação capitalista"[78].

A idéia de um novo "regime de acumulação" não se sai muito bem no confronto com a persistência e a intensidade das crises de acumulação que caracterizaram o capitalismo do final do século. A teoria de Chesnais pareceria adequada ao caso dos EUA, onde as taxas de crescimento e de investimento (formação bruta de capital fixo) voltaram a subir nos anos 90, embora sem alcançar os níveis históricos anteriores. Mas os estudos de Duménil e Lévy demonstram que a situação dos EUA é única e não generalizável, já que os investimentos dos anos 90

[77] DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. O Imperialismo ... op. cit., p. 17.
[78] CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital e a Acumulação Financeira Neoliberal: elementos de ruptura. *Olho da História*, 5, Salvador,1988, p. 20.

foram financiados, em última instância, pela colossal expropriação imperialista realizada sobre o resto do mundo, particularmente sobre a América Latina e, fenômeno conexo, pela própria bolha especulativa, que naquele país adquiriu dimensões inigualáveis.[79]

De qualquer modo, não há como discordar de Chesnais quanto à predominância dos interesses do capital financeiro nas articulações políticas da classe dominante. Mesmo sem dispor de uma explicação histórica mais pormenorizada sobre como se construiu essa nova hegemonia, a descrição de Chesnais é bastante convincente:

> "Não são eles [os grupos industriais transnacionais] que comandam o movimento do conjunto da acumulação hoje. Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentistas que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado."[80]

Governos de todo o mundo tiveram que curvar-se às exigências da valorização do capital financeiro, numa forma de "ditadura dos credores". Decidir sobre se é mais apropriado denominar este fenômeno de *neoliberalismo*, como fazem Duménil e Lévy ou *mundialização*, como propõe Chesnais, não é tão relevante quanto compreender seus traços mais importantes. O significado principal da globalização, para além da difusão de hábitos de consumo ou da idéia ilusória de uma "aldeia global" surgida das tecnologias de informação é este: ela é a nova forma da extorsão imperialista, cujo mecanismo principal deixou de ser a troca desigual, predominante no capitalismo tardio e ainda vigente, e passou a ser a apropriação de excedentes na forma de juros. Parte substantiva dos excedentes são extorquidos mediante os instrumentos da dívida externa. Na América Latina o estoque total da dívida passou de 257 bilhões de dólares em 1980 para 475 bilhões em 1990 e 656,5 bilhões em 1996. Os pagamentos realizados ("serviços" da dívida) montaram a 46 bilhões de dólares em 1980, 45 bilhões em 1990 e 97 bilhões em 1996.[81] O desequilíbrio crônico

---

[79] Cf. DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. O Imperialismo ... op. cit. Dados apresentados pelos autores mostram que um dos mais eficazes mecanismos de transferência de riqueza para os EUA tem sido o investimento de estrangeiros no mercado financeiro norte-americano, sem dúvida o maior e mais sofisticado do mundo.

[80] CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro*, (IV), 5, São Paulo, 2001, p. 8.

[81] Dados do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, *apud* GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil Endividado*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000, pp. 42-3.

das contas externas tornou os governos dos países periféricos dependentes do ingresso permanente de capitais especulativos, cuja remuneração, ademais de requerer garantias de juros altos e câmbio favorável, acelerou a expansão da dívida pública. Somados aos investimentos diretos das classes dominantes dos países periféricos nos mercados financeiros imperialistas, estes mecanismos põem em movimento uma gigantesca transferência de capital líquido da periferia para o centro, e seu beneficiário principal é o capital financeiro.

Resta mencionar, para concluir este sobrevôo histórico sobre a crise do capitalismo tardio, que o fim da URSS e da guerra fria deixou aberto o terreno por onde o imperialismo pôde avançar com muito maior facilidade a partir da década de 90. A desaparição da URSS como superpotência restringiu a capacidade de barganha de forças políticas que resistiam ao imperialismo (como as mencionadas experiências antiimperialistas dos anos 70) e abriu caminho para intervenções diretas, como no Iraque em 1991, antes improváveis. As conseqüências geopolíticas do fim da URSS são, no mínimo, tão importantes quanto seu efeito ideológico e moral sobre partidos e organizações de esquerda.

Combinadas, as três frentes da ofensiva do capital tornaram muito mais favorável para a burguesia a correlação de forças na segunda fase do período. Já afirmei que essas vitórias parciais não devem ser confundidas com a superação da crise, ao menos enquanto perdurarem os obstáculos que ainda perturbam seriamente a reprodução ampliada do capital. Nos EUA, onde a economia voltou a crescer, moderadamente, na última década do século, a renda das classes dominantes tem sido empregada sobretudo em patrimônio (imóveis, bens de luxo e ativos financeiros), e só uma diminuta fração retorna para o circuito D-M-D'. [82] Ora, se a própria burguesia norte-americana se torna um entrave para a reprodução ampliada, então o que temos é uma situação crítica. Por outro lado, o risco onipresente de uma crise sistêmica é inerente à "mundialização financeira", tal como demonstra Chesnais. Na verdade, a própria corrida para a especulação é um sintoma de que persistem bloqueios importantes para acumulação de capital. Em várias esferas, novas contradições superpõem-se às antigas: a expropriação de conquistas anteriores das classes subalternas assume progressivamente a forma do que Virgínia Fontes denomina *desqualificação da política*, com amplas conseqüências:

[82] Cf. os impressionantes dados apresentados por DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. O Imperialismo ... op. cit.

> "Ao retirar do âmbito da política o que resultara de conquistas de lutas sociais, [a classe dominante] esvazia o terreno no qual sua dominação até então se assentara – o âmbito parlamentar. Elimina assim abertamente todo e qualquer princípio ético-moral do âmbito político (...) e a dominação do capital perde todo o seu disfarce."[83]

No entanto, mesmo sem superar a crise de longa duração, os movimentos da burguesia ampliaram e aprofundaram as derrotas políticas das classes subalternas na segunda fase da crise do capitalismo tardio. À derrota das revoluções da fase anterior não se seguiu nenhuma nova revolução vitoriosa no segundo período. O acirramento da disputa em torno da taxa de mais-valia prosseguiu, mas os desfechos dos embates passaram a favorecer cada vez mais o capital. *There is no alternative*, a máxima celebrizada por Margareth Thatcher, tornou-se o emblema da vitória ideológica sobre a maior parte da esquerda mundial que, de fato, quando e onde esteve à frente de governos, não foi além de um "thatcherismo com face humana".[84] As forças políticas de esquerda radical que, nos países centrais, recusavam a estratégia de colaboração de classes, eram francamente minoritárias e encontravam-se marginalizadas ao final de todo um período histórico em que pareciam ter razão os proponentes daquela estratégia. Quando a crise do capitalismo tardio mudou a escala de prioridades da classe dominante ficou afinal demonstrado, com argumentos práticos, o caráter ilusório das esperanças na "socialização através da redistribuição" que aqueles setores radicais haviam tentado denunciar com seus escritos. Não deixou de ser uma "vingança da história", mas que em nada minimizava a mudança da correlação de forças desfavorável à classe trabalhadora no plano internacional.

Nada mais equivocado que tomar esta situação por definitiva. Uma situação de crise é, simultaneamente, uma situação de abertura de possibilidades históricas. A crise do capitalismo tardio repõe, em patamar superior, o desafio da superação histórica do capitalismo. As classes subalternas, ao lutar pelos seus próprios interesses, defrontam-se com modalidades novas e arcaicas de dominação. Se parece correto falar em refluxo do movimento operário, nada autoriza a supor que os trabalhadores pararam de lutar. A derrota do último período foi extensa e profunda,

---

[83] FONTES, Virgínia. *Interrogações sobre o capitalismo*... op. cit. Com argumentos parecidos, Francisco de Oliveira descreve a destituição de direitos operada pelo neoliberalismo como uma passagem da *hegemonia* para o *totalitarismo neoliberal*. OLIVEIRA, Francisco de. *Os Direitos do Antivalor*. Op. Cit.

[84] McILROY, John. O Inverno do Sindicalismo. Op. cit., p. 63.

com conseqüências graves, mas não há possibilidade de ela encerrar a história da luta de classes.

## 7.4 SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA RECENTE DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL.

A eclosão da crise mundial do capitalismo tardio está conectada, no Brasil, à longa crise terminal da ditadura militar iniciada com o golpe de abril de 1964. A dinâmica histórica da luta de classes no período que estudamos pode ser descrita em duas fases, de modo análogo à periodização que propusemos acima em âmbito internacional, mas com datações distintas. A primeira fase é de ascenso das lutas das classes subalternas, e vai de 1979 até 1989. A segunda fase, de refluxo, vai de 1990 até 1998, o marco final da pesquisa. Há, portanto, um certo retardo em relação à periodização geral – a década de 80, quando os trabalhadores experimentam importantes vitórias no Brasil, já é um momento de forte reação burguesa em vários países. O que explica este descompasso são as características particulares da luta de classes no Brasil no fim do regime militar.

Quando explodiu a crise econômica mundial de 1974-75 o Brasil vinha de um período de expressivo crescimento anual do produto. Taxas anuais de incremento do PIB em torno de 10% foram mantidas pelos sete anos que se seguiram à superação da crise de 1962-66. O chamado "milagre brasileiro" (1967-1973) foi um período de aceleração da acumulação de capital que se apoiava nas condições políticas garantidas pela ditadura militar. A base do "milagre", como demonstraram à época alguns analistas, era a superexploração do trabalho. Em épocas de crescimento econômico o poder de barganha dos assalariados tende a aumentar e, com ele, os salários reais. Ao enfraquecer o poder reivindicatório dos sindicatos, a ditadura criou as condições para que os salários não subissem, e os ganhos de produtividade foram incorporados aos lucros.[85] A capacidade ociosa, herdada dos anos de recessão, permitia uma rápida retomada, dispensando a necessidade de investimentos mais altos nos primeiros momentos. Por outro lado o Estado bancou, através de déficits nas contas externas, a expansão inflacionária dos meios de pagamento e o investimento

[85] O notável trabalho de Paul Singer, que permanece atual, é referência obrigatória para uma interpretação crítica do chamado "milagre" econômico: *A Crise do Milagre*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Cf. também as indicações de MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985.

direto em infra-estrutura e em indústrias de bens de produção. Durante alguns anos esses dispositivos produziram os efeitos desejados: asseguraram alta rentabilidade ao capital (particularmente aos grupos monopolísticos), mantiveram as classes subalternas sob controle e a classe dominante coesa em torno do governo militar.

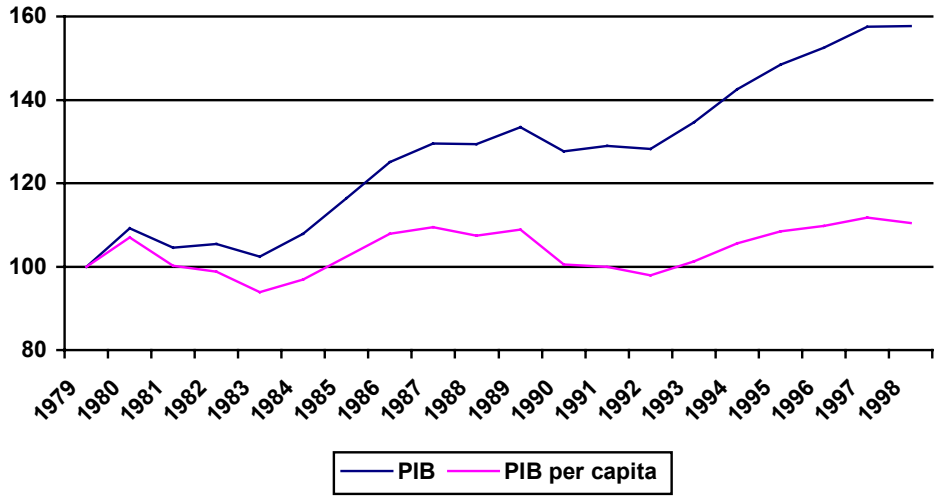
A história de como se abriram fissuras no bloco político de sustentação da ditadura não pode ser analisada aqui. Sobre a chamada "transição democrática", além do que foi discutido no capítulo 1, só é possível acrescentarmos a lembrança de que a crise econômica deve figurar em qualquer explicação sobre o processo de desestabilização do regime, posto que ela repercutiu sobre a capacidade da ditadura de manter a unidade política da burguesia. As eleições parlamentares de 1974, nas quais, já sob o impacto da recessão, a oposição obteve uma votação expressiva, foram apontadas por vários analistas como um sintoma das dificuldades para a sustentação política do regime. Os anos seguintes aprofundariam aquelas dificuldades e criariam outras mais. A derrocada do arranjo político ditatorial, que se tornava evidente com o retorno das grandes greves operárias, criava a necessidade de refazer em outras bases as formas políticas da dominação de classe no país. Na prática, a classe dominante brasileira, desembarcando da ditadura militar, via-se diante do desafio de reconstruir sua hegemonia, mas esta tarefa consumiria ainda toda uma década antes de estar concluída.

Faltava à classe dominante um projeto político hegemônico. A transição pelo alto assegurara a manutenção do controle sobre os aparelhos de poder, mas não dotava a burguesia de um projeto. As abruptas mudanças na orientação da política econômica durante o governo Sarney e as substituições dos ocupantes de vários cargos do primeiro escalão foram, até certo ponto, manifestações desta ausência de projeto político hegemônico. Mesmo após a instalação do Congresso Constituinte as classes dominantes demoraram a consolidar sua unidade e de expressá-la através de um bloco parlamentar e de um conjunto de propostas definidos. Em vários países o neoliberalismo já cumpria então o papel de conduto principal dos interesses burgueses, mas, no Brasil dos anos 80, ele parecia improvável. A adoção do repertório de políticas neoliberais dependia, em toda parte, de enfrentar e vencer a resistência dos trabalhadores. Ora, no caso brasileiro, como vimos no capítulo 1, o movimento operário crescia e se fortalecia desde o fim do regime militar. O recurso extensivo às formas mais violentas de coerção, típicas da ditadura, não era uma alternativa fácil de ser implementada contra um oponente robusto sem colocar em

xeque a legitimidade da nova ordem democrática. Embora a repressão nunca estivesse ausente (no caso dos conflitos por terra ela provavelmente aumentou), a classe dominante não poderia obter dela tudo o que fora possível nos anos da ditadura. Os trabalhadores ocupavam os espaços públicos com suas lutas e reivindicações e, ao menos nos primeiros momentos, não havia como impedi-los. Ao contrário, era preciso enfrentar as questões que eles aportavam e que, por sua natureza distributiva, eram um grande obstáculo para as políticas neoliberais.

Sobre o governo federal, que a partir da "Nova República" se apresentava como "democrático", incidiram poderosas demandas distributivas apresentadas pelas classes subalternas. Tais demandas emergiam recobertas de ampla legitimidade, uma vez que era unânime, na oposição à ditadura, a crítica ao "modelo econômico" que gerava concentração de renda. Ainda mais, elas eram formuladas por organizações e movimentos que se fortaleceram rapidamente no ocaso da ditadura e dispunham de grande capacidade de mobilização e pressão. O fato de que várias reivindicações das classes subalternas tenham sido incorporadas, de algum modo, na Constituição de 1988 prova que não era possível simplesmente ignorá-las. De fato, tampouco era possível atender à maioria delas porque, num quadro de crise econômica crônica, isso significaria subtrair renda das classes dominantes. O que parecia ser um *impasse distributivo* pode ser visualizado pelo comportamento do PIB (gráfico 1).

**Gráfico 1 - Evolução do PIB real e per capita**
**(Brasil 1979-1998; 1979 = 100)**




Fonte: BACEN (dados originais em R$ de 2003; elaboração minha).

O Gráfico 1 permite constatar que, pelas duas décadas que nos interessam, a economia brasileira permaneceu estagnada (o PIB *per capita* em 1998, medido em Reais deflacionados, tinha valores próximos aos de 1980). No centro do *impasse distributivo* pulsava a luta entre capitalistas e trabalhadores pela taxa de mais-valia, e a espiral inflacionária da década de 80 foi, em parte, uma de suas manifestações. Tudo o mais constante, sem crescimento do produto, qualquer aumento salarial real implica em redução dos lucros. Como não era possível impedir que os trabalhadores conquistassem alguns ganhos salariais, os setores oligopolizados, que não têm maiores preocupações com a concorrência, tratavam de repassar os novos custos aos preços, medida que impulsionava a aceleração inflacionária. O caráter de classe da disputa em torno da inflação ficou evidente durante o Plano Cruzado, em 1986, quando o congelamento de preços, imposto pelo governo, foi sabotado e, finalmente, derrotado pelos empresários.

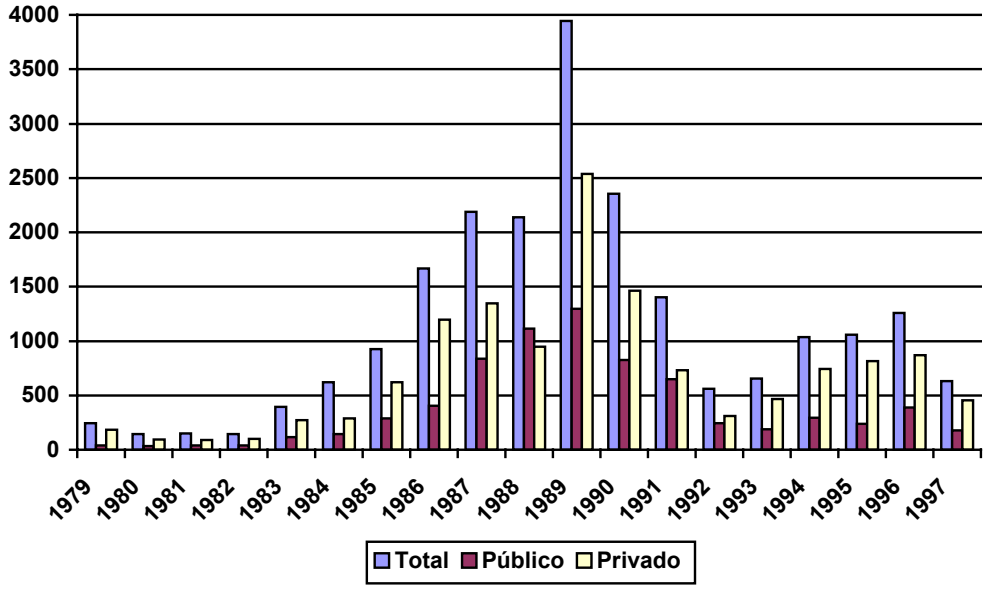
Mas por que não era possível impedir aumentos salariais? Geralmente, em períodos de recessão, o poder de barganha dos trabalhadores tende a cair, pressionado pela recomposição do exército de reserva. Mas aqueles foram anos atípicos. As grandes lutas sociais que explodiram no fim da ditadura abriram caminho para um movimento ascendente das classes subalternas que se estenderia por toda a década. As lutas visavam, sobretudo, objetivos distributivos na forma de aumentos salariais e de bens de consumo coletivo pleiteados junto ao poder público, mas não só. Se a burguesia se encontrava sem projeto hegemônico, os trabalhadores, ao contrário, a partir das experiências de luta e das organizações que criavam ou retomavam, construíam naqueles anos o projeto de contra-hegemonia que culminou na campanha Lula Presidente em 1989. Discutimos esta trajetória nos capítulos da primeira parte deste texto. O que interessa observar aqui é que mesmo enfrentando um quadro recessivo grave, com taxas elevadas de desemprego, os trabalhadores fizeram da década de 80 um período de crescimento constante do número e da intensidade das greves. A comparação com a década seguinte é particularmente ilustrativa.

Os dados estatísticos sobre greves devem ser lidos com cautela, já que as informações são obtidas em condições nem sempre julgadas satisfatórias pelos próprios pesquisadores.[86] De qualquer modo, o Gráfico 2 indica claramente a tendência ascendente dos anos 80: entre 1982 e 1989 o número de greves cresce a

[86] Técnicos do DIEESE estavam trabalhando, no ano de 2004, na sistematização dos dados disponíveis sobre greves. O objetivo é apresentar, em breve, novas séries históricas revistas e ampliadas.

cada ano, tanto no setor público como no privado. Comparando o número médio de jornadas não trabalhadas por mil empregados em diferentes países, Eduardo Nogueira afirma que, entre 1983 e 1992, os números do Brasil só são superados pelos da Grécia.[87] Após 1989 o número de greves cai por quatro anos seguidos e, mesmo com uma certa recuperação entre 1993 e 1996, não chega a alcançar o patamar de 1500 greves por ano.

**Gráfico 2 - Número de greves por setor (1979-1997)**




Fonte: Até 1991: Nepp/UNICAMP e DESEP/CUT, *apud*. NORONHA, Eduardo Garuti. Greves e Estratégias Sindicais no Brasil. In: COMIM, Alvaro et. al. *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta, 1994. Após 1992, inclusive: *Boletim DIEESE*. "Total" inclui greves de "ambos" em alguns casos.

Além das greves por categoria, por quatro vezes nos anos 80 os trabalhadores realizaram greves gerais, de abrangência nacional: em junho de 1983, dezembro de 1986, agosto de 1987 e abril de 1989 (desta vez por dois dias). Salvador Sandoval, trabalhando com dados da CUT e de jornais, estima que a paralisação atingiu 3 milhões de trabalhadores em 11 estados em 1983, 10 milhões em 15 estados em 1986, 10 milhões (a CUT fala em 25 milhões) em 22 estados em 1987 e 22 milhões em 19 estados no primeiro dia da greve geral de 1989.[88] E não foi só o movimento sindical que cresceu na década. Muito mais difícil de quantificar é a proliferação das

[87] Outros países comparados foram Índia, Espanha, Itália, Reino Unido, México, Suécia, EUA e Chile. Cf. NORONHA, Eduardo Garuti. Greves e Estratégias Sindicais no Brasil, op. cit., p. 340.
[88] Cf. SANDOVAL, Salvador. *Os Trabalhadores Param. Greves e mudança social no Brasil 1945-1990*. São Paulo, Ática, 1994.

experiências organizativas das classes subalternas fora do espaço de trabalho, que também ganhava impulso: associações e movimentos de moradores, de usuários de transportes coletivos, de negros, comunidades eclesiais de base, enfim, todas as experiências que habitualmente são identificadas como os "novos movimentos sociais". Já expliquei porque eu penso que, em sua maioria, essas experiências devem ser consideradas como modalidades de luta de classes.[89] Na década de 80, todas essa diversidade de experiências das classes subalternas foi sintetizada, de algum modo, no processo de construção da contra-hegemonia liderado pelo PT.

Que em 1989 coincidam o auge da trajetória de construção da contra-hegemonia e o pico máximo de greves por ano não é apenas uma coincidência. A derrota eleitoral dos trabalhadores, em dezembro, e a posse de Fernando Collor de Mello na presidência da República são momentos importantes na história recente da luta de classes e podem ser vistos como marcos da alteração na correlação de forças que se processaria ao longo da década de 90. Após a vitória de Collor ganha corpo o projeto hegemônico que faltou à classe dominante no período anterior. Até o primeiro turno das eleições não se poderia afirmar que Collor era a candidatura que melhor expressava um projeto burguês de hegemonia. Outros candidatos, como Mario Covas, Guilherme Afif Domingos, Aureliano Chaves e Ulysses Guimarães, mais conhecidos e apoiados em estruturas partidárias mais consolidadas, disputavam esta posição. Passando para o segundo turno graças, sobretudo, ao apoio de importantes meios de comunicação, Collor se tornou o *anti-Lula* e, como tal, a única opção da classe dominante para impedir a vitória de um bloco político que se comprometia abertamente a combater "os interesses dominantes na sociedade brasileira, que se expressam, hoje, na dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista, sobre a economia".[90] Derrotar Lula e forçar o recuo do movimento contra-hegemônico foi a primeira grande tarefa política que a burguesia realizou através de Collor. Mas não foi, de modo algum, a única.

Foi durante o governo de Collor que o neoliberalismo se tornou a ideologia oficial da classe dominante. Há muito o que investigar, sobre este período, para conhecer os lugares concretos – os *aparelhos privados* – em que se produziram os

[89] Ver capítulo 1, acima.
[90] Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo. Resolução do 6° Encontro Nacional. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES.*Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 398.

discursos e as políticas que se tornavam hegemônicas. Carla Silva dá uma importante contribuição ao analisar o papel da revista Veja como *partido*, isto é, como parte do dispositivo de sustentação política do Governo Collor e, principalmente, como formuladora e difusora do neoliberalismo como ideologia. Mais que isso, ela investiga uma singular articulação de empresários e intelectuais, o *Fórum Nacional*, que passa a atuar claramente como aparelho privado de hegemonia.[91] A pesquisa de Carla Silva abre caminho para começarmos a esclarecer como a agenda neoliberal começou a se impor no início da década e sobreviveu ao *impeachment* de Collor. Foi por aqueles anos que José Guilherme Merquior cunhou a expressão *social-liberalismo*, logo assumida pelo próprio presidente e, pouco depois, até por intelectuais identificados com a social-democracia, como Luiz Carlos Bresser Pereira.[92] A crítica ao "gigantismo" do Estado (associado, em propagandas de televisão, à imagem de um elefante), a abertura comercial e a desregulamentação financeira, os projetos de privatização, a redução seletiva do gasto público, foram iniciativas políticas que, pela primeira vez, apareciam articuladas pelo discurso da "modernidade", a face própria do neoliberalismo no Brasil daqueles anos.

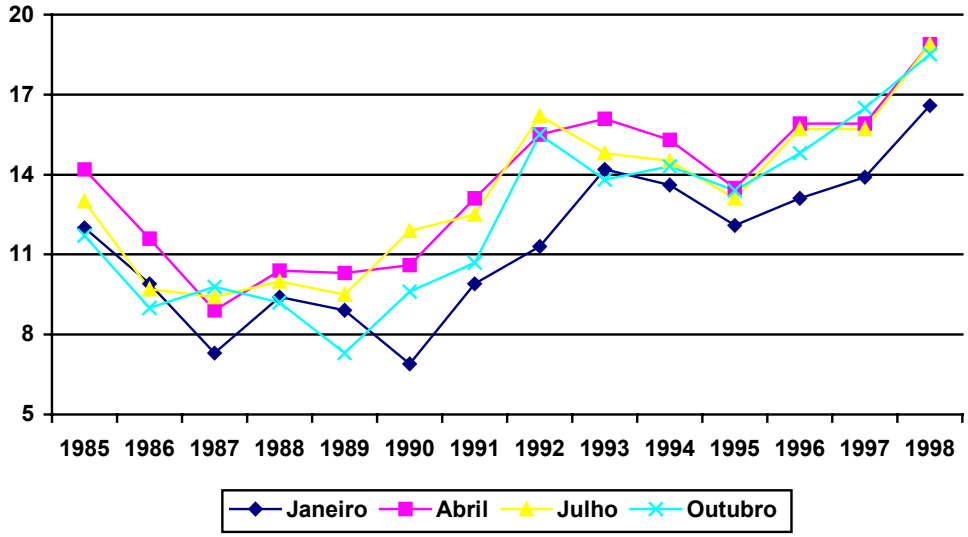
Os resultados das medidas econômicas do governo Collor, iniciadas logo após a posse com uma drástica redução dos meios de pagamento através do confisco dos depósitos bancários (na forma de empréstimo compulsório), não se fizeram esperar. Apoiada no ideário neoliberal, segundo o qual era preciso impor sacrifícios à economia para livrá-la dos entraves do passado e prepará-la, em bases "modernas", para o crescimento futuro, a política econômica aprofundou os efeitos da recessão. O PIB ficou estagnado entre 1990 e 1992 (o PIB *per capita*, conseqüentemente, decresceu – ver Gráfico 1 acima) e as taxas de desemprego, que já vinham altas, praticamente dobraram. Não dispomos de dados históricos sobre o desemprego em todo o país e, mesmo sobre as regiões metropolitanas, as estatísticas são bem recentes. Sobre a Grande São Paulo há informações que permitem uma retrospectiva mais ampla, embora ainda insuficiente:

---

[91] Cf. SILVA, Carla Luciana. *Veja: o* **Indispensável** *Partido Neoliberal*. Tese de Doutorado em História, Niterói, UFF, 2005.

[92] Cf. MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e o Moderno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991. Bresser Pereira esclareceu sua posição: "O pressuposto do qual parto é o de que as reformas orientadas para o mercado ora em curso na América Latina não são neoliberais, mas social liberais". PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. São Paulo, 34, 1996, p. 13.

**Gráfico 3 - Taxa de desemprego total* (%) na Grande São Paulo em meses selecionados (1985-1998)****




Fonte: *Boletim DIEESE* (elaboração minha).
* Conceito de "desemprego total" do DIEESE difere do "desemprego aberto" do IBGE e outros institutos. A divergência quanto aos percentuais, no entanto, não impede a grande coincidência quanto às tendências (ascendente ou descendente) e quanto à inclinação das curvas.
** Dados de outubro/98 referem-se a setembro/98.

Apesar das limitações temporais, o Gráfico 3 mostra que o período do governo Collor (1990-1992) representa uma mudança no patamar histórico do desemprego. Se as estatísticas do desemprego sofrem influência do crescimento demográfico da população economicamente ativa, os números do *emprego* reportam, com fidelidade ainda maior, o comportamento da economia. Dados do Ministério do Trabalho apresentados por Cláudio Dedecca e outros permitem constatar que, entre 1989 e 1993, o nível de emprego caiu em todos os setores da economia. O número absoluto de trabalhadores empregados em 1993 era 5,4 pontos percentuais menor que em 1989. No caso da indústria de transformação a situação foi mais dramática: caiu de 6 milhões de empregados para 4,7 milhões, uma redução superior a 20%.[93]

A partir dos anos 90, mesmo nas fases de curta retomada conjuntural do crescimento econômico, o nível de emprego continuou a cair, o que era uma novidade. Márcio Pochmann ilustra com dados este desencontro entre as taxas de crescimento do PIB e do emprego: até 1989, sempre que houve crescimento do PIB houve, simultaneamente, crescimento do emprego. Mas entre 1990 e 1996, para um

[93] Cf. DEDECCA, Claudio et. al. *Mudanças Recentes nas Relações de Trabalho no Brasi*l. Campinas, OIT/CESIT/UNICAMP, 1997, mimeo.

crescimento médio de 1,13% do PIB, o nível de emprego caiu 1,97%. Se descontarmos os anos de recessão (1990 – 1992) e considerarmos somente os anos em que houve crescimento, embora pequeno, o desencontro é ainda mais acentuado: para um crescimento de 4,3% do PIB entre 1993 e 1996, o emprego caiu 0,21%.[94]

Para alguns dos principais estudiosos do comportamento do emprego e do desemprego, a variável mais importante a considerar na explicação dessas mudanças era a política econômica, tanto a de Collor quanto a dos governos subseqüentes de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.[95] Eles não dão maior importância, assim, ao fato de que a nova orientação governamental era parte de uma ofensiva mais ampla da classe dominante, que se expressava também em outros terrenos, como vimos. E, com efeito, as mudanças no chamado "mundo do trabalho" eram produzidas não apenas como conseqüência direta das medidas econômicas do governo, mas também de iniciativas empresariais. Para algumas categorias de trabalhadores, em setores em que a reestruturação produtiva avançou mais, o impacto da desestruturação era ainda maior. Este foi o caso dos bancários, categoria com uma longa tradição de enfrentamentos com os patrões e que, nos anos 80, realizou várias greves de abrangência regional e nacional. Entre 1986 e 1996 o número total de bancários caiu um terço, de 705 mil para 480 mil, enquanto o número de estabelecimentos bancários em funcionamento quase não se alterou e o volume de negócios e de lucros se multiplicou.[96] Na Bahia as indústrias químicas reduziram seus efetivos em quase 60% entre 1989 e 1997 (de 24.983 empregados para 10.640). Para as indústrias do pólo petroquímico de Camaçari dispomos de informações mais completas graças ao trabalho de Ranieri Barreto (Tabela 3).

São dados impressionantes, mesmo considerando-se que se referem a um número relativamente pequeno de trabalhadores e num ramo industrial com especificidades marcantes, inclusive elevada composição orgânica do capital. Eles esboçam uma escalada brutal na extorsão de mais-valia, ainda que não seja possível, sem conhecer os valores do capital constante, estimar as taxas. Cada operário

---

[94] Cf. POCHMANN, Márcio. Traços Gerais do Emprego e do Desemprego nos Anos 90 no Brasil. In: *Seminário sobre Estudos do Trabalho.Desemprego no Brasil: evidências e perspectivas*. Brasília, IPEA, 1997.

[95] Cf. POCHMANN, Márcio. Traços Gerais do Emprego e do Desemprego nos Anos 90 no Brasil, op. cit. e, do mesmo autor, *A Década dos Mitos*. São Paulo, Contexto, 2001. Ver também MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. op. cit.

[96] Cf. FILGUEIRAS, Luis. Reestruturação Produtiva e Emprego Bancário. In: GOMES, Alvaro (org.). *O Trabalho no Século XXI*. São Paulo, Anita Garibaldi – Salvador, Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001.

produziu, em 1998, mais que o dobro do valor produzido em 1992 (e quase o triplo de produto em espécie), e recebeu em troca um salário apenas 16% maior. O gasto total com mão de obra, que representava 6,4% das vendas em 1992, caiu para 3,1%, uma redução de mais de 50% em seis anos. É possível que a situação do pólo de Camaçari seja um caso extremo, mas a lógica da reestruturação produtiva foi a mesma, em toda parte.

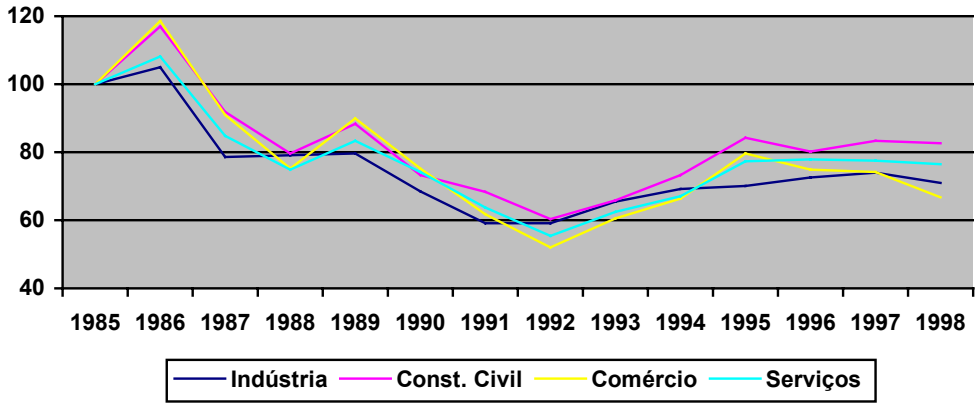
**Tabela 3 – Produção, trabalho e rendas na Indústria Petroquímica/BA (1992-1998)**

| | 1992 | 1998 | Variação (%) |
|---|---|---|---|
| N° empregados | 5.485 | 3.245 | (40,84) |
| Produção * | 3.132.477 | 4.980.744 | 59,00 |
| Produção/empregado * | 571 | 1.535 | 168,83 |
| Vendas ** | 2.204.440 | 2.824.812 | 24,14 |
| Vendas/empregado ** | 402 | 871 | 116,67 |
| Salários ** | 53.961 | 36.980 | (31,45) |
| Benefícios Indiretos ** | 35.520 | 17.460 | (50,84) |
| Custo total da mão-de-obra ** | 141.605 | 88.048 | (37,82) |
| Salário médio *** | 819,82 | 950,01 | 15,88 |

Fonte: Sindicato das Indústrias Petroquímicas (SINPER) *apud* BARRETO, Ranieri Muricy. A Modernização da Indústria Petroquímica e do Complexo Químico da Bahia nos Anos 90. *Estudos DIEESE/CESIT*, n°1, São Paulo, DIEESE, jun 2000.
* Em toneladas.
** Em US$ 1.000 de dezembro/89
*** Em US$ 1 de dezembro/89

No pólo petroquímico da Bahia o núcleo de operários que permaneceu empregado obteve um discreto aumento real de salário no período analisado por Ranieri Barreto, mas se considerarmos uma escala de tempo maior e os rendimentos de várias categorias de empregados, veremos que a trajetória dos salários reais é, no geral, fortemente declinante. O poder de compra dos trabalhadores foi reduzido e mantido em patamares baixos, se comparados com décadas anteriores, o que significa que, na disputa pela taxa de mais-valia, a burguesia passou a ganhar terreno. Mais uma vez é preciso estar de sobreaviso com os dados, pois são restritos à região metropolitana de São Paulo e cobrem um período menos extenso que o necessário para maiores inferências. Mesmo assim, a tendência que eles indicam, de uma perda de cerca de 1/5 do valor da força de trabalho, não deve ser muito discrepante do conjunto do país.

**Gráfico 4 - Evolução do rendimento médio real dos assalariados na Grande SP, por ocupação principal, nos setores (1985-1998; 1985=100)**




Fonte: SEADE-DIEESE, pesquisa PED. Dados primários em R$ de novembro/2003. (elaboração minha))

A desvalorização dos salários reais, que não deve ser entendida apenas como rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e sim como deterioração real das condições de vida, indica, com certa precisão, que houve derrotas dos trabalhadores na luta de classes. Os elementos reunidos acima dão conta de parte da explicação para esta derrota. O avanço do desemprego teve, sobre a dinâmica da luta de classes, implicações muito graves: redefiniram-se, para toda a década, as dimensões e as características do exército de reserva. Aumentou, e permaneceu elevada, a concorrência entre aqueles que, expropriados dos meios de subsistência, precisam vender sua força de trabalho ao capital. Nessas condições não é de estranhar o declínio do número de greves, exibido no Gráfico 2, e nem, talvez ainda mais significativa, a mudança na pauta de reivindicações dos grevistas dos anos 90. Se na década de 80 os trabalhadores faziam greve principalmente para pleitear aumentos salariais (47% das greves entre 1980 e 1984 e cerca de 75% das greves entre 1985 e 1987 tinham este objetivo)[97], nos anos 90 a principal motivação para fazer greves passa a ser a exigência do cumprimento de direitos trabalhistas já garantidos em legislação ou em acordos coletivos (23% das greves de 1993, 36% em 1995, 42% em 1996 e 43% no ano seguinte).[98]

Um dos principais emblemas da conjuntura de derrota dos trabalhadores foi a greve feita pelos petroleiros, entre 3 de maio e 2 de junho de 1995. A greve foi

[97] NORONHA, Eduardo Garuti. Greves e Estratégias Sindicais no Brasil. Op. cit., p. 343.
[98] *Boletim DIEESE*, 206, setembro de 1998, p. 33.

deflagrada como forma de pressionar pelo cumprimento do acordo celebrado, no final do ano anterior, entre os trabalhadores, a direção da Petrobras e ministros do governo Itamar Franco. O novo governo, presidido por Fernando Henrique Cardoso, se recusou a reconhecer a validade jurídica do acordo e negou-se a cumpri-lo, alegando que ele poria em risco um "bem comum" – a estabilidade monetária – em troca do atendimento de reivindicações corporativas de uma categoria "historicamente privilegiada".[99] Todas as tentativas de abrir negociação foram rechaçadas pelo governo, que adotou a estratégia de impor uma derrota total e exemplar aos grevistas. Dentre as armas que empregou destacou-se a investida sobre a opinião pública, influenciada por estratagemas como o da ocultação, anterior à greve, de parte dos estoques de gás de cozinha. Esta medida antecipou a crise de abastecimento e fortaleceu a tática governista de criminalização da greve, apresentada sempre como o movimento ilegítimo de uma minoria contra os interesses gerais da sociedade.[100] Jornais divulgaram pesquisas que mostravam a opinião pública contrária à paralisação, enquanto a Força Sindical anunciava que mais de 70% dos seus filiados eram favoráveis ao encerramento da greve. O governo obteve do Judiciário a decretação do caráter abusivo da greve e, pela primeira vez, o estabelecimento de multas de cem mil reais para cada dia de paralisação posterior à divulgação da sentença. No dia 25 de maio tropas do Exército ocuparam quatro refinarias, enquanto helicópteros militares, em operações de alto risco, transportavam petroleiros aposentados para a refinaria de Paulínia. Após o final da greve era claro que a derrota dos petroleiros tinha sido, como desejara o governo, imensa. Nenhuma das reivindicações fora sequer ouvida, dezenas de trabalhadores foram demitidos, o patrimônio dos sindicatos, inclusive as sedes, foi penhorado e a contribuição sindical confiscada para pagar as multas.

A greve dos petroleiros demonstrou, por outro lado, a existência de um bloco hegemônico burguês consolidado. A eleição de Collor abrira caminho para a construção da nova hegemonia, mas a ausência de vínculos orgânicos sólidos do governo com os setores estratégicos da classe dominante (como a FIESP) impediu que ele se estabilizasse. Foi o governo Fernando Henrique Cardoso que cumpriu o papel de sedimentar e consolidar as formas da nova hegemonia burguesa no Brasil,

[99] Cf. RIZEK, Cibele Saliba. A Greve dos Petroleiros. *Praga*, 6, set 1998, pp. 97-105.
[100] A ocultação dos estoques, denunciada logo após a greve, foi finalmente confirmada anos depois por funcionários de alto escalão da Petrobras. Cf. RIZEK, Cibele Saliba, ibidem.

restabelecendo, em bases parcialmente distintas das que vigoravam durante a ditadura militar, a função estatal de mediação e composição dos interesses das diversas frações da classe dominante. A combinação de iniciativas econômicas (redirecionamento do gasto público em favor do capital financeiro, abertura comercial e apreciação cambial, privatização) e político-administrativas (reforma do Estado, combate ao movimento sindical) puseram o governo na linha de frente da ofensiva burguesa no Brasil. No plano mais discursivo, o presidente se encarregou de desqualificar a oposição, cunhando expressões, como "neobobos", que funcionaram como versões locais do *there is no alternative*.

Não há, por enquanto, estudos sistemáticos das formas de instituição da hegemonia burguesa no governo FHC, embora já existam várias análises iniciais dos governos, a maioria em caráter de "balanço crítico".[101] Em todo caso, é possível apontar o governo Itamar Franco, com destaque para o Ministério da Fazenda, como o lugar em que o projeto deu seus passos iniciais. O Plano Real, mais do que um plano de estabilização monetária, foi a construção de um instrumento político de hegemonia que habilitou um grupo político a pleitear o comando dos interesses gerais do capital no país. As eleições de 1994 e 1998, em que a classe dominante se manteve unida em torno da candidatura FHC, mostram que o projeto foi bem sucedido. Embora a crise econômica tenha se aprofundado, a década de 90 alterou profundamente a correlação de forças em favor da burguesia no Brasil. O consenso produzido em torno do governo FHC foi tanto uma expressão quanto um mecanismo de construção desta nova hegemonia.

Para os trabalhadores, porém, os anos 90 foram de derrotas e de desorganização política, apesar dos avanços eleitorais do PT. A composição deste esboço da dinâmica da luta de classes nos anos 90 requer, ainda, que consideremos as mudanças de orientação política da direção do movimento sindical de esquerda. Inúmeros autores já se debruçaram sobre o tema, sob perspectivas bastante

---

[101] Cf., por exemplo: OLIVEIRA, Francisco de. *Os Direitos do Antivalor...* op. cit; LESBAUPIN, Ivo (org.) *O Desmonte da Nação. Balanço do Governo FHC*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1999; RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.) *No Fio da Navalha. Críticas das Reformas Neoliberais de FHC*. 2ª ed., São Paulo, Xamã, 1997. PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso. A Desapropriação do País*. Petrópolis, Vozes, 2001. Acerca dos efeitos da política geral do governo FHC sobre o trabalho, cf. POCHMANN, Marcio e BORGES, Altamiro. *"Era FHC": A Regressão do Trabalho*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2002; POCHMANN, Marcio. *A Década dos Mitos*. São Paulo, Contexto, 2001.

diversificadas, o que nos exime da tarefa de uma reconstituição mais detalhada.[102] Em grande medida o que ocorreu com os dirigentes da fração majoritária do movimento sindical ligado à CUT é parte do fenômeno mais geral que vem sendo analisado ao longo dos capítulos anteriores, isto é, uma mudança radical de projeto político. Já mencionei que a tendência dirigente da CUT, que após o II Congresso Nacional da Central (CONCUT), em 1986, passou a designar-se Articulação Sindical (*Artsind*), tinha estreitas relações com a corrente petista Articulação. No entanto, as especificidades do campo sindical impuseram um ritmo diferente à trajetória da Articulação Sindical que, em alguns casos, se antecipou à sua congênere.

No III CONCUT (1989) a *Artsind* fez aprovar novas regras para os congressos da Central Única que restringiam o número total de delegados e, particularmente, o número de delegados eleitos diretamente pelas bases. Quando se reuniu o IV CONCUT, em 1991, 83% dos delegados eram diretores de sindicatos e apenas 17% eram militantes de base. Quase 70% dos delegados eram sindicalistas "liberados" do trabalho para o exercício do mandato sindical (no III CONCUT eram apenas 34,1%), e os representantes de oposições sindicais eram menos de 2%. Iram Jácome Rodrigues, que sistematizou estes dados em 1993, afirma que eles indicam o avanço da burocratização e significam "que está sendo criada, na Central Única dos Trabalhadores, a figura do sindicalista profissional". Para ele a mudança é "fundamental", porque adequada à nova fase da CUT

> "onde a racionalidade técnica, o pragmatismo nas negociações e uma certa diminuição do nível de conflituosidade com os empresários e o governo apontam, aparentemente, para um novo padrão de ação sindical, onde a confrontação começa a dar lugar à negociação, tendendo, em alguns casos, (...) para **uma certa forma de parceria entre capital e trabalho**. Tal postura possivelmente terminará por diminuir, a médio prazo, a força do *ethos* socialista no seu interior"[103]

Neste fragmento encontramos uma síntese da trajetória não tanto da CUT, que é um compósito bastante heterogêneo, mas certamente da sua tendência majoritária

[102] A lista é meramente indicativa: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*. Petrópolis, Vozes, 2000. BADARÓ, Marcelo. *Trabalhadores e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002. BOITO JÚNIOR, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999. OLIVEIRA, Roberto Véras de. *Sindicalismo e Democracia no Brasil – Atualizações. Do Novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão*. Tese de Doutorado em Sociologia,USP. São Paulo, 2002. CRUZ, Antonio. *A Janela Estilhaçada*. Petrópolis, Vozes, 2000. COMIM, Alvaro Augusto. A Experiência de Organização das Centrais Sindicais no Brasil. IN: COMIM, Alvaro et. al. *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta, 1994. GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. *CUT Ontem e Hoje*. Petrópolis, Vozes, 2001.

[103] RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, sindicalismo e Democracia. A Trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997, p. 207, grifo meu. Os dados mencionados encontram-se no capítulo 4 do livro.

nos anos 90. A passagem da confrontação para a colaboração de classes não foi feita sem conflitos com outras tendências no interior da Central, e o próprio IV CONCUT foi palco de disputas extremamente acirradas. Dentre os pomos de discórdia estavam a proposta de filiação da CUT a uma central sindical internacional, defendida pela Atsind, e a proposta de composição da executiva pelo método da proporcionalidade qualificada, recusada pela tendência majoritária. Esta última proposta, aliás, foi aprovada em plenário, mas a votação foi anulada e, em seguida, o resultado foi invertido. Entretanto, a *Artsind* não apenas tinha como aprovar suas teses no Congresso[104] como também fazia avançar experiências concretas de colaboração de classes mesmo contrariando decisões tomadas pela instância máxima da CUT. A mais importante dessas experiências foi, certamente, a participação de sindicalistas cutistas na câmara setorial automobilística, e o IV CONCUT havia aprovado uma resolução contrária à participação nas câmaras setoriais.

Novamente trata-se de tema ampla e apaixonadamente discutido por muitos estudiosos.[105] "Abandono da lógica da exclusão", "publicização da luta de classes", "confronto propositivo com o neoliberalismo", "aposta no futuro": com estas expressões alguns analistas demonstraram seu entusiasmo com as virtualidades da experiência que resultou nos dois "acordos das montadoras" no início da década. O caráter de conciliação de classes, que transparece nas expressões acima, fica bem mais nítido quando a palavra vem dos técnicos da própria CUT, analisando as vantagens da participação dos trabalhadores nas câmaras:

> "A disposição à negociação, e sobretudo a formulação de propostas concretas por parte dos sindicatos filiados à CUT, vêm **alterando o comportamento do empresariado, principalmente frente à necessidade de mediar seus interesses com os dos trabalhadores**. Gradativamente os sindicatos vêm se colocando como atores políticos no processo de negociação em temas cada vez mais amplos, que,

[104] A maioria no congresso não estava assegurada para a *Artsind*. Delegações de alguns estados em que as correntes de esquerda da CUT eram majoritárias foram reduzidas no credenciamento. A manobra, que modificou a correlação de forças num congresso extremamente polarizado, foi considerada fraudulenta por Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto. Cf. *CUT Ontem e Hoje*... op. cit.

[105] Cf. ARBIX, Glauco. *Uma Aposta no Futuro. Os 3 Primeiros Anos da Câmara Setorial Automobilística e a Emergência do Meso-corporativosmo no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia, USP. São Paulo, 1995. COMIM, Alexandre. *De Volta para o Futuro. Política e Reestruturação Industrial do Complexo Automobilístico nos Anos 90*. São Paulo, Anablume – Fapesp, 1998. BOITO JÚNIOR, Armando. De Volta para o Novo Corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, SEADE, 5, jul-set 1994. OLIVEIRA, Francisco de. Quanto Melhor, Melhor: O Acordo das Montadoras. *Novos Estudos CEBRAP*, 26, jun 1993, p. 5-6. FRANÇA, Teones Pimenta de. A Lógica do Pacto: do ABC Paulista para Brasília. *Outubro*, 8, São Paulo, 2003.

> tradicionalmente, dentro da cultura política autoritária e excludente do país, sempre foram atributos do Estado e do empresariado".[106]

Para os metalúrgicos que conservaram seu emprego e ainda obtiveram alguns reajustes salariais na esteira dos acordos, não resta dúvida de que houve algum benefício. Segundo Alexandre Comim, houve um ganho salarial real de aproximadamente 10% para estes trabalhadores.[107] Os militantes sindicais que se pronunciaram contra o acordo para esta platéia tinham pouca chance de não serem ignorados ou mesmo hostilizados. Mas para considerar vantajoso o acordo para os trabalhadores era preciso olhar somente para este setor específico da categoria. Os vários grupos de metalúrgicos que ficaram fora dos acordos (sobretudo do segundo, bem mais restrito), para não mencionar as demais categorias da classe trabalhadora, nada tinham a comemorar – embora tenha sido acenada a sedutora miragem de que a experiência dos metalúrgicos automobilísticos poderia ser reproduzida para outras categorias. A "mudança no comportamento dos empresários" nem mesmo devolveu o emprego de milhares de metalúrgicos demitidos nos anos anteriores e, ao menos para aqueles trabalhadores, não houve qualquer "mediação de interesses". O que prevaleceu como resultado do acordo das montadoras, conforme está estampado no Gráfico 5, foi um rápido e consistente aumento da produtividade do trabalho cujos ganhos foram apropriados pelas empresas. Antes do primeiro acordo o crescimento da produção era acompanhado pela expansão no nível de emprego, mas após 1992 há um incremento acentuado na produção anual enquanto o número total de empregados é declinante.

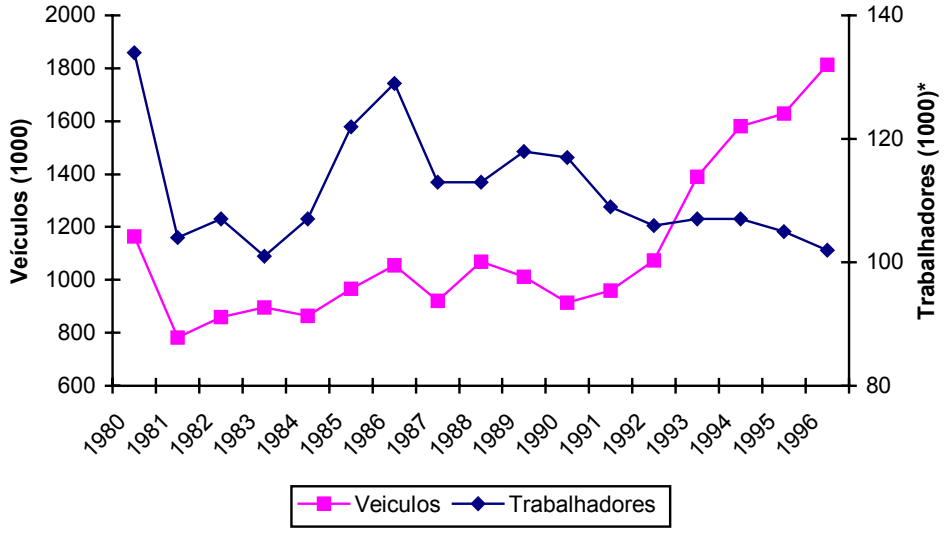
A atuação política voltada exclusivamente para os trabalhadores empregados foi também a marca de um outro momento emblemático da trajetória da *Artsind* no período: a participação do então presidente da CUT, Vicente Paula da Silva, o Vicentinho, nas discussões parlamentares sobre a proposta de reforma da previdência social apresentada pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1995. Consoante a orientação neoliberal do governo, a proposta tinha o objetivo de conter o gasto público com a previdência através da redução de benefícios, aumento das contribuições e do tempo de contribuição. Vicentinho começou a participar das negociações no Congresso nacional em 1996 sem que a CUT deliberasse sobre a

---

[106] DESEP/CUT. Câmaras Setoriais e Intervenção Sindical. *Texto para discussão n° 5*. São Paulo, julho de 1992, p.8, grifo meu.
[107] COMIM, Alexandre. *De Volta para o Futuro*... op. cit.

questão, mas a maioria da Direção Nacional, controlada pela *Artsind*, terminou por referendar, *a posteriori*, seu presidente. Ele apoiou a proposta do governo de fim das aposentadorias integrais no serviço público endossando, publicamente, a crítica neoliberal aos "privilégios" dos trabalhadores deste setor. Aceitou também a tese de que a concessão das aposentadorias deveria estar condicionada ao tempo de contribuição, e não ao tempo de serviço. O apoio da *Artsind* a esta proposta, num período em que o emprego formal escasseava e num país em que importantes contingentes da população trabalhadora nunca chegaram a ter emprego com contrato formal, tem um significado incontornável: expressou o efetivo abandono da perspectiva de classe, mesmo figurando num discurso enunciado por sindicalistas e carregado de referências aos trabalhadores.[108]

**Gráfico 5 - Emprego e Produção Anual na Indústria Automobilística (1980-1996)**




Fonte: ANFAVEA, apud FRANÇA, Teones Pimenta de. A Lógica do Pacto: do ABC Paulista para Brasília. Op. cit., p. 89 (elaboração minha).
* Número de trabalhadores empregados em 31/12.

Também no âmbito do discurso, entretanto, é possível encontrar formulações que documentam a rota trilhada pela *Artsind*, de afastamento da perspectiva de classe. Já vimos, nos capítulos da II Parte, o processo pelo qual o conceito de cidadania,

[108] Cf. SILVA, Pedro Luiz Barros e. et al. *Reforma da seguridade social no Brasil*. Campinas, NEPP/UNICAMP, 2000. Também abordam a questão BADARÓ, Marcelo. Entregando as Mãos para não Perder os Dedos: o sindicalismo brasileiro e o desemprego. Op. cit. e GALVÃO, A CUT na Encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo. Op. cit.

numa acepção marcada pela visão liberal da política, substitui, crescentemente, as noções de classe e luta de classes nas formulações da esquerda. No movimento sindical a expressão *sindicato cidadão* passou a designar, em alguns momentos, a nova orientação da ação sindical dirigida pela *Artsind*. "Cidadão" é o sindicalismo que se ocupa com seres humanos que não devem ser considerados somente como trabalhadores:

> "... uma coisa é falar, na porta de uma fábrica, com trabalhadores metalúrgicos, químicos ou bancários. **Quando aqueles cidadãos saem, eles não são mais metalúrgicos ou bancários; eles são cidadãos**, com interesses e expectativas que, muitas vezes, não tocamos porque achamos que não são pertinentes para a atividade sindical"[109].

Sob esta imprecisa designação aparecem as justificativas para que a CUT atue "nas brechas do Estado, não apenas propondo políticas, mas também assumindo a execução de serviços relegados pelo Estado".[110] O vetor mais conhecido, dentre vários, desta nova prática é o uso extensivo de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para generalização da prestação de serviços de educação e formação profissional pelos sindicatos ou por ONGs a eles associadas. As redes de interesses e práticas que se formaram em torno dessas alternativas de atuação ainda estão por merecer uma investigação mais minuciosa. De qualquer modo, além de financiar a qualificação de mão-de-obra, o FAT tornou-se "o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operando no BNDES".[111] Que a cúpula sindical cutista participe da gestão do FAT significa, então, que ao invés de se opor ao capital na disputa pela taxa de mais-valia, estes sindicalistas estão agora participando da direção de uma instituição que tem por objetivo gerir o capital – facilitar e promover a reprodução ampliada –, seja através da formação do "trabalhador coletivo", seja mediante a gestão do financiamento direto aos investimentos.

De acordo com o novo projeto da *Artsind*, no centro da estratégia sindical dos anos 90 estaria o enfrentamento do neoliberalismo e da "reestruturação produtiva, da

---

[109] SILVA, Luiz Inácio Lula da. Mobilização Social: Novos Desafios para o Movimento Sindical. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria Sindical Nacional. *Encontro Nacional de Sindicalistas do PT*. São Paulo, jul 1996, p. 18, grifo meu.

[110] GALVÃO, Andréia. A CUT na Encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo. Op. cit., p. 142.

[111] OLIVEIRA, Francisco de. O Ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 146. Segundo este autor, em 1998, 37% do passivo do BNDES era constituído por recursos do FAT.

terceirização e da precarização do mercado de trabalho", tarefas que teriam sido bem sucedidas nos países onde o movimento operário construiu, na sociedade civil e com "governos progressistas", amplas alianças "capazes de forjar alternativas de governo e projeto". Fica claro que o terreno mais propício para este enfrentamento seria o das eleições: "No Brasil, a construção de uma alternativa ao neoliberalismo passa pela arregimentação do campo democrático-popular".[112]

Trilhando caminhos próprios, embora interligados, a *Artsind* e a Articulação petista convergiram para o mesmo ponto de chegada: a substituição da luta de classes pela noção difusa de cidadania, a perda do referencial de classes no projeto político, a substituição da crítica radical ao capitalismo pela crítica ao neoliberalismo, a defesa de algum tipo de capitalismo organizado cujo instrumento principal seria a colaboração de classes, a escolha do terreno institucional-eleitoral como lugar privilegiado da ação política. Sempre que este novo projeto político foi questionado – e foram muitos os embates, no interior do movimento sindical, em que os novos rumos da *Artsind* foram fustigados por grupos à esquerda – a justificativa para as mudanças insistia no argumento de que a agenda sindical teria forçosamente que mudar diante da crise econômica, das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva: "o aprofundamento da crise impõe questões de renda e emprego".[113]

A crise era real, como vimos acima, e afetava diretamente os trabalhadores. Diante dela, a ação sindical passaria, de algum modo, para a defensiva. Sobre este ponto parece haver consenso entre os analistas. Mas também aqui havia alternativas diferentes em disputa, muitas das quais mantinham seus referenciais na luta de classes, e este aspecto, geralmente negligenciado, é decisivo: a vitória da estratégia da *Artsind* só foi alcançada mediante a *derrota* imposta às estratégias alternativas. É possível propor algumas hipóteses para compreender a vitória da *Artsind*, como veremos logo abaixo.

Embora vitoriosas na disputa sindical, as novas práticas da tendência majoritária não tiveram – e como poderiam? – o condão de resolver ou minimizar significativamente as questões priorizadas de renda e emprego. Os números do desemprego já foram apresentados.Quanto à renda, além da curva declinante dos

---

[112] SERENO, Marcelo Borges. Refundar os Sindicatos no Brasil: sindicato orgânico e a construção do modelo sindical cutista. Tese da Articulação ao Encontro Nacional de Sindicalistas do PT. In: *Caderno de Teses*. São Paulo, julho de 1996.

[113] DESEP/CUT. Câmaras Setoriais e Intervenção Sindical. *Texto para discussão n° 5*. São Paulo, julho de 1992, p. 7.

salários médios (Gráfico 4), é útil mencionar que em 1996 os brasileiros situados entre os 10% mais ricos possuíam renda em média 13 vezes superior à dos 20% mais pobres, um resultado pior que os 12,7% de 1990. Medida pelo Índice de Gini, no mesmo período, a concentração de renda no país piorou de 0,528 para 0,538.[114] Marcelo Badaró tem, portanto, razão ao considerar que aquelas novas estratégias sindicais, ao "aceitar discutir o desemprego nos termos do empresariado (corte de 'encargos', diminuição do salário 'indireto', flexibilização das jornadas)" estariam, de fato, "entregando as mãos para não perder os dedos".[115]

## 7.5 SÍNTESE PARCIAL: CRISE DO MARXISMO E DINÂMICA DA LUTA DE CLASSES NA CRISE DO CAPITALISMO TARDIO.

Do que discutimos ao longo do capítulo já é possível recolher alguns elementos para a síntese da argumentação geral deste trabalho. A dinâmica da luta de classes na crise do capitalismo tardio é o solo histórico em que se passaram as transformações dos projetos políticos da esquerda. O fenômeno, aqui pesquisado, da crise do marxismo, ocorre num tempo marcado pelo signo de uma importante derrota histórica da classe trabalhadora mundial, cujos contornos foram bosquejados acima. A explicação histórica, em perspectiva dialética, exige que consideremos os nexos de determinação entre o fenômeno e seu tempo, entre o evento e a totalidade. Eis o argumento em sua formulação preliminar: o fenômeno que conceituamos neste trabalho como *crise do marxismo nos projetos políticos da esquerda* pode ser considerada como *uma forma determinada de manifestação das recentes derrotas dos trabalhadores na luta de classes.* Tal manifestação, no entanto, nunca é imediata. O problema das mediações será objeto do próximo capítulo.

Em certos casos não é difícil indicar como a crise do marxismo resulta de desdobramentos da perda de posições das classes subalternas na luta de classes. Se considerarmos as dimensões econômicas da crise do capitalismo tardio, ou seja, a crise mundial de longa duração, teremos algumas indicações. O aumento da concorrência entre os trabalhadores é, como vimos, uma decorrência da recomposição do exército de reserva, efeito tanto da crise econômica quanto da reestruturação

[114] Dados da CEPAL e do Banco Mundial *apud* DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasi*l. São Paulo, DIEESE, 2001.
[115] BADARÓ, Marcelo. Entregando as Mãos para não Perder os Dedos: o sindicalismo brasileiro e o desemprego. Op. cit, p. 62.

produtiva. Ora, o acirramento, por um período longo, dessa concorrência se expressou, de algum modo, no meio sindical e nas formas de organização política das classes subalternas. Nessas condições, estratégias que se apoiavam nos interesses mais diretos dos grupos mais organizados e poderosos dos trabalhadores poderiam ter maiores possibilidades de conseguir alguns ganhos imediatos, ainda que pontuais, e de derrotar estratégias concorrentes que procuravam defender os interesses de toda a classe. Em épocas de baixa concorrência entre os trabalhadores, desde que ocorram mobilizações, a tendência é inversa: a luta e a vitória de uma categoria funciona como estímulo para que outros grupos de trabalhadores também lutem contra seus patrões. Em contextos assim há, provavelmente, melhores chances para intervenções políticas referenciadas no interesse da classe como um todo.

Entretanto, é preciso evitar leituras fatalistas. A compreensão que os trabalhadores têm dos seus próprios interesses é mediada, como qualquer consciência, pela visão de mundo. O "interesse da classe" pode ser entendido, como na experiência da social-democracia européia no pós-guerra, como pleno emprego e melhoria no nível de vida, e não necessariamente como antagonismo ao capital. Por isso, situações de baixa concorrência entre os trabalhadores não significam, por si só, que o marxismo encontra ali um terreno propício. A definição política do conteúdo do "interesse de classe" depende, sempre, da luta pela hegemonia no movimento operário. Existem discursos em nome da classe que não podem ser considerados marxistas, como, no Brasil, o da Força Sindical, mas não é possível sustentar um discurso marxista sem referência à classe. Esta é a razão pela qual as condições históricas que dificultam a sustentação das referências classistas afetam negativamente as intervenções políticas orientadas pelo marxismo. O que ocorreu na segunda fase da crise do capitalismo tardio foi que a fragmentação política da classe trabalhadora foi potencializada pela ampliação da fragmentação econômica, isto é, pela concorrência.

No caso do movimento sindical, a *Artsind* construiu uma vantagem suplementar sobre suas concorrentes à esquerda exatamente na medida em que acolheu e deu encaminhamento político às demandas fragmentárias dos setores mais fortes e mais organizados do meio sindical, em detrimento dos interesses gerais da classe. Na verdade a posição majoritária da *Artsind*, uma vez confirmada, permitia-lhe apresentar como se fossem de toda a classe os objetivos e interesses de apenas

uma fração. Mas não foi só no movimento sindical que se verificaram desdobramentos semelhantes.

O marxismo, conforme assinalamos no capítulo 3, caracteriza-se precisamente por posicionar-se na perspectiva da classe trabalhadora como um todo, o que significa exprimir, como projeto político, a consciência de classe. Dissemos também que, em cada contexto histórico real, os trabalhadores simultaneamente *são* e *não são* uma classe. Os períodos de alta concorrência entre trabalhadores, justamente porque acentuam a fragmentação e o corporativismo, favorecem a predominância do momento "não ser" da classe, ou seja, contribuem para a emergência de forças que entravam sua constituição como sujeito político coerente. Estas tendências à dispersão, opostas à consciência unitária de classe, se expressaram através de projetos políticos que, deslocando seus concorrentes marxistas, se tornaram hegemônicos nos espaços organizativos das classes subalternas. O modo como se elaboraram estes projetos nada teve de mecânico, como veremos no próximo capítulo. O processo pode ser descrito como uma "luta de hegemonias", no sentido original de Gramsci, mas com sinal trocado: ao invés da constituição da autoconsciência crítica, ou consciência de classe, neste caso o que resulta da luta é a destituição daquela forma de consciência.

O que se passou com a esquerda pode ser referido, portanto, a uma forma de "luta de hegemonias" travada num terreno marcado pela elevada concorrência entre os trabalhadores e que, portanto, era desfavorável à afirmação da unidade de classe. A troca da referência de classes não pelo fragmento corporativo, mas pela generalidade formal "cidadania" é outra forma de destituição da "autoconsciência crítica". Também aqui ocorre a fragmentação real da experiência de classe, mas, desta vez, não pela afirmação das particularidades e sim pela apologia de uma universalidade ilusória. "Nova esfera pública" e "cidadania" tornaram-se peças de um projeto político que se tornou vitorioso em grande parte porque soube explorar as condições vantajosas que a conjuntura lhe oferecia. Considerando que os conceitos exprimem formas de práxis, temos que reconhecer que a noção liberal de cidadania possui eficácia política, isto é, incide sobre a experiência concreta das classes subalternas ampliando e aprofundando a fragmentação e a dispersão políticas. Algo que precisa ser salientado, contudo, é que, diferentemente da defesa dos interesses corporativos, a apologia da universalidade ilusória é um discurso enunciado a partir de um lugar que

se apresenta, precisamente, como o próprio lugar dessa universalidade: o Estado burguês. Retornaremos à questão no último capítulo.

No novo projeto político da esquerda, cujo conteúdo foi analisado nos capítulos da segunda parte, é possível encontrar ambos os desdobramentos do aumento duradouro da concorrência entre trabalhadores – as formas várias de corporativismo e a apologia da universalidade ilusória. Embora distintos, eles não são necessariamente incompatíveis, como provam as apaixonadas defesas da experiência das câmaras setoriais que salientam suas virtudes democráticas ao reconhecer e institucionalizar os conflitos.

Existem, ainda, outras formas de determinação do que chamamos aqui de crise do marxismo pela dinâmica da luta classes na crise do capitalismo tardio. Mais difíceis de identificar com rigor, elas não são menos relevantes. Comecemos pela expressão "derrota histórica da classe trabalhadora", empregada algumas vezes neste texto. Certamente imprecisa, ela reflete a tentativa de exprimir o sentido geral de um tempo histórico (a segunda fase da crise do capitalismo tardio) do ponto de vista da luta de classes. As dimensões desse revés já foram esboçadas: derrota das revoluções do último período, desmanche do chamado socialismo real, perda de terreno na disputa pela taxa de mais-valia em face da tríplice ofensiva burguesa, isso tudo implicando no recuo na freqüência e na intensidade dos conflitos diretos com o capital que eram realizados sob as formas organizativas até então prevalecentes. Estes são, evidentemente, fenômenos bastante distintos e que guardam níveis diferenciados de relação entre si. O que nos permite tomá-los em conjunto é, de um lado, o fato de que todos eles são parte de uma mesma totalidade histórica – o período mais recente do capitalismo –, e, de outro, seus efeitos semelhantes sobre a luta de classes. A questão a enfrentar, finalmente, é compreender *como* esta derrota se relaciona, num plano mais geral, com a crise do marxismo.

Esgotar a questão exigiria todo um programa de pesquisas, muito mais do que podemos oferecer aqui. Mas isso não impede que proponhamos hipóteses para estas outras determinações. Formulemo-las através de um exercício de analogias. Em dois importantes trabalhos, Michael Löwy se interroga sobre o que pode atrair intelectuais de origem familiar pequeno-burguesa (como Marx) ou burguesa (como Lukács) para as fileiras do movimento revolucionário dos trabalhadores. Sua resposta, extensa e complexa, não pode ser resumida aqui. Limito-me a apanhar um dos aspectos: para ele a resposta estaria, em parte, na condição específica do intelectual. Assim, no caso

de Marx, a frustração de uma eventual carreira acadêmica e o exercício do jornalismo colocaram-no em posição de ser influenciado pelas jornadas de luta operária na Europa dos anos 40, com destaque para a greve dos tecelões da Silésia, em junho de 1844.[116] No caso de Lukács, seu pertencimento aos círculos intelectuais húngaros do início do século haviam-no iniciado na problemática filosófica da emancipação, e a Revolução de Outubro proporcionou-lhe a superação dialética do seu "anticapitalismo romântico" em direção ao marxismo.[117]

Seguindo a pista de Löwy, poderíamos assumir que contextos históricos de ascenso das lutas operárias intensificam a *força centrípeta* da classe trabalhadora, que passa a funcionar mais ou menos como um magneto. Em termos gramscianos, isto corresponde ao aumento da "condensação ou concentração orgânica" da classe. O efeito da *força centrípeta* é tanto o de atrair para a órbita do proletariado indivíduos e grupos com origem e inserção social distinta quanto o de unir e adensar a própria classe, reduzindo sua fragmentação. O raio de ação desta *força centrípeta* pode, inclusive, em certos casos, ultrapassar as fronteiras nacionais. Há exemplos históricos de propagação internacional de ondas revolucionárias ou de protesto proletário: a *Primavera dos Povos*, em meados do século XIX, a onda revolucionária na Europa entre 1917 e 1923 e a vaga de mobilizações mundiais em 1968 são, talvez, os mais conhecidos.

O marxismo, enquanto projeto político, se afirmou nesses momentos ao procurar "pesquisar as condições históricas" (Engels) do movimento revolucionário do proletariado, dar direção e coerência ("autoconsciência crítica" – Gramsci) a este movimento. Sistematizando e dando criticidade à *Weltanschauung* proletária, a *Filosofia da Práxis* é, desde sua origem, uma teoria-ação, uma práxis. Seu desenvolvimento histórico é indissociável do desenvolvimento histórico da luta de classes, de que ela é uma expressão determinada. É por isso que os momentos de avanço dos trabalhadores nos conflitos sociais geralmente são, também, momentos de avanço da teoria marxista e de alargamento da influência cultural do marxismo, como apontou Löwy.

Mas o que se passa quando a conjuntura tem sentido oposto, isto é, quando se trata de momentos de ofensiva da classe dominante e recuo da classe trabalhadora? A

---

[116] Cf. LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Op. cit.
[117] Cf. LÖWY, Michael. *A Evolução Política de Lukács: 1909 – 1929*. São Paulo, Cortez, 1998. A análise de István Mészaros sobre a trajetória do "jovem" Lukács é semelhante. Cf. MÉSZAROS, Isvan. *Para Além do Capital*. op. cit.

grave derrota na última fase da crise do capitalismo tardio teria "revertido a polaridade" do magneto, desencadeando forças *centrífugas* ao invés de *centrípetas*? Os efeitos sobre o marxismo seriam, analogamente, deletérios? Alguns precedentes históricos sugerem que esta pode ser uma hipótese bastante plausível, desde que não seja tomada como uma lei inflexível e sim como uma tendência. Houve casos mais extremos, como na Alemanha nazista, onde a destruição das organizações marxistas e a perseguição implacável de militantes e intelectuais foi uma conseqüência direta e, ao mesmo tempo, foi um dos aspectos de uma derrota trágica do proletariado, como demonstrou Trotski.[118] Mas talvez o marxismo possa ser derrotado com outras armas além da metralha da contra-revolução.

Perry Anderson, num de seus livros mais famosos, discute a esterilização política do *marxismo ocidental*, o seu percurso histórico "afastado da prática política revolucionária". Para ele este divórcio entre teoria marxista e ação revolucionária se explicaria pela inexistência de movimentos revolucionários do proletariado europeu ocidental entre 1924 e 1968 e pela

> "estalinização dos partidos comunistas, os herdeiros formais da Revolução de Outubro, o que tornou impossível a realização de qualquer trabalho teórico novo (...). Portanto, **a característica subjacente do marxismo ocidental como um todo é ser produto de *derrota***."[119]

Os objetos de estudo de Anderson e meu são, evidentemente, diferentes, mas sua análise coincide com a hipótese que estou tentando sustentar em um aspecto crucial: ela se apóia na consideração dos efeitos de derrotas históricas do proletariado sobre o campo marxista. O projeto marxista de socialismo, em seus próprios termos, só pode ser viabilizado através da luta política dos trabalhadores. Sendo assim, um contexto de refluxo dessas lutas significa um óbice real para aquele projeto. Por outro lado, os efeitos da reestruturação produtiva e da desregulamentação sobre a classe trabalhadora, na medida em que alteram as condições da luta, aportam desafios teóricos e organizativos novos para o pensamento político marxista. Para alguns intelectuais, as dificuldades para elaborar uma abordagem marxista dessas novas questões podem ter tido muita influência na decisão de abandonar o marxismo. O caso mais emblemático talvez seja o de André Gorz e sua teoria do fim do proletariado.

---

[118] TROTSKI, Leon. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

[119] ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo Brasiliense, 1989, p. 63, grifo meu, itálico no original.

Assim como a vitória da revolução de outubro desencadeou forças que favoreceram à multiplicação dos partidos comunistas pelo mundo, potencializando a difusão do marxismo na esteira do impulso do movimento operário, parece razoável supor que a derrota das experiências revolucionárias dos anos 70 e a prolongada ausência de novas revoluções proletárias exerceu, de algum modo e numa intensidade difícil de mensurar, uma influência em sentido contrário. O mesmo se pode dizer sobre a propagação dos efeitos da ofensiva burguesa nos três terrenos acima mencionados, e sobre o recuo que esta ofensiva impôs aos trabalhadores até em países onde o movimento operário possuía sólidas organizações e tradição de luta. Os efeitos da crise terminal dos regimes do leste europeu são mais ambíguos, devido ao tipo de influência que a URSS exercia sobre a luta de classes mundial. Se por um lado ela garantia uma situação de polaridade internacional que alargava as margens de manobra do movimento sindical durante o capitalismo tardio, por outro lado ela atuou como força contra-revolucionária em muitas situações, como na Hungria, em 1956, na Tchecoslováquia, em 1968 e na Polônia, em 1980-81. Em todo caso, a desaparição da URSS e dos países satélites foi decisiva para o robustecimento do imperialismo norte-americano, com todas as conseqüências que advieram daí sobre a luta de classes em todo o mundo. E é inegável que o fim do chamado "socialismo real" foi recebido como uma humilhante derrota por muitos marxistas no mundo inteiro, certamente a maioria.

Parece razoável, portanto, supor que as organizações de esquerda brasileiras tenham sido alcançadas por estas ondas, mesmo que não seja possível, no momento, indicar com precisão as formas e as conseqüências exatas do impacto. Nos capítulos 4 e 5 pudemos analisar o modo como a crise do dito "socialismo real" foi tratada pelas organizações pesquisadas. É uma contribuição.

## CAPÍTULO 8

# TRANSFORMISMO: A CRISE DO MARXISMO COMO DESLOCAMENTO DA ESQUERDA NA LUTA DE CLASSES

No capítulo anterior, delineando os contornos da crise do capitalismo tardio e seus desdobramentos, apresentei argumentos para negar as teorias da "nova era" – a noção pouco precisa segundo a qual o mundo a que se refere o marxismo, a saber, o mundo da luta de classes, teria deixado de existir ou estaria de tal modo transformado que escaparia à capacidade explicativa da dialética materialista. Ao contrário, os argumentos que esbocei procuram demonstrar o prosseguimento, aumentado e crítico, de todas as contradições principais do capitalismo, das quais a luta de classes é uma expressão central.

Se é assim, então a crise do marxismo não pode ser apresentada como um reflexo da "crise do trabalho" ou da "globalização". Tais fenômenos, por extensos e complexos que sejam, não alteraram os fundamentos da exploração do trabalho pelo capital. Combinando formas "novas" e "velhas" de expropriação, a subsunção do trabalho no capital é mais intensa e completa na fase de crise do capitalismo tardio que em momentos anteriores. Para a perspectiva assumida por nós, é crucial levar em conta a dinâmica histórica da luta de classes na procura pelas determinações do fenômeno que investigamos, a crise do marxismo nos projetos políticos da esquerda. Se a crise do marxismo guarda relação com o desenvolvimento da luta de classes, como acreditamos, não estamos, porém, diante de um fenômeno linear de causa-efeito. No capítulo anterior esboçamos o cenário da derrota histórica das classes subalternas que marca o período de crise do capitalismo tardio. A deterioração da correlação de forças significou o reforçamento de *pressões* e *limites* que atuaram eficazmente na crise do marxismo. A metáfora da "reversão da polaridade do magneto" e a análise dos efeitos do aumento da concorrência entre os trabalhadores, que procurei realizar antes, são modos de abordar estes fatores. A reviravolta teórica e programática da esquerda, entretanto, não é explicável sem a referência à luta de classes mas tampouco se deixa explicar como simples derivação mecânica e linear. *Pressões* e *limites*, como fatores "objetivos", são parte da determinação dos

fenômenos históricos, mas não toda a determinação.[1] É preciso interrogar também as mediações. Mais precisamente, é preciso compreender o rompimento com o marxismo como uma *ação feita por sujeitos históricos determinados*, mas que *atuavam dentro de condições que eles não controlavam*. É o que está em questão aqui, no último capítulo.

Nem toda a esquerda abandonou o marxismo. Mesmo sofrendo o impacto das derrotas na luta de classes, muitos intelectuais e organizações sustentaram as referências marxistas de seus projetos políticos. No caso do PT, a reviravolta do campo majoritário exigiu a derrota e o isolamento das posições à esquerda, que se mantiveram, muitas, no campo do marxismo. Certamente estamos falando de uma minoria, mas a própria existência desta minoria significa algo (assim como também significava algo a persistência de pequenos círculos intelectuais liberais, como o grupo liderado por F. Hayek, durante as décadas em que se dizia que o *welfare state* teria sepultado o liberalismo). Se nem toda a esquerda foi tragada pelo buraco negro da "crise de paradigmas" é porque, de alguma forma, era possível manter posições marxistas apesar da crise. Havia, portanto alternativas, de modo que o abandono do marxismo não pode ser tomado como uma decorrência inevitável, fruto de uma cega necessidade histórica universal e homogênea. Mas não era, tampouco, uma situação de simples "escolha racional" entre alternativas, uma decisão tomada em função do cálculo tendo em vista a maximização dos interesses. Sim, a esquerda que abandonou o marxismo agiu, em geral, coerentemente com seus interesses, mas é preciso entender porque eram *aqueles* os interesses a serem privilegiados agora, e não outros. Em nome de outros interesses, poderia ser mais razoável manter-se no campo do marxismo.

Atribuir valor maior a este ou àquele interesse não é uma decisão *calculista*, e sim ética, diz respeito não apenas aos interesses em si mesmos, mas também à visão de mundo que lhes confere sentido e valor. Além de estabelecer os interesses em jogo, a compreensão histórica da ação dos sujeitos deve explicar como aqueles interesses se constituíram como prioritários para os próprios sujeitos. Por esta perspectiva, o abandono do marxismo é, na verdade, parte de um processo de mudança de visão de mundo. Os contornos gerais da nova *Weltanschauung* da esquerda pós-marxista devem ter ficado evidentes na segunda parte deste trabalho,

[1] Para a concepção de determinação como *pressão* e *limite* ver WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

quando acompanhamos os passos da transformação do projeto político das organizações pesquisadas, e especialmente no capítulo 6, quando discutimos o seu significado. Esta passagem para uma outra *Weltanschauung*, porém, não se dá como experiência puramente subjetiva. Pretendo mostrar que esta mudança na visão de mundo está associada a um deslocamento da *práxis* daqueles sujeitos, a uma *mudança de posição* **no** *mundo concreto da luta de classes e* **frente à** *luta de classes*. Mudar de lugar e mudar de visão de mundo são duas facetas de uma só e mesma mudança experimentada pela esquerda. As condições geradas pela derrota histórica das classes subalternas favoreceram este deslocamento e foram, por sua vez, retroalimentadas por ele. Processos análogos de assimilação de intelectuais dos grupos subalternos pela classe dominante já foram analisados por Gramsci. Argumentarei para demonstrar que o processo pelo qual a esquerda abandonou o marxismo pode ser expresso, conceitualmente, como *transformismo*.

A primeira parte do capítulo é dedicada a um rápido exame do conceito de transformismo e às necessárias mediações que possibilitam o seu emprego referido a uma situação histórica substantivamente distinta daquelas em relação às quais Gramsci o formulou. Em seguida apresentarei as duas vias principais de processamento da experiência transformista das organizações pesquisadas: a via *burocrática* e a *intelectual*. Por fim discutirei as características específicas do transformismo como elemento privilegiado da consolidação da hegemonia no período atual da luta de classes no Brasil.

## 8.1 SOBRE O CONCEITO DE TRANSFORMISMO

A apropriação do conceito de *transformismo*, como de tantos outros existentes nos Cadernos do Cárcere, é uma tarefa que requer cuidados especiais. O termo aparece em várias passagens de diferentes cadernos, e nem sempre se pode dizer que o sentido seja exatamente o mesmo em todas elas. Isto tem a ver com o caráter da obra carcerária de Gramsci, que reúne fragmentos de diversas naturezas, escritos em diferentes momentos com o propósito de subsidiar os textos de síntese expositiva final que, no entanto, jamais chegaram a ser escritos. Por isso, o esforço de determinar o sentido de certos conceitos dos Cadernos, como o de transformismo, implica num exercício simultâneo de leitura e reelaboração.

Assim como fez com outros conceitos, também neste caso Gramsci se apropriou de um termo que, até então, era empregado num sentido bastante restrito. O novo significado proposto por Gramsci conserva o sentido original de transformismo, mas nega seu caráter específico e restrito e, por isso, supera-o, atribuindo ao novo conceito uma generalidade ausente no termo original. Agostino Depretis se tornou primeiro ministro italiano em 1876, e com ele chegava ao poder o grupo político conhecido como a *esquerda* democrática. Vários parlamentares da *direita* histórica, que tinha em Cavour sua maior referência, incorporaram-se ao governo Depretis e ao partido da esquerda, e foi a este deslocamento que se denominou inicialmente transformismo – deputados eleitos pela direita que se *transformaram* em deputados de esquerda. Gramsci viu neste fato, muito mais que um evento localizado, um traço característico e recorrente da própria história da Itália a partir do *Risorgimento*: "Pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo"[2].

Nos escritos gramscianos, o transformismo aparece quase sempre ligado à noção de *revolução passiva*, conceito formulado por Vincenzo Cuoco que Gramsci adota como critério interpretativo da história da construção do Estado nacional italiano. O transformismo seria "uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a 'revolução-restauração' ou 'revolução passiva', a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália"[3]. O conceito de revolução passiva, aliás, lhe "parece exato não só para a Itália, mas também para os demais países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino"[4]. Na Itália, o elemento jacobino não se consolidou e a revolução burguesa transcorreu sob a hegemonia do bloco restaurador, denominado por Gramsci de *partido moderado*, cujo centro dirigente era o Estado do Piemonte, com o rei Vítor Emanuel II e o ministro Camillo Cavour à frente.

A posição hegemônica dos moderados se devia ao "dado fundamental" de que eles "representavam um grupo social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas"[5]. Liderados por Cavour, que

[2] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p. 63.
[3] Idem, ibidem, p. 286.
[4] Id., ibid., p. 209-10.
[5] Id., ibid., p. 62.

"operou magnificamente como homem de partido"[6], os moderados eram um exemplo politicamente bem sucedido de intelectuais orgânicos, isto é,

> "intelectuais já naturalmente 'condensados' pela organicidade de suas relações com os grupos sociais de que eram a expressão (...): eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresa, grandes agricultores ou administradores de propriedades rurais, empresários comerciais e industriais, etc."[7]

A partir desta "condensação ou concentração orgânica", e empregando os meios materiais disponibilizados sobretudo pelo Estado piemontês, os moderados "exerciam uma poderosa atração, de modo 'espontâneo', sobre toda a massa de intelectuais que existiam na península em estado 'difuso', 'molecular'". A atração consistia, na prática, em criar "um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais com laços de ordem psicológica (vaidade, etc.) e, muitas vezes, de casta (técnico-jurídicos, corporativos, etc.)"[8].

A outra corrente política que atuou no *Risorgimento* foi a oposição democrática, que tinha como suas lideranças mais conhecidas Giuseppe Mazzini, organizador do *Partido de Ação*, e Giuseppe Garibaldi, chefe militar nas campanhas que derrotaram as forças do Reino das Duas Sicílias e permitiram a unificação política da península. Ao contrário do partido moderado, o Partido de Ação não se apoiava "especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, segundo os interesses dos moderados; ou seja, historicamente o Partido de Ação foi guiado pelos moderados"[9]. Para que o Partido de Ação se tornasse uma "força autônoma" e imprimisse ao *Risorgimento* um "caráter mais acentuadamente popular e democrático" faltou um "programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar os camponeses"[10]. A falta do programa autônomo deu ao Partido de Ação o caráter de "mais do que qualquer outra coisa, um organismo de agitação e propaganda a serviço dos moderados"[11]. A hegemonia moderada tinha, assim, um importante componente intelectual, manifesto na fragilidade do seu programa: "enquanto Cavour tinha consciência de sua missão, uma vez que estava criticamente consciente da missão de Mazzini, Mazzini, pela pouca ou nenhuma

[6] Id., ibid., p. 86.
[7] Id., ibid., p. 64.
[8] Id., ibid., p. 64.
[9] Id., ibid., p. 62.
[10] Id., ibid., p. 65.
[11] Id., ibid., p. 66.

consciência da missão de Cavour, estava também, na realidade, pouco consciente de sua própria missão". Sob tais condições as "hesitações" e as "iniciativas intempestivas" de Mazzini "se tornavam elementos úteis apenas à política piemontesa"[12]. Sem acolher as reivindicações populares mais elementares, antes de tudo a reforma agrária (o que lhe teria assegurado um caráter jacobino), o Partido de Ação não tinha como sustentar uma alternativa ao poder de atração dos moderados, sendo, pelo contrário, "ele mesmo, atraído e influenciado". O "**chamado 'transformismo' foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica, intelectual, moral e política**"[13] dos moderados sobre o Partido de Ação. Ele é parte importante do mecanismo que assegurava a hegemonia do bloco restaurador de Cavour, e é neste sentido que Gramsci o considera como uma "forma histórica" da revolução passiva na Itália.

O caso particular de transformismo ocorrido no governo Depretis significava, na realidade, o contrário do que parecia à primeira vista: não era a esquerda, enquanto força autônoma, que atraía para si elementos da direita histórica, mas o próprio partido da esquerda é que se encontrava sob a hegemonia da direita. Na Itália o transformismo teria ocorrido em duas etapas: 1) "de 1860 até 1900, transformismo 'molecular', isto é, personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à 'classe política' conservadora e moderada"; 2) "a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado". Entre os dois períodos haveria um "período intermediário – 1890-1900 – no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas na realidade, puramente democráticos".[14]

Uma questão importante, para nós, é a de saber se o conceito de transformismo retém sua validade quando referido a contextos históricos distintos, em que não há uma revolução passiva em curso, entendendo-se esta última como uma forma histórica da revolução burguesa. Trata-se de indagar sobre a possibilidade de uma nova expansão do alcance do conceito, para além do imaginado pelo próprio Gramsci. Isto só seria possível, numa perspectiva dialética, se a realidade (o "modo de ser") apreendida pelo conceito no interior do processo de revolução passiva fosse, ela mesma, expressão particular de uma totalidade mais ampla e complexa do que a

[12] Id., ibid., p. 318.
[13] Id., ibid., p. 63, grifo meu.
[14] Id., ibid., p. 286.

própria revolução passiva. Ora, este é precisamente o caso: o transformismo é um dos aspectos da dimensão política da relação entre os "grupos sociais" no capitalismo, um dos *mecanismos ordinários da hegemonia* burguesa. E a hegemonia, como forma determinada da relação política entre classes, opera na revolução passiva, mas não apenas nela. Aliás, este sentido "ampliado" de transformismo é sugerido pela própria determinação conceitual elaborada por Gramsci, que procura ultrapassar o particularismo presente no significado original.

Em sentido amplo, como pretende Gramsci, o transformismo pode ser definido como a "**absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos**"[15]. Nas considerações que faz sobre as implicações do transformismo sobre o grupo hegemônico e sobre o grupo subordinado, que são distintas, Gramsci descortina outros dois elementos que ultrapassam as fronteiras históricas da revolução passiva. Para os domiantes, o transformismo significou um processo de "elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla"[16], que alterou o próprio conteúdo do organismo político moderado: "a passagem para o cavourismo, depois de 1848, de sempre novos elementos do Partido de Ação modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo"[17]. A ampliação e a modificação interna do bloco hegemônico são importantes implicações do transformismo. Elas poderiam ter como conseqüência a sedimentação de uma *ala esquerda* no interior do grupo dirigente, como ocorreu com "muitos elementos" do Partido de Ação que, realizando uma "autocrítica liquidacionista" da experiência do mazzinismo, "abandonaram Mazzini e **formaram a ala esquerda do partido piemontês**"[18]. Outro efeito da mudança na composição e no equilíbrio interno das forças dirigentes é a possibilidade de introduzir reformas limitadas nos programas, como ocorreu com governos como o de Giovanni Giolitti, primeiro ministro entre 1903 e 1913.

Do ponto de vista dos grupos dominados, as implicações do transformismo eram outras. Elas significavam que a "**direção política se tornou um aspecto da função de domínio**, uma vez que a **absorção das elites dos grupos inimigos leva à**

[15] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.5. Op. cit., p. 63, grifo meu.
[16] Id., ibid., p. 63.
[17] Id., ibid., p. 317. *Neoguelfo* é o nome do grupo político ligado à direita que, no *Risorgimento*, defendia uma federação italiana sob controle político do papa.
[18] Id., ibid., p. 319, grifo meu.

**decapitação destes e à sua aniquilação por um período freqüentemente muito longo**"[19]. Seu efeito mais importante neste âmbito era, portanto, a *produção da desorganização política do grupo subordinado*. No governo Giolitti, por exemplo, para manter o *Mezzogiorno* "sob disciplina", além das "medidas policiais de repressão impiedosa de todo movimento de massa", foram empregadas medidas de natureza "político-policiais" que consistiam na

> "incorporação a 'título pessoal' dos elementos meridionais mais ativos ao pessoal dirigente estatal, com particulares privilégios 'judiciários', burocráticos, etc. Assim o **estrato que poderia organizar o endêmico descontentamento meridional se tornava, ao contrário, um instrumento da política setentrional** (...). O descontentamento não conseguia, por falta de direção, assumir uma forma política normal, e suas manifestações, expressando-se apenas de modo caótico e tumultuoso, eram apresentadas como próprias da 'esferas de polícia' judiciária."[20]

Ambas as implicações apontadas por Gramsci – a ampliação da classe dirigente e a produção da desorganização política dos grupos subordinados – podem ser consideradas como elementos constitutivos do próprio transformismo, em qualquer contexto. Mas a prática do transformismo não necessariamente requeria, como no exemplo acima, uma ação intencional e organizada do partido hegemônico com o objetivo de incorporar os "elementos mais ativos" dos grupos subordinados. Os "métodos" transformistas poderiam ser, afinal, vários, com "variada eficácia". A atração podia ser exercida também de modo "espontâneo", isto é, não planejado com vistas àqueles objetivos singulares. Também neste caso o transformismo expressa em si mesmo as características do movimento de que ele é um mecanismo específico, a hegemonia:

> "Sob que formas e com quais meios os moderados conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia intelectual, moral e política? Sob formas e com meios que se podem chamar 'liberais', isto é, através da iniciativa individual, 'molecular', 'privada' (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa)"[21].

Tomemos outro exemplo, este da fase do transformismo "de grupos". Gramsci menciona, em outro caderno, a "**eficácia do movimento operário socialista na criação de importantes setores da classe dominante**". Diferentemente de outros países, onde o "movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas

[19] Id., ibid., p. 63, grifos meus.
[20] Id., ibid., p. 91, grifo meu.
[21] Id., ibid., p. 63.

singulares que passaram para a outra classe, na Itália, ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizaram esta passagem como grupos", como os fascistas e os sindicalistas-nacionalistas. A explicação de Gramsci para este fenômeno, que ele identifica como o "mesmo fenômeno geral do transformismo, em condições diversas", introduz elementos novos na caracterização do transformismo que não são redutíveis a ações intencionais do grupo hegemônico:

> "A causa do fenômeno italiano (...) deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo (...) A burguesia não consegue educar os seus jovens (luta de geração): os jovens deixam-se atrair culturalmente pelos operários, e chegam mesmo a se tornar – ou buscam fazê-lo – seus líderes (desejo 'inconsciente' de realizarem a hegemonia de sua própria classe sobre o povo), mas, nas crises históricas, retornam às origens"[22].

Os novos elementos intervenientes na explicação deste caso particular de transformismo – "luta de geração", "desejo 'inconsciente' de hegemonia" e "crise histórica" – não apenas complexificam o conceito, mas acrescentam determinações que, de fato, dão ao transformismo um significado que transcende a condição de "forma histórica da revolução passiva". Tanto é assim que, na seqüência da passagem acima transcrita, Gramsci acrescenta: "Este fenômeno de 'grupos' não terá ocorrido, por certo, apenas na Itália: também **nos países onde a situação é análoga, ocorreram fenômenos análogos: os socialismos nacionais dos países eslavos (ou social-revolucionários, ou *narodniki*,** etc.)"[23]. A comparação com os países eslavos e com os movimentos *esserista* e *narodniki* da Rússia significa que "situação análoga", aqui, não diz respeito à revolução passiva.

É preciso esclarecer que, ao procurarmos distinguir os conceitos de transformismo e revolução passiva, este último é tomado no seu sentido mais restrito, isto é, como uma forma histórica da revolução burguesa. Na verdade o próprio Gramsci sugeriu que fenômenos do século XX como o fascismo italiano ou o americanismo poderiam ser interpretados também como revolução passiva[24]. Por esta via é que Ruy Braga tentou caracterizar as transformações recentes no capitalismo como revolução passiva, como mencionei no capítulo anterior. Esta hipótese, no entanto, não foi suficientemente desenvolvida para ser adotada aqui como critério de

---

[22] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 95, grifo meu.
[23] Idem, ibidem, p. 95, negrito meu, itálico no original.
[24] Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 299-300; e Idem, Cadernos do Cárcere, vol 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 241-241.

interpretação histórica do período de que nos ocupamos. Há vários problemas a resolver para dotar este conceito de capacidade explicativa para as determinações da crise contemporânea como, por exemplo, as formas recentes da dinâmica entre as relações de poder nas esferas nacional e internacional ou o fato de que, em todos os casos a que Gramsci se refere, a revolução passiva aparece como o processamento de "restaurações que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo"[25]. Isto não é o bastante para descartar a hipótese de Ruy Braga, mas demonstra a necessidade de fazer avançar esta linha de investigação. Talvez seja possível, no futuro, empregar o conceito de revolução passiva como critério de interpretação do período recente do capitalismo internacional – isso depende não somente do avanço das pesquisas mas, também, dos rumos históricos do próprio modo de produção. No escopo deste trabalho, no entanto, o termo só poderia ser concebido como referido à revolução burguesa no Brasil e, como tal, não pode ser empregado para caracterizar o período que pesquisamos.

No Brasil de 1979-1998 a revolução burguesa já havia completado sua obra principal, que diz respeito ao controle dos principais mecanismos de poder na sociedade política e na sociedade civil. O movimento político real da classe dominante neste período é o de recompor as formas da sua hegemonia no novo cenário aberto pela crise da ditadura militar. Foi precisamente neste trabalho de construção/reconstrução de hegemonia que o transformismo desempenhou uma função crucial.

As determinações conceituais estabelecidas acima para o termo transformismo não esgotam as possibilidades de sua apreensão e reelaboração a partir dos textos de Gramsci, mas são suficientes para dar operacionalidade ao conceito. Transformismo pode ser definido, então, sinteticamente, como 1) absorção, em caráter individual ou "de grupo" e obtida por diferentes "métodos", de intelectuais ("elementos ativos") das classes subalternas pelas classes dominantes. Nele estão implicados: 2) a modificação "molecular" dos grupos dirigentes, sua ampliação e 3) a produção da desorganização política das classes subalternas. A concepção do transformismo como mecanismo de atração de intelectuais exige, por fim, que se considere o 4) poder de atração de cada classe, que varia principalmente em função da sua "condensação ou concentração orgânica". Na medida em que este conceito designa um dos elementos constitutivos

[25] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.1. Op. cit., p. 393.

do "mecanismo" geral de hegemonia, não é de estranhar que através dele se possa estabelecer certas analogias históricas. É com esta definição que se pode propor o emprego do conceito como critério de interpretação da história recente dos grupos de esquerda que pesquisamos.

O aspecto determinante do transformismo das duas tendências petistas foi a *dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora*. Vimos nos capítulos da segunda parte como esta dissolução aparece nas formulações das correntes: organizar a classe como sujeito político independente deixou de ser um objetivo dos seus projetos políticos. Não se pode mais atribuir à esquerda a condição de intelectual orgânico da classe trabalhadora se a tarefa essencial de realizar a organização política desta classe através do "espírito de cisão" foi recusada por ela. Por outro lado, com seu novo projeto político, a esquerda se colocou no terreno da concepção burguesa de mundo, isto é, passou a atuar, na prática, como intelectual, ou elemento ativo, da classe dominante. A caracterização deste deslocamento como transformista requer, porém, a análise de como se deu a incorporação orgânica da esquerda ao bloco dominante. Até este ponto, a nossa visão da dissolução e da recomposição dos laços orgânicos atingiu somente um dos registros do termo "orgânico". É possível demonstrar que, também no outro registro, que diz respeito à relação viva dos intelectuais com a classe, houve uma mudança substantiva. Foram duas as vias principais de construção dos novos laços orgânicos da esquerda: a via burocrática e a via intelectual. É delas que trataremos a seguir.

## 8.2 A BUROCRATIZAÇÃO DOS INTELECTUAIS DE ESQUERDA

Burocratização é um termo empregado neste texto com um sentido bastante preciso. Diz respeito a um fenômeno observado por vários analistas e descrito por Robert Michels como a tendência à oligarquia que atuaria sobre todos os partidos socialistas como uma "lei de ferro"[26]. Esta hipótese de Michels, que vem amparada por elementos da chamada *teoria das elites* e pela concepção weberiana de burocracia como *tipo de organização social* próprio das sociedades modernas (nas quais

[26] Cf. MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, UnB, 1982.

predomina a racionalidade capitalista), não é endossada aqui.[27] O fenômeno que ele procura compreender, no entanto, não pode ser ignorado. Na verdade, ele é crucial para entendermos a mudança de lugar dos intelectuais de esquerda que estamos estudando. Trata-se do esgarçamento e ruptura da conexão orgânica viva, existencial, das duas tendências com a classe trabalhadora. O fato já analisado de que a Articulação e a DR apagaram as referências de classe dos seus projetos políticos encontra uma correspondência material nos novos lugares sociais, apartados da experiência concreta da classe, proporcionados aos intelectuais de esquerda pela expansão da própria organização – isto é, da burocracia.

Por si só, a expansão da burocracia, embora favoreça, não determina uma mudança no projeto político ou na visão de mundo dos intelectuais. Normalmente os postos burocráticos exercem certa atração exatamente pela possibilidade de assegurar vantagens materiais que não estão ao alcance do conjunto da classe. Sobre os ocupantes de tais postos, portanto, existe sempre a *pressão* no sentido de sobrepor os objetivos ligados às necessidades de reprodução da própria organização (de que dependem as suas vantagens pessoais) aos objetivos gerais de toda a classe, e tais objetivos nem sempre são idênticos ou mesmo solidários. Mas esta pressão poderia ser, a princípio, contrarrestada por formas de organização e por práticas que soldem a atividade da organização (que tem, necessariamente, uma dimensão burocrática) com a experiência real vivida pela classe, suas lutas e suas vicissitudes. Criticando a visão fatalista de Michels, Gramsci, por exemplo, sugeria a possibilidade de resolver o problema da tendência à oligarquia através da "formação de um estrato médio o mais numeroso possível entre os chefes e as massas, que sirva de equilíbrio para impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa".[28]

Contudo, a situação muda completamente de figura se a expansão da burocracia se dá num momento em que a "condensação ou concentração orgânica" da classe trabalhadora, isto é, seu poder de atração, encontra-se em declínio. Nessas condições, a fratura no elo entre a organização que sofre pressões burocratizantes e a classe torna-se uma possibilidade bem maior, enquanto a resistência a este afastamento se debilita. No Brasil, como vimos, estas condições se estabeleceram a

[27] Para uma crítica marxista à hipótese da "lei de ferro" seria útil recuperar as anotações de Gramsci sobre a obra de Michels. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, op. cit. pp. 160-170 *inter alia*.
[28] Idem, ibidem, p. 167.

partir de 1990, ano que marca o início de um prolongado refluxo das classes subalternas acompanhando, com retardo, a derrota histórica no plano mundial. A pressão burocrática pela sobreposição dos meios aos fins, que esteve presente no PT desde as origens, encontrou a partir de então um contexto favorável a uma mudança de qualidade. A Articulação, grupo majoritário e, por isso mesmo, com maior número de cargos burocráticos no próprio partido e nos sindicatos e também detentora da maioria dos mandatos no Executivo e no Legislativo, e a DR, com sua condição de permanente dependência material dos mandatos, sua composição social pequeno-burguesa e sua pequena inserção na classe trabalhadora, responderam positivamente à pressão.

O principal vetor da expansão da burocracia foram os sucessos eleitorais do PT. Se a pressão burocratizante consiste em privilegiar a reprodução da própria burocracia, no caso das tendências petistas isto significava, acima de tudo, dar prioridade à manutenção e à ampliação dos mandatos eletivos. Mais do que os cargos de direção do próprio partido, que geralmente não são remunerados, os cargos vinculados a mandatos ofereciam as vantagens materiais que os tornavam mais atraentes. Considerando-se o resultado em termos de número de eleitos, o PT cresceu, ininterruptamente, em todas as eleições de que participou entre 1982 e 1998, com exceção da eleição para deputados estaduais, na qual houve uma pequena redução de 1994 para 1998. Os números abaixo não deixam dúvidas quanto ao peso crescente da inserção do PT no aparelho de Estado:

**Quadro 2 – Resultados do PT nas eleições estaduais e nacionais (1982-1998)**

| Cargo/ano | 1982 | 1986 | 1990 | 1994 | 1998 |
|---|---|---|---|---|---|
| Deputados Federais | 8 | 16 | 35 | 50 | 59 |
| Deputados Estaduais | 12 | 40 | 81 | 92 | 90 |
| Senadores | - | - | 1 | 5 | 7 |
| Governadores | - | - | - | 2 | 3 |

Fonte: MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz e TREVAS, Vicente (orgs.) *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 246-7Idem, ibidem, p. 246-7.

Deve-se considerar que, ao crescimento dos cargos eletivos ocupados, corresponde um incremento proporcional dos cargos comissionados e de assessoria, embora não disponhamos de dados para estabelecer a grandeza exata deste aumento. Também não é possível identificar qual a participação real da Articulação e da DR neste crescimento, mas a correlação de forças no interior do PT autoriza a supor que,

juntas, as tendências do campo majoritário devem responder por mais da metade do contingente dos eleitos, logo, dos cargos. É, porém, na esfera municipal que se pode ter uma noção mais aproximada da dimensão quantitativa do fenômeno da burocratização:

**Quadro 3 – Resultados do PT nas eleições municipais (1982-1996)**

| Cargo/ano | 1982 | 1985 | 1988 | 1992 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|
| Prefeitos | 2 | 2 | 36 | 54 | 115 |
| Vereadores | 118 | n.d. | 900 | 1100 | 1985 |

Fonte: MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz e TREVAS, Vicente (orgs.) *Governo e Cidadania*... op. cit., p. 246-7.

Novamente não há dados para mensurar o tamanho exato da burocracia petista vinculada ao Estado no plano municipal. Pode-se observar, no entanto, que há um salto quantitativo no final da década de 80 (eleições de 1988), o que sugere uma intensificação da pressão burocratizante a partir do desenvolvimento daqueles mandatos. De qualquer modo, se reproduzirmos a estimativa anterior, estamos falando de um coletivo que não parou de crescer em todo o período e que, considerando as três esferas do Estado, seguramente ultrapassou, já em 1992, a casa da dezena de milhar de postos burocráticos remunerados ocupados por militantes profissionais vinculados a uma das duas organizações.

Compreende-se melhor a importância deste dado quando se considera que o PT passou, gradativamente, a ser dirigido efetivamente por estes quadros profissionais. De acordo com uma pesquisa feita por Carlos Alberto Marques Novaes, no 7° ENPT (1990) e no I Congresso (1991) a maioria absoluta dos delegados (57,6% e 56,2% respectivamente) era composta de militantes que ocupavam cargos burocráticos remunerados[29]. Embora o percentual seja ligeiramente menor no caso do I Congresso, seu significado é ainda mais marcante, pois o congresso dobrou o número de delegados e instituiu mecanismos, antes inexistentes, que tinham por objetivo facilitar a eleição de delegados de base não ligados às estruturas de poder interno (tendências e mandatos). Mesmo assim, a proporção ficou praticamente inalterada. Novaes ainda aponta uma mudança no perfil dos militantes remunerados. Segundo ele, os militantes "liberados" do movimento sindical e popular

[29] NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: Dilemas da Burocratização. *Novos Estudos CEBRAP*, 35, São Paulo, mar 1993, p. 228.

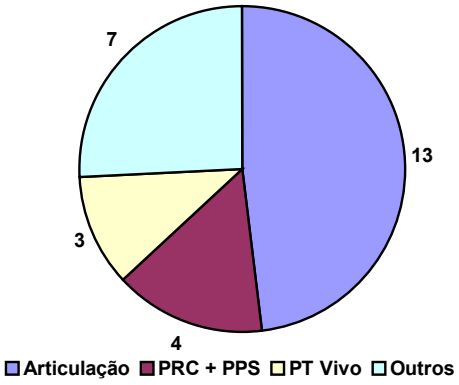
(sindicalistas e assessores) reduziram sua participação entre os delegados, enquanto os assessores e funcionários dos cargos eletivos ampliaram o seu número. Considerando-se que a expansão da burocracia prosseguiu em ritmo acelerado após estes eventos (ver quadros 1 e 2, acima), e que a base partidária filiada e ativa não aumentou na mesma proporção (programas de refiliação dos anos 90 resultaram em números menores de filiados que os anteriores), é razoável supor que o peso relativo dos burocratas remunerados nas instâncias dirigentes do partido tenha aumentado, no mínimo, na mesma proporção em que o crescimento da burocracia superou o crescimento da base. Vistos deste ângulo, não podem causar estranheza nem a reorientação estratégica das prioridades das correntes petistas para as disputas eleitorais, em detrimento das formas de luta baseadas na ação direta, nem o fato de que esta mudança tenha ocorrido justamente no período em que a inserção dos petistas no Estado, particularmente na gestão de prefeituras, ganhou maior densidade.

Não é ocioso insistir: ocupar postos no Estado burguês, por si só, não implica em romper os vínculos com a classe trabalhadora. Há inúmeros exemplos de participação de organizações revolucionárias em parlamentos. Mas as experiências parlamentar e, sobretudo, de gestão municipal, acrescentaram novos e poderosos elementos às forças que trabalhavam pelo afastamento entre os burocratas e a classe. Aceita a premissa de que a estratégia tem em seu centro as disputas eleitorais – "governar é preciso" –, a questão de realizar administrações que pavimentassem o caminho para novos êxitos eleitorais passava a ser prioritária. As prefeituras, ainda mais que os parlamentos, funcionaram como laboratórios para o novo projeto político da esquerda e, simultaneamente, como incubadoras dos novos intelectuais, dirigentes e organizadores deste projeto. Diferentes análises da primeira gestão petista na prefeitura de São Paulo (1989-1992), por exemplo, concordam em identificar na experiência de governar as origens de uma mudança na concepção dos dirigentes sobre as relações entre o partido, a classe trabalhadora e o Estado.

O caso de São Paulo é emblemático não apenas por ser a maior cidade do país, mas principalmente por aquele município concentrar grande parte dos dirigentes nacionais do PT. A experiência da prefeitura paulistana repercutiria, assim, por todo o partido, principalmente sobre as duas organizações que pesquisamos, que eram majoritárias também no governo de Erundina. Embora a escolha de Luiza Erundina como candidata tenha representado uma derrota para as lideranças nacionais da Articulação, que preferiam Plínio de Arruda Sampaio, a tendência majoritária não foi

sub-representada na distribuição inicial de cargos de primeiro escalão, como se pode ver no gráfico abaixo. Somando-se os cargos da Articulação aos das duas correntes que, ainda durante a gestão Erundina, fundir-se-iam para criar a Democracia Radical (PRC e o grupo *Poder Popular e Socialismo*, embrião da *Vertente Socialista*, que haviam apoiado Erundina junto com as demais correntes de esquerda) temos uma maioria absoluta (17 cargos de um total de 27, ou 63%). Portanto, a experiência de gestão da prefeitura de São Paulo e a descoberta do que Cláudio Couto chamou de "responsabilidade governativa" foram vividas intensamente por estas tendências.

**Gráfico 6 - Distribuição de Cargos de Primeiro Escalão - Prefeitura de SP, Gestão Luíza Erundina**




Fonte: COUTO, Cláudio Gonçalves. *O Desafio de Ser Governo: O PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pp. 123-4.

Em sua análise da gestão Luiza Erundina, Couto revela o desenrolar de um conflito entre os petistas que assumiram funções no governo e os que permaneceram como líderes do partido, mas sem responsabilidades administrativas: "Tal divisão fez com que uns e outros estivessem submetidos a dinâmicas organizacionais específicas e proporcionadoras de distintos incentivos para a ação". Assim, o "curso de ação racional para o dirigente partidário em sua luta por maior poder na organização freqüentemente se opunha ao curso de ação racional para o governante na execução de suas tarefas no ambiente governamental"[30]. A abordagem deste autor é limitada pela sua perspectiva analítica (*rational choice*), que o leva a tomar como dados os

[30] COUTO, Cláudio Gonçalves. *O Desafio de Ser Governo: O PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 149.

interesses a partir dos quais os sujeitos estabelecem cursos de ação racional. Mesmo assim, sua descrição do conflito (que ele denomina "cisão") é extremamente pertinente. A experiência de governar foi crucial para sedimentar, num setor do partido, uma visão política que recusava a noção de que "as prefeituras deveriam ser usadas como 'trincheiras' de ataque ao poder central" e, ao mesmo tempo, proclamava a "fidelidade aos compromissos assumidos *perante a sociedade* e no atendimento de suas demandas buscando realizar uma *boa administração do interesse público e comum*"[31]. Estes trechos foram retirados de uma das teses apresentadas no Encontro Municipal do PT de São Paulo, em maio de 1992. Não por acaso, os proponentes da tese eram os setores do partido mais fortemente ligados à prefeita Erundina, e que possuíam a maior cota de "responsabilidade governativa": a Democracia Radical, o grupo PT Vivo e os setores da Articulação mais próximos da prefeita e mais distantes do grupo de Ruy Falcão.

Couto conclui que o "desafio de ser governo" fez o PT "flexibilizar suas posições", inclusive no parlamento, onde passou a ser necessário garantir, através de acordos e alianças, a governabilidade. Estas flexibilizações teriam levado o PT a

> "migrar da condição de partido movimentista e revolucionário (...) para a de partido governante, capaz de conciliar os interesses de diversos segmentos da sociedade, tanto os incluídos entre as chamadas classes populares como aqueles pertencentes a outros segmentos sociais – e notadamente aqueles segmentos aos quais o difuso ideário petista se contrapunha: a burguesia, o empresariado e setores das classes médias"[32].

Certamente é excessivo atribuir, de modo unilateral, à experiência governativa nos municípios a explicação para uma mudança tão completa no próprio caráter do partido – de partido revolucionário a partido governante e conciliador de interesses de classe. Mas não parece haver dúvidas de que qualquer explicação terá que levar em conta a experiência de governar, que foi substantivamente ampliada a partir das eleições de 1988. Assim como as câmaras setoriais, mencionadas no capítulo anterior, a gestão das prefeituras se caracterizou por ser um esforço político de contornar o antagonismo de classes. As prefeituras se ocupavam em produzir soluções políticas e administrativas que permitissem compatibilizar uma certa inversão de prioridades, favorecendo os setores populares com cotas maiores do gasto público, com a

[31] Texto 2 para o Encontro Municipal. Por um PT renovado na Capital. In: Teses para o Encontro Municipal. São Paulo, 1992. Apud. COUTO, Cláudio Gonçalves. *O Desafio*... op. cit., p. 146-7, grifos meus.
[32] COUTO, Cláudio Gonçalves. *O Desafio*... op. cit., p. 248.

preservação dos interesses dos grupos dominantes. Paul Singer, que também participou do primeiro escalão do governo Erundina, explicita o dilema sem meias palavras no seu livro sobre experiência na prefeitura: "O fato concreto é que, na economia capitalista, a acumulação de capital é vital. A esquerda, enquanto não chega ao governo, se recusa a reconhecer este fato." Diante desta evidência, e da constatação do fato de que a "instauração do socialismo via poder de Estado não está na ordem do dia",[33] à esquerda restariam duas opções: lutar para governar, sabendo que as "propostas de redistribuição de renda e da riqueza, que dão identidade a qualquer programa de esquerda que se preze, teriam de ser compatibilizadas com as que objetivam assegurar a acumulação de capital", ou desistir de governar.

Paul Singer não tem dúvidas sobre que posição tomar diante do dilema. É a esquerda, e não os representantes da burguesia, que deveria assumir o comando político da sociedade capitalista:

> "Para que a acumulação de capital resulte não apenas em crescimento mas no desenvolvimento da sociedade e da democracia, é necessário que os governos tenham independência em relação ao capital, para negociar com ele em nome dos interesses das classes trabalhadoras"[34].

Este seria o sentido da expressão "governo de esquerda para todos", uma glosa do dístico da gestão Erundina – "São Paulo para Todos". Fica evidente, inclusive pelos exemplos que ele apresenta, que a referência histórica e política subjacente ao argumento de Singer é a dos governos social-democratas e do *welfare state*. Não é aqui o lugar para contestar, com a necessária radicalidade, estas concepções. No entanto, para o que segue, é imprescindível apontar ao menos um problema grave da visão de Singer sobre a gestão do capitalismo pela esquerda. A suposição de que governos de esquerda possuem independência em relação ao capital é flagrantemente contraditada pelo fato de que eles estão comprometidos a respeitar e gerir os interesses do capital. Neste sentido, a idéia de que eles representam as classes trabalhadoras diante do capital é verdadeira apenas num sentido muito limitado. Muito mais importante, inclusive porque é a condição de possibilidade do próprio governo, é a composição e a representação dos interesses capitalistas frente ao conjunto da sociedade, que é a primeira atribuição do Estado burguês. Além disso, Singer, aparentemente, toma como dada de uma vez para sempre a condição de

[33] SINGER, Paul. *Um Governo de Esquerda Para Todos*. São Paulo, Brasiliense, 1996, p. 11.
[34] Idem, ibidem, p. 12-13.

representantes dos trabalhadores enquanto classe pretendida por tais governos. Ele nem chega a imaginar que esta representação é uma relação política dinâmica, que pode passar por diferentes níveis de organicidade até tornar-se um mero simulacro.

Em todo caso, a conclusão a que Singer chegou, com as costumeiras clareza e honestidade intelectual, é na verdade a síntese da experiência de governar feita pela maioria dos intelectuais que dela participaram: gerenciar o capitalismo melhor que os capitalistas seria, segundo esta concepção, o objetivo dos governos de esquerda. Na verdade, não foi apenas a prefeitura de São Paulo que proporcionou a experiência de gestão. Outras cidades importantes, também geridas por petistas no mesmo momento, foram Porto Alegre (prefeito da Articulação, vice do PRC), Vitória, Campinas, Santos e Santo André, todas com prefeitos ligados à Articulação e com a presença, no primeiro escalão, de dirigentes nacionais das tendências que acompanhamos.[35] Não temos como analisar estas diversas experiências, mas é possível identificar um momento posterior de elaboração política em escala nacional em que se constata a prevalência da decisão estratégica de gerenciar o capitalismo. Esta é a idéia que está na base dos programas de governo apresentados nas campanhas presidenciais de 1994 e 1998.

Carlos Henrique Goulart Árabe, analisando as mudanças na concepção de desenvolvimento nacional nas formulações do PT, aponta uma importante diferença entre os documentos subsidiários para os programas de governo de 1989 e 1994. O primeiro afirmava que o "governo democrático e popular e o início da transição ao socialismo são elos do mesmo processo" e que "o PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no Brasil".[36] A concepção de desenvolvimento, neste momento, estaria próxima do conceito marxista de desenvolvimento desigual e combinado, e o enfrentamento dos maiores problemas econômicos e sociais do país teria, já, caráter anti-capitalista. O programa de 1994, que faz uma análise muito mais

---

[35] Já existem vários estudos sobre as experiências administrativas do PT, além dos artigos reunidos por MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz e TREVAS, Vicente (orgs.) *Governo e Cidadania*... op. cit.. A lista é apenas ilustrativa: SIMÕES, Júlio Assis. *A Política da Participação: uma Etnografia da Primeira Gestão Municipal do PT em Diadema*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, Campinas, 1990; LHULLIER, Louise Amaral. *A Prefeitura "Petista" de Campinas: o Cotidiano Contra a História*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, UNICAMP, Campinas, 1992; DIAS, Márcia Ribeiro. *Sob o Signo da Vontade Popular*. Belo Horizonte, UFMG – Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002; HORN, Carlos Henrique (org.) *Porto Alegre: O Desafio da Mudança*. Porto Alegre, Ortiz, 1994; GENRO, Tarso e SOUZA, Ubiratan de. *Orçamento Participativo*. 3ª ed., São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

[36] *Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo*. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 400.

detalhada da crise econômica, dá ênfase à busca de "um novo ciclo de desenvolvimento, baseado na constituição de um mercado interno de massas, isto é, na criação de um ciclo virtuoso de crescimento entre salários, produtividade, consumo e investimentos"[37]. Embora este projeto "antilatifundiário, antimonopolista, antiimperialista e democrático-radical", segundo seus próprios termos, não se "contraponha à luta pelo socialismo", este é um objetivo projetado, agora, para o longo prazo. A caracterização da crise nacional e as políticas propostas para a sua superação são concebidas no terreno da economia, ao invés da abordagem globalizante do texto de 1989. Árabe vê nesta diferença apenas uma questão de prazos, ritmos e ênfase. Não percebe, assim, a mudança qualitativa. Entre o "elo de um mesmo processo" e o longo prazo a diferença principal é sobre o caráter da prática política no presente. O programa de 1994 expressava uma convicção, explicitamente repelida no texto de 1989, de que era possível e, na verdade, caberia ao governo democrático e popular engajar-se na viabilização de um ciclo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Esta nova convicção refletia algumas experiências de gestão municipal e as leituras que os grupos majoritários do partido delas fizeram. Trata-se da expressão de uma mudança do próprio projeto político.

Além de Paul Singer e Claúdio Couto, também Lúcio Kowarick e André Singer concordam que a "gestão Luiza Erundina foi de vital importância para as várias redefinições programáticas do PT em âmbito nacional".[38] Estes autores afirmam que "seria um erro considerar que a trajetória petista em São Paulo consiste num abandono dos próprios princípios ou na abdicação do intuito fundamental de reverter prioridades".[39] No entanto, eles próprios consideram que "talvez este governo se enquadre mais naquilo que foi denominado de *republicanismo democrático*, cuja experiência **não tenha sido mais alimentada por uma concepção *strictu senso* classista**".[40] Cláudio Couto, a este respeito, fala em "republicanismo includente", que abrigaria distintos interesses de classe, ao contrário do "republicanismo excludente" da fase "movimentista revolucionária" do PT. Para os que viam no princípio da independência de classe o ponto basal da articulação das correntes que deu origem ao

---

[37] Uma Revolução Democrática no Brasil. Bases do Programa de Governo. São Paulo, *Teoria e Debate*, 1994, p. 116. Apud. ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. *Desenvolvimento Nacional e Poder Político*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp, Campinas, 1998, p. 43.
[38] KOWARICK, Lucio e SINGER, André. A Experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, 35, São Paulo, mar 1993, p. 216.
[39] Idem, ibidem, p. 215.
[40] Id., ibid., p. 216, itálico no original, negrito meu.

PT, a trajetória que desemboca no "republicanismo" não-classista é não apenas um abandono de princípios, mas uma definição de rumos de outro tipo.

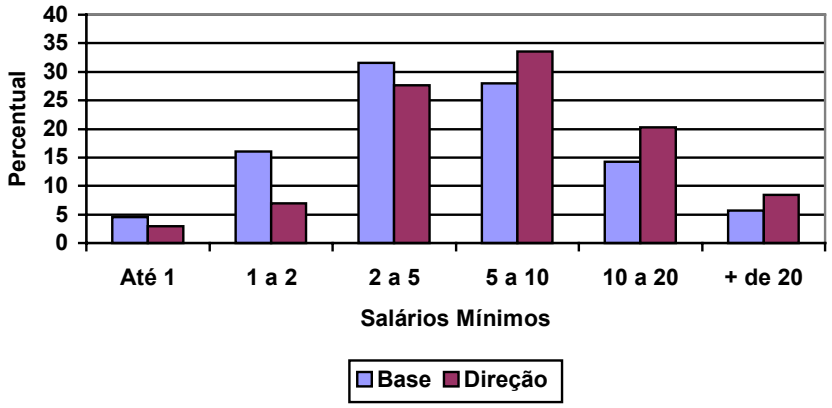
A expansão da burocracia significou, no plano interno, uma modificação na composição e na forma de relação entre os dirigentes e a base partidária. Dados coletados por Benedito Tadeu César em 1991 com os participantes do I Congresso confirmam a existência de uma certa correlação estatística entre os níveis de renda e escolaridade e o lugar na hierarquia partidária (base ou direção): rendas familiares mais elevadas e níveis mais altos de escolaridade são encontrados com maior freqüência entre os dirigentes, enquanto o inverso (renda e escolaridade mais baixas) é mais freqüente entre os militantes de base. As diferenças de renda não são de grande magnitude, como se pode ver no gráfico 7 abaixo, porque a distribuição de ambas as categorias por faixas de rendimento se aproxima da curva normal. Mesmo assim pode-se notar que a maioria dos militantes de base (52,1%) situa-se nas faixas até 5 salários mínimos, enquanto que a maioria dos dirigentes (62,3%) está distribuída nas faixas acima de 5 salários mínimos. O mais importante, no entanto, é que os dados de Tadeu César indicam que grande parte da diferença de renda entre direção e base é causada pelo fato de que na direção do partido encontra-se a maioria dos burocratas remunerados – 28% dos dirigentes seriam burocratas no universo pesquisado por ele; César não informa qual o percentual de burocratas na categoria "base", mas afirma ser bem menor.[41] A discrepância entre os rendimentos comparativamente mais altos hauridos pelos ocupantes de mandatos e cargos burocráticos remunerados (que se concentram nas faixas superiores) e os rendimentos mais baixos da militância que não ocupa tais cargos é o que explica, em grande medida, a diferença de renda entre base e direção.

Estes dados ajudam a visualizar melhor a pressão burocratizante acima referida. É a própria burocracia que institui, em grande parte, a diferenciação de renda entre dirigentes e base. Ocupar um posto burocrático, nessas condições, significa deter melhores probabilidades de conquistar uma situação mais favorável quanto à renda, comparativamente aos que não estavam nestes cargos. É importante notar que esta diferenciação incide diretamente sobre uma população – os petistas – majoritariamente composta de trabalhadores assalariados (67,3% do universo

[41] CÉSAR, Benedito Tadeu. *Verso, Reverso, Transverso. O PT e a Democracia no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia, Unicamp, 1995, p. 74-5.

pesquisado por Tadeu César) e trabalhadores por conta própria (15,3%).[42] A base de comparação com a situação dos burocratas é, portanto, a situação dos trabalhadores, maioria entre os não burocratas. A expansão burocrática, com isso, proporciona aos grupos dirigentes a experiência de diferenciar-se da classe no plano das condições materiais de existência.

**Gráfico 7 - Militantes de Base e Dirigentes do PT por Faixas de Rendimento, em Salários Mínimos**




Fonte: CÉSAR, Benedito Tadeu. *Verso, Reverso*... op. cit., p. 75.

Na própria conformação da base militante petista se pode observar os resultados do processo de burocratização. Numa organização em que as eleições ocupam o centro da estratégia, a militância mais eficiente é aquela voltada para objetivos eleitorais. Militar no PT, particularmente na Articulação e na DR, passou a significar, mais do que qualquer outra coisa, trabalhar pela vitória de algum candidato. O que deveriam ser as organizações de base do PT, com o objetivo de realizar a inserção orgânica do partido nos locais de trabalho, estudo e moradia, os núcleos, já eram, na visão dos próprios petistas, uma experiência fracassada em 1990. Em sua pesquisa, Carlos Alberto Novaes perguntou aos delegados do 7° ENPT qual a importância efetiva dos núcleos na vida partidária, numa escala de importância decrescente de 1 a 6. Das respostas, 51,6% atribuíram valor 6, de menor importância, aos núcleos (72,3% atribuíram valor igual ou maior que 4, e só 4,1% atribuíram valores 1 ou 2).[43]

[42] Idem, ibidem, p. 92.
[43] NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: Dilemas da Burocratização. Op. cit., p. 234. Um estudo sobre as dificuldades práticas na implementação dos núcleos do PT foi realizado por MAROSSI, Tânia

Fora dos períodos eleitorais, a atividade militante partidária ficou restrita à órbita dos mandatos. Esta forma organizativa aparece claramente no discurso dos dirigentes. Ao invés de reportar-se à base militante e organizada, os ocupantes de cargos eletivos passaram a referir-se a coletividades difusas como "opinião pública" ou a sua "base eleitoral", quando não à "sociedade". Assim, por exemplo, já mencionamos a proposta de José Genoíno de incluir na agenda mínima de "reforma da esquerda" a necessidade de "levar em conta a opinião pública e não apenas as parcelas organizadas da sociedade".[44] Marcos Rolim, num texto apresentado para discussão na época do I Congresso, sustenta que a "subordinação dos mandatos aos imperativos internos e auto-referentes do Partido constitui, essencialmente, uma posição anti-democrática". Isto porque a "instituição do mandato é sempre e necessariamente mais ampla que o Partido e tanto mais ampla quanto melhor for o trabalho parlamentar e quanto mais representativo for o mandato". Seria preciso, segundo Rolim, "introduzir com o devido destaque" as "próprias determinações sociais do mandato (...) ou, como já referimos, o sujeito genérico com o qual é estabelecida a própria noção de representação". Esta determinação deveria implicar em "algum tipo de organicidade com a constituição de coletivos e conselhos dos mandatos de caráter público onde os indivíduos simpatizantes do mandato, filiados ou não ao PT, possam exercer os pressupostos elementares da cidadania". Além de partido e base eleitoral, o mandato "integra, ainda, **um sujeito central que não se dissolve nas determinações coletivas – seja do partido, seja da sociedade: o próprio parlamentar**".[45]

Transparece nos textos de Genoíno e Rolim uma nova relação com as bases, que alterava na essência o próprio caráter do trabalho organizativo do partido. O objetivo de construir a organização política dos trabalhadores, que figurava no centro da constituição do próprio PT, foi abandonado. Ao invés de uma base partidária orgânica, implantada nos locais de vida e trabalho da própria classe, a prática política das correntes dirigentes do PT se apóia em, e assim reproduz, uma base difusa, reunida em torno de mandatos. Certamente há trabalhadores nas bases eleitorais da

---

Maria. Utopia e Realidade: *Os Núcleos de Base do Partido dos Trabalhadores em São Paulo nos anos 80.* Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2000.

[44] GENOÍNO, José. A Reforma da Esquerda. In: GENOÍNO, José. *PT, Reformas e Outros Temas*. São Paulo, junho de 1996, p. 9.

[45] ROLIM, Marcos. *A Natureza dos Mandatos e o Papel Estratégico da Ação Parlamentar (16 teses para o debate)*. Porto Alegre, 15 de abril de 1991, mimeo, sublinhados no original, negrito meu. CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (4); maço s/ título.

DR e, principalmente, da Articulação. No entanto, o princípio que os reúne não é mais o da construção da organização política independente dos trabalhadores, pois o conjunto da atividade política partidária passou a ser comandado pela agenda dos mandatos. O parlamentar, ou detentor de mandato executivo, crescentemente autonomizado com relação às bases partidárias, passou a ocupar o centro da elaboração política do partido. No pólo parlamentar-partido esta relação assume a forma de uma usurpação, mas no pólo parlamentar-Estado o que ocorre é a subordinação do eixo da vida partidária à dinâmica da sociedade política. Isto significa que esta prática organizativa passou a ter sentido contrário ao trabalho dos intelectuais orgânicos das classes subalternas: ao invés de organizar e unificar politicamente a classe, atua no sentido de desmantelar sua organização como classe independente, levando os trabalhadores a comparecer perante o Estado não como classe antagônica, mas nas condições estabelecidas pelo próprio Estado burguês, ou seja, como cidadãos, contribuintes ou consumidores.

A subordinação da atividade partidária à sociedade política, condição resultante da centralidade dos mandatos na vida do partido, tem como contrapartida teórica a apologia da universalidade ilusória, mencionada no capítulo anterior. O Estado e a "nova esfera pública" figuram no discurso da esquerda nova como lugares da promoção do bem comum ou do interesse geral. O regresso a esta concepção pré-marxista de Estado não deve ser considerado como um simples anacronismo, mas como expressão autêntica do processo de burocratização. Hegel também acreditava que a burocracia estatal, recrutada entre os estratos médios da sociedade, realizava a mediação entre os diferentes interesses particulares que se digladiavam na sociedade civil. Era-lhe possível atuar como mediadora, segundo Hegel, porque ela mesma encarnava a universalidade, que tinha no Estado sua manifestação mais completa. Como encarnação do interesse universal, a burocracia seria uma pura forma, desprovida do conteúdo material que constituía os interesses da sociedade civil. Marx denunciou o truque em 1843: o que a burocracia fazia era apresentar como universais interesses que eram, na verdade, particulares:

> "A forma estatal, que a burocracia é, é o Estado como forma, e Hegel o descreveu precisamente tal como uma forma. Uma vez que esta forma estatal constitui-se como um poder real e torna a si mesma o seu próprio

> conteúdo material, fica evidente que a burocracia é entretecida de ilusão prática, ou da ilusão do Estado."[46]

Pode-se, por fim, observar as mudanças na relação entre dirigentes e base decorrentes da expansão burocrática pelo ângulo da quebra do princípio de que as bases deveriam deter o controle sobre as direções. A prevalência das pressões pela reprodução da burocracia modificou também isso. O esvaziamento das instâncias partidárias coletivas, constatação recorrente nos documentos internos do PT ao longo da década de 90, teve relação com a transferência do eixo da vida política do partido para a órbita dos mandatos. É evidente que a base militante não pode exercer as prerrogativas de controlar e acompanhar a direção se os instrumentos desse controle estão paralisados. As "figuras públicas", dotadas de maior "visibilidade", conquistaram um espaço muito maior de autonomia para agir em nome do partido. É claro que a maioria dessas "figuras públicas" é ligada ao campo majoritário. Nas vezes que as instâncias partidárias se pronunciaram em desacordo com alguma dessas figuras, seus apoiadores saíram na defensiva, acusando o partido de estar dominado por uma visão burocrática: "A burocracia alimenta uma concepção religiosa e mesquinha da política, tornando o PT uma máquina trituradora e intimidadora das lideranças partidárias"[47]. Para um partido que ostentava em seus documentos oficiais a soberania das bases como um dos seus traços diferenciais, inclusive frente aos partidos comunistas, não deixa de ser surpreendente encontrar, num documento de uma das tendências dirigentes em 1997, uma passagem como esta, já anteriormente citada: "É preciso dizer que **nenhum partido será forte e realizará obras políticas grandiosas e glorificantes se não tiver líderes e chefes que o conduzam**".[48]

O que foi esboçado até aqui sobre a burocratização da esquerda já permite visualizar porque ela pode ser interpretada como uma via de processamento do transformismo. Esquematicamente, teríamos os seguintes elementos (que não devem ser pensados como uma seqüência linear, mas como um conjunto de determinações simultâneas): a expansão da burocracia desencadeou pressões que atuaram no sentido de debilitar os vínculos orgânicos com a classe, e o refluxo do movimento operário dificultou o desenvolvimento de contratendências. Concretamente distanciados da

---

[46] MARX, Karl. *Critique of Hegel´s Philosophy of Right*. Marx & Engels Internet Archiv, www.marxists.org/archive/marx/works/1843/critique-hpr/ch03.htm. Acessado em 18/11/2004.
[47] *Fortalecer o PT na Construção de uma Alternativa Reformadora e Democrática*. Tese da Democracia Radical ao Encontro Estadual de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 10.
[48] Idem, ibidem, p. 10, grifo meu.

classe, os intelectuais de esquerda imbuíram-se da missão de governar "para todos", administrar o "bem comum". Isto exigia contornar e conciliar os antagonismos de classe, implantando no partido o reconhecimento da legitimidade dos interesses da classe dominante. A esquerda se torna, então, co-gestora dos interesses do capital, que tenta compatibilizar com políticas distributivistas e com a abertura de espaços de participação "de todos" na definição de políticas públicas. Ora, em termos gramscianos, gerir e organizar os interesses capitalistas são, precisamente, as funções dos intelectuais orgânicos da burguesia. Que aqueles interesses agora sejam combinados a algumas novas orientações demonstra apenas que o "estrato dirigente" tornou-se mais amplo e diversificado, e que conta, agora, com uma "ala esquerda". Antes de sistematizarmos melhor estes elementos, porém, é preciso observar a outra via de efetivação do transformismo da esquerda.

## 8.3 RESTAURAÇÃO INTELECTUAL E MORAL

Não foram apenas as pressões geradas pela expansão burocrática que facilitaram a atração dos intelectuais de esquerda para a órbita da classe dominante. Há um conjunto de fatores de ordem intelectual e moral cuja importância não pode ser desprezada, pois muitos intelectuais de esquerda viveram a reviravolta teórica e programática como uma experiência subjetiva genuína de convencimento e conversão. Para estes intelectuais, a crise do marxismo se afigura como uma crise de paradigma, no plano epistemológico, e como uma crise de valores, no plano moral. Compreender esta experiência subjetiva é crucial para desvelar uma das dimensões essenciais do deslocamento que posicionou essa esquerda num campo sob a direção intelectual e moral da burguesia.

Vimos no capítulo 6 que o ponto de chegada da guinada empreendida pela Articulação e pela DR foi um projeto político inscrito na visão burguesa de mundo e estruturado a partir de elementos do liberalismo e do pós-modernismo. A questão a enfrentar, agora é porque estas filosofias conquistaram a subjetividade dos intelectuais de esquerda neste contexto histórico? Qual o segredo da nova sedução do pós-moderno e da renovada atração do liberalismo? Respostas completas para estas questões demandam uma investigação mais ampla sobre "os intelectuais e a organização da cultura" no Brasil no período tratado, o que está, evidentemente, fora do alcance deste trabalho. É possível, no entanto, desenhar algumas hipóteses

apoiadas na discussão crítica já acumulada sobre o pós-modernismo, principalmente por autores marxistas de língua inglesa.

Pensado como um repertório determinado de atitudes perante a cultura e a política, o pós-modernismo é um fenômeno estreitamente ligado à mudança de visão de mundo que certos intelectuais de esquerda experimentaram com o nome de crise do marxismo. As principais análises marxistas do pós-modernismo poderiam ser divididas, quanto à abordagem, em dois grupos. No primeiro, em que estariam os trabalhos pioneiros de Frederic Jameson e David Harvey, o pós-modernismo é abordado como um fato cultural de caráter amplo, um novo modo de experimentar o tempo e o espaço supercomprimidos (Harvey) ou a própria "lógica cultural" do capitalismo em sua fase mais recente (Jameson). Em qualquer dos casos, estaríamos diante de um fenômeno cultural geral, produzido historicamente pela passagem do capitalismo a uma nova etapa (capitalismo tardio, para Jameson, ou acumulação flexível, para Harvey). O segundo grupo não associa o pós-modernismo a uma transição histórica de caráter geral, mas sim à atividade de grupos específicos de intelectuais em contextos históricos determinados. Neste campo estão os trabalhos de Alex Callinicos, Terry Eagleton, Ellen Meiksins Wood e Perry Anderson. Comecemos pelos pioneiros.

Jameson rejeita qualquer julgamento moral do pós-modernismo, mesmo os que são embasados na "seriedade utópica" do alto modernismo. Sua tese é a de que o pós-moderno é a configuração cultural assumida pelo capitalismo tardio,[49] que teria como tarefa ideológica fundamental "coordenar as novas formas de prática e de hábitos sociais e mentais (...) e as novas formas de organização e de produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo".[50] A aproximação do analista deveria ser bem diferente:

> "É preciso insistir na diferença radical entre uma visão do pós-modernismo como um estilo (opcional) entre muitos outros disponíveis e uma visão que procura apreendê-lo como a dominante cultural da lógica do capitalismo tardio. Essas duas abordagens, na verdade, acabam gerando duas maneiras muito diferentes de conceituar o fenômeno como um todo: por um lado, julgamento moral (não importa se positivo ou negativo) e, por outro, tentativa genuinamente dialética de se pensar nosso tempo presente na história".[51]

[49] Trata-se do mesmo conceito de Ernest Mandel discutido no capítulo 7.
[50] JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo, Ática, 1996, p. 18.
[51] Idem, ibidem, p. 72.

A sua tentativa é, como se vê, articular uma concepção histórica e dialética do pós-modernismo que perceba os compromissos deste último com o desenvolvimento do capitalismo e evite o erro categorial que seria a tentativa de conceituá-lo em termos de valores morais. O que ele propõe depende de que "façamos ao menos um esforço para pensar dialeticamente a evolução do capitalismo tardio como um progresso e uma catástrofe ao mesmo tempo" e isso para permitir colocar a questão decisiva: é possível "identificar um 'momento de verdade' em meio aos mais evidentes 'momentos de falsidade' da cultura pós-moderna?".[52]

Para Jameson, uma das características mais importantes do capitalismo tardio é a destruição da autonomia ou semi-autonomia da esfera cultural. Ele argumenta que não faz mais sentido manter a distinção tradicional base-superestrutura, mas que isso, longe de significar o desaparecimento da cultura afirmativa, nos termos de Marcuse, deveria ser pensado como

> "uma explosão: uma prodigiosa expansão da cultura por todos os domínios do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social - do valor econômico e do poder do Estado às práticas e à própria estrutura da psique - pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi, até agora, teorizado."[53]

Na sua terceira fase, o capitalismo teria conseguido colonizar os últimos espaços que ainda resistiam ao seu domínio, a saber, a natureza, subjugada definitivamente pela "revolução verde" que destruiu as formas pré-capitalistas de agricultura, e o inconsciente, manipulado pela propaganda. Este novo espaço global conquistado para o capital é organizado segundo uma lógica cultural, o que equivale a dizer, segundo o autor, que nesta etapa a base gera a superestrutura através de uma dinâmica inteiramente nova.

Precisamente neste ponto é que apareceria o "momento de verdade" do pós-modernismo, a sua natureza essencialmente comprometida, em conteúdo e forma, com o novo espaço global das mega-corporações, que não poderia ser adequadamente representado simplesmente porque sua complexidade e suas dimensões descomunais escapariam à qualquer tentativa de representar. O fim da expectativa de representação, mesmo da representação não-figurativa das angústias modernas, a opção declarada pela superficialidade, pelo pastiche, é a essência da estética pós-

[52] Id., ibid., p. 73.
[53] Id., ibid., p. 74.

moderna. As produções culturais pós-modernas poderiam, neste caso, ser lidas simultaneamente como ideologia e como tentativas de mimetizar a nova realidade:

> "Por mais paradoxais que possam parecer esses termos, seguindo uma opção interpretativa clássica eles podem ser lidos como novas formas peculiares de realismo (ou, ao menos, como mimésis da realidade), ao mesmo tempo que podem ser igualmente analisados como uma série de tentativas de nos distrair e nos desviar dessa realidade, ou de disfarçar suas contradições e resolvê-las na aparência de várias mistificações formais."[54]

Jameson estabelece um ponto de partida consistente para as suas interpretações e adota um pressuposto altamente produtivo, que é o de buscar nas formas culturais pós-modernas os traços de "verdade" e "falsidade", revelação e ocultação simultâneas das relações sociais que de que elas são parte e expressão estética. Mais ainda, a abordagem de Jameson se mantém numa perspectiva crítica, uma vez que, mesmo enxergando a dominância do pós-modernismo em todas as áreas do mundo contemporâneo, ele não se rende às suas categorias. "Acusado" de pós-moderno ou de pós-marxista, Jameson, não esconde suas convicções:

> "A fuga do pesadelo da história, a conquista, pelos seres humanos, do controle sobre as leis aparentemente 'cegas' e 'naturais' da fatalidade socioeconômica permanece como o insubstituível objetivo da herança marxista, qualquer que seja a língua em que ele seja expresso. Não se pode esperar, no entanto, que este objetivo seja considerado atraente por pessoas que não têm interesse em assumir o controle sobre seus próprios destinos."[55]

Há, entretanto, pelo menos dois problemas graves com esta linha interpretativa. O primeiro é de ordem cronológica: a ascensão histórica do pós-modernismo, segundo o próprio Jameson e a maioria dos demais analistas, coincide justamente com a *crise* do capitalismo tardio (final dos anos 60 e início dos 70). O segundo é de natureza teórica: Jameson salta da caracterização mandeliana do capitalismo tardio para a sua lógica cultural sem se deter em mediações. Ora, mas as mediações seriam, neste caso, as agências sociais em que o pós-modernismo se plasma como construto histórico que é. O máximo a que chega o autor é identificar os *yuppies*[56] como o grupo onde se teria originado o pós-modernismo, mas isso ainda não é o estudo adequado da sua gênese:

---

[54] Id., ibid., p. 75.
[55] JAMESON, Frederic. Marxism and Postmodernism. *New Left Review*, 176, London, jul-ago 1989, p. 34.
[56] Neologismo inglês para as iniciais de "jovens profissionais urbanos", executivos e funcionários qualificados de corporações.

> "O que é essencial é que a cultura-ideologia em questão articula o mundo funcionalmente da maneira mais útil, ou de maneiras que podem ser funcionalmente reapropriadas. Porque uma determinada fração de classe produziria estas articulações ideológicas é uma questão histórica tão intrigante quanto a questão da repentina predominância de um escritor ou de um estilo particulares."[57]

A questão abertamente evitada é, todavia, capital. Sem desenvolver a fundo esta linha de investigação, não apenas a hipótese da lógica cultural do capitalismo tardio, mas o próprio pressuposto de que há uma relação vigente entre o capitalismo e o pós-modernismo (que poderia, talvez, não ser exatamente como Jameson imagina) não tem onde se apoiar. Um estudo sério deste problema teria que privilegiar questões como: que tipo de necessidades específicas de legitimação são as do capitalismo contemporâneo? Que agências são mobilizadas para produzir os elementos necessitados, e de que modo são articuladas? Como operam estas agências, e que marcas ficam impressas no produto? Numa palavra, tratar-se-ia de atualizar os estudos sobre os intelectuais e a produção da cultura. Esta problemática deslocaria parte da atenção dos observadores como Jameson, hoje inteiramente magnetizada pelo espetáculo da circulação dos produtos culturais pós-modernos, para o espaço da sua produção social. Tendo começado pela crítica do produto, chegar-se-ia até à crítica da produção. Hoje não parece provável que a proposta dos *Cultural Studies* venha suprir esta lacuna.[58]

David Harvey compartilha de muitas inquietações de Jameson, e faz coro a algumas das suas descobertas. Mas, ao contrário de Jameson, Harvey não hesita em apresentar juízos sobre o pós-modernismo, sem perder de vista o propósito de construir uma concepção dialética deste. Para ele, ao mesmo tempo em que nos alerta para a necessidade de reconhecer as "alteridades", que seria a sua melhor contribuição histórica,

> "o pensamento pós-moderno veda imediatamente [a] essas outras vozes o acesso a fontes mais universais de poder, circunscrevendo-as num gueto de alteridade opaca, da especificidade de um ou outro jogo de linguagem. Por conseguinte, ele priva de poder essas vozes (...) num mundo de relações de poder assimétricas"[59].

---

[57] *Marxism and Postmodernism*... op. cit., p. 41.

[58] Num artigo de 1993 Jameson lança as bases de uma proposta de campo interdisciplinar denominada Estudos Culturais, que ele deseja construir como um "bloco histórico", um esforço de encontrar formas institucionais alternativas e mais adequadas para o enfrentamento das questões radicalmente novas do capitalismo tardio. Cf. JAMESON, Frederic. Sobre os Estudos de Cultura. *Novos Estudos Cebrap*, 39, São Paulo, jul 1994, pp. 11-48.

[59] HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 2ª ed, São Paulo, Loyola, 1993, p. 112.

Ainda mais, o pós-modernismo promoveria uma estetização generalizada da percepção do mundo (algo parecida com a "lógica cultural" de Jameson, mas com bases materiais bem estabelecidas teoricamente) que teria facilitado práticas de espetacularização da política em detrimento da ética. Por fim, ele nota que a produção cultural pós-moderna está de tal modo fundida ao processo de produção de mercadorias, isto é, ao processo de reprodução do capital na esfera das mercadorias culturais, que aniquilou o espaço em que poderia tomar forma algum tipo de contestação radical da ordem vigente. Também por isso o pós-modernismo oscila entre o niilismo politicamente omisso, sua face mais conservadora, e a ação limitada a nichos locais, sua versão progressista. A prática política orientada pelo pós-modernismo admitiria, por sua vez, duas possibilidades distintas. A primeira, mais positiva,

> "produz vigorosas imagens de possíveis outros mundos, chegando até mesmo a moldar o mundo real. Mas é difícil parar o deslizamento para o paroquialismo, a miopia e a auto-referencialização diante da força universalizadora da circulação do capital. Em sua pior versão, ela nos faz voltar à política estreita e sectária em que o respeito pelos outros é queimado na fogueira da competição entre os fragmentos."[60]

Harvey conceitua modernismo e pós-modernismo como respostas culturais à "compressão do tempo e espaço", promovida pela dinâmica histórica do capitalismo. Manejando com familiaridade as categorias marxistas de crítica da economia política, ele emprega o termo "compressão" para nomear as estratégias crescentemente aperfeiçoadas de domínio econômico do tempo (de trabalho social, de giro e retorno do capital investido e até de expectativas de futuro, no caso dos mercados financeiros) e do espaço (controle de mercados fornecedores e consumidores, re-espacializações da estrutura produtiva, divisão espacial do trabalho) pelas necessidades de acumulação capitalista.

Os conceitos básicos da chamada "Escola Francesa de Regulação", *regime de acumulação* e *modo de regulação*, são o suporte teórico das categorias *fordismo* e *acumulação flexível*, com as quais ele periodiza o capitalismo do século XX. A acumulação flexível é o nome que Harvey encontrou para as importantes inovações nas últimas décadas das tecnologias produtivas, do gerenciamento da produção e do trabalho voltados para o atendimento de mercados consumidores fortemente diferenciados, tudo isso significando realmente flexibilização das esferas econômicas

[60] Idem, ibidem, p. 316.

de produção e demanda. Esta segunda rodada de compressão (o fordismo teria sido a primeira) daria a base de sustentação da produção cultural fragmentária, dispersiva, que caracteriza o pós-modernismo. A explosão da produção de capital fictício, demonstrada com dados impressionantes, reduplica o fetichismo do dinheiro (desde sempre um fetiche, conforme repete o marxista Harvey), que agora é desmaterializado por completo, destituído não só de lastro metálico ou fixidez cambial mas até mesmo de existência física. A perda de referência material para o valor econômico é a senha para o questionamento de todas as estabilidades e para a suspeição sobre todas as identidades, traços marcantes do pensamento pós-moderno. As economias de escopo, o poder financeiro, o neoconservadorismo e o individualismo (acumulação flexível) se oporiam às economias de escala, ao poder do Estado, ao *welfare state* e às coletividades (fordismo) do mesmo modo que o espetáculo, a indeterminação, o localismo, o significante e a desconstrução (pós-modernismo) estão opostos a sentido, determinação, universalismo, significado e totalização (modernismo).[61]

Um ponto em que Harvey supera Jameson é no seu esforço por estabelecer a mediação entre as solicitações da acumulação flexível e o tipo de resposta que é o pós-moderno. A discussão pormenorizada da "experiência do tempo e do espaço", que não por acaso ocupa um lugar central no livro, pretende realizar este *medium*. O autor examina a relação com estas categorias no plano das individualidades imersas na vida social e no plano da consolidação das práticas sociais de poder. Seu esforço é o de conceber o pós-modernismo através das suas ligações com a reprodução da vida social comandada pelo capitalismo em seu último regime de acumulação. Chega a resultados interessantes, descrevendo formas de modelação da vida social através das diversas reelaborações sócio-culturais das categorias de tempo e espaço em certo nível de conexão com os requerimentos da economia. Mas, assim como a Jameson, falta-lhe uma teoria sobre a atividade intelectual *strictu senso*. Sem o concurso de uma investigação histórico-social dos intelectuais pós-modernos, Harvey não pode ir além de sugerir bases *a priori* para a hipótese do vínculo real entre a acumulação flexível e o pós-modernismo – o que ele consegue com sua teoria da experiência do tempo e espaço, que é consistente o bastante para conquistar a confiança no

[61]Cf. a tabela 4.1 do livro de Harvey (Id., ibid., p. 304), em que ele opõe uma longa série de atributos do fordismo moderno à pós-moderna acumulação flexível.

equipamento teórico, mas não atende à necessidade de demonstrar as evidências histórico-concretas da relação causal que ele deseja estabelecer.

Todo o cuidado e rigor analítico de Harvey, porém, não são suficientes para fazer convincente a sua hipótese central. De saída há, assim como no caso de Jameson, um problema cronológico: as tentativas de periodizar o pós-moderno geralmente localizam a sua origem na década de 60, enquanto a acumulação flexível não se torna realmente importante antes do final dos 70. Por outro lado, é preciso forçar o argumento para fazer o modernismo se articular tão facilmente ao fordismo, no mínimo porque este último precisou esperar até o pós-guerra para se firmar como padrão dominante de acumulação, quando então o modernismo já não era nenhuma novidade no cenário cultural do ocidente.

Outro limite da perspectiva de Harvey é sua adesão à abordagem regulacionista da história recente do capitalismo. O próprio Harvey reconhece que os conceitos da Escola de Regulação não são adequados para pensar transições históricas, mas sim para descrever situações que se reproduzem de modo mais ou menos padronizado. O problema é que Harvey está justamente tentando compreender um fenômeno que "emerge" historicamente. Isto exigiria uma teoria capaz de explicar o aparecimento do "novo" através da superação histórica do "velho", precisamente o que a Escola da Regulação não pode oferecer.

As análises do segundo grupo discrepam, em alguns pontos essenciais, das de Harvey e Jameson. Ellen Meiksins Wood polemiza diretamente com estes autores e recusa radicalmente o conceito de pós-modernidade como a face cultural de uma nova fase ou estágio do capitalismo, seja acumulação flexível ou capitalismo tardio. Para ela os termos modernidade e pós-modernidade não podem ser empregados para periodizar o desenvolvimento do capitalismo. A "modernidade" a que se referem os teóricos do pós-modernismo seria, no final das contas, a herança do Iluminismo, e o Iluminismo não poderia ser considerado como uma obra burguesa. Por outro lado, nada do que se passou com o capitalismo nas últimas décadas autorizaria a noção de que estaríamos diante de uma nova época histórica. As transformações tecnológicas e nos mercados "não constituem uma grande distinção epocal nas leis de movimento do capitalismo". Sendo assim, o pós-modernismo seria apenas "**uma condição psicológica que corresponde a um período na biografia da intelligentsia ocidental de esquerda**" que tem algo de importante a ver com o momento atual do

capitalismo, mas não no sentido imaginado por Jameson e Harvey. A cultura pós-moderna seria a

> "autoconsciência teórica de uma geração de intelectuais que atingiu a maturidade no momento atípico de longo *boom* do pós-guerra. Para alguns desta geração, o fim do *boom* foi sentido como o fim da normalidade e, para eles, o declínio cíclico iniciado nos anos 70 tem tido um sentido especial, cataclísmico. Outros, especialmente 'posmodern*istas*' [sic], ainda parecem estar vivendo na fase próspera do assim-chamado capitalismo de consumo". [62]

A interpretação de Wood é, na verdade, o prolongamento da sua extensa análise, publicada pela primeira vez em 1986, sobre o grupo de intelectuais de língua inglesa que apresentavam, por aqueles anos, um projeto de socialismo que ela denominou, glosando uma expressão do *Manifesto Comunista*, o "novo verdadeiro socialismo". A principal característica do "novo verdadeiro socialismo" proposto pelos auto-denominados pós-marxistas (entre cujos expoentes estavam Ernesto Laclau e Chantal Mouffe) era eliminar as noções de classe e luta de classes do projeto socialista, o que era feito através da crítica do reducionismo economicista que eles viam na obra de Marx. Para Ellen Wood, o movimento dos pós-marxistas na Inglaterra deveria ser considerado como "parte de uma tendência maior que afetou a esquerda na década passada [anos 70] (...) indubitavelmente **condicionada pelos fracassos e derrotas que atingiram a esperança dos socialistas em várias partes do mundo**"[63]. Em escala mundial, as razões do "novo revisionismo" seriam, grosso modo, aquelas estabelecidas por Ralph Milliband, que ela cita:

> "A experiência do 'socialismo realmente existente', Tchecoslováquia e Afeganistão, o colapso das ilusões maoístas (...), o definhamento das esperanças eurocomunistas, a emergência dos 'novos movimentos sociais' nascidos da insatisfação com as limitações dos movimentos e partidos operários e socialistas tradicionais, uma crescente descrença na capacidade da classe trabalhadora de ser agente de uma mudança social radical, e a conseqüente 'crise do marxismo.'"[64]

No caso inglês, especificamente, a emergência do pós-marxismo se deu ao mesmo tempo em que se consolidava a Nova Direita, sob a liderança de Margaret Thatcher. Para Ellen Wood, o "novo verdadeiro socialismo" era uma "reação às mesmas causas que produziram a Nova Direita": a "erupção do movimento operário

---

[62] WOOD, Ellen Meiksins. Modernity, Postmodernity or Capitalism? *Monthly Review*, (48), 3, New York, jul-ago 1996, p. 36, grifo meu.
[63] WOOD, Ellen Meiksins. *The Retreat from Class*. London, Verso, 1998, p. 9, grifo meu.
[64] MILLIBAND, Ralph. The New Revisionism in Britain. *New Left Review*, 150. mar-apr 1985, pp. 6-7. Apud WOOD, Ellen Meiksins. *The Retreat*… op. cit., p. 9.

nos anos 70, que se seguiu ao período de radicalismo na Europa em 1968-69, particularmente após as greves de mineiros de 1972-74". O governo Thatcher emergiu "no espírito do 'nunca mais' e com a clara disposição para enfrentar e vencer a guerra de classe contra o trabalho organizado". Mas o que faria com que intelectuais de esquerda abandonassem os conceitos de classe e luta de classe justamente quando o movimento operário dominava a cena política? A resposta de Wood é que um "novo pessimismo acerca do potencial revolucionário da classe trabalhadora foi engendrado precisamente por aquele tipo de movimento operário, porque **ele falhou em ingressar numa batalha decisiva pelo socialismo**".[65]

Na introdução à nova edição deste livro, de 1998, considerando a trajetória posterior daqueles intelectuais, Ellen Wood constatou que o "pós-marxismo foi apenas um rápido *pit-stop* no caminho para o antimarxismo". E que existiria uma "continuidade não interrompida entre o pós-marxismo de ontem e o pós-modernismo de hoje – expresso, entre outras coisas, em sua ênfase comum no 'discurso' e na 'diferença' ou na natureza fragmentária da identidade humana".[66]

Há pelo menos dois grandes méritos na interpretação oferecida por Ellen Wood para o pós-modernismo – ou antes, para a guinada conservadora dos intelectuais de esquerda que desemboca no pós-modernismo. O primeiro é a introdução da noção de luta de classes, ausente nas concepções de Jameson e Harvey. O outro é situar o fenômeno cultural pós-moderno (assim como antes, o "novo verdadeiro socialismo") como um processo engendrado por agentes históricos concretos. Isto não quer dizer que ela tenha resolvido satisfatoriamente a questão. A crise que pôs fim à fase de prosperidade do pós-guerra (a crise do capitalismo tardio, segundo os meus próprios termos) não indicava, por si só, o sentido da reação da intelectualidade de esquerda. Em tese, uma crise mundial do capitalismo, penalizando, como sempre, a classe trabalhadora, deveria levar água ao moinho marxista, que se caracteriza precisamente por denunciar as contradições insuperáveis deste modo de produção e a inevitabilidade das crises. Um resultado oposto ao que se verificou. Wood não leva na devida conta o peso da derrota histórica dos trabalhadores, embora perceba uma das dimensões desta derrota – a incapacidade de produzirem, naquele contexto de crise e no momento em que ainda detinham a iniciativa na luta de classes, uma alternativa global ao capitalismo.

---

[65] Idem, ibidem, p. 10, grifo meu.
[66] Idem, ibidem, p. xii.

A análise de Perry Anderson sobre o pós-modernismo, assim como a de Ellen Wood, é precedida de outros estudos sobre a *intelligentsia* de esquerda na Europa – seus livros sobre o marxismo ocidental, mencionado no capítulo anterior, e sobre a crise do marxismo na Europa Latina (França, Itália e Espanha) na década de 70.[67] A tese central de Anderson nestes trabalhos é que a derrota do movimento revolucionário na Europa se expressaria na incapacidade revelada pelo marxismo para elaborar uma estratégia socialista para os países avançados. Ao contrário do que Anderson imaginava quando da publicação do seu livro sobre o marxismo ocidental (1976), o fim da longa fase de prosperidade do pós-guerra não alterou substantivamente esta situação, de modo que o pensamento marxista que se desenvolveu a partir dos anos 70 compartilhava com o marxismo ocidental muito mais a "miséria da estratégia" que a "miséria da teoria".[68]

A crise do marxismo nos países do sul da Europa assumiria, de acordo com Perry Anderson, dois padrões principais: o primeiro seria uma "abrupta e generalizada renúncia ao marxismo como um todo, feita de modo semelhante por pensadores de novas e velhas gerações da esquerda". Este seria o caso de intelectuais como Lucio Colletti, que passou da condição de filósofo marxista para a de "estridente inimigo do marxismo", do grupo *Tel Quel*, do qual fazia parte Julia Kristeva, e de André Glucksmann, "rebelde das barricadas e *protegé* intelectual de Louis Althusser nos anos 60" e agora difusor de versões *aggiornadas* das teses conservadoras da Guerra Fria que associavam marxismo a totalitarismo e socialismo a stalinismo. O segundo padrão da crise foi não um repúdio enfático do marxismo como o primeiro, mas a sua "diluição ou diminuição, perpassadas por um crescente ceticismo com respeito à própria idéia de uma ruptura revolucionária com o capitalismo". Este seria o caso de Poulantzas, que "redescobriu as virtudes do parlamento e os perigos da dualidade de poderes", e do Partido Comunista Italiano.[69]

O que detonou esta crise foi "essencialmente uma *dupla decepção*: primeiro com a alternativa chinesa e depois com as alternativas européias ocidentais [eurocomunistas] à experiência pós-revolucionária central do século XX, a da URSS"[70]. Os conflitos de 1956, na Hungria, e de 1968, na Tchecoslováquia, assim como o trauma do XX Congresso do PCUS, já haviam iniciado o afastamento de

[67] ANDERSON, Perry. *In the Tracks of Historical Materialism*. London, Verso, 1983.
[68] Idem, ibidem, p. 28.
[69] Id., ibid., p. 29-30.
[70] Id., ibid., p. 76, itálico no original.

grupos de intelectuais de esquerda de tudo o que se confundisse com stalinismo. Setores da *intelligentsia* ligados aos partidos comunistas na França, Itália e Espanha aderiram ao maoísmo ou ao eurocomunismo (e, em alguns casos, passaram do primeiro para o segundo) tomando-os como a solução afinal encontrada para os dilemas criados pelo desenvolvimento da história soviética. No entanto, ambas as alternativas terminaram por levar de novo a "conhecidos becos-sem-saída": o maoísmo se tornou "pouco mais que um truculento kruschevismo oriental", enquanto o eurocomunismo começou a se parecer cada vez mais com "uma versão de segunda classe da social-democracia ocidental, envergonhada e submissa em suas relações com esta corrente principal descendente da Segunda Internacional".[71] A decepção com o eurocomunismo, que afetou mais diretamente os partidos comunistas italiano e francês, teria sido a mais importante.

No seu livro de 1998 sobre o pós-modernismo, Anderson aborda o tema a partir de um longo comentário da obra de Frederic Jameson e, assim como este, privilegia os aspectos estéticos envolvidos no debate. Neste livro ele não faz relações entre sua discussão do pós-modernismo e os dois textos anteriores sobre a intelectualidade de esquerda, mas elas podem ser encontradas com facilidade. Após uma exposição detalhada e contextualizada dos principais textos de Jameson sobre o pós-moderno, Anderson estabelece as "três coordenadas históricas" que demarcariam o "campo cultural" denominado pós-modernismo: 1) uma mudança na própria classe dominante, marcada pelo desaparecimento da "burguesia tal como Baudelaire ou Marx, Ibsen ou Rimbaud, Grosz ou Brecht – ou mesmo Sartre ou O´Hara – conheceram". Em seu lugar existiria agora um "aquário de formas flutuantes, evanescentes – os projetistas e gerentes, auditores e zeladores, administradores e especuladores do capital contemporâneo: funções de um universo monetário que não conhece rigidez social ou identidades fixas"[72]; 2) um novo ambiente criado pela tecnologia, com destaque para a televisão ("Outrora, em júbilo ou alarmado, o modernismo era tomado por imagens de máquinas; agora o pós-modernismo é dominado por máquinas de imagens"[73]); 3) a *experiência da derrota* vivida pela geração de "jovens instruídos dos países capitalistas avançados" que havia

[71] Id., ibid., p. 76.
[72] ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999, p. 101.
[73] Idem, ibidem, p. 105.

participado da "súbita combustão de energias revolucionárias explosivas" nos anos 60. É esta última coordenada que estabelece uma ligação com seus textos anteriores.

As experiências políticas radicais da década de 60 resultaram, todas elas, em reveses. A

> "revolta de maio na França foi praticamente absorvida, sem deixar vestígios, na calmaria política dos anos 70. A Primavera de Praga – a mais audaciosa de todas as experiências de reforma comunistas – foi esmagada pelos exércitos do Pacto de Varsóvia. Na América Latina, as guerrilhas inspiradas pela revolução cubana ou guiadas por Cuba foram liquidadas. Na China, a Revolução Cultural semeou o terror em vez da libertação. Na União Soviética começou o longo declínio da era Brejnev. No Ocidente, persistia aqui e ali a agitação operária, mas na segunda metade da década a onda de militância refluiu."[74]

Após esta visão torrencial da derrota, Anderson acrescenta à sua coordenada o avanço da direita, que obrigou o movimento operário a dobrar os joelhos e fez recuar, onde tinha sido possível obter avanços nas décadas anteriores, a "regulamentação e a distribuição". A social-democracia abandonou a missão a que se propusera no pós-guerra, de promoção do bem-estar, e adotou o "padrão de desenvolvimento neoliberal". O comunismo foi "completamente destroçado" na Europa Oriental e URSS, enquanto os Estados do Terceiro Mundo nascidos dos "movimentos de libertação nacional foram pegos por toda a parte na armadilha das novas formas de subordinação internacional". Este "triunfo universal do capital", mais do que derrotar todas "aquelas forças outrora dispostas contra ele", significaria o "cancelamento das alternativas políticas": "A possibilidade de outras ordens sociais era um horizonte essencial do modernismo. Uma vez desaparecido esse horizonte, surge em seu lugar algo como o pós-modernismo".[75]

Através da noção de *experiência da derrota*, a análise de Anderson se aproxima das de Alex Callinicos e Terry Eagleton, cujos textos foram publicados antes do livro de Anderson. Callinicos indica dois "desenvolvimentos" históricos que circunscreveriam a conjuntura específica de emergência do pós-modernismo. O primeiro seria o aparecimento de um "novo e embrionário regime de acumulação que poderia ser chamado *superconsumismo*" caracterizado pelo incremento da participação da "nova classe média" na redistribuição de riqueza e renda. A "nova classe média" ou "*yuppies*" corresponderia aos grupos "sub-burgueses" de gerentes,

[74] Id., ibid., p. 107.
[75] Id., ibid., p. 108.

profissionais liberais, novos empreendedores e rentistas, extremamente favorecidos pelas políticas econômicas da "era Reagan-Thatcher".[76] O outro "desenvolvimento" foi o resíduo político do refluxo pós-1968. Aquele foi um ano em que "uma combinação de crises – os eventos de maio e junho na França, as revoltas estudantis e no gueto nos EUA e a Primavera de Praga na Tchecoslováquia – parecia anunciar a ruptura da ordem vigente tanto no Oriente como no Ocidente". Mas, apenas dez anos depois, "as expectativas milenaristas da revolução iminente que floresceram em 1968 haviam sido quebradas. O *status quo* provou que suas bases eram mais sólidas do que pareciam."[77] A extrema-esquerda se desintegrou por toda a Europa a partir do final dos anos 70. A *intelligentsia* de esquerda parisiense, por exemplo, majoritariamente marxista desde a Frente Popular e a Resistência, foi convertida ao liberalismo com a ajuda dos *nouveaux philosophes*.

Vinte anos depois de 1968, o balanço feito por vários dos protagonistas revelava as novas posições a partir das quais aquela experiência era retomada. Citando textos de Régis Debray e Gilles Lipovetsky do final da década de 80, Callinicos contesta a tese esposada por ambos, segundo a qual 68 teria sido um momento necessário do processo histórico objetivo e inevitável que exigia a modernização do capitalismo na França, sua "americanização" e expansão do consumismo, e não sua superação. Para Callinicos esta interpretação "funcionalista" desconsidera um elemento essencial, que foi o fato de que a "modernização" capitalista só foi possível através da derrota imposta aos grandes movimentos por transformação do final dos anos 60, dentre os quais a "maior greve geral da história da Europa". Esta derrota refletiu não "uma lógica imanente do sistema", mas uma circunstância contingente, a saber, o predomínio, no movimento operário ocidental, de "organizações e ideologias que, quer radicadas na tradição social-democrata ou na stalinista, estavam empenhadas em conquistar reformas parciais num esquema de colaboração de classes".[78]

Foi o colaboracionismo de classes – os exemplos apresentados por Callinicos foram a intervenção do Partido Comunista Francês para encerrar a greve geral de maio-junho de 1968, o pacto de Moncloa, na Espanha, e o "Contrato Social" firmado entre o TUC britânico e o governo trabalhista entre 1974 e 1979 – que teria permitido

[76] CALLINICOS, Alex. *Against Postmodernism*. Cambridge, Polity, 1989, p. 163-4.
[77] Idem, ibidem, p. 165.
[78] Id., ibid., p. 168.

ao capital resistir às grandes recessões de meados dos anos 70 e início dos 80 e ainda servir-se delas para acelerar o processo de sua reestruturação e racionalização. Uma vez que a

> "classe trabalhadora dos países avançados passou da ofensiva para a defensiva, a extrema-esquerda viu-se isolada, não nadava mais a favor da corrente; em tais circunstâncias desfavoráveis, muitas organizações entraram em colapso, suas atividade sucumbiram a uma 'crise de militância' provocada pelo fato de que seus esforços não encontraram o sucesso fácil que elas esperaram."[79]

Para Alex Callinicos, esta "odisséia política" da geração de 1968 é "crucial para a aceitação geral, nos anos 80, da idéia de uma época pós-moderna". Na década de 80 os ex-radicais dos anos 60 começavam a entrar na meia idade "sem qualquer esperança na revolução socialista" e negando até mesmo que tal revolução fosse desejável. Muitos deles viriam a "a ocupar postos de administradores, gerentes e profissionais liberais, tornando-se membros da nova classe média num tempo em que a dinâmica superconsumista do capitalismo ocidental proporcionava a esta classe ascensão do padrão de vida".[80] A conjunção entre a prosperidade da nova classe média (que contrastava agudamente com o empobrecimento relativo da maioria dos trabalhadores) e a desilusão política de vários dos seus membros mais articulados é que criaria o contexto propício para a proliferação da idéia de pós-moderno. Callinicos menciona diretamente os casos de Lyotard e Baudrillard, intelectuais que reconhecem seus laços com o movimento de 1968 e cujas trajetórias conduziram a uma posição de "recusar a busca tanto da compreensão quanto da transformação do mundo".[81] O que se passou com eles não seria algo inusitado. Intelectuais americanos que foram trotskistas nos anos 30 e 40, por exemplo, passaram a defender o liberalismo e até o neo-conservadorismo nos anos 70. "Histórias similares poderiam ser contadas sobre todos os períodos em que grupos radicais se encontraram politicamente isolados desde os tempos da Restauração".[82]

Terry Eagleton, num livro em que reúne artigos publicados em vários periódicos e dedicados à crítica do pós-modernismo, concorda em reconhecer nele o produto de uma "derrota estrondosa" impingida ao movimento radical: "De onde quer que o pós-modernismo possa brotar (...) ele não deixa de ser, acima de tudo, o

[79] Id., ibid., p. 168.
[80] Id., ibid., p. 168.
[81] Id., ibid., p. 170.
[82] Id., ibid., p. 171.

resultado de um fracasso político que ele ou jogou no esquecimento ou com o qual ficou o tempo todo brigando em pensamento".[83]

Esta recuperação do debate marxista sobre o pós-modernismo não tem o propósito de resolver as controvérsias sobre a sua caracterização mais adequada ou sobre sua gênese histórica. Seu objetivo é o de indicar os parâmetros a partir dos quais pode se desenvolver uma interpretação materialista e dialética do poder de atração exercido pelo pós-modernismo sobre a intelectualidade de esquerda. Os textos mencionados acima contribuem, cada qual a seu modo, para apontar os elementos que necessitam ser priorizados: 1) tomar o pós-modernismo como aspecto determinado (simultaneamente falso e verdadeiro, como ensinou Jameson) de uma totalidade cujo desenvolvimento histórico está inextricavelmente ligado ao movimento do capitalismo nas três últimas décadas do século XX; 2) dirigir o olhar para a atividade concreta dos agentes históricos responsáveis pela produção cultural pós-moderna, seus construtores efetivos, que são os intelectuais; 3) estabelecer as mediações entre a atividade particular dos intelectuais pós-modernos e a dinâmica contraditória da totalidade capitalista, tarefa que pode ser realizada se não perdermos de vista as lutas de classes no período.

É sobre estes pressupostos que a noção de "experiência da derrota", presente nas análises de Anderson, Callinicos e Eagleton, pode adquirir conotações mais profícuas. Se por "derrota" compreendermos não apenas a trajetória dos *soixante-huitards* na década seguinte, mas sim o processo mais complexo e mais duradouro que foi denominado no capítulo anterior "derrota histórica", teremos como visualizar o contexto em que a negação pós-moderna dos projetos emancipatórios, em particular os de orientação marxista, se tornou atraente para vários setores da *intelligentsia*. A experiência de derrota não afeta somente a extrema esquerda, como pensa Callinicos, mas se estende por todo o espectro político, uma vez que é decorrente de uma profunda mudança na correlação entre as forças das classes antagônicas. As organizações políticas de esquerda orientadas para a colaboração de classes, que tiveram um importante papel no processamento da derrota, foram também afetadas quando sobreveio a agressiva investida do capital e no final abandonaram seus programas distributivistas para adaptar-se à agenda neoliberal. O que foi derrotado na segunda fase da crise do capitalismo tardio não foi apenas a classe trabalhadora, mas

[83] EAGLETON, Terry. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p. 30.

também os projetos políticos que mantinham vínculos mais estreitos com ela, fossem colaboracionistas ou revolucionários. Certamente, porém, a derrota não teve o mesmo peso e nem o mesmo significado para cada um destes campos.

Terry Eagleton tem alguma razão ao escrever que "ninguém gosta muito de saber que é o efeito de um fracasso histórico",[84] e é por isso que o pós-modernismo se apresentou como uma alternativa sedutora para aqueles intelectuais que tinham participado da construção ou da sustentação dos projetos derrotados. Ele fazia parecer novo e arrojado o que não passava de uma rendição incondicional a uma realidade que, em outros tempos, aqueles mesmo intelectuais haviam descrito como miserável. Nada nos textos pós-modernos revela melhor o seu caráter de rendição do que o modo como eles se referem ao presente. Heller e Fehér definem a condição pós-moderna como um sentimento de "estar depois" sem jamais haver saído do presente:

> "O 'estar depois', sentimento de vida dominante da pós-modernidade, gera uma ênfase política especial a respeito do presente (...) que é, com exceção de uma catástrofe nuclear, **nossa única eternidade**. A *post-histoire* como temporalidade dominante da condição pós-moderna é uma surpreendente confirmação da filosofia política de Hegel, sua famosa tese da **reconciliação com a realidade**."[85]

Estes autores sabem que uma tal adesão ao presente tem "sérias implicações políticas", a mais importante das quais talvez seja o cancelamento da validade de políticas emancipatórias de caráter geral:

> "Qualquer tipo de política redentora é incompatível com a condição política pós-moderna. (...) A **autolimitação pós-moderna ao presente como nossa única eternidade** também **exclui as experiências com 'saltos no *nihil*'**, quer dizer, tentativas na absoluta transcendência da modernidade."[86]

A capitulação ao presente implica, evidentemente, na rejeição da possibilidade de superação revolucionária do presente. Em vão os leitores procurarão no livro os argumentos que permitem a uma ex-estudiosa de filosofia marxista designar como "política redentora" e "tentativa na absoluta transcendência" as estratégias políticas revolucionárias orientadas pela dialética materialista (isto é, baseadas no estudo das condições de possibilidade de produção do "novo" a partir da dinâmica das contradições do "velho"). Mas já sabemos que incongruências lógicas ou petições de

---

[84] Idem, ibidem, p. 30.
[85] HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc. *A Condição Política Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, p. 14, grifos meus.
[86] Idem, ibidem, p. 15, grifos meus.

princípio não são obstáculos para as pretensões de legitimação do pensamento pós-moderno. O que nos interessa aqui é perceber como a prosa pós-moderna pode emprestar o glamour de uma aparente radicalidade a um gesto que é pura rendição, "reconciliação com a realidade". Esta reconciliação, porém, na medida em que não é apenas pós-hegeliana mas também pós-marxista (vinda de dois ex-marxistas), é uma farsa. Em Hegel a reconciliação é logicamente possível porque ele partiu da unidade fundamental do Espírito Absoluto. Depois de Marx, nem mesmo os pós-modernos podem esconder que *esta* realidade é atravessada por fraturas em progresso e em reprodução. Nessas condições, qualquer reconciliação só pode significar a capitulação às forças que fraturam a realidade.

Como costuma acontecer com as farsas, a encenação pós-moderna de reconciliação tem não apenas seus dramaturgos e atores, mas também seu público. Parece que a "autolimitação pós-moderna ao presente como única eternidade" exerce um certo encantamento sobre os intelectuais de esquerda em tempos de derrota histórica dos trabalhadores. Um projeto de futuro que é possível somente como resultado das lutas dos trabalhadores encontra-se objetivamente enfraquecido quando estas lutas sofrem profundos reveses e passam para a defensiva. Aderir ao presente passa a ser, então, uma opção viável, talvez vantajosa, para muitos intelectuais. Este é certamente o caso daqueles que passaram a ver na derrota histórica uma derrota definitiva, que mudou o mundo para sempre, ou no mínimo uma derrota "tão estrondosa, de fato, que parecia improvável que [o movimento radical] saísse do ostracismo antes de decurso de uma vida, quando muito".[87] O pós-modernismo pode ser uma alternativa interessante para todos os que, não vendo nenhuma razão para manter unido seu destino ao dos vencidos, resolvem o dilema abandonando a concepção de mundo que leva a sério a existência de vencedores e vencidos na história, e que afirma a continuidade da luta entre eles.

Não é difícil perceber que esta rendição, do ponto de vista intelectual e moral, significa uma restauração, uma recomposição do poder da classe dominante. A capitulação dos intelectuais significa, em primeiro lugar, que as forças que dominam o presente conseguiram uma vitória também no campo intelectual e moral, desmobilizando ali parte das tropas do "exército inimigo" cujo objetivo sempre foi articular as lutas do presente com um projeto de futuro que, se vitorioso, faria *deste*

[87] EAGLETON, Terry. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. Op. cit., p. 11.

presente, passado. Mas a restauração é ainda mais completa porque consegue que boa parte dos "elementos ativos" do campo adversário se converta em intelectuais orgânicos do seu próprio campo. Em muitos casos, intelectuais de esquerda passaram a ocupar a linha de frente na guerra contra as posições intelectuais e morais (projetos e valores de uma outra visão de mundo) que eles mesmos defendiam até a véspera. Muitos, talvez a maioria, permaneceram articulados (ou se rearticularam) politicamente em torno de um projeto que ainda é designam publicamente como "de esquerda". Este projeto de esquerda difere do seu predecessor "derrotado" em quase tudo, e nisto em particular: ele é voltado exclusivamente para o presente. O que ele propõe é um presente alternativo a ser construído através de mudanças que deliberadamente evitam qualquer nexo com um projeto de futuro que signifique a superação revolucionária do presente.

O compromisso da esquerda com o presente é, na verdade, um compromisso com a ordem que domina o presente, a ordem do capital, que ela propõe modificar e "humanizar", mas não abolir. A restauração intelectual e moral foi esta conversão massiva de intelectuais de esquerda à perspectiva de preservação da ordem, que é a pedra angular da visão de mundo da classe dominante. Para esta conversão o pós-modernismo contribuiu destacadamente, por sua capacidade de atrair os intelectuais que emergiam da experiência da derrota para a negação performática dos projetos emancipatórios. A restauração é a expressão da recomposição da hegemonia burguesa no plano cultural e, também aqui, a "assimilação dos elementos ativos" das classes subalternas, que constitui o transformismo, é um dos seus mecanismos.

As primeiras manifestações políticas de pós-modernismo no Brasil datam, provavelmente, da segunda metade dos anos 80. Foi nesta época que começaram a aparecer análises participantes dos chamados "novos movimentos sociais" que, em suas críticas à "esquerda tradicional", reivindicavam um "novo paradigma" para o pensar e fazer política de esquerda. Tenho em mente os artigos reunidos por Ilse Scherer-Warren e Paulo Krischke em 1986 (publicados em 1987) num livro cuja segunda parte intitula-se "A Revisão dos Paradigmas".[88] As críticas diretas ao marxismo que aparecem nos textos ainda são, na maioria das vezes, tímidas e com muitas reticências, como nesta passagem: "Não há dúvida de que o marxismo, principalmente do ponto de vista do seu método (...) continua trazendo sua

[88] SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

contribuição para os movimentos sociais contemporâneos, mas perde a sua quase que exclusividade anterior".[89] Conceitos marxistas como *classe* e *alienação* aparecem em vários artigos, embora quase sempre acompanhados de ressalvas. A maioria dos autores, todavia, vê com simpatia o aparecimento das

> "novas correntes (modernidade e nova filosofia), que vêm realizando a crítica ao centralismo burocrático, ao autoritarismo e ao dogmatismo revolucionário presentes nos movimentos sociais tradicionais, contrapondo a estes movimentos novos projetos para a conquista de autonomias individuais e coletivas e que permitam a diversidade".[90]

O "novo paradigma" que é esboçado por vários artigos apóia-se nas "novas correntes" para louvar o caráter democrático das "identidades restritas" (não redutíveis a classes) dos movimentos e sua orientação "microrrevolucionária", voltada para as situações do cotidiano e "menos preocupadas em interagir com o Estado (no campo da política, em sentido amplo)".[91] A "revolução no cotidiano" seria a "nova utopia" dos movimentos sociais.

A experiência teórica com diversas variantes das "novas correntes" prosseguiu no meio dos intelectuais dos novos movimentos sociais. Um ano depois da publicação desta coletânea, Benjamín Arditi foi convidado para um seminário sobre "Classes e Movimentos Sociais na América Latina" em Porto Alegre. Sua contribuição, depois publicada juntamente com os textos dos demais expositores, era uma defesa da "condição pós-marxista" na discussão sobre o socialismo. Ele aplica a abordagem estruturalista desenvolvida por Thomas Khun sobre a crise dos paradigmas científicos para afirmar que o "paradigma marxista" teria sido quebrado pela democratização do Estado no século XX e pela ativação de novos espaços sociais e políticos com os quais o marxismo não conseguiria lidar. O socialismo "pós-marxista" teria que ser radicalmente democrático, teria que reconhecer a excentricidade e a pluralidade constitutivas do social e teria que apresentar-se como *ethos* e projeto político e "não como promessa messiânica de redenção universal":[92]

> "O socialismo atual deve abandonar todo anelo por um saber verdadeiro e onicompreensivo, vício da vertente 'mórbida' do racionalismo da Ilustração, que pretendia submeter o real – pela força, se necessário – a

---

[89] SCHERER-WAREEN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. in: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?* Op. cit., p. 38.
[90] Idem, ibidem, p. 38.
[91] SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. Apresentação. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?* Op. cit., p. 7.
[92] ARDITI, Benjamín. Discutir o Socialismo – A Condição Pós-Marxista. In: LARANJEIRA, Sônia (org.) *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, Hucitec, 1990, p. 303.

> um modelo totalizador alimentado por uma obsessão por encontrar uma ordem e um sentido definitivo para a História, o Ser e a Sociedade."[93]

Por algum tempo, porém, esta experiência de negação pós-moderna do marxismo permaneceu restrita, no Brasil, a certos círculos de intelectuais que, através de seus contatos com o exterior, podiam ser influenciados pelas tendências que já eram fortes nos países imperialistas. O texto de Arditi, por exemplo, destoa completamente do restante da coletânea, em que autores como Otávio Ianni e Francisco de Oliveira, além da própria organizadora, apresentam análises marxistas dos movimentos sociais. Nos anos 80, o cenário político brasileiro contava com a presença marcante de sujeitos que se identificavam como classe trabalhadora (principalmente o PT e a CUT) e que viam na burguesia, mais do que no governo, o seu principal adversário – vale lembrar do cordel citado no capítulo 1: "sai ministro, entra ministro, não muda a situação/ por trás de cada ministro há o dedo do patrão". As teorias baseadas no abandono da centralidade da luta de classes tinham, evidentemente, problemas para lidar com uma tal realidade, na qual ganhava corpo um projeto contra-hegemônico estruturado sobre a experiência de lutas políticas orientadas pela independência de classe. O fato de que aquelas teorias despertassem o interesse de setores da *intelligentsia* não deve ser desprezado, mas talvez fosse o caso de tomá-las como um outro caso histórico de "idéias fora do lugar", num sentido próximo ao que foi atribuído por Roberto Schwarz à circulação das idéias liberais no Brasil escravocrata:

> "E nada melhor, para dar lustre às pessoas e à sociedade que formam, do que as idéias mais ilustres do tempo, no caso as européias. Neste contexto, portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria – por isso as chamamos de segundo grau. Sua regra é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento da sua intenção cognitiva e de sistema."[94]

Nas organizações partidárias de esquerda, só os setores mais intelectualizados e menos conectados organicamente à classe trabalhadora foram afetados por esta primeira "onda pós-modernista". Era este, precisamente, o caso do PRC, onde o "mal-estar" com o marxismo apareceu assim que ficou claro que a organização não conseguiria materializar o seu projeto de se tornar o partido de vanguarda da

---

[93] Idem, ibidem, p. 306.
[94] SCHWARZ, Roberto. As Idéias Fora do Lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 5ª ed., São Paulo, Duas cidades – 34, 2000, p. 18-9.

revolução socialista. Foram aqueles intelectuais *revolucionários comunistas* os primeiros na esquerda brasileira que se aproximaram da negação pós-moderna do marxismo, talvez porque esta lhes oferecia um modo engenhoso de lidar com a sua própria derrota política: o pós-modernismo podia lhes assegurar que não foram eles, sujeitos particulares, os responsáveis pelo fracasso do PRC, mas sim o marxismo e o leninismo. Mesmo após a extinção do PRC, contudo, a Nova Esquerda ainda manteve referências ambíguas com o marxismo e o leninismo por algum tempo, e foi somente por ocasião do I Congresso do PT, em 1991, que a reviravolta se completou. Além do PRC, o pós-modernismo praticamente não afetou os partidos de esquerda brasileiros antes da década de 90.

A situação se modificou profundamente após 1989. A crise terminal dos regimes chamados comunistas do Leste europeu, cujo ato final foi iniciado naquele ano, foi interpretada, na maioria das vezes, como a confirmação da inviabilidade do projeto de socialismo orientado pelo marxismo, quando não era exibida como prova de que a história humana chegara ao seu ponto final com a democracia liberal e a economia capitalista.[95] No Brasil, a construção do projeto contra-hegemônico antagônico foi golpeada primeiro pela derrota eleitoral e, em seguida, pela retomada da ofensiva política da classe dominante através das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva. Este novo contexto, analisado no capítulo anterior, criou as condições para que a experiência de derrota fosse estendida a setores muito maiores da *intelligentsia*, o que multiplicou as bases sociais para a generalização da consciência política pós-moderna. A década de 90, que foi marcada pelo recuo do movimento operário, também foi, nada surpreendentemente, o momento de proliferação do pós-modernismo nos meios intelectuais brasileiros. A partir de meados daquela década elementos difusos do pós-modernismo invadiram algumas áreas da produção cultural no país, como se pode constatar consultando os anais de encontros nacionais de profissionais de História ou de Ciências Sociais, por exemplo.

Um estudo mais aprofundado do pós-modernismo nos campos teórico e político no Brasil teria que lidar com duas ordens de questões, pelo menos. A primeira, sobre as origens do pós-modernismo no Brasil (como "idéias fora de lugar"), precisaria considerar o papel dos intercâmbios internacionais (congressos, pós-graduações no exterior) ao proporcionar contato de intelectuais brasileiros com os

[95] Cf. FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

centros mundiais de difusão da cultura pós-moderna (um dos quais, sem dúvida, é a Universidade de Essex, onde trabalhavam, nos anos 80, Ernesto Laclau e Benjamín Arditi).[96] A outra é a investigação dos lugares de produção e reprodução da cultura pós-moderna no Brasil, que são principalmente os departamentos de Humanidades (Letras, Artes, Ciências Humanas, Filosofia) das universidades, algumas ONGs e certos nichos da indústria cultural. Alguns coletivos, como o dos intelectuais dos novos movimentos sociais, transitam simultaneamente por mais de um desses lugares. Pode-se estimar o quanto é importante pensar as relações entre estes centros de produção cultural, particularmente as universidades, e as organizações de esquerda quando se leva em conta o fato de que, segundo dados de Tadeu César, em 1991, 58,6% dos petistas que participaram, nas bases, das etapas de preparação do I Congresso possuíam nível superior (completo ou incompleto). Entre os dirigentes, este percentual era de 63,7%.[97]

Sobre o problema dos "intelectuais e a organização da cultura" no Brasil recente ainda há uma gigantesca pesquisa por ser feita, embora vários passos tenham sido dados. Marcelo Ridenti pesquisou o engajamento político de artistas e intelectuais brasileiros a partir dos anos 60 e notou as conseqüências da expansão da indústria cultural no enfraquecimento do "romantismo revolucionário" que teria sido o élan daquele impulso de politização. Seu estudo constatou a "integração contraditória de intelectuais e artistas de esquerda à ordem capitalista modernizada na sociedade brasileira"[98] cujo efeito mais imediato não era a mudança na consciência política, mas nas condições efetivas de trabalho. As oportunidades abertas pela indústria cultural detonaram a tendência a "esvaziar-se o ânimo amador e o ímpeto transformador de artistas com experiência e gabarito para profissionalizar-se num mercado cultural já desenvolvido, que oferecia boas possibilidades de carreira individual."[99] As dimensões políticas inerentes à própria prática dos intelectuais e artistas eram alteradas à medida que eles pareciam "ter abandonado seu esboço de constituição de uma contra-hegemonia, buscando seu lugar dentro da ordem

[96] Este trabalho já estava pronto quando tomei conhecimento do lançamento de uma coletânea que, a julgar pelo título, parece tratar das relações internacionais dos intelectuais brasileiros: ALMEIDA, Ana Maria F. et. al (orgs.) *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras*. Campinas, Edunicamp, 2004.
[97] CÉSAR, Benedito Tadeu. *Verso, Reverso, Transverso*... op. cit., p. 61 e 67.
[98] RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 328.
[99] Idem, ibidem, p. 340.

estabelecida, deixando assim em segundo plano a aposta na constituição de um campo cultural alternativo."[100]

O conceito de "romantismo revolucionário", que Ridenti extrai dos trabalhos de Michael Löwy e Robert Sayre, e sua referência prioritária nas organizações de esquerda armada e no PCB levam-no a considerar os anos 80 como de progressivo refluxo do engajamento dos intelectuais. Sua conclusão é de que os "anos 90 foram a culminância do processo, lento e progressivo, de esvaziamento das utopias revolucionárias de artistas e intelectuais, que vinham se desgastando desde os anos 70."[101] Sua idéia de uma *marcha progressiva* do desengajamento político dos intelectuais a partir dos anos 70 não dá conta de pensar o significado do "magneto" petista dos anos 80, nem do efetivo envolvimento de vários setores intelectuais no projeto de construção da contra-hegemonia. Além disso, ela não toma em consideração a dinâmica da luta de classes e sua articulação com a vida intelectual do país. Mas a caracterização da década de 90 como momento de profunda desmobilização política da *intelligentsia* de esquerda, que talvez possa ser descrita como "esvaziamento das utopias revolucionárias", é inteiramente compatível com a nossa hipótese de restauração intelectual e moral.

Ridenti acrescenta um dado importante para a percepção do deslocamento político de grupos intelectuais nos anos 90: nomes dos que assinaram o "Manifesto de Apoio" à candidatura FHC em 1994. Vários deles vinham de longas trajetórias na esquerda, alguns inclusive com militância partidária: Jorge Amado, Gianfrancesco Guarnieri, Ferreira Gullar, João Cabral de Mello Neto, Edu Lobo, Nelson Pereira dos Santos, Gilberto Gil e mais de uma centena de outros que davam seu apoio ao candidato que proclamava sua "paixão pelo possível". É pouco provável que estes intelectuais vissem em seu candidato um representante da "direita". Por seu histórico de oposição à ditadura militar e sua carreira intelectual, FHC aparecia como o candidato da "esquerda moderada". Foi nesta condição que ele pôde atrair o apoio dos que se distanciavam da candidatura vista como "mais radical" de Lula. Escolher FHC parecia, então, a melhor opção para quem continuava a se ver como "esquerda" mas havia abandonado a crítica radical ao capitalismo e a perspectiva de sua superação.

A década de 90 proporcionou a muitos intelectuais as bases para a experiência intelectual e moral restauracionista, de reconciliação com a ordem do capital, e o

[100] Id., ibid., p. 349.
[101] Id., ibid., p. 355.

apoio a FHC foi somente uma das faces deste fenômeno. A cultura pós-moderna é uma das linguagens em que se pode expressar este sentimento difuso de rejeição aos projetos emancipatórios radicais (ou que sejam vistos como tal). Como uma forma de consciência resignada de intelectuais desiludidos e, em muitos casos, relativamente bem remunerados, o pós-modernismo encontrou terreno fértil entre os intelectuais que achavam seu espaço na expansão da indústria cultural assim como nos burocratas ligados às organizações de esquerda. Nas duas correntes políticas que pesquisamos, ele assumiu posições sólidas.

Resignando-se ao presente, os intelectuais de esquerda mudaram sua posição subjetiva frente à luta de classes. Esta é a síntese final da reflexão sobre a *via intelectual* do transformismo da esquerda feita nas páginas anteriores. O caráter de restauração intelectual e moral que trespassa esta resignação está, espero eu, demonstrado. A hegemonia burguesa, assimilando estes intelectuais, ganhou novos funcionários, ainda que tenha sido preciso modificar-se para acolhê-los. O projeto político desta esquerda recusa o "capitalismo realmente existente", propõe mudá-lo, sem que deixe de ser capitalismo. Eles são, agora, os intelectuais orgânicos *de esquerda* da classe dominante, a esquerda do capital. Algo sobre esta nova e ampliada hegemonia será dito a seguir, na última parte deste capítulo.

## 8.4 – A ESQUERDA TRANSFORMISTA E A NOVA HEGEMONIA BURGUESA

A tese central deste trabalho pode agora ser retomada e apresentada por inteiro, com todas as suas implicações: a reviravolta no projeto político da esquerda, que se caracterizou pela negação do marxismo, foi parte do deslocamento da práxis dos intelectuais de esquerda que passaram pela experiência do transformismo. Sua absorção pela classe dominante implicou numa mudança em suas posições na luta de classes e frente à luta de classes, e o abandono do marxismo foi uma das manifestações desta mudança. O transformismo rompeu os laços orgânicos daqueles intelectuais com a classe trabalhadora, em ambos os registros que o termo "orgânico" possui. Este movimento duplo de ruptura, que se passa ao nível da práxis dos intelectuais, é que está na base das grandes alterações programáticas, cuja manifestação mais emblemática foi exatamente retirar a classe do centro do novo projeto político.

A ligação existencial com a classe foi afetada pela burocratização, que determinou outros lugares materiais a partir dos quais a esquerda passou a formular seus projetos. Quase todos esses novos lugares burocráticos são encastoados na sociedade política, o que tem, certamente, relação com a opção pelo direcionamento dos projetos políticos para a formulação de políticas visando o "bem comum" e os "interesses gerais". Mas os setores burocratizados, assim como parte da *intelligentsia* que fora atraída para a classe trabalhadora na fase anterior, de aumento da concentração e condensação orgânica da classe subalterna, não abriram mão das posições de comando que conquistaram no movimento operário e popular ou dos postos que, através deste, conquistaram no Estado. Sua nova condição, de funcionários da hegemonia burguesa, requer, na medida do possível, que estas posições sejam mantidas, invertendo-se o sentido da sua ação política.

Foi inteiramente extirpada, entretanto, a ligação ideológica, ou orgânica, no segundo registro, com a classe trabalhadora. Os intelectuais de esquerda substituíram a atividade de organização da classe como sujeito político independente (consciente da sua personalidade histórica) pela organização do Estado burguês. Seu novo projeto político é restauracionista, está erguido sobre os pilares de uma visão de mundo que, a despeito da retórica às vezes radical, prioriza a preservação da ordem. Uma vez cortados os laços orgânicos, os projetos dessa esquerda deixaram de exprimir e dirigir a luta política dos trabalhadores na sociedade burguesa segundo o "espírito de cisão" e passaram a ser expressões de projetos burgueses no interior do movimento dos trabalhadores.

O rompimento dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora não projetou os intelectuais de esquerda em algum tipo de vazio de classes, por mais que seu discurso agora procure escamotear a luta de classes. O transformismo é, lembremos, uma expressão da hegemonia da classe dominante. O campo majoritário do PT foi atraído e absorvido pela hegemonia burguesa, num contexto de ofensiva da classe dominante e de fragilização da condensação e concentração orgânica da classe trabalhadora. Cruzada a fronteira de classe, esses intelectuais de esquerda atuam agora como intelectuais orgânicos da classe dominante

Uma peculiaridade do transformismo da esquerda contemporânea no Brasil é que ele não levou à incorporação da esquerda a um determinado partido burguês, mas sim à constituição do próprio campo majoritário do PT – e do conjunto do PT, na medida em que todo o partido é controlado pela supremacia do campo majoritário –

como ala esquerda do partido orgânico da classe dominante. Trata-se de um caso de "transformismo de grupos", na terminologia de Gramsci. A razão principal para isto é que, pela extensão e densidade da estrutura partidária sob seu comando, o campo majoritário podia aspirar a objetivos maiores do que o de ocupar posições subalternas em qualquer dos partidos burgueses no Brasil. O que está em disputa é nada menos que a posição de hegemonia entre os diferentes grupos da classe dominante.

Antes de prosseguir com esta linha de raciocínio, é preciso examinar uma interpretação alternativa da reviravolta do campo majoritário do PT formulada por Francisco de Oliveira. Em seu ensaio de 2003, "O Ornitorrinco", Oliveira apresenta a hipótese de uma "nova classe social", da qual fariam parte as "capas mais altas do antigo proletariado" que chefiam o PT. A "nova classe" resultaria do próprio "ornitorrinco", imagem que o autor empregou para representar o que se tornou a sociedade que foi, no passado, subdesenvolvida. Oliveira argumenta para mostrar que as teorias do subdesenvolvimento, nas quais ele inclui a sua "Crítica à Razão Dualista", perderam a capacidade explicativa diante das realidades do capitalismo contemporâneo, tanto no centro como na periferia. A "Terceira Revolução Industrial" (ou "molecular-digital"), em combinação com o movimento de mundialização do capital, teria impulsionado a produtividade do trabalho a dar "um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato."[102] Sob tais condições, as distinções entre tempo de trabalho pago e não pago e entre mais-valia relativa e absoluta tenderiam a desaparecer junto com a progressiva extinção da forma-salário. Em lugar de capital variável, a força de trabalho estaria assumindo progressivamente a forma de "trabalho abstrato virtual".

Na medida em que o conhecimento técnico-científico necessário para a "acumulação molecular-digital" está "trancado nas patentes" e é efêmero e descartável, o caminho de saída do subdesenvolvimento estaria cortado: "os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica"[103]. Na periferia, a "acumulação molecular-digital" nem sequer precisou "desfazer drasticamente as formas concretas do trabalho, senão em seus reduzidos nichos fordistas."[104] A organização dos trabalhadores, que, no passado, poderia ter operado a "transformação da estrutura

[102] OLIVEIRA, Francisco de. O Ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 135.
[103] Idem, ibidem, p. 139.
[104] Id., ibid., p. 142.

desigualitária da distribuição de renda, tal como ocorreu nos subsistemas nacionais europeus do Welfare State", foi interrompida nos

> "anos 1980 e entrou em franca regressão a partir dali. As forças do trabalho já não têm 'força' social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e 'força' política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe."[105]

O "ornitorrinco" distorceria, também, a estrutura de classes, no rastro da extinção da forma-salário, e instituiria uma nova classe. A nova classe social seria composta pelos administradores dos fundos de pensão e previdência complementar, públicos e privados, ("núcleo duro do PT") e pelos "técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB".[106] Seu lugar no sistema seria o de prover as necessárias mediações entre o capital financeiro e os fundos estatais. A identidade entre os programas econômicos dos governos FHC e Lula seriam, então, expressão da unidade ideológica da nova classe: "A nova classe tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de acesso aos fundos estatais e semi-estatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro."[107]

A despeito da solidez conceitual e da perspicácia de Francisco de Oliveira, há vários problemas com esta sua abordagem. A sugestiva hipótese da exacerbação do trabalho abstrato mereceria uma discussão mais profunda do que é possível realizar aqui, mas caberia, no mínimo, questionar a excessiva importância atribuída pelo autor à "revolução molecular-digital" e seu caráter aparentemente autônomo para produzir novas realidades sócio-econômicas. Por outro lado, a nostálgica idéia de uma sociedade subdesenvolvida vencendo sua condição através da instituição de algum tipo de *welfare state* de periferia, imagem de passado que Oliveira emprega para contrastar com um presente onde tal possibilidade foi cancelada, é tributária de uma concepção de desenvolvimento que não pode ser completamente separada da "ideologia do desenvolvimento", no sentido dado por Miriam Limoeiro.[108] A questão que nos diz respeito mais diretamente, porém, é a da nova classe social. Ela não me parece convincente, pelas razões que exponho a seguir.

---

[105] Id., ibid., p. 144-5.
[106] Id., ibid., p. 147.
[107] Id., ibid., p. 148.
[108] Cf. CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK, JQ*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Oliveira tem razão em apontar os efeitos das mudanças no capitalismo sobre a classe trabalhadora, mas ele provavelmente superdimensiona este fenômeno. Em outro texto, voltado mais diretamente para a análise do governo Lula, Oliveira expande seu argumento: ele fala em "decomposição" da classe trabalhadora produzida em conseqüência da desregulamentação, da estagnação e da reestruturação produtiva.[109] Mesmo nos próprios termos em que ele toma a questão da classe, isto é, com base na "forma-salário", é excessivo falar em decomposição. Os efeitos políticos do desemprego rampante e da precarização, isto é, do que Virgínia Fontes chamou de "expropriação do contrato de trabalho", não podem ser menosprezados, mas, ao menos por enquanto, não estamos assistindo ao fim do trabalho, nem mesmo do trabalho assalariado.

Por outro lado, Oliveira descarta rápido demais a hipótese de que estejamos diante de uma nova hegemonia burguesa:

> "Chegado a esse ponto, o sistema lançou-se além da hegemonia. Bases classistas em decomposição, populismo emergente pela própria decomposição de classe, burguesia não-unificável pela predominância do capital financeiro, 'nova classe' cuja formação é sobretudo processual, torna quase impossível a formação de consenso, a 'direção moral' da sociedade"[110]

Paradoxalmente, o mesmo autor que reconheceu a "identidade" entre as políticas econômicas dos governos do PSDB e do PT afirma que o consenso e a direção moral da sociedade, logo, a hegemonia, são quase impossíveis. Não se trata de um engano, mas do sentido em que ele emprega o conceito de hegemonia. Já no seu livro de 1988 Oliveira associava a hegemonia à conquista de certos direitos, sobretudo distributivos e de cidadania, pelas classes subalternas. A situação hegemônica por excelência seria, então, a do *welfare state*, fora do qual a hegemonia seria sempre imperfeita ou nem mesmo existiria por falta daquelas bases materiais do consentimento.[111] O problema com esta leitura é que a base material para um consenso político que legitima o poder dominante não pode ser definida *a priori*, mas sempre e somente no curso da própria luta política. Sob certas circunstâncias,

---

[109] OLIVEIRA, Francisco de. *O Momento Lênin*. Relatório do Projeto Temático FAPESP "O Pensamento nas Rupturas da Política". Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania-CENEDIC-FFLCH-USP. Julho de 2004, mimeo.

[110] Idem, ibidem.

[111] Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Os Direitos do Antivalor*. Petrópolis, Vozes, 1998. Esta mesma concepção de hegemonia é defendida por PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

trabalhadores podem ser convencidos de que, para reduzir a ameaça de desemprego, é preferível ceder seus direitos a férias remuneradas, por exemplo. Se é assim, até mesmo a destituição de direitos específicos, ao contrário do que supõe Oliveira, poderia ser realizada através de um *poder que dispõe também do consentimento*, e a produção deste consentimento, porque ele nada tem de natural ou automático, supõe a produção da hegemonia.

Além disso é também discutível sua tese de que a fração financeira do capital não é capaz de soldar e unificar os interesses da burguesia como um todo. Novamente ele é prisioneiro da associação entre hegemonia e o *welfare state*, que foi o período em que a unidade política das diferentes frações do capital se dava em torno de um programa que assegurava à maioria delas rentabilidades acima da média. A unidade política da burguesia em torno das políticas neoliberais já foi várias vezes testada, e a sua demonstração mais completa foi a própria conversão dos partidos social-democratas ao neoliberalismo. É certo que a nova hegemonia burguesa é mais frágil e precária do que a dos "30 gloriosos", devido ao agravamento das instabilidades na própria esfera de reprodução do capital. Mas, desde que o conceito de hegemonia retorne ao seu sentido clássico, não há, por enquanto, como falar em "além da hegemonia".

Exatamente porque descarta a hipótese da hegemonia é que Oliveira tem de pensar em "nova classe social" para explicar as novas orientações políticas dos grupos dirigentes do PT. A atividade específica dos membros da suposta nova classe, contudo, nada tem de nova. O próprio Oliveira já havia demonstrado como o capital, desde o pós-guerra, recorre necessariamente aos fundos públicos para se reproduzir.[112] A mediação do acesso a estes fundos é, no mínimo desde então, uma função necessária à reprodução do capital. A passagem do capital financeiro para o comando não altera, no essencial, a função dos mediadores, cujos vínculos orgânicos com a burguesia são evidentes: eles operavam e continuam a operar parte das relações entre as frações da burguesia e seu Estado. Se a estes funcionários se reuniram recentemente novos administradores e "analistas simbólicos" oriundos das "capas superiores" do movimento sindical, o que temos não é uma nova classe, mas a absorção de elementos das classes subalternas para o círculo restrito dos altos funcionários do capital. Na medida em que os altos rendimentos destes funcionários

[112] Cf. *Os Direitos do Antivalor*. Op. cit.

(Oliveira menciona os vários aviões particulares que levaram convidados para o aniversário de um tesoureiro de campanha do PT) estão diretamente vinculados aos lucros capitalistas, e sobretudo na medida em que sua magnitude converte-os em capital, a diferença residual entre eles e a burguesia tende a desaparecer, mesmo que eles continuem a exercer as mesmas funções de mediação.

O papel destes "novos funcionários" é, assim como o dos veteranos, organizar e dirigir aspectos da vida social e econômica na perspectiva geral do capital. Decidir o que é a perspectiva geral do capital, no entanto, nem sempre é óbvio. Em cada conjuntura histórica, diferentes frações do capital competiram pela hegemonia, isto é, para conquistar a prerrogativa de estabelecer o sentido concreto do "interesse geral". Uma das alterações importantes produzidas pelo transformismo da esquerda brasileira foi, assim, ampliar e diversificar os grupos que disputam a hegemonia no interior da classe dominante. Os novos intelectuais orgânicos de esquerda da burguesia, atuando como força organizada e coesa, credenciaram-se como uma opção de hegemonia a partir do momento em que a sua definição alternativa de "interesse geral" se acomodou no interior dos limites da ordem do capital.

Credenciar-se para a luta pela hegemonia não significa travá-la em condições favoráveis. Durante os anos 90 a esquerda do capital, ainda em formação, não conseguiu conquistar a posição hegemônica entre as frações e grupos da classe dominante, e o bloco político construído em torno do governo FHC manteve consigo o monopólio do "interesse geral" da burguesia. Mas isso não diminui a importância do trabalho político da esquerda neste período. O mais importante serviço que ela prestou à ordem capitalista, e que ajudou para que fosse aceita como uma alternativa política confiável para a classe dominante, foi a produção da desorganização política das classes subalternas, a derrogação do "espírito de cisão".

O transformismo da esquerda foi parte do processo histórico de alteração das condições de exercício da hegemonia da classe dominante no Brasil. Os governos FHC provaram que a recomposição política em torno do neoliberalismo é eficiente, sobretudo para derrotar seu adversário de classe, mas também é instável. A oscilação da base parlamentar de apoio ao presidente e a manifestação pública de descontentamento com a política econômica por parte de setores empresariais do porte da FIESP foram sintomas de uma instabilidade crônica, embora de baixa intensidade no período que estudamos. Enquanto perdurar a situação de crise de longa duração, que analisamos no capítulo 7, a unidade política da burguesia estará mais do

que nunca ameaçada pela impossibilidade real de assegurar taxas de rentabilidade vantajosas simultaneamente a todas ou mesmo às principais frações do capital. A disputa pela hegemonia no interior das frações e grupos da classe dominante passa, cada vez mais, pela possibilidade de pactuar equilíbrios entre perdas e ganhos dos diversos setores, mas estes equilíbrios são permanentemente abalados pela própria debilidade da economia. Este descontentamento larvar é que cria o espaço para uma ala esquerda do partido orgânico da burguesia e que pode dar viabilidade política a um projeto alternativo, como o que é apresentado pela esquerda do capital, e a uma nova hegemonia.

Na verdade, o principal trunfo da esquerda do capital para disputar a hegemonia entre os demais setores da classe dominante é a sua condição de força hegemônica nas classes subalternas. Do ponto de vista das classes subalternas, a derrota histórica reduziu a intensidade e a freqüência das manifestações de descontentamento. Estas, quando ocorreram, foram quase sempre organizadas e dirigidas pelo campo majoritário segundo os objetivos do seu projeto. O risco de que estas manifestações de descontentamento ultrapassassem os níveis mínimos dos anos 90 não podia, no entanto, ser desconsiderado. O sentido da atuação do campo majoritário foi o de impedir que o descontentamento se organizasse com independência de classe ("espírito de cisão") e o de dirigi-lo para manifestações dentro da ordem, e não contra a ordem.

Mantendo-se atuante no movimento operário e popular, seu berço natal, a esquerda do capital agiu desorganizando a classe e organizando a submissão intelectual e moral à visão burguesa de mundo e de política. Seu discurso oposicionista ambíguo, sobretudo no caso da Articulação, podia às vezes fazer passar por contra-hegemonia antagônica de classe – um projeto de mudança de ordem –, o que era apenas uma contra-hegemonia burguesa, uma opção de mudança dentro da ordem. A apresentação pública do novo projeto político (o discurso político) tinha de ser, necessariamente, ambivalente, devido aos objetivos a que se lançava. Vimos como esta ambivalência apareceu no discurso da Articulação. Ele precisava se credenciar como um projeto da ordem e, ao mesmo tempo, manter o controle sobre o PT (e a CUT). O quanto esta tática foi bem sucedida prova-o, mais que tudo, o fato de que, em todo este período, setores de esquerda do PT que não abandonaram o marxismo nunca cogitaram seriamente romper com o partido controlado pela esquerda do capital, considerando-o, apesar de tudo, um "campo em disputa".

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que há de mais fascinante na pesquisa histórica é o desafio de abordar seu objeto em movimento, isto é, inscrito numa totalidade de relações da qual ele é um momento simultaneamente determinado e ativo. O conhecimento histórico é, desta perspectiva, o mais ambicioso de todos: almeja a intelecção daquilo que é síntese do múltiplo em movimento. Os resultados obtidos neste terreno são, por definição, provisórios. A evidência desta provisoriedade tem levado muitos a concluir pela não-cientificidade da disciplina História, mas, reparando bem, ela é um poderoso argumento em sentido contrário. Toda verdade científica é provisória, e assumir a sua própria historicidade representa, portanto, uma vantagem epistemológica sobre concepções de ciência que permanecem referidas ao cânone positivista, seja para afirmá-lo ou para negá-lo.

Se esta pesquisa atingiu, minimamente que seja, seus objetivos, como espero, a exposição deve ter sido capaz de apresentar o seu objeto como *concreto pensado*, referido às múltiplas determinações investigadas. "Uma Esquerda para o Capital" pretende enunciar este duplo movimento: a migração de alguns dos "elementos mais ativos" dentre os intelectuais das classes subalternas para a zona de hegemonia da classe dominante (um movimento *para o capital*), o que teve como conseqüência dotar o bloco dominante, estruturado em torno do capital, de uma nova ala esquerda. O abandono do marxismo, expressão da reviravolta teórica e programática, aparece, agora, como um aspecto determinado deste movimento maior.

Acompanhamos os passos dados pelas organizações pesquisadas no curso da sua transformação em esquerda do capital, com destaque para as modificações no seu projeto político. De intelectuais orgânicos e pretendentes à condição de vanguarda comunista, elas passaram à negação da revolução e à produção da desorganização política da classe trabalhadora. Os elementos marxistas anteriormente vigentes nos projetos políticos foram cancelados, e em seu lugar vigoram noções pós-modernas e liberais da política, da sociedade e da história. Esta crise do marxismo, instaurada pela deserção daqueles (ex) marxistas, foi a expressão de uma mudança na práxis e na visão de mundo dos intelectuais de esquerda que eram os construtores e reformadores daqueles projetos políticos. Assim como, na parábola de Gramsci que abriu este texto,

os náufragos que se tornaram antropófagos sofreram uma "transformação molecular" que alterou a sua personalidade, também os intelectuais de esquerda mudaram como sujeitos ao mudarem sua relação com o mundo da luta de classes. A recomposição da hegemonia burguesa no período de crise do capitalismo tardio, a derrota histórica da classe trabalhadora e o transformismo dos intelectuais de esquerda são elementos de uma mesma totalidade histórica e, como tais, determinam-se reciprocamente. Toda a argumentação com que eu pretendo sustentar este conjunto de afirmações já foi sistematizada e sintetizada nos capítulos precedentes, o que nos dispensa da necessidade de uma reconstituição final. Estas derradeiras considerações dirigem-se, então, para duas outras questões que podem, talvez, ser agora melhor enunciadas.

A primeira questão diz respeito à sustentabilidade do projeto político da esquerda do capital. Vimos que o objetivo programático central da esquerda nova não é mais a superação do capitalismo, e sim a conformação de um capitalismo organizado, com distribuição de renda e ampliação da participação popular na definição de políticas públicas e cujo motor principal seria a expansão do mercado interno e a alavancagem de um novo ciclo de desenvolvimento. Como programa, não há muita coisa nova nessas idéias. Estes são, na verdade, os eixos do programa social-democrata clássico, apoiado na colaboração de classes e nas políticas distributivas, e legitimado pela efetiva ampliação do bem-estar nos países imperialistas mantida durante quase trinta anos após a Segunda Guerra Mundial. As condições para uma reedição deste programa num país de periferia e em pleno período de crise do capitalismo tardio são, no entanto, problemáticas.

O principal obstáculo é a dificuldade para acertar um acordo duradouro de colaboração pacífica entre capital e trabalho em torno de políticas distributivistas. Na experiência histórica do *welfare state* este acordo resultava da combinação entre elementos que proporcionavam um jogo de soma positiva entre frações hegemônicas do capital, atraídas pelas extensas margens de lucratividade, e do trabalho, compensadas com aumentos reais de poder aquisitivo e de bem estar. No capítulo 7 nós discutimos, acompanhando as análises de E. Mandel, as condições históricas que possibilitaram este acordo durante o capitalismo tardio, e vimos também como elas são afetadas pela crise de longa duração aberta nos anos 70. O giro programático dos principais partidos social-democratas europeus respondeu à nova situação na luta de classes, caracterizada pelo acirramento do conflito em torno da taxa de mais-valia e pela tríplice ofensiva da classe dominante. Nestas novas condições, a colaboração de

classes, para ser possível, teve de mudar de eixo: ao invés de políticas gerais de distribuição de renda, exigidas por uma classe trabalhadora fortalecida e organizada, o que restou do ideário social-democrata foram políticas focalizadas de efeito compensatório, concedidas a uma classe derrotada. A rigor, só seria adequado considerar tal situação como um caso de colaboração de classes com uma ressalva. Trata-se de uma capitulação, e, para insistir com a metáfora militar, do pagamento de indenizações ao vencedor do combate. A colaboração é, portanto, com a força inimiga de ocupação.

Os partidos reformistas não desistiram das reformas em razão de algum prévio convencimento ideológico, ao contrário: a impossibilidade real de seguir com um programa reformista clássico é que lhes impôs a necessidade de alterar seu ideário. A *condição de possibilidade* para a política de rendas associadas ao "Estado de bem-estar" que vigorou nos países imperialistas europeus no pós-guerra devia-se menos a existência da vontade consciente e organizada dos partidos social-democratas do que à resultante da dinâmica própria da acumulação de capital no capitalismo tardio. Tão logo a escalada da acumulação de capital viu-se abalada pela longa crise mundial, desapareceu aquela condição e os interesses dominantes se afastaram daquelas políticas e procuraram se organizar sobre outros eixos. O novo projeto político da esquerda no Brasil parece desprezar esta nova realidade do capitalismo ao propor esta nova edição da estratégia de colaboração de classes para retomar o desenvolvimento com base na expansão do mercado interno e distribuição de renda. O campo majoritário do PT estabeleceu como sua meta chegar ao lugar que acabou de ser abandonado pelos seus ocupantes mais tradicionais.

Se não parece haver espaço para políticas distributivistas, tampouco é diferente a situação quanto ao objetivo de impulsionar um novo período de desenvolvimento. Nos países dependentes, como o Brasil, a perspectiva de deslanchar um ciclo de desenvolvimento capitalista duradouro, mesmo sem distribuição de renda, dependeria de uma redução substantiva no volume do saque imperialista, cujo vetor mais importante é, desde os anos 80, a relação de crônica dependência com o capital rentista. Após recuar de todas as perspectivas de luta antiimperialista, a esquerda do capital encontra-se desprovida de meios para lidar com este problema.

A visão idílica de um *welfare state* à brasileira montado na colaboração de classes vê-se, assim, apoiada em dois pilares fincados em areia movediça: a perspectiva de distribuição de renda, com a qual a esquerda do capital acena para os

trabalhadores, e a de desenvolvimento econômico, a partir da qual ela espera atrair não apenas os trabalhadores interessados na ampliação da oferta de emprego mas também os setores burgueses descontentes com as políticas neoliberais. Estas miragens podem se tornar muito sedutoras quando confrontadas com a herança de uma década de neoliberalismo, e vimos que a esquerda do capital soube encontrar um lugar a partir do qual pode pleitear a condição de força hegemônica entre os grupos dominantes. Quatro anos depois do marco temporal final desta pesquisa, a eleição de Lula para a presidência do país em 2002, com o apoio de frações importantes da burguesia, confirma esta assertiva. Miragens, porém, mais cedo ou mais tarde, se dissipam. Vimos que, diante da impossibilidade de continuar a sustentar o velho receituário keynesiano, a social-democracia terminou por assimilar o neoliberalismo. Este mesmo risco paira sobre o campo majoritário do PT e, no momento em que eu escrevo estas notas conclusivas, ele parece mais real do que nunca.

Enquanto perdurar, nos moldes ainda atuais, a tripla ofensiva internacional burguesa e enquanto não for possível retomar, de modo duradouro, níveis elevados de crescimento econômico, é pouco provável que este quadro se altere, ao menos a partir de iniciativas dentro da ordem. Tanto a distribuição de renda quanto o desenvolvimento dos países dependentes chocam-se contra obstáculos que não podem ser superados apenas pela boa vontade dos programas reformistas guindados ao poder com discursos críticos ao neoliberalismo. As décadas de 80 e 90 são repletas de exemplos históricos de candidaturas anti-neoliberais que resultaram em governos executores do receituário neoliberal. O neoliberalismo, se concebido nos parâmetros sugeridos no capítulo 7, é muito mais que uma opção de governo: ele é uma das faces da ofensiva burguesa na crise do capitalismo tardio, manifestada através da ocupação e defesa de posições nas sociedades política e civil. Há, por certo, setores descontentes com as experiências neoliberais, inclusive grupos empresariais importantes. No entanto, até o momento, este descontentamento não foi capaz, operando dentro da ordem burguesa, de produzir uma superação efetiva das condições que fazem do neoliberalismo a orientação política predominante em todo o mundo capitalista. Sob tais condições, a diferença entre as alas esquerda e direita do partido do capital tende a reduzir-se a pouco mais que a retórica necessária para distinguir entre grupos de intelectuais que competem entre si pela posição hegemônica. Neste terreno, o da retórica, não se pode negar um certo avanço, tal como o proporcionado por Anthony Giddens e a *Terceira Via*, expressão que procura dar respeitabilidade

sociológica ao giro do *New Labour*, ou *governança progressiva*, ou até o verde-amarelo *social-liberalismo*.

O programa *soi-disent* anti-neoliberal da esquerda do capital já surge, portanto, sob a ameaça da provável impotência diante das demandas distributivas e por desenvolvimento. Isto, porém, não condena de antemão essa esquerda ao fracasso político. Enquanto for possível empregar suas posições no movimento social para manter desorganizado o descontentamento das classes subalternas, ou, o que dá quase no mesmo, enquanto for possível organizar este descontentamento esconjurando o "espírito de cisão", esta esquerda disporá de cacife suficiente para reivindicar o seu lugar entre as forças que disputam a hegemonia no interior dos grupos dominantes. A eficácia desta estratégia depende, portanto, de uma acomodação dos movimentos das classes subalternas aos limites traçados pela esquerda do capital. Se as medidas de contenção falharem diante de um ascenso reivindicativo que ela não possa controlar ou dirigir, a esquerda do capital se arrisca a perder tudo: os postos de direção nos movimentos da classe trabalhadora podem ser conquistados por forças comprometidas com o movimento que ela deseja brecar, e seu poder de barganha junto aos dominantes pode desaparecer junto com o seu papel de amortecedora dos conflitos.

Para a esquerda do capital a situação ideal seria, então, reduzir as opções políticas a somente duas, justamente as duas alas principais (direita e esquerda) do partido orgânico do capital. Nessas condições ela teria meios mais eficientes para tentar bloquear o crescimento de alternativas políticas dos trabalhadores, apresentando-se como única alternativa viável contra a direita. Mesmo nesta situação hipotética, porém, ela ainda teria de conviver com o risco onipresente de uma explosão do descontentamento popular e de se defrontar com a contradição entre o seu programa reformista e desenvolvimentista e a extrema dificuldade para fazer reformas e garantir o desenvolvimento.

Mais do que nunca é preciso alertar contra os riscos do fatalismo. Nada do que foi dito significa que esta situação pode ser considerada como definitiva ou que esteja fora do alcance de qualquer ação transformadora. A resignação ao presente, que é um dos componentes da visão de mundo sistematizada pelos projetos políticos da esquerda do capital, retira o presente da história ao desprezar tudo o que, no presente, cria e recria as possibilidades de futuro. Até mesmo entre os náufragos de Gramsci,

somente "alguns" mudaram tanto a ponto de comer carne humana,[1] e a crise do capitalismo tardio, do ponto de vista da restrição das alternativas políticas, não pode ser comparado a um naufrágio, a não ser, talvez, para os reformistas. Aqui chegamos à nossa segunda questão, acerca da sobrevivência do marxismo a mais esta "crise terminal".

A primeira e mais óbvia constatação é de que, apesar da gravidade desta última crise, o marxismo não está morto nem para a teoria nem para a política. Ainda há marxistas formando marxistas nas universidades, escritores marxistas ainda publicam revistas e livros, ainda há militantes marxistas atuando nos movimentos sociais e em organizações políticas diversas, e isso em todo o mundo. Esta observação banal tem um sentido importante, porque não haveria mais marxismo caso não existissem marxistas – e a crise seria, de fato, terminal. Excluindo-se a possibilidade de que todos nós, marxistas, sejamos destituídos de senso de realidade – um caso muito improvável de psicopatologia coletiva –, a sobrevivência do marxismo após a sua suposta "crise final" é um fato que merece explicação.

Não é prudente generalizar os resultados desta pesquisa para todos os casos concretos de crise do marxismo, isto é, de transformação de marxistas em ex-marxistas, ocorridos na crise do capitalismo tardio. Contudo, na medida em que as situações particulares estudadas aqui foram concebidas e tratadas como momentos determinados de uma totalidade, é razoável supor que a pesquisa revelou alguns elementos que podem nos dizer algo sobre este fenômeno geral, a crise do marxismo. Este trabalho já terá contribuído se conseguir questionar seriamente a noção de que idéias, teorias, paradigmas ou projetos políticos vão e vêm ao sabor de si mesmos, e se incentivar outros estudiosos a pensar seriamente nos agentes históricos que se movem "por debaixo" destes construtos. Por este caminho, talvez seja possível sugerir, como uma hipótese em aberto para novas investigações históricas, a existência de um nexo geral entre a crise do marxismo, manifestada como crise dos intelectuais (ex) marxistas, e a dinâmica histórica da luta de classes.

Esta ligação, que assumiu no caso estudado aqui a forma de transformismo, põe em evidência algo crucial: o destino do marxismo, desde o tempo de Marx,

[1] Vale lembrar que a parábola de Gramsci dizia respeito à sua própria condição. Encarcerado pelo fascismo e já sofrendo com a doença que terminaria por levá-lo à morte, Gramsci temia que, num momento de delírio febril ou transtornado pela dor, ele viesse a escrever ou assinar uma retratação desonrosa, condição imposta pelos fascistas para a sua libertação. Como se sabe, ele, em condições extremas, conseguiu resistir até o fim.

sempre esteve fundido ao da luta de classes. A sobrevivência do marxismo significa, então, que a realidade da luta de classes não foi superada e que a história, tal como Marx a conheceu, não acabou. Ainda que sob novas condições – mas as condições históricas nunca se repetem – a história da luta de classes continua a ser a história de toda sociedade existente hoje. Nada indica que a derrota histórica dos trabalhadores na crise do capitalismo tardio seja definitiva. Projetos políticos centrados no "espírito de cisão" e orientados para a "conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica" dos trabalhadores não deixaram de existir e podem ganhar um renovado impulso nas futuras jornadas de luta.

A refutação teórica do marxismo não conduziu a "esquerda nova" para além de Marx, enriquecendo e desenvolvendo sua compreensão da luta de classes construída ainda no século XIX. Este desenvolvimento do marxismo para além de Marx é, na verdade, uma exigência interna do próprio método dialético. Qualquer marxismo vivo precisa estar à altura do seu próprio tempo, e a luta de classes não ficou estagnada nas formas históricas do século de Marx. A reviravolta da esquerda conduziu-a, porém, para aquém de Marx: a realidade da luta de classes, que pode ser conhecida e enfrentada através da dialética materialista, é agora relegada à ignorância e à omissão. Desistir de conhecer e desistir de transformar são motivos pós-modernos para abandonar o tema da luta de classes, mas são também gestos perigosos. Como a esfinge que defendia os portões de Tebas, a luta de classes também promete vingar-se de quem não a decifra. Sua vingança se chama barbárie, e já habita entre nós.

# FONTES

## 1. Fontes Documentais

Lista em ordem alfabética de títulos dos documentos consultados, por arquivo. Alguns títulos encontram-se abreviados. Todos estes documentos foram cadastrados num banco de dados, que será doado ao CEDHOC da UEFS juntamente com as cópias e exemplares em meu poder. A documentação citada no corpo do trabalho encontra-se indicada em notas de pé de página no próprio local da citação.

### AMORJ (UFRJ)

| | |
|---|---|
| A Articulação e o Oitavo Encontro do PT | 01/08/93 |
| A questão da governabilidade | 01/06/94 |
| A Revolta dos Bagrinhos | |
| Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas | 01/02/87 |
| Caçar Bruxas constrói o PT? | 01/04/86 |
| Construir a unidade na Luta | 01/04/93 |
| Contra o socialismo legalista | 01/02/87 |
| Contribuição ao debate interno da Articulação | |
| Contribuição do coletivo de MG para a discussão interna da... | 16/03/93 |
| O Governo do PT e a questão do poder | 01/03/89 |
| Por um programa de governo que expresse o compromisso do | 08/08/81 |
| PT dará ultimato aos grupos clandestinos do partido | 15/01/87 |
| Quem não já viu este filme? | 01/05/86 |
| Síntese dos relatórios das pré-convenções estaduais | |
| Teses Nacionais - por um PT de Massas democrático e... | |
| Textos subsidiários para discussão nos seminários regionais | 01/09/93 |
| Um balanço do IX ENPT | 18/05/94 |
| Um debate equivocado e sectário | 01/06/86 |
| Uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT | 01/05/86 |

### APERJ

| | |
|---|---|
| 1 de maio - o PT está na Luta | 01/05/81 |
| A Construção do Partido de todos os Trabalhadores | 01/11/82 |
| Abaixo a Carestia | 21/09/82 |
| Adesão de intelectuais | 16/05/81 |
| Adesão de Médico | 01/04/81 |
| Algumas idéias sobre o fundo eleitoral comum | 01/01/82 |
| Apoio ao PT | |

| | |
|---|---|
| Balanço Financeiro - PT/RJ | 22/09/81 |
| Boletim do PT - N. Friburgo, no. 10 | 05/04/82 |
| Boletim do PT N. Friburgo - Ago 81 | 24/08/81 |
| Boletim Interno no. 2 | 01/09/81 |
| Boletim PT RJ n. 10 | 08/05/82 |
| Boletim PT RJ no. 10 - Resoluções da Plenária Democrática | 08/05/82 |
| Cartilha PT/MG – Agrário | 10/11/81 |
| Cartilha PT/MG - Composição do DR provisório de MG | 10/11/81 |
| Cidadania Igual para Todos | 01/11/82 |
| Comício do PT em Petrópolis | 28/06/80 |
| Comício na Cinelândia - estimativa de 20 mil | 01/10/82 |
| Comissão Executiva Nacional do PT | 09/09/81 |
| Contra a Ditadura, Pela Democracia, vote PT | 09/11/82 |
| Contribuição p/ discussão da atuação dos núc. de base do PT | 25/03/80 |
| Convenção de POA aprova partido sem Patrões | 01/07/80 |
| Cordel - A Hora e a Vez do Trabalhador | 23/11/81 |
| Dinamizar democraticamente o programa do PT nas eleições | 21/01/82 |
| Diretório do PT em Angra dos Reis | 27/07/81 |
| Divulgação do documento do Lula; promoção do Movimento | 09/02/82 |
| Documento de Volta Redonda | 25/09/81 |
| Documento de Volta Redonda | 05/10/81 |
| É preciso ter coragem | 01/11/82 |
| Em 82 vote PT: contra a ditadura, os patrões e seus partidos | 18/04/82 |
| Encaminhamento n. 0307/80/SI/SR/DPF/RJ | |
| Encontro de candidatos do PT com bancários na sede da ABI | 15/10/82 |
| Entrevista de Lula a El Clarin | 03/02/83 |
| Esboço do Programa do Partido dos Trabalhadores - S.J. de... | |
| Está surgindo um novo partido - dos trabalhadores e sem... | 01/09/79 |
| Evento discute o programa do PT | 08/10/81 |
| Executiva Nacional, ago/80 | 01/08/80 |
| Executiva Regional Provisória do MPT/RJ | 05/11/80 |
| Filie-se ao PT e ajude a mudar esse país | 13/07/81 |
| Folheto "Abaixo a coligação - pela organização independente | 21/12/81 |
| Hino do PT | 08/09/81 |
| Jornal do PT, ano I, n. 5 | 01/08/80 |
| Lançamento do MPT em cidades | 28/03/80 |
| Lançamento do Núcleo Volta Redonda do PT | 30/09/79 |
| Letra do PT | 26/07/80 |
| Lula - discurso no lançamento do PT/Baixada Fluminense | 26/07/80 |
| Manifesto do PT/Baixada Fluminense | 26/07/80 |
| Mensagem aos Trabalhadores e Eleitores de N. Friburgo | 08/11/82 |
| Minha amante, a liberdade | 01/11/82 |
| Movimento pró-PT - Florianópolis | 25/03/80 |
| Movimento pelo Partido dos Trabalhadores: um partido sem | 30/09/80 |
| Não Podemos mais permitir que a saúde seja objeto de lucro | 01/11/82 |
| O Caso Fernando Pinto | 13/02/82 |
| O que é o Partido dos Trabalhadores? | 02/10/81 |
| O sonho do povo vai virar realidade | 01/11/82 |

| | |
|---|---|
| Panfletos distribuídos | 12/05/81 |
| Partido dos Trabalhadores - Trabalho, Terra e Liberdade | 24/05/82 |
| Partido dos Trabalhadores: Matar a cobra e mostrar o Pau | 25/03/80 |
| Pelo Direito à Moradia | |
| Pixações em Petrópolis | 19/06/80 |
| Político do Ano Escandaliza o Rio Grande | 01/02/81 |
| Por que PT | 01/04/80 |
| Por que se filiar ao PT? | 01/04/81 |
| Pré-candidatos à majoritária, RJ/82 | 30/01/82 |
| Presença de Lula em Minas | 02/09/81 |
| PT - Contamos com você para mudar este país | 24/05/82 |
| PT - Resolução Política da Plenária Regional Democrática | 28/09/81 |
| PT - Um Partido de Trabalhadores | 01/05/81 |
| PT A Nossa Vez/A nossa Voz | 25/03/80 |
| PT apresenta; uma história já conhecida - viver no Rio de | 01/11/82 |
| PT e Educção | 03/09/82 |
| PT se considera único e lança 2 manifestos | 31/01/82 |
| Recado do Lula: quem bate cartão não vota em patrão | 01/11/82 |
| Relatório n. 023/90/DOPS/SC | 25/03/80 |
| Resoluções Políticas da Plenária Democrática - PT N. Iguaçu | 01/09/81 |
| Resultado das convenções do PT surpreende, afirma Lula | 22/06/81 |
| Reunião p/ Formação do PT/ Nova Iguaçu | 30/09/79 |
| s/ título (panfleto de campanha) | 11/11/82 |
| Saúde e Capitalismo no Brasil | 25/03/80 |
| SDI - Ato público do PT em Araruama | 14/06/82 |
| SDI - Candidatos do PCB a deputado RS | 17/05/82 |
| SDI - Caxias: prisão de manifestantes e apreensão de material | 01/05/81 |
| SDI - Chapas para o DM do PT em Volta Redonda | 06/07/81 |
| SDI - Comício em Niterói com candidato a governador/PT | 31/05/82 |
| SDI - Convenção do PT Nova Friburgo | 21/06/81 |
| SDI - Convenção Regional do PT/RJ | 08/08/81 |
| SDI - Divisão no Pt de N. Friburgo | 17/08/81 |
| SDI - Gregório Bezerra abandona o CC do PCB | 07/07/81 |
| SDI - Informa candidatos a vereador PT N. Friburgo | 26/07/82 |
| SDI - Informe sobre a vinda de Lula ao RS | 11/06/82 |
| SDI - Informe sobre composição de núcleos do PT | 05/02/82 |
| SDI - Informe sobre o Encontro Estadual do PT/SP | |
| SDI - Lançamento da chapa Estadual do PT/82 | 14/06/82 |
| SDI - Lançamento do PT Caxias | 26/07/80 |
| SDI - Líderes do PCB em Nova Iguaçu | 13/08/81 |
| SDI - Lista final de candidatos a vereador - PT | 25/05/82 |
| SDI - Lula em Montes Claros, comício na praça Pio XIII | 10/09/82 |
| SDI - Núcleo Friburgo do PT | 10/08/81 |
| SDI - PT de São Gonçalo elege sua comissão executiva | 02/07/81 |
| SDI - Reformulações na Regional PT/RJ | 05/04/82 |
| SDI - Relação de candidatos a deputado federal - PT/RJ | 10/05/82 |
| SDI - Relação de Candidatos a Vereador - Friburgo | 08/11/82 |
| SDI - Relação dos candidatos a deputado estadual PT/RJ | 10/05/82 |

| | |
|---|---|
| SDI - Relação nominal dos candidatos nos diversos municípios | 29/07/82 |
| SDI - Relato do REDIN/SSP/RS sobre o PCB no RS em 82 | 18/02/82 |
| SDI - Roberto R. Martins, tesoureiro regional do PT, produziu | 17/06/82 |
| SDI - Transcrição de programa de governo PT de Nanuque | 30/06/82 |
| SDI - Visita de candidato a governador PT em N Friburgo | 14/06/82 |
| SDI 159 - Candidatos do PT em Volta Redonda | 23/08/82 |
| SDI- PT de Montes Claros | 23/07/81 |
| Subsídios para um plano de governo municipal do PT | 30/11/81 |
| Sugestões para a discussão sobre o Partido dos | 10/11/79 |
| Terra, Trabalho e Liberdade | 14/06/82 |
| Texto aponta 2 correntes no MPT | 01/10/79 |
| Todos ao I de maio | 01/05/81 |
| Uma proposta de gestão dos serviços de saúde por parte dos | 25/03/80 |
| Uma proposta de Trabalho: militar no PT | 25/03/80 |
| Uma Vida Alternativa | 01/11/82 |
| Vamos construir o partido dos trabalhadores | 10/11/79 |
| Vamos defender o programa do PT em 82 | 13/01/82 |
| Você tem muitas razões para votar no PT - Trabalho, Terra e | 01/11/82 |
| Votar certo e ficar de olho aberto | 01/11/82 |
| Vote Pt - Trabalho, Terra e Liberdade | 01/11/82 |
| Voto Útil. Útil? | 01/06/82 |

## CSBH (Fundação Perseu Abramo)

| | |
|---|---|
| (O objetivo do PT é...) | 30/05/86 |
| 11 Teses sobre Autonomia | 01/09/80 |
| A Conjuntura Atual e Nossa Estratégia de Campanha | 01/05/94 |
| A Natureza dos Mandatos e o Papel Estratégico da Ação | 15/04/91 |
| A Revolta dos Bagrinhos | |
| A Ruptura Popular | 25/02/84 |
| Actualidad y Caracter de um Proyecto Nacional | 01/08/97 |
| Alternativa Positiva (T&D) | |
| Ante-projeto de Regulamentação do Direito de Tendência | 01/09/87 |
| Ao Encontro Nacional do PT | 16/06/89 |
| Aos delegados do ENPT (maio 86) | 01/05/86 |
| Aos Participantes da Pré-Convenção do PT/PA | 01/06/85 |
| Articulação | |
| Articulação DF | 01/02/84 |
| Articulação por um Brasil Democrático e Popular | 01/08/91 |
| Articulação por uma alternativa democrática e popular | 01/05/88 |
| ARTICULAÇÃO: uma proposta democrática, de massas e | 01/04/86 |
| As Administrações Democráticas e Populares em Questão | 01/01/91 |
| Ata do 11o. ENPT | 29/08/97 |
| Ata do 9o ENPT | 29/04/94 |
| Ata do Encontro Extraordinário | 23/05/98 |
| Ata do Encontro Extraordinário (jan 85) | 12/01/85 |
| Ata do IX Encontro Regional do PT - PI | 17/05/86 |
| Boletim da Convenção Regional do PT/RS, n. 10 | 18/07/81 |

| | |
|---|---|
| Brasil Urgente! Lula Presidente | 06/12/87 |
| Caderno de Emendas | 29/04/94 |
| Caderno de Emendas - parte 3, Conjuntura e Tática | 29/11/91 |
| Caderno de emendas do tema socialismo e estratégia | 29/11/91 |
| Caderno de Emendas dos Encontros Estaduais | 01/11/91 |
| Caderno de Pré-Teses ao 8o ENPT | 11/06/93 |
| Caderno de Teses - 10o ENPT | 18/08/95 |
| Caderno de Textos | 23/05/98 |
| Caderno de Textos - PT/RS | 01/01/88 |
| Caminho da Construção do Socialismo | 09/06/91 |
| Carta ao Campo Majoritário do PT | |
| Chapas para a Eleição do Diretório Nacional | 20/08/95 |
| CI 0007/90 da SNORG - Roteiro para teses ao VII ENPT | 31/05/90 |
| CI SNORG 011/90 - Soluções para filiados com dupla militância | 04/05/90 |
| Circular 001/85 da Tesouraria Nacional | |
| Composição da Comissão Diretora Nacional e Suplentes | 08/08/81 |
| Conclamatória do I Congresso do PT | 01/11/90 |
| Conjuntura e as Tarefas Imediatas do Partido | 29/11/91 |
| Conjuntura, plataforma e tática eleitoral | |
| Construir a Unidade na Luta | 11/06/93 |
| Contribuição ao Debate para o ENPT | 30/01/84 |
| Contribuição ao Artigo de Tarso Genro | |
| Contribuição ao Debate - rumo ao I Congresso do PT | 09/08/91 |
| contribuição ao Debate do I Congresso - Formação Política | 01/06/91 |
| Contribuição ao Debate do V Encontro Nacional | 01/11/87 |
| Contribuição da Secretaria Geral Nacional para o Debate | 01/12/87 |
| Contribuição de delegados de Goiás à Pré-Convenção | 28/05/86 |
| Contribuição dos delegados da ART ao VII ENPT | 31/05/90 |
| Contribuições da Chapa 1 para as convenções | 01/12/84 |
| Cópia de Documento enviado pela Articulação por um PT | 01/05/86 |
| Crise e Reconstrução do Projeto Socialista | 01/08/97 |
| Crise e Reconstrução do Projeto Socialista | 01/08/97 |
| Crítica às teses apresentadas ao VII ENPT | 01/03/90 |
| Delegados ao I ENPT | 08/08/81 |
| Democracia Radical - Emendas ao Programa | 29/04/94 |
| Discurso de Gushiken na abertura do ENPT | 31/05/90 |
| Discurso de Lula | 06/12/87 |
| Discurso de Lula | 20/08/95 |
| Discurso de Lula no Ato de Lançamento do I Congresso do PT | 22/02/91 |
| Discurso de Lula no VI ENPT | 18/06/89 |
| Discurso de Lula no VII ENPT | 03/06/90 |
| Discurso de Olívio Dutra como presidente do PT no V ENPT | 06/12/87 |
| é Hora de Ir para a Rua | 08/07/85 |
| Elementos para uma estratégia socialista do PT | |
| Em defesa da democracia, pelo direito de tendência | 04/12/87 |
| Emenda à Tese Guia - Construção Partidária | 12/06/93 |
| Emendas - 2o Caderno/Projeto Alternativo | 12/06/93 |
| Emendas ao Texto Integral da Articulação | 29/11/91 |

| | |
|---|---|
| Escola Municipal do PT/SP - texto base | 06/04/91 |
| Evolução da situação econômica, social e política da AL desde | 28/05/95 |
| Ficha de cadastro de militantes | 16/06/89 |
| Formação Política Petista | 23/09/91 |
| Formação Política Petista - Texto para Debate | 01/09/91 |
| Frente à crise - ampliar o movimento de massas e avançar na | 04/12/87 |
| I Caderno de Emendas - Momento Político | 11/06/93 |
| I Congresso Amplia Participação | 01/06/91 |
| Idéias Essenciais para o I Congresso do PT | |
| Informe para a CN sobre o VII ENPT | 14/05/90 |
| Informe sobre os Encontros Estaduais | |
| Informes, relatórios e balanços financeiros | 06/12/87 |
| Instrução às Instâncias sobre Dupla Militância | 02/04/90 |
| Integrar na Alternativa Democrática e Popular os Segmentos | 30/11/87 |
| IV ENCONTRO NACIONAL DO PT | 30/05/86 |
| La Estratégia del Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional de | 01/08/97 |
| Levantamento para o Encontro Nacional | 04/12/87 |
| Manifesto aos Petistas | |
| Manifesto da Articulação aos Petistas | 02/08/91 |
| Mídia, Estado e Estratégia de Contra-hegemonia | 01/08/97 |
| Miscelânia (capitalismo, globalização, Brasil e PT) | 01/08/97 |
| Não ao Massacre do Povo Chinês | 16/06/89 |
| Nominata das chapas | 13/06/93 |
| Nominata das chapas à DN (V ENPT) | 04/12/82 |
| Nota à Imprensa | 06/05/84 |
| O Congresso Acabou, e agora PT? | 01/01/92 |
| O Desempenho eleitoral do PT e a questão Regional | 01/05/89 |
| O Futuro de um Passado | 01/08/97 |
| O Governo FHC e a Consolidação de um Núcleo Hegemônico | 01/08/97 |
| O Lobo, o Calcanhar de Aquiles e a Articulação | 07/01/92 |
| O Novo Momento Político e a Tática do Partido dos | 01/03/90 |
| O Papel do Parlamentar Petista | |
| O Partido dos Trabalhadores entre o passado e o futuro | 15/04/91 |
| O PRC e as Eleições de 86 | 01/02/86 |
| O PT e a Derrubada de Gorbachov | 19/08/91 |
| O PT e as suas Relações Institucionais | |
| O PT e o caminho da revolução social | 04/12/87 |
| O PT e o Poder Legislativo | |
| O PT na luta pelo socialismo | 04/12/87 |
| O PT se constrói na luta | 06/04/84 |
| Of. da Executiva do D.E. MG | 09/07/81 |
| Ofício da secretaria da Com.Dir. Reg. Provisória RS à Sec. | 30/07/81 |
| Ofício petistas de Cel. Fabriciano (MG) | 01/04/84 |
| Oposição ao Governo Afirmando um Outro Projeto | 31/05/90 |
| Os Mídia e a Representação da Política | 01/08/97 |
| Parceria Estado-Sociedade - Necessária Interface entre as | 22/04/94 |
| Pelo Brasil que a gente Quer | 04/12/87 |
| Plataforma - Por uma alternativa política com perspectiva | 04/12/87 |

| | |
|---|---|
| Plataforma 1 - PT de massas, democrático e socialista | 04/12/87 |
| Plataforma 2 - Frente à crise ampliar o movimento de massas e | 04/12/87 |
| Plataforma 5 - PT na rua | 04/12/87 |
| Plataforma 6 - PT de luta, democrático e socialista | 04/12/87 |
| Plataforma 7 - PT na luta pelo socialismo | 04/12/87 |
| Plataforma Nacional do Partido dos trabalhadores | 27/03/82 |
| Política para uma nova Hegemonia | 11/06/93 |
| Por um PT de massas, Democrático e Socialista | 23/10/87 |
| Por um PT Socialista - Teses Nacionais | 07/04/88 |
| Por uma Alternativa Democrática e Reformadora ao | 01/08/97 |
| Por uma Nova Maioria na Direção Nacional do PT | 11/06/93 |
| Pré-Tese sobre Socialismo, Estratégia e Construção Partidária | |
| Pré-tese sobre socialismo, estratégia e construção partidária | 07/06/91 |
| Programa Alternativo de Estabilização e Desenvolvimento | |
| Projeto de Linha Sindical do PT | |
| Projeto de Resolução sobre a Reorganização do PT | 16/10/91 |
| Proposta da Nova Esquerda | 01/04/90 |
| Proposta da VS | 16/06/89 |
| Proposta de Criação de um clube de Debates no PT | |
| Propostas de alterações em alguns pontos da linha sindical do | 01/05/86 |
| Propostas de emendas das mulheres para o I Congresso do | 01/11/91 |
| PT - Socialismo e Liberdade | 31/05/90 |
| PT 83 - um passo adiante | |
| PT 84 avançar na luta | |
| PT no ACRE - a Última Esperança do Povo | |
| PT pela Base | 04/12/87 |
| PT pela Base | 04/12/87 |
| PT: o Espaço Político dos Excluídos | 01/04/91 |
| Questões Pendentes do I Congresso - Segundo conjunto: | 30/11/91 |
| Questões Pendentes do I Congresso - parecer sobre o Projeto | 23/01/92 |
| Recado aberto aos companheiros petistas: É proibido proibir; | |
| Recurso ao Encontro Nacional do PT | 18/05/97 |
| Relatório da plenária final - Discurso de Lula | 06/12/87 |
| Relatório de mesa da plenária final | 06/12/87 |
| Relatório do III EEPT/MS, de 23 e 24/01/1982 | 23/01/82 |
| Relatório Único - CEN/DN | 30/05/86 |
| Relatório do IV EEPT/PI (16 e 17/01/82) | 16/01/82 |
| Reorganização Partidária | 18/06/91 |
| Reorganização partidária - 99 propostas e um comentário | |
| Repensar nossa Relação com a Institucionalidade | |
| Requiem para el Neoliberalismo | 01/08/97 |
| Resolução - Reintegração de Luiza Erundina ao PT | 12/06/93 |
| Resolução do DN sobre a candidatura no Rio de Janeiro | 09/05/98 |
| Resolução do IX Encontro Municipal Extraordinário do PT | 27/01/91 |
| Resolução Política do II Congresso do PRC | 01/10/85 |
| Resoluções do I Congresso - (segunda versão, ainda não | 01/12/91 |
| Resoluções do I Congresso do MCR | 01/10/85 |

| | |
|---|---|
| Resoluções do Seminário Nacional da Articulação | 01/08/88 |
| Resoluções políticas do PRC | 01/05/86 |
| Resoluções sobre a prática eleitoral do PT na Bahia | 30/05/86 |
| Roteiro para Abertura do VII ENPT | 31/05/90 |
| Secretaria de relações Internacionais | 01/12/87 |
| Seminário da Articulação | |
| Síntese das discussões e propostas - Plenária Regional do | 09/01/82 |
| Síntese dos discursos e propostas apresentadas na plenária | 09/01/82 |
| Situação Nacional - As Tarefas do PT | |
| Sobre a política de alianças do PT | 23/10/87 |
| Tese da Articulação BA | 01/03/90 |
| Tese da Força Socialista BA | 01/03/90 |
| Tese do Coletivo PT Socialista - PT/BA | 01/03/90 |
| Tese política para o XI ENPT (segunda versão para discussão | 01/04/97 |
| Tese Unidade na Luta - Emendas | 11/06/93 |
| Teses do II Congresso (Extraordinário) do PRC | 01/04/85 |
| Teses para a atuação do PT | 21/03/84 |
| Substitutiva - parágrafos 99 a 102 | 30/11/91 |
| Um balanço necessário: proposta para discussão | |
| Uma Leitura Didática das Teses ao VII EM | 01/04/90 |
| Uma Nova Era na Luta pelo Socialismo no Mundo | 06/04/90 |
| Uma Opção de Esquerda | 12/06/93 |
| Unidade para Derrotar Fernando Henrique | |
| Unidade para Vencer e Governar o Pais | 01/06/93 |

## Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)

| | |
|---|---|
| Articular a oposição de esquerda ao governo Sarney... | 04/87 |
| Ata da reunião da Articulação Nacional | 14/01/88 |
| Carta de Francisco Weffort a José Dirceu e D. Ribeiro | 26/01/84 |
| Carta de José Dirceu a Lula | 26/09/88 |
| Coordenação estadual (SP) da Art | 2/12/88 |
| Fazendo o Amanhã – Manifesto Político | 03/85 |
| Fazendo o Amanhã, ano1, n. 1 | 02/86 |
| Mandato Popular (José Genoíno), ano 5 | 07/87 |
| Manifesto por uma Nova Esquerda | 08/89 |
| Nota da Vertente Socialista | 02/11/89 |
| o Partido se transforma transformando o mundo | 04/87 |
| O PT e as Organizaçõpes de Esquerda | 02/86 |
| Por um PT de Massas, Democrático e Socialista (PPS) | 05/87 |
| Relato da reunião da Coordenação Provisória | 29/01/88 |
| Resolução sobre o PT (CC do PRC) | 04/87 |
| Resposta da Executiva do Cc do PRC à nota aprovada... | 03/86 |

## Arquivo Flávio de Castro (particular)

| | |
|---|---|
| Um Caminho para a revolução no Brasil | 05/89 |
| Projeto de Resolução sobre Estratégia | 03/89 |
| Projeto de Resolução sobre Organização Partidária | 03/89 |
| Um Passo “atrás”, um salto à frente | 04/89 |
| Anteprojeto de linha sindical | 04/88 |
| Teses para discussão (Terceiro Congresso; 10 teses) | 08/87 |
| Um caminho para a revolução no Brasil | 07/89 |
| Aprofundar a luta contra o governo e pela deslegitimação da... | 06/88 |
| Resolução sobre o Congresso | 03/88 |
| Campanha presidencial e luta anticapitalista | 02/89 |
| Resolução sobre o III CONCUT | 04/88 |
| Reorganizar o Partido em SP, preparar o III Congresso | 02/87 |
| Bases para uma resolução política sobre a questão do partido | |
| Circular do secretariado do CR sobre recrutamento | 04/87 |
| Na luta pela revolução e o comunismo – rumo ao III Congresso | 01/87 |
| Anais do CC do PRC | 11/87 |
| Reconstruir a UNE – Um desafio | 11/87 |
| Construir uma alternativa política de massas e de luta pelo... | 11/87 |
| Circular do CC sobre a situação política | 07/87 |
| Encontro Regional do PT/SP – Avaliação e perspectivas | 09/87 |
| Elementos de uma tática eleitoral para as eleições munic. de 88 | 11/87 |
| Sobre a questão das tendências no partido de massas | 07/87 |
| Circular do secretariado do CR de SP sobre a articulaçaõ do mov. | 05/87 |
| Circular sobre movimento estudantil | 04/87 |
| Resolução da conferência regionaldo PRC Sp | 05/87 |
| Resolução do CR SP sobre a greve geral | 06/87 |
| Questões de Organizaçãoe Finanças | 02/87 |
| Resolução Política – Acumular forças no combate ao gov. Sarney | 02/87 |
| Resolução Política do II Congresso do PRC | 10/85 |
| Resolução sobre as Eleições de 86 | 12/86 |
| O PRC e as Eleições de 86 | 02/86 |
| Resoluções Políticas do PRC | 05/86 |
| Tudo Pelo Êxito da Greve Geral | 02/12/86 |
| Resoluções do I Congresso do PRC | 01/84 |
| Teses do II Congresso (Extraordinário) do PRC | 04/85 |

## Arquivo pessoal do autor

| | |
|---|---|
| 10o Encontro nacional do PT - Documento para discussão nos | 01/06/95 |
| 13 propostas do governo Lula para a Saúde | |
| 4o CONCUT - Emendas tema 3 | 04/09/91 |
| 4o CONCUT - Emendas tema 4 | 04/09/91 |
| A complexidade do desemprego | 04/11/95 |
| A Construção do PT como um Partido revolucionário | |
| A crise social do Estado | 04/05/96 |
| A desmedida do governo | 24/05/96 |

| | |
|---|---|
| A esquerda e o estatismo | 12/06/95 |
| A História de uma Farsa | 01/07/97 |
| A Luta de Classes no Campo e a Questão da Reforma Agrária | 01/11/85 |
| A Luta Pelo Socialismo Científico | |
| A Nostalgia das Revoluções Perdidas | 14/04/96 |
| A Nova Era da Barbárie | 05/02/96 |
| A política de formação do partido dos trabalhadores | 01/07/88 |
| A Questão da Unidade Sindical | |
| A Reforma da Esquerda | 14/06/95 |
| A renovação do PT | 01/06/95 |
| A sociedade neocorporativa | 16/05/96 |
| A tática das oposições na reforma | 04/06/95 |
| A UNE, os Jovens e o Brasil | |
| Aberta a discussão do Ativo Sindical da TDS/PT | |
| Ajustar a sintonia | 01/08/91 |
| Aprofundar a democracia - tarefa histórica do PT | 02/04/97 |
| As distorções na representação | 19/03/96 |
| Atuação Parlamentar | 01/01/97 |
| Atualidade do Socialismo | 01/06/91 |
| Avaliação e Balanço Eleitoral | 22/11/92 |
| Balanço necessário | |
| Boletim Nacional no 60 | 01/12/91 |
| Brasil Agora - 71 | 15/07/95 |
| Brasil Agora - 73 | 09/09/95 |
| Brasil Agora - 75 | 09/05/96 |
| Caderno de Teses - 10o ENPT | 18/08/95 |
| Caderno de teses - 11o EEPT - PE | 17/07/97 |
| Carta Compromisso - José Dirceu Presidente | 15/08/97 |
| Causa Operária n. 113 | 01/09/90 |
| Causa Operária n. 214 | 26/03/96 |
| CONCUT BRASIL extra | 08/09/91 |
| Contra o continuismo e o pacto social - Por uma Alternativa | 16/12/85 |
| Contribuição aos Encontros do PT/DF | 01/06/96 |
| Contribuição para o processo de recriação da esquerda | 01/02/92 |
| Controle do judiciário | 14/10/95 |
| Convergência Socialista n. 369 | 27/05/93 |
| Curso Básico PT | 01/09/94 |
| CUT pela Base: uma proposta de construção da CUT | 11/08/91 |
| CUT pela base: uma proposta de construção da CUT | 11/08/91 |
| Democracia e Socialismo – boletim do mandato de Raul Pont | 01/06/91 |
| Democracia Socialista no. 3 e 4 | 01/09/91 |
| Direita e esquerda | 02/09/95 |
| Documentos básicos do PT | |
| Em defesa do marxismo | 01/06/91 |
| Em defesa do Marxismo | 01/06/91 |
| Em defesa do marxismo | 01/06/91 |
| Em Tempo n. 251 | 01/06/91 |
| Em Tempo n. 253 | 01/09/91 |

| | |
|---|---|
| Em Tempo n. 277/278 | 01/12/94 |
| Em Tempo n. 287 | 01/04/96 |
| Encontro Nacional de sindicalistas do PT | 12/07/96 |
| Entre a Solidão e a Solidariedade | 14/04/96 |
| Esquerda Socialista - boletim da Art de esquerda/PE | 01/12/95 |
| Estabilidade e cláusulas pétreas | 17/10/95 |
| Estatuto do PT, com as alterações aprovadas na CN de | 22/12/95 |
| Fora Collor, eleições diretas já | 22/08/92 |
| Fortalecer a resistência e derrotar o governo | 01/07/97 |
| Fortalecer o Pt na construção de uma alternativa reformadora | |
| Lula defende globalização sindical | 11/10/96 |
| Lutamos pelo Socialismo com Liberdade e Democracia | 02/06/91 |
| Manifesto - Coletivo PT Socialista | 15/09/91 |
| Manifesto - está convocada a II Conferência estadual da DS | |
| Manifesto por um PT Socialista e Revolucionário | 08/07/91 |
| Nova e Velha Esquerda | 12/05/97 |
| Novos Rumos Para a Esquerda | 01/02/92 |
| O acordo da previdência | 20/01/96 |
| O Brasil dos Comunistas | 30/05/91 |
| o congresso e a questão social | 02/05/96 |
| o Congresso no fundo do poço | 06/04/96 |
| O contribuinte paga a conta | 02/12/95 |
| O Controle Público do Estado | 22/03/95 |
| O Direitismo é uma Reforma Desavergonhada | 01/05/91 |
| O entendimento nacional e o novo partido de esquerda | 01/02/92 |
| O Futuro do PT - Art. Unidade na Luta, textos internos para | 01/02/95 |
| O Luto das Esquerdas | 05/02/96 |
| O neoliberalismo na contraprova | 02/01/96 |
| O Novo Mundo do Trabalho | |
| O Partido deve ser a alternativa | 06/05/95 |
| O Partido Novo e a Crise Brasileira | 01/02/92 |
| O PT e o partido revolucionário no Brasil | 01/01/81 |
| O PT e os desafios da nova ordem | 01/05/97 |
| O PT no combate ao neoliberalismo | 01/05/95 |
| O PT, a conjuntura municipal e as eleições 96 | |
| O PT, a Luta das mulheres e a construção do socialismo | 17/10/91 |
| O que é o Partido dos Trabalhadores | 01/05/95 |
| O Resgate da Política Democrática | 01/02/92 |
| Os desvios do governo Vitor Buaiz | |
| Os dois Estados | 02/03/96 |
| Paulo Jackson Informa | 01/12/96 |
| PCI discute revogação do centralismo | 08/12/85 |
| Por um partido democrático de esquerda (manifesto) | 01/02/92 |
| Por um PT/Recife ético, democrático e socialista | |
| Por uma alternativa democrática e reformadora ao | |
| Precisamos estar sintonizados na demandas do nosso tempo | |
| Previdência, democracia e negociação | 20/02/96 |

| | |
|---|---|
| Projeto de Programa Socialista | 06/09/93 |
| PT - Alternativa popular contra o neoliberalismo | 01/07/97 |
| PT de Cara Nova | 14/06/97 |
| PT e a nova agenda da Bahia - tese ao XXII EE BA | 01/07/97 |
| PT em Ação: por uma nova concepção de fazer política | 08/07/95 |
| PT Informa 24 | 01/06/89 |
| PT Noticias especial | 01/06/97 |
| PT, Reformas e outros temas | 01/07/96 |
| Regimento Interno do Partido dos trabalhadores | |
| Resenha do encontro Municipal do PT | |
| Resolução Política do 12° Encontro Estadual do PT – BA | 10/05/1986 |
| Resoluções da II Conferência da TM | 01/03/93 |
| Resoluções do 10o ENPT | 18/08/95 |
| Resoluções do 11o. EE PT SP | 30/07/95 |
| Resoluções do 1o Congresso | 01/12/91 |
| Resoluções do 7o ENPT | 01/06/90 |
| Resoluções do 8o ENPT | 13/06/93 |
| Resoluções do 9o ENPT | 29/04/94 |
| Resoluções políticas do V ENPT | 06/12/87 |
| Resoluções Políticas do VI ENPT | 18/06/89 |
| Resoluções políticas do X Congresso do PCB | 28/03/93 |
| São Paulo para Todos - relatório final de governo | 01/12/92 |
| Sem medo de ser PT | |
| Sem medo de ser PT - um caminho alternativo para a | |
| seminário de planejamento - PT Feira | 26/06/93 |
| Sobre a Nova Formação Política | 03/09/95 |
| Socialismo e Democracia | 01/02/92 |
| Socialismo e Liberdade | 05/02/96 |
| Solução municipal | 18/05/96 |
| Sonhos não envelhecem | 01/07/97 |
| Tática eleitoral e eleições 92 | 02/02/92 |
| Tese Cidade Negra - PT BA | 01/06/97 |
| Teses ao V CECUT - BA | 15/03/90 |
| Um Novo Estatuto | 01/02/96 |
| Um Novo Partido de Esquerda | 01/02/92 |
| Um Projeto Para o Brasil | 01/01/91 |
| Um rumo revolucionário para o PT | |
| Uma estratégia socialista para o Brasil | 17/04/97 |
| Uma saída para a crise - as propostas do PST unificado | |
| Vermelho e Branco n. 23/24 | 01/12/91 |
| Vicentinho e a tática da oposição | 27/01/96 |
| Voz da Unidade n. 514 | 15/05/91 |
| Voz da Unidade n. 515 | 15/06/91 |
| XV Encontro estadual do PT BA - tese da Articulação | |

## 2. Periódicos.

Foram consultadas as seguintes coleções de periódicos:

**No CEDEM (UNESP)**

Em Tempo
Convergência Socialista
O Trabalho
Causa Operária

**No CSBH (Fundação Perseu Abramo)**

Brasil Agora
Boletim Nacional
Jornal do Congresso
ABCD Jornal

**Na Biblioteca do DIEESE (SP)**

Boletim Dieese

**Coleções Particulares:**

Práxis (coleçoes do autor e de Gilberto Calil/Carla Silva)
Teoria e Debate (coleção particular do autor)
Teoria e Política (coleção particular do autor)
Socialismo e Democracia (coleção particular do autor)
Esquerda 21 (coleção particular do autor)

**Arquivos Eletrônicos (internet)**

Folha de São Paulo (1994-1998)

## 3. Entrevista.

Com **Aldo Fornazieri.** São Paulo, 12 e 21 de maio de 2004.

## 4. Fontes Bibliográficas.

CAPISTRANO, David. Sobre a 'Diferença' e outros Prêts-à-porter. *Teoria & Debate*, 29, out-dez 1995, pp. 6-10.

Constituição DE PORTUGAL. In: BRASIL. *Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras*. Brasília, Senado Federal, Sub-secretaria de Edições Técnicas, 1987.

DESEP/CUT. Câmaras Setoriais e Intervenção Sindical. *Texto para discussão n° 5.* São Paulo, julho de 1992.

DIRCEU, José e POMAR, Valter. É Preciso Saber Perder. *Boletim Nacional*, 60, São Paulo, dez 1991, p. 13.
DUARTE, Ozéas. A Questão da Democracia e o Programa da Classe Operária: réplica a Wladimir Pomar. *Teoria e Política*, 4, São Paulo, 1982.
DUARTE, Ozéas. A Questão do Partido – "autonomia", espontaneísmo e reformismo. *Teoria e Política*, 2, São Paulo, 1981.
DUARTE, Ozéas. Considerações sobre a Ditadura do Proletariado. *Teoria e Política*, 13, 1990.
DUARTE, Ozéas. Crise e Tática da Classe Operária. *Teoria e Política*, 5/6, São Paulo, 1984.
DUARTE, Ozéas. Nem Burguesia nem Estatismo. *Teoria e Debate*, 9, São Paulo, jan-mar 1990, pp. 46-48.
DUARTE, Ozéas. Para uma Tática Revolucionária sob a Nova República. *Teoria e Política*, 7, São Paulo, 1995.
DUARTE, Ozéas. Voltando à Questão...do Reformismo. *Teoria e Política*, 5/6, São Paulo, 1984, pp. 153-160.
FORNAZIERI, Aldo. Apresentação. *Teoria e Política*, 8, 1987.
FORNAZIERI, Aldo. Apresentação. *Teoria e Política*, 9, 1988.
FORNAZIERI, Aldo. Apresentação. *Teoria e Política*, 10, 1988.
FORNAZIERI, Aldo. Considerações sobre a Sociedade Civil, o Estado e a Estratégia. *Teoria e Política*, 9, 1988.
FRANCO, Augusto de et.al. *O PT e o Marxismo.* Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1991.
FRANCO, Augusto de. A Crise da Matriz da II Internacional. In: FRANCO, Augusto de et. al. *O PT e o Marxismo.* Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1991.
FRANCO, Augusto de. A Teoria Gramsciana da Revolução. *Teoria e Política*, 13, 1990, pp. 47-62.
FRANCO, Augusto de. *O Novo Socialismo Utópico*. São Paulo, Thomé das Letras, 1991.
FRANCO, Augusto de. O Paralelo Militar na Política, *Teoria e Política*, 15, São Paulo, dez 1990, pp. 71-105.
FRANCO, Augusto de. Revolução: que Ruptura? *Teoria & Debate,* 12, São Paulo, nov 1990, pp. 35-38.
GARCIA, Marco Aurélio. A Social-democracia e o PT. *Teoria e Debate*, 12, nov 1990, pp. 47-56.
GENOÍNO, José. 11 de Setembro no Chile". *Práxis*, 1, Porto Alegre, 1984, pp. 54-59.
GENOÍNO, José. Carta Aberta ao Povo da Nicarágua. *Práxis*, 2, Porto Alegre,[s.d], pp. 61-9.
GENOÍNO, José. *Nossas Exigências na Constituinte*. São Paulo, Kairós, 1986.
GENOÍNO, José. *PT, Reformas e outros temas...* São Paulo, mimeo, 1996.
GENOÍNO, José. *Repensando o Socialismo.* 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991.
GENOÍNO, José e GENRO, Tarso. O Controle Público do Estado. *Folha de São Paulo*, 22 de março de 1995, p. 3.
GENOÍNO, José e JORGE, Eduardo. O Socialismo e os Desafios do PT. *Boletim Nacional*, 60, São Paulo, dez 1991, p. 12.
GENRO FILHO, Adelmo. *Contra o Socialismo Legalista*. Porto Alegre, Tchê, 1987.
GENRO FILHO, Adelmo. Em Tempo: Um Passo Atrás e Outro Também. *Teoria e Política*, 5/6, São Paulo, 1984.
GENRO FILHO, Adelmo. Introdução à Crítica do Dogmatismo. *Teoria e Política*, 1, São Paulo, 1980.
GENRO FILHO, Adelmo. O Estado e a Revolução. *Práxis*, 1, Santa Maria, CEDESC, 1984, pp. 14-24.
GENRO FILHO, Adelmo. Teoria e Revolução. *Teoria e Política*, 8, 1987.

GENRO FILHO, Adelmo. Sobre Engels e o Dogmatismo. *Teoria e Política*, 3, São Paulo, 1981, pp. 112-144.

GENRO FILHO, Adelmo e MARQUES, Glauco C. Nova República: "Democracia dos Monopólios". *Práxis*, 2, Porto Alegre, 1985, pp. 43-52.

GENRO FILHO, Adelmo, ROLIM, Marcos e WEIGERT, Sérgio. *Hora do Povo: uma vertente para o fascismo*. São Paulo, Brasil Debates, 1981.

GENRO, Tarso. A Filosofia em Ação: um Momento do Leninismo. *Práxis*, 1, Porto Alegre, CEDESC, 1984.

GENRO, Tarso. A Questão do Partido. *Teoria e Política*, 11, 1989, pp. 71-86.

GENRO, Tarso. A Questão do Partido Leninista Hoje. *Teoria e Política*, 8, 1987.

GENRO, Tarso. Comentário sobre Democracia e Socialismo. In: WEFFORT, Francisco (org.) *PT: Um Projeto para o Brasil. Política*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

GENRO, Tarso. Gramsci, Rosa e o PT: a História se Reflete. *Teoria & Debate*, 10, São Paulo, mai 1990, pp. 44-48.

GENRO, Tarso. O PT e o Marxismo. In: FRANCO, Augusto de (org.). *O PT e o Marxismo.* Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1991.

GENRO, Tarso. Contra a Barbárie. *Teoria & Debate*, 19, São Paulo, ago-out 1992, pp. 48-51.

GENRO, Tarso. *Utopia Possível.* Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1994.

GENRO, Tarso. A Regeneração da Solidariedade. *Teoria & Debate*, 33, São Paulo, jan 1997, pp. 46-53.

HARNECKER, Marta. *O Sonho Era Possível*. Havana, MEPLA – São Paulo, Casa América Livre, 1994.

LEVY, Nelson. O PC do B, continuidade e ruptura. *Teoria e Política*, 1, São Paulo, 1980.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Opiniões sobre o Socialismo. Entrevista a Ariston Lucena. So*cialismo e Democracia*, (3), 11, São Paulo,1986.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Mobilização Social: Novos Desafios para o Movimento Sindical. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria Sindical Nacional. *Encontro Nacional de Sindicalistas do PT*. São Paulo, jul 1996.

MAGALHÃES, Carlos. As Tarefas Democráticas e Nacionais no Brasil e o Socialismo. *Teoria Política*, 3, São Paulo, 1981.

MAGALHÃES, Carlos. O Erro da Crítica a um Erro. *Teoria Política*, 2, São Paulo, 1981.

MERCADANTE, Aloísio. O Vento e a Vela. *Teoria & Debate*, 7, jul-set 1989, pp. 14-20.

MERCADANTE, Aloísio. PT e o Neo-liberalismo: além da resistência. In: ARTICULAÇÃO UNIDADE NA LUTA. *O Futuro do PT.* São Paulo, 1995.

POMAR, Wladimir.Questões de Tática na Luta Contra a Ditadura. *Teoria e Política*, 4, São Paulo, 1982, pp. 9-41.

ROLIM, Marcos. A Questão Democrática e os Conselhos. *Teoria e Política*, 11, 1989.

ROLIM, Marcos. O Debate sobre as Tendências e as Tendências do Debate. *Práxis*, 5, Porto Alegre, 1987, pp. 21-34.

ROLIM, Marcos. Reflexões Críticas sobre o Marxismo. In: FRANCO, Augusto de et. al. *O PT e o Marxismo.* Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1991.

SCAVONE, Artur e VALENTE, Ivan. Resposta aos Deputados José Genoíno e Eduardo Jorge. *Boletim Nacional*, 60, São Paulo, dez 1991, p. 14.

SERENO, Marcelo Borges. Refundar os Sindicatos no Brasil: sindicato orgânico e a construção do modelo sindical cutista. Tese da Articulação ao Encontro Nacional de Sindicalistas do PT. In: *Caderno de Teses*. São Paulo, julho de 1996.

SINGER, Paul. Estratégia de Mudança. *Teoria e Debate*, 7, São Paulo, jul-set 1989, pp. 21-26.

SINGER, Paul. *Um Governo de Esquerda para Todos.* São Paulo, Brasiliense, 1996.
VIANA, Giney Amorim. *A Revolta dos Bagrinhos*. Belo Horizonte, Segrac, 1991.

# BIBIOGRAFIA


[s.a.] A Greve na Voz dos Trabalhadores. In: *História Imediata* 2, São Paulo, Alfa Ômega, 1979.

[s.a.] Quarenta e Um Dias de Resistência e Luta. Uma análise da greve feita por quem dela participou. *Cadernos do Trabalhador I*, São Bernardo, ABCD Sociedade Cultural e URPLAN – PUC, São Paulo, 1980.

Aa. Vv. (Conselho Editorial). Apresentação . *Teoria e Política*, 1, São Paulo, 1980

Aa. Vv. *La Pologne: une societé em dissidence*. Paris, Maspero, 1978.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma Década Quase Perdida: 1979-1989*. Tese de Doutorado em História, UFF, Niterói, 2000.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

ALTHUSSER, L. *A Favor de Marx*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

ALTHUSSER, Louis, RANCIÈRE, Jacques e MACHEREY, Pierre. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro, Zahar,1979.

ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

AMARAL, Oswaldo E. do. *A Estrela não é mais Vermelha*. São Paulo, Garçoni, 2003.

ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo Brasiliense, 1989.

ANDERSON, Perry. *In the Tracks of Historical Materialism*. London, Verso, 1983.

ANDERSON, Perry. *O Fim da História; de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo, Cortez – Campinas, Edunicamp, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho*. 2ª. ed., Campinas, Edunicamp, 1992.

ANTUNES, Ricardo. Lutas Sociais e Desenho Societal no Brasil dos Anos 90. Crí*tica Marxista*, 7, São Paulo, 1998, pp. 89-110.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. *Desenvolvimento Nacional e Poder Político*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp, Campinas, 1998.

ARBIX, Glauco. *Uma Aposta no Futuro. Os 3 Primeiros Anos da Câmara Setorial Automobilística e a Emergência do Meso-corporativosmo no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia, USP. São Paulo, 1995.

ARCARY, Valério. *As Esquinas Perigosas da História*. Tese de Doutorado em História, USP, São Paulo, 2000, mimeo.

ARCARY, Valério. *Trinta anos do 25 de abril de 1974. A revolução portuguesa na perspectiva da história*. São Paulo, 2004, mimeo.

ARDITI, Benjamín. Discutir o Socialismo – A Condição Pós-Marxista. In: LARANJEIRA, Sônia (org.) *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, Hucitec, 1990.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A Estrela Partida ao Meio*. São Paulo, Entrelinhas, 1995.

BADARÓ, Marcelo. Em Busca da Revolução Socialista: a trajetória da POLOP. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, vol V. Campinas, Edunicamp, 2002.

BADARÓ, Marcelo. Entregando as Mãos para não Perder os Dedos: o sindicalismo brasileiro e o desemprego. *Outubro*, (I), 1, São Paulo, maio de 1998, pp. 53-63.

BADARÓ, Marcelo. *Novos e Velhos Sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

BADARÓ, Marcelo. *Trabalhadores e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.

BAIA, Paulo Ferndandes. *A Economia Política do Partido dos Trabalhadores: um Estudo sobre o Discurso Petista (1979-1994)*. Dissertação de Mestrado em Economia Política, São Paulo, PUC, 1996.

BAIERLE, Sérgio Gregório. A Explosão da Experiência. Emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

BALIBAR, E. *A Filosofia de Marx*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

BARAN, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1986.

BARGAS, O. e RAINHO, Luis Flávio. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977/1979)*. S. Bernardo, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de S. Bernardo, 1983.

BARRETO, Ranieri Muricy. A Modernização da Indústria Petroquímica e do Complexo Químico da Bahia nos Anos 90. *Estudos DIEESE/CESIT*, n°1, São Paulo, DIEESE, jun 2000.

BAUDRILLARD, Jean. *À Sombra das Maiorias Silenciosas*. 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, Rio de Janeiro, Elfos - Lisboa, 70, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. *Partidos Comunistas: paraísos artificiais da política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o Intempestivo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

BERNARDO, João. Crise dos Trabalhadores ou Crise do Sindicalismo? *Crítica Marxista*, 4, São Paulo, 1997.

BEYNON, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação. In: ANTUNES, Ricardo et. al. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2002.

BIANCHI, Alvaro. A Revolução Fora do Tempo – Marx e Engels em 1848. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Ontem e Hoje: Manifesto Comunista*. São Paulo, Xamã, 1999.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. 5ª ed., Rio de Janeiro,Paz e Terra, 1992.

BOCCARA, Paul (org.). *Le Capitalisme Monopoliste d'État*. Paris, Ed. Sociales, 1969.

BOITO JÚNIOR, Armando. De Volta para o Novo Corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, SEADE, 5, jul-set 1994.

BOITO JÚNIOR, Armando. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, (1), 3, São Paulo, 1996, pp. 80-105.

BOITO JÚNIOR, Armando. Neoliberalismo e Relações de Classe no Brasil. *Idéias*, (IX), 1, Campinas, 2002, pp. 13-48.

BOITO JÚNIOR, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Xamã, 1999.

BOITO JÚNIOR, Armando. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. In: BOITO JÚNIOR, A. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. S. Paulo, Paz e Terra, 1991.

BOITO JUNIOR., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, Edunicamp – São Paulo, HUCITEC, 1991.

BORON, Atílio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

BRAGA, Ruy. *A Restauração do Capital*. Um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo, Xamã, 1996.

BRANDÃO, Marco Antonio. *O socialismo Democrático do Partido dos Trabalhadores. A História de uma Utopia (1979-1994)*. São Paulo, Anablume – FAPESP, 2003.

BRENNER, Robert. A Crise Emergente do Capitalismo Mundial: do neoliberalismo à depressão. *Outubro*, 3, São Paulo, 1999, pp. 7-18.

BURITY, Joanildo A. Transbordamento do Social e Hegemonia: Qual o Jogo da Democracia? *Política Hoje*, (I), 1, Recife, jan-jul 1994, pp. 54-70.

CALLINICOS, Alex. *Against Postmodernism*. Cambridge, Polity, 1989.

CALLINICOS, Alex. *A Vingança da História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

CARDOSO, Fernando Henrique. A Construção da Democracia. São Paulo, Siciliano, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista a José Genoíno, Roberto Freire e Domingos Leonelli. *Esquerda 21*. Salvador, (1),2, jan.fev. 1996, pp. 35-60.

CARDOSO, Fernando Henrique. Introdução (Quase um prefácio). In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK, JQ*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARONE, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, DIFEL, 1984.

CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia Desarmada.* São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CASTELLANOS, Nayar López. *La Ruptura del Frente Sandinista*. México, Plaza y Valdes, 1996.

CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CESAR, Benedito Tadeu. *Verso, Reverso, Transverso. O PT e a Democracia no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia, Unicamp, 1995.

CHAIA, Miguel. *Intelectuais e Sindicalistas: a experiência do DIEESE 1955-1990*. Ibitinga, Humanidades, 1992.
CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. 2ª ed., São Paulo, Moderna, 1981.
CHASIN, José As Máquinas Param: Germina a Democracia. *Revista Ensaio*, 7, São Paulo, Escrita, abril de 1982.
CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital e a Acumulação Financeira Neoliberal: elementos de ruptura. *Olho da História*, 5, Salvador,1988, pp. 13-33.
CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro*, (IV), 5, São Paulo, 2001, pp. 7-28.
CLAUDÍN, Fernando. *A Oposição no "Socialismo Real"*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
COELHO, Eurelino. A Conversão Democrática da Esquerda no Brasil; aspectos teóricos. *Caderno do CEAS*, Salvador, 176, pp. 59-80, 1998.
COELHO, Eurelino. *As Novas Faces do Socialismo Burguês*. Comunicação apresentada no III Colóquio Marx-Engels, UNICAMP, 2003.
COELHO, Eurelino. O Espelho da Práxis: uma esquerda em crise e suas leituras de Gramsci. In: XXII Simpósio Nacional de História, ANPUH – 2003, João Pessoa, PB. Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História, 2003, v.1, n° 1.
COELHO, Eurelino. *Socialismo Científico e Modernidade: uma crise combinada no pensamento da esquerda.* Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFPE, Recife, 1997, mimeo.
COELHO, Eurelino. Um Socialismo Pós-marxista? Notas sobre uma proposta de Democracia Radical. *SITIENTIBUS*, 14, Feira de Santana, 1996, pp. 155-180.
COGGIOLA, Osvaldo. A Atualidade da Revolução Proletária. In: KATZ, Claudio e COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou Crise do Capital?* São Paulo, Xamã, 1995.
COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a História*. São Paulo, Xamã – Pulsar, 2002.
COGGIOLA, Osvaldo. O Marxismo e o Fim do Stalinismo. In: NÒVOA, Jorge, (org.) *História à Deriva*. Salvador, UFBA, 1993.
COLLETTI, Lucio. *Ultrapassando o Marxismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.
COMIM, Alexandre. *De Volta para o Futuro. Política e Reestruturação Industrial do Complexo Automobilístico nos Anos 90*. São Paulo, Anablume – Fapesp, 1998.
COMIM, Alvaro Augusto. A Experiência de Organização das Centrais Sindicais no Brasil. IN: COMIM, Alvaro et. al. *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta, 1994.
CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna*, 2ª ed., São Paulo, Loyola, 1993.
CORREA, Hercules. *O ABC de 1980*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a Corrente*. São Paulo, Cortez, 2000.
COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. São Paulo, Cortez – Autores Associados, 1992.
COUTO, Cláudio Gonçalves. *O Desafio de Ser Governo: O PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 149.
COUTO, Ronaldo Costa. *Memória Viva do Regime Militar*. Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 63.
CRUZ, Antonio. *A Janela Estilhaçada*. Petrópolis, Vozes, 2000.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e e MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma Incursão na pré-História. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

DAHL, R. A. *Poliarchy: participation and opposition*. New York, Yale University Press, 1971.

DEDECCA, Claudio et. al. *Mudanças Recentes nas Relações de Trabalho no Brasi*l. Campinas, OIT/CESIT/UNICAMP, 1997, mimeo.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo, Perspectiva, 1971.

DERRIDA, Jacques. *Da Gramatologia*. São Paulo, Edusp-Perspectiva, 1973.

DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Campinas, Papirus, 1991.

DIAS, Edmundo Fernandes. Capital e Trabalho: a nova dominação. In: DIAS, Edmundo Fernandes et. al. *A Ofensiva Neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília, Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes. *Outubro*, (I), 1, São Paulo, maio de 1998, pp. 45-52.

DIAS, Márcia Ribeiro. *Sob o Signo da Vontade Popular*. Belo Horizonte, UFMG – Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002.

DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasi*l. São Paulo, DIEESE, 2001.

DUMÉNIL, Gerard e LÉVY, Dominique. O Imperialismo na Era Neoliberal. *Crítica Marxista*, 18, São Paulo, 2004, pp. 11-36.

EAGLETON, Terry. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. 7ª. ed., São Paulo Global, 1985.

ENGELS, Friedrich. Introdução a "As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850". In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, [s.d.].

EVANGELISTA, João E. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-moderno.* S. Paulo, Cortez, 1992.

FAUSTO, Ruy. Gênese do Marxismo; o caminho de Marx para o comunismo. *Folha de S. Paulo. Caderno de Resenhas*, São Paulo, n° 85, p. 8, 11 mai. 2002.

FÉHER, Ferenc. O Marxismo como Política; nota necrológica. *Socialismo do Futuro*, 5, Salvador, 1992, pp. 19-27.

FERNANDES, Florestan. Democracia e Socialismo. *Crítica Marxista*, (I), 3, São Paulo, 1996, pp.11-13.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

FERNANDES, Florestan. *PT em Movimento*. São Paulo, Cortez, 1991.

FERNANDES, Luís. *O Enigma do Socialismo Real*, Rio de Janeiro, Mauad, 2000.

FERNANDES, Luís. *URSS Ascensão e Queda*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1991.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2003.

FILGUEIRAS, Luis. Reestruturação Produtiva e Emprego Bancário. In: GOMES, Alvaro (org.). *O Trabalho no Século XXI*. São Paulo, Anita Garibaldi – Salvador, Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001.

FONTES, Breno A. S. M. (org.) *Movimentos Sociais: produção e reprodução de sentido*. Recife, UFPE, 1999.

FONTES, Virgínia. *Démocratie et Révolution: Sciences Sociales et Pensée Politique au Brésil Contemporain (1973-1991)*. Thèse de Doctorat em Philosophie Politique. Paris X, Nanterre, 1992.

FONTES, Virgínia. História e Modelos. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

FONTES, Virgínia. *Interrogações sobre o capitalismo na atualidade – trabalho e capital, economia e política*. Niterói, 2004, mimeo.

FONTES, Virgínia. O Manifesto Comunista e o Pensamento Histórico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro, Contrapondo – São Paulo, Perseu Abramo, 1998.

FRANÇA, Teones Pimenta de. A Lógica do Pacto: do ABC paulista para Brasília. *Outubro*, 8, São Paulo, 2003, pp. 79-96.

FREDERICO, Celso. *A Vanguarda Operária*. São Paulo, Símbolo, 1979.

FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1979.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1986.

GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Pra Que PT*. São Paulo, Cortez, 1989.

GALVÃO, Andréia. A CUT na Encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo. *Idéias*, (IX), 1, Campinas, 2002, pp. 105-154.

GALVÃO, Andréia. O debate sobre a grande greve francesa de 1995. *Crítica Marxista*, 13, São Paulo, 2001, pp. 95-107.

GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores. Rompendo coma Lógica da Diferença*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói, 2000.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra – CEDEC, 1986.

GARCIA, Marco Aurélio. Em Busca de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs). *Rebeldes e Contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário. *Desvios*, n° 1, ano 1, novembro de 1982.

GENRO, Tarso e SOUZA, Ubiratan de. *Orçamento Participativo*. 3ª ed., São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. *CUT Ontem e Hoje*. Petrópolis, Vozes, 2001.

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *CUT Por Dentro e Por Fora*. Petrópolis, Vozes, 1990.

GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo, Unesp, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. 2ª. ed., S. Paulo, Loyola, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil Endividado*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

GORBATCHEV, Mikhail. *Perestroika. Novas Idéias para meu País e o Mundo*. São Paulo, Bestseller, 1988.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985, (col. Os Economistas).

GORENDER, Jacob. Introdução – O Nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

GORENDER, Jacob. *Marxismo sem Utopia*. São Paulo, Ática, 2000.
GORZ, André. *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
GRAMSCI, Antonio. O Partido Comunista. *Teoria e Política*, 8, 1987, pp. 119-129.
GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (6 vol.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002.
GRESPAN, Jorge. *O Negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1999.
HADDAD, Fernando. *O Sistema Soviético*. S. Paulo, Scritta, 1992.
HABERMAS, Jürgen. Modernidade - um Projeto Inacabado. In: ARANTES, Otília e ARANTES, Paulo. *Um Ponto Cego no Projeto Estético de Jürgen Habermas*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa, D. Quixote, 1990.
HABERMAS, Jürgen. A Revolução e a Necessidade de Revisão na Esquerda; o que significa socialismo hoje. In: BLACKBURN, Robin, (org.) *Depois da Queda*. 2ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 1993.
HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 2ª ed, São Paulo, Loyola, 1993.
HAUPT, Georges. Marx e o Marxismo. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, vol 1. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
HELLER, Agnes, e FEHÉR, Ferenc. *A Condição Política Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*.3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
HOBSBAWM, Eric. A Fortuna das Edições de Marx e Engels. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, vol 1. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
HOBSBAWM, Eric. Adeus a Tudo Aquilo. In: BLACKBURN, Robin (org.) *Depois da Queda*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
HOBSBAWM, Eric. Marx, Engels e o Socialismo Pré-Marxiano. In: HOBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*, vol 1. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
HOLLOWAY, John e PELÁEZ, Eloina. Aprendendo a Curvar-se: Pós-fordismo e determinismo tecnológico contemporâneo. *Outubro*, (I), 2, São Paulo, 1998, pp. 21-29.
HORN, Carlos Henrique (org.) *Porto Alegre: O Desafio da Mudança*. Porto Alegre, Ortiz, 1994.
HUYSSEN, Andreas. Mapeando o Pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de, (org.) *Pós-modernismo e Política*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
IANNI, Otávio. *O ABC da Classe Operária*. São Paulo, Hucitec, 1980.
IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
JAMESON, Frederic. Marxism and Postmodernism. *New Left Review*, 176, London, jul-ago 1989, p. 34.
JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo, Ática, 1996.
JAMESON, Frederic. Sobre os Estudos de Cultura. *Novos Estudos Cebrap*, 39, São Paulo, jul 1994, pp. 11-48.
KECK, Margaret. O "novo sindicalismo" na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
KECK, Margaret. *PT: A Lógica da Diferença*. São Paulo, Ática, 1991.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um Novo Brasil: diário de campanha das diretas.* São Paulo, Brasiliense, 1984.

KOWARICK, Lucio e SINGER, André. A Experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, 35, São Paulo, mar 1993, p. 216.

KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (orgs.) *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*. Porto Alegre, L&PM, 1986.

KOSIK, Karel. *A Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um Novo Brasil: diário de campanha das diretas.* São Paulo, Brasiliense, 1984.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

LACLAU, Ernesto and MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy; towards a radical democratic politics*. London, Verso, 1985.

LACLAU, Ernesto. A Política e os Limites da Modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de, (org.) *Pós-modernismo e Política*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

LACLAU, Ernesto. Da Emancipação à Liberdade. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de, (org.) *Utopias e Formações Sociais*. Recife, Massangana, 1994

LAMOUNIER, Bolivar e CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.) *Os Partidos e as Eleições no Brasil.* 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

LAMOUNIER, Bolivar. O "Brasil autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

LARANJEIRA, Sônia M. G. Classes e Movimentos Sociais na América Latina: Questões para debate. In: LARANJEIRA, Sônia M. G. (org.) *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, HUCITEC, 1990.

LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.

LENIN, V. I. A Doença Infantil do Esquerdismo no Comunismo. In: LENIN, V.I. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, vol 3.

LENIN, V. I. As Duas Táticas da Social Democracia. In: LENIN, V.I. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, vol 1.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Hucitec, 1983.

LENIN, V. I. *Que Fazer*? São Paulo, Hucitec, 1988.

LENIN, V. I. Um Passo à Frente, Dois Passos Atrás. In: LENIN, V.I. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, vol 1.

LESBAUPIN, Ivo (org.) *O Desmonte da Nação. Balanço do Governo FHC*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1999.

LIPIETZ, Alain. As Crises do Marxismo; da teoria social ao princípio esperança. *Novos Estudos Cebrap*, 30, São Paulo, jul 1991, pp. 99-110.

LHULLIER, Louise Amaral. *A Prefeitura "Petista" de Campinas: o Cotidiano Contra a História*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, UNICAMP, Campinas, 1992.

LOJKINE, Jean. *A Classe Operária em Mutações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

LÖWY, Michael. *A Evolução Política de Lukács: 1909 – 1929*. São Paulo, Cortez, 1998.

LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Petrópolis, Vozes, 2002.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen*. São Paulo, Busca Vida, 1987.

LÖWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. 4ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Elfos – Porto, Escorpião, 1989.
LUXEMBURGO, Rosa. Questões de Organização da Social-democracia Russa. In: LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Vozes, 1991.
LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massas, Partido e Sindicatos. In: LUXEMBURGO, Rosa. *Textos Escolhidos*.Lisboa, Estampa, 1977.
LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo, Global, 1986.
LYOTARD, Jean-François. *O Pós-moderno*, 4ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1993.
LYRA, Rubens Pinto. *Le Parti des Traveilleurs et le Socialisme*. Paris, fev. 1991, mimeo.
LYRA, Rubens Pinto. O Impacto da Falência dos Regimes do Leste Europeu no Partido dos Trabalhadores. In: DINIZ, E., LEITE LOPES, J. S. e PRANDI, R. (orgs.) *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo, ANPOCS/IPEA - HUCITEC, 1994.
LYRA, Rubens Pinto. O Socialismo Petista. In: LYRA, Rubens Pinto (org.) *Socialismo; impasses e perspectivas*. São Paulo, Scritta, 1992.
MACPHERSON, C. B. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz e TREVAS, Vicente (orgs.) *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil.* Porto Alegre, Mercado Aberto – Rio de Janeiro, FGV, 2001.
MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital*. São Paulo, Ensaio, 1990.
MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika*. 3ª ed., São Paulo, Busca Vida, 1989.
MANDEL, Ernest. *Long Waves of Capitalist Development*. London, Verso, 1995.
MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985 (Col. Os Economistas).
MANDEL, Ernest. *The Place of Marxism in History*. New Jersey, Humanities Press, 1994.
MANDEL, Ernest. *The Second Slump*. London, NLB, 1978.
MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 5ª ed., Petrópolis,Vozes, 1990.
MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
MARONI, Amnéris. *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
MAROSSI, Tânia Maria. *Utopia e Realidade: Os Núcleos de Base do Partido dos Trabalhadores em São Paulo nos anos 80.* Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC, 2000.
MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC*. São Paulo, Hucitec – São Caetano do Sul, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* São Paulo, Martins Fontes, 1989.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold J., *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas, vol. 2. São Paulo, Alfa-Ômega [s.d.].
MARX, Karl. *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo, Alfa-Ômega [s.d.].
MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha.* In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas, vol. 2. São Paulo, Alfa-Ômega [s.d.].
MARX, Karl. *Critique of Hegel´s Philosophy of Right*. Marx & Engels Internet Archiv, www.marxists.org/archive/marx/works/1843/critique-hpr/ch03.htm. Acessado em 18/11/2004.
MARX, Karl. Introdução a Para a Crítica da Economia Política. In: *MARX, K*., São Paulo, Nova Cultural, 1986, (col. Os Economistas).
MARX, Karl. *O Capital*. 2ª. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol.1 (Col. Os Economistas).
MARX, Karl. *O Capital*. 2ª. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol.2 (Col. Os Economistas).
MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
MARX, Karl. Posfácio à 2ª. edição alemã de O Capital. In: MARX, Karl. *O Capital*. 2ª. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985 (Col. Os Economistas).
MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. In: *MARX, K*., S. Paulo, Nova Cultural, 1986, (col. Os Economistas).
MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* São Paulo, Martins Fontes, 1989.
MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995.
McILROY, John. O Inverno do Sindicalismo. In: ANTUNES, Ricardo et. al. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2002.
MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985.
MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de Um Partido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
MERQUIOR, José Guilherme. *De Praga a Paris*. São Paulo, Nova Fronteira, 1991.
MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e o Moderno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
MÉSZAROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo – Campinas, Edunicamp, 2002.
MEYER, Victor. *Determinações Históricas da Crise da Economia Soviética*. Salvador, UFBA, 1995.
MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, UnB, 1982.
MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. A Revolta dos Suburbanos ou "Patrão, o Trem Atrasou". In: MOISÉS, José Alvaro et. al. *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. 2ª ed., Rio de Janeiro, CEDEC – Paz e Terra, 1978.
MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.) *Dilemas da Consolidação Democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
MOISÉS, José Álvaro. *Lições de Liberdade e de Opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
MORIN, Edgar et al. *A Decadência do Futuro e a Construção do Presente*. Florianópolis, UFSC, 1993.

MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa, Gradiva, 1996.
MOURA, E. S. de e MENDONÇA, O. *O ABC da Greve*. Documento de São Bernardo, 1980.
NASCIMENTO, Eloisa Winter. *PT – Impasses da Esquerda no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, USP, 1999.
NORONHA, Eduardo. A Explosão das Greves na Década de 80. In: BOITO JÚNIOR, A. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. S. Paulo, Paz e Terra, 1991.
NORONHA, Eduardo. Greves e Estratégias Sindicais no Brasil. In: COMIM, Alvaro et. al. *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta, 1994.
NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: Dilemas da Burocratização. *Novos Estudos CEBRAP*, 35, São Paulo, mar 1993, p. 228.
O´DONNELL, Guillermo. Prefácio. In: MOISÉS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.) *Dilemas da Consolidação Democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994.
OHWEILLER, Otto Alcides. Acerca da Natureza da Formação Social na URSS. *Teoria e Política*, 4, São Paulo, 1982, pp. 93-128.
OLIVEIRA, Francisco de. *O Momento Lênin*. Relatório do Projeto Temático FAPESP "O Pensamento nas Rupturas da Política". Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania-CENEDIC-FFLCH-USP. Julho de 2004, mimeo.
OLIVEIRA, Francisco de. O Ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
OLIVEIRA, Francisco de. *Os Direitos do Antivalor*. Petrópolis, Vozes, 1998.
OLIVEIRA, Francisco de. Quanto Melhor, Melhor: O Acordo das Montadoras. *Novos Estudos CEBRAP*, 26, jun 1993, p. 5-6.
OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1988.
OLIVEIRA, Roberto Véras de. *Sindicalismo e Democracia no Brasil – Atualizações. Do Novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão*. Tese de Doutorado em Sociologia,USP. São Paulo, 2002.
OZAÍ, Antonio. *História das Tendências no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Proposta, [s.d.].
OZAÍ, Antonio. *Os Partidos, Tendências e Organizações Marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, [s.d.].
OZAÍ, Antonio. *Partido de Massa e Partido de Quadros: a social democracia e o PT*. São Paulo, CPV, 1996.
PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Conflito e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.
PARENTE, Josênio C. *Institucionalização do PT: Considerações sobre o partido no Ceará*. Fortaleza, UFC/NEPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1995.
PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. São Paulo, 34, 1996.
PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
PETIT, Pere. *A Esperança Equilibrista. A trajetória do PT no Pará*. São Paulo, Boitempo, 1996.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso. A Desapropriação do País*. Petrópolis, Vozes, 2001.

PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. In: CHESNAIS, François (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã, 1998.

POCHMANN, Márcio. *A Década dos Mitos*. São Paulo, Contexto, 2001.

POCHMANN, Márcio. Traços Gerais do Emprego e do Desemprego nos Anos 90 no Brasil. In: *Seminário sobre Estudos do Trabalho.Desemprego no Brasil: evidências e perspectivas*. Brasília, IPEA, 1997.

POCHMANN, Marcio e BORGES, Altamiro. *"Era FHC": A Regressão do Trabalho*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2002.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. São Paulo, Busca Vida, 1987.

POMAR, Wladimir. *Araguaia, o Partido e a Guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo, Xamã, 2003.

POMERANZ, Lenina. *Perestroika. Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo, EDUSP, 1990.

PONT, Raul. *Da Crítica do Populismo à Construção do PT*. Porto Alegre, Seriema, 1985.

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 7ª ed., São Paulo, Global, 1986.

POSADAS, J. *Brasil: do Golpe de 64 à Formação do PT*. São Paulo, Ciência, Cultura e Política, 1990.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

PRZEWORSKI, Adam. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia? In: MOISÈS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.) *Dilemas da Consolidação Democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.) *No Fio da Navalha. Críticas das Reformas Neoliberais de FHC*. 2ª ed., São Paulo, Xamã, 1997.

REGO, J. M. (org.) *Inflação Inercial, Teorias Sobre a Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

REIS, Fábio Wanderlei. Adeus ao Socialismo? *Novos Estudos CEBRAP*, 30, jul 1991, pp. 7-42.

REIS, Fábio Wanderlei. Consolidação Democrática e Construção do Estado. In: REIS, Fábi Wanderlei e O´DONNEL, Guillermo (orgs.) *A Democracia no Brasil – Dilemas e Perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.

REIS, Regina Célia dos. *Movimento Sindical e Partido dos Trabalhadores*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida. A História do Socialismo Soviético*. S. Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIBEIRO, Renato Janine. Os Perigos do Universal. *Teoria & Debate*, 10, São Paulo, mai 1990, pp. 20-26.

RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

RIZEK, Cibele Saliba. A Greve dos Petroleiros. *Praga*, 6, set 1998, pp. 97-105.

RODRIGUES, Iram Jácome. As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical. In: BOITO JÚNIOR, A. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. S. Paulo, Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*. Petrópolis, Vozes, 2000.
RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta – FAPESP, 1997.
RODRIGUES, Leôncio Martins. As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais. In: BOITO JÚNIOR, A. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. S. Paulo, Paz e Terra, 1991.
RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y Estructura de El Capital de Marx*. 6ª ed., Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1989.
ROSSIAUD, Jean e SCHERER-WARREN, Ilse. *A Democratização Inacabável*. Petrópolis, Vozes, 2000.
SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. 2ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 1988.
SANDOVAL, Salvador. *Os Trabalhadores Param. Greves e mudança social no Brasil 1945-1990*. São Paulo, Ática, 1994.
SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 5ª ed., São Paulo, Duas cidades – 34, 2000.
SCHERER-WAREEN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. in: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?* S. Paulo, Brasiliense, 1987.
SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?* S. Paulo, Brasiliense, 1987.
SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª. ed. S. Paulo, Loyola, 1996.
SCHUMPETER, Joseph Alois. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985.
SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, Harper & Row, 1975.
SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, François (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã, 1998.
SILVA, Carla Luciana. *Veja: o* Indispensável *Partido Neoliberal*. Tese de Doutorado em História, Niterói, UFF, 2005.
SILVA, Luiz Inácio Lula da. Opiniões sobre o Socialismo. Entrevista a Ariston Lucena. So*cialismo e Democracia*, (3), 11, São Paulo,1986.
SILVA, Pedro Luiz Barros e. et al. *Reforma da seguridade social no Brasil*. Campinas, NEPP/UNICAMP, 2000.
SIMÕES, Júlio Assis. *A Política da Participação: uma etnografia da primeira gestão municipal do PT em Diadema*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas, UNICAMP, 1990.
SINGER, Paul. *A Crise do Milagre*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia

Tavares de (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

SOUZA, Marco Antonio Mondaini de. *Da Esquerda Revolucionária Pré-64 ao PT: Continuidades e Rupturas*. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo, USP, 1995.

STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

SWEEZY, Paul e BARAN, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

SWEEZY, Paul. Mais (ou menos) Globalização. *Crítica Marxista*, 18, São Paulo, 2004, pp. 133-136.

SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

TEIXEIRA, José Paulo. *Escritos Militantes*. Florianópolis, ed. do Autor, 1996.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Muro, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de. O Anti-engelsismo: um compromisso contra o materialismo. *Teoria e Política*, 2, São Paulo, 1981, pp. 91-116.

TROTSKI, Leon. *Programa de Transição*. 2ª ed., Lisboa, Antídoto, 1978.

TROTSKI, Leon. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

TROTSKI, Leon. *The Revolution Betrayed*. Labour, Detroit, 1991.

VILAS, Carlos María. *Perfiles de la Revolución Sandinista; liberación nacional y transformaciones sociales en Centroamérica*. Buenos Aires, Legasa, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do Sistema-Mundo. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo, Xamã, 2003.

WEBER, Henri. *Marxismo e Consciência de Classe*. Lisboa, Moraes, 1977.

WEBER, Max. A "Objetividade" do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: WEBER*, Sociologia*, 2ª ed., São Paulo, Ática, 1982.

WEFFORT, Francisco C. Incertezas da Transição na América Latina. In: MOISÈS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.) *Dilemas da Consolidação Democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

WEFFORT, Francisco. *Por Que Democracia?* 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.

WEFFORT, Francisco. *Qual Democracia?* São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

WOOD, Ellen Meiksins. Modernity, Postmodernity or Capitalism? *Monthly Review*, (48), 3, New York, jul-ago 1996.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a Agenda Pós-moderna? In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy. *Em Defesa da História*. Marxismo e Pós-modernismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. *The Retreat from Class*. London, Verso, 1998.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A Crise da Razão Histórica*. Campinas, Papirus, 1989.